

BENEDITO INÁCIO RIBEIRO JUNIOR

**UM MONUMENTO HISTORIOGRÁFICO:
a construção de cânones e memórias disciplinares para a História das Mulheres e das
Relações de Gênero no Brasil (1987-2012)**

**ASSIS
2023**

BENEDITO INÁCIO RIBEIRO JUNIOR

**UM MONUMENTO HISTORIOGRÁFICO:
a construção de cânones e memórias disciplinares para a História das Mulheres e das
Relações de Gênero no Brasil (1987-2012)**

Tese apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras (FCL-Assis), para obtenção do título de Doutor em História (Área de Concentração: História e Cultura).

Orientador: Prof. Dr. Hélio Rebello Cardoso Junior

Bolsista: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001

**ASSIS
2023**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Laura Akie Saito Inafuko - CRB 8/9116

R484m Ribeiro Júnior, Benedito Inácio
Um monumento historiográfico: a construção de cânones
e memórias disciplinares para a História das Mulheres e das
Relações de Gênero no Brasil (1987-2012) / Benedito Inácio
Ribeiro Júnior. — Assis, 2023
480 f.

Tese de Doutorado - Universidade Estadual Paulista
(UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis
Orientador: Prof. Dr. Hélio Rebello Cardoso Junior

1. Historiografia. 2. Mulheres - História. 3. Relações de
gênero - História. I. Título.

CDD 305.4

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA TESE DE DOUTORADO DE BENEDITO INACIO RIBEIRO JÚNIOR, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, DA FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS - CÂMPUS DE ASSIS.

Aos 24 dias do mês de janeiro do ano de 2023, às 14:00 horas, por meio de Videoconferência, realizou-se a defesa de TESE DE DOUTORADO de BENEDITO INACIO RIBEIRO JÚNIOR, intitulada **UM MONUMENTO HISTORIOGRÁFICO: a construção de cânones e memórias disciplinares para a História das Mulheres e das Relações de Gênero no Brasil (1987-2012)**. A Comissão Examinadora foi constituída pelos seguintes membros: Prof. Dr. HELIO REBELLO CARDOSO JÚNIOR (Orientador(a) - Participação Presencial) do(a) Departamento de História / UNESP/FCL-Assis, Profa. Dra. KARINA ANHEZINI DE ARAUJO (Participação Presencial) do(a) Departamento de História / UNESP/Franca, Prof. Dr. FABIO FRANZINI (Participação Presencial) do(a) Filosofia e Ciências Humanas / UNIFESP/Guarulhos, Profa. Dra. MARIA DA GLÓRIA OLIVEIRA (Participação Virtual) do(a) Departamento de História / UFRRJ, Profa. Dra. DAIANE VAIZ MACHADO (Participação Virtual) do(a) Departamento de História / UNESP/Franca. Após a exposição pelo doutorando e arguição pelos membros da Comissão Examinadora que participaram do ato, de forma presencial e/ou virtual, o discente recebeu o conceito final: APROVADO _____. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelo(a) Presidente(a) da Comissão Examinadora.


Prof. Dr. HELIO REBELLO CARDOSO JÚNIOR

Oss. A Banca foi unânime em destacar as qualidades acadêmicas e de escrita da tese defendida, com ênfase para sua importância para a área de estudo.

Dedico esta tese às mulheres que me deram à/a vida:

à Irene Martins, minha mãe,
inspiração para os meus sonhos, minhas lutas e para este trabalho;
e à Aparecida Ribeiro, Mãe Ica (*in memoriam*),
que foi minha tia, minha madrinha, também minha mãe
e o meu primeiro exemplo e inspiração feminista.

“Palavras, calas, nada fiz
Estou tão infeliz
Falasses, desses, visses não
Imensa solidão
Eu sou um rei que não tem fim
E brilhas dentro aqui
Guitarras, salas, vento, chão
Que dor no coração
Cidades, mares, povo, rio
Ninguém me tem amor
Cigarras, camas, colos, ninhos
Um pouco de calor
Eu sou um homem tão sozinho
Mas brilhas no que sou
E o meu caminho e o teu caminho
É um nem vais nem vou
Meninos, ondas, becos, mãe
E só porque não estais
És para mim e nada mais
Na boca das manhãs
Sou triste, quase um bicho triste
E brilhas mesmo assim
Eu canto, grito, corro, rio
E nunca chego a ti.”

Mãe, Caetano Veloso

AGRADECIMENTOS

Esta tese não seria possível se eu não tivesse contado com a ajuda, a generosidade e o apoio de muitas pessoas. Agradeço aqui algumas delas nominalmente e a todas que, de qualquer forma, tenham colaborado para minha formação acadêmica, humana e política proporcionada pela vida universitária na cidade de Assis.

Sou imensamente grato à minha família que, desde o sítio São Thomé, em Campos Novos Paulista – SP, apoiou minha formação. Meu pai, Benedito Inácio Ribeiro, e minha mãe, Irene Martins Inácio Ribeiro, ao lado de minha madrinha, Aparecida Ribeiro, sofreram todas as mazelas que um país como o Brasil pode oferecer às famílias de trabalhadores rurais: fome, desemprego, exploração predatória do trabalho, mortalidade infantil, falta de acesso à lazer, saúde, cultura e educação. Não caindo na cilada de romantização da precariedade, fico muito feliz e emocionado em pensar que um filho de trabalhadores rurais do interior do estado de São Paulo pôde se tornar doutor, graças ao esforço e à generosidade de pessoas como os meus pais e a minha madrinha. Acredito que, mesmo não mais presentes aqui comigo, meu pai e minha madrinha ficariam muito felizes, como estiveram todas as vezes que me viram realizar coisas das quais eles foram fundamentais para a conquista. À minha mãe, que certa vez me deu uma bronca quando quis desistir da minha graduação em História, que sentiu tanta falta e tanto medo do filho morando “longe” e na “cidade grande”, que orou pela minha saúde, pela minha segurança e pela minha felicidade e que agora terá um filho doutor; meu mais sincero agradecimento e meu imenso respeito. Sem vocês três, não haveria nada escrito nestas folhas. Amo vocês!

Aos meus irmãos, Cirineu, Sidnei, Simão e João, que me apoiaram emocional e financeiramente. Trabalharam e lutaram para garantir à mim sonhos que talvez eles mesmos não puderam realizar. Dedicaram-se a formar o primeiro graduado e professor da família, depois ajudaram a formar o primeiro mestre da família e, por fim, auxiliaram no parto do primeiro doutor da família. Eu agradeço muito a vocês e espero que um dia possa retribuir tudo isso. Às minhas cunhadas, Tânia, Bruna e Angelita, que sempre foram muito solícitas, sempre me apoiaram e me arrancaram muitas risadas. Tenho muitas saudades de estar com vocês em casa, rindo, cozinhando e fofocando. Aos meus sobrinhos, um agradecimento por alegrar a minha vida e um desejo que o Brasil que vivi e vivo possa ser mais generoso com vocês do que foi comigo: Vitor, Alice, João Lucas, Bento, Paulinho e Isabela, um grande beijo a vocês.

Ao meu amor, José Antônio Barbosa, pela caminhada e pelo companheirismo. Pelo cuidado, pelo carinho, pelo afeto. Obrigado pelo olhar feliz e, ao mesmo tempo, melancólico

ao mirar os meus olhos, o que me levou a me apaixonar por você. Obrigado por compartilhar a vida comigo, o amor à boa comida, a paixão pelos encontros, pelos gatos e pelas artes. Obrigado por ler meus textos e tentar, de alguma forma, dizer que tudo ficaria bem. Obrigado por dizer que eu daria conta. Embora eu nunca conseguisse acreditar que tudo ficaria bem ou que eu pudesse dar conta, ter você ali, ao lado, com essa preocupação, foi mais importante que as coisas que deram ou não certo. Pelo incentivo, apoio e amor, muito obrigado! Eu te amo muito e sempre, toda vez, “que me pergunto se você existe mesmo, amor, entro logo em órbita no espaço de mim mesmo, amor”. Sou grato também à família Barbosa Alves dos Santos, em especial, a Florisbela Barbosa e a Geraldo Paschoal, minha sogra e meu sogro, por terem me acolhido como membro da família: pelo incentivo, pelo apoio, pelo carinho e pelo respeito, muito obrigado!

Agradeço ao meu orientador, professor Hélio Rebello Cardoso Junior, que, numa tarde de 2016, aceitou em sua sala um recém-mestre na área de História Antiga que gostaria de se aventurar pela História da Historiografia contemporânea. Obrigado pelo aceite, pelas orientações, pela paciência, pelas conversas e pela confiança. Não seria possível entregar um trabalho de qualidade sem sua constante ajuda e orientação.

Sou imensamente grato às minhas amigas Aline Menoncello e Karina Anhezini, que me acompanharam neste difícil percurso de construção da tese. A cada uma, o seu agradecimento em separado. Mas só queria agradecer em dupla o acolhimento que o casal mais lindo e afetuoso de Franca me proporcionou. Todas as vezes que pudemos estar juntos – ao vivo e, depois, em *lives* – foram prazerosas para mim. Um agradecimento, então, conjunto ao casal!

À Aline, sou grato por ter me acalmado, pela diversão que me proporcionou, pela embriaguez e a lucidez na medida certa, pelos momentos mais felizes e aqueles nem tão felizes deste percurso. Indicou textos, leu meus textos, fez-me rir, abraçou-me, olhou-me para além do doutorado, das aulas, dos textos, das teses. Ironizou e compartilhou diversos deboches comigo, tudo na medida certa para aliviar a tortura da vida acadêmica e para não morrermos engasgados no próprio veneno. A dívida que tenho com Aline nunca poderá ser paga. Não falo aqui daquela dívida que foi se somando todas as vezes que leu meus manuscritos; que fez *lives* para ajudar a pensar minha tese; que propôs maneiras de conseguirmos escrever juntos; que me ajudou na leitura de Foucault; nem das intermináveis páginas de textos que gentilmente digitalizou e me enviou. Essa soma, qualquer dia, eu pago em cervejas em um bar. A dívida que menciono aqui, impagável, é aquela de termos trilhado juntos o caminho de nos tornarmos doutor e doutora em História. Há momentos nessa trajetória que só Aline viveu comigo. Só nós dois pudemos estar naquele lugar tão nosso, tão cheio de cuidado, tão cheio de afeto e de troca. Um caminho

compartilhado é muita coisa e nunca conseguirei lhe retribuir por tudo isso. Espero que para você tenha valido tanto a pena como valeu para mim. Pela amizade, pelo amor que nutrimos um pelo outro, pela felicidade de vivermos juntos não só a pós-graduação, muito obrigado! Treinados na pós-graduação para pensarmos, dentre outras coisas, as condições de possibilidade de emergência de obras, posso te afirmar com toda certeza, Aline, que uma das condições para emergência da minha tese foi a nossa amizade.

Karina foi uma mentora à distância, tão próxima como amiga, tão serena e partícipe deste trabalho. Sua colaboração com esta tese vem desde a graduação e o meu interesse por refletir sobre o que fazem esses sujeitos chamados/as historiadores/as vem de suas aulas, textos e conversas. A minha paixão pela teoria e pela historiografia nasceu lá na sala 10 da central de aulas de História, às quintas-feiras, durante o ano de 2011. O encontro com Karina foi, com certeza, uma das coisas mais felizes e acolhedoras que a Unesp/Assis me trouxe. Nossas conversas, ao vivo, por *lives* ou mensagens, nunca foram tão sérias como as orientações, nunca foram condescendentes como aquelas entre amigos, e possuíram um lugar único na escrita da minha tese, na minha trajetória como sujeito historiador e nas coisas “nem tão historiadoras” assim. Ter aceitado estar no exame de qualificação deste trabalho e na banca de defesa da minha tese, como avaliadora, foi apenas uma parte dessa trajetória e sou muito grato a ela por isso tudo. Espero, Karina, que se este trabalho não consiga servir de “homenagem à escritura da história”, que ele pelo menos sirva para nos aproximar um pouquinho dessa “arte de inventar o passado”.

À Daiane Vaiz Machado, historiadora dos percursos e dos modos de ser historiadora, que me ajudou a encontrar textos e informações acerca de Maria Beatriz Nizza da Silva e dialogou com ideias e textos sobre História da Historiografia, gênero e intelectuais. Também agradeço aos comentários que fez sobre o meu texto de qualificação e por ter aceitado participar da banca de defesa desta tese. Além disso, agradeço pela leitura muito gentil e atenciosa do meu primeiro projeto de doutorado. Sua leitura, que me cobrou uma guinada à História da Historiografia e sugeriu pensar a memória disciplinar para o meu objeto – o que se tornou, afinal, a grande preocupação deste trabalho –, alterou de forma muito potente o percurso desta pesquisa e deste historiador. Os modos de ser historiadora também podem ser solidários e generosos.

Ao professor Fábio Franzini também expresso meus agradecimentos: desde muito cedo, foi muito generoso e atencioso comigo e com o meu projeto de doutorado. Sugeriu leituras e caminhos antes mesmo do meu ingresso no PPGH da Unesp; depois colaborou com uma leitura muito amiga do meu primeiro projeto; acompanhou o processo por meio de encontros casuais

em Assis; participou do meu exame de qualificação, no qual apontou caminhos e fez as cobranças necessárias, sempre de forma muito respeitosa e gentil; e, como não poderia deixar de ser, aceitou fazer parte da parada final deste meu percurso: a banca de defesa de tese. Sou muito grato a você por ter participado da forma que participou da construção deste trabalho.

À professora Maria da Glória Oliveira, que gentilmente aceitou participar da banca de defesa da minha tese, oferecendo generosamente uma calorosa troca de ideias e colocando questões ao meu texto que eu espero, um dia, poder responder à altura. Agradeço por, mesmo à distância e sem saber, ter me inspirado a fazer “interpelações feministas” à História.

Agradeço aos amigos que fiz em Assis em função da minha formação na Unesp, em especial, aos “amigos cidadãos do mundo”: Láisa Freitas, Vinícius Matsunaga e Flávia de Azevedo, que se tornaram meus companheiros de sobrevivência no interior árido e, depois, em compartilhar a vida de adulto. Agradeço pelo carinho, amizade e apoio desde os tempos da graduação. Agradeço também por nunca termos nos permitido viver alheio às vidas uns dos outros. Amo vocês demais e sempre tenho saudades do tempo em que vivíamos na Aurélio Cataldi, 610. E não, eu não quebrei aquela caneca horrorosa! Sou também grato à imensidão do amor que recebi e recebo de Angélica Martins e Arielle Barbosa que, mesmo à distância, sempre me inspiraram, sempre me arrancaram as melhores risadas e me trouxeram as cores mais lindas da minha vida.

Da mesma maneira, agradeço pela convivência, pelo aprendizado e pela amizade compartilhados nos corredores da Unesp/Assis e que continuam por outros lugares. Aos/às amigos/as de graduação: Marcela dos Santos Alves, Daniel Alves Azevedo e Kassiana Braga; àquelas/es amigos que fiz na pós-graduação: Amanda Giacon Parra, Luciana Francisco, Carla Lisboa Porto, Hugo Quinta, Gilvana Figueiredo e Antônio de Lion. Aos colegas que fiz durante a experiência de orientação: Thiago Viotto, Roberto Andreoni e João Ohara. Seja na pós-graduação ou na graduação, nos eventos acadêmicos ou nos encontros informais, nos bares ou na biblioteca, na alegria ou na tristeza, os/as amigos/as fizeram esse lugar e a minha trajetória valerem muito a pena. Espero que o mundo seja tão bom com vocês quanto foi comigo ao me fazer “trombar” com vocês na Unesp/Assis.

Aos/às colegas do MEMENTO - Linha: História da Historiografia e Teoria da História (Unesp/Franca), muito obrigado pela acolhida, pela leitura do meu texto de qualificação e pela disponibilidade em aprender com vocês. Também agradeço aos colegas da Revista Faces da História, que me ensinaram a editar uma revista acadêmica, àqueles e àquelas que fundaram e que mantêm viva uma forma coletiva de ensino e aprendizagem da vida acadêmica. Uma

conquista de um espaço pedagógico dos e das discentes do programa de pós-graduação em História da Unesp/Assis do qual carregou imensa satisfação de ter feito parte.

Aos demais amigos que fiz em Assis, que me alegraram a vida e que me fizeram acreditar que os encontros são as preciosidades deste lugar: Fábio Morelli, pelas trocas intelectuais e afetivas; à Elaine Calça e Maria Rita Barcelos, que compartilham comigo a vida e a amizade; ao Sandro e à Amélia, que abrigam o centro cultural “Sandro & Amélia” dentro de sua própria casa e o levam para onde forem; ao Vicente de Mello, pelas boas conversas em sua casa ou no seu bar, por ter formado o meu gosto musical por meio dos discos que ouvia no seu icônico Café Alvorada.

Aos amigos e às amigas que a vida de artista amador em Assis me trouxe, por meio do Núcleo de Pesquisa em Expressão Corporal (NPEC), por ter me possibilitado fazer tudo que fiz com o meu corpo. Em especial, a Taynara Rafaela, Cléber Tasquin, Heloísa Helena, Lara Bottos, Mateus Bocalini, Maria Cristina Pelegrini e Júlia Borges, por compartilharem comigo a paixão e o respeito pelo espaço cênico, pelo corpo, pela dança e pelo teatro. Por tudo isso, sou grato também à Dayane Pazinato, dona da voz e do palco, “deusa das divinas tetas”, que me ensinou numa noite de teatro e embriaguez o quão careta é sermos nós mesmos. Day, até hoje me recuso a aceitar a injustiça para com a beleza do mundo que foi sua partida. Tínhamos em comum uma identificação tão grande com o drama do mundo, com tragédia da existência e, ao mesmo tempo, com a alegria de suar nossos corpos, talvez porque nossa “carne fosse feita de carnaval”. Ainda está sendo muito difícil sem você aqui.

Ao Caio Nespolo e ao Lucas Duarte, agradeço por compartilharem a vida, as risadas e o vôlei comigo. Agradeço também ao casal com a maior capacidade de receber bem os amigos no quintal de sua própria casa: Priscila Sales e Luiz Henrique Bertolucci. Pelas noites e dias intensos, regados à comida, vinho, música e conversa boa; pelo amor e pela indignação com a vida e com o mundo, muito obrigado Pri e Lu! Agradeço ao Rogério Assis, amigo que a vida de professor da escola pública me deu e que gentilmente traduziu o resumo desta tese para o inglês.

A todos os meus professores, desde à escola até a pós-graduação, que me ensinaram, apoiaram e inspiraram. Aos professores da EE Prof. Theodorico de Oliveira, onde fiz quase toda minha formação básica; em especial, ao Maurício, meu professor de Ciências, que me despertou o interesse pela dúvida, pela ciência e pela pesquisa; à Wilma, professora de Língua Portuguesa que me fez ser apaixonado pelo teatro, pela música brasileira e pela leitura. Às/aos professoras/es da graduação, especialmente Célia Reis Camargo, minha primeira orientadora, Andrea Lúcia Dorini de Oliveira Carvalho Rossi, que me orientou na iniciação científica e no

mestrado e me fez acreditar um pouco mais em mesmo, e Zélia Lopes da Silva, pelas aulas e pela convivência feliz. Tenho muito orgulho de integrar a profissão que conta com pessoas tão importantes e respeitadas com o ofício.

Agradeço também todos/as aqueles/as que fazem a Unesp/Assis ser uma referência de ensino, pesquisa, extensão e cultura para o interior paulista: as/os funcionárias/os do campus. Do departamento de História, da biblioteca, das seções de graduação e de pós-graduação, do restaurante universitário, dos setores de limpeza e de segurança e todas/os aquelas/es que, em seu trabalho cotidiano, tornaram possível a minha formação na graduação e na pós-graduação.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Agradeço à CAPES e a todas as agências que financiaram meus estudos desde a minha graduação. A pesquisa, mais que um elemento essencial da nossa formação, é também um caminho profícuo de geração de renda para estudantes de todos os níveis de ensino. As bolsas de pesquisa e de auxílio à permanência estudantil que recebi desde 2009 tiveram valor fundamental na minha formação, não só porque garantiram a minha subsistência e a permanência na universidade, mas, essencialmente, porque permitiram a um garoto da zona rural do interior paulista, vindo de escola pública, a sonhar em ser um pesquisador e historiador brasileiro. E, aqui, além de agradecer às instituições que me financiaram, estendo minha eterna gratidão a todos aqueles e àquelas que lutam pela permanência estudantil, pelas bolsas de pesquisa e por uma universidade popular.

Ao encerrar esta tese e estes agradecimentos, preciso fazer ainda mais um destaque: sou filho de trabalhadores rurais que não tiveram acesso à educação formal, mas que nunca questionaram a importância da escola e da faculdade. Sempre fizeram o que puderam para garantir que pelo menos um de seus cinco filhos pudesse se tornar professor, mestre e doutor. Por estar encerrando um ciclo, acabei fazendo algumas contas e cheguei ao resultado de que estou há 25 anos sendo formado pela educação pública brasileira. Com 32 anos, passei mais de 78% da minha vida sendo educado pelo esforço de um país que um dia acreditou ser possível transformar vidas, realidades econômicas, sociais, políticas e culturais por meio da educação. Essas contas me fizeram perceber que eu não sei nem dizer quem eu sou sem a educação pública, gratuita e de qualidade. Recuso-me a acreditar que permitir que crianças e adolescentes passem a tarde lendo um livro seja privilégio. Isso é acesso básico à cidadania, não é privilégio. Ou melhor, não deve continuar sendo um privilégio. Por isso, fico muito feliz que, apesar de todos os percalços e por causa deles também, eu defendi minha tese de doutorado já em 2023, num ano em que posso sonhar que outros meninos e meninas das periferias e das zonas rurais

brasileiras poderão passar tantas tardes lendo um livro, dentro de bibliotecas, ocupando os bancos da escola e da universidade e as vagas da pós-graduação. Viva a educação pública, gratuita e de qualidade!

“O cânon é um evento histórico.”

Roberto Reis

“A escrita não fala do passado senão para enterrá-lo. Ela é um túmulo no duplo sentido de que, através do mesmo texto, ela honra e elimina [...]. Porém, diferentemente de outros "túmulos" artísticos ou sociais, a recondução do "morto" ou do passado, num lugar simbólico, articula-se, aqui, com o trabalho que visa a criar, no presente, um lugar (passado ou futuro) a preencher, um "dever-fazer". A escrita acumula o produto deste trabalho. Através dele, libera o presente sem ter que nomeá-lo. Assim, pode-se dizer que ela faz mortos para que os vivos existam. Mais exatamente, ela recebe os mortos, feitos por uma mudança social, a fim de que seja marcado o espaço aberto por este passado e para que, no entanto, permaneça possível articular o que surge com o que desaparece.”

Michel de Certeau

RIBEIRO JUNIOR, Benedito Inácio. **Um monumento historiográfico: a construção de cânones e memórias disciplinares para a História das Mulheres e das Relações de Gênero no Brasil (1987-2012).** 2022. 439 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Assis, 2023.

RESUMO

Esta tese tem como preocupação principal a compreensão de alguns elementos que fizeram parte da constituição do campo de conhecimento histórico brasileiro comumente denominado História das Mulheres e das Relações de Gênero. Para isso, alguns caminhos e recortes foram escolhidos. Partindo das preocupações da História da Historiografia, a pesquisa questionou como foram construídas memórias disciplinares e de que maneira foram conformados alguns cânones historiográficos para a historiografia brasileira dedicada ao estudo das mulheres e das relações de gênero. Com tais questões em vista, elegeram-se como fontes de pesquisa alguns textos publicados por historiadoras brasileiras que praticaram, desde suas diferentes instituições e orientações teóricas, História das Mulheres e/ou das Relações de Gênero. Tais textos, em sua maioria balanços historiográficos ou reflexões teóricas e conceituais, publicados entre os anos de 1987 e 2012, narraram, de alguma forma, passados diferentes para o referido campo no Brasil. Ao analisar e descrever tais narrativas, a tese pôde identificar a emissão de três enunciados diferentes sobre a origem, sobre o que seria ou o que deveria ser o campo: o primeiro afirmava que a História das Mulheres e das Relações de Gênero no Brasil teria se originado da História da Família e da Demografia histórica; o segundo defendia que o campo teria emergido da História das Mulheres tal qual praticada pela História Social; e, por fim, o terceiro argumentava que o mesmo campo teria nascido de uma historiografia do trabalho realizada, na maior parte das vezes, pelas cientistas sociais. Os três enunciados, nesse sentido, construíram memórias disciplinares divergentes e elegeram diferentes cânones e marcos fundadores para a história que narravam sobre a constituição do campo, informando disputas teóricas, conceituais, institucionais e políticas no interior da historiografia brasileira profissional e acadêmica entre os anos 1980 e as primeiras décadas do século XXI. Escrevendo esses textos, construindo essas memórias disciplinares e tais cânones historiográficos, as historiadoras brasileiras levantaram mais que referências, discussões, historiadoras e obras; elas ergueram, também, um monumento que, hoje, parece bem acabado: a área específica, o campo ou a subdisciplina História das Mulheres e das Relações de Gênero no Brasil. Procura-se, nesta tese, descrever esse monumento.

Palavras-chave: História da Historiografia; História das Mulheres; História das Relações de Gênero; memória disciplinar; cânone historiográfico; historiografia brasileira.

RIBEIRO JUNIOR, Benedito Inácio. **A historiographical monument**: the construction of canons and disciplinary memories for the Women's History and Gender Relations in Brazil (1987-2012). 2022. 439 p. Thesis (PhD in History) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Assis, 2023.

ABSTRACT

This thesis aims to understand some elements that were part of the constitution of the field of Brazilian historical knowledge commonly called Women's History and Gender Relations. For this, some paths and clippings were chosen. Starting from the concerns of the History of Historiography, the research questioned how disciplinary memories were constructed and how some historiographical canons were formed for the Brazilian historiography dedicated to the study of women and gender relations. With these questions in mind, some texts published by Brazilian women historians who have practiced, from their different institutions and theoretical orientations, the Women's History and/or of Gender Relations were chosen as research sources. Such texts, mostly historiographical studies, or theoretical and conceptual reflections, published between 1987 and 2012, narrated, in some way, different pasts for the referred field in Brazil. By analyzing and describing such narratives, the thesis was able to identify the issue of three different statements about the origin, about what would be or what should be the field: the first stated that the Women's History and Gender Relations in Brazil would have originated from the Family History and Historical Demography; the second argued that the field would have emerged from the History of Women as practiced by Social History; and, finally, the third argued that the same field would have been born from a historiography of work carried out, in most cases, by social scientists. The three statements, in this sense, built divergent disciplinary memories and elected different canons and founding milestones for the history they narrated about the constitution of the field, informing theoretical, conceptual, institutional and political disputes within professional and academic Brazilian historiography between the 1980s and the first decades of the 21st century. By writing these texts, building these disciplinary memories and historiographical canons, the Brazilian historians raised more than references, discussions, historians and works; they raised also a monument that, nowadays, it seems well finished: the specific area, the field of study or the subdiscipline Women's History and Gender Relations. It seeks, in this thesis, describe this monument.

Keywords: History of Historiography; Women's History; History of Gender Relations; disciplinary memory; historiographical canon; Brazilian historiography.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO 1: A emergência de enunciados acerca da História das Mulheres e das Relações de Gênero no Brasil (1987-1995)	37
1.1 Começo? História da Família e Demografia histórica	41
1.2 Inflexão? História das Mulheres e uma “perspectiva histórica” para os estudos feministas	71
1.3 Bifurcação? Mulheres e gênero: História Social, História Cultural e filosofias da diferença	95
1.4 Considerações finais.....	138
CAPÍTULO 2: “Uma questão de gênero” na historiografia: o debate conceitual em torno da categoria gênero (1996-1998)	142
2.1 Saída I: História Cultural, História da Família e gênero.....	149
2.1.1 Reafirmação e acomodação? História cultural e gênero, por Maria Izilda Matos...	149
2.1.2 Atualização? Mulheres, família e gênero, por Eni de Mesquita Samara.....	169
2.2 Saída II: História Social, História da Família e Demografia histórica.....	183
2.2.1 Reafirmação? História social e gênero, por Rachel Soihet.....	184
2.2.2 Reabilitação? Mulheres, família e demografia histórica, por Mary del Priore.....	216
2.3 Considerações finais.....	265
CAPÍTULO 3: Trajetórias e gerações, um (novo) lugar e uma tradução: outras formas e tempos para as memórias disciplinares (1998-2004)	270
3.1 Dois “depoimentos” e uma tese: outros caminhos das memórias disciplinares...	273
3.2 Entre os louros da origem e o frescor da atualidade: as trajetórias, as “gerações” e os rearranjos das memórias disciplinares e seus cânones	299
3.3 O GT de Estudos de Gênero (ANPUH/Nacional) e a definição de uma memória disciplinar: reconfigurações institucionais e teóricas.....	322
3.4 Considerações finais.....	353
CAPÍTULO 4: Um monumento historiográfico: a (re)invenção da História das Mulheres e das Relações de Gênero (2005-2012)	358
4.1 Voltar ao balanço e à tradução: Joana Maria Pedro.....	360
4.2 Começo? o “nascimento” da História das Mulheres e das Relações de Gênero..	382

4.3 Atualizando a bifurcação? Joana Maria Pedro e Margareth Rago.....	414
4.4 Convivência? Os enunciados sobre a História das Mulheres e das Relações de Gênero no Brasil pós-2008.....	429
4.5 Considerações finais.....	445
CONSIDERAÇÕES FINAIS	449
REFERÊNCIAS	455

INTRODUÇÃO

Em 1973, na cidade de Rio Claro, interior de São Paulo, defendia-se uma das últimas teses ainda sob o regime das cátedras. Era o trabalho *Siminário de Mininas Orphãos e Educandas e Nossa Senhora da Gloria (Primeiros Ensaios para a Profissionalização Feminina em São Paulo - 1825-1935)*, apresentado por Wanda Rosa Borges à “Faculdade de Ciências e Letras de Rio Claro para obtenção do grau de *Doutor* em Ciência (Cadeira de História Geral e do Brasil)”.¹ A tese de Borges, dentre aquelas que foram levantadas para esta pesquisa, é o primeiro registro de um trabalho brasileiro de pós-graduação em História que se preocupou com a temática das mulheres de maneira central. Um primeiro ponto chama atenção. Desde 1942, quando se defendem as primeiras teses em História no país no sistema de cátedras da Universidade de São Paulo (USP) – dentre as quais se apresentava a tese de Alice Piffer Canabrava, ao lado das de Astrogildo Rodrigues de Mello e Eurípides Simões de Paula –, foi necessário que se passassem 31 anos até que o adjetivo “feminina” aparecesse estampado no título de uma tese. Isso leva a se atentar para um segundo ponto: a primeira tese que levava uma referência direta às mulheres em seu título trazia na sua folha de rosto a palavra “doutor” para se referir à sua autora, Wanda Borges.

Desde então (1942 e 1973), muita coisa mudou: o sistema de cátedras foi extinto para dar lugar ao modelo departamentos; as formas de recrutamento de novos pesquisadores se alteraram; os cursos de mestrado e doutorado se institucionalizaram e se espalharam pelo país;² muitas dissertações e teses trouxeram em seus títulos as palavras “mulher”, “mulheres”, “feminino/a” e muitas delas tiveram o adjetivo *doutora* inscrito em suas folhas de rosto.

A partir de 1970, não só se alteraram questões institucionais relacionadas à pós-graduação brasileira. A porcentagem de mulheres brasileiras que, no ano de 1970, possuía

¹ Não se teve acesso à tese de Borges, mas tais informações foram encontradas no Catálogo de Teses e Dissertações, que digitalizou a folha de rosto do trabalho. Cf. OHARA, João Rodolfo Munhoz (org.). **Catálogo Histórico de Teses e Dissertações da Área de História**. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em <https://www.historiografia.com.br/tese/103>. Acesso em 17 out. 2020. Grifos adicionados.

² Para o cenário de implantação do atual modelo de pós-graduação no Brasil, foram consultados: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014; FICO, Carlos; POLITO, Ronald. **A história no Brasil (1980-1989)** – elementos para uma avaliação historiográfica. Ouro Preto: UFOP, 1992. v. I; FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. Da cátedra universitária ao departamento: subsídios para uma discussão. In: XXIII REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 2000, Caxambú-MG. **Anais...** Caxambu, 2000, p. 1-15. Disponível em: <http://23reuniao.anped.org.br/textos/1118t.PDF>. Acesso em: 19 dez. 2020; SCHWARTZMAN, Simon. O grande salto científico. In: SCHWARTZMAN, Simon. **Um espaço para a ciência: formação da comunidade científica no Brasil**. Tradução de Sérgio Bath e Oswaldo Biato. Brasília: Ministério de Ciência e Tecnologia, 2001. Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/spacet/espaco.htm>. Acesso em 23 set. 2020.

formação universitária era de 26,6%; proporção que saltou para 45,5% no ano de 1980.³ No caso específico da pós-graduação em História, a variante de gênero se apresentava como “aspecto curioso” segundo o levantamento de Carlos Fico e Ronald Polito, já que nos anos 1970, das 309 dissertações e teses defendidas, 186 eram de autoria feminina, representando 60,1% contra 36,2% daquelas produzidas por homens, que tinham defendido 112 delas. Para a década de 1980, Fico e Polito registram a mesma tendência da década anterior: das 812 dissertações e teses (doutorado e livre-docência) levantadas, 486 delas foram defendidas por mulheres (59,8% em números proporcionais) e 315 por homens (38,7%).⁴ Ainda que as mulheres possam ter ultrapassado os homens no número de trabalhos defendidos nos anos 1980, é importante ressaltar que atuação de mulheres como orientadoras – ou seja, como formadoras de novos pesquisadores, atuação de destaque nos departamentos e nos programas de pós-graduação – não seguiu a mesma direção, já que dos 180 orientadores daquela década, apenas 61 eram mulheres, o que representava 33,8%. Ao mesmo tempo, em relação ao total de trabalhos orientados, as mulheres puderam orientar 40% deles.⁵

Nessa esteira de mudanças, a partir do cenário político que se abria com o enfraquecimento e o fim da ditadura militar brasileira (1964-1985)⁶ e da criação, nos anos 1970, e da consolidação, nos anos 1980, dos programas de pós-graduação e o consequente crescimento do número de mestres/as e doutores/as titulados/as, também se abrem as perspectivas e as abordagens teóricas, como a apropriação dos pensamentos de Michel Foucault e Edward P. Thompson;⁷ o aumento do interesse historiográfico pelos “novos movimentos

³ VENTURINI, Anna Carolina. A presença das mulheres na universidade brasileira: um panorama de desigualdade. SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 11 & 13th WOMEN’S WORLDS CONGRESS. **Anais** ... Florianópolis, 2017. Disponível em: http://www.en.www2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1500230828_ARQUIVO_AnnaCarolinaVenturini_Texto_completo_MM_FG.pdf. Acesso em: 24 dez. 2020.

⁴ Os dados de Fico e Polito ainda consideram 11 trabalhos (3,5%) da década de 1970 e outros 11 (1,3%) da década de 1980 aos quais não foi possível atribuir gênero pelo nome de seus autores e autoras. Cf. FICO; POLITO, 1992, p. 48.

⁵ Ibidem, p. 49. Nesse aspecto, também é importante olhar para os dados levantados por Bruna Klem no que toca às disciplinas ministradas nos PPG de História Econômica e de História Social da USP entre 1971 e 1987: das 72 disciplinas oferecidas, as professoras foram responsáveis por 31 delas, enquanto os professores ministraram 41, num departamento que contou, no referido período, com 46 docentes; dentre estes, 19 mulheres e 27 homens. Ainda que as observações de Klem se restrinjam aos PPG da USP e os dados de Fico e Polito abarquem todos os PPG existentes no período, pode-se intuir que também prevalecia, além da orientação, a docência na pós-graduação como lugar em que predominava a atuação de homens. Cf. KLEM, Bruna Stutz. **Historiadoras: aproximações femininas à história da historiografia brasileira**. 2019. 89 f. Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, UFOP, Mariana – MG. 2019.

⁶ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil., 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O tempo do regime militar – Regime militar e movimentos sociais em fins do séculos XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

⁷ RAMOS, Igor Guedes. **Genealogia de uma operação historiográfica: as apropriações dos pensamentos de Edward Palmer Thompson e de Michel Foucault pelos historiadores brasileiros na década de 1980**. 2014. 541

sociais (dos negros, das mulheres, dos homossexuais)” e por uma história do cotidiano, preocupada com a reconstrução de experiências humanas “objetivas e subjetivas”;⁸ acompanhado por mudanças que tentavam se opor a análises de matrizes estruturalistas, ou evitar generalizações e formalismos.⁹

Nesse cenário, brevemente resumido, começou a se notar uma preocupação específica de historiadoras e, em menor número, de historiadores com temas e objetos relacionados às mulheres, ao feminino, ao feminismo etc. Já nos anos 1970, para além da tese de Wanda Borges, outros três trabalhos afinados a esta temática viriam a ser defendidos nos recém-instituídos programas de pós-graduação.¹⁰ Na década de 1980, pode-se notar um aumento bastante significativo dessa preocupação, uma vez que são defendidas 14 dissertações de mestrado, 7 teses de doutorado e 1 tese de livre-docência que trataram, de uma forma ou de outra, de temas relacionados às mulheres ou às relações de gênero como seu principal foco. No total, entre o ano de 1974, data da defesa do primeiro trabalho no atual modelo de pós-graduação que tomava a mulher como tema/objeto central de estudo,¹¹ até o ano de 2012, fim do recorte desta pesquisa, foram defendidas 813 teses e dissertações que se dedicavam ao assunto.¹²

f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, UNESP, Assis, 2014.

⁸ FRANZINI, Fábio; GONTIJO, Rebeca. Panorama da historiografia brasileira contemporânea (1930-1980). In: ABRÃO, Janete Silveira (org.). **Brasil: interpretações & perspectivas**. São Paulo: Marcial Pons; Instituto Universitário de Investigación en Estudios Latinoamericanos – IELAT, Universidad de Alcalá, 2016. p. 32-33.

⁹ GOMES, Ângela de Castro. Questão social e historiografia no Brasil do pós-1980: notas para um debate. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, nº 34, jul./dez. de 2004, p. 157-186.

¹⁰ SOIHET, Rachel. **Bertha Lutz e a Ascensão social da Mulher. 1919-1937**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, UFF, 1974 (Orientador: Stanley Hilton); MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de. **O Trabalho da Mulher e do Menor na Indústria Paulistana (1890-1920)**. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, USP, 1977 (Orientadora: Maria Thereza Schörer Petrone); SALVESTRO, Isis Garcia. **Margarida de Provença: Interesses Familiares e Política**. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, USP, 1978 (Orientador: Victor Deodato da Silva); SAMARA, Eni de Mesquita. **A Família na Sociedade Paulista do Século XIX (1800-1860)**. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, USP, 1980 (Orientadora: Maria Thereza Schörer Petrone).

¹¹ Tratava-se da dissertação de Rachel Soihet, citada logo acima.

¹² A informação sobre o número de trabalhos defendidos precisa de alguns esclarecimentos. O levantamento desses trabalhos defendidos até o ano de 2000 foi feito no *Catálogo Histórico de Teses e Dissertações de História* organizado por João Ohara. Já para os anos de 2001 a 2012, utilizou-se o *Catálogo de Teses e Dissertações* mantido pela CAPES. Como esses catálogos, na maior parte das vezes, não trazem as teses e dissertações digitalizadas, precisou-se fazer o levantamento de acordo com os títulos, resumos e palavras-chave, quando esses estavam disponíveis. Nesse sentido, os números apresentados podem estar subestimados, uma vez que, não podendo ter acesso ao conteúdo dos trabalhos, havia a necessidade encontrar termos e expressões que muitas vezes remetiam ao tema pelo qual aqui se interessa: mulheres, gênero, feminismo, feminino/feminilidade, masculino/masculinidade etc. Contudo, há trabalhos que só constam seus títulos nesses catálogos e, por isso, pode ser que muitas pesquisas que se dedicaram a estudar mulheres e gênero não foram contados. Um exemplo bastante conhecido, só para que tais esclarecimentos sejam dimensionados, é a dissertação de mestrado de Margareth Rago, intitulada *Sem fé, nem lei, nem rei – Liberalismo e experiência anarquista na República*. Se o trabalho não fosse tão conhecido no Brasil e não estivessem disponíveis resumo,

Ao que parece, o interesse extrapolou os limites das pós-graduações e se refletiu, já no final daqueles anos 80, também na Associação Nacional de História (ANPUH),¹³ que publicou um número especial dedicado ao tema, em 1989, em sua *Revista Brasileira de História* (RBH). *A mulher no espaço público*,¹⁴ título do número especial, parecia apontar para um sintoma do que esses anos haviam experimentado: a mulher tinha ocupado o espaço público – além de muitos outros, a própria universidade e a pós-graduação – e invadido, da mesma forma, o passado. Ou, nas palavras de Karla Bessa, é a partir da década de 1980 que as mudanças na historiografia brasileira (institucionais, metodológicas e epistêmicas) permitem a emergência dos estudos históricos das mulheres e das relações de gênero.¹⁵

Talvez não seja por acaso que, também na segunda metade da década de 1980, aqui no Brasil, começa a surgir uma literatura histórica que tenta dar conta desse movimento, dessa preocupação de tornar a mulher sujeito na e objeto da História: alguns balanços bibliográficos e textos de caráter conceitual e teórico começam a emergir no cenário historiográfico brasileiro justamente no período em que o tema da mulher parecia deslanchar nas teses, nas dissertações, nos artigos e em dossiês. Tais textos que, desde então, não cessaram de aparecer, tentaram organizar algo que parecia estar se espalhando pela historiografia brasileira, dar-lhe alguma forma, marcar seu início, seu desenvolvimento, seu futuro, enfim, impor alguns limites a um domínio do conhecimento histórico brasileiro que parecia emergir naqueles anos.

palavras-chave e o próprio texto no banco de teses da Unicamp, provavelmente a dissertação de Rago passaria despercebida neste levantamento. Cf. OHARA, 2020; CAPES. **Catálogo de Tese e Dissertações**. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/>.

¹³ Fundada em 1961, na cidade de Marília, como APUH, Associação dos Professores Universitários de História, em 1971 tornou-se ANPUH, Associação Nacional de Professores Universitários de História, no simpósio de Goiânia. Depois de 1977, no simpósio realizado em Florianópolis, a ANPUH passou a admitir professores da educação básica e alunos de pós-graduação e de graduação em seus quadros, mas manteve a denominação de “professores universitários”. Apenas a partir de 1993, no simpósio realizado em São Paulo, decidiu-se pelo atual nome, Associação Nacional de História, mantendo-se o acrônimo ANPUH. Neste trabalho, para facilitar a referência à associação, optou-se manter a sigla ANPUH, sigla que já era utilizada a partir de 1987, data que marca o início do recorte temporal desta tese. Para discussões mais aprofundadas acerca da ANPUH e maiores esclarecimentos sobre as mudanças de nome e de sigla da associação, bem como das questões políticas e intelectuais que as acompanharam, ver: BESSA, Karla Adriana Martins. **(Entre)cruzando histórias: gênero e historiografia brasileira (1961-1996)**. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Unicamp, Campinas-SP, 2000; SILVA, Paulo Thiago Santos Gonçalves da. **A Associação Nacional dos Professores Universitários de História: espaço de identificação profissional e legitimação do saber histórico (1961–1977)**. 334 f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, UnB, Brasília-DF, 2014; MACHADO, Daiane Vaiz. **Por uma “ciência histórica”**: o percurso intelectual de Cecília Westphalen, 1950-1998. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, UNESP, Assis-SP, 2016; SANTOS, Wagner Geminiano dos. **A invenção da historiografia brasileira profissional: geografia e memória disciplinar, disputas político-institucionais e debates epistemológicos acerca do saber histórico no Brasil**. Vitória: Editora Milfontes, 2020.

¹⁴ REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA. **A mulher no espaço público**. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, v. 9, n. 18, ago./set. 1989.

¹⁵ BESSA, Op. cit.

É nesse cenário que esta tese busca compreender alguns elementos que se fizeram presentes a partir dos anos 1980 na formação do campo¹⁶ de estudos históricos dedicado aos temas da mulher e do gênero. Em especial, busca-se entender como alguns textos construíram passados diferentes para o domínio do conhecimento histórico que comumente se chama de História das Mulheres e das Relações de Gênero. Para isso, optou-se por selecionar alguns textos que apresentam características gerais de balanço historiográfico, tais como o arrolamento de autoras e obras, mas também de temas, grupos, debates, instituições, periódicos etc., bem como outros textos que se dedicaram a refletir teórica e conceitualmente sobre a área.

Esses textos parecem profícuos para a compreensão de dois aspectos interconectados desse campo: a construção de memórias disciplinares e de cânones historiográficos para História das Mulheres e das Relações de Gênero. Os textos, em sua maioria balanços historiográficos, acabaram por disputar temas relacionados à origem da área, ao seus desdobramentos, à sua relação com o feminismo, com aspectos teóricos, conceituais e metodológicos; bem como apresentaram embates para delimitar, institucional, geográfica e teoricamente o que teria sido, o que era e o que poderia vir a ser tal área do conhecimento histórico brasileiro. Misturando rol de obras e autoras, mesclando o tom memorialístico e de crítica historiográfica, apontando para debates teórico-conceituais, apresentando soluções para dilemas enfrentados pela área com caracteres mais ou menos normativos, tais textos são produções em que mais facilmente se podem encontrar dados e informações sobre os debates que se estabeleceram entre as historiadoras acerca daquilo que comporia ou representaria a área e, conseqüentemente, daquilo que também não se referiria a ela.¹⁷

¹⁶ “Campo” aqui é usado em seu sentido amplo, sem nenhuma intenção de vinculá-lo ao conceito bourdieusiano de campo. A despeito da possibilidade de utilizar tal conceito para compreensão do que aqui interessa a esta tese, não é dele que se parte. Apenas utiliza-se no sentido de área específica do conhecimento histórico ou como subdisciplina, no intuito de não tornar repetitivo o uso dos termos “área” e/ou “subdisciplina”. Há também que se atentar para o fato de que as fontes aqui mobilizadas utilizaram diversas vezes o termo “campo” sem necessariamente vinculá-lo às concepções de Pierre Bourdieu.

¹⁷ Esse tipo de texto, em especial os balanços, também têm recebido atenção especial dos historiadores e historiadoras da historiografia brasileira, seja com o intuito de debater a construção da memória disciplinar da História e a formulação de seus cânones, seja com quaisquer outros objetivos. Cf. ADOLFO, Roberto Manoel Andreoni. A produção de balanços historiográficos no Brasil: entre o poder político e o poder discursivo (1990-2011). *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 22, n. 3, p. 500-510, set/out. 2018; ADOLFO, Roberto Manoel Andreoni. *A historiografia brasileira da escravidão nos anos 1980: do enunciado ao eclipsado*. 2019. 189 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, UNESP, Assis, 2019; FRANZINI, Fábio; GONTIJO, Rebeca, 2016; FRANZINI, Fábio; GONTIJO, Rebeca. Memória e história da historiografia no Brasil: a invenção de uma moderna tradição, anos 1940-1960. In: SOIHET, Rachel *et al.* *Mitos, projetos e práticas: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 141-160; FREIRE, Diego José Fernandes. Memória, história e identidade: o caso da “escola uspiana de história”. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 21, n. 39, p. 139-153, jul.-dez. 2019; GONTIJO, Rebeca. A história da historiografia no Brasil, 1940-1970: apontamentos sobre sua escrita. In: XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DA ANPUH – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA. *Anais...* São Paulo, 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300912250_ARQUIVO_ANPUH2011TextoRebecaGont

Assim, foram levantados 33 textos escritos por historiadoras brasileiras publicados entre 1987 e 2012 com a intenção de responder à seguinte questão: como esse conjunto circunscrito de textos pôde construir algumas memórias disciplinares para a área de História das Mulheres e das Relações de Gênero no Brasil e, conseqüentemente, estabelecer seus cânones?

A seleção desses textos obedeceu a um critério bastante simples: para ser tornado fonte desta pesquisa, o texto deveria ter sido publicado por uma historiadora brasileira que tivesse, de uma forma ou de outra, praticado História das Mulheres e/ou das Relações de Gênero no país, seja na pesquisa da pós-graduação ou na publicação de livros.¹⁸ Para além disso, não foram consideradas contribuições que se espalham por inúmeros trabalhos defendidos nos PPG de História pelo Brasil, assim como em obras e livros autorais que tematizavam mulheres e/ou gênero. Em que pese o potencial desses trabalhos em evidenciar a construção de memórias disciplinares e de cânones para a área e até mesmo para observar os níveis de apropriação dessas questões forjadas nos textos aqui analisados, eles não foram acolhidos no *corpus* documental, pois demandaria um esforço e um levantamento de material que não foram possíveis de se realizar para o estudo que aqui se apresenta.¹⁹

O recorte é estabelecido pelo mais antigo texto desse tipo ao qual se teve acesso durante a pesquisa, publicado por Maria Beatriz Nizza da Silva em 1987, e os textos que foram

ijo.pdf. Acesso em: 03 dez. 2020; GONTIJO, Rebeca. Tal História, qual memória? Capistrano de Abreu na História da Historiografia brasileira. **Projeto História**, São Paulo, nº 41, p. 491-526, dez. de 2010; MACHADO, Daiane Vaiz. Texto historiográfico como “discurso de justificação”: Cecília Westphalen e a construção de um lugar para si. **Resgate - Revista Interdisciplinar de Cultura**, Campinas, v. 25, n. 1 [33], p. 295-314, jan./jun. 2017; MALERBA, Jurandir. Notas à margem: a crítica historiográfica no Brasil dos anos 1990. **Textos de História**, v. 10, n. 1/2, p. 181-211, 2002; SANTOS, 2020; ZILBERLEIB, Branca. **A mulher como problema de pesquisa em História**: emergência de estudos sobre mulheres e gênero na historiografia brasileira recente (1973-2001). 2022. 151 f. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2022.

¹⁸ Um exemplo de como funcionou tal método de seleção é o caso de Andrea Lisly Gonçalves, que publicou em 2006 o livro *História & gênero*, pela Coleção História &..., da Editora Autêntica. Gonçalves faz uma espécie de balanço da produção brasileira sobre o tema, mas, como ela mesmo afirma na obra, não se dedicou a estudar mulheres e/ou gênero durante a sua carreira. Suas pesquisas de mestrado e doutorado se dedicaram, respectivamente, ao estudo da história política na América Latina e à investigação sobre alforrias em Minas Gerais. Além disso, os temas de pesquisa depois de sua formação também não privilegiaram a área com a qual esta tese se preocupa. Cf. GONÇALVES, Andréa Lisly. **História & Gênero**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006; GONÇALVES, Andréa Lisly. **Currículo do Sistema de Currículos Lattes**. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/4061086168315063>. Acesso em: 12 abr. 2020.

¹⁹ Outro exemplo da exclusão que se opera na seleção das fontes para esta tese está na introdução de *Nordestino: invenção do falo*, de Durval Muniz de Albuquerque Junior. Ao localizar seu livro entre as discussões sobre gênero e masculinidade, Albuquerque Junior expõe, ainda que de forma rápida, as abordagens que não levará em conta em sua análise, elencando algumas vertentes para se pensar o tema em questão e fazendo, de certa forma, uma crítica às concepções da “historiografia dos excluídos”, “a historiografia marxista”, “a historiografia de inspiração psicanalítica” etc. Nesse sentido, é possível notar aí também aquela crítica historiográfica que Jurandir Malerba caracterizou como um “nível primordial”, que está ou “deveria estar” presente em toda pesquisa historiográfica e, por isso mesmo, é insondável pelo seu volume. Cf. ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. **Nordestino: invenção do “falo”** – uma história do gênero masculino (1920-1940). 2 ed. São Paulo: Intermeios, 2013; MALERBA, 2002.

publicados na coletânea *Nova História das Mulheres no Brasil*, que veio a público em 2012. Decidiu-se encerrar o recorte da pesquisa pelos textos de 2012, pois julga-se que, naquele momento, já havia dois enunciados bem estabelecidos sobre a área e que ocuparam espaço de destaque nas discussões promovidas na coletânea.²⁰

Grande parte desses textos analisados aqui foram publicados na década de 1990. De acordo com Jurandir Malerba, assistiu-se durante tal década a “um lampejo de esforço no sentido da profissionalização” da prática de crítica historiográfica no Brasil, mesmo que, para o autor, tal prática se mostrasse ainda incipiente. Segundo Malerba, a produção dessa crítica historiográfica pode ser estabelecida em alguns níveis: 1) a escrita de teses e dissertações, nível primordial da crítica historiográfica em que se notam (ou deveriam se notar) a análise da produção anterior sobre o mesmo tema/objeto estudado; 2) a produção de resenhas, o nível mais elementar desta crítica; 3) “mais um degrau e a crítica começa a se caracterizar como tal”, nos ensaios bibliográficos e nos exercícios de balanço.²¹

Fábio Franzini e Rebeca Gontijo também olham para a década de 1990 como momento privilegiado para o início da discussão sobre História da Historiografia no Brasil:

Parece fora de questão que a década de 1990 marca uma espécie de ‘descoberta’ da história da historiografia pelos historiadores brasileiros. Desde então, como é notado por diferentes autores, podemos perceber um crescente aumento dos trabalhos dedicados, em maior ou menor graus, ao estudo da escrita da história, bem como a ampliação dos espaços institucionais de debate, tanto em nossos departamentos de História e grupos de estudo quanto no âmbito dos encontros da Associação Nacional de Professores Universitários de História (ANPUH).²²

Se informam sobre a década de 1990 brasileira, Franzini e Gontijo também chamam atenção para os meados da década de 1970 francesa, na qual, com a publicação de *Faire l’histoire* sob organização de Jacques Le Goff e Pierre Nora, observava-se que a “tomada de

²⁰ Tem-se notícia de um texto de Miriam Moreira Leite intitulado “Reflexões sobre os Estudos Históricos da Mulher”, que teria sido anexado a um relatório elaborado por Cristina Bruschini e apresentado no Seminário Zahidé Machado Neto, organizado pelo NEIM-UFBA (Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher) em 1984. No entanto, não foram encontradas maiores informações sobre tal seminário, além do relato de algumas historiadoras que apontavam que o texto de Leite e o relatório mimeografados se encontravam no Arquivo do Núcleo de Estudos de Gênero Pagu – Unicamp. Quando se fez contato com o referido arquivo, informou-se que o relatório se encontrava no acervo da Biblioteca da Fundação Carlos Chagas (FCC), em São Paulo. A biblioteca da FCC não respondeu a nenhum de nossos e-mails e, em virtude da pandemia de Covid-19, não foi possível visitar pessoalmente a biblioteca da Fundação. Nesse sentido, a despeito da existência de um texto anterior a 1987, elegeu-se este ano como recorte inicial da pesquisa, devido ao fato de não se ter acesso ao texto de Miriam Moreira Leite. No entanto, outro texto de Leite foi encontrado, publicado já nos anos 1990, e ele será analisado aqui nesta tese.

²¹ MALERBA, 2002, p. 182-183.

²² FRANZINI; GONTIJO, 2009, p. 181.

consciência do relativismo da história, por parte dos historiadores, levou-os a refletir sobre a própria história como conhecimento” e a busca por evidenciar e compreender “suas condições de produção”.²³ Fernando Nicolazzi adiciona a essa problemática da década de 1970 a publicação das obras *Meta-história* de Hayden White (1973), *A escrita da história* de Michel de Certeau (1975), assim como *Les lieux de mémoires* organizada por Pierre Nora (1984-1992) e os estudos aos quais Arnaldo Momigliano vinha se dedicando desde 1950.²⁴ Nicolazzi, mas também Lúcia Maria Paschoal Guimarães,²⁵ lembra ainda a afirmação da subdisciplina História da Historiografia quando, em 1980, o Comitê Internacional de Ciências Históricas reconhece o novo campo e cria a Comissão Internacional de História da Historiografia que, em 1982, viria a fundar a revista *Storia della Storiografia*.²⁶

De volta ao Brasil, Thiago Nicodemo, Pedro Santos e Matheus Pereira mapeiam e historicizam algumas formas de se refletir acerca da história e do ofício de historiador entre 1870 e 1970. Os autores indicam, a partir da análise de uma série de textos – entre eles os balanços, necrológios, monografias, coletâneas, revistas etc. –, a consolidação do termo “historiografia” e a relativa autonomização da subdisciplina que se conhece hoje como “história da historiografia”.²⁷ Nesse movimento de conferir determinada autonomia à História da Historiografia, os autores destacam as contribuições que se dão a partir dos anos 1970 no Brasil, como os trabalhos monográficos²⁸ e de balanço historiográfico, tais quais os de José Roberto do Amaral Lapa, Nilo Odália, Francisco Iglésias e Carlos Fico.²⁹

Essa preocupação historiográfica, ou essa “nau epistemológica” na qual a historiografia embarcou nas últimas décadas, no Brasil e no exterior, parece ter feito sentir seus efeitos nas reflexões que se fazem nas investigações sobre História das Mulheres e os estudos de gênero.

²³ FRANZINI; GONTIJO, 2009, p. 181.

²⁴ NICOLAZZI, Fernando. A história e seus passados: regimes historiográficos e escrita da história. In: BENTIVOGLIO, Júlio; NASCIMENTO, Bruno César. **Escrever história: historiadores e historiografia brasileira nos séculos XIX e XX**. Serra: Milfontes, 2017. p. 7-36.

²⁵ GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Sobre a História da Historiografia brasileira como campo de estudos e reflexões. Em: NEVES, Lúcia M. B. Pereira das *et al.* **Estudos de historiografia brasileira**. RJ: Editora FGV, 2011. p. 19-35.

²⁶ Nicolazzi também chama a atenção para a criação, no Brasil, do periódico *História da Historiografia*, fundado em 2008 e hoje editada pela Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia, criada em 2009. Para um balanço da primeira década de publicações do referido periódico, ver: VARELLA, Flávia Florentino. Limites, desafios e perspectivas: a primeira década da revista História da Historiografia (2008-2018). **História da Historiografia**, Ouro Preto, v. 11, n. 28, p. 219-265, set-dez 2018.

²⁷ NICODEMO, Thiago Lima; SANTOS, Pedro Afonso Cristovão dos; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. **Uma introdução à história da historiografia brasileira (1870-1970)**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

²⁸ Por trabalho monográfico, Nicodemo, Santos e Pereira expressavam as teses defendidas na pós-graduação em História, nomeadamente: “[...] *João Francisco Lisboa: contribuição para o estudo da historiografia brasileira*, de Maria de Lourdes Monaco Janotti, defendida em 1971; *O fardo do homem branco: Southey, historiador do Brasil*, de Maria Odila Leite da Silva Dias, defendida em 1972; e *O fazer e o saber na obra de José Honório Rodrigues: um modelo de análise historiográfica*, de Raquel Glezer, defendida em 1977.” Ibidem, p. 35.

²⁹ Ibidem, loc. cit.

Nos âmbitos nacional e internacional, emergem leituras sobre uma História da Historiografia das Mulheres e do Gênero, mas também reflexões que tomam emprestadas contribuições das discussões feministas e de gênero com o intuito de questionar o próprio conhecimento histórico.

Parecem fundamentais, nesse sentido, as contribuições de Joan Scott e Bonnie Smith. A primeira, que teve suas ideias muito debatidas e citadas no Brasil, publicou textos que refletem sobre a categoria gênero enquanto ferramenta analítica, que historicizam mulheres, mas que colocam também em questão, desde uma perspectiva “crítica” e feminista, pressupostos do fazer histórico, como a possibilidade de uma História das Mulheres, as implicações políticas e de gênero ao se escrever a História e o estatuto próprio da disciplina histórica.³⁰ Já Smith, em 1998, publica *Gender of history. Men, Women and Historical practice*³¹ para tratar do contexto de afirmação disciplinar da História e da profissionalização dos historiadores entre os anos de 1800 e 1940 na Europa e nos Estados Unidos, sob uma perspectiva de gênero. Assim, Bonnie Smith perscruta a formação de jovens homens e mulheres e suas consequências para o acesso aos cursos e discussões históricas; expõe a divisão baseada em gênero entre as romancistas amadoras e os historiadores profissionais; aponta para a falta de acesso aos bancos universitários por parte das mulheres; mostra as práticas mobilizadas por historiadores em arquivos e na análise das fontes para concluir como gênero “foi parte constitutiva dos procedimentos na história científica”.³² Assim, Smith afirma não ser por “mero preconceito” ou por “falhas momentâneas nos padrões objetivos” que as obras históricas, a “objetividade” e a profissão carreguem “fortes sinais de gênero, sexo e masculinidade”, mas, sim, porque gênero é elemento constitutivo das relações sociais e dos modos de pensar e se fazer ciência, portanto, da própria prática histórica.³³

No Brasil, parecem avançar algumas tentativas de pensar essa articulação entre História, História da Historiografia e gênero. Boa parte delas caminham no sentido de “recuperar” as trajetórias de historiadoras, não necessariamente se valendo das abordagens da História das Mulheres ou com auxílio da categoria gênero para compreender seus percursos intelectuais e

³⁰ Não cabe aqui elencar todas as publicações de Scott feitas no exterior e também traduzidas aqui no Brasil. Além do seu volume, não se tem a intenção de historiar suas propostas acerca da História das Mulheres e da categoria gênero, bem como acerca da disciplina histórica. No decorrer da tese, quando oportuno, os textos de Scott serão apresentados e discutidos. Para um panorama das amplas reflexões de Scott sobre a História, cf. AVILA, Arthur de Lima. Joan Scott: história e crítica. In: BENTIVOGLIO, Júlio; AVELAR, Alexandre de Sá (org.). **O futuro da história: da crise à reconstrução de teorias e abordagens**. Vitória: Milfontes, 2019. p. 9-34.

³¹ A versão utilizada nesta tese trata-se da tradução brasileira que recebeu o título *Gênero e história: homens, mulheres e prática histórica*. Ver, na lista de referências, SMITH, Bonnie. **Gênero e história: homens, mulheres e prática histórica**. Tradução de Flávia Beatriz Rossler. Bauru: EDUSC, 2003.

³² Ibidem, p. 219.

³³ Ibidem, p. 218; p. 13-37.

pessoais ou suas maneiras de se escrever História.³⁴ Ainda nesse caminho, há estudos que buscam questionar o cânone e memória constituída sobre a História da Historiografia brasileira desde um olhar de gênero e/ou feminista.³⁵

Ainda são poucas, no entanto, as pesquisas que buscam compreender a História das Mulheres e das Relações de Gênero no Brasil desde uma abordagem da História da Historiografia. Dois estudos ainda se apresentam como as únicas pesquisas mais aprofundadas sobre o tema. O primeiro deles é a tese de Karla Bessa, *(Entre)cruzando histórias: gênero e historiografia brasileira (1961-1996)*, defendida no ano de 2000, que analisa o percurso de profissionalização da História no Brasil a partir das publicações da ANPUH e como tal percurso possibilitou a tematização das relações de gênero na historiografia brasileira.³⁶ O segundo, bastante recente, é a dissertação de mestrado defendida por Branca Zilberleib em 2022: *A mulher como problema de pesquisa em História: emergência de estudos sobre mulheres e gênero na historiografia brasileira recente (1973-2001)*, que lança mão de instrumentos da História intelectual e da História da Historiografia, da análise também dos balanços e textos teóricos, da avaliação da produção de dissertações e teses e do estudo de questões institucionais para afirmar que é apenas “por volta de 1994 que a área adquiriu um espaço próprio e ganhou contornos visíveis”.³⁷

³⁴ MACHADO, 2016; LIBLIK, Carmem Silvia da Fonseca Kummer. **Uma história toda sua:** trajetórias de historiadoras brasileiras (1934-1990). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba-PR, 2017; ERBERELI JÚNIOR, Otávio. **A trajetória intelectual de Alice Piffer Canabrava:** um ofício como sacerdócio (1937-1997). 369 f. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, USP, São Paulo-SP, 2019; ALVES, Eduarda Carvalho de Castro. **A História das Mulheres no Brasil:** Configuração do campo por meio da trajetória de Rachel Soihet (1970-2010). 166 f. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado de Rio de Janeiro, UNIRIO, Rio de Janeiro-RJ, 2020. Chama-se atenção também para o dossiê “Historiadores e historiadoras, esses desconhecidos: Quem e como se escreve a História”, da revista *História da Historiografia*, que trouxe os nomes de Alice Piffer Canabrava, Cecília Westphalen e Maria Yedda Linhares como objetos de pesquisa de seus artigos. Cf. HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA. **Historiadores e historiadoras, esses desconhecidos**, Ouro Preto, v. 9, n. 22, jul.-ago. de 2016.

³⁵ Ver, novamente, LIBLIK, Op. cit. e KLEM, 2019. Maria da Glória Oliveira também traz questionamentos ao cânone historiográfico e a sua invisibilidade flagrante de nomes femininos. Cf. OLIVEIRA, Maria da Glória. Os sons do silêncio: interpelações feministas decoloniais à história da historiografia. **História da Historiografia**, Ouro Preto, v. 11, n. 28, p. 104-140, set-dez 2018.

³⁶ BESSA, 2000. A tese de Karla Bessa ocupará um duplo lugar nesta pesquisa. Ao mesmo tempo em que será utilizada como uma referência para as discussões sobre a memória disciplinar e os cânones da área, bem como para análise das fontes, também será mobilizada como fonte para compreensão da memória disciplinar construída sobre área. Esse duplo lugar se justifica uma vez que, enquanto trabalho de História da Historiografia, as reflexões de Bessa oferecem informações e *insights* sobre a documentação aqui analisada; enquanto fonte sobre as diversas narrativas que se criaram para a área, a tese de Bessa indica alguns elementos característicos da elaboração de cânones e memórias disciplinares sobre a História das Mulheres e das Relações que estavam em evidência na virada dos anos 1990 para os anos 2000.

³⁷ ZILBERLEIB, 2022, p. 134. A dissertação de Branca Zilberleib poderia colaborar muito mais com os resultados e discussões propostos nesta tese. No entanto, pelo fato de as defesas da dissertação de Zilberleib e desta tese terem acontecido quase ao mesmo tempo, restou pouco tempo hábil para adensar nossos resultados com as contribuições de Zilberleib para a entrega do exemplar final. De todo modo, nas publicações vindouras, o trabalho em tela será melhor engajado na nossa proposta de análise.

As demais discussões acerca de uma História da Historiografia sobre mulheres e gênero no país se encontram em balanços bibliográficos que, em que pese não se tratarem necessariamente de uma História da Historiografia propriamente dita,³⁸ esforçam-se para historiar a área no país. Tais textos foram tomados como fontes para esta pesquisa. Há também discussões mais pontuais em algumas pesquisas, como no caso da tese de Igor Guedes Ramos que, ao investigar as apropriações dos pensamentos foucaultiano e thompsoniano no Brasil, se dedica ao estudo de teses e dissertações que pesquisaram sobre mulheres e/ou gênero na década de 1980.³⁹

Algumas palavras sobre os conceitos-chave para a construção do objeto e para a escolha das fontes que foram estudadas neste trabalho parecem ser necessárias ainda nesta introdução. Faz-se isso que possam se evidenciar os caminhos escolhidos para a construção desta tese e de seus principais argumentos.

Buscando refletir sobre as obras que publicara na década de 1960 com o desejo de explicitar, sistematizar, “mas sobretudo de clarificar ou aperfeiçoar os princípios” nelas formulados,⁴⁰ Michel Foucault caracterizava suas reflexões acerca dos saberes relacionando-as a certa inflexão na maneira como os historiadores vinham tratando as suas fontes. Ao construir sua argumentação sobre como praticou um método de análise dos discursos, Foucault expõe a definição de documento na qual se apoiava: “[...] o documento não é o feliz instrumento de uma história que seria em si mesma, e de pleno direito, *memória*; a história é, para uma sociedade, uma certa maneira de dar *status* e elaboração à massa documental de que ela não se separa.”⁴¹

Para os intentos desta tese, as contribuições de Foucault se tornam essenciais para historicizar alguns enunciados acerca do campo historiográfico brasileiro sobre mulheres e gênero. Assim, busca-se nas reflexões foucaultianas alguma inspiração para trabalhar uma quantidade de documentos que podem ajudar a descrever determinadas práticas discursivas que

³⁸ Para Horst Walter Blanke, os balanços poderiam ser entendidos como uma espécie ou, em suas palavras, um dos “tipos” de história da historiografia. Circunscrito à análise da historiografia alemã, Blanke afirma que o “balanço geral” é um “tipo independente” de história da historiografia, pois seria diferente de outros tipos, como a história da disciplina, a história das obras históricas, a história dos profissionais de história etc. Os balanços, na concepção de Blanke, se tratariam de “livros-textos que contêm visões panorâmicas do estado das pesquisas com a intenção graduar historiadores ou classifica-los em campos específicos” e que somente nessa leitura específica podem ser considerados um tipo independente história da historiografia. Cf. BLANKE, Horst Walter. Para uma nova história da historiografia. In: MALERBA, Jurandir (org.). **A História escrita: teoria e história da historiografia**. São Paulo: Contexto, 2006. p. 27-64.

³⁹ RAMOS, 2014, especificamente o subtópico “Os primeiros passos da história de gênero no Brasil: a luta de raças em nova veste”, p. 456-487.

⁴⁰ MACHADO, Roberto. Introdução: por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015. p. 11.

⁴¹ FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. p. 8. Grifos no original.

conformam certas memórias disciplinares e estabelecem alguns cânones para o campo. Dessa maneira, parece pertinente aos objetivos aqui propostos se atentar para como Foucault desloca a análise do documento para a descrição de um monumento:

Digamos, para resumir, que a história, em sua forma tradicional, se dispunha a “memorizar” os *monumentos* do passado, transformá-los em *documentos* e fazer falarem estes rastros que, por si mesmos, raramente são verbais, ou que dizem em silêncio coisa diversa do que dizem; em nossos dias, a história é o que transforma os *documentos* em *monumentos* e que desdobra, onde se decifravam rastros deixados pelos homens, onde se tentava reconhecer em profundidade o que tinham sido, uma massa de elementos que devem ser isolados, agrupados, tornados pertinentes, inter-relacionados, organizados em conjuntos. Havia um tempo em que a arqueologia, como disciplina dos monumentos mudos, dos rastros inertes, dos objetos sem contexto e das coisas deixadas pelo passado, se voltava para a história e só tomava sentido pelo restabelecimento de um discurso histórico; poderíamos dizer, jogando um pouco com as palavras, que a história, em nossos dias, se volta para a arqueologia – para a descrição intrínseca do monumento.⁴²

Essa concepção orienta o modo como um determinado número de textos serão lidos nesta tese. Os documentos ou fontes são observados aqui como práticas discursivas que monumentalizaram uma área específica da pesquisa histórica. Esses documentos são balanços historiográficos e textos de reflexão teórica e conceitual que, de maneiras diversas, de lugares e suportes diferentes, de autorias variadas, tentaram delimitar, circunscrever, cortar e recortar, moldar e prescrever o que fora, o que era e, por vezes, o que poderia vir a ser a História das Mulheres e das Relações de Gênero no país.

Olhando-os de frente, dos seus títulos às suas referências; observando suas notas de rodapé ou aquelas atiradas para o fim; aproximando-se das listas – às vezes curtas; outras, nem tanto – de nomes, obras, artigos, lugares e debates pode-se ver um exercício de construção do que se chama aqui de memória disciplinar para o campo. Mira-se, em tais textos, algumas tentativas de elaborar uma narrativa acerca da área – quase que sempre da área que se pratica – para dar-lhe uma história, esculpir-lhe uma memória para sua existência enquanto área, enquanto prática legítima de pesquisa histórica. Ao elaborar esses textos, suas autoras levantam mais que referências, discussões, historiadoras e obras; elas erguem, também, um *monumento* que, hoje, parece bem acabado: a área específica, o campo ou subdisciplina História das Mulheres e das Relações de Gênero no Brasil. Procura-se, nesta tese, descrever esse monumento.

⁴² FOUCAULT, 2010, p. 8. Grifos no original.

Buscando, então, se inspirar nas propostas de Foucault sobre a análise dos discursos, não se trata aqui de tomar esses textos como algo possível de indicar ou “descobrir” os acontecimentos da historiografia brasileira que tratou das mulheres e/ou das relações de gênero; não se busca, por meio deles, mostrar os fatos que estão “fora” deles, de “se reconstituir o que se quis dizer”⁴³ com esses balanços historiográficos e textos de reflexão teórico-conceitual. Ou seja, não se olha para eles apenas enquanto vias “de acesso ao que estava para além deles”, como se apenas representassem os acontecimentos históricos por eles narrados, mas, aqui, tais textos serão analisados “como aquilo que são: acontecimentos [...], marcas e restos deixados por uma dada temporalidade.”⁴⁴

Não se tem a intenção de evidenciar a “verdade” que as próprias autoras de tais textos não puderam ver ou escrever. Ou da mesma, não se busca demonstrar a intenção, o que tentavam mascarar quando escreviam textos que definiam a área. Busca-se descrevê-los como o que são: discursos sobre determinado domínio do saber histórico brasileiro. Não seria o caso também de, ao analisar os balanços historiográficos e textos de reflexão teórico-conceitual escritos entre os anos de 1987 e 2012, recorrer às obras às quais se referem para interpelá-los, perguntar se as historiadoras que os escreveram puderam compreender “realmente” ou “verdadeiramente” o que as obras disseram; confrontar a historiografia sobre as mulheres e relações de gênero com os discursos que sobre ela foram construídos para descobrir se eles corretamente disseram do que se tratava tal historiografia, já que, como argumenta Roberto Andreoni Adolfo, isso “implicaria no entendimento do objeto como algo autônomo, como se ele tivesse forma e vida própria independente das práticas discursivas que o delimitam.”⁴⁵

Em vez de partir das fontes que são descritas e analisadas aqui para verificar em uma diversificada documentação – que poderia ir das teses e dissertações aos artigos publicados em periódicos, dos livros aos textos publicados em anais de eventos etc. –, este trabalho fica no terreno dos próprios balanços e reflexões teórico-conceituais e busca descrever, a partir deles, os enunciados que se tornaram possíveis sobre as pesquisas que se apresentavam nas teses, dissertações, livros, artigos, anais etc. Pressupõe-se que, se é possível descrever os enunciados que foram emitidos acerca de determinadas operações historiográficas⁴⁶ brasileiras que se

⁴³ FOUCAULT, Michel. Sobre a arqueologia das ciências. Resposta ao círculo de epistemologia. In: **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. Organização e seleção de textos: Manoel Barros da Motta; Tradução de Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. p. 93.

⁴⁴ ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. Um Mestre de Rigor: Manoel Luiz Salgado Guimarães e a delimitação do campo de estudos de historiografia no Brasil. **História da Historiografia**. Ouro Preto, n. 13, dezembro, 2013. p. 144-153.

⁴⁵ ADOLFO, 2019, p. 15.

⁴⁶ CERTEAU, Michel. A operação historiográfica. In: CERTEAU, Michel. **A escrita da História**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. p. 65-119.

convencionaram chamar de História das Mulheres e das Relações de Gênero, pode-se observar como eles emergem, a partir de quais problemas, como se relacionam entre si e como se excluem.⁴⁷ Com isso, não se trata aqui exatamente de investigar a produção historiográfica “em si”, mas tentar descrever enunciados que organizam, recortam, hierarquizam, rememoram e esquecem determinados temas, obras e autoras de tal historiografia. Nesse sentido, a tese tentará descrever como as fontes puderam emitir enunciados sobre o campo, retomando textos aos quais se referem para esclarecer questões atinentes ao objetivo principal e não para confirmar se dizem a “verdade” sobre elas, ou se as mesmas obras ecoam e reproduzem tais enunciados.⁴⁸ Aqui, no que tange especificamente ao texto de balanço historiográfico, faz-se um exercício mais próximo ao que Branca Zilberleib realizou no primeiro capítulo de sua dissertação, tomando este tipo de texto “como parte do processo de construção dessa especialidade”, ou seja, na “medida em que tais textos propõem uma genealogia para os estudos sobre mulheres e relações de gênero na historiografia brasileira, e nomeiam a área, eles também a constituem”⁴⁹ como área legítima do conhecimento histórico.

Ao tentar organizar a dispersão própria desses discursos, os textos aqui também narram certa história sobre a área e, como se pretende tornar patente, constroem memórias disciplinares sobre ela. Tais memórias disciplinares, em disputa, puderam dar legitimidade, nos respectivos presentes em que foram acionadas, a certas práticas historiográficas e não a outras; conseguiram elevar determinadas obras à condição de cânone, de momento inaugurador, enquanto silenciaram sobre outras; puderam criar pontos de identificação com determinadas “origens”, forjar obras e historiadoras precursoras; enfim, criar alguns passados para a área como meio de “consolidação dos elos entre os vivos e entre os vivos e os mortos”,⁵⁰ como maneira de legitimar-se como área e intentar posições dentro dela.

Descrever, identificar e analisar os enunciados sobre a História das Mulheres e das Relações de Gênero pode contribuir para as discussões da História da Historiografia de forma mais ampla e com suas preocupações das últimas décadas. Especialmente, esse gesto pode ajudar a pensar sobre os processos que levaram historiadoras a construir dois aspectos básicos

⁴⁷ FOUCAULT, 2010.

⁴⁸ Como Roberto Andreoni Adolfo realizou em seu trabalho. Cf. ADOLFO, 2019.

⁴⁹ ZILBERLEIB, 2022, p. 20. Branca Zilberleib estrutura sua pesquisa tomando, em seu primeiro capítulo, os balanços historiográficos de Maria Odila Dias, Miriam Moreira Leite, Margareth Rago, Joana Maria Pedro, Rachel Soihet, Maria Izilda Matos, Eni de Mesquita Samara e Maria Beatriz Nizza da Silva dessa forma. Nos capítulos seguintes da dissertação, Zilberleib faz caminho parecido com o da tese de Adolfo, ao cotejar os dados dos balanços “em sua dimensão descritiva e performativa” da área apresentados no primeiro capítulo com as teses e dissertações e com questões de redes institucionais e intelectuais que garantiram a formação da área.

⁵⁰ FRANZINI; GONTIJO, 2009, p. 158.

para legitimação da identidade de uma área de estudo ao mesmo tempo em que a historiografia brasileira se consolidava profissionalmente via programas de pós-graduação: a sua memória disciplinar e, conseqüentemente, os seus cânones.

Manoel Luiz Salgado Guimarães, ao discutir o projeto oitocentista de afirmar a História como disciplina e ciência, reflete como a crença numa história como “narrativa fiel dos eventos passados” fez com que o

[...] passado viesse habitar os espaços do sagrado, preservados do exercício da crítica, construindo desta forma uma memória da disciplina. Memória que, como todo exercício de lembrança, procede a escolhas a partir de um jogo complexo em que o lembrar supõe necessariamente esquecer.⁵¹

As relações que se estabeleceriam, de acordo com Guimarães, entre memória e história nesses momentos de afirmação da disciplina revelariam tensões e

[...] reconhece-las – as tensões entre memória e história – é tarefa fundamental para a historicização da prática de nosso ofício. Enquanto a primeira – a memória – situa-se no campo dos afetos e dos sentimentos, procurando sacralizar os objetos que reverencia, a segunda – a história – pretende-se uma operação intelectual, um exercício crítico capaz de investigar as construções da memória, retirando dos altares trazendo para o mundo dos homens, aqueles objetos sacralizados, sejam eles os atores do passado, os eventos fundadores ou as formas narrativas elaboradas a partir das experiências do passado.⁵²

Embora Guimarães se referisse ao exemplo do século XIX e da disciplina histórica como um todo, parece ser eficaz emprestar as suas reflexões sobre memória disciplinar para pensar a historiografia brasileira sobre mulheres e gênero nas últimas décadas do século XX e nas primeiras deste século. Ainda que esta tese não tenha o intuito de descrever os enunciados sobre a história da disciplina de forma geral, a noção de “memória disciplinar” pode ser frutífera para pensar a construção de memórias também para uma “subdisciplina”: a História das Mulheres e a História das Relações de Gênero.

Nesse sentido, os textos que esta tese toma como fontes ou, como orienta Michel Certeau, que passaram por uma “operação técnica” que tornou possível transformá-los “em outra coisa”,⁵³ parecem objetos privilegiados para descrever como historiadoras puderam

⁵¹ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.). **História Cultural: experiências de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. p. 10.

⁵² Ibidem, loc. cit.

⁵³ “O estabelecimento das fontes solicita, também, hoje, um gesto fundador, representado, como ontem, pela combinação de um lugar, de um aparelho e de técnicas. [...] Não se trata apenas de fazer falar estes “imensos setores adormecidos da documentação” e dar voz a um silêncio, ou efetividade a um possível. Significa transformar alguma coisa, que tinha sua posição e seu papel, em alguma outra coisa que funciona

construir narrativas específicas, dotadas de tempo e espaço, acerca do campo, hierarquizando, lembrando e, conseqüentemente, esquecendo determinadas historiadoras, certos enfoques, instituições, conceitos, obras; num exercício entendido aqui como tentativas de organizar a dispersão de discursos sobre a área que elas próprias praticavam.

Assim, como interesse da História da Historiografia na discussão da memória disciplinar, ou seja, da formação e construção de uma memória acerca do saber histórico, esta tese se preocupa em descrever os enunciados que, acredita-se, puderam ser estratégias de conformação de “memórias subdisciplinares” para o campo. As reflexões Guimarães, mas também as de Rodrigo Turin, ensaiam e instigam a preocupação com este tema, já que “nossa própria disciplina tem a sua história, fruto de embates e tensões, disputas por memória, uma memória disciplinar que uma vez instituída tende a canonizar autores e obras constituindo o *panteon* dos nossos clássicos”⁵⁴ e, tal memória, “[...] em seu ordenamento narrativo, ao mesmo tempo dá a ver e silencia, condicionando invariavelmente a percepção de seus herdeiros a respeito do passado”.⁵⁵

Aliada à discussão sobre memória disciplinar, quase que dependente dela, esta pesquisa se dedica a questionar como foi possível que determinados enunciados formassem cânones historiográficos a serem lembrados, recorridos, imitados, seguidos etc. Assim, busca-se refletir como historiadoras das mulheres e do gênero deram a ler determinadas obras – boa parte das vezes, de sua própria autoria – como exemplares para a prática da História das Mulheres e das Relações Gênero. Tenta-se mapear, nesses textos, os gestos de suas autoras que puderam atribuir determinadas figuras de autoridade para o campo, objetivando evidenciar quais critérios utilizaram para selecionar ou excluir tal ou qual obra ou autora como modelo,⁵⁶ necessária para a fundação ou renovação, de mudança de rumos ou de criação de novas abordagens da historiografia que praticavam. Nesses exercícios de criação dos “clássicos” ficam patentes estratégias subjacentes de legitimação de debates, instituições, grupos, perspectivas teóricas e disputas em torno do campo em um dado momento específico. Com esse intento, busca-se também colaborar com uma série de reflexões que se colocam sobre a relação da historiografia

diferentemente. [...] Um trabalho é "científico" quando opera uma redistribuição do espaço e consiste, primordialmente, em se dar um lugar, pelo "estabelecimento das fontes" – quer dizer, por uma ação instauradora e por técnicas transformadoras.” CERTEAU, 2010, p. 82-83.

⁵⁴ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Historiografia e cultura histórica: notas para um debate. *Ágora*, Santa Cruz do Sul, v. 11, n. 1, p. 37-48, jan/jun/2015. p. 34.

⁵⁵ TURIN, Rodrigo. História da historiografia e memória disciplinar: reflexões sobre um gênero. *História da Historiografia*. Ouro Preto, n. 13, dezembro, 2013, p. 78-95.

⁵⁶ REIS, Roberto. Cânon. In: JOBIM, José Luis (Org.). *Palavras da crítica: tendências e conceitos no estudo da literatura*. Rio de Janeiro: Imago, 1992, p. 71.

e a formação de seus cânones, que articulam tradição, tempo e escrita na formação de seus modelos.⁵⁷

Não é incomum, por exemplo, ler-se por aí que a tese de livre-docência de Maria Odila Leite da Silva Dias, “defendia em 1982, inaugurou os estudos de História das Mulheres no Brasil”,⁵⁸ ou que a História das Mulheres no Brasil teve “como pioneiras: Miriam Moreira Leite, Maria Odila Silva Dias e Maria Beatriz Nizza da Silva”, que deixaram suas marcas na historiografia nacional “com significativos trabalhos e o ineditismo das fontes com que lidaram”,⁵⁹ ou, ainda que “a introdução dos estudos de gênero no Brasil se deu através de iniciativas coordenadas nas áreas de história e sociologia a partir dos anos 1990”, no mesmo momento em que “foi criado na UNICAMP o Grupo de Estudos de Gênero Pagu.”⁶⁰

Num exercício de autocrítica, esta tese, se seguisse o primeiro projeto que a possibilitou, deveria se chamar *Adão e Eva tupiniquins: a historiografia brasileira sobre mulheres e gênero (1984-2012)*. Não se vê a necessidade de explicar o título como um todo e nem por que Adão e Eva foram incomodados no seu Éden eterno. Basta explicitar que o recorte temporal enunciado no “velho” título partia já de uma memória disciplinar mais ou menos consolidada deste autor sobre o que seria tal historiografia, pois tomava-se *Quotidiano e poder*, obra de Maria Odila Dias, publicada em 1984, como marco fundador dela. O irônico é que, tomando o desafio de entender as narrativas de historiadoras sobre a área, descobriu-se que “a área” era fundada quantas vezes mais se liam os balanços bibliográficos. Tomar Maria Odila Dias como precursora de tais pesquisas e sua obra como fundadora de uma área é, como se deseja demonstrar neste trabalho, já o resultado da construção de um cânone historiográfico e de uma

⁵⁷ CEZAR, Temístocles. Prefácio – Por uma crítica do cânone historiográfico. In: RODRIGUES, Thamara de Oliveira. **Antes do cânone**: Abreu e Lima e as disputas pelo futuro e pela escrita do Brasil. Rio de Janeiro: Ape’Ku, 2021, p. 11-21. No sentido do questionamento e no entendimento do cânone historiográfico, pode-se apontar para o recente trabalho de Thamara Rodrigues em *Antes do cânone*, no que se refere aos cânones da escrita da história nacional oitocentista. Em relação às mulheres historiadoras, seu silenciamento e seu papel “paradoxal” na reificação dos cânones historiográficos que as excluem, ver OLIVEIRA, Maria da Glória. O lugar das historiadoras na memória disciplinar da história. [Entrevista concedida a] Alicy de Oliveira Simas. **Revista de Teoria da História**, Goiânia, n. 24, v. 1, p. 273-285, 2021. Acerca dos questionamentos “a uma geopolítica do conhecimento que reiterou uma supremacia branca na memória disciplinar nacional” bem como de leituras para indisciplinar a História da Historiografia por meio das contribuições de intelectuais negros, ver ASSUNÇÃO, Marcello Felisberto Moraes de; TRAPP, Rafael Petry. É possível indisciplinar o cânone da história da historiografia brasileira? Pensamento afrodiáspórico e (re)escrita da história em Beatriz Nascimento e Clóvis Moura. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 41, n. 88, p. 229-252, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/twzH93CnWDDZSCCzHtKyqxx/?lang=pt>. Acesso em 02 mai. 2022, às 14h47min.

⁵⁸ RAMOS, 2014, p. 463.

⁵⁹ XAVIER, Mariana. **Unidades de informação sobre mulheres**: reflexões sobre sua constituição e os desafios para sua consolidação. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, 2018. p. 30-31.

⁶⁰ ESTUDOS de gênero. In: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Estudos_de_gênero. Acesso em 20 abr. 2020.

origem para a historiografia das mulheres e do gênero. Assim, desafio aceito: “violar memórias” para “gestar a História”.⁶¹

Desse modo, esta tese procurará evidenciar nas suas fontes dois pontos específicos que podem ajudar a compreender como se construiu nelas uma memória disciplinar e os significados com os quais seus cânones puderam ser preenchidos: 1) a que origem as historiadoras remetem a área; 2) a relação que cada enunciado estabelece com a obra *Quotidiano e poder* e, por vezes, com sua própria autora, Maria Odila Dias. De um lado, esse foco permite evidenciar em que práticas historiográficas se apoiam as “origens” da área, tecendo uma trama narrativa que muitas vezes forjam um início, criam um começo, inventam um ponto ao qual a historiografia sobre mulheres e gênero teria sua ancoragem e seu modelo, e também, a partir dele, criam rupturas. De outro lado, a mobilização da obra *Quotidiano e poder* e de sua autora parece fundamental para operar o que se chama aqui de construção da memória disciplinar da área, já que elas foram bastante mobilizadas nos enunciados que serão descritos aqui para elaboração, confirmação ou contestação dos cânones historiográficos da área.

Partindo desses dois pontos, foi possível estabelecer três enunciados que emergem entre fins da década de 1980 e meados dos anos 1990, momento que parece ser elementar para a constituição de uma comunidade de historiadoras que pesquisam a história das mulheres e do gênero no país. Nesse sentido, registra-se, logo no primeiro capítulo, os três enunciados que emergem no referido período e, como se pretende demonstrar, estão comprometidos em afirmar três passados diferentes para a área de História das Mulheres e das Relações de Gênero no Brasil, definindo-lhe diferentes cânones e memórias disciplinares. O primeiro enunciado atribui o nascimento da área aos campos da História da Família e da Demografia histórica que, ao tratar de temas como casamento, dotes, heranças e população, teriam dado início à História das Mulheres no Brasil por meio do que ficou nomeado como uma “revolução documental”. Tal enunciado foi emitido por Maria Beatriz Nizza da Silva e ecoado em Eni de Mesquita Samara e Miriam Moreira Leite. A este primeiro enunciado, pôde-se contrapor outros dois. Um emitido por Joana Maria Pedro, de que a área teria emergido da História das Mulheres tal qual se praticou na História Social – que será nomeado por este trabalho como o enunciado da História Social das Mulheres –; e outro, emitido por Margareth Rago, de que uma historiografia do trabalho comumente praticada pelas cientistas sociais teria dado origem à área e sido

⁶¹ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. Violar memórias e gestar a História – abordagem a uma problemática fecunda que torna a tarefa do historiador um parto profundo. In: ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **História: arte de inventar o passado** (ensaios sobre teoria da História). Curitiba: Editora Prismas, 2017, p. 227-238.

questionada por uma História Social das Mulheres que, por sua vez, teria sido superada por uma História Cultural que se atém à categoria de gênero e se aproxima das filosofias da diferença – enunciado que nomeou-se aqui de História Cultural do Gênero. Argumenta-se, todavia, que entre o primeiro e os outros dois enunciados houve uma inflexão operada por Maria Odila Dias que contrapôs à narrativa de uma “revolução documental” uma proposta “teórica” para a História das Mulheres.

O segundo capítulo da tese se propõem a identificar como esses três enunciados foram atualizados, acomodados, reafirmados ou reabilitados logo nos anos seguintes a sua emissão – entre 1996 e 1998 – por meio de balanços historiográficos que, ao mesmo tempo em que lidavam com a categoria de gênero, pensavam questões teóricas, conceituais e metodológicas da disciplina de forma mais ampla. Assim, foram analisadas reflexões publicadas por Maria Izilda Matos, Eni de Mesquita Samara, Rachel Soihet e Mary del Priore.

O terceiro capítulo identificou outros textos, um tanto mais distantes da prática de balanços historiográficos – tais como os testemunhos e as pesquisas em História da Historiografia e História intelectual –, que fizeram ressoar outras formas, lugares e sujeitos na composição de suas narrativas da área, na composição de sua memória disciplinar e de seus cânones, entre os anos de 1998 e de 2005. Tendo em vista os três enunciados identificados no primeiro capítulo, foi possível perceber a repetição de dois deles em textos que se aproximavam de depoimentos, publicados por Margareth Rago e Rachel Soihet. Nesse período em que esses depoimentos acabam vinculando a memória e os cânones da área a trajetórias individuais, percebeu-se uma investida de trabalhos historiográficos que tomaram a área e suas historiadoras como objetos de pesquisa: a tese de Karla Bessa e um artigo de Monica Raisa Schpun. Por fim, neste mesmo capítulo, identificou-se como o enunciado da História Social das Mulheres passa a vincular seus cânones e sua memória disciplinar específica a um lugar que fora instituído também naqueles anos: o GT de Estudos de Gênero da ANPUH/Nacional. Nesse gesto realizado por Rachel Soihet, Suely Gomes Costa e Adriana Facina foi possível notar também que essas historiadoras preencheram de significados da História Social uma “tradução” da categoria gênero.

Por fim, o último capítulo se empenhou a analisar textos publicados e/ou republicados por Joana Maria Pedro, Rachel Soihet, Margareth Rago e Maria Izilda Matos que reforçaram, entre 2005 e 2008, os enunciados da História Social das Mulheres e da História Cultural do Gênero, bem como se dedicaram a preencher com elementos mais bem definidos os cânones que davam ao campo. Com o que se nomeou de uma convivência entre esses dois enunciados, percebeu-se o silenciamento do enunciado da História da Família e da Demografia histórica,

bem como do esquecimento ou da reconfiguração de seus cânones dentro dos limites dos outros dois enunciados. Nesse sentido, a tese estende seu olhar para os anos de 2011 e 2012, quando começa a se verificar um determinado momento em que os enunciados da História Social das Mulheres e da História Cultural de Gênero, convivendo em lugares e publicações comuns, começam a deixar de repetir seus argumentos essenciais.

Os capítulos e as suas seções não são divididas de forma equilibrada no que toca ao seu número de páginas. Preferiu-se dar a densidade que se acreditou ser necessária para tratar cada um dos temas e textos trabalhados e, com isso, alguns capítulos e algumas seções ficaram maiores que outras. O método de exposição, ou melhor, a maneira que se escolheu narrar, implicou na descrição pormenorizada de alguns textos, a repetição de nomes, de obras, de assuntos. No entanto, acreditou ser importante narrar os textos dessa forma para que se pudessem visualizar as continuidades e rupturas entre uns e outros no que tange a elaboração das memórias disciplinares e na construção de seus cânones.

Por fim, parece ser necessário destacar que esta tese foi executada durante a catástrofe social, sanitária e psicológica que foi a pandemia de COVID-19 e também sob os efeitos de um governo federal perverso que tornou os efeitos de tal catástrofe ainda mais graves do que poderiam ser. Nesse sentido, o recorte aqui estabelecido, as fontes selecionadas, a bibliografia utilizada foram delimitados por esses fatores. Da tentativa de descrever o campo por meio da análise de teses e dissertações – interrompida pelo fechamento das bibliotecas e dos arquivos por praticamente dois anos – foi necessário adaptar-se à realidade do isolamento, da falta de recursos financeiros e estruturais para encontrar fontes, textos e bibliografia. Assim, a presente tese é fruto de uma escolha “forçada” pelos limites impostos à sua execução: foi necessário redimensionar as preocupações de acordo com aquilo que foi possível encontrar disponível *online*, que foi gentilmente digitalizado e cedido pelos colegas ou pelo que foi possível adquirir com os poucos recursos que a bolsa de doutorado com valores desatualizados em uma década permitiram comprar. A tese foi definida por aquilo que o seu autor – um homem branco, cis, gay afeminado, vindo de uma família da zona rural e pertencente às classes médias baixas do interior de São Paulo – conseguiu fazer durante os anos mais difíceis de sua vida, nos quais precisou lidar com o medo, a insegurança, a ansiedade, o pânico e a tortura psicológica e emocional que foi sobreviver ao Brasil dos últimos 4 anos. Nesse sentido, a tese que se apresenta foi o que se tornou possível neste cenário – em virtude dele e apesar dele! – e carrega em si essas marcas dessa temporalidade tão conturbada como a nossa.

CAPÍTULO 1

A emergência de enunciados acerca da História das Mulheres e das Relações de Gênero no Brasil (1987-1995)

Como já anunciado na Introdução, esta tese retoma determinados acontecimentos discursivos que se deram nas últimas décadas na historiografia brasileira com o objetivo de perceber como algumas historiadoras puderam articular, sob determinados enunciados, os trabalhos historiográficos que levavam em seus títulos (mas também em seus resumos, palavras-chave, introduções, folhas de rosto etc.) a “palavra mulher”.

Os anos de 1970 trouxeram diversos rearranjos nas formas de escrever História no Brasil. Um desses rearranjos foram as reformas ocorridas nas universidades e a implantação dos programas de pós-graduação nas universidades brasileiras que resultaria, nas próximas décadas, em uma ruptura com a forma com que se vinha escrevendo a história no Brasil. É a partir da reforma universitária, possibilitada pela Lei Federal nº 5.540, publicada em 28 de novembro de 1968, que se transformaria legalmente a estrutura das então faculdades isoladas em universidades federais.⁶²

O debate promovido de maneira mais ampla nas universidades da década de 1960 já questionava sua estrutura básica, organizada “em torno dos professores catedráticos, docentes prestigiados e bem-remunerados” que contavam com a “prerrogativa de selecionar pessoalmente seus assistentes, professores e pesquisadores” e de definir o programa de ensino dos cursos. Além de se tratarem de cargos vitalícios, os professores catedráticos controlavam as estruturas de decisão, como congregações e conselhos universitários.⁶³

⁶² BRASIL. Lei nº 5.540 de 28 de novembro de 1968. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5540.htm. Acesso em 15 dez. 2020. No âmbito dos cursos de História brasileiros, Marieta de Moraes Ferreira também sublinha o fato de que antes mesmo de 1968, ainda no início da década de 1960, já se travavam discussões, promovidas por alunos e professores, sobre a estrutura e o currículo dos cursos de História das Faculdades de Filosofia e sobre a reforma universitária, como no I Congresso Brasileiro de Universitários de História, em 1960, e no I Simpósio dos Professores de História do Ensino Superior, em 1961, no qual foi fundada a APUH (Associação de Professores Universitários de História), a atual ANPUH. Cf. FERREIRA, Marieta de Moraes. **A história como ofício: a constituição de um campo disciplinar**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

⁶³ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 66-67. Com as primeiras cátedras ou cadeiras tendo sido criadas ainda no século XIX, a estrutura das cátedras e a vitaliciedade do cargo sobreviveram ao período Imperial, às reformas republicanas de 1915 e 1925 – que impuseram o concurso como um pré-requisito para à cátedra – e à reforma Francisco Campos, que ratificou, em 1931, “o professor catedrático como o primeiro na hierarquia do corpo docente e coloca em termos de exigência para o provimento no cargo o concurso público de títulos e provas”. Reforçada pelas constituições de 1934 e 1946, a estrutura das cátedras começa a perder seu poder em 1961, quando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação “faz referência aos Conselhos Departamentais e concebe os departamentos como reunião de cátedras afins”, e em 1967, quando a constituição extingue seu caráter vitalício. FAVERO, 2000, p. 2; 9.

De acordo com Rodrigo Patto Sá Motta, dois decretos estabeleceram as diretrizes nas quais já estava desenhada a reforma universitária de 1968 que viria a ser implementada na Lei 5.540. Em novembro de 1966, estabelecia-se, por meio do Decreto n. 53, a união entre ensino e pesquisa, impondo às “universidades dedicar-se às duas atividades simultaneamente”. Já em fevereiro de 1967, o decreto n. 252 trazia a definição “dos departamentos como subunidades básicas das universidades, a sua menor fração”, com a função de elaborar planos de trabalho e atribuir o trabalho de ensino e pesquisa aos professores neles lotados. Mesmo que tal decreto ainda considerasse a cátedra como um dos cargos a serem ocupados pelos docentes, os departamentos acabaram assumindo as funções que antes eram prerrogativas dos professores catedráticos. O decreto de 1967 ainda estabeleceu as funções do colegiado de curso, além de prever as formas de participação de seus representantes, e previu a realização das atividades de extensão.⁶⁴

Assim, em 28 de novembro de 1968, sancionada a lei 5.540, efetivamente criaram-se os departamentos nas universidades federais, previu-se a formação de institutos a partir das então faculdades de Filosofia, extinguíram-se as cátedras e, com isso, fortaleceram-se as instituições centrais que passaram a ter mais controle sobre as faculdades/institutos isolados. Por fim, a lei incluiu “entre as atividades principais das universidades a pós-graduação, concebida como um dos instrumentos para fomentar a pesquisa”.⁶⁵

No que toca especificamente às mudanças na pós-graduação brasileira, é na década de 1960 também que se estabelece o sistema que ainda vigora atualmente. A partir de um estudo solicitado pelo MEC ao Conselho Federal de Educação (CFE) em 1965, com o objetivo de entender como seria possível preparar melhor os professores universitários, é criada e aprovada pelo CFE uma resolução que normatizava e estimulava os cursos de pós-graduação no Brasil. Conhecida como “parecer Sucupira”, a resolução teve seus fundamentos aproveitados na criação da Lei 5.540 de 1968 e instituiu a divisão dos estudos de pós-graduação em cursos *stricto* e *lato sensu*; propôs que o mestrado fosse “menos exigente e que o doutorado demandasse a produção de tese com contribuição original ao respectivo campo de saber”; e estabeleceu que a pós-graduação se submeteria à avaliação e ao controle das agências públicas.⁶⁶

⁶⁴ MOTTA, 2014, p. 79-80.

⁶⁵ Ibidem, p. 106-107.

⁶⁶ Ibidem, p. 255-256. Segundo Motta, a resolução aprovada pelo CFE em 1965 ficou conhecida como “parecer Sucupira”, em homenagem a Newton Sucupira, proponente da resolução.

Já a implantação dos Programas de Pós-graduação (PPG) em História se iniciou no ano de 1971, com a criação dos cursos de mestrado e de doutorado na Universidade de São Paulo (USP), divididos em dois PPG distintos, o de História Social e o de História Econômica; e com a criação do mestrado em História na Universidade Federal Fluminense (UFF). Segundo os dados levantados por Carlos Fico e Ronald Polito, depois de 1971, foram criados mais dez cursos de mestrado durante os anos 1970: nas Pontifícias Universidades Católicas de São Paulo (PUC-SP) e do Rio Grande do Sul (PUC-RS); nas Universidades Federais do Paraná (UFPR), de Goiás (UFG), de Pernambuco (UFPE), de Santa Catarina (UFSC) e do Rio de Janeiro (UFRJ); na Universidade de Brasília (UnB); na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Sagrado Coração de Jesus de Bauru (FFCLSCJ/Bauru). Todos os cursos funcionam até hoje, à exceção daquele sediado em Bauru, que foi rapidamente desativado.⁶⁷

Para a década de 1980, Fico e Polito registram o surgimento de mais 5 cursos de mestrado: nos *campi* de Assis e Franca da Universidade Estadual Paulista (UNESP/Assis e UNESP/Franca); na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos); e na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). Já os cursos de doutorados são instaurados em mais 4 universidades, que já haviam aberto seus cursos de mestrado na década anterior: UFSC, UFF, Unicamp e PUC-RS.⁶⁸ Assim, em 1989, o Brasil contava com 17 cursos de mestrado e 7 de doutorado em História.

A pós-graduação em História no Brasil, durante a década de 1980, começava a se consolidar e se espalhar pelo país e, apesar das avaliações nem sempre tão positivas dos programas, as teses e as dissertações começavam a se avolumar. O fim da ditadura militar se dava em 1985 e a Constituição “apelidada” de Cidadã era promulgada em 1988. Essa agitação institucional, política e intelectual apontava horizontes mais amplos também para historiadores e historiadoras.

Como se afirmou na Introdução deste trabalho, também as pesquisas sobre as mulheres começavam a emergir nos PPG de História nesse período. Entre 1974, ano em que foi defendida a primeira dissertação nos programas recém-criados, e 1995, data em que se encerra o recorte deste capítulo, o Brasil já contava com 102 trabalhos, entre teses de doutorado e livre-docência e dissertações de mestrado, que tratavam de temas relativos às mulheres e/ou relações de gênero.

⁶⁷ FICO, POLITO, 1992.

⁶⁸ Ibidem.

A pesquisa sobre tais temáticas crescia não só nos programas de pós-graduação em História, mas também se assistia à organização de inúmeros grupos de estudos que buscavam reunir pesquisadoras e interessadas no assunto. Um levantamento feito por Miriam Pillar Grossi em 1997 contou 147 núcleos de estudo sobre mulher e gênero espalhados pelas universidades brasileiras.⁶⁹ A Fundação Carlos Chagas (FCC), sediada em São Paulo - SP promovia, desde 1978, o Concurso de Dotações para Pesquisas sobre Mulheres e Gênero, que financiava pesquisas e publicações acerca do assunto. Outro fenômeno que acompanhava o interesse acadêmico sobre gênero e mulheres foi a criação, a partir de 1992, de revistas interdisciplinares especializadas na publicação de artigos acerca da temática, o que já mostrava sinais de consolidação das pesquisas espalhadas pelo país: a *Revista Estudos Feministas* (REF), fundada em 1992 na Escola de Comunicação da UFRJ, hoje sediada no Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFSC; os *Cadernos Pagu*, publicados desde 1993 pelo Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, da Unicamp; e a revista *Caderno Espaço Feminino* (CEF), fundada em 1994 pelo Núcleo de Estudos de Gênero (NEGUEM), ligado ao Centro de Documentação e Pesquisa Histórica do Instituto de História da UFU.⁷⁰

Nesse momento de alargamento das pesquisas e dos PPG em História, de aumento do incentivo à pesquisa, de consolidação de núcleos de estudos universitários e o surgimento de periódicos especializados são publicados alguns textos que – parecendo tentar responder ao ou acompanhar o movimento crescente de interesse acadêmico e historiográfico acerca das mulheres e do gênero – objetivaram inventariar a produção histórica que tinha como objeto as mulheres e/ou as relações de gênero. Momento adequado, talvez, para enunciar tal produção, colocá-la em discurso, dizer sobre ela. Esses textos, balanços historiográficos e reflexões de caráter teórico e conceitual, começam a ser publicados em 1987 e, como se pretende demonstrar, em 1995 tinham conseguido já emitir três enunciados diferentes sobre a origem da produção histórica sobre mulheres e gênero realizada no país. Este capítulo se dedica a descrever esses textos com o intuito de perceber como se formam, neles e por meio deles, as primeiras tentativas de criar uma memória disciplinar sobre a área História das Mulheres e das Relações de Gênero no Brasil.

O capítulo está dividido em três seções. A primeira buscará identificar de que forma se construiu uma memória disciplinar para a área que tomava os campos da História da Família e

⁶⁹ PEDRO, J. M. Feminismo e gênero na universidade: trajetórias e tensões da militância. **História Unisinos**, São Leopoldo, v. 9, n. 3, p. 170-176. set./dez. 2005.

⁷⁰ Alguns dados sobre as três revistas surgidas na primeira metade dos anos 1990 foram levantados e encontram-se publicados em INÁCIO, Benedito. Gênero e historiografia no Brasil: os debates dos anos 1990. In: III COLÓQUIO DE GÊNERO E PESQUISA HISTÓRICA, **Anais...** Guarapuava – PR, 2020, p. 1-13.

da Demografia histórica como a sua origem. Serão analisadas cinco fontes: dois balanços de Maria Beatriz Nizza da Silva, dois de Eni de Mesquita Samara e um de Miriam Lifchitz Moreira Leite. A segunda seção é composta pela análise de dois textos de caráter teórico e conceitual publicados por Maria Odila Dias e objetiva descrever suas propostas para a História das Mulheres. Já a terceira seção deste capítulo se dedicará a descrever o que se defende como a emergência de dois outros enunciados acerca da área. Primeiro, se descreverá um balanço de Joana Maria Pedro que, ao que parece, iniciará a construção de uma memória disciplinar sobre o campo que colocou Maria Odila Dias e a História Social como suas precursoras. Depois, serão descritos dois balanços publicados por Margareth Rago que vinculam o surgimento do campo à historiografia do trabalho e criam para sua própria autora um lugar de destaque nessa memória, a partir da utilização de referências às filosofias da diferença e ao uso do conceito de gênero.

1.1 Começo? História da Família e Demografia histórica

Partindo do objetivo central desta tese – descrever a construção de memórias disciplinares e, conseqüentemente, dos seus cânones para a História das Mulheres e, depois, sobre a História das Relações de Gênero –, pode-se localizar a emergência de uma memória disciplinar específica para essa área do conhecimento histórico entre fins da década de 1980 e inícios de 1990. Não se trata aqui de um recorte cirúrgico, mas de um enunciado que parece ter sido comum entre os balanços produzidos naquele período, mais especificamente entre os anos de 1987 e 1993.

O primeiro balanço localizado que tratou da História das Mulheres foi o texto “História da mulher no Brasil: tendências e perspectivas”, publicado por Maria Beatriz Marques Nizza da Silva⁷¹ em 1987 na *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros* (IEB-USP).⁷² O texto de

⁷¹ Maria Beatriz Marques Nizza da Silva nasceu em 1938, em Portugal, onde se licenciou em Ciências Históricas e Filosóficas na Universidade de Lisboa em 1961. Chegando ao Brasil em 1963, defendeu, pelo antigo sistema de cátedras, o seu doutorado em Filosofia na USP em 1967 e a sua livre-docência em Teoria da História em 1973, também na USP. Dedicou atenção especial à teoria e metodologia da história e à história das mulheres, ainda nos anos 70. Foi professora titular na USP até a sua aposentadoria (1990), coordenou o Programa de Pós-graduação em História Social da mesma universidade (1977-1980) e foi uma das fundadoras da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica, a SBPH, tornando-se sua presidente entre 1981 e 1990. Cf. MACHADO, Daiane Vaiz. Maria Beatriz Marques Nizza da Silva. In: OHARA, João Rodolfo Munhoz (org.). **Catálogo Histórico de Teses e Dissertações da Área de História**. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://www.historiografia.com.br/ind/153>. Acesso em: 23 out. 2020; SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Currículo do Sistema de Currículos Lattes. **Currículo do sistema de currículos Lattes**. Brasília, 3 ago. 1999. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/5549449992161341>. Acesso em: 12 abr. 2020, às 19h14min

⁷² SILVA, Maria Beatriz Nizza da. História da mulher no Brasil: tendências e perspectivas. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, 27, p. 75-91, 1987.

Nizza da Silva, que se dividiu em subtítulos e contava com 16 páginas, possui as características “clássicas” de balanço – um rol de obras, autores/as e instituições – e, como se anuncia no próprio título, busca indexar as tendências que ela reconhecia naquela época como características da área e apontava para o futuro da História da Mulher no Brasil.

Olhado pela perspectiva aqui proposta, dentre os textos escolhidos como fonte para este capítulo, o balanço de Nizza da Silva inaugurou um enunciado sobre a História das Mulheres, vinculando a sua emergência aos campos da Demografia histórica e da História da Família. O texto indicava duas origens diferentes do estudo histórico sobre as mulheres: de um lado, a área teria se formado no contexto dos movimentos feministas e sua influência nas Ciências Sociais; de outro, por “uma dinâmica específica da pesquisa histórica” que encaminhou “o historiador da Demografia Histórica para a História da Família e finalmente à História da Mulher.”⁷³

Nizza da Silva também teve a preocupação de explorar como os estudos da mulher vinham se relacionando com as universidades brasileiras até aquele momento. De acordo com ela, a História da Mulher no Brasil teria dificuldades de se impor como campo autônomo pela resistência das universidades brasileiras, pois elas teriam uma estrutura “demasiado conservadora para abandonar as disciplinas há muito cristalizadas.”⁷⁴ Em especial, o texto de Nizza da Silva criticava a USP e seu Departamento de História como as instituições que mais tiveram dificuldade em acolher o tema da mulher em seu interior, coisa que, segundo ela, já havia ocorrido com universidades como as Federais do Ceará, da Paraíba, da Bahia, de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul e também nas Universidades Católicas do Rio de Janeiro e de São Paulo no início da década de 1980.

Relatando a dificuldade da História da Mulher se impor como disciplina e área de pesquisa autônomas na USP, a autora argumentava que era comum de se enxergar, na instituição em que trabalhava, os estudos da mulher como “futilidades” ou “coisa de feminista”, pois haveria uma “tendência marxista-esquerdizante” no departamento de História em que lecionava, que veria “a salvação” exclusivamente na história das lutas, dos movimentos sociais e da política. A historiadora narrou que até mesmo “áreas mais claramente delimitadas e mais amplamente cultivadas”, como a Demografia histórica e a História da Família, não seriam bem vistas pelas historiadoras de sua própria instituição.⁷⁵

Ao apontar para esses obstáculos para que a História da Mulher se institucionalizasse na universidade brasileira, Nizza da Silva vinculou o surgimento dos estudos da mulher no

⁷³ SILVA, 1987, p. 75.

⁷⁴ Ibidem, loc. cit.

⁷⁵ Ibidem, p. 76.

Brasil a uma instituição fora da universidade. Continuando em sua crítica à USP e ao seu Departamento de História, a historiadora afirmava que:

Aquilo que a Universidade de São Paulo ainda não conseguiu devido ao peso da sua estrutura cristalizada na transmissão do saber histórico, ou devido à sua vocação terceiro-mundista e esquerdizante, pôde ser realizado, desde o fim da década de 70, por uma fundação paulista, a Fundação Carlos Chagas [...].⁷⁶

A Fundação Carlos Chagas (FCC) é uma instituição de direito privado, sem fins lucrativos, que surgiu a partir dos idealizadores do Centro de Seleção de Candidatos às Escolas Médicas e Biológicas (CESCEM), constituído em 1963, que reunia a aplicação de vestibulares de algumas faculdades públicas e privadas do estado de São Paulo. Com o intuito de constituir uma instituição mais ampla, articulando “a realização de vestibulares, pesquisas educacionais e formação de profissionais”, os idealizadores do CESCEM criaram a FCC em 1964. Já em 1971, a Fundação cria o Departamento de Pesquisas Educacionais, recrutando professores universitários e pessoal com “interesse e experiência em pesquisa educacional” para a formação de seus quadros, e, no mesmo ano, funda a revista *Cadernos de Pesquisa*, periódico dedicado a “divulgar a produção acadêmica relacionada com educação e, também, projetos desenvolvidos pelo Departamento de Pesquisas Educacionais”.⁷⁷ A revista acabou se tornando referência em pesquisa acadêmica educacional, completando mais de 50 anos e se dedicando a pensar, além de questões referentes à educação, temas relacionados às desigualdades sociais, gênero, relações étnico-raciais, infância, juventude, escola, trabalho, família e políticas públicas de maneira interdisciplinar.⁷⁸

Para Nizza da Silva, a Fundação Carlos Chagas seria a responsável por reunir pesquisadoras, promover pesquisas e divulgá-las nos primórdios dos estudos sobre a mulher nas Ciências Sociais brasileiras, o que ocorreria também na área de História. Em seu balanço, retomou o primeiro volume da *Bibliografia anotada sobre a mulher brasileira*, publicado pela FCC em 1979, sublinhando que na referida bibliografia aparecia já um artigo seu, “O sistema de casamento no Brasil colonial”, que fora publicado em 1976. Nesse sentido, a historiadora alegava que desde então – 1976 – ela já “considerava como uma etapa prévia necessária ao

⁷⁶ SILVA, 1987, p. 76.

⁷⁷ FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. **Quem somos**. Disponível em <https://www.fcc.org.br/fcc/institucional>. Acesso em 28 set. 2020.

⁷⁸ CADERNOS DE PESQUISA. **Sobre a revista**. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp>. Acesso em 28 set. 2020. Para um histórico da revista e sua contribuição para as pesquisas sobre mulheres e gênero no Brasil, bem como um texto que projeta a própria memória do periódico como indispensável à consolidação da área, ver: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. Uma contribuição ímpar: *Cadernos de Pesquisa* e a consolidação dos estudos de gênero. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 80, p. 91-99, fev. 1992.

estudo histórico sobre as mulheres a análise das instituições sociais mais relevantes para tal estudo, por exemplo, o casamento.”⁷⁹ Não só mencionou a citação do seu artigo na *Bibliografia anotada...*, mas também narrou a atuação da FCC para formação da área de estudos por meio do seu Concurso de Dotações para Pesquisas sobre Mulheres.

O concurso organizado pela FCC contou com o financiamento da Fundação Ford que, desde 1962, atuava no Brasil e, em 1974, começou a apoiar as iniciativas da FCC no que tange aos estudos sobre a mulher.⁸⁰ O concurso contou com oito edições, que se iniciaram em 1978 e se encerraram em 1998, tendo financiado cerca de 200 pesquisadores no país em seus 20 anos de realização. Os concursos, que depois passaram a se chamar Concurso de Dotações para Pesquisas sobre Mulheres e Gênero, tinham a intenção de financiar estudos não só vinculados às pesquisas que se desenvolviam nos variados programas de pós-graduação no país, mas também pesquisadores independentes e, em muitos casos, que vinham da militância política feminista.⁸¹

O primeiro concurso, realizado em 1978, foi organizado por Carmen Barroso – à época era socióloga da USP e pesquisadora da Fundação Carlos Chagas – e contou com 127 projetos em disputa por financiamento da Fundação Ford.⁸² É ao retomar os concursos da FCC que Nizza da Silva se inseriu como uma das primeiras historiadoras da questão da mulher no Brasil: ela havia participado justamente do primeiro concurso, que publicou, em 1979, uma coletânea, *Vivência (História, sexualidade e imagens femininas)*, contendo as pesquisas contempladas. Tal coletânea era lembrada pela narrativa de Nizza da Silva especialmente pelos capítulos que tinham, na perspectiva da historiadora, contribuições para a História das Mulheres. Dessa maneira, aparecem Ilana Novinsky (cientista social graduada na USP, em 1973, tendo interrompido, em 1975, seu mestrado em Antropologia na Unicamp), Miriam Lifchitz Moreira Leite (formada em Ciências Sociais e História e doutora em História Econômica pela USP, em

⁷⁹ SILVA, 1987, p. 77.

⁸⁰ Sobre a atuação da Fundação Ford no Brasil, cf. MICELI, Sérgio. A Fundação Ford e os cientistas sociais no Brasil, 1962-1972. In: MICELI, Sérgio (org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. São Paulo: Editora Sumaré; FAPESP, 1995. v 2. p. 341-395.

⁸¹ Para esse breve histórico dos concursos realizados pela FCC foram consultados: COSTA, Albertina; BARROSO, Carmen; SARTI, Cynthia. Pesquisa sobre mulher no Brasil - do limbo ao gueto? **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 54, p. 5-15. ago. 1985; GROSSI, Mirian Pillar. A Revista Estudos Feministas faz 10 anos: uma breve história do feminismo no Brasil. **Revista Estudos Feministas**. v.12 n. esp. Set./Dez. 2004; BRUSCHINI, Cristina; ROSEMBERG, Fúlvia. Introdução. In: BRUSCHINI, Cristina; ROSEMBERG, Fúlvia. **Vivência: História, sexualidade e imagens femininas**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas/Brasiliense, 1978. p. 9-18; FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. Quem somos. Disponível em <https://www.fcc.org.br/fcc/institucional>. Acesso em 28 set. 2020.

⁸² COSTA, Albertina de Oliveira. Os estudos da mulher no Brasil ou a estratégia da corda bamba? **Revista Estudos Feministas**, n. especial, p. 401-404, 1994.

1983), Pedro Maia Soares⁸³ e a própria Maria Beatriz Nizza da Silva.⁸⁴ A historiadora também apontou para os concursos realizados nos anos seguintes – em 1980, 1982 e 1986.

Sobre o concurso de 1980, a historiadora lembrou três textos históricos apresentados na coletânea *Mulher, Mulheres*, que fora publicada em 1983. Suas autoras são Elizabeth de Magalhães e Sônia Maria Giacomini; Maria Valéria Junho Pena e Elça Mendonça Lima e, mais uma vez, Miriam Moreira Leite. Nota-se que, ao tratar do trabalho de Pena e de Lima “sobre a mulher proletária no início do século XX”, Nizza da Silva lembrou, por uma nota de rodapé, a dissertação de mestrado de outra colega de departamento. Referia-se à pesquisa *O trabalho da mulher e do menor na indústria paulistana (1890-1920)*, de Esmeralda Blanco B. de Moura, defendida no PPG de História Econômica da USP em 1977 e orientada por Maria Thereza Schörer Petrone, depois publicada sob o título de *Mulheres e menores no trabalho industrial*. Também em nota de rodapé, quando se referiu à Miriam Moreira Leite, Nizza da Silva lembrou de sua participação no concurso da FCC realizado em 1980, que gerou a publicação de um capítulo na coletânea *Mulher, Mulheres* (1983) e do livro *A outra face do feminismo: Maria Lacerda de Moura* (1984). Mas, diferentemente do que fez com Esmeralda Moura, não citou que o livro de Leite era também resultado de sua tese de doutoramento *Caminhos de Maria Lacerda de Moura (Contribuição à história do feminismo no Brasil)*, defendida em 1983 e, tal como a dissertação de Esmeralda Moura, realizada no PPG de História Econômica da USP sob orientação de Schörer Petrone.

Já sobre o concurso de 1982, o balanço de Nizza da Silva apontou que só um trabalho histórico havia sido contemplado, sendo que o seu resultado fora publicado na revista *Cadernos de Pesquisa*, também mantida pela FCC, em 1985. Tratava-se de um artigo sobre negras forras e escravizadas comerciantes, de autoria de Luciano Figueiredo e de Ana Maria Magaldi. Em 1987, ano de publicação do balanço de Nizza da Silva, Figueiredo era mestrando em História Social pela USP, com pesquisa sobre a vida familiar em Minas Gerais colonial, orientada por Fernando Novais; mas, em 1982, ano do concurso da FCC, era graduado em História pela PUC-Rio. Já Magaldi, em 1987, preparava sua dissertação de mestrado sobre mulheres em Machado de Assis e Aloísio de Azevedo na UFF, sob orientação de Margarida de Souza Neves. Por fim,

⁸³ Não foi possível acessar quaisquer informações sobre a atuação e formação de Pedro Maia Soares.

⁸⁴ Nizza da Silva narra que participou da publicação de 1979 com capítulo *O divórcio na capitania de São Paulo*, que depois resultaria ainda em dois outros trabalhos: outro artigo, *Casamento entre escravos na Capitania de S. Paulo*, publicado em 1980 na revista *Ciência e Cultura*; e o livro *Sistema de casamento no Brasil colonial*, que veio à público em 1984.

sobre o concurso de 1986, Nizza da Silva se limitou a relatar que estava participando dele com um “estudo sobre a mulher e a transmissão da propriedade no Brasil colonial”.⁸⁵

A narrativa de Nizza da Silva que, antes de adentrar ao que ela nomeou de “produção historiográfica”, historiou a atuação da FCC e sua relação com a “história da mulher no Brasil”, chamou atenção não só para a importância da Fundação e de seus concursos, mas também para a sua própria participação nesse momento em que a universidade ainda mostrava dificuldades de, segundo ela, tratar da temática da mulher. No entanto, a FCC, por meio da Fundação Ford, financiava pesquisas que eram desenvolvidas também na universidade, como foram os casos de Miriam Moreira Leite, Luciano Figueiredo e, dentre outros, da própria Maria Beatriz Nizza da Silva. Essa intersecção entre pesquisadores que estavam vinculados a pesquisas em ambas as instituições não foi mencionada pela historiadora da USP.

Após inserir a sua própria participação e da FCC nos primeiros estudos sobre a mulher, só então Nizza da Silva se voltou para a produção que ela considerava pertencer à universidade. Ainda que as pesquisas pudessem se dar na FCC e, ao mesmo tempo, na universidade, a autora nomeou o tópico anterior como “A atuação da Fundação Carlos Chagas”, enquanto que o tópico sobre a universidade foi nomeado “A produção historiográfica”. E a historiadora iniciou tal tópico com a reafirmação da Demografia histórica e da História da Família como condições de possibilidade de uma História da Mulher:

Para que a História da Mulher tivesse condições para começar a ser escrita no Brasil foi primeiro necessário que *a Demografia histórica, a História Social e a História da Família operassem uma verdadeira revolução documental*, procurando as suas fontes menos nos arquivos públicos e mais nos arquivos eclesiásticos.⁸⁶

Para Nizza da Silva, essa “revolução documental” experimentada pelos outros campos teria dado condições de se pensar o cotidiano, de se partir de “uma história ao nível do macrossocial para uma outra que dava preferência ao microssocial, além de homens e mulheres atraírem simultaneamente as atenções”. Desse modo, a primeira obra citada no tópico é *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX. Anna Gertrudes de Jesus*, publicada em 1984 por uma de suas colegas do Departamento de História da USP, Maria Odila Leite da Silva Dias. *Quotidiano e poder* apareceu na narrativa de Nizza da Silva como um exemplo dessa história que, depois de se beneficiar da “revolução documental” operada por outros campos, em especial os da demografia e da família, pôde trazer à tona mulheres pobres, negras, escravizadas ou não,

⁸⁵ SILVA, 1987. p. 80.

⁸⁶ Ibidem, p. 81. Grifos adicionados.

que “tinham de ganhar a vida tecendo, costurando, fazendo pão ou vendendo mercadorias pelas ruas”, classificando-a como “uma história social de mulheres pobres.”⁸⁷

Após tematizar a obra de Maria Odila Dias, Nizza da Silva defendeu que, devido ao fato de a História da Mulher se valer do mesmo tipo de fontes das outras áreas já mais bem estabelecidas, o recorte cronológico mais aceito pelas pesquisas históricas sobre a mulher no Brasil foi aquele da Demografia histórica, da História da Família ou História do Cotidiano. Ou seja, tais pesquisas acabaram privilegiando o período colonial e imperial, até meados do século XIX, como foi o caso de *Quotidiano e poder* e como também teria ocorrido com outros campos que se valiam da mesma documentação. Se há, então, uma História da Mulher no Brasil, se há uma “história social de mulheres pobres”, elas se devem às características que o estudos sobre demografia deram a eles: a documentação.

Mas como pode ser entendida tal “revolução documental” a que a historiadora da USP se refere? Christian Delacroix, François Dosse e Patrick Garcia podem ajudar com essa resposta quando descrevem como a Demografia histórica nasceu e se tornou “uma disciplina-farol” para os franceses. Ainda que as práticas historiográficas de Nizza da Silva e dos demógrafos franceses não sejam as mesmas, os historiadores do outro lado do Atlântico podem ajudar na compreensão do significado do que seria tal “revolução documental”.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, a França passa “por uma verdadeira explosão das ciências sociais” que fora suscitada pelo Estado, que buscavam um “crescimento planejado”, eficaz e racional, demandando dos cientistas sociais dados “estatísticos e demográficos”.⁸⁸ Com tais demandas e o desejo de conhecer melhor sua população a Demografia histórica surge na França como um campo especialmente dinâmico na década de 1950, principalmente pelo método desenvolvido por Louis Henry. Com a preocupação de perceber a taxa de fecundidade francesa, Henry sentiu falta de fontes em períodos históricos em que o recenseamento da população ainda não era realizado. Isso leva o politécnico Louis Henry, segundo Delacroix, Dosse e Garcia, a “reconstituir o estado das populações antigas” nos registros paroquiais:

Pouco depois de seu artigo seminal de 1953 [*Une richesse démographique en friche: les registres paroissiaux*], ele desenvolve, com a ajuda de um historiador cartista, Michel Fleury, o seu método, que consiste na análise

⁸⁷ SILVA, 1987, p. 81.

⁸⁸ A demanda por dados das Ciências Sociais, segundo os historiadores franceses, não se daria apenas por parte do Estado, mas de organizações sindicais, empresas e até pela Unesco, que financiava naqueles anos os “estudos sociais”. DELACROIX, Christian; DOSSE, François; GARCIA, Patrick. **Correntes históricas na França: séculos XIX e XX**. Tradução de Roberto Ferreira Leal. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. p. 197-202.

demográfica do passado a partir da consulta das fichas familiares estabelecidas nos registros paroquiais [...]: é o que virá a ser chamado método de Fleury-Henry, que se tornou o modelo indispensável para toda uma geração de historiadores.⁸⁹

A “revolução documental” relatada por Maria Beatriz Nizza da Silva inseria-se, então, numa prática específica de pesquisa historiográfica de sucesso na França entre as décadas de 1950 e 1970⁹⁰ e que começara a ser praticada no Brasil a partir dos anos 1960.⁹¹ Era a prática da Demografia histórica que, iniciada entre os franceses, exigindo “dados confiáveis sobre longos períodos, [...] dedicava muito tempo ao estudo de dados paroquiais de batismos, casamentos e sepultamentos”,⁹² teria empurrado “o historiador da Demografia Histórica para a História da Família e finalmente à História da Mulher”. Como, segundo Nizza da Silva, aquela “história social de mulheres pobres” que Maria Odila Dias praticou em *Quotidiano e poder*.⁹³

Voltando ao balanço de Nizza da Silva, depois de registrar a citação de *Quotidiano e poder* e o que ela “devia” aos estudos demográficos e da família, a professora uspiana se dedicou a anotar como se desenvolveu a História da Mulher no Brasil a partir de duas linhas: a História da Educação feminina e sobre a produção estrangeira acerca da mulher brasileira. Em relação ao tema da educação, a historiadora lembrou, primeiro, o seu próprio artigo “Educação feminina e educação masculina no Brasil colonial”, de 1977,⁹⁴ e os nomes de Leda Maria Pereira Rodrigues (catedrática em História da Faculdade Sedes Sapientiae, depois incorporada à PUC-SP); Wanda Rosa Borges (com a tese de doutorado com a qual iniciou-se a introdução deste trabalho, defendida em 1973); e textos de Elisabeth Ley, Silvia Tigre Maia e Tirsia Ragazzini Peres, nomes para os quais não se encontraram maiores informações.

Em relação às contribuições estrangeiras, “obrigatórias para os especialistas brasileiros”, segundo Nizza da Silva, apareceram Ann Pescatello, June Hahner, Susan Soeiro,

⁸⁹ DELACROIX, DOSSE, GARCIA, 2012, p. 201.

⁹⁰ ROBERTS, Michael. A escola dos *Annales* e a escrita da história. Em: LAMBERT, Peter; SCHOFIELD, Phillip (Org.). **História**: introdução ao ensino e à prática. Tradução de Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Penso, 2011. p. 101-116.

⁹¹ As teses de doutorado de Luis Lisanti Filho, defendida em 1962 no sistema de cátedras da USP, sob orientação de Eduardo D’Oliveria França, e de Maria Luiza Marcílio, defendida em 1967 na Université de Paris-Sorbonne, EHESS, com supervisão do próprio Louis Henry e de Fernand Braudel, são consideradas marcos do início de tal prática no Brasil. Cf. BACELLAR, Carlos de Almeida Prado; SCOTT, Ana Silvia Volpi; BASSANEZI, Maria Silvia Casagrande. Quarenta anos de demografia histórica. **Revista Brasileira de Estudos da População**, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 339-350, jul./dez. 2005; FARIA, Sheila de Castro. História da Família e Demografia Histórica. Em: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 275-296.

⁹² ROBERTS, Op. Cit., p. 108.

⁹³ SILVA, 1987, *passim*.

⁹⁴ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Educação feminina e educação masculina no Brasil colonial. **Revista de História**, [S.L.], v. 55, n. 109, p. 149-164, 30 mar. 1977.

Charles R. Boxer, Anthony J. R. Russell-Wood e Elizabeth Kuznesof. E Nizza da Silva recorreu a um artigo de Kuznesof – “The role of the Female-Headed Household in Brazilian Modernization: São Paulo 1765 to 1836”⁹⁵ – para reforçar o seu enunciado acerca da História da Mulher, pois exemplificaria a tese “[...] de que uma grande parte dos estudos históricos sobre a mulher no Brasil se inspira numa outra área de pesquisa mais desenvolvida e com os seus métodos claramente formulados: a Demografia histórica.” Para a professora da USP, a documentação analisada por Kuznesof é a mesma utilizada pela História da Mulher: “os mapas ou listas de população”, que poderiam informar dados sobre atividades econômicas e de casas chefiadas por mulheres.⁹⁶ Fontes estas, cabe mencionar aqui, também utilizadas por Maria Odila Dias em *Quotidiano e poder*.

O último tema tratado no artigo de Nizza da Silva é o feminismo. Como já se sabe, a narrativa de Nizza da Silva concebe a História da Mulher também como consequência da influência do movimento feminista sobre as Ciências Sociais. Ela começa por citar três trabalhos: as dissertações de mestrado em História de Rachel Soihet (*Bertha Lutz e a Ascensão Social da Mulher (1919-1937)*, defendida na UFF em 1974) e de Sônia Cristina Machado Lino (*As Idéias Feministas no Brasil (1918-1932)*, defendida em 1986, na UFPR) e a dissertação de Branca Moreira Alves (*Em busca de nossa história: o movimento pelo voto feminino no Brasil, 1919/1932, fatos e ideologia*, defendida no IUPERJ, na área de Sociologia). A tônica dessa produção, como relatou Nizza da Silva, seria a centralização da História das Mulheres nas líderes do movimento feminista. Mas a autora também apontou para a relação do “feminismo militante” e as feministas na academia, afirmando que, se em finais dos anos 1970 essa relação “era bastante controvertida no Brasil”, já que os estudos da mulher eram reivindicados não como um fim em si, mas “um meio de denúncia da desigualdade entre os sexos”, em 1987 tal situação era outra:

Creio que hoje a situação mudou e isso se observa na própria temática dos trabalhos elaborados em Sociologia e Antropologia que, em vez de serem dominados pela linha marxista-esquerdizante, com ênfase na incorporação da mão-de-obra feminina no mercado de trabalho capitalista, ou pela linha feminista-militante veiculada por uma “teoria da opressão”, se diversificam e assim se aproximam daqueles que os historiadores vinham realizando.⁹⁷

⁹⁵ KUZNESOF, Elizabeth. The role of the Female-Headed Household in Brazilian Modernization: São Paulo 1765 to 1836. **Journal of Social History**, [S.L.], v. 13, n. 4, p. 589-613, 1 jun. 1980.

⁹⁶ SILVA, 1987, p. 84.

⁹⁷ Ibidem, p. 86.

Nesse sentido, o feminismo na academia aparece para Nizza da Silva como um tema ou objeto de pesquisa – como é caso dos trabalhos de Soihet, Lino e Alves – e como uma maneira de apontar para temas, objetos e personagens antes não contemplados na pesquisa histórica. Os trabalhos não dominados pela linha “marxista-esquerdizante” ou “militante-feminista”, para a autora, vinham apontando para mulheres em “condições particulares”, como “as índias, as negras, as prostitutas, as religiosas, as presas, as idosas”, mas também para o “papel da mulher” na chefia das famílias, nas “estratégias de sobrevivência”.⁹⁸

Por fim, antes de encerrar o seu balanço, Maria Beatriz Nizza da Silva anunciava as suas perspectivas para a História da Mulher no Brasil. Para a historiadora, o campo seguiria a tendência “de continuar a inserir a História da Mulher no campo mais vasto História da Família” como ela própria havia feito em seu *Sistema de casamento no Brasil Colonial*, publicado em 1984, mas também como o fez Raquel Domingues da Costa na dissertação *Divórcio e anulação do matrimônio em São Paulo colonial*, orientada pela própria Nizza da Silva no PPG de História Social da USP, defendida em 1986, assim como Eni de Mesquita Samara na tese *A família na sociedade paulista do século XIX*, defendida na USP em 1980. Da mesma forma, a inserção da História da Mulher no “campo da demografia histórica para cujas pesquisas a variável sexo sempre foi tão importante como as variáveis idade ou cor”, era um caminho que o campo percorreria, como já vinham fazendo Altiva Pilatti Balhana em *Famílias coloniais – fecundidade e descendência* (livro publicado em 1977), Iraci del Nero com a publicação, em 1981, de *Populações mineiras*, e Maria Luiza Marcílio e seu livro *A cidade de São Paulo, povoamento e população, 1750-1850*, publicado em 1974 e resultado de sua tese defendida na França em 1967. Ao fim, Nizza da Silva também menciona que as relações com a História Social tenderiam a se acentuar, mas nenhum trabalho nesse campo foi citado.⁹⁹

Uma última consideração sobre o enunciado de Maria Beatriz Nizza da Silva é necessária. Em 1991, quatro anos após a publicação da Revista do IEB, o mesmo texto é publicado, com algumas pequenas alterações na coletânea *Writing Women's History: International Perspectives*, sob o título de “Women's History in Brazil: Production and Perspectives”.¹⁰⁰

Organizada por Karen Offen, Ruth Roach Pierson e Jane Rendall, a obra buscou relatar um “estado da arte” sobre a História da Mulher e de Gênero praticada em diversos países, como

⁹⁸ SILVA, 1987, p. 86-87.

⁹⁹ Ibidem, p. 89.

¹⁰⁰ Idem. Women's History in Brazil: Production and Perspectives. In: OFFEN, Karen; PIERSON, Ruth; RENDALL, Jane. **Writing Women's History: International perspectives**. London: The MacMillan Press, 1991. p. 369-380.

Brasil, Itália, Grécia, União Soviética, Austrália, Índia, Suécia, Suíça, dentre outros. Os textos publicados na coletânea tinham sido antes apresentados em uma conferência, ocorrida na sede da Fundação Rockefeller em Bellagio (Itália), em julho de 1989. As conferencistas, vindas de diversas partes do globo, também integravam e/ou representavam The International Commission on Historical Demography e a Société de Demographie Historique.¹⁰¹ Não se tem acesso a informações que possam esclarecer como Nizza da Silva foi convidada a participar da conferência e da publicação e nem se ela estava ligada a alguma dessas associações; contudo, pode-se intuir que sua participação se deveu à discussão sobre a historiografia brasileira acerca das mulheres a partir de uma perspectiva que toma a História da Família e, em especial, a Demografia histórica como precursoras da História da Mulher, narrativa esta que pode ter agradado às organizadoras vinculadas àquelas associações.

Maria Beatriz Nizza da Silva mudou o título de seu texto de 1987 (“A história da mulher”, no singular) para o de 1991 (“Women’s History in Brazil”, no plural); adicionou uma seção para tratar da “*american contribution*”, em que citou nomes já lembrados no texto de 1987¹⁰² e adicionou outros dois.¹⁰³ Mas, para os objetivos desta tese, duas mudanças executadas pela historiadora da USP na publicação de 1991 são mais interessantes de se apontar. A primeira é a alteração do trecho que trata das dificuldades de se pesquisar a história das mulheres nas universidades brasileiras. Em vez narrar essas dificuldades atribuindo-as à “tendência marxista-esquerdizante” do Departamento de História uspiano ou à “vocação terceiro-mundista e esquerdizante” da USP, Nizza da Silva se reservou a apontar que a referida universidade possuiria uma estrutura bastante conservadora e que a ideia de Estudos da Mulher se trata “simplesmente” de um “centro de estudo auxiliar” que tinha sido recém-criado, sendo uma iniciativa das sociólogas e que pouco ainda tinha sido feito pelos historiadores no centro.¹⁰⁴ Da crítica que em 1987 era à USP e aos colegas de departamento, Nizza da Silva passou à crítica das sociólogas no texto de 1991: “Temos motivos para reclamar do imperialismo sociológico.

¹⁰¹ BLOM, Ida. Foreword. In. OFFEN, Karen; PIERSON, Ruth; RENDALL, Jane. **Writing Women’s History: International perspectives**. London: The MacMillan Press, 1991. p. XIII-XVI.

¹⁰² Ann Pescatello, June Hahner, Susan Soeiro, Charles R. Boxer, Anthony J. R. Russell-Wood e Elizabeth Kuznesof.

¹⁰³ Sandra Graham e Ann Arbor.

¹⁰⁴ Nizza da Silva se referiu a esse centro como “Women’s Studies Centre” (SILVA, 1991, p. 369), apontando, em nota de rodapé, que se tratava do Núcleo de Estudos da Mulher e Relações Sociais de Gênero (NEMGE), enquanto que no balanço publicado na Revista do IEB, ela simplesmente cita o “Núcleo Mulher” (SILVA, 1987, p. 76). A autora se referia, em 1987, ao Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher, criado em 1985 na USP, com participação expressiva de sociólogas entre o seu grupo fundador e de apenas uma historiadora, Miriam Moreira Leite. Foi só em 1988 que o núcleo passou a se chamar Núcleo de Estudos da Mulher e Relações Sociais de Gênero. Cf. NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS DA MULHER E RELAÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO. **Quem somos**. Disponível em: <https://nemgeusp.weebly.com/>. Acesso em 17 de set. 2020, às 07h14min.

Deixe-me dar um exemplo. Em junho passado ocorreu uma conferência sobre 'Sociedade, Política e Relações Sociais de Gênero' e nenhuma historiadora foi convidada para falar".¹⁰⁵

A segunda mudança foi a supressão do nome de Maria Odila Dias e sua obra *Quotidiano e poder*. Mesmo que mencionando os estudos sobre o cotidiano, Maria Beatriz Nizza da Silva silenciou para o público estrangeiro a obra e o nome de sua própria colega de departamento. Além dessa supressão, ela adiciona nomes brasileiros que não constavam na versão do texto de 1987: Zuleika Maria Forcione Alvim, que era ex-orientanda de mestrado de Maria Odila Dias; Magali Gouveia Engel que, à época, era doutoranda em História pela Unicamp sob orientação de Maria Clementina Pereira da Cunha, e Marinete dos Santos Silva, que escrevia sua tese doutorado na Sorbonne em 1991, depois de ter feito mestrado em História na UFF. Além disso, mencionou Esmeralda Blanco B. Moura e sua obra sobre trabalho feminino e infantil, que no balanço de 1987 haviam sido reduzidas a uma nota de rodapé quando relatou as pesquisas sobre mulheres operárias que tinham sido acolhidas pela FCC.

Ao olhar para como Nizza da Silva descreveu a área da História das Mulheres e suas perspectivas, percebe-se uma narrativa que ata o desenvolvimento do campo à História da Família e à Demografia histórica, tendo como parâmetro essencial para tal análise as fontes utilizadas pelas autoras que citou, segundo ela, resultado de uma “revolução documental”. A professora uspiana inscreveu nesse desenvolvimento da área essencialmente obras e historiadoras do estado de São Paulo, para além das referências estrangeiras “obrigatórias” e especialmente aquelas ligadas à USP – mesmo se tratando, para Nizza da Silva, de uma instituição que não acolhia os estudos historiográficos da mulher – e à Fundação Carlos Chagas. Também se nota uma crítica e uma tentativa de distanciamento de uma História da Mulher baseada “simplesmente” na militância feminista e dos estudos praticados nos moldes das leituras marxistas sobre o trabalho.

É importante sublinhar um movimento de inserir a si própria não só como atuante da área de História das Mulheres – por consequência de sua incursão por temas como o casamento e a família –, mas também como uma das precursoras da mesma área no país. Apesar de não ser o interesse central desta tese, é importante chamar atenção para esse tipo de recurso utilizado nos balanços para defender posições e escolhas dentro da área da História das Mulheres e das

¹⁰⁵ Todas as traduções de trechos em língua estrangeira realizadas nesta tese são de nossa autoria, exceto aquelas que forem indicadas as suas respectivas tradutoras, em nota ou no próprio texto. SILVA, 1991, p. 369. No original: “We have reason to complain about sociological imperialism. Let me give an example. This last June a conference on 'Society, Politics, and Social Relations of Gender' took place and no historian was invited to speak.”

Relações de Gênero. Este recurso, como se verá durante a tese, não foi característica exclusiva dos balanços de Nizza da Silva.¹⁰⁶

Entende-se a narrativa criada por Nizza da Silva como aquela que abriu o caminho para a construção da memória da História das Mulheres e do Gênero no Brasil como campo emergido da História da Família e da Demografia histórica. Ao que parece, o enunciado de Nizza da Silva encontrará eco em outra historiadora que também se preocupou em narrar a área, já no início dos anos 1990: Eni de Mesquita Samara.

Eni de Mesquita Samara¹⁰⁷ publicou na *Revista Brasileira de História* (RBH), em 1991, o balanço intitulado “Mulheres das américas: um repasse pela historiografia latino-americana recente”.¹⁰⁸ Apesar de, como o seu próprio título indica, o foco do texto ser a historiografia sobre mulheres num espectro mais amplo – América Latina, mas sobretudo os trabalhos estadunidenses e brasileiros sobre tal recorte –, acredita-se que ele é importante para evidenciar os enunciados que tentam-se descrever aqui.

Samara publicou tal balanço dois anos depois de ter organizado, na própria RBH, um número especial sobre História da Família.¹⁰⁹ A RBH de 1988-1989 trazia um texto com uma reflexão de Samara sobre a família brasileira enquanto tema de análise historiográfica.¹¹⁰ Naquele texto, intitulado “A família no Brasil”, Samara chamava atenção para o seu trabalho de levantamento bibliográfico acerca dos estudos históricos sobre a família, que trazia livros, dissertações, teses, textos mimeografados e comunicações em eventos acadêmicos. A

¹⁰⁶ Daiane Vaiz Machado traz uma abordagem profícua nesse sentido ao analisar dois balanços de Cecília Westphalen (1927-2004) sobre a historiografia paranaense. Machado defende que a historiadora da UFPR se valeu desses balanços como “discursos de justificação”, por meio dos quais reservou um lugar para si na trajetória da historiografia produzida no Paraná e justificou suas escolhas de pesquisa. Cf. MACHADO, 2017, p. 308.

¹⁰⁷ Eni de Mesquita Samara (1948-2011) foi professora titular na disciplina História do Brasil Colonial do Departamento de História da USP, instituição na qual se graduou em História, em 1971. Em 1975, defendeu a dissertação *O Papel do Agregado na Região de Itu de 1780 a 1830*, e, em 1980, a tese *A Família na Sociedade Paulista do Século XIX (1800-1860)*. Ambas as pesquisas foram defendidas no Programa de Pós-graduação em História Econômica da USP, sob a orientação de Maria Thereza Schöerer Petrone (1929-2018). Foi integrante e pesquisadora do Centro de Estudos de Demografia Histórica da América Latina (CEDHAL - USP), o qual também presidiu entre 1994-2004 e de 2009 até o seu falecimento, em 2011. Foi diretora do Museu Paulista da USP entre 2003-2007 e presidente da ANPUH/Nacional entre 2005 e 2007. Suas pesquisas versaram, desde a década de 1970, sobre os temas da família, da população e da mulher e, já nos anos 1990, sobre relações de gênero. Cf. SAMARA, Eni de Mesquita. Disponível em: **Currículo do sistema de currículos Lattes**. Brasília, Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/5625582802527353>. Acesso em: 12 abr. 2020. CAPELATO, Maria Helena; GUTIERREZ, Horácio; PRADO, Maria Lígia. Eni de Mesquita Samara (1948-2011). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 31, n. 62, p. 11-12, Dez. 2011.

¹⁰⁸ SAMARA, Eni Mesquita. Mulheres das américas: um repasse pela historiografia latino-americana recente. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v 11, n 21. p. 227-240, 1991.

¹⁰⁹ REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA. **Família e grupos de convívio**. São Paulo, ANPUH/Marco Zero, v. 9, nº 17, set. de 1988/fev. de 1989; ANPUH/Marco Zero 1989.

¹¹⁰ SAMARA, Eni de Mesquita. A família no Brasil. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, ANPUH/Marco Zero, v. 9, nº 17, p. 7-35, set. de 1988/fev de 1989; ANPUH/Marco Zero 1989.

historiadora afirmava, então, que tal levantamento possibilitava precisar “exclusivamente os trabalhos que privilegiavam a família como objeto de estudo numa perspectiva histórica, o que permite visualizar com mais clareza o volume e o perfil da produção.” A historiadora indicava que tal levantamento – que ocupou 19 das 27 páginas do seu texto e cobria os anos de 1966 a 1985 – poderia ser lido como referência exclusiva à área de História da Família, uma vez “que a história da mulher e da sexualidade definiram-se como campos de reflexão específica”.¹¹¹

Tomando já entre 1988 e 1989 a História da Mulher e da Família como campos que eram distintos e que, de certa forma, possuíam bibliografia e produção próprias, Samara mencionou o volume 9, número 18 da RBH, que seria publicado também em 1989, logo na sequência do volume *Família e grupos de convívio*, e traria um dossiê dedicado à História das Mulheres: “Com relação à condição feminina a Revista Brasileira de História lançará proximamente um número especial dedicado à mulher no espaço público.”¹¹² Samara, que afirmava não ter relacionado as obras sobre “condição feminina” no levantamento em “A família no Brasil”, indicava o próximo número da *Revista Brasileira de História* talvez com certa expectativa de que o número especial sobre mulheres que o periódico lançaria em seguida pudesse trazer também um balanço ou um levantamento como o que ela própria havia feito para o número especial *Família e grupos de convívio*. Não se pode avaliar se a historiadora da USP realmente nutriu tal expectativa; no entanto, a publicação da RBH com o dossiê *A mulher no espaço público* com certeza frustrou a espera de qualquer leitora ou leitor que gostaria de ver um levantamento ou um balanço tal qual pudera ler acerca do tema da família, já que o número especial sobre “condição feminina” não publicou um texto desse tipo.¹¹³

Colocado, então, em perspectiva dentre as publicações da RBH da virada da década de 1980 para a de 1990, o balanço de 1991 – “Mulheres nas américas” – pode ter sido publicado por Samara para suprir o que ela própria considerava ter sido uma lacuna do número especial “A mulher no espaço público”. Se “descobrir a intenção” de Samara é meramente um exercício de conjectura, o que se pode afirmar ao certo é que não houve uma preocupação das historiadoras que praticavam “exclusivamente” – para se usar um termo da própria Samara – História das Mulheres em se fazer uma revisão historiográfica ou um balanço e publicá-lo na RBH. Nem mesmo as historiadoras “especialistas em condição feminina” que participaram no v.9 n.18 do periódico se preocuparam em fazer o mesmo que Samara fez no número antecedente

¹¹¹ SAMARA, 1989, p. 8-9.

¹¹² Ibidem, p. 12-13.

¹¹³ REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA. **A mulher no espaço público**. São Paulo, ANPUH/Marco Zero, v. 9, nº 18, ago.1989/set. 1989.

acerca da temática da família.¹¹⁴ Disso, é possível intuir que, entre fins da década de 1980 e o início de da 1990, as historiadoras da família e que, por isso, dedicaram-se também aos estudos da mulher, eram aquelas que possuíam a preocupação de se narrar o que era a historiografia brasileira sobre as mulheres. Talvez uma tentativa de delimitar alguns territórios e certas hierarquias entre as duas áreas, ao se perceber que a temática da mulher avançava nas pesquisas dos programas e pós-graduação e nas publicações (livros e revistas em especial).

Voltando ao balanço de 1991, Samara o iniciou afirmando não ser possível elencar todas as vertentes sobre “História de Mulheres”, em especial aquela produzida a partir da década de 1970, que já era bastante plural em abordagens e assuntos: “são inúmeras e seria impossível arrolá-las de uma só vez.”¹¹⁵ Se não via a possibilidade de citar todas, Samara escolhe três publicações para exemplificar a variedade da área de pesquisa. São elas *Society and the sexes in early Modern Europe*, publicada por Natalie Zemon Davis em 1973; os volumes 1 e 2 da *Mulher brasileira: bibliografia anotada* da Fundação Carlos Chagas, publicados, respectivamente, em 1979 e 1981; e a RBH com seu número *A mulher no espaço público*, de 1989.

Já que nesta tese não se possui interesse naquela bibliografia sobre os estudos das mulheres em outros países da América, aqui serão apontadas apenas as considerações de Samara sobre aquilo produzido acerca do Brasil. E, nesse recorte, os dois primeiros trabalhos citados no balanço são *A família brasileira* e *As mulheres, o poder e a família – São Paulo, século XIX*, de autoria da própria Samara, respectivamente publicados em 1983 e 1989. A historiadora citara a si mesma enquanto relatava que o desafio apresentado às primeiras “historiadoras dedicadas ao estudo da condição feminina no passado” era o de “recuperar a mulher na sua identidade social e de mostrar a sua presença no processo de tomada de decisões”. Se, no exterior, são Susan Rogers, Michelle Perrot e Alida Metcalf que aceitam tal desafio, no Brasil, seria a própria Samara que, não saindo do caminho aberto pelas estrangeiras, “optou pela análise do casamento e da divisão de poderes e de incumbências entre os casais.”¹¹⁶ A professora da USP inseria a si mesma, em 1991, na prática de História das Mulheres da mesma

¹¹⁴ Entre as historiadoras brasileiras que publicaram no número especial *A mulher no espaço público* estavam Esmeralda Blanco B. de Moura (USP), Maria Clementina Pereira da Cunha (Unicamp), Margareth Rago (Unicamp), Rachel Soihet (UFF), Martha Campos Abreu, Gladys Sabina Ribeiro e Magali Engel, todas as três mestras em História pela UFF e, à época da publicação da RBH, preparando sua entrada no doutorado da Unicamp (exceção de Engel, que já estava matriculada do doutorado unicampista), e Luiz Marques (Unicamp). As estrangeiras se fizeram presentes com Michelle Perrot, Eleni Varikas e Susan Besse. Maria Stella Bresciani (Unicamp) contribuiu com a apresentação do volume e, de outras áreas de formação que não a História, colaboraram Elisabeth Souza-Lobo, professora da USP que também lecionava na pós-graduação da Unicamp, Mariza Correa (Unicamp) e Cláudia Fonseca (UFSC).

¹¹⁵ SAMARA, 1991, p. 228.

¹¹⁶ Ibidem, p. 229.

maneira que Maria Beatriz Nizza da Silva quatro anos antes: pelos temas que circundavam o casamento.

Eni de Mesquita Samara também registrou que outro desafio dessa historiografia era o de “rever imagens e revelar outras” para se romper “com enraizamentos impostos pela historiografia ao longo do tempo”. O pioneirismo em revelar os estereótipos e de se entender a condição feminina veio do exterior, com Anthony J. R. Russel-Wood, autor já apontado por Nizza da Silva. Se, de acordo com Samara, antes a “mulher branca, de elite, ociosa” ocupava um espaço na historiografia, seria o momento de dividi-lo com “outras mulheres antes sem história”: à imagem tradicional da mulher branca passiva se somariam os “testemunhos sobre mulheres trabalhadoras, mediadoras e intermediárias nas atividades de comércio”. Nessa esteira, Samara lembrou a contribuição de Elizabeth Kuznesof, com o mesmo artigo “The role of the female-headed household...” evocado por Nizza da Silva; mas também *Quotidiano e poder*, de Maria Odila Leite da Silva Dias, e, mais uma vez, o seu próprio *As mulheres, o poder e a família* como exemplo dessa historiografia que se preocupou com mulheres “chefes de domicílio” entre o final “do século XVIII e início do XIX”, com as “costureiras, lavadeiras, doceiras e quitandeiras que trabalhavam para o sustento de suas casas”.¹¹⁷

É possível notar que tanto Nizza da Silva, ao menos em 1987, como Samara mobilizaram quase que a mesma rede de referências para se dizer o que era a História das Mulheres naqueles anos: são os nomes internacionais de Russel-Wood e Kuznesof que prevalecem, enquanto que, entre as brasileiras, surgem Maria Odila Dias e Eni de Mesquita Samara como as historiadoras que povoaram os primórdios da História das Mulheres no Brasil. E Samara faz questão também de citar o artigo “Educação feminina e educação masculina no Brasil colonial”, de Nizza da Silva, ao tratar de um duplo padrão de moralidade construído para as mulheres “das camadas mais abastadas”.¹¹⁸

Em um tópico específico – “Universo feminino, o público e o privado” –, o balanço de Samara volta sua atenção para um movimento de se pensar a atuação feminina não só na esfera da casa, mas também fora dela:

No resgate da memória feminina, as falas sobre o “silêncio dos arquivos”, os “segredos dos sótãos”, as “leituras das entrelinhas” dos documentos, vão aos poucos compondo as análises sobre o universo feminino e sua inserção no público e no privado [...] o mundo das mulheres e a vida doméstica, palco de luta e de articulação dos “micro-poderes”, foi inúmeras vezes pesquisado.¹¹⁹

¹¹⁷ SAMARA, 1991, p. 230.

¹¹⁸ Ibidem, loc. cit.

¹¹⁹ Ibidem, 230-231.

Tais análises são representadas, no balanço em questão, novamente por Samara e o seu livro *A família brasileira* e por Maria Odila Dias, com *Quotidiano e poder*. Nesse sentido, as pesquisas brasileiras dedicadas a escrutinar os papéis femininos entre o público e o privado somam-se àquelas estrangeiras, como *Household and street: the domestic world of servants and masters in XIXth century Rio de Janeiro* e *Os excluídos da História*, publicados, respectivamente, por Sandra Graham e Michelle Perrot, ambos em 1988. No que tange especificamente à desconstrução da imagem estereotipada da mulher “das classes dominantes” como passiva e enclausurada, Samara lembrou *The brazilian family*, publicado em 1951 por Antônio Cândido, como trabalho pioneiro. Mas foi a obra de Maria Odila Dias que recebeu mais atenção – e também elogios – quando se tratava da desmistificação do universo feminino como exclusivamente privado:

De um lado, o discurso oficial e as normas prescritas no sistema de dominação e, de outro, o cotidiano das mediações dos papéis sociais continuamente improvisados. O belo e exemplar trabalho de Maria Odila Leite da Silva Dias busca essencialmente essa última reconstrução.¹²⁰

Ainda no que toca aos estereótipos, mas também fazendo uma reflexão sobre as redes de poder nas quais as mulheres se inseririam – um tópico, “Subordinação, rede de poder e reversão da ordem”, é dedicado a esta última questão –, Samara apontou para a contribuição que veio das Ciências Sociais. Os trabalhos de Heleieth Saffioti *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*, de 1969,¹²¹ e *O poder do macho*, de 1987, é que receberam destaque. Infere-se da citação dos trabalhos de Saffioti que, se Samara via a necessidade de desconstruir estereótipos de passividade e submissão, também seria útil perceber que as relações entre homem e mulher não se resumem a um jogo entre dominante-subordinado, pois “a sociedade” não estaria dividida “entre homens dominadores de um lado e mulheres subordinadas de outro”,

¹²⁰ SAMARA, 1991, p. 232.

¹²¹ A publicação citada por Samara é a de 1976, mas a publicação original de Saffioti é de 1969. A obra é fruto de sua pesquisa que se iniciou para elaboração de uma tese doutorado na USP e, a pedido do seu orientador, Florestan Fernandes, foi utilizada como tese de livre-docência em Sociologia, defendida em 1967, para que pudesse continuar lecionando na então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara, no interior de São Paulo, que na década de 1970 viria a ser integrada à Universidade Estadual Paulista (UNESP) como Faculdade de Ciências e Filosofia de Araraquara. Cf. SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Petrópolis: Vozes, 1976. Sobre o momento de construção e defesa da tese de livre-docência de Heleieth Saffioti, consultar: SAFFIOTI, Heleieth. Entrevista com Heleieth Saffioti [Entrevista concedida a] Juliana Cavilha Mendes e Simone Becker. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, n. 1, 141-165, jan-abr/2011.

uma vez que “há homens que dominam outros homens, mulheres que dominam outras mulheres e mulheres que dominam homens”.¹²²

Diferentemente de Nizza da Silva que em 1991 apresentou a relação entre historiadores e cientistas sociais como pouco amistosa, Samara recorre aos trabalhos de Saffioti como reflexões importantes para se pensar o poder quando se trata de se fazer História das Mulheres. Marca-se também aqui, em 1991, a tematização da questão do poder para pensar as relações entre homens e mulheres, algo que se tornará caro a essas historiadores e a esses textos nos próximos anos. Isso ficará mais evidente nos próximos capítulos desta tese.

Nesse ínterim, Samara voltou a citar suas obras *A família brasileira* e *As mulheres, o poder e a família* e, já caminhando para a conclusão, argumentava que

[...] Apesar dos preconceitos e da desclassificação social [as mulheres] eram parte integrante do próprio sistema de dominação. O fato de não participarem da história política e administrativa não diminuiu a importância do papel desempenhado, a exemplo dos segmentos marginalizados. Excluídas do “círculo do poder” souberam fazer a sua própria história.¹²³

Uma última nota de rodapé faz as leitoras e os leitores do balanço da professora da USP voltarem, mais uma vez, a Michelle Perrot e à colega de departamento de Samara, Maria Odila Dias, como referências de trabalhos que reconhecem a importância dos papéis femininos, ainda que marginalizados. Ao que parece, a narrativa de Samara retomou o enunciado de Nizza da Silva ao mobilizar referências da História da Família, em especial sobre o casamento e as relações privadas. No entanto, vai dando destaque a uma reflexão sobre as relações de poder por meio das discussões das Ciências Sociais, como no caso da citação de Heleieth Saffioti e, ainda mais destacado, está o papel dela própria e de Maria Odila Dias para a área de estudos históricos sobre a mulher.

Eni de Mesquita Samara, no que se pôde observar, também minimizou o valor que Nizza da Silva atribuiu à Fundação Carlos Chagas e, sendo colega de departamento dela, não percebia ou, ao menos, não enunciava um descontentamento com as posturas dos outros professores da USP. Pelo contrário, dos oito nomes brasileiros citados em seus balanços, 5 deles eram professores e/ou formadas na USP: as próprias Samara e Maria Beatriz Nizza da Silva, Maria Odila Dias, Antônio Cândido e Miriam Moreira Leite, que acabou sendo citada apenas como um exemplo de trabalho sobre mulheres a partir de relatos de viajantes.

¹²² SAMARA, 1991, p. 236.

¹²³ Ibidem, p. 237.

Aqui é interessante retornar ao balanço “A família no Brasil” (1989), publicado na RBH dedicada à História da Família. Percebe-se que os nomes citados em “Mulheres nas Américas: um repasse pela historiografia latino-americana recente” (1991) como praticantes do “campo específico” da História das Mulheres são os mesmos levantados no balanço de 1989. Se parece provável que Samara recortou, em 1991, as publicações sobre mulheres do balanço acerca da família de 1989, parece certo também concluir que os campos não tinham reflexões tão específicas assim, ou, no mínimo, não possuíam pesquisadores e publicações tão “exclusivas” como afirmara em “A família no Brasil”. Assim, seria correto afirmar que tanto para Nizza da Silva quanto para Samara as pesquisas sobre História das Mulheres compartilhavam da mesma raiz: as obras, as pesquisas e os pesquisadores da História da Família.

Em 1993, Eni de Mesquita Samara voltou a destacar essas relações entre História das Mulheres e História da Família em outro balanço. Dessa vez, a historiadora reforçaria sua narrativa com o texto “A mulher e a família na historiografia latino-americana recente”,¹²⁴ que saiu do prelo na primeira publicação da revista *Anos 90*, do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O balanço de Samara havia sido apresentado no “Seminário Tendências Recentes da Historiografia”, sediado na UFRGS, que contou com a participação de historiadores como Margareth Rago, discutindo a presença de Foucault na historiografia brasileira; José Murilo de Carvalho, com uma fala sobre historiografia e imaginário da república; dentre outros. O texto de Samara parece ter sido reunido a outros que também foram apresentados no referido seminário. A revista *Anos 90*, em 1993, ano de sua estreia como periódico, trouxe em suas páginas os resultados das conferências do mesmo seminário.¹²⁵

Se o título do texto publicado na *Anos 90* em 1993 é bastante parecido com o do balanço de 1991, publicado na RBH, o conteúdo apresentado nos dois textos é também semelhante. A mudança é a inclusão de uma pequena introdução e de um tópico intitulado “Novas imagens da família brasileira”, que se desdobra em um subtítulo: “Rompendo laços patriarcais: a família paulista”. Se o balanço de 1991 não deixava tão explícita na narrativa de Samara a vinculação entre as pesquisas sobre família e mulher – necessitando-se recorrer ao balanço de 1989, “A família no Brasil”, para tornar essa vinculação mais clara –, o balanço de 1993 traz isso já em

¹²⁴ SAMARA, Eni M. A mulher e a família na historiografia latino-americana recente. *Anos 90* - Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. v. 1. n. 1. 1993, p. 23-47.

¹²⁵ Para uma reflexão mais detalhada do papel que a *Anos 90* desempenhou no debate historiográfico daqueles anos, cf. SANTOS, 2020. No que toca à publicação de 1993, que inclui o balanço de Eni de Mesquita Samara, ver também SANTOS, 2020, em especial as páginas 397 a 405.

seu título, mas também em sua introdução. Apesar de curta, com três parágrafos, tal introdução pode sugerir muito:

A historiografia nas últimas décadas, sem dúvida, favorece uma História Social da Mulher e da Família, preocupada com a análise e a percepção de processos históricos antes considerados de menor importância para o entendimento da natureza das sociedades. A diversificação temática e a mudança dos focos de atenção do pesquisador enriqueceram os estudos históricos propiciando a incorporação de novos corpos de reflexão àqueles já consagrados. Assim, o cotidiano, os marginalizados, a mulher e a família ganharam espaço e dimensão nova nas interpretações recentes. *Se de início a história da família e da mulher estiveram atreladas, em linhas gerais, ao desenvolver dos estudos de Demografia Histórica*, hoje passados quase 30 anos, podemos dizer que a parecem como campo específicos de análise, embora complementares.¹²⁶

A introdução acrescentada no balanço de 1993 torna possível perceber que o enunciado de Maria Beatriz Nizza da Silva sobre a área ecoa de certa forma nas concepções de Eni de Mesquita Samara, ainda que o balanço da primeira não seja citado naquele escrito pela segunda.

Até aqui, percebeu-se a preocupação de duas professoras uspianas em narrar o campo como emergente da História da Família e da Demografia histórica. A produção destacada é aquela produzida na USP e, de maneiras não exatamente idênticas, na Fundação Carlos Chagas. Nesta seção, outra historiadora ligada a instituições paulistas – também à USP e à FCC – merecerá destaque. Trata-se Miriam Moreira Leite que, já sendo citada nas narrativas de Nizza da Silva e Samara, também se preocupou em narrar a área de História das Mulheres em um de seus textos: “Fontes históricas e estilo acadêmico”, publicado em 1993, na *Revista Estudos Feministas* (REF).¹²⁷ É nesse artigo que esta tese se concentra a partir de agora.

Miriam Lifchitz Moreira Leite¹²⁸ publicou o texto “Fontes históricas e estilos acadêmicos” com o objetivo de apresentar trabalhos historiográficos da década de 1980 – em

¹²⁶ SAMARA, 1993, p. 23. Grifos adicionados.

¹²⁷ LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. Fontes históricas e estilo acadêmico. **Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 1, 1993. p. 83-95.

¹²⁸ Miriam Lifchitz Moreira Leite (1926-2013) formou-se em Ciências Sociais e História pela USP. Seu Currículo Lattes não apresenta muitas informações sobre sua formação, mas é registrado em seus obituários e homenagens póstumas que se dedicou a pesquisar mulheres, relatos de viagem sobre e escritos por mulheres, família, imagem e fotografia. Defendeu, em 1983, seu doutorado no PPG de História Econômica da USP sob orientação de Maria Thereza Schöerer Petrone acerca da vida e da obra de Maria Lacerda de Moura. Foi membro e fundadora do NEMGE-USP e teve participação assídua nas páginas da *Revista Estudos Feministas* e nos Concursos de Dotação em Pesquisa sobre Mulheres e Gênero da FCC. Sua trajetória de pesquisadora, desde 1996, foi vinculada ao Laboratório de Imagem e Som em Antropologia (LISA/USP). Cf. LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. **Currículo do Sistema de Currículos Lattes**. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/5181395079788133>. Acesso em 15 abr. 2020, às 22h01min; RAGO, Margareth. miriam lifchitz moreira leite, incansável, insubstituível..., **vervedobras**, n. 23, 244-246, 2013; PEREIRA, Francirosy Campos Barbosa. In memoriam, **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 209-210, jan.-abr. 2013. Para um relato de Miriam Moreira Leite sobre sua própria trajetória acadêmica e pessoal, ver o vídeo:

especial teses e dissertações – que versassem sobre sexualidade colonial, intencionando refletir sobre o estilo de escrita desses trabalhos. Leite recorreu a tal material para pensar estilos de escrita a partir do diagnóstico de que jornalistas e editores vinham criticando trabalhos de Ciências Humanas com o argumento de que obras historiográficas eram aquelas que possuíam menor qualidade de escrita. Como aqui se procura evidenciar a construção de memórias disciplinares e de cânones historiográficos para a História das Mulheres e para as relações de gênero, deixa-se de lado a reflexão que Leite fez sobre os estilos acadêmicos e se volta para as colocações que a historiadora fez sobre a História das Mulheres.

Tratando as pesquisas acadêmicas sobre a sexualidade colonial nos anos 1980, Leite afirmou que tais estudos, apesar de terem em comum a sua elaboração no ambiente universitário, não possuíam em si uma unidade. E prontamente reconhece os estudos universitários sobre a sexualidade como uma questão decisiva dentro do que nomeou “estudos sobre a mulher”. Para Leite, esses estudos vinham se “avolumando desde a década de 1970 e, com muitos tropeços e muito empenho, começam a abrir espaço nas universidades.”¹²⁹ Sem especificar do que se tratavam os “tropeços” e os “empenhos”, Leite apontava para características em comum sobre o início dos estudos acerca da História da Sexualidade e das Mulheres em território nacional:

A oscilação do conceito de sexualidade, entre o individual e o erótico de um lado, e o social, demográfico e político de outro, prolongou ainda mais seu período de não-aceitação como objeto de atenção e aprofundamento nas Ciências Humanas em geral e na História em particular. *Uma das formas de legitimar o seu estudo, bem como de inúmeros outros aspectos dos Estudos da Mulher, foi confundi-lo com áreas já aceitas e aprovadas tais como a História Quantitativa, os Estudos Populacionais, a Antropologia Histórica, a História Social, a Sociologia do Cotidiano e a História da Família.*¹³⁰

Por se tratarem, segundo Leite, de estudos ainda em consolidação, só seria possível identificar os trabalhos sobre História da Sexualidade e das Mulheres a partir de linhas de pesquisa. Essa identificação se daria, na acepção da historiadora, “através dos pioneiros transformados com o tempo em orientadores de novos doutores, que ampliaram o leque de perspectivas.”¹³¹ As linhas de pesquisa e os pioneiros apresentados por Leite estariam presentes na sua própria instituição de formação e de trabalho: a USP. Os pioneiros, no entender de Leite,

CAMINHOS da memória - Miriam Moreira Leite. Direção de Ana Lúcia Ferraz, Andréa Barbosa e Francirosy Ferreira. São Paulo: Laboratório de Imagem e Som em Antropologia (Lisa-Usp), 2007. (34 min.), son., color. Disponível em: <https://vimeo.com/35325369>. Acesso em: 05 dez. 2020.

¹²⁹ LEITE, 1993, p. 85.

¹³⁰ Ibidem, loc. cit. Grifos adicionados.

¹³¹ Ibidem, loc. cit.

seriam Maria Luiza Marcílio, Maria Beatriz Nizza da Silva, Eduardo D'Oliveira França e Fernando Novais.

Em relação a Marcílio, Leite chamou atenção para o seu trabalho no Centro de Estudos de Demografia Histórica da América Latina (CEDHAL/USP) e de dois de seus orientandos “dedicados aos estudos quantitativos da família brasileira”: Mary del Priore que, para Leite, estava fazendo uma História da Mulher sob a ótica da História das Mentalidades; e Fernando Londoño, que se debruçava sobre o concubinato no Brasil Colonial.¹³²

Sobre Nizza da Silva, o balanço de Leite preferiu apontar para os seus estudos acerca das ordenações, dos processos e correspondências em arquivos civis e eclesiásticos. Com isso, Maria Beatriz Nizza da Silva teria encaminhado suas orientandas Raquel Lopes da Costa e Eliana Maria Goldschmidt para a investigação de “casamentos, divórcios, anulações e casamentos mistos, na direção de uma História da família brasileira.”¹³³

Já em relação à atuação de pioneiro de Eduardo D'Oliveira França, Leite acabou destacando o trabalho de Alzira Lobo de Arruda Campos e de Ronaldo Vainfas. No entanto, recorrendo ao que chamou de “modelo em leque”, a historiadora dá destaque ao nome de Fernando Novais, ao qual Leite vinculou a maior relação de orientandos: são lembrados os trabalhos de Leila Mezan Algranti, Laura de Mello e Souza, Lana Lage da Gama Lima e Luciano Figueiredo. Sem explicar muito ao que se refere quando apontou de “modelo em leque”, presume-se que Leite acabara por vincular ao nome de Eduardo D'Oliveira França também os orientandos de Fernando Novais, já que Novais havia sido orientado por França durante o doutorado, defendido em 1973 na USP.

No mesmo lugar do texto em que Leite descreve as linhas de pesquisa e pioneiros que teriam aberto caminhos para a História das Mulheres e da Sexualidade é que se lê o nome de Maria Odila Dias. No entanto, Dias aparece solitária na narrativa de Miriam Moreira Leite, uma vez que o balanço não relaciona Dias ao seu orientador (Sérgio Buarque de Holanda) nem às suas orientandas que já haviam defendido pesquisas sobre mulher até o ano de 1993, o que poderia se esperar já que utilizou o recurso que ela intitulou de “modelo em leque”.¹³⁴ Leite lembrou Dias da seguinte forma: “Maria Odila da Silva Dias, titular de História do Brasil,

¹³² LEITE, 1993, p. 85-86.

¹³³ Ibidem, p. 86.

¹³⁴ Até 1993, ano de publicação do balanço “Fontes históricas e estilos acadêmicos” por Leite, Maria Odila Dias já havia orientado, em temas que versassem de forma mais efetiva sobre mulheres, as pesquisas de Zuleika Maria Forcione Alvim (1984) e Joana Maria Pedro (1992).

trabalha na área de Estudos da Mulher e tem se aprofundado na hermenêutica do cotidiano. *Cotidiano e Poder*, seus trabalhos teóricos e seus cursos partem da vida no Brasil Colonial.”¹³⁵

Mais à frente, Leite voltaria ao nome de Dias quando tematizou o uso das fontes para o estudo da sexualidade e das mulheres, bem como a maneira de abordá-las. No entender de Leite, o trabalho com as fontes exigiria entender que elas se diferenciariam “na medida que umas se aproximam mais da experiência e outras mais da teorização”. Essa reflexão sobre a divisão entre fontes que pudessem relatar mais “experiência” ou “teorização” pode ser vista, no texto de Leite, como um problema que já teria se apresentado nas concepções de Eni de Mesquita Samara evidenciadas mais acima, pois voltava-se para a compreensão daquilo que estaria prescrito na documentação oficial, algo no nível de papéis estereotipados.¹³⁶

A documentação que se aproximaria mais da “teorização” foi vista por Miriam Moreira Leite como aquela na qual “os papéis sociais ganham tal relevo que dificultam a penetração no comportamento real, de que são abstraídos” e, como exemplo disso, Leite aponta para esses papéis estereotipados: “As mulheres brancas são figuras respeitáveis e completamente assexuadas, enquanto as mestiças, negras e índias seriam seres exclusivamente sexuais.” Nesse ínterim, entre as fontes e as abordagens que possibilitavam perceber os “papéis sociais” prescritos e aquelas que permitiam “a penetração no comportamento real”, despontava *Quotidiano e poder*, obra na qual Maria Odila Dias teria evidenciado que:

Entre as mulheres das diferentes etnias estabeleciam-se redes de trabalho, dependência e também de sexualidade, que só podem ser recompostas através da consulta da documentação administrativa local e de recenseamentos, feita com a focalização específica da História Social da Família e através da literatura comparada.¹³⁷

A obra de Dias voltava, então, a ser considerada como exemplar. Leite atribuía a ela a possibilidade de sair apenas do plano dos papéis estabelecidos para as mulheres ou da teorização de tais papéis para se entender também o “comportamento real” dessas mulheres. E reforça, de certa forma, o que Nizza da Silva já tinha apontado em relação a *Quotidiano e poder*: uma obra que, utilizando documentação diversificada, já resultado do desenvolvimento – nas palavras de Nizza da Silva, da “revolução documental” – empreendido pelos estudos da família e da

¹³⁵ LEITE, 1993, p. 86.

¹³⁶ Ibidem, p. 88. Como se verá no próximo tópico deste capítulo, é possível intuir que Miriam Moreira Leite já tivesse tido contato com o texto *Teoria e método dos estudos feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano*, de Maria Odila Dias. Apesar de que tais ideias já se apresentam também na tese de Dias, parece que os termos trabalhados por Miriam Leite para caracterizar o trabalho de Dias provinham do texto *Teoria e método dos estudos feministas*.

¹³⁷ Ibidem, p. 88-89. Grifos adicionados.

demografia, beneficiava-se das contribuições da História da Família. De certa maneira, os pioneiros caracterizados por Leite são aqueles, dentre outros, que se empenhavam no estudo da História da Família, como é o caso de Nizza da Silva. Já Dias, que não é explicitamente vinculada a nenhum “pioneiro”, tem sua obra sobre mulheres enunciada como exemplar no estudo da documentação, pois se baseava “na focalização específica da História da Família”.

Interessante notar que nos balanços de Nizza da Silva, Samara e Leite, publicados entre 1987 e 1993, essa História da Mulher era devedora e/ou estava misturada a outras áreas. Nizza da Silva, mais explicitamente, e Samara, apontavam para a área de estudos como um desenvolvimento da História da Família e da Demografia histórica; Leite de certa forma concordava com essas constatações das colegas uspianas, pelo menos no que toca à História da Família. Mas chama-se atenção para esse recurso que já aparece explicitamente em Nizza da Silva (1987), mas também em Leite (1993) de historiar obras e autoras que se dedicavam à pesquisa da História das Mulheres por meio da “estratégia da confusão”.

Miriam Moreira Leite apontava, já no início de seu balanço, que os estudos de sexualidade colonial usavam estratégia parecida com aquela dos estudos da mulher para se legitimar: “confundir” suas pesquisas com campos já mais bem estabelecidos, nomeadamente a História Quantitativa, os Estudos Populacionais, a Antropologia Histórica, a História Social, a Sociologia do Cotidiano e a História da Família. Exemplo disso, segundo Leite, é *Quotidiano e poder* que, para tratar das mulheres, utilizava documentação comum na prática de História da Família e da Demografia histórica – os recenseamentos – e a analisava pelas lentes da História da Família. Era, em certo sentido, a maneira que Nizza da Silva via o futuro da História das Mulheres, que continuaria “se inserindo” nos campos da História da Família e Demográfica.

Nesses balanços analisados até aqui, pode-se notar esse exercício de reconhecer certa legitimidade ao que começou a se chamar História das Mulheres. Os textos que, de uma forma ou de outra, se propuseram a narrar o campo, construíram uma memória disciplinar específica sobre ele. O enunciado de Maria Beatriz Nizza da Silva parece ter encontrado eco nos balanços de Eni de Mesquita Samara e de Miriam Moreira Leite, que vincularam a origem dos estudos históricos sobre as mulheres às áreas de História da Família e à Demografia histórica.

Em tais balanços, o campo que se legitimava e se dava profundidade temporal foi denominado comumente com a expressão “História da Mulher”, como nos casos de Nizza da Silva (1987) e Samara (1989, 1991 e 1993). O uso da expressão no plural também foi verificado, como em Nizza da Silva (em 1991, na versão em língua inglesa “*women’s history*”) e em Leite (1993). Ainda foi possível perceber, de maneira menos corrente, o uso de expressões como “estudos da mulher”, como em Leite (1993) e “História Social da Mulher” ou, ainda, “História

Social da Mulher e da Família”, casos notados nos textos de Samara (respectivamente, 1991 e 1993). Referir-se ao campo, nos textos aqui investigados, trazia o vocábulo “mulher” ou “mulheres” quase sempre desacompanhados, mas também em formas que se esposavam em expressões mais longas, utilizando os complementos “História Social das...” ou “... e da Família”. Esse diagnóstico parece ser importante para que se possa ir verificando, no decorrer desta tese, como os enunciados emitidos por estas historiadoras foram tentando nomear de maneiras diferentes a área, dependendo da memória disciplinar que inventavam para ela e pelo conteúdo que imprimiam aos seus cânones.

Essas expressões que dominaram os balanços aqui descritos para se referir ao domínio de conhecimento histórico dedicado às mulheres ajudaram também a projetar alguns de seus cânones fundadores em obras que, por vezes, nem portavam o termo “mulheres” em seus títulos. Obras como *Sistema de casamento no Brasil* ou *The Brazilian Family*, respectivamente publicados por Maria Beatriz Nizza da Silva e Antônio Cândido eram tidas como precursoras das discussões. Já outras obras destacadas nesses textos dividiam seus títulos com outras expressões, para lembrar o caso de *As mulheres, o poder e a família*, de Eni de Mesquita Samara. O enfoque em descrever uma área surgida no interior dos estudos demográficos e da família fez, ao que parece, com que Nizza da Silva, Samara e Leite reconhecessem as obras inauguradoras da área de História das Mulheres e das Relações de Gênero também devedoras daqueles estudos.

Se houve qualquer estratégia para legitimar essas pesquisas entre os anos de 1987 e 1993, ela parece ter sido a aposta nesse “nascimento” de outros campos, os quais as próprias Nizza da Silva e Samara estavam vinculadas, mas também a própria Miriam Moreira Leite que, apesar de não se citar como frequentemente faziam Nizza da Silva e Samara, estava dedicada a pesquisar e publicar sobre o tema da família. Veja-se, por exemplo, a publicação de *Retratos de família – Leitura da fotografia histórica*, realizada por Leite também em 1993, a partir de suas pesquisas no Laboratório de Imagem e Som em Antropologia (LISA/USP), e o artigo “Mulheres e família” que publicara em 1989 no número especial da RBH *Família e grupos de convívio*, organizado por Samara, a partir de sua experiência com relatos de viajantes na FCC.¹³⁸

Essa legitimidade que se procurava dar ao que se chamou por vezes História das Mulheres – noutras vezes, História da Mulher, História Social da Mulher, História da Mulher e da Família etc. – nesses balanços parecia, na verdade, ameaçar “outra legitimidade”: aquela conferida ao campo da História da Família. História essa que as próprias Maria Beatriz Nizza

¹³⁸ LEITE, Miriam Moreira. **Retratos de família** – leitura da fotografia histórica. São Paulo: EDUSP, 1993; Idem. Mulheres e famílias. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 9, n. 17, p. 143-178, 1988/1989.

da Silva, Eni de Mesquita Samara e Miriam Moreira Leite praticavam. Nesse sentido, o enunciado que vinculava esse surgimento da História das Mulheres à História da Família e à Demografia histórica procurava manter, dentro dos limites das áreas às quais suas autoras pertenciam, um objeto que parecia lhes “escapar” quanto mais se defendiam teses e dissertações em PPG em História pelo Brasil: “a mulher”.

Assentadas em suas áreas e, talvez, percebendo esse movimento de trabalhar a mulher fora do tema da família, em abordagens e lugares diferentes,¹³⁹ esse enunciado buscou sedimentar uma memória disciplinar sobre a História das Mulheres que lhe garantiria espaço nos não mais “reduzidos” lugares que se praticavam história no país. Daí, parece ser importante também relacionar esses balanços que inventavam uma memória disciplinar específica para a área de História das Mulheres com outro balanço, que também era publicado no início da década de 1990. Trata-se do conhecido *A história no Brasil*, de Carlos Fico e Ronald Polito, publicado em 1992.

Ao avaliar as áreas de concentração dos PPG em História existentes até 1989, Fico e Polito afirmavam ser perceptível que “a tônica [era] dada pela História Social e Econômica, vindo em segundo plano História Demográfica e da Cultura”. Para os autores de *A história no Brasil*, verificava-se aqui “um movimento comum na dinâmica da pesquisa histórica no Ocidente: o desenvolvimento das abordagens sócio-econômicas (em detrimento das políticas) e a consolidação do predomínio da História Social.”¹⁴⁰ É necessário, a partir disso, pôr em perspectiva a memória disciplinar construída por Nizza da Silva, Samara e Leite, bem como os cânones que ela tentava emplacar.

Como afirmam as análises de Fico e Polito, a década de 1980 assistia à consolidação da História Social e, no que toca as áreas de concentração dos PPG, a História demográfica perdia espaço. É importante ressaltar que o enunciado emitido por Nizza da Silva sobre a História das Mulheres emergia também nesse momento de consolidação de áreas de concentração do PPG, mais especificamente em 1987. É possível assinalar, então, que o enunciado emitido por Nizza da Silva, reiterado por Samara e Leite, pode ter emergido em resposta, na virada da década de 1980 para a de 1990, ao movimento das instituições de pós-graduação que se concentravam em

¹³⁹ Como já podia ser percebido, a partir da segunda metade dos anos 1980, em dissertações como *Meretrizes e doutores: o saber médico e a prostituição na cidade do Rio de Janeiro, 1845-1890*, de Magali Engel, defendida na UFF em 1985; *Fragmentos de Mulher (Dimensões da Trabalhadora - 1900/1922)*, de Eliana Silva Moura, defendida também em 1985 na Unicamp; e *Vivências e Formas de Violência: Mulher de Classe Subalterna no Rio de Janeiro (1890 -1920)*, tese que Rachel Soihet defendera em 1986 na USP. Nenhuma delas foi citada por Nizza da Silva, Leite e Samara, muito provavelmente por não ser característica dos anos 1980 a circulação rápida dos textos defendidos como nos dias atuais.

¹⁴⁰ FICO; POLITO, 1992, p. 33-34.

História Social em detrimento de abordagens que elas próprias defendiam ser o nascimento da História das Mulheres: a Demografia Histórica e a História da Família. Talvez por isso a necessidade de reafirmar essa origem para a História que vinha se produzindo acerca das mulheres.

Por outro lado, os próprios Fico e Polito alertavam que a produção de artigos na década de 1980 apontava para certo sucesso das pesquisas em Demografia histórica, já que esses artigos ocupavam a terceira posição de temas mais publicados em revistas acadêmicas, sendo inferior apenas ao número daqueles da História Econômica e da História Política. Nesse sentido, a reorganização das áreas de concentração dos PPG em História que se filiavam à História Social talvez não refletisse ainda a sua própria produção em artigos.¹⁴¹

Mais do que áreas de concentração, ao tratar das principais temáticas abordadas nas teses e dissertações dos anos 1980, Fico e Polito observavam que a tendência geral dos PPGs em História era a de defender trabalhos que se aproximavam da abordagem metodológica da História Social. Mas como os autores definiram tal abordagem? O trecho a seguir pode ser elucidativo:

Além dos trabalhos de História Regional, os enfoques metodológicos mais recorrentes são em História Social, História Econômica e História Política, nesta ordem. Para efeito deste momento da exposição, estamos trabalhando com um conceito amplo de História Social, que engloba estudos sobre a estrutura social, condições de vida de determinados grupos sociais, movimentos sociais, cotidiano, artes, literatura, família, mulheres, crianças, sexualidade, mentalidades, temas que perpassam aproximadamente 150 trabalhos. Neste grupo, ao menos metade dos estudos gira em torno do movimento operário, grupo de trabalhadores, sindicatos e mundo do trabalho. Entre pesquisas como temáticas novas os números mais expressivos são das que tratam do cotidiano, da mulher, da família e da doença.¹⁴²

Se se pode questionar o “conceito amplo” de História Social utilizado por Fico e Polito, o que interessa aqui é outra coisa: é a possibilidade que se vê, já nos primeiros anos da década de 1990, de uma leitura sobre a História Social como área que poderia englobar diversas outras áreas e temas, entre eles, os próprios temas da família e das mulheres. Assim, apesar de que os textos de Nizza da Silva, Samara e Leite não necessariamente tentassem responder à questão de uma História Social que parecia tudo “querer englobar”, é certo que suas publicações se dão no mesmo momento em que leituras sobre seus temas de pesquisa já são possíveis a partir da História Social. Assim, pode-se também perceber que, diante de uma leitura de uma História

¹⁴¹ FICO; POLITO, 1992, p. 70-71.

¹⁴² Ibidem, p. 56.

Social que tudo queria “engolir”, esses balanços sobre História das Mulheres emergidos entre 1987 e 1993 opõem uma leitura que marcava os territórios específicos da História da Família, em especial, e da Demografia histórica.

O que parece influenciar também nos desdobramentos que levam tais historiadoras a emitir e replicar o enunciado é o fato de que, a partir dos anos 1980, com as mudanças indicadas no início desta tese, o certo prestígio que História da Família havia garantido na década de 1970 começa a dividir espaço com a emergência dos novos sujeitos, objetos e práticas da historiografia brasileira, fazendo a própria área de estudos da família se aventurar por outros caminhos e reflexões:

A história da família tinha uma certa aceitação (no final dos anos 1970), pois ao lidar com métodos estatísticos rigorosos – realizar todo um levantamento demográfico, lidar com parentesco transmissão de tradições – e com uma perspectiva estruturalista, conquistou legitimidade até junto aos mais ortodoxos, uma vez que se destinava a pensar a família como um elemento social de coesão, facilitadora de relações clientelistas; era facilmente adaptável à escrita de histórias locais (história política se confundindo com a história de famílias da elite) e, a partir de uma leitura marxista, a família foi pensada como instrumento de propagação da ideologia burguesa, da propriedade, etc. já no final dos anos 1980, unindo-se também a uma proposta de história social, a história da família passa a abranger temáticas voltadas para os problemas enfrentados pelas famílias pobres: a violência policial contra as famílias, crianças ilegítimas, transmissão de fortunas, a família negra, além de questionar a condição feminina no interior da família.¹⁴³

É um momento, então, quando variados temas começam a emergir na disciplina histórica de forma mais ampla e dentro da própria prática de História da Família – inclusive a questão da “condição feminina” – e que parece movimentar os próprios referenciais das historiadoras que estavam inseridas naquela área, como a demografia histórica e os métodos quantitativos. É justamente nesse momento, em fins dos anos 1980, que emerge o enunciado que visa atar o passado e o futuro da História da Mulher à “revolução documental” desencadeada pelos campos da História da Família e da Demografia histórica.

Com exceção do balanço de Nizza da Silva publicado no exterior em 1991, esses textos tiveram que tematizar a obra *Quotidiano e poder*, seja como resultado direto das contribuições da História da Família e da Demografia histórica (Nizza da Silva), seja como pesquisa que coparticipava dos estudos da família e dos estudos das mulheres (Samara), seja como aquela obra que tinha tido mérito de explorar a documentação diversificada com ajuda da História da

¹⁴³ BESSA, 2000, p. 214.

Família (Leite). Assim, percebe-se que esse enunciado buscou também enquadrar a obra de Maria Odila Dias dentro das contribuições dessas duas áreas.

Também se percebeu que as instituições paulistas e suas historiadoras foram as grandes lembradas nessas narrativas, com foco explícito na USP (em especial pelos balanços de Samara e Leite) e, em menor medida, na FCC (mais evidenciada no balanço de Nizza da Silva). Mesmo que Maria Beatriz Nizza da Silva tecesse críticas bastante ácidas à sua instituição, boa parte das referências que mobilizava dava lugar de destaque às pesquisas defendidas nos programas de pós-graduação da USP. Sobre o posicionamento de Nizza da Silva em relação à USP, ainda se fazem necessárias algumas palavras.

Tingindo as páginas de seu balanço com críticas àquela universidade, Nizza da Silva acaba também preenchendo-as com muitas das obras defendidas lá ou publicadas por seus professores. Às vezes sem mencionar que os trabalhos que citava da FCC também se desenvolviam na USP, a historiadora parecia se contradizer ao afirmar “que não havia tanto espaço” para a História da Mulher em seu departamento. Tal avaliação pode ser tematizada, em verdade, pela trajetória de Nizza da Silva naquele departamento, da qual ela lembra, até recentemente, não ter sido “uma experiência muito agradável” e que “não deixou boas recordações”.¹⁴⁴ A própria avaliação de que “a tendência marxista-esquerdizante” teria dificultado a formação da área também pode ser matizada por suas relações no departamento de História da USP e os poucos diálogos que foram possíveis com outros docentes.¹⁴⁵

O ambiente intelectual da USP parecia não agradar a Nizza da Silva de maneira mais ampla. No departamento de Filosofia, onde estava vinculada antes do departamento de História, também teria tido dificuldades com os “jovens” que só se interessavam “por Kant, Hegel e Marx.”¹⁴⁶ A tematização de outras instituições não-universitárias, como o caso da FCC, parecia também se dar nesse sentido, já que a professora uspiana, nos anos 1980, além de acreditar “que havia produção historiográfica competente sendo realizada fora da universidade”, nutria certo

¹⁴⁴ MACHADO, Daiane Vaiz. Maria Beatriz Nizza da Silva (Entrevista). In: ROIZ, Diogo; GONTIJO, Rebeca; ZIMMERMANN, Tânia (Org.). **As historiadoras e o(s) gênero(s) na escrita da história I: pioneiras nos estudos históricos brasileiros**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2022. p. 395-420. Agradeço à Daiane Vaiz Machado pela sugestão e por compartilhar a entrevista que realizou com Nizza da Silva.

¹⁴⁵ “Meu trabalho [no departamento de História] sempre foi muito independente. Havia um professor português nessa altura, no departamento, que era o professor Joaquim Barradas de Carvalho. Ele tinha estado em Paris e depois foi convidado para o Departamento de História daqui. Dava História Ibérica. Minha área era uma área diferente, era Teoria e Metodologia, o Barradas interessava-se um pouquinho por essa área e o resto não vejo assim. Nem contatos, nem diálogos. Cada um seguia o seu caminho e acabou. Debate era só se era marxista, não se era marxista... O Departamento de História não foi uma experiência muito agradável, quer dizer, não deixou boas recordações. Tanto que eu não tenho contato nenhum, nem com os jovens de agora, nem sei quem está, quem não está. Com a aposentadoria do professor França, assumiu o professor Manuel Nunes Dias, depois acho que foi a Myriam Ellis. Todo mundo se aposentou, percebe?”. Ibidem, p. 411.

¹⁴⁶ Ibidem, p. 408.

“ceticismo em relação às instituições universitárias que, “mais políticas do que acadêmicas”, teriam se tornado [...] “populistas e demagogas”.¹⁴⁷

No entanto, nos mesmos anos 1980, a pós-graduação brasileira tinha se desenvolvido relativamente e isso muda a posição da USP em relação aos outros programas. Em um momento que, como se viu, os PPGs em História já se espalhavam para além do centro paulistano, inclusive com cursos de doutorado, monopólio da USP até o ano de 1981,¹⁴⁸ parecia que determinados balanços também cumpriam uma função de visibilizar, por meio do tema da História das Mulheres, as produções que partiam da USP e mostrar, frente aos seus programas concorrentes, sua importância. Mesmo que Nizza da Silva tivesse suas críticas a ela – muito marcada pela sua trajetória pessoal nos seus departamentos de Filosofia e História – era a USP que estava no centro das indicações bibliográficas encontradas nos balanços dela, de Samara e de Leite. Recordar a própria USP num momento que já não era mais o único centro de referência da pós-graduação em História pareceu compor as estratégias utilizadas pelas três historiadoras dedicadas a narrar o passado da História das Mulheres e apontar suas possibilidades futuras com função também de fortalecer a memória daquela universidade.¹⁴⁹

Naquele momento, talvez, para sublinhar as contribuições da USP e, certamente, de um campo específico de estudos, uma memória disciplinar foi elaborada: que a História da Mulher no Brasil era originada da História da Família e, em menor medida, da Demografia histórica. Tal memória disciplinar, lembrava nomes, obras e instituições também específicas, marcando e projetando seus cânones em obras que eram não apenas comuns ao campo da História da Família, mas que muitas vezes tinham sido escritas pelas próprias autoras dos textos aqui analisados. Especialmente nos casos de Maria Beatriz Nizza da Silva e de Eni de Mesquita Samara.

De certa forma, a obra de Maria Odila Dias foi essencial nessas narrativas. Mas é possível entender que a própria Dias esteve atenta a esse enunciado, bem como à leitura de sucesso e predomínio que se fazia da História da Social. Assim, caberia perguntar: como a

¹⁴⁷ MACHADO, 2016, p. 241.

¹⁴⁸ A partir dos dados apresentados por Fico e Polito, é possível perceber que os cursos de doutorado na USP, em seus dois programas (História Social e História Econômica), foram criados em 1971 e permaneceram os únicos do país até 1981, quando se criou o doutorado na UFSC, seguido daqueles fundados na UFF e na Unicamp (1984) e na PUC-RS (1986). FICO. POLITO, 1992, p. 33. Altiva Pilatti Balhana também lembra aprovação do curso de doutorado em História na UFPR no ano de 1981. Cf. BALHANA, Altiva Pilatti. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 3, n. 5, p. 11-19, 1983.

¹⁴⁹ Diogo Freire trabalha com essa hipótese a partir da análise do conhecido texto “A escola uspiana de história”, de Maria Helena Rolim Capelato, Raquel Glezer e Vera Lucia Amaral Ferlini, publicado em 1994, como tentativa de evidenciar uma memória da USP no mesmo momento em que outras universidades já contavam com os seus PPGs em História. Cf. FREIRE, 2019, p. 151.

autora de *Quotidiano e poder* se posicionou frente à construção dessa memória disciplinar? Ela concordaria com esse enunciado sobre a História das Mulheres e, conseqüentemente, com a posição a que sua obra estava sendo alçada nessa memória? Ao que parece, Maria Odila Dias marcou uma inflexão nessas discussões que vinham se formando desde 1987. Para tentar demonstrar essa hipótese, debruça-se agora sobre dois textos que Maria Odila Dias publicou nos anos 1990.

1.2 Inflexão? História das Mulheres e uma “perspectiva histórica” para os estudos feministas

Maria Odila Leite da Silva Dias¹⁵⁰ publicou, na primeira metade dos anos 90, dois textos que serão aqui analisados. Ambos os textos não têm a preocupação em construir uma narrativa sobre a área, nem arrolar autoras e obras fundamentais, ou seja, não possuem características “clássicas” de um balanço historiográfico. Não há, sequer, uma única historiadora brasileira que esteja estampada em suas páginas ou pendurada em suas notas de rodapé, além da própria Maria Odila Dias. No entanto, os dois textos apontam para embates teóricos no campo dos estudos feministas e da História que podem ajudar a compreender o cenário no qual as narrativas sobre a área de História das Mulheres e das Relações de Gênero vinham se construindo até então. Se não buscam marcar uma origem para a História das Mulheres, como fizeram os textos de suas colegas uspianas Maria Beatriz Nizza da Silva, Eni de Mesquita Samara e Miriam Moreira Leite, os textos de Maria Odila Dias parecem ter apontado para certo presente da área e, ao mesmo tempo, tentaram encaminhar uma agenda de pesquisa. Além disso, como se verá adiante, as colocações de Dias nesses dois textos serão retomadas em vários outros balanços que se preocuparam em construir suas próprias narrativas acerca da História das

¹⁵⁰ Nasceu em 1940 e se graduou em História em 1961, na USP. Com a orientação de Sérgio Buarque de Holanda, defendeu o seu mestrado em 1965. O seu doutorado, iniciado sob orientação do mesmo professor, terminou com a orientação formal de Maria Teresa Schörrer Petrone, já que de Holanda se aposentou do departamento de História da USP, em solidariedade aos docentes que tinham sido compulsoriamente aposentados logo depois do AI-5. Ingressou como professora assistente de Sérgio Buarque de Holanda na USP, já em 1962; tornou-se livre-docente com a já citada tese *Anna Gertrudes de Jesus – Quotidiano e poder em São Paulo* em 1982 e professora titular em História do Brasil. Aposentou-se da USP em 1995, tendo continuado vinculada ao seu PPG em História Social, orientando dissertações e teses. A partir de 1996, tornou-se professora do PPG em História da PUC-SP, onde também lecionou na graduação em História até 2013, quando se aposentou novamente. No mesmo ano de 2013, recebeu, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, o título de professora emérita. Suas pesquisas e publicações versaram sobre historiografia, teoria da história, história social, história urbana, história da cultura, escravidão, hermenêutica, cotidiano, relações de gênero, mulheres e feminismo. Cf. DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Currículo da Plataforma de Currículos Lattes**. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/9708265515544366>. Acesso em 15 abr. 2020; PEDRO, Joana Maria; NECKEL, Roselane. História das Mulheres e a Hermenêutica do Cotidiano – entrevista com Maria Odila Leite da Silva Dias. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 47, n. 1, p. 1-12, jan.-abr. 2021.

Mulheres e das Relações de Gênero, emitir outros enunciados, fundar outras memórias e cânones. Assim, é fundamental se ater a eles com mais vagar.

O primeiro desses textos é “Teoria e método dos estudos feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano”, publicado em 1992, na coletânea *Uma questão de gênero*.¹⁵¹ Os textos reunidos em tal coletânea foram apresentados no seminário *Estudos sobre a mulher no Brasil: avaliação e perspectivas*, organizado pela Fundação Carlos Chagas e apoiado pela Fundação Ford, realizado em novembro de 1990, em São Roque, no interior de São Paulo.¹⁵²

Já o segundo texto é um artigo publicado em 1994, na *Revista Estudos Feministas*, sob o título de “Novas subjetividades na pesquisa histórica feminista: uma hermenêutica das diferenças”.¹⁵³ Tal artigo também foi apresentado em um evento, o *Colóquio Internacional Formação, Pesquisa e Edição Feministas na Universidade. Brasil, França e Quebec*, que foi promovido pela própria REF e pela UFRJ – onde o periódico era sediado em 1994 –, por instituições francesas e canadenses, apoiado pelo NEMGE-USP e financiado pelo FINEP, pelo CNPq, pela FAPESP, pela embaixada da França no Brasil e pelo governo do Quebec.¹⁵⁴

Os dois textos são bastante parecidos, sendo que o texto de 1994 soa como uma apresentação um pouco modificada e mais enxuta do texto de 1992. Nesta seção, o foco central das discussões será o texto “Teoria e método dos estudos feministas”, de 1992, e o texto de 1994, “Novas subjetividades na pesquisa histórica feminista”, será retomado em alguns momentos, quando se tornar oportuno. Passa-se, então, a discutir o texto de 1992, resultado do seminário ocorrido em São Roque.

O objetivo central daquele seminário, segundo as suas organizadoras, seria apontar o estado da arte da produção das Ciências Sociais brasileiras sobre as temáticas de gênero e

¹⁵¹ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Teoria e método dos estudos feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano. In: COSTA, Albertina; BRUSCHINI, Cristina (orgs.). **Uma questão de gênero**. RJ: Editora Rosa dos Tempos/SP: Fundação Carlos Chagas. 1992. p. 39-53.

¹⁵² COSTA, Albertina; BRUSCHINI, Cristina. Apresentação. In: COSTA, Albertina; BRUSCHINI, Cristina (orgs.). **Uma questão de gênero**. RJ: Editora Rosa dos Tempos/SP: Fundação Carlos Chagas. 1992. p. 6-8.

¹⁵³ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Novas subjetividades na pesquisa histórica feminista: uma hermenêutica das diferenças. **Revista Estudos Feministas**, v. 2, n. 2, p. 373-382, 1994.

¹⁵⁴ Lena Lavinas (Maria Helena Lavinas) dá mais detalhes da organização do evento: “foi promovido pela REF e por dois centros de excelência da Universidade Federal do Rio de Janeiro, o CIEC (Centro Interdisciplinar de Estudos Contemporâneos) e o IFCS (Instituto de Filosofia e Ciências Sociais). Pelo lado francês, essa parceria contemplou o GEDISST (Grupo de Estudos sobre a Divisão Social e Sexual do Trabalho), um dos mais expressivos laboratórios de pesquisa do Centro Nacional de Pesquisa Científica (CNRS), e que há muito desenvolve uma estreita colaboração com pesquisadoras feministas brasileiras. O Quebec veio renovar e ampliar essa cooperação científica através do GREMF (Grupo de Pesquisa Multidisciplinar Feminista), que se tornou recentemente mais um centro de pós-graduação da Universidade Laval, o primeiro no campo dos estudos de gênero.” Cf. LAVINAS, Lena. Editorial. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, n. esp, 1994, p. 7.

mulher. A iniciativa do seminário teria partido da constatação de que “[...] as batalhas de legitimação acadêmica” já tinham sido “travadas e vencidas na década de 70, quando o tema emergiu da invisibilidade sob impacto da mobilização feminista.”¹⁵⁵ Nesse sentido, pode-se intuir que um evento com tais características teria tido como meta discutir os resultados de tais “batalhas” e, talvez, anunciar as perspectivas para as “batalhas” vindouras.

Contando com a participação de diversas pesquisadoras das Ciências Sociais e das Humanidades, o seminário e a coletânea reservaram apenas uma vaga para as historiadoras: a de Maria Odila Dias.¹⁵⁶ Isso já pode indicar a pouca participação das historiadoras no debate acerca dos rumos dos estudos brasileiros sobre as mulheres nos inícios dos anos 1990, em especial quando se tratava de um diálogo com as colegas das Ciências Sociais. Ou, ao menos, que para as organizadoras do evento e para a própria FCC, as historiadoras pouco teriam a contribuir com as reflexões no início dos anos 1990. Lia Zanotta Machado – socióloga e, à época, professora da UnB – informava, ao apresentar os capítulos que compuseram a coletânea *Uma questão de gênero*, que a Sociologia teria recebido “maior número de atenção pois pode[ria] ser nessa disciplina onde se concentra[va] maior número de estudiosos”.¹⁵⁷

O tom em que as discussões se deram no seminário de 1990 é relatado por Cristina Bruschini e Albertina Costa e parece também ter tingindo as páginas da coletânea publicada em 1992. Segundo elas, as principais questões que se colocaram foram:

[...] a existência ou não de uma teoria e de um método feminista, a adoção ou não do conceito de gênero, na medida em que a passagem do conceito de sexo para o de gênero poderia levar a um maior realce do poder explicativo da dimensão simbólica, em detrimento da estrutural, bem como a obscurecer uma perspectiva politicamente transformadora, que sempre foi a marca dos estudos da mulher.¹⁵⁸

¹⁵⁵ COSTA; BRUSCHINI, 1992, p. 6.

¹⁵⁶ Não se sabe ao certo quais pesquisadoras participaram do seminário em São Roque, seja como conferencistas, seja como ouvintes. Dispõe-se apenas dos nomes que publicaram na coletânea *Uma questão de gênero* e que aqui estão registrados em ordem alfabética, acompanhadas das suas respectivas áreas de atuação e suas instituições: Arakcy Martins Rodrigues (psicóloga/FGV-SP/USP); Bila Sorj (socióloga/UFRJ); Céli Regina Jardim Pinto (cientista política/UFRGS, atuante no PPG de História da UFRGS); Cláudia Fonseca (antropóloga/UFRGS); Cristina Bruschini (socióloga pesquisadora da FCC e coordenadora do Concurso de Dotações para Pesquisa sobre Mulher e Gênero); Elisabeth Souza Lobo (socióloga/USP e professora visitante do PPG em História da Unicamp); Fúlvio Rosenberg (pesquisadora da FCC e professora de Psicologia Social na PUC-SP); Heleith Iara Bongiovanni Saffioti (socióloga/UNESP-Araraquara); Heloísa Buarque de Hollanda (literatura/URFJ); Lena Lavinas (Economia/UFRJ); Lia Zanotta Machado (socióloga/UnB); Maria Luiza Heilborn (doutoranda em Antropologia/Museu Nacional/UFRJ); Mary Garcia Castro (socióloga/UFBA). Os dados das autoras foram colhidos das informações disponíveis na própria coletânea *Uma questão de gênero* (p. 334-336) e refletem as posições acadêmicas que as autoras ocupavam em 1992, quando de sua publicação. Elisabeth Souza-Lobo acabou falecendo em 1991, antes da publicação.

¹⁵⁷ MACHADO, Lia Zanotta. Introdução. In: COSTA, Albertina; BRUSCHINI, Cristina (orgs.). *Uma questão de gênero*. RJ: Editora Rosa dos Tempos/SP: Fundação Carlos Chagas. 1992. p. 11.

¹⁵⁸ COSTA; BRUSCHINI, Op. Cit, p. 7-8.

Se para Costa e Bruschini essas foram as questões colocadas pelas e para as pesquisadoras reunidas no seminário, Lia Zanotta Machado já entendia que a resposta estaria, sim, no uso da categoria gênero e sua divulgação nas Ciências Sociais e Humanidades brasileiras:

A escolha da mulher como objeto empírico apenas, sem a construção de um objeto teórico, não é suficiente para a consolidação do campo. [...] É fundamental marcar a “virada” dos estudos da mulher por uma opção pelo aprofundamento teórico e disseminar essas posturas entre as e os estudiosos. Trata-se de um campo de saber que se quer afinado com uma questão social de grande amplitude e interesse: a das relações de gênero.¹⁵⁹

Maria Odila Dias, ao enfrentar tais questões expostas por Bruschini e Costa, parece ter concordado com Lia Zanotta Machado de que seria necessário aos estudos feministas mais que o apelo a um objeto empírico, buscando também uma reflexão teórica e metodológica. Talvez, Dias e Machado tenham discordado sobre qual reflexão teórica poderia ser essa. Isso porque Dias apostaria suas fichas no que chamou de “hermenêutica do cotidiano”, que consistiria em uma “teoria possível dos estudos feministas”.¹⁶⁰

A reflexão de Maria Odila Dias foi, ao que parece, amplamente marcada pela sua experiência de pesquisa com as mulheres para a sua tese de livre-docência preparada para a disciplina de História do Brasil da FFLCH-USP. Defendida em 1982 e publicada pela primeira vez em 1984 com o título *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*,¹⁶¹ a tese de Dias anunciava, já em sua primeira linha, que a categoria “condição feminina, idealidade abstrata e universal, necessariamente ahistórica” conduzia as mulheres do passado a “espaços míticos e sacralizados, onde exerceriam misteres apropriados, à margem dos fatos e ausentes da história.” Para lutar contra o plano dos mitos e estereótipos que rondam as mulheres do passado, Dias propunha reconstruir “papéis sociais femininos, como mediações que possibilitem a sua integração na globalidade do processo histórico”.¹⁶²

¹⁵⁹ MACHADO, 1992, p. 14.

¹⁶⁰ DIAS, 1992, p. 51.

¹⁶¹ A obra *Quotidiano e poder* é o resultado da publicação da tese de livre-docência em História do Brasil defendida por Maria Odila Dias na Universidade de São Paulo em 1982. A tese de livre-docência de Dias foi defendida sob o título de *Anna Gertrudes de Jesus, mulher da terra: cotidiano e poder em São Paulo do século XIX*. A primeira edição se deu em 1984 com o título de *Quotidiano e poder em São Paulo: Anna Gertrudes de Jesus*, pela Editora Brasiliense. Já a segunda edição, também pela Editora Brasiliense, foi revista e recebeu apenas o título de *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*, tendo merecido uma reimpressão no ano de 2001. A obra ainda contou com duas edições em língua inglesa, com tradução de Ann Frost e o título de *Power and Everyday Life: The Lives of Working Women in Nineteenth-Century Brazil*: a primeira no ano de 1995, editada pela Polity Press, e a segunda em 1996, editada pela Rutgers University.

¹⁶² DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Anna Gertrudes de Jesus, mulher da terra (Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX)**. 1982. 354 f. Tese (Livre-docência em História do Brasil) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1982, p. I.

Entendendo seu trabalho como uma “contribuição para o conhecimento dos papéis históricos de mulheres das classes oprimidas”, Dias apontava que não se tratava de conhecer aqueles papéis “normativos e prescritos”, mas, sim, de compreender “mediações sociais continuamente improvisadas no processo global de tensões e conflitos, que compõem a organização das relações de produção, o sistema de dominação e de estruturação do poder.” Amparada especialmente pelas contribuições de Edward P. Thompson em *The making of the English working class* (1965), mas também nas de Emmanuel Le Roy Ladurie em *Montaillou* (1975) e de Eugene Genovese em *Roll, Jordan, Roll* (1976), a historiadora colocava em cena uma legião de Annas, Gertrudes, Perpétuas, Marias e Rosários; mulheres pobres, brancas, negras, escravizadas, forras, viúvas, lavadeiras e quitandeiras que deslizavam às margens do processo de urbanização da cidade de São Paulo, nas “fimbrias do sistema capitalista”, e que improvisavam suas formas de sobrevivência. Nesse sentido,

Sempre relegado ao terreno das rotinas obscuras, o cotidiano tem se revelado na história social como área de improvisação de papéis informais, novos e de potencialidade de conflitos e confrontos, onde se multiplicam formas peculiares de resistência e luta. Trata-se de reavaliar o político no campo da história social do dia a dia.¹⁶³

Se, em sua tese de livre-docência, Maria Odila Dias afirmava o cotidiano como terreno privilegiado para se escrever a História Social das Mulheres, na sua reflexão de 1992 – “Teoria e método dos estudos feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano” – é a conjunção entre cotidiano, hermenêutica e história que dá o tom para a formulação de uma teoria feminista.

Dias abre o seu texto apontando que os “estudos das mulheres em sociedade” seria um “terreno inóspito para quem sofre de ansiedade cartesiana”, uma vez que seria mais adequado ao “pensamento feminista destruir parâmetros herdados do que construir marcos teóricos muito nítidos.” Isso porque, para a historiadora, estudar as mulheres enquanto seres sociais seria uma das potencialidades dos estudos feministas e isso requereria soterrar “as balizas epistemológicas tradicionais, como o Sujeito humano universal, a Verdade, a Razão”, que teriam fundamentado e norteado as Ciências Humanas no século XIX.¹⁶⁴ Nessa esteira, o texto de Dias parece não ver com tanta empolgação as questões colocadas pelas suas colegas cientistas sociais no seminário de São Roque:

¹⁶³ Ibidem, p. I-II. Para uma discussão mais aprofundada sobre a tese de Dias, em especial no que toca à sua apropriação de Thompson e na divulgação do pensamento thompsoniano e foucaultiano no Brasil, ver RAMOS, 2014.

¹⁶⁴ DIAS, 1992, p. 39.

[...] reconstruir de imediato uma teoria feminista seria não somente impossível, como indesejável, uma vez que redundaria em substituir um sistema de dominação cultural por outra versão das mesmas relações, quicá invertidas, de poder, embutidas nas relações sociais de gênero.¹⁶⁵

Para superar o problema de refletir sobre uma teoria dos estudos feministas, sem voltar a utilizar métodos do século XIX e suas categorias abstratas, Dias propôs o caminho da disciplina histórica como forma de romper com a exclusão do feminino do discurso e sua generalização. Segundo a professora emérita da USP, seria no plano da “especificidade histórica, de sua concretude”, que se encontrariam possibilidades de recusar a afirmação do feminino enquanto categoria universal. É neste momento que, nas fontes utilizadas para a construção deste trabalho, aparece pela primeira vez o texto de Joan Scott, “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”.¹⁶⁶ Dias recorreu ao ensaio de Scott como prova de que “as teorias feministas cada vez mais se apegam a uma postura de consciência estritamente histórica.” Assim, Dias apontava que as proposições de Scott advogam a “elaboração da historicidade das relações de gênero como meio de desmistificar” os conceitos de homem e mulher.

Publicado pela primeira vez em 1986 em *The American Historical Review*,¹⁶⁷ o artigo da historiadora estadunidense mobilizava a categoria de gênero para tentar responder se ela seria ou não útil aos historiadores, em especial, às historiadoras das mulheres.¹⁶⁸ Dividido em três partes, o artigo contava com uma introdução e duas seções. Joan Scott publicava o referido artigo pois lhe parecia que “os usos descritivos do termo “gênero” foram empregados pelos/as historiadores/as, na maioria dos casos, para delimitar um novo terreno”. Ou seja, que assim como temas da família e da criança emergiam como “objetos ocultos” na História Social, uma história descritiva de gênero emergia também para dar conta de “um novo tema, um novo domínio da pesquisa histórica”, mas que não teria “o poder analítico suficiente para questionar (e mudar) os paradigmas históricos existentes”.¹⁶⁹ Isso exigiria, para a historiadora estadunidense, “uma análise não apenas da relação entre a experiência masculina e a

¹⁶⁵ DIAS, 1992, p. 39.

¹⁶⁶ SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, n. 20, v. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

¹⁶⁷ Idem. Gender: a useful category of historical analysis, **The American Historical Review**, v. 91, n. 5, p. 1053-1075, dec. 1986.

¹⁶⁸ É Arthur Lima de Ávila quem traz a interessante nota em relação ao artigo de Joan Scott: “Scott revelou que o título de seu trabalho mais citado [...] foi originalmente pensado como uma interrogação e não como uma assertiva – o que, por causa das regras editoriais da *American Historical Review*, acabou sendo rejeitado. Com isso, o que era uma pergunta a ser respondida, inclusive de modo negativo, foi confundida com uma afirmação dada de antemão e, como consequência, a categoria gênero foi transformada em um dado quando deveria, segundo a intenção original de Scott, ser justamente escrutinado pelas historiadoras.” ÁVILA, 2019, p. 16.

¹⁶⁹ SCOTT, 1995, p. 76.

experiência feminina no passado”. Tal uso descritivo da categoria não daria conta de responder “Como o gênero funciona nas relações sociais humanas? Como o gênero dá sentido à organização e à percepção do conhecimento histórico?” Para Scott, então, responder a essas questões exigiria das historiadoras e dos historiadores “uma discussão do gênero como categoria analítica”.¹⁷⁰

Assim, a primeira seção de “Gênero: uma categoria útil...” se dedicou a mapear os significados que a categoria assumiria entre as teóricas do patriarcado, entre as feministas marxistas e nas teorias psicanalíticas. Já a segunda seção do artigo, talvez a mais citada delas, é quando Scott define e teoriza sua definição de gênero:

Minha definição de gênero tem duas partes e diversos subconjuntos, que estão interrelacionados, mas devem ser analiticamente diferenciados. O núcleo da definição repousa numa conexão integral entre duas proposições: (1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder.¹⁷¹

A utilização de Joan Scott por Maria Odila Dias, em 1992, soa estratégica, uma vez que, diferentemente de Lia Zanotta Machado, Maria Odila Dias não afirmou explicitamente a categoria de gênero ou as relações de gênero como saída teórica para o problema da utilização da mulher apenas como objeto empírico. O que se afirmava, nas páginas que se seguiam, não era a teorização que Scott propunha, mas era a própria História – ao menos *uma* maneira de se fazer História. Se não era uma teoria de gênero a resposta de Dias, um tipo de História aparecia como uma terceira via para o cenário que se apresentava no início dos anos 1990 para os estudos das mulheres.

Essa afirmação da História como uma alternativa aos estudos feministas se deu por meio de argumentos dissolvidos no decorrer de todo o texto, uma vez que Maria Odila Dias não dividiu o seu capítulo em tópicos ou seções. Tenta-se reuni-los aqui para apresentar as propostas de Dias para a pesquisa histórica sobre as mulheres, de forma que uma descrição extensa se faz necessária.

Como já se afirmou aqui, o capítulo de Dias em *Uma questão de gênero*, ao que parece, é um retorno à sua própria contribuição à História das Mulheres, feita na sua tese de livre-docência. Logo após afirmar, com a ajuda de Joan Scott, que é interesse dos feminismos historicizar os conceitos e as relações entre homens e mulheres, Dias relata:

¹⁷⁰ SCOTT, 1995, p. 74.

¹⁷¹ Ibidem, p. 86.

Libertar-se de categorias abstratas e de idealidades universais como “a condição feminina” é uma preocupação que decididamente enfatiza o interesse em desconstruir valores ideológicos e em perseguir trilhas do conhecimento histórico concreto que, reduzindo o espaço e o tempo a conjunturas restritas específicas, permitem ao estudioso a re-descoberta de papéis informais, de situações inéditas e atípicas, que justamente permitem a reconstituição de processos sociais fora do seu enquadramento estritamente normativo.¹⁷²

Como se pode notar, o texto de Dias se aproxima bastante das suas ideias já apresentadas no início dos anos 1980. Assim, começa-se a sugerir esse caminho ou, como o próprio título de sua fala anuncia, essa perspectiva histórica sobre os estudos da mulher a partir de suas próprias contribuições, ou melhor, a partir de sua própria experiência de pesquisa. Para Dias, a documentação das situações “inéditas e atípicas” não necessariamente significava apontar coisas anedóticas, episódicas ou excepcionais, mas era importante para tentar

[...] encontrar um caminho de interpretação que desvende um processo importante até ali invisível, por força da tonalidade restrita das perguntas formuladas tendo em vista estritamente o normativo. Encontrar a trilha e a perspectiva que ilumina a terceira margem do rio é um modo de renovar o conhecimento.¹⁷³

Mas o que poderia significar, para Dias, uma “terceira margem” para a teoria e o método dos estudos feministas? Essa concepção de uma abordagem feminista por uma terceira via seria, de um lado, uma aposta em reflexões que não mais partissem de enfoques “excessivamente universalistas”, apontando para permanências de aspectos simbólicos, linguísticos ou discursivos no tempo, pois isso se tratava do “núcleo de um sistema de dominação” para o qual o feminismo teria necessariamente uma postura de crítica. De outro lado, poder-se-ia também evitar criar panoramas “excessivamente fragmentados”, recorrendo a “temas de negação da temporalidade, de certas correntes feministas pós-estruturalistas ou essencialistas, preocupadas com o erotismo, o corpo ou a histeria feminina”. Uma terceira margem, então, que se opusesse aos universalismos e abstrações do século XIX, ao mesmo tempo, evitasse a fragmentação irrestrita das questões ligadas às mulheres. E é nessa terceira margem que a historiadora uspiana alocava o que chamava de “perspectiva historista”.¹⁷⁴

Antes de detalhar o que entende por “perspectiva historista”, Maria Odila Dias se preocupou em retomar os estudos feministas como aqueles que lidam com propostas de

¹⁷² DIAS, 1992, p. 40.

¹⁷³ Ibidem, p. 40-41.

¹⁷⁴ Ibidem, p. 41.

relativismo cultural, que se preocupam em relativizar conceitos como família, sistema linguístico, modo de produção, reprodução biológica etc. Nessa esteira, tais conceitos, historicizados pelo pensamento feminista, poderiam ser “nuançados no tempo e relativizados no seu devir temporal”. Além disso, Dias defendia que “um enfoque feminista mais nítido ou preciso está ainda para ser construído”, o que, então, sugeriria que “algumas balizas metodológicas podem ser emprestadas das Ciências Humanas, desde que provenham dessas frentes contemporâneas de crítica do conhecimento.”¹⁷⁵ E, para não deixar dúvidas de que argumentava em favor de uma abordagem histórica para os estudos feministas, complementou

A abordagem perspectivista propriamente histórica é uma das múltiplas opções que se apresentam para delimitação de abordagens metodológicas para os estudos de mulher. [...] a abordagem historista e historicizante é profícua justamente porque incorpora as mudanças, aceita a transitoriedade do conhecimento, dos valores culturais em processo de transformação. Afinal, as próprias relações de gênero a que se prendem de imediato os estudos feministas antevêm, no futuro, a transcendência dessa dualidade cultural por um pluralismo de nuances e diferenças multiplicadas. [...] Coincidentemente, certas tendências da historiografia contemporânea confluem no sentido das inquietações feministas. O pensamento historista substituiu a linearidade evolutiva de um processo histórico nacional e universal por temporalidades múltiplas, focalizando conjunturas provisórias e relativas a seu próprio tempo.¹⁷⁶

“Teoria e método dos estudos feministas” vai pavimentando, assim, um caminho para Maria Odila Dias afirmar a história enquanto possibilidade de abordagem dos estudos feministas, que poderia estar entre “os modernos e pós-modernos”, sem necessariamente abrir mão das contribuições de uns ou das de outros.

Para Maria Odila Dias, o conceito de modernidade no pensamento iluminista se caracterizava pela busca de um sujeito humano universal. Tal busca equivaleria a excluir mulheres da história. Assim, para embasar tal argumento, a historiadora apontou que o jusnaturalismo, o pensamento liberal e a Revolução Francesa teriam garantido a cidadania masculina e, com isso, suspenderam as conquistas de liderança política das mulheres de fins do Antigo Regime, redefinindo o público e o privado, forçando uma delimitação bastante nítida entre as esferas do homem e da mulher. De acordo com Dias, uma revolta contra esses parâmetros políticos e intelectuais do Iluminismo e do positivismo cientificista é que pôde abrir caminho para o “relativismo historista”, tornando “aceitável um conhecimento que se pretende antes concreto do que científico, abstrato ou normativo.” É esse relativismo que, em “correntes

¹⁷⁵ DIAS, 1992, p. 42.

¹⁷⁶ Ibidem, p. 42-43.

inovadoras na historiografia”, teria incorporado “uma diversidade de interpretações possíveis, a pluralidade de ritmos de tempo, a multiplicidade de perspectivas analíticas” e, com isso, conseguiu apontar para “novas e diferentes trilhas para integrar em contextos sociais definidos a experiência feminina.”¹⁷⁷

“Antipositivista desde os tempos dos historistas alemães”, como afirmou Maria Odila Dias, tais correntes renovadoras teriam operado uma crítica à “modernidade racionalizadora dos ilustrados, voltando-se para a relativização dos conceitos e para a crítica da ideologia.” Dias citou as correntes históricas que teriam avalizado sua afirmação de renovação: “[...] revisionismo neomarxista, Escola de Frankfurt ou teoria crítica, historistas, historiadores das mentalidades ou dos discursos, no sentido da desconstrução de Derrida, ou nas linhas de interpretação de Foucault.” Para a historiadora, tais correntes contaram com historiadores “antiinlectualistas” que procuraram trabalhar com “a concretude da experiência humana no seu devir, criticando o jargão cientificista e o racionalismo abstrato”. E acrescentava que, assim como os historistas, as teorias feministas compartilhavam da ideia contemporânea “de renovação do conhecimento” já que as operações de desconstruir “as totalidades universais” eram também prioridade das estudiosas feministas.¹⁷⁸

Tendo em vista que tanto historismo quanto os estudos feministas se dedicariam a renovar o conhecimento herdado do Iluminismo, com suas abstrações e universalismos teóricos enquanto sistemas de dominação, Dias passa a propor caminhos para a integração da “experiência das mulheres em sociedade”. Para isso, a historiadora afirmava que era conveniente partir de categorias provisórias e “abordagens teóricas necessariamente parciais”, já que o saber teórico implicaria também em formas de dominação. O primeiro passo indicado por Dias era, justamente, “assumir a temporalidade histórica” do tema das mulheres e só a partir daí construir um objeto de estudo, problematizando “todas as balizas do conhecimento relativas a estas mulheres.” É nesse momento que Maria Odila Dias começa a referenciar autores conhecidos pela sua contribuição à discussão hermenêutica, tais como Hans-Georg Gadamer: são citados *Truth and method* de Gadamer e *Gadamer’s hermeneutics*, de Joel Weinsheimer. A contribuição da hermenêutica contemporânea às reflexões de Dias – também presente em seu texto publicado em 1994 na REF – era vista a partir de sua insistência em sublinhar a “parcialidade das verdades possíveis”, com “crítica à racionalidade dos ilustrados”, aos universais do conhecimento, aos sujeitos, identidades e objetivismos.¹⁷⁹

¹⁷⁷ DIAS, 1992, p. 43-44.

¹⁷⁸ Ibidem, p. 44.

¹⁷⁹ Ibidem, p. 45-46.

Partindo dessas concepções, a reflexão de Dias afirmava que tal postura dos historistas, iconoclasta e relativista, era adequada à produção do conhecimento sobre a “experiência das mulheres em sociedade”, pois os adeptos do historismo não se conformavam em confirmar seus princípios teóricos preestabelecidos num passado, mas preocupavam-se com a “experiência humana em sua concretude”. Para ela, fundamental a essa postura, teriam sido as contribuições de Marc Bloch e Lucien Febvre na criação do periódico *Annales* uma vez que, se não incorporaram “de imediato uma historiografia social das mulheres”, tinham aberto caminhos para combater uma “historiografia de idealidades abstratas e conceitos teóricos”. Ao citar o próprio Febvre e o seu *Combats pour l’histoire*, concluía:

[Bloch e Febvre] abordaram realidades vivas, concretas, em contraposição a normas estáticas ou fixas. [...] Esses historiadores preferiam ater-se à história dos seres vivos e concretos e à trama do seu quotidiano, um conjunto emaranhado de suas múltiplas funções, atividades, preocupações, atitudes variadas que se entrerrelacionavam [sic] em conflito, acabando por constituir um *modus vivendi*. Este, sim, seria o tema do historiador social, do historiador das mentalidades.¹⁸⁰

Ora, Dias considerava, tanto os historistas alemães como os fundadores dos *Annales*, uma outra via para aquilo que chamou de “historiadores cientificistas”. Apesar de não citar qualquer nome ou obra “cientificista”, a historiadora defendeu que, “dentro dessa vertente historiográfica” não cientificista, acreditou-se “na história narrativa, que almeja[va] ao mesmo tempo a narração dos eventos e a interpretação de conceito. O seu antiintelectualismo não prescindiu de conceitos”. Nesse aspecto, cabe pensar que Maria Odila Dias respondia às colegas das Ciências Sociais presentes no seminário de São Roque que buscavam conceituar, talvez a partir da categoria gênero, os estudos sobre as mulheres. Indicava que, desde o final dos anos 1920, com os *Annales*, já vinham se construindo caminhos para pensar mulheres em sociedade e suas “experiências concretas”, não impostas, especialmente com “os herdeiros” de Bloch e Febvre entre as décadas de 1930 e de 1960. Junto a isso, a colaboração da perspectiva historista postulava ser possível estudar as mulheres a partir de conceitos provisórios. Não se tem elementos para afirmar tal resposta de Dias de forma mais efetiva, mas com a ajuda de Reinhart Koselleck, ela advogava a possibilidade de “compatibilizar a história conceitual com a história social.”¹⁸¹

¹⁸⁰ DIAS, 1992, p. 46-47.

¹⁸¹ Ibidem, p. 47. Em referência à obra *Futuro passado* de Koselleck, Maria Odila Dias citava a sua versão publicada nos Estados Unidos: *Future’s past: on the semantics of historical time*, em 1985 pela MIT Press.

Ainda pensando com Koselleck, Dias lembrou que historistas “aderiram à hermenêutica crítica e aceitaram o conhecimento participante”, na mediação entre conceitos contemporâneos aos historistas e os conceitos presentes das fontes, com o objetivo de “interpretar o real de um ponto de vista dado, [...] numa aventura engajada em busca de verdades aproximadas.”¹⁸² Nesse ínterim, Maria Odila Dias parecia, então, encaminhar uma orientação às praticantes da História Social das Mulheres:

Estrutura, evento, representação eram os principais componentes da interpretação historista. Nada mais estratégico para uma história social das mulheres do que a preocupação com a humanização do processo histórico e com o problema da representação e do conhecimento ideológico implícito na interpretação do historiador. Uma história social das mulheres não pode deixar de proceder, como etapa primordial, a uma cuidadosa análise interpretativa da historicidade dos conceitos: trabalha com processos não determinantes, secundários ou alternativos e, por isso, com estruturas, conjunturas, eventos, temporalidades diversas, que se entrecruzam no tempo. A coexistência de uma pluralidade de tempos simultâneos abre uma vertente estratégica para o estudo da experiência histórica das mulheres. Esta multiplicidade de temporalidades diferentes coexistindo no prisma do historiador é um passo importante para viabilizar uma historiografia feminista.¹⁸³

Assim, Maria Odila Dias afirmava uma “terceira margem” aos estudos da mulher, que pudesse não se prender especificamente ao objeto mulher, mas também não se reduzir a qualquer conceito fixo. A hermenêutica, como vinha defendendo a professora da USP, “tão apontada pelos historistas”, caminhava nessa possibilidade de “abertura para uma hermenêutica crítica propriamente feminista”. Tal hermenêutica crítica feminista era a aposta de Dias para as questões colocadas, em relação às Ciências Sociais, no seminário de São Roque, mas, da mesma forma, para o estudo histórico das mulheres, já possível numa História Social das Mulheres.¹⁸⁴ Mas Dias não parou por aí. Afirmava também o estudo do cotidiano como terreno privilegiado ao desenvolvimento de uma teoria feminista:

Quotidiano e poder constituem o fulcro do estudo de nossa contemporaneidade, tal como nela se imbricam métodos modernos e pós-modernos, em busca de uma compatibilização de enfoques tão diversos como a desconstrução de Derrida, a teoria crítica marxista, a historiografia das mentalidades, a história social e conceitual dos historistas alemães, os estudos de arqueologia dos discursos de Foucault. E o campo por excelência de atuação e de construção do conhecimento contemporâneo.¹⁸⁵

¹⁸² DIAS, 1992, p. 47.

¹⁸³ Ibidem, p. 48.

¹⁸⁴ Ibidem, p. 48-49.

¹⁸⁵ Ibidem, p. 49.

Sem citar nominalmente seu próprio estudo, Dias o colocava já como o parâmetro de uma das possibilidades da “historiografia feminista”. Não apenas porque utilizava os termos “quotidiano” e “poder”, presentes no título de sua tese de livre-docência e nas publicações em livro que dela decorreram, mas porque Dias afirmava que “a historiografia feminista” seguiria o mesmo caminho metodológico de se discutir o cotidiano e as relações de poder nele presentes, para “explorar a diversidade dos papéis informais femininos [...] construindo, aos poucos um campo novo do conhecimento, na medida em que devassam as distâncias entre norma e prática social”. O propósito de uma historiografia feminista, ligando experiências passadas e conceitos presentes e provisórios, significaria “pôr de lado quase tudo o que existe como dado na historiografia atual, que em geral reflete o projeto social das elites dominantes.”¹⁸⁶ Com isso, Dias afirmava a história como possibilidade de abordagem feminista, pela sua especificidade de temporalização; apontava os historistas e também os *Annales* e uma História Social como modelos de lidar com os universalismos, linearidades e abstrações legados do cientificismo; por fim, colocava a abordagem que ela mesma havia praticado em sua livre-docência como “o fulcro do estudo de nossa contemporaneidade”. Parecia apostar em sua própria maneira de praticar História das Mulheres: colocando o seu cotidiano no centro das discussões do poder, trazia a tona “um estudo da experiência histórica das mulheres”, buscando evidenciar “a experiência humana em sua concretude”. Assim, a uma proposta das cientistas sociais de teorizar o “objeto mulheres”, Maria Odila Dias opunha estudar “o cotidiano e poder” ou, se preferir, *Quotidiano e poder*, sua própria forma de praticar História das Mulheres.

Talvez a afirmação de sua aposta metodológica para uma teoria feminista não tenha parado por aí. Dias retomou alguns argumentos de Edward P. Thompson, já apontados em sua tese de livre-docência, para dar robustez à proposta que tratava em 1992 e em 1994. Para Maria Odila Dias, nem a crítica marxista e nem a filosofia liberal tinham aberto caminhos para “apreensão do cotidiano, ou da história social das mulheres enquanto historicidade, concretude e espaço de transformação e resistência”, pois se tratariam de “matrizes essencialmente totalizantes”. Avesa às totalidades conceituais, como vinha apontando em todo o seu texto, Dias acenou para uma “história social dos oprimidos ou de mulheres das classes trabalhadoras, de grupos que nada têm de hegemônicos” nos moldes que Thompson havia feito em *The making of the English working class*. Daí, dessa empreitada “neomarxista da história social”, da abordagem sutil “da especificidade histórica do cotidiano na formação das classes sociais”, é

¹⁸⁶ DIAS, 1992, p. 49.

que decorreriam trabalhos inovadores da História Social das Mulheres.¹⁸⁷ Tal empreitada, ao que parece, estava presente na sua própria pesquisa sobre as mulheres pobres que sobreviviam cotidianamente nas ruas de São Paulo no século XIX.

Caminhando para encerrar seu texto, Maria Odila Dias afirmava:

Este é o sentido da teoria feminista de desbravamento do cotidiano em perspectiva histórica, pois o acumular de conhecimentos específicos sobre a experiência concreta das mulheres em sociedade a longo termo vem se contrapor aos valores culturais de dominação. [...] A hermenêutica do cotidiano que consiste na teoria possível dos estudos feministas, remete por sua vez à hermenêutica das Ciências Sociais.¹⁸⁸

A conclusão de Dias, ao apontar para o estudo do cotidiano, era ver nele um espaço de certa liberdade, de possibilidade de atuação entre as normas prescritas e as experiências de mulheres, uma margem possível de mediação entre a “individualidade e o ser genérico”, como “espaço de mudança, de resistência ao processo de dominação”. Para Maria Odila Dias, o cotidiano, perscrutado pela hermenêutica e pela História Social das Mulheres, contribuiria para “transcender categorias e polaridades ideológicas”, diluindo conceitos “estratégicos como o público e o privado, o biológico e o mental, a natureza e a cultura, a razão e as paixões, o sujeito e o objeto – e que envolvem, todas, a dualidade das relações de gênero.”¹⁸⁹

Maria Odila Dias criava, assim, uma resposta às questões de Albertina Costa e de Cristina Bruschini que não fiava exatamente na categoria de gênero a maneira de transcender o impasse do “objeto empírico mulheres”. Era a perspectiva histórica, da hermenêutica e do cotidiano, já trabalhados com os historistas, com os *Annales* em meados do século XX, pela História Social, por Thompson e por ela mesma que poderiam tornar possível uma teoria feminista, se desejassem escapar ao modelo de dominação das categorias totalizadoras presentes na modernidade iluminista e racionalizadora. Mas se Dias fez questão de operar uma “defesa” da história enquanto forma de pensar uma teoria feminista, ela também indicou em quais estudos históricos não seria possível se fiar, nomeando “certas tendências historiográficas” que não haviam ainda rompido com as linearidades e as universalidades.

Essa crítica de Dias a correntes historiográficas se dividiu em dois pontos. O primeiro ponto criticado se referia a publicações recentes no campo historiográfico:

Parecem insensatas, nesse sentido, obras de história geral ou universal das mulheres pois, ao adotar a moldura da história evolutiva, linear, do progresso,

¹⁸⁷ DIAS, 1992, p. 49-50.

¹⁸⁸ Ibidem, p. 51.

¹⁸⁹ Ibidem, p. 51-52.

incorporam categorias de dominação que a crítica feminista pretende neutralizar e a historiografia contemporânea já descartou.¹⁹⁰

Ora, é possível intuir que Maria Odila Dias estivesse se referindo à *História das mulheres no Ocidente*, monumental coleção dirigida por Michelle Perrot e Georges Duby, com cinco volumes, simultaneamente publicados na França e na Itália entre os anos de 1990 e 1991.¹⁹¹

Tal coleção começou a ser idealizada em 1987, pelo convite feito a Duby pela Laterza, editora que tinha sido responsável pela tradução para o italiano de *História da Vida Privada*. Perrot se responsabilizou por reunir pesquisadores e pesquisadoras, em sua maioria mulheres francesas, para escrever os capítulos que estampariam as mais três mil páginas da coleção. A obra foi dividida em cinco tomos: A antiguidade (volume 1), A Idade Média (v. 2), Do Renascimento à Idade Moderna (v. 3), O século XIX (v. 4) e O século XX (v. 5), respectivamente coordenados por Pauline Schmitt-Pantel, Christiane Klapisch-Zuber, Arlette Farge, Geneviève Fraisse e Françoise Thébaud. Natalie Davis colaborou com Farge na condução dos trabalhos do volume que abarcava o período moderno e a própria Perrot ajudou a organizar o volume sobre o século XIX ao lado de Fraisse. Como mostra a divisão dos tomos, a coleção se ateu a uma cronologia bastante tradicional, partindo de estudos da antiguidade até o século XX. O enfoque espacial privilegiou a Europa, sobretudo a França, mas também os Estados Unidos.

Se entre 1990 (data do seminário de São Roque) e 1992 (ano da publicação de *Uma questão de gênero*) o projeto *História das Mulheres no Ocidente* ainda encaminhava as publicações dos seus volumes, parece viável afirmar que Dias estranhava tal projeto e acompanhava, de perto, sua publicação, desde sua fala em São Roque até a publicação dela em *Uma questão de gênero*. No entanto, o texto publicado em 1994, na *Revista Estudos Feministas*, já trazia nomeadamente a crítica de Maria Odila Dias à coleção organizada por Duby e Perrot:

Por isso parecem prematuras, neste momento, obras de história geral das mulheres, pois resta muito ainda por fazer antes de tentar novas sínteses. A tendência deste gênero de obra, como ocorre com a *História das Mulheres* de Michelle Perrot e Georges Duby, é a de adotar parâmetros antiquados, que já

¹⁹⁰ DIAS, 1992, p. 43.

¹⁹¹ Aqui se utiliza como referência a edição portuguesa da editora Afrontamento, em colaboração com a brasileira Ebradil. Cf. PERROT, Michelle; DUBY, Georges. **História das Mulheres no Ocidente**. Porto: Afrontamento; São Paulo: Ebradil, 1993-1995. As primeiras publicações, na versão italiana *Storia delle donne in Occidente* (publicada entre 1990 e 1992) e na versão francesa *Histoire des femmes en Occident* (publicada entre 1991 e 1992) foram traduzidas em diversas línguas, entre elas o alemão, o inglês, o coreano, o espanhol, o japonês e o holandês. Cf. PEDRO, Joana Maria. Michelle Perrot: a grande mestra da História das Mulheres. **Revista Estudos Feministas**, v. 11, n. 2, p. 509-512, jul. - dez./2003.

não nos servem, como, por exemplo, a moldura da história evolutiva, linear, do progresso. Estes parâmetros envolvem categorias de dominação, que a crítica feminista pretende neutralizar e a historiografia contemporânea já descartou. Fato é que há muito renunciamos às perspectivas lineares, a conceitos fixos, a categorias abstratas, tais como nacionalidade, progresso, mesmo ao conceito de classes sociais per se, enquanto categorias, para aceitá-las de novo, revistas, enquanto processo, movimento histórico, no tempo, a delinear a diversidade das mais variadas conjunturas sociais [...] Impõe-se a necessidade de documentar a experiência vivida como possibilidade de abrir caminhos novos. Outras interpretações de identidades femininas somente virão à luz na medida em que experiências vividas em diferentes conjunturas do passado forem gradativamente documentadas, a fim de que possa emergir não apenas a história da dominação masculina mas sobretudo os papéis informais, as improvisações, a resistência das mulheres - justamente o que a História das Mulheres de Michelle Perrot não chegou a realizar.¹⁹²

A crítica inicial, apresentada em 1990/1992, torna-se mais robusta e indica nominalmente seus alvos em 1994. Comprometida com o que chamou de perspectiva historista, que pudesse marcar a especificidade histórica de experiências cotidianas e concretas das mulheres, Dias prezou justamente por estudos que não partilhassem dessa visão tradicionalmente empenhada em evidenciar a existência do objeto “mulheres” nessa longa história (ocidental e europeia) que partia da antiguidade para encontrar as mulheres do presente (século XX).¹⁹³

Presente tanto no texto de 1992 como no de 1994, o segundo ponto de crítica que Maria Odila Dias constrói acerca das tendências que não haviam rompido com as universalidades e abstrações, parece, talvez, ir na contramão das narrativas sobre a História das Mulheres que

¹⁹² DIAS, 1994, p. 373-374.

¹⁹³ As críticas que Dias fazia, aqui no Brasil, à *História das mulheres no Ocidente*, coadunavam-se com algumas daquelas vinham sendo feitas no exterior. A própria Michelle Perrot coordenou, junto a Duby, o colóquio *Femmes et Histoire*, em novembro de 1992, na Sorbonne. Tal colóquio solicitou críticas de diversas pesquisadoras sobre a recepção da coletânea, para serem apresentadas como “leituras críticas”. As atas do colóquio foram publicadas em Paris em 1993 pela Editora Plon e também na edição de julho-agosto de 1993 da revista *Annales*. Perrot resume em quatro pontos as “leituras críticas”: 1) criticava-se que o objeto “mulheres” fosse talvez prematuro para merecer uma obra de tamanhas proporções; 2) os recortes espacial e temporal também foram objeto de críticas, uma vez que a noção de “Ocidente” era demasiadamente globalizante, incorrendo no apagamento das diferenças regionais/nacionais, podendo redundar numa categoria duvidosa como “mulheres ocidentais”; já a adoção da cronologia clássica, de longa duração, definida por períodos históricos europeus (da antiguidade à atualidade) levava ao questionamento da validade de tais recortes para acontecimentos relativos às mulheres e ao sexo; 3) a adoção de uma postura teórica em favor de “uma história das mulheres” ou de “uma história das relações entre os sexos”, que levantou questões como a possibilidade de reificação da identidade mulher/homem e que acenavam para um problema de optar, de um lado, por abordar as diferenças “puramente” simbólicas e linguísticas ou, de outro, aceitar as “invariáveis” questões da mulher; 4) por fim, a crítica de que a obra não era uma História social das Mulheres, mas uma história das representações e dos discursos masculinos prescritos às mulheres. Todas essas críticas que acompanharam a recepção da *História das Mulheres no Ocidente* podem ser consultadas em dois textos que as resumiram e que foram publicados aqui no Brasil: PERROT, Michelle. Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência. **Cadernos Pagu**, 4, p. 9-28, 1995; PERROT, Michelle. Em que ponto está a história das mulheres na França? **Revista Brasileira de História**, São Paulo, ANPUH/Marco Zero, v. 14, n. 28, p. 9-27, 1994.

vinham se formando no Brasil desde 1987. É uma crítica aos estudos da família que, sem citar qualquer obra ou pesquisadora brasileira, Maria Odila Dias opera em suas reflexões. No texto de 1992 a historiadora apontava suas reticências a esses estudos:

O que decididamente não deve ser tentado é a inclusão, nos estudos de métodos tradicionais funcionalistas apropriados a sociedades estáveis, bem assentadas, e cuja permanência esses métodos tradicionais pretendem reforçar. É o risco no qual incorrem trabalhos de história das famílias, quando são tomadas como instituições e não processos em permanente mudança. Da mesma maneira, o estudo do processo de construção das normas culturais da Igreja Católica, do Direito ou do próprio senso comum por vezes incorre no erro de aceitar sua funcionalidade, incorporando sem querer as premissas universais em que se baseiam.¹⁹⁴

Em 1994, a mesma crítica se fez presente identicamente nas páginas da REF, com o acréscimo de algumas linhas:

Armadilha sutil e amplamente presente na bibliografia de estudos sobre a mulher, que compromete muitos dos resultados, para a qual devem estar alertas as pesquisadoras ou pesquisadores que escolham temas relativos à história da família e de papéis femininos.¹⁹⁵

Se a crítica à história praticada por Perrot e Duby em *História das mulheres no Ocidente* é citada pelos menos no texto de 1994, para a crítica a certo tipo de História da Família Dias não apresenta qualquer referência direta. Talvez atenta às leituras que suas colegas da USP – Maria Beatriz Nizza da Silva, Eni de Mesquita Samara e Miriam Moreira Leite – vinham fazendo sobre sua obra, Maria Odila Dias pode ter respondido por meio da sua reflexão de 1992 e 1994, apontando suas propostas acerca do cotidiano, que, segunda ela própria, não se atrelariam às histórias lineares e evolutivas e nem às histórias da família presas a métodos funcionalistas.

A partir das considerações elencadas nesta seção acerca dos textos de Maria Odila Dias, seria possível afirmar que a autora de *Quotidiano e poder* cria também um enunciado que conforma uma memória disciplinar sobre a área de História das Mulheres e das Relações de Gênero? No sentido estrito que se tenta, nesta tese, descrever os enunciados sobre a área – 1) a partir da criação de origens para área; 2) a partir da relação que se estabelece com a obra de Dias – parece sensato responder negativamente a esta pergunta, já que a professora da USP e

¹⁹⁴ DIAS, 1992, p. 42.

¹⁹⁵ DIAS, 1994, p. 376.

da PUC/SP não remete a área a uma origem específica (uma autora, uma obra, uma abordagem etc.). No entanto, pode-se fazer algumas breves pontuações ao que foi descrito nesta seção.

Os textos de Maria Odila Dias, publicados entre 1992 e 1994, podem ser uma resposta às próprias colegas cientistas sociais. Talvez tendo pouco espaço reservado para historiadoras colaborarem com a discussão feita em São Roque, Dias tenha se voltado a afirmar as contribuições dos estudos históricos (História Social, em especial) para os estudos feministas. Com Nizza da Silva já foi percebido, ao menos em 1991, que havia certo incômodo com o que ela tinha chamado de “imperialismo sociológico”. Ao arrolar obras sobre História das Mulheres na América Latina, Samara havia recorrido às formulações de Heleieth Saffioti para teorizar sobre as relações de poder estabelecida entre homens e mulheres. Maria Odila Dias, inserida nessas tentativas ou não de diálogo com as Ciências Sociais, afirmou às plateias que a ouviam, majoritariamente formadas tanto em 1990 (no seminário da Fundação Carlos Chagas em São Roque) como 1994 (no colóquio da *Revista Estudos Feministas* na UFRJ) por antropólogas e sociólogas, a história enquanto maneira viável de refletir sobre as mulheres e as abordagens feministas. Pelo menos Dias oferecia determinada história, aquela que ela mesma havia praticado em *Quotidiano e poder*, como caminho. Mais do que isso, é possível que tentava se desvencilhar dos conceitos das próprias cientistas sociais, talvez muito “funcionalistas” ou um tanto abstratos e fixos para suas convicções.

Como se expôs anteriormente, no encontro de 1990, Dias figurou sozinha entre as cientistas sociais. Em 1994, quando apresenta o texto “Novas subjetividades na pesquisa histórica feminista” – com a reafirmação da história, da hermenêutica e dos estudos do cotidiano como possibilidades para as discussões feministas –, Dias também estava quase que sem nenhuma companhia da área de História: apenas Miriam Moreira Leite, enquanto historiadora, acompanhava Maria Odila Dias no *Colóquio Internacional Formação, Pesquisa e Edição Feministas na Universidade. Brasil, França e Quebec*. Aliás, das pesquisadoras que publicaram no número especial da *Revista Estudos Feministas* dedicado a divulgar as falas acontecidas no colóquio, apenas Leite comparecia como historiadora, numa publicação que contava com 13 pesquisadoras das Ciências Sociais, entre antropólogas, sociólogas e cientistas políticas.¹⁹⁶ O

¹⁹⁶ Entre as brasileiras que publicaram no número especial da *REF* estavam Lena Lavinas (economista da UFRJ), Vera Soares (física da USP), Leila de Andrade Linhares Barsted (advogada da CEPIA), Sônia Corrêa (arquitetura/IBASE), Heloísa Buarque de Hollanda (letras e literatura/UFRJ), Miriam Moreira Leite (historiadora, LISA/USP), Alice Rangel Paiva Abreu (cientista social/UFRJ), Bila Sorj (socióloga/UFRJ), Cristina Bruschini (socióloga/FCC), Sandra Azerêdo (psicóloga/UFGM), Sônia Maria Giacomini (sociologia/PUC-Rio), Céli Regina Jardim Pinto (cientista política/UFRGS, mas orientou trabalhos no PPG em História dessa universidade), Paola Cappelin (socióloga/UFRJ), Ana Maria Goldani (socióloga/Unicamp), Ana Alice Alcântara Costa (cientista política/UFBA), Cecília Maria Bacellar Sardenberg (antropóloga/UFBA), Albertina Costa (socióloga da FCC), Heleieth Saffioti (socióloga, aposentada da UNESP/Araraquara e

texto de Dias não foi publicado no número especial de 1994, mas no número seguinte da REF, também de 1994, que reunia, além dos artigos livres – seção na qual o texto de Dias foi alocado –, um dossiê sobre Leila Diniz. Talvez Nizza da Silva tivesse um pouco de razão em se queixar, ao menos no exterior, do “imperialismo sociológico”.¹⁹⁷

As contribuições de Maria Odila Dias, que tantas páginas ocuparam neste capítulo, não colaboram com nomes e obras e nem com uma origem para as narrativas que vinham construindo uma memória disciplinar para a História das Mulheres no Brasil. Não realiza um balanço como fizeram Maria Beatriz Nizza da Silva, Eni de Mesquita Samara e Miriam Moreira Leite. Mas, como se pretende expor a seguir, a participação de Dias nos dois eventos da primeira metade dos anos 1990, bem como os textos que a partir deles foram publicados, marcará uma inflexão na construção de tal memória disciplinar: depois da reflexão teórica e conceitual de Dias sobre História e teoria feminista, parece que as outras historiadoras que tentarão elaborar narrativas e cânones sobre a área terão que se dedicar a debater, de uma forma ou de outra, elementos teóricos.

Mas se Dias não afirmava explicitamente nomes e obras da historiografia brasileira, defendia determinada abordagem histórica para a área de estudos das mulheres: a História Social tal qual ela praticara em *Quotidiano e poder* e não mais, como previra Nizza da Silva, a História da Família e a Demografia histórica. Nesse sentido, a opção pelo texto de reflexão teórica serve também para que Dias possa a apresentar a si mesma e a seu modo de praticar a História das Mulheres como resposta à questão formulada pelas cientistas sociais em 1992: o que fazer com os estudos da mulher?

professora da PUC-SP) e Míriam Pillar Grossi (antropóloga da UFSC). Os nomes e instituições às quais as pesquisadoras se vinculavam – como professoras, pesquisadoras e/ou pós-graduandas – foram consultados no próprio número especial da REF, de 1994. Cf. REVISTA ESTUDOS FEMINISTAS. Florianópolis, n. esp., 1994.

¹⁹⁷ A relação pouco amistosa de Maria Beatriz Nizza da Silva com as cientistas sociais também parece ter sido influenciada pelas suas concepções sobre o saber histórico e pelo envolvimento político e teórico delas, bem como nas relações que estabeleceu com tais temáticas na USP. Em algumas oportunidades Nizza da Silva deixou esses desentendimentos explícitos. Falando, por exemplo, da institucionalização do ensino de história na USP, afirmava que se deu num “momento em que o materialismo histórico permeava a formação de todos esses pesquisadores sociais, criou-se, por assim dizer, um meio intelectual difuso, sem fronteiras definidas entre as disciplinas, mas isso nada tinha que ver com a interdisciplinaridade [...] era simplesmente o marxismo que permeava todas as atividades de pesquisa e levava os sociólogos a preocuparem-se mais com a sociologia histórica”. Ao ser lembrada de um texto no qual ela tratava do que chamou de “atração sociológica”, ela respondia: “A coisa sociológica mudou, porque era a coisa que o social era muito importante. Ah, o social, o que era? Porque havia muita sociologia histórica e era um período na USP, com a Maria Sylvia de Carvalho Franco... o que ela fazia era sociologia retrospectiva... Para mim, aquilo já não era nem sociologia nem história, quer dizer, eles façam o trabalho deles das sociedades atuais e nós fazemos o nosso das sociedades passadas, mas não vai misturar as duas coisas. Então, era uma subserviência em relação a sociologia. Isso, felizmente, mudou.” Cf. SILVA, Maria Beatriz Nizza da. A pesquisa histórica no Brasil. *Ciência e Cultura*, v. 35, n. 1, p. 45-50, jan. 1983, p. 49; MACHADO, 2022, p. 18-19.

Se havia algum passado a ser narrado em “Teoria e método do estudos feministas” eram as proposições que haviam encaminhado as historiadoras, desde as correntes dos *Annales*, passando pela História Social de Thompson e pelos estudos hermenêuticos, chegando à tematização da “experiência das mulheres em sociedade”, da “concretude da experiência em seu devir”. No Brasil, não havia o que ser citado, nenhum nome, nenhuma obra. Nada além de sua própria abordagem: apresentada, apontada, colocada em discurso e sob os holofotes das plateias que a ouviam e, que depois, viriam a lê-la.

Talvez aqui faça mais sentido o silenciamento que Maria Beatriz Nizza da Silva operou acerca da obra *Quotidiano e poder* quando apresentou seu balanço *Women's History in Brazil* no evento promovido pela The International Commission on Historical Demography e pela Société de Demographie Historique na Itália, em 1991. Parecia não haver muito sentido em evidenciar uma obra de uma historiadora que estivesse “prevendo” qualquer outro futuro para a História das Mulheres que não fosse aquele que ela também “previra”: a Demografia histórica e a História da Família. Ou mesmo porque, os “poucos [que] usavam historiografia inglesa” no departamento que Nizza da Silva era lotada e que caracterizava como “marxista e esquerdizante”, usavam Thompson, “que era marxista e pronto acabou”.¹⁹⁸

Essas reflexões acerca de uma História Social podem ser perspectivadas pelo mesmo motivo que se problematizou os trabalhos de Nizza da Silva, Samara e Leite: se em 1992, Fico e Polito já apresentavam uma leitura de uma História Social brasileira na qual cabiam inúmeros temas, dentre eles a família e as mulheres, pode-se intuir que as reflexões de Dias também partilhavam desta leitura.

Mais que isso – de uma afirmação da História frente as cientistas sociais e uma leitura compartilhada sobre a História Social –, os argumentos de Maria Odila Dias pareciam tentar responder a uma demanda mais “interna” aos estudos históricos das mulheres. Os dois textos de Dias vieram à público quando Joan Scott já havia publicado, nos Estados Unidos, *Gender and the politics of history*, em 1988.¹⁹⁹ Antenada às publicações internacionais, como *História das Mulheres no Ocidente*, Dias citava o artigo “Gênero: uma categoria útil...”, que teorizava gênero – caminho que a professora da USP preferiu não seguir em “Teoria e métodos dos estudos feministas”. No entanto, Dias não citava a obra que Scott lançara em 1988.

Nesse livro, dividido em quatro partes e escrito em nove capítulos, Joan Scott reunia diversas reflexões acerca da História e do conceito de gênero. No entanto, a parte que parece mais interessar aqui é a segunda, “Gender and class”, composta pelos capítulos “On language,

¹⁹⁸ MACHADO, 2022, p. 12.

¹⁹⁹ SCOTT, Joan. **Gender and the politics of history**. New York: Columbia University Press, 1988.

gender, and working-class history” e “Women in *The Making of the English Working Class*”. Enquanto o primeiro desses capítulos desejou tratar dos problemas que as historiadoras feministas enfrentavam “nas suas tentativas de levar as mulheres como objeto e o gênero como uma categoria analítica para a prática de história do trabalho”;²⁰⁰ o segundo se preocupou em debater, a partir do “conteúdo e das estratégias textuais” usadas por Thompson, como “apareceram” as mulheres no clássico *A formação da classe operária inglesa*, que teria conquistado “um tipo de *status* canônico como modelo e expressão da ‘nova história do trabalho’.”²⁰¹

De modo geral, a tônica da publicação de Scott foi justamente afirmar, a partir dos estudos pós-estruturalistas, sobretudo para as historiadoras que trabalhavam temas de mulheres e classe, o conceito de gênero como categoria capaz de questionar a própria ideia de “experiência das mulheres”, tão cara a uma historiografia social das mulheres que parecia querer documentar as “experiências femininas” antes não enfocadas pelos historiadores. A crítica de Joan Scott, para Ávila, direcionava-se à própria crença da disciplina na capacidade dos documentos evidenciarem “a experiência e a agência de determinados personagens e grupos”.²⁰²

Além da crítica à falta de uma análise, em *A formação da classe operária inglesa*, do diferente “impacto do capitalismo industrial sobre as mulheres” em relação aos homens, Scott questionava como classe e experiência se articulavam na “estratégia textual” do historiador inglês: “Para Thompson, a questão era de tempo e contexto – quando e sob que circunstâncias a identidade comum da classe trabalhadora foi descoberta?” A resposta, de acordo com Joan Scott, era que “os interesses e as experiências comuns” que teriam dado “origem a essa identidade [...] existiam independentemente da consciência de classe”; nesse sentido os interesses e as experiências teriam o poder de anteceder e estruturar “a natureza das percepções dos homens”. Ou seja: “A consciência de classe era a expressão cultural da experiência dos homens nas relações produtivas e, embora pudesse variar de lugar para lugar, era um fenômeno identificável”.²⁰³

²⁰⁰ SCOTT, Joan. On Language, Gender, and Working-class History. In: **Gender and the politics of History**. New York: Columbia University Press, 1988b, p. 53.

²⁰¹ Idem. Women in *The Making of the English Working Class*. In: **Gender and the politics of History**. New York: Columbia University Press, 1988c, p. 69.

²⁰² ÁVILA, 2019, p. 20.

²⁰³ SCOTT, 1988c, p. 88. No original: “For Thompson the question was one of timing and context-when and under what circumstances was the common working-class identity discovered? The interests and the common experiences giving rise to such identity, he suggested, existed apart from class consciousness; they preceded it and structured the nature of men's perceptions. Class consciousness was the cultural expression of men's experience of productive relations and, although it might vary from place to place, it was an identifiable phenomenon.”

Para tal experiência no sentido thompsoniano – “anterior à consciência”, uma ideia de experiência que, sendo “material e social”, ou “já dada”, só depois seria “trabalhada pela consciência e pela cultura” –,²⁰⁴ Joan Scott colocava o que entendia como “novas possibilidades interpretativas” se se desse mais atenção ao discurso. Desde sua abordagem a partir da desconstrução e de sua proposta analítica de gênero, Scott diria ser possível se perguntar

[...] como as categorias de classe foram formuladas por meio da representação em momentos históricos específicos, procurando ao mesmo tempo as semelhanças que constituíam os limites das possibilidades linguísticas, bem como os diferentes tipos de expressão, diferentes definições, disputas sobre definição: afirmações, negações e repressões. Prestaríamos atenção aos processos pelos quais uma definição emergiu como dominante, procurando relações políticas explicitamente declaradas e implicitamente estruturadas. O resultado não é um conceito unitário de classe, não é história como teleologia, mas um conceito de classe como um campo que sempre contém significados múltiplos e contestados.²⁰⁵

Seria possível, então, questionar “como os apelos à diferença sexual” figuravam em tal processo de constituição do conceito de classe. Com isso, Scott afirmava que perguntas novas seriam possível em relação à temática da classe: “como a exclusão ou marginalização daquilo que foi construído como feminino, por exemplo, funcionou para garantir a aceitação de códigos masculinos para ideias particulares de classe? Como o gênero “naturalizou” significados particulares de classe?” Por fim, a historiadora estadunidense afirmou que, levando tal proposta em consideração, seria possível se perguntar “como e de que maneira as concepções de classe organizaram (percepções da) experiência social” em vez que se tomar como pressuposto “um ajuste exato entre a vida material e o pensamento político, entre a experiência e a consciência”. Para romper a oposição que, para Scott, existia na reflexão de Thompson, “a definição” dos conceitos e “a construção do significado” deveria ser “analisada como um conjunto de eventos em si.”²⁰⁶

²⁰⁴ ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. *Experiência: uma fissura no silêncio. História: arte de inventar o passado* (ensaios sobre teoria da História). Curitiba: Editora Prismas, 2017, p. 49-166.

²⁰⁵ SCOTT, 1988c. p. 88. No original: “First, we would ask how categories of class were formulated through representation at specific historical moments, looking at once for the similarities that constituted the limits of linguistic possibilities as well as for different kinds of expression, different definitions, contests about definition: affirmations, negations, and repressions. We would attend to the processes by which one definition emerged as dominant, looking both for explicitly stated and implicitly structured political relationships. The result is not a unitary concept of class, not history as teleology, but a concept of class as a field that always contains multiple and contested meanings.”

²⁰⁶ Ibidem, p. 88-89. No original: “Second, we would ask how appeals to sexual difference figured in the process: how did the exclusion or marginalization of that which was constructed as feminine, for example, work to ensure acceptance of masculine codings for particular ideas of class? How did gender “naturalize” particular meanings of class? How in turn did visions of class as a set of relationships naturally following from Women in The Making economic conditions set in place certain notions of gender? Third, we would ask how and in what ways conceptions of class organized (perceptions of) social experience. Rather than assuming an exact

Tal maneira de questionar *A formação da classe operária inglesa* e a própria História Social levou Joan Scott a criticar, de maneira mais contundente, a própria noção de “experiência”. Em texto publicado em 1991, “The evidence of experience”, traduzido no Brasil em 1998, isso fica mais claro:

Quando a documentação apresentada diz respeito à “experiência”, a asserção de referencialidade é mais reforçada [...] É precisamente este tipo de apelo à experiência como prova incontestável e como ponto de explicação originário [...] que enfraquece o impulso crítico de histórias da diferença. Ao permanecerem dentro da moldura epistemológica da história ortodoxa esses estudos perdem, primeiramente, a possibilidade de examinar pressuposições e práticas que excluam considerações de diferença. Tomam como auto-evidentes as identidades daqueles cuja experiência está sendo documentada e, dessa forma, tornam naturais suas diferenças. Estes estudos localizam a resistência fora de sua construção discursiva e ratificam a representação como um atributo inerente aos indivíduos, descontextualizando-a. Quando a experiência é tomada como origem do conhecimento, a visão do sujeito (a pessoas que teve a experiência ou o historiador que a reconta) torna-se o suporte da evidência, sobre a qual a explicação é elaborada. Questões sobre a natureza construída da experiência [...] são deixadas de lado. A visibilidade da experiência se torna então evidência para o fato da diferença, em vez de se tornar uma forma de explorar como a diferença é estabelecida, como ela opera, e como constitui sujeitos que vêm e atuam no mundo.²⁰⁷

O longo trecho que se dedicou nesta seção às reflexões de Scott é necessário para tematizar justamente os textos de Maria Odila Dias analisados neste trabalho. É na primeira metade da década de 1990, com as cientistas sociais brasileiras propondo uma virada ao gênero no Seminário de São Roque, e com o questionamento, desde Joan Scott e os Estados Unidos, das bases de uma História Social das Mulheres, que a historiadora da USP publica “Teoria e método dos estudos feministas” e “Novas subjetividades na pesquisa histórica feminista”. Os dois textos que apostavam “na hermenêutica do cotidiano”, na abordagem “experiência concreta das mulheres” em detrimento das “abstrações”.

Nesse cenário em que as reflexões que sustentaram sua tese de livre-docência passavam por um questionamento bastante aberto no exterior e a categorização de gênero é avaliada como proposta nas Ciências Sociais aqui no Brasil, Maria Odila Dias parecia tentar defender sua tese pela segunda vez no textos que publicou na primeira metade dos anos 1990. Não demorará até

fit between material life and political thought, between experience and consciousness, this approach disrupts that fit, refuses the opposition between them. It argues that articulation, definition-the construction of meaning-must be analyzed as a set of events in itself. Thompson's gestures to traditions of English radicalism account for certain thematic influences or continuities in working-class political expression, but they do not address the cultural, subjective, and textual processes by which such themes acquire meaning.”

²⁰⁷ SCOTT, Joan. A invisibilidade da experiência. **Projeto História**, Tradução de Lúcia Haddad, São Paulo, n. 16, 1998. p. 301-302.

que gênero se torne também uma problemática central para as historiadoras brasileiras. Como se verá no próximo tópico, o conceito de gênero pretendido por Joan Scott será, de uma forma ou de outra, também acolhido nos balanços e textos de historiadoras brasileiras. Mais que isso, intelectuais brasileiras passam a “traduzir” tanto a categoria gênero, quanto o debate entre historiadoras da História Social das Mulheres e historiadoras do gênero.

As reflexões teórico-metodológicas de Dias são entendidas aqui como uma inflexão nos balanços que vinham se construindo entre os anos de 1987 e 1993, já que retiram a área de uma dependência ou emergência das áreas da História da Família e da Demografia histórica para refleti-la a partir da História Social. Com isso, Maria Odila Dias, ao lado de historiadoras internacionais, aparenta estar no cerne do que fará emergir um tipo de enunciado que tomará a reflexão teórica e conceitual sobre o fazer da História das Mulheres e do gênero como central: a História Social. Ao que parece, a reflexão teórica, seja sobre a disciplina Histórica, seja sobre gênero, tomará de vez as narrativas sobre a área na historiografia brasileira.

Nessa esteira, a reflexão de Maria Odila Dias parecia não se tratar de uma inflexão apenas na composição das formas em que a memória disciplinar da área vinham sendo estabelecidas, bem como na construção de seus cânones. Na primeira metade dos anos 1990, com os textos de Dias, parecia que estava se processando também uma inflexão na constituição do campo de História das Mulheres e das Relações de Gênero em uma ruptura com a narrativa da “revolução documental”. Se antes era a documentação que tinha a capacidade para fazer surgir temas e objetos – a família, a mulher, a criança –, a partir de Maria Odila Dias fica marcada outra forma de narrar a história da área. Em oposição à “revolução documental”, parecia que a área estava experimentando uma inflexão que prezaria pela reflexão teórica e conceitual.

Essa mudança parecia estar informada por questões mais amplas da disciplina, com sua “virada epistemológica” desde a década de 1970, uma “sensibilidade teórica emergente nas Ciências Sociais” que levou, a partir dos anos 1980, os historiadores “a uma ruptura com as abordagens excessivamente objetivistas” no plano internacional.²⁰⁸ Aqui, os textos de Maria Odila Dias pareciam também participar de um movimento de reflexão teórica, historiográfica ou de “crítica historiográfica” mais ampla. No Brasil, país que assistia emergir justamente nos anos 1990 “uma preocupação historiográfica” mais efetiva;²⁰⁹ mesmo país no qual a própria Maria Odila Dias já tratava de “compreender a escrita da história como parte da história social,

²⁰⁸ DELACROIX, DOSSE, GARCIA, 2012, p. 335.

²⁰⁹ FRANZINI; GONTIJO, 2009, p. 181.

política e cultural, como fonte histórica” desde 1972,²¹⁰ quando defende a tese *O fardo do homem branco: Southey, historiador do Brasil*. No que concerne à área de História das Mulheres, a reflexão teórica e conceitual vai tomar cada vez mais espaços no balanços historiográficos, dando também outros rumos às memórias disciplinares e dos seus cânones quando se começou a debater mais efetivamente o conceito de gênero na década de 1990.

Nesse sentido, acredita-se que os textos de Dias não fundam necessariamente uma memória disciplinar específica da área, nem emitem um enunciado diferente sobre sua origem, mas cria as condições para que uma memória disciplinar, que não cessará de retomar seus textos – em especial, “Teoria e método dos estudos feministas” – para inventar a origem da História das Mulheres e das Relações de Gênero no Brasil calcada na História Social, mais especificamente na História Social que ela praticou em *Quotidiano e poder*. Ao mesmo tempo, essa inflexão, esse redirecionamento do olhar sobre a área elaborado por Dias, criará uma espécie de ponto a ser combatido, a ser enquadrado e superado por outro enunciado sobre o campo: aquele que identifica a origem da área na História do Trabalho, especialmente aquela marxista praticada pelas sociólogas, da qual *Quotidiano e poder* fará a crítica, ao mesmo tempo que será “superada” pela História Cultural, as filosofias da diferença e os estudos de gênero. É sobre o mapeamento desses dois enunciados acerca da origem da área que se dedica a próxima seção.

1.3 Bifurcação? Mulheres e gênero: História Social, História Cultural e filosofias da diferença

Esse movimento de reflexão teórica parece estar coadunado com questões que se referem aos questionamentos vivenciados também fora Brasil: as discussões acerca da História das Mulheres se avolumavam; os estudos das Ciências Sociais já trabalhavam com a teorização da categoria de gênero;²¹¹ interpelava-se, a partir das teorias feministas e do conceito de gênero, as fronteiras disciplinares do conhecimento histórico.²¹²

Nesse momento, em meados dos anos 1990, houve aqui no Brasil um movimento de tradução da categoria gênero, especialmente aquela operada por Joan Scott. Por exemplo, o conhecido artigo “Gender: a useful category of historical analysis”, publicado nos EUA em

²¹⁰ NICODEMO; SANTOS; PEREIRA, 2018, p. 35.

²¹¹ COSTA, Ana Alice; SARDENBERG, Cecília. A institucionalização dos estudos feministas nas universidades brasileiras. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, n. esp., 1994.

²¹² SCOTT, 1988a.

1986, começava a ser traduzido aqui no Brasil e a ser mobilizado nos textos que aqui, nesta tese, são utilizados como fonte a partir do ano de 1990.

“Gender: a useful category of historical analysis”, que foi primeiramente publicado na *The American Historical Review*, periódico da American Historical Association (AHA), foi republicado em formato de capítulo na coletânea *Gender and the politics of History*, no ano de 1988, que também havia reunido outros ensaios sobre gênero e história, gênero e feminismo, gênero e classe, dentre outros temas. Também em 1988, o artigo teve a sua tradução para o francês realizada por Eleni Varikas, publicada em *Les cahiers du GRIF*, periódico francófono mantido pelo Groupe de Recherche et d’Information Féministes, sediado em Bruxelas, na Bélgica.²¹³

Já no Brasil, o artigo de Joan Scott recebeu uma primeira tradução de Guacira Lopes Louro, publicada em 1990 na revista *Educação & Realidade*, periódico da Faculdade de Educação da UFRGS, recebendo o título de “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. Essa tradução foi feita a partir da versão em francês publicada em 1988 em *Les Cahiers du GRIF*. Em 1995, a revista *Educação & Realidade* republicou o texto de Scott, com uma revisão da primeira tradução, incluindo as notas que haviam sido suprimidas em 1990. A segunda tradução foi realizada, também por Guacira Lopes Louro, consultando o original em inglês, contando com apoio de Tomaz Tadeu da Silva. Ainda, em 1993, Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila traduziram a versão do artigo publicada em *Gender and the politics of history*, que saiu do prelo pela edição do SOS CORPO – Instituto Feminista para a Democracia, organização sem fins lucrativos fundada em 1981, com sede em Recife (PE). Desta vez, o título do artigo fora traduzido como “Gênero: uma categoria útil para análise histórica”.²¹⁴

Além do artigo, outro texto de Scott começaria a circular no Brasil em português: tratava-se do prefácio que ela escrevera apresentando *Gender and the politics of history*.²¹⁵ A tradução foi realizada por Mariza Correa e publicada no terceiro número dos *Cadernos Pagu*, que trazia um dossiê intitulado *Desacordos, desamores e diferenças*. Título interessante, com apresentação de Carla Bassanezi Pinsky, pois trazia em sua seção de debates, além do prefácio de Scott traduzido por Correa, a tradução de “Genre, histoire des femmes et histoire sociale”, artigo de Louise Tilly, originalmente publicado em 1990 na revista *Genèses: Sciences sociales*

²¹³ SCOTT, Joan. Genre: Une catégorie utile d'analyse historique, **Les Cahiers du GRIF**, v. 37-38, p. 125-153, 1988d.

²¹⁴ Idem. **Gênero**: uma categoria útil para análise histórica. Tradução de Christine Christine Rufino Dabat e Maria Bethânia Ávila. Recife: Edições SOS – Corpo, 1993.

²¹⁵ SCOTT, Joan. Prefácio a Gender and the politics of history. **Cadernos Pagu**, Campinas, 3, p. 11-27, 1994.

et Histoire, editada pelo Centre de Recherches Historiques (CRH-EHESS).²¹⁶ A tradução do texto de Tilly foi realizada por Ricardo Augusto Vieira.

Tilly, no artigo em questão, debatia as reflexões promovidas por Scott desde de 1986, pela publicação do artigo “Gênero: uma categoria útil...”, mas, especialmente, discordava das críticas realizadas pela historiadora estadunidense em relação à História Social das Mulheres realizadas em *Gender and the politics of history*. Tilly também se opunha à proposta de Scott de uma história “crítica”, pois, de acordo com Tilly, seria uma abordagem diferente sobre gênero, “mais literária e filosófica”, que desembocaria numa impossibilidade de se fazer História das Mulheres, já que se amparava numa abordagem “desconstrucionista”.²¹⁷

Por fim, no mesmo terceiro número, os *Cadernos Pagu* também traduziram, novamente pelas mãos de Ricardo Augusto Vieira, um texto que Eleni Varikas apresentara em 1993 em um seminário promovido na Unicamp pelo próprio Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, que recebeu o título de “Gênero, experiência e subjetividade – a propósito do desacordo Tilly-Scott”.²¹⁸ Como o próprio título sugere, Varikas enfrentava as oposições das concepções de Tilly, nas quais seria possível superar “os usos descritivos da categoria gênero” por meio da História Social das Mulheres, e de Scott, que postulava ser impossível romper com a história descritiva do gênero pautando-se nos usos que se faziam da categoria na História Social. Para as críticas que tanto Tilly quanto Scott faziam uma à outra, Varikas parecia responder apontando que, um debate que colocava as questões da História das Mulheres e das Relações de Gênero nos termos de oposições entre “as desconstrucionistas do gênero”, de um lado, e “as historiadores sociais das mulheres”, de outro, pouco resolveria as questões que se colocavam à área. A forma que Varikas encerra seu texto parece informar bem uma perspectiva “apaziguadora” para as críticas trocadas entre Joan Scott e Louise Tilly:

Uma tal consciência crítica já anima muitos trabalhos desta história social "que respeita a iniciativa humana", que encontra em Louise Tilly uma defensora tão convincente quanto apaixonada. Todavia, abordar o porvir da história das mulheres sob a forma de uma escolha entre a história social e a desconstrução me parece um falso dilema. Tenho a impressão de que o potencial da história das mulheres e da problemática do gênero reside menos nas suas possibilidades de encontrar uma "pátria" que na sua possibilidade de

²¹⁶ TILLY, Louise A. Gênero, História das mulheres e História Social, **Cadernos Pagu**, Campinas, 3, p. 29-62, 1994.

²¹⁷ “Scott preconiza um método que coloca radicalmente em questão não somente as relações de poder, mas também a existência de um mundo real e a possibilidade de descrevê-lo e explicá-lo. Os apelos de Scott para fazer da desconstrução um método universal subtraem toda a importância das condições nas quais as relações de poder mudam e se transformam e correm perigosamente o risco de uma concepção funcionalista e tautológica da causalidade.” Ibidem, p. 50.

²¹⁸ VARIKAS, Eleni. Gênero, experiência e subjetividade – a propósito do desacordo Tilly-Scott, **Cadernos Pagu**, Campinas, 3, p. 63-84, 1994.

se imiscuir subrepticiamente nas mais intransponíveis fortalezas da História (e de outras disciplinas), para desestabilizar suas certezas. Trabalhando na "diáspora", os(as) historiadores(as) feministas terão talvez mais liberdade para efetuar este trabalho lento, mas indispensável, que consiste em responder às "grandes questões da história", reformulando-as ao mesmo tempo à luz da problemática do gênero.²¹⁹

Questões essas que pareciam estar no cerne dos debates internacionais – como se viu, há pouco, nas críticas que a coleção *História das Mulheres no Ocidente* havia recebido –, mas também ganhava terreno aqui no Brasil – como pode ser percebido, de certa forma, nos argumentos de Maria Odila Dias sobre uma perspectiva histórica dos estudos feministas. Parece crível que o impacto que o conceito de gênero vinha causando entre as cientistas sociais, em especial, com a fundação de três revistas especializadas no debate dos estudos feministas, das mulheres e das relações de gênero (*Revista Estudos Feministas*, *Cadernos Pagu* e *Cadernos Espaço Feminino*) fizeram sentir seus efeitos nas historiadoras que buscavam historiar a área no Brasil.²²⁰ O debate das “diferenças” e dos “desacordos” entre historiadoras internacionais de renome, traduzido nos *Cadernos Pagu*, parecia indicar que já era a hora de se debater aqui, em terras brasileiras, a memória disciplinar da historiografia sobre mulheres e gênero de outro modo, ainda que a tradução dos textos que refletiam sobre a categoria gênero não tivesse sido realizada exclusivamente pelas historiadoras brasileiras.²²¹

Joana Maria Pedro²²² escreve um dos primeiros textos que podem apontar para isso: “Relações de gênero na pesquisa histórica”, artigo publicado na *Revista Catarinense de*

²¹⁹ VARIKAS, 1994, p. 84.

²²⁰ Além do debate Scott-Tilly-Varikas traduzido nos *Cadernos Pagu* em 1994, chama-se atenção também para as discussões que ganhavam corpo na *Revista Estudos Feministas*, em especial, para os textos de Miriam Moreira Leite, “Fontes históricas e estilo acadêmico” (1993), e de Maria Odila Dias, “Novas subjetividades na pesquisa histórica feminista: uma hermenêutica das diferenças” (1994), textos analisados nas duas primeiras seções deste capítulo.

²²¹ Guacira Lopes Louro, responsável pelas duas traduções de “Gênero: uma categoria útil...” publicadas na *Revista Educação & Realidade*, era licenciada em História (1969) e mestre em Educação (1976) pela UFRGS e doutora em Educação (1986) pela Unicamp, tendo se tornado professora da Faculdade de Educação da UFRGS em 1980. Tomaz Tadeu da Silva tinha se graduado em Matemática (1973, UFRGS) e se tornou mestre (1977, UFRGS) e doutor (1984, Stanford University – EUA) em Educação e, assim como Louro, atuava na Faculdade de Educação da UFRGS. Maria Betânia de Melo Ávila, à época da tradução de “Gênero: uma categoria útil...” pelas Edições SOS – Corpo, era graduada em Ciências Sociais pela Universidade Católica de Pernambuco e trabalhava como pesquisadora do instituto SOS – Corpo. Christine Paulette Yves Rufino Dabat, quando colaborou na tradução da SOS – Corpo, era mestre em História pela Université de Genève, Suíça. Já os tradutores do número *Desacordos, desamores, diferenças* dos *Cadernos Pagu* eram: Mariza Correa, graduada em jornalismo (1969, UFRGS), mestre em Ciências Sociais (1975, Unicamp) e doutora em Ciência Política (1982, USP) e professora do Departamento de Antropologia da Unicamp desde 1973; e Ricardo Augusto Vieira era mestrando em Filosofia pela Unicamp à época da tradução dos textos de Tilly e Varikas.

²²² Joana Maria Pedro é graduada em História pela Universidade do Vale do Itajaí (1972) e mestra em História pela UFSC (1979), com a orientação de Roger Frank Colson. Doutorou-se em História Social pela USP em 1992, quando foi orientada por Maria Odila Leite da Silva Dias e defendeu a tese *Mulheres Honestas e Mulheres Faladas: uma questão de classe. Papeis Sociais femininos na sociedade de Desterro/Florianópolis (1880-1920)*. Foi professora do curso de História da Universidade do Vale do Itajaí de 1980 a 1983, ano em

História.²²³ O texto de Pedro – que pode ser olhado tanto pela perspectiva teórica da discussão de gênero, quanto por um pequeno arrolamento de obras e pesquisas sobre gênero no Brasil – foi publicado no segundo número daquele periódico, no ano de 1994. Tal periódico, como informa atualmente o seu *site*, foi fundado em 1990 pela Seção Regional da ANPUH em Santa Catarina e, em 2018, foi incorporado pela Universidade Federal da Fronteira Sul, sob a responsabilidade do Programa de Pós-graduação em História da mesma instituição.²²⁴

Pedro publica seu texto em 1994, dois anos depois de defender seu doutorado na USP, sob orientação de Maria Odila Dias. As relações de Pedro com a seção regional de Santa Catarina da ANPUH já tinham quase uma década no momento da publicação de seu balanço: em 1985, tinha participado ativamente da reativação daquela seção regional como diretora provisória ao lado de Maria Bernadete Ramos Flores e em 1994, ano da publicação, participava do seu conselho consultivo. Também tinha proximidade com o núcleo da *Revista Catarinense de História* e na gestão 1992-1994 era integrante do seu conselho editorial.²²⁵

Contando com apenas 9 páginas, o artigo de Joana Maria Pedro teve o objetivo de historicizar a utilização da categoria gênero pelas historiadoras, dividindo-se em duas partes: a primeira se preocupa em fazer uma discussão, focada em literatura estrangeira, sobre a História das Mulheres e sobre o conceito de Gênero; já a segunda faz um pequeno balanço das pesquisas brasileiras preocupadas com o que Pedro entendia como História das Relações de Gênero. É

que se tornou professora do Departamento de História da UFSC, instituição na qual obteve a titularidade em História Social em 1993. Realizou estágios de pós-doutorado na França e nos Estados Unidos e foi professora visitante em universidades do Chile, da Argentina e da França. Aposentou-se da UFSC em 2019, onde continuou a orientar pesquisas no PPG em História e no PPG Interdisciplinar em Ciências Humanas. Ocupou diversos cargos na UFSC, dentre eles: a Coordenação do PPG em História (1993-1995) e do PPG Interdisciplinar em Ciências Humanas (2008-2012), a Direção do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (1996-2000), a Pró-reitoria de Pós-Graduação (2012-2016). Teve participação expressiva na ANPUH: na seção catarinense, foi presidente entre 1985 e 1988, quando da reativação da seção no estado e membro do seu conselho consultivo entre 1992 e 2000; na ANPUH-Nacional, atuou no conselho consultivo (1991-1992), como segunda secretária (1993-1995), como segunda tesoureira (1995-1997), como vice-presidente (1997-1998) e como presidente (2017-2019). Também ajudou a fundar o GT Nacional da ANPUH sobre Estudos de Gênero em 2001, tornando-se sua coordenadora por duas gestões consecutivas (2007-2009 e 2009-2011). Atuou e tem atuado em temas como feminismos, gênero, relações de gênero, história das mulheres, memória, história oral, história do tempo presente, história comparativa e ditaduras no Cone Sul. Cf. PEDRO, Joana Maria. **Currículo da Plataforma de Currículos Lattes**. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/0818383116633579>. Acesso em 12 abr. 2020; GT DE ESTUDOS DE GÊNERO ANPUH/NACIONAL. Disponível em: <https://gtgenero.paginas.ufsc.br/>. Acesso em 22 fev. 2021; ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA – Seção Santa Catarina. **Trajetória**. Disponível em https://www.sc.anpuh.org/conteudo/view?ID_CONTEUDO=1696. Acesso em 29/11/2020.

²²³ PEDRO, Joana. Relações de gênero na pesquisa histórica. *Revista Catarinense de História*. n. 2, 1994, p. 35-44.

²²⁴ O periódico é fundado como *Revista Catarinense de História* e permanece com esse título até o seu nº 5, em 1998. A partir do nº 6, também de 1998, passa a se denominar *Revista Fronteiras*, até a publicação do seu 8º número, de 2000, quando passa a se chamar *Fronteiras – Revista Catarinense de História*, nome que permanece até hoje. Cf. FRONTEIRAS – Revista Catarinense de História. **Sobre**. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/FRCH/about>. Acesso em 21/07/2020.

²²⁵ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA – Seção Santa Catarina. Op. Cit.

neste texto que, recém-doutora, Joana Maria Pedro começa a apresentar-se como historiadora das mulheres e das relações de gênero.

A introdução desse texto dá um bom caminho para se compreender a narrativa de Pedro sobre a área:

O caminho utilizado pelas/os historiadoras/es, *que hoje utilizam gênero como categoria de análise histórica, passou pela história de mulheres e pela história social*. Isto, obviamente, não significa que as/os pesquisadoras/es tenham percorrido um caminho na direção de um progresso chamado gênero, e nem que esta seja uma categoria estável e aceita, ou que historiadoras/es não continuem a escrever história de mulheres e até histórias onde as mulheres não são personagens históricas.²²⁶

A parte em destaque desse excerto faz lembrar o recurso utilizado por Nizza da Silva, que afirmava a História das Mulheres ser um desenvolvimento da Demografia histórica, passando pela História da Família. Mas, como se observa, nem as historiadoras do gênero, tampouco as historiadoras das mulheres, são ligadas, na narrativa de Pedro, às áreas descritas no enunciado de Nizza da Silva.

A primeira parte da reflexão de Joana Pedro se debruça sobre a contribuição de três intelectuais estadunidenses e uma francesa acerca das discussões das mulheres e dos estudos de gênero. A historiadora Joan Scott é integrada à sua reflexão, especialmente, com “Gênero: uma categoria útil...”, na versão traduzida pela *Revista Educação & Realidade* em 1990. Pedro também utilizou outra contribuição de Scott: o capítulo “História das mulheres”, publicado na coletânea organizada por Peter Burke, *A escrita da História: novas perspectivas*, que havia sido recentemente traduzida no Brasil, em 1992.²²⁷ A antropóloga Gayle Rubin compareceu no texto de Pedro com *Traffic in women*, de 1975, que havia sido traduzido no Brasil em 1993, um ano antes da publicação de seu balanço, sob o título de “O tráfico de mulheres: notas sobre a ‘economia política’ do sexo”.²²⁸ Thomas Foster, especialista em literatura, é lembrado por Pedro pelo seu artigo “History, critical theory and women's social practices: ‘Women's Time’ and ‘Housekeeping’”, publicado em 1988 na revista *Signs*.²²⁹ Por fim, Pedro abre diálogo em

²²⁶ PEDRO, 1994, p. 25. Grifos adicionados.

²²⁷ SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da História: novas perspectivas**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP, 2011. p. 65-98.

²²⁸ O texto de Rubin utilizado por Pedro foi a versão em língua inglesa: RUBIN, Gayle. The traffic in women. In: REITER, Rayna. **Towards an anthropology of women**. New York: Monthly Review Press, 1975. A versão em português havia sido traduzida pelas Edições SOS Corpo em 1993, mesmo ano em que traduzira “Gênero: uma categoria útil...”: RUBIN, Gayle. **O tráfico de mulheres: notas sobre a “economia política” do sexo**. Tradução de Christine Rufino Dabat, Edileusa Rocha e Sonia Corrêa. Recife: SOS Corpo, 1993. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/1919>. Acesso em 08 set. 2020.

²²⁹ FOSTER, Thomas. History, critical theory and women's social practices: "Women's Time" and "Housekeeping". **Signs**. Journal of women in culture and society, v.14, n.1, 1988.

seu texto com as discussões vindas do outro lado do Atlântico, com *Une histoire des femmes est-elle possible?*, sob organização de Michelle Perrot, que havia sido publicado na França em 1984.²³⁰

Com essa grade de referências, o texto de Joana Maria Pedro se mostra atento à discussão internacional acerca da categoria gênero, que, como se pode notar, estava sendo especialmente movimentada nos Estados Unidos e, mais timidamente, na França desde meados da década de 1970. É possível afirmar que Pedro estivesse também atenta ao debate teórico que se dava aqui no Brasil? Parece certo afirmar que sim. A relação de orientação que manteve com Dias durante o doutorado pode ter marcado seu relacionamento com a discussão teórica sobre gênero e mulheres, como se pretende mostrar nos próximos capítulos desta tese. Mas ainda há um motivo mais evidente dessa aproximação das discussões teóricas de Pedro com sua orientadora: em 1994, quando Dias está voltando à sua discussão de 1992, desta vez na *Revista Estudos Femenistas*; Pedro mobilizava o capítulo que Maria Odila Dias publicara em *Uma questão de gênero*.

O texto de Dias foi arregimentado por Joana Maria Pedro da mesma forma que aqueles autores internacionais citados logo acima. Tais autores, com a preocupação em teorizar ou, ao menos, refletir sobre as teorias de gênero e sobre História das Mulheres, são mobilizados no texto de Pedro para historicizar “o caminho utilizado pelas/os historiadoras/es, *que hoje utilizam gênero como categoria de análise histórica*”. As contribuições de Scott, Foster e Perrot, em destaque, servem à professora da UFSC para que se possa reconstruir o movimento que a História das Mulheres teria feito em realizado em direção à História Social e, por fim, para a história do gênero. Assim, Joana Maria Pedro mobilizava o texto de Maria Odila Dias, afirmando que sua ex-orientadora de doutorado teria apontado

[...] que foi a Escola dos Annales, e em especial Lucien Febvre e Marc Bloch, que ampliaram as possibilidades para a história das mulheres, ao "desvencilhar a historiografia das idealidades abstratas e dos conceitos teóricos". O empenho daqueles autores em se voltarem para seres vivos e concretos, além da crítica da racionalidade e da cultura que se processou entre os anos de 1930 e 1960, proporcionou "o desenvolvimento de conceitos capazes de relacionar o cotidiano dos seres individuais e concretos aos sistemas abstratos e aos processos históricos em que estavam inseridos". Esta nova perspectiva proporcionou um campo fértil para o estudo da história das mulheres.²³¹

²³⁰ PERROT, Michelle; PAIRE, Alain (org.). **Une histoire des femmes est-elle possible?** Paris/Marseille: Rivages, 1984.

²³¹ PEDRO, 1994, p. 36.

Nessa esteira, Pedro passa pelos feminismos dos anos 1960 e 1970, com a ajuda dos textos de Michelle Perrot e Joan Scott, como também pela contribuição de Thomas Foster que “[...] aponta no movimento feminista três gerações, que se ligam ao percurso da história das mulheres e das relações de gênero.”²³² Pela primeira vez aparecia nas fontes a longa expressão “história das mulheres e das relações de gênero” para se referir ao campo do conhecimento histórico dedicado ao estudo das mulheres e do gênero. Em uma ruptura com o enunciado da História da Família e da Demografia histórica, que consagrou o nome da área como “História da Mulher”, “História das Mulheres”, “História Social da Mulher” e “História Social da Mulher e da Família”, Joana Maria Pedro apresentava, pela primeira vez, obras, autoras e discussões teórico-conceituais do campo como “História das Mulheres e das Relações de Gênero”. Uma tentativa conciliadora? Uma forma de apaziguar os debates entre a História das Mulheres e a História das Relações de Gênero? Nos próximos anos e nos próximos textos, analisados nos demais capítulos desta tese, essa forma de nomear a área será novamente tematizada e tais questões serão melhor exploradas.

Voltando ao texto de Pedro, as gerações, pelo menos no que tange à leitura que a historiadora catarinense fez do artigo de Foster, seriam identificadas da seguinte forma: a primeira seria aquela em que as mulheres se tornam objeto de estudos acadêmicos, sem que necessariamente tais estudos questionassem a lógica hegemônica de produzir conhecimento; a segunda seria marcada com a geração do *gueto*, na qual buscava-se compreender uma cultura feminina, “separatista”, que opunha homens e mulheres; e, finalmente, a terceira geração marcada não mais pela oposição entre os sexos, definindo-os como “culturas separadas”, em que as estudiosas se dedicariam a questionar a hierarquias sociais, mas também as hierarquias do conhecimento, subvertendo o próprio “o conceito de hierarquia em si.” E é nesta terceira geração que Pedro, partindo de Foster, localiza as historiadoras que trabalham com a categoria de gênero. Esse recurso às três gerações do feminismo que, de uma forma ou de outra, correspondem-se também a três “etapas” ou fases dos estudos sobre as mulheres ou à área História das Mulheres é mobilizado no texto de Joana Maria Pedro, mas pareceu ser uma certa constante nas reflexões internacionais. Tal recurso, da mesma forma, encontrará terreno nas narrativas das historiadoras brasileiras sobre a área, seja ela nacional ou estrangeira. Recorrer ao texto “História das mulheres”, publicado por Joan Scott em 1991 na obra *A escrita da História*,²³³ pode esclarecer um pouco melhor tal recurso às três etapas de uma produção historiográfica sobre mulheres.

²³² PEDRO, 1994, p. 38.

²³³ SCOTT, 2011.

Ao relatar a trajetória da História das Mulheres, levando em conta nomeadamente o contexto estadunidense, Joan Scott afirmava que não se deveria narrar o processo de constituição do campo de estudo da história das mulheres, seja ele fincado nas concepções de gênero ou não, de maneira simplista ou linear, mas sim como “[...] um relato mais complexo, que leve em conta, ao mesmo tempo, a posição variável das mulheres na história, o movimento feminista e a disciplina da história.”²³⁴ Nesse sentido, de acordo com Scott, o feminismo teria sido responsável pela inserção de temas relativos às mulheres na agenda das pesquisas históricas. Isso teria se devido a ampla atuação feminina nas décadas de 60 e 70 do século passado, paralela aos demais movimentos sociais de luta por direitos civis. Ainda segundo Scott, a condição de opressão feminina deflagrou uma procura no passado por explicações sobre o porquê de as mulheres estarem sujeitas às mais diversas relações de poder e, esse movimento, não particular às acadêmicas, foi principiado pelas próprias feministas.

Assim, a partir da década de 1970, buscou-se documentação sobre todos os aspectos da vida das mulheres, sendo também nesse período que a história das mulheres efervesce e ganha energia própria. Entretanto, para Scott, essa solidificação do campo teria trazido, nos anos subsequentes, um relativo distanciamento da esfera política, comum ao feminismo. Essa trajetória de consolidação dos projetos de inclusão das mulheres nas narrativas historiográficas poderia ser dividido em três fases: 1ª) a da luta política, compreendida pela década de 1960, na qual a categoria analítica privilegiada é *mulher*; 2ª) a da história especializada, ocorrida na já referida década de 1970 e que se dedicou à análise não mais da *mulher*, mas das *mulheres*, devido ao questionamento do projeto acadêmico e feminista que buscava um denominador comum na mulher heterossexual branca de classe média; e, por fim, 3ª) da análise conceitual, característica dos anos 1980 e que buscou na noção relacional de *gênero* a explicação das diferenças entre homens e mulheres, mas também entre as próprias mulheres.

Já o tratamento dispensado a “Traffic in women”, texto de Gayle Rubin, ocupa outro lugar na reflexão de Pedro. A historiadora decidiu situar as considerações de Rubin para expor como a categoria gênero teria migrado “[...] das ciências sociais, especialmente da antropologia, para a história.” Dessa maneira, a contribuição de Rubin é tomada por Joana Maria Pedro como exemplo do modo como gênero estaria sendo usado pelas historiadoras, ainda que não esclareça com mais detalhes ou exemplos de que forma isso se daria:

[...] entendido como relação, que as historiadoras da terceira geração [em referência à divisão de Foster] têm utilizado a categoria gênero. Gayle Rubin chama de sistema de sexo/gênero um elenco infindável de arranjos, pelos

²³⁴ SCOTT, 2011, p. 67.

quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produto da atividade humana.²³⁵

Ao passar à segunda parte do seu texto, Pedro se volta para a historiografia brasileira. Digno de nota é que, pela primeira vez entre as fontes aqui analisadas, uma narrativa sobre a área de História das Mulheres e do Gênero cita outros balanços acerca do mesmo tema:

Na historiografia latino-americana e, em particular, na brasileira, Eni de Samara Mesquita [sic] e Miriam Moreira Leite apontaram, em artigo recente, os caminhos percorridos pela história das mulheres, sendo principalmente a década de 80 aquela mais fértil em pesquisas e publicações, destacando-se as teses e dissertações acadêmicas.²³⁶

Se a citação das colegas formadas na USP merece nota pelo “ineditismo”, o não aprofundamento nos balanços de Leite e Samara, da mesma forma, chama atenção. O enunciado das duas historiadoras, já descrito na primeira seção deste capítulo, é retomado por Pedro para afirmar os anos 1980 como terreno privilegiado para a História das Mulheres, mas não se cita que tal enunciado localiza a emergência de uma historiografia brasileira em outras áreas, tais como a História da Família e a Demografia histórica. Nesse sentido, percebe-se um silêncio de Pedro justamente no que concerne à origem da área endossada nos balanços de Miriam Moreira Leite e Eni de Mesquita Samara.

Após a citação de Samara e Leite, Pedro registrou que a categoria gênero seria ainda uma novidade na produção historiográfica brasileira, chamando atenção para o que já tinha sido feito nas Ciências Sociais que, segundo ela, teriam tomado a dianteira na discussão da categoria. Nesse sentido, Pedro lembra a obra *A classe operária tem dois sexos*, da socióloga Elizabeth Souza Lobo, como um trabalho inovador no uso do conceito entre as brasileiras.

Na sequência, Pedro fez um diagnóstico de que “Entre as/os historiadoras/es o conceito [de gênero] ficou submerso em pesquisas que têm se dedicado muito mais à história das mulheres.” De qualquer forma, a historiadora ressalta que, se o conceito ainda não está sendo amplamente usado,

[...] pesquisas inovadoras têm apontado as tensões sociais nas quais as relações entre as classes, os sexos e as etnias determinam os lugares sociais das mulheres e constroem as exclusões ao recorrer a mitos e estereótipos presentes na cultura ocidental.²³⁷

²³⁵ PEDRO, 1994, p. 39-40.

²³⁶ Ibidem, p. 42.

²³⁷ Ibidem, 43.

Como exemplo dessas pesquisas inovadoras que submergem o conceito na História das Mulheres, Pedro cita, pela primeira vez em seu texto, uma pesquisa histórica brasileira: *Quotidiano e poder*, de sua própria orientadora. Interessante é observar que, se entre Samara e Nizza da Silva, o livro Maria Odila Dias aparece como resultado ou coparticipante do campo da História da Família e da Demografia histórica; Pedro, por sua vez, o localizava, já em 1994, como pesquisa ligada à área de História das Mulheres, sem vinculá-la ao desenvolvimento dos campos que se dedicavam à família e à demografia. Mais que isso, as referências mobilizadas por Pedro não mais trazem as publicações tão características dos balanços de Samara e de Nizza da Silva, como as de Elizabeth Kunezsof, Anthony Russel-Wood, Sandra Grahlan, bem como as contribuições das próprias Eni de Mesquita Samara e Maria Beatriz Nizza da Silva. Se Samara ainda foi lembrada por um de seus balanços, Nizza da Silva não chegou nem a ser mencionada. Esse silêncio presente nas considerações de Pedro acerca da História das Mulheres “diz”, certamente, que o uso da categoria gênero, que segundo a própria Pedro teria passado pela História Social e pela História das Mulheres, não tinha muito o que dever à História da Família e à Demografia histórica.

O último parágrafo do texto de Pedro evidencia uma produção que ainda não era lembrada pelos balanços elaborados anteriormente acerca da área. A autora jogou luzes sobre trabalhos de historiadoras não estritamente vinculadas à USP e à FCC, instituições que foram lembradas por Nizza da Silva, Samara e Leite:

Na historiografia catarinense este tema é, ainda, mais recente. Datam do início dos anos 90 as primeiras produções acadêmicas envolvendo história das mulheres e relações de gênero em Santa Catarina, embora, também aqui, as ciências sociais e a antropologia tenham saído na frente.²³⁸

Percebe-se que, quando Pedro tenta falar em “historiografia catarinense”, em realidade está falando de Santa Catarina enquanto um objeto recortado espacialmente em pesquisas que tinham sido desenvolvidas no início dos anos 90, mas tais pesquisas não partiram de instituições sediadas naquele estado. Os trabalhos citados por Pedro são a dissertação *As mulheres da Colônia Blumenau. Cotidiano e trabalho. 1850-1900*, defendida na PUC-SP por Cristina Scheibe Wolff sob orientação de Déa Ribeiro Fenelon; e a tese *Mulheres honestas e mulheres faladas...*, de sua própria autoria, defendida na USP, em 1992. O que se pode inferir, sim, é que Pedro chama atenção para historiadoras até então não mencionadas em outros balanços e para

²³⁸ PEDRO, 1994, p. 43.

aquelas que estavam trabalhando fora das instituições paulistas, sejam elas universitárias, como a USP; ou de outras, como a FCC.

Pedro e Wolff eram colegas de trabalho a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) desde 1992, quando Wolff ingressou como docente no departamento de História, posição ocupada por Pedro desde 1983. Talvez, por não conseguir apresentar uma “historiografia catarinense”, é que Pedro recorre à citação de *Encontros perigosos: análise antropológica de narrativas sobre bruxas e bruxarias na Lagoa da Conceição*, dissertação defendida na UFSC pela antropóloga Sônia Weidner Maluf, em 1989, na área de Antropologia Social, quando Maluf já era professora daquela universidade, cargo assumido desde 1986.

A narrativa de Pedro, ao tentar fazer um movimento que visibilizasse, por meio da historicização da categoria gênero, produções vindas de fora do estado de São Paulo, não alcançou tal intento. O que se percebe é que pela primeira vez historiadoras que trabalhavam fora do sudeste brasileiro são mencionadas, bem como uma diminuição dos trabalhos historiográficos realizados majoritariamente em São Paulo. Trazer Santa Catarina para o centro do seu debate sobre gênero pode também ser pensado a partir da proposta de criação da *Revista Catarinense de História* e de seu projeto editorial, com os quais, como se viu Pedro, estava envolvida desde sua fundação:

A Revista Catarinense de História busca este objetivo: comunicar o resultado do trabalho dos pesquisadores que se dedicam a clarear o passado da nossa terra a um público ampliado, na expectativa de que este conhecimento ajude a compreensão do presente e a opção do futuro. Num momento de aceleradas transformações sociais, políticas e econômicas, este conhecimento torna-se sobremaneira valioso. A consolidação do Mercosul – para citar apenas um exemplo – produzirá notável impacto sobre a economia de Santa Catarina, e muitas das perplexidades dela originadas poderão ser clareadas pelo conhecimento dos fatos que presidiram nossa formação como sociedade organizada e produtiva. Outro objetivo desta publicação é estimular, pelo debate e polêmica, a produção de novos estudos sobre a História de Santa Catarina, e oferecer aos professores da disciplina material para uso em sala de aula. Cumpridos esses objetivos, estará justificada a publicação.²³⁹

Mais do que apontar para o lugar em que se localiza o texto de Pedro, também faz sentido observar que o PPG em História da UFSC, fundado em 1975, ainda não havia defendido nenhuma tese de doutorado, o que só ocorreria em 2000. Em comparação a outros programas, como o de História Social da USP – que foi fundado já em 1971 com cursos de mestrado e de doutorado e no qual a própria Joana Maria Pedro e sua colega de departamento Cristina Scheibe

²³⁹ REVISTA CATARINENSE DE HISTÓRIA. **Editorial**. n. 2, 1994, p. 3.

Wolff defenderam suas teses sob orientação de Maria Odila Dias –, o programa de pós-graduação ainda carecia de pesquisas mais vultosas e aprofundadas, como costumam ser os estudos de doutorado. Sintomático disso, talvez, seja o tom com o qual Joana Maria Pedro encerrou o seu primeiro texto de reflexão sobre gênero: “No momento, no Mestrado em História da Universidade Federal de Santa Catarina, encontram-se inúmeras pesquisas em andamento, nas quais a categoria gênero tem permeado, junto com classe e etnia, as produções acadêmicas. Como se pode perceber, há muito o que fazer.”²⁴⁰

O texto de Pedro parece estar próximo de outros que começaram a desvincular a área de estudos da História da Família e da Demografia histórica para sedimentar uma outra memória disciplinar acerca dela no interior da historiografia brasileira. Pedro parecia seguir um movimento iniciado por Dias, trabalhando a reflexão teórica em sua narrativa, além de atribuir as pesquisas históricas sobre gênero ao desenvolvimento de uma História Social e da História das Mulheres. Outra característica do balanço de Pedro que começa a ser percebida em outros ao longo da segunda metade dos anos 1990 é que historiadoras e instituições antes não mencionadas em balanços começam a escrever seus próprios ensaios teóricos e/ou bibliográficos. Este é caso, por exemplo, de Margareth Rago.

Luzia Margareth Rago²⁴¹ não havia sido lembrada em qualquer dos balanços que se propuseram a analisar a área no Brasil até 1994, mesmo que ela já tivesse defendido sua dissertação em 1984 e sua tese em 1990, respectivamente publicadas em 1985 e em 1991. O primeiro balanço que faz menção aos trabalhos de Rago como partícipes da área de História das Mulheres é “Relações de gênero e classe operária no Brasil, 1890-1930”,²⁴² de autoria da própria Margareth Rago. O texto, que mescla características de balanço historiográfico com análise histórica e reflexões de cunho conceitual e teórico, foi publicado em 1994 como o artigo

²⁴⁰ PEDRO, 1994, p. 43.

²⁴¹ Formou-se em História pela USP, em 1970 e interrompeu uma graduação em Filosofia, também pela USP, no ano de 1979. Foi professora assistente da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) entre 1982 e 1984. Sob a orientação de Edgar Salvatori de Decca, tornou-se mestre em História pela Unicamp em 1985, mesmo ano em que começou a lecionar no Departamento de História dessa mesma universidade. Em 1990, defendeu sua tese na Unicamp, novamente sob a orientação de de Decca. Em 2000, tornou-se livre-docente com tese sobre a anarquista italiana Luce Fabri. Foi professora titular do Departamento de História e do PPG em História Cultural da Unicamp até 2015, quando se aposentou, mantendo seu vínculo como professora colaboradora tanto na pós quanto na graduação. Foi uma das fundadoras do Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, da Unicamp, bem como de sua revista, os *Cadernos Pagu*. Foi professora visitante do Connecticut College e da Columbia University, ambos sediados nos EUA, entre 1995 e 1996 e entre 2010 e 2011, respectivamente. Tem se dedicado, em suas pesquisas e atividade docente, aos seguintes temas: Teoria da História e História do Brasil República; pós-estruturalismo, feminismos, anarquismos, subjetividade, gênero, Foucault e Deleuze. Cf. RAGO, Margareth. **Currículo da Plataforma de Currículos Lattes**. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/3274637598730008>. Acesso em 15 abr. 2020

²⁴² RAGO, Margareth. Relações de gênero e classe operária no Brasil, 1890-1930. **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 5-24, 1994.

que abria a primeira edição da revista *Caderno Espaço Feminino* (CEF), periódico que começava a ser editado pelo Núcleo de Estudos de Gênero (NEGUEM), ligado ao Centro de Documentação e Pesquisa Histórica do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), instituição na qual Rago iniciara sua carreira docente. No entanto, o artigo já havia sido apresentado como comunicação, com algumas modificações, no *XVIII International Congress of Latin American Studies Association*, ocorrido em Atlanta, EUA, em março de 1994.

É a partir desse texto que Rago começará a ser lembrada e nomeada como historiadora das mulheres e do gênero nos textos que são tomados como fontes nesta tese. Assim como Joana Maria Pedro, doutora em 1992 pela USP, Margareth Rago também havia defendido seu doutorado há poucos anos: em 1990, na Unicamp. As duas historiadoras tinham, então, tais características em comum: doutoras há pouco tempo, trabalhando há mais de uma década em universidades públicas brasileiras, começavam a se preocupar em narrar a história do campo que praticaram em suas teses de doutorado. Além disso, como se perceberá, estarão implicadas, desde suas instituições, a descentralizar a memória disciplinar e os cânones da área que estavam muito vinculados à USP.

Um ano depois do artigo publicado na revista *Caderno Espaço Feminino*, Rago publicou outro texto, também um balanço que trazia reflexões teórico-conceituais e apresentava algumas de suas pesquisas, intitulado “As mulheres na historiografia brasileira”.²⁴³ Trazendo um rol de autoras e obras que tinham investigado a história das mulheres e apontava para algumas discussões teóricas acerca da categoria gênero, esses dois textos de Rago, analisados a partir de agora, representam o que se acredita ser a criação de outro enunciado acerca da História das Mulheres, diferente daquele emitido por Nizza da Silva em 1987, endossado por Leite e Samara. Mas, como se notará a seguir, os textos de Rago introduziram uma leitura de que a História das Mulheres teria tido seu início numa historiografia social do trabalho, muito representada pelos estudos das sociólogas. Essa “pequena” diferença – História Social e História Social do Trabalho – parece ser elementar nos balanços construídos pela professora da Unicamp e ajudará a compreender que lugar ela mesma e sua obra ocuparão neles.

Começa-se a descrever, primeiro, o artigo “Relações de gênero e classe operária no Brasil” (1994), que foca numa discussão mais estrita sobre os estudos da questão do trabalho e, depois, serão apontadas as questões trazidas pelo capítulo “As mulheres na historiografia brasileira” (1995), que constrói reflexões mais abrangentes acerca da historiografia.

²⁴³ RAGO, Margareth. As mulheres na historiografia brasileira. In. SILVA, Zélia Lopes (Org.). **Cultura Histórica em Debate**. São Paulo: UNESP, 1995. p. 81-91.

O primeiro parágrafo do artigo “Relações de gênero e classe operária no Brasil” parece ser adequado para definir de que maneira a sua autora concebia essa discussão como uma questão derivada do tema do trabalho feminino:

Discussão recente nos meios acadêmicos brasileiros, a questão das relações entre os sexos começa a ser incorporada nas recentes pesquisas sobre a formação da classe operária no país. Embora sejam bastante conhecidos os trabalhos que têm como centro de suas preocupações a condição das mulheres trabalhadoras, desde as origens da industrialização, a exemplo dos estudos de Heleieth Saffioti, Maria Valéria Junho Pena, Maria Alice Rosa Ribeiro, Margareth Rago e Eliane da Silva Lopes, apenas em 1993 foi publicado, nos Estados Unidos, um trabalho [de Joel Wolfe] que considera diferencialmente a presença de mulheres e homens na formação do proletariado em São Paulo.²⁴⁴

Para além da citação do historiador Joel Wolfe,²⁴⁵ Rago trazia já no primeiro parágrafo as historiadoras brasileiras que tinham se dedicado ao estudo da “condição das mulheres trabalhadoras”: tratava-se dela mesma, com o livro *Do cabaré ao lar*, publicação originada de sua dissertação de mestrado *Sem fé, nem lei, nem rei: liberalismo e experiência anarquista na República*, orientada por Edgar Salvadori de Decca no PPG da Unicamp, defendida em 1984; e da dissertação *Fragmentos de mulher (Dimensões da trabalhadora - 1900/1922)*, defendida no mesmo PPG por Eliane da Silva Lopes, em 1985, sob orientação de Maria Stella Bresciani.

Além das historiadoras, Rago lembrava das sociólogas e de uma economista: a já citada em outros balanços Heleieth Saffioti e o seu livro *A mulher na sociedade de classes*; o livro *Mulheres trabalhadoras: presença feminina na constituição do sistema fabril* (1981), de Maria Valéria Junho Penna, socióloga vinculada ao Instituto de Economia da UFRJ; a publicação, em 1988, da obra *Condições de trabalho na indústria têxtil paulista, (1870-1930)*, da economista Maria Alice Ribeiro que, apesar de ter formação e doutorado em Ciências Econômicas, a obra citada por Rago apresentava os resultados da dissertação de mestrado defendida por Ribeiro em 1980 no PPG em História da Unicamp, também sob orientação de Maria Stella Bresciani.

Nesse sentido, Rago começava a evidenciar uma produção que havia sido de certa forma esquecida em outros balanços: a sua própria, mas também aquela que era realizada na Unicamp. Tendo, talvez, esperado desde 1987 para ver o seu nome e o seu trabalho *Do cabaré ao lar* lembrado em uma narrativa sobre a área de História das Mulheres, Rago, ao que parece, teve ela mesmo que fazê-lo. Isso é sintomático dessa narrativa que seleciona alguns nomes e obras

²⁴⁴ RAGO, 1994, p. 5.

²⁴⁵ Rago se referia à obra de Wolfe intitulada *Working women, working men, São Paulo and The Rise of Brazil's industrial working class, 1900-1950*.

e, ao mesmo tempo, silencia outros. Margareth Rago publicara em 1985 *Do cabaré ao lar* e nenhum balanço havia notado ainda a sua presença na História das Mulheres.²⁴⁶ Esta questão será retomada ao fim desta seção.

Logo em seguida, Rago tece algumas críticas a essa historiografia do trabalho que se preocupava com a questão da mulher, marcando sua “origem” e seus problemas:

É importante lembrar que *as pesquisas sobre a condição feminina no Brasil nasceram, nos anos 70, a partir de uma historiografia do trabalho bastante marcada pela tradição marxista e pela referência teórica da ‘Social History’ Anglo Americana*. Nesse sentido, carregaram todos os problemas pelos quais o marxismo foi criticado nas décadas posteriores: o privilegiamento das determinações estruturais sobre a ação dos agentes sociais, a vitimização das mulheres pela exploração capitalista e patriarcal, sua ausência enquanto forças sociais e políticas ativas, a compartimentação dos níveis da realidade, analisada de maneira estanque.²⁴⁷

Mas se Margareth Rago denunciava os problemas dessa historiografia que tornava mulheres “vítimas” do capitalismo e do patriarcado, ela também incluía obras que conseguiram superar tais limites que, segundo ela, eram característicos dos trabalhos da década de 1970:

É verdade que uma relativamente intensa produção acadêmica sobre a presença das mulheres em nossa história, produzida ao longo das décadas de oitenta e noventa, sob o forte impacto das renovações teóricas e temáticas da ‘Social History’ e da ‘Nouvelle Histoire’ procurou superar vários desses pontos, *contribuindo para constituir uma historiografia das mulheres propriamente dita, no Brasil*. Maria Odila Leite da Silva Dias, em *Quotidiano e Poder*, publicado em 1984, assim como *Do Cabaré ao Lar. A Utopia da Cidade Disciplinar*, de 1985, por exemplo, procuraram resgatar a atuação das mulheres trabalhadoras pobres, desvitimizand-as e insistindo sobre sua capacidade criativa, nas múltiplas estratégias quotidianas de sobrevivência e de resistência social.²⁴⁸

Assim, Rago começa a marcar um terreno novo para o nascimento da História das Mulheres brasileira, a historiografia do trabalho representada por ela e pelas sociólogas, como Heleieth Saffioti e Maria Valéria Junho Penna. No entanto, segundo ela própria, sua contribuição enquanto historiadora do trabalho teria sido diferente e, ao lado da de Maria Odila Dias, teria conseguido constituir uma historiografia das mulheres sem “os problemas marxistas”. Parece que essa tópica da diferenciação e, por vezes, da crítica bastante aberta em relação à produção das cientistas sociais se constituía como um dos pilares da elaboração dessas

²⁴⁶ Para uma discussão sobre a publicação de *Do cabaré ao lar* no contexto de publicações de historiadores da Unicamp durante a década de 1980, ver SANTOS, 2020.

²⁴⁷ RAGO, 1994, p. 6. Grifos adicionados.

²⁴⁸ Ibidem, loc. cit. Grifos adicionados.

memórias disciplinares que se formavam no Brasil acerca do domínio da História das Mulheres e das Relações de Gênero.

Ela já aparecia no enunciado de Maria Beatriz Nizza da Silva, quando denunciava o “imperialismo sociológico”, que também criticava, assim como Rago e, de forma mais ácida, a historiografia marxista do trabalho; é possível vê-la também nas reflexões de Maria Odila Dias que apresentava “a perspectiva histórica” às cientistas sociais preocupadas com as questões de gênero e a sua teorização. Nesse sentido, talvez tentando “correr atrás” da sempre enunciada dianteira das Ciências Sociais em trabalhar com gênero e mulheres, esses textos buscavam evidenciar a contribuição das historiadoras e a diferença que elas teriam operado nas contribuições das sociólogas, da historiografia do trabalho marcada pelo marxismo “ortodoxo”.

No que se refere a essa relação das historiadoras com as cientistas sociais, pelo menos no que é possibilitado avaliar pelos balanços das historiadoras, soa acertado afirmar que não importava de “onde teria vindo” a História das Mulheres – se da Demografia histórica e da História da Família, da História Social ou da História Social do Trabalho –, ela se diferenciava desses “problemas” das sociólogas e das marxistas. Ao que parece, para todos os efeitos e levando em conta as disputas por memória que começavam a se anunciar entre os anos de 1987 e 1995 entre as próprias historiadoras, produzia-se também aquele “nós” mencionado por Michel de Certeau que, se ainda pudesse não ser o “nós” de um lugar institucional específico (USP, Unicamp, FCC, por exemplo), tratava-se de um “nós, historiadoras”, a encenação de um contrato social “entre nós”²⁴⁹ que fazia emergir, ao menos em relação às Ciências Sociais, uma identidade para a História das Mulheres e do Gênero e suas praticantes.

No entanto, se Rago elabora tais críticas à historiografia acerca do trabalho que torna as mulheres “vítimas”, reconhece que ela pôde evidenciar uma outra imagem do operariado brasileiro que, até a década de 1970, tinha uma representação histórica bastante masculina. Em uma seção que leva o título de “A classe operária tem dois sexos”, título homônimo ao da obra de Elizabeth Souza Lobo – já mencionada no texto de Pedro como inovadora por considerar as diferenças de gênero entre os trabalhadores –, Rago relembra, evidentemente, a obra de Souza Lobo e reforça os nomes de Saffioti, Junho Pena e Maria Alice Ribeiro.

Nessa esteira, Margareth Rago afirmou que a ampliação de temas dentro da pesquisa histórica sobre as mulheres levou também ao interesse de visualizar a atuação delas para além da classe trabalhadora. Mas, para a professora da Unicamp, essa ampliação se deu, primeiro, pela inserção da mulher como integrante do operariado e, depois, por uma crítica feita à própria

²⁴⁹ CERTEAU, 2010, p. 72-73.

categoria de “mulher”. Tal crítica só seria percebida “mais recentemente”, que ganhava peso “no interior da epistemologia feminista e do pós-estruturalismo, questionando a construção de uma ‘história de mulheres’.” De acordo com Rago, essas críticas questionavam o essencialismo de uma História das Mulheres que se preocupava mais em privilegiar “o conceito de identidade em detrimento do da diferença”, uma vez que mulheres não estavam separadas do mundo dos homens, mas, sim, interagem “em múltiplas relações com o sexo oposto.”²⁵⁰ Rago estava se referindo, nesse ponto, a uma das concepções de gênero exposta por Joan Scott no artigo “Gênero: uma categoria útil...”, que dava um sentido bastante relacional à categoria.²⁵¹

Margareth Rago cita não só Scott – a partir de *Gender and the politics of history* e do capítulo “História das Mulheres” –, mas também as contribuições nacionais para reflexão da categoria de gênero, tais como *Pós-modernismo e política*, publicada por Heloísa Buarque de Hollanda em 1991 e a coletânea *Uma questão de gênero* (1992). E Rago mobilizou justamente *Gender and the politics of history*, que fazia duras críticas à historiografia do trabalho, ou pelo menos a uma maneira de se fazer história da classe trabalhadora, com um alvo bastante específico: *A formação da classe operária*, de Thompson. A citação a seguir dá conta de informar a crítica que Rago emprestava de Scott:

Já Joan Scott alertara para a insuficiência da análise de um dos maiores expoentes da historiografia internacional, E. P. Thompson, que, apesar da imensa crítica epistemológica que produz, falando do interior do marxismo, silencia sobre as relações de gênero, dessexualizando a classe operária inglesa, por assim dizer, ou, em outras palavras, trabalhando com a categoria universal homem como explicativa de todo o proletariado. As poucas mulheres que povoam as páginas de seu imenso estudo, diz aquela historiadora feminista [Scott], aparecem na dimensão de sonâmbulas, fanáticas religiosas, mulheres sem rosto que giram em torno de homens racionais. Em suma, no afã de dotar a classe operária de uma identidade própria, o historiador inglês esquecer-se-ia da construção da identidade das mulheres. Evidenciando a historicidade da construção cultural e social da classe operária inglesa, num fazer-se autônomo e ao mesmo tempo determinado, Thompson incidiria num essencialismo simplista em relação à categoria mulher.²⁵²

Ora, Margareth Rago apontava para uma crítica a um dos intelectuais que Maria Odila Dias havia mobilizado para fundamentar sua “epistemologia feminista em perspectiva

²⁵⁰ RAGO, 1994, p. 6-7.

²⁵¹ “[Gênero] é também utilizado para sugerir que qualquer informação sobre as mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que um implica o estudo do outro. Essa utilização enfatiza o fato de que o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens, que ele é criado nesse e por esse mundo masculino. Esse uso rejeita a validade interpretativa da idéia de esferas separadas e sustenta que estudar as mulheres de maneira isolada perpetua o mito de que uma esfera, a experiência de um sexo, tenha muito pouco ou nada a ver com o outro sexo.” SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, n. 20, v. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995, p. 75.

²⁵² RAGO, Op. Cit., p. 7.

histórica”. Não parece ser por acaso. Se Rago vinha construindo a si mesma e *Do cabaré ao lar* ao lado de *Quotidiano e poder* – que, como se viu na seção anterior, era amplamente fundamentada na perspectiva thompsoniana de “experiência” – como as obras que haviam “superado” os problemas de uma história da mulher como vítima, parece ser apropriado retomar uma “epistemologia feminista” pós-estruturalista.

O interessante é que a própria Rago havia se baseado também em Thompson para a realização de sua dissertação de mestrado, origem de *Do cabaré ao lar*.²⁵³ Nesse sentido, a crítica que Rago permite transpassar em seu texto, por meio da problematização que Scott faz de Thompson, parece ser direcionada às duas obras que, em seu relato, estariam lidando com os problemas legados pela História da Mulher de corte thompsoniano. Como se verá a seguir, essa estratégia de crítica à Thompson por meio das questões de Scott – e, consequentemente, de crítica à ela mesma e a *Do cabaré ao lar*, mas também à Maria Odila Dias, *Quotidiano e poder* e aos argumentos tecidos nos textos de Dias analisados anteriormente –, mobilizará nos textos de Rago uma outra ruptura com a História das Mulheres no Brasil; uma ruptura representada pela própria Rago e sua tese de doutorado.

Apesar da crítica de “dessexualização” da classe operária em Thompson – algo que Rago afirmava ser aplicável às obras de Azis Simão, *Sindicato e estado: suas relações na formação do proletariado de São Paulo* (1966), e de Boris Fausto, *Trabalho urbano e conflito social* (1976) –, a historiadora apontava que “alguns estudos haviam preenchido essa lacuna”, reforçando, mais uma vez, os já citados trabalhos de Saffioti, Ribeiro e Junho Pena, mas também o de Esmeralda Blanco B. de Moura, *Mulheres e menores no trabalho industrial* e o dela própria:

Nos anos oitenta, preocupada com a multiplicidade das figuras sociais que compõem a classe operária, trabalhei com a formação do proletariado na primeira república, tendo em vista não homogeneizar o conceito de proletariado, eliminando as diferenças entre os sexos, ao estendê-lo genericamente para designar todos os trabalhadores fabris indistintamente considerados. A pesquisa [...] revelou práticas e representações bastante diferenciadas em se tratando das trabalhadoras, já que, como observamos, grande parte do contingente operário vindo com a imigração europeia, ou composto nacionalmente era constituído por mulheres e, especialmente, por mulheres muito jovens. A consideração das diferenças sexuais entre os trabalhadores de nossas primeiras indústrias, levou-me a dedicar uma atenção especial às questões femininas, diferenciando-as e mostrando sua especificidade em relação as masculinas, na organização social do trabalho fabril.²⁵⁴

²⁵³ Sobre as apropriações de Thompson por Margareth Rago, ver RAMOS, 2014.

²⁵⁴ RAGO, 1994, p. 8.

Depois dessa incursão sobre a historiografia do trabalho, Rago se dedicou a assinalar, ainda que brevemente, outros trabalhos que “buscariam” as mulheres “em outros espaços de atuação e de sociabilidade que não a fábrica”. Tais trabalhos estavam sendo publicados desde meados da década de 1980, resultado de pesquisas de pós-graduação. Os dois primeiros citados, já lembrados no balanço de Leite de 1993, foram o de Mary del Priore, *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil colônia*, tese defendida com o mesmo título em 1990, sob orientação de Maria Luiza Marcílio no PPG de História Social da USP; e o de Leila Mezan Algranti, *Honradas e Devotas, Mulheres da Colônia (estudo sobre a condição feminina através dos conventos e recolhimentos da Colônia), 1750-1822*, doutorado defendido também no PPG de História Social da USP, em 1992, com orientação de Fernando Novais, publicado em 1993 com um título mais enxuto: *Honradas e devotas: mulheres na colônia*.

Os outros dois trabalhos que Rago citou ainda não haviam aparecido em qualquer balanço. O primeiro foi a obra de Rachel Soihet, publicada em 1989, *Condição feminina e formas de violência - mulheres pobres e ordem urbana (1890-1920)*, defendida como tese de doutorado no PPG em História Social da USP sob o título de *Vivências e formas de violência: mulher de classe subalterna no Rio de Janeiro (1890 - 1920)*, com orientação de Laima Mesgravis. Apesar de Soihet já ter aparecido no balanço de Nizza da Silva (1987) com a sua dissertação sobre Bertha Lutz, é a primeira vez que aparecia citada pela sua tese. O segundo trabalho citado por Rago foi o de Marta Campos Abreu,²⁵⁵ *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*, publicada em 1989, mas apresentada como dissertação de mestrado ao PPG em História da UFF em 1987, tendo Robert Slenes como seu orientador.²⁵⁶

O texto de Margareth Rago ainda contém mais três tópicos: “A sexualidade feminina e os padrões morais da classe operária”, “A moralização do trabalhador e o modelo do guerreiro” e “Utopia anarquista e liberação do desejo”. Nestes dois últimos, ela traz suas contribuições já apresentadas em *Do cabaré ao lar*, divulgando os resultados de sua própria pesquisa que

²⁵⁵ O nome de Martha Campos Abreu aparece no balanço de Rago como Martha de Abreu Esteves, assim como no trabalho de Fico e Polito (1994). Já no catálogo de teses e dissertações de Ohara (2020) e no próprio currículo da historiadora na Plataforma Lattes (2020), o seu nome é grafado como Martha Campos Abreu. Decidiu-se manter neste trabalho, para evitar qualquer confusão, o nome que a própria autora apresenta em seu currículo em todas as vezes que for necessário citá-la.

²⁵⁶ RAGO, 1994, p. 8-9.

também tratou do tema da classe operária. Já o primeiro destes tópicos merece atenção, devido ao conjunto de referências que Rago mobiliza.

O primeiro trabalho apresentado por Rago na seção sobre sexualidade feminina foi *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930*, de sua própria autoria, publicado em 1991 como resultado de sua tese de doutoramento com título homônimo, defendida um ano antes no PPG da Unicamp com orientação de Edgar de Decca. Sua tese é evidenciada pois, de acordo com sua autora, no momento de formação do proletariado inicia-se um movimento de “civilização” do cotidiano do trabalhador dentro e fora da fábrica. Assim, a preocupação com a prostituição está no cerne também desse movimento disciplinador da classe operária e das mulheres, ricas ou pobres, operárias ou não, ideia essa já presente em *Do cabaré ao lar*. São mencionadas, assim, pela primeira vez entre os balanços aqui analisados, não só a dissertação de Rago, mas também sua tese.

Nesse mesmo sentido, Rago mencionou também *Meretrizes e doutores: o saber médico e a prostituição na cidade do Rio de Janeiro, 1845-1890*, dissertação que Magali Engel – mencionada até então apenas no balanço de Nizza da Silva (1987) – defendera em 1985 no PPG em História da UFF sob orientação de Margarida de Souza Neves.

Lembrando sua tese e a dissertação de Engel para tratar da disciplinarização da prostituição, Rago também lembrou de obras que a ajudavam a compreender “a interferência do poder médico no interior da família”. E é neste momento que a historiadora se dedicará a mencionar trabalhos de História da Família: mencionam-se *A polícia das famílias*, de Jacques Donzelot, de 1980; *A família Prado*, de Darrel Levi, publicada em 1974; e, por fim, *As mulheres, o poder e a família*, publicada por Eni de Mesquita Samara em 1989. Cabe ressaltar, então, que a bibliografia sobre família mobilizada por Rago não tinha a mesma função em seu balanço que aquela mobilizada nos balanços de Samara e Nizza da Silva, por exemplo, uma vez que funcionavam não como obras das quais se desdobrou uma História das Mulheres, mas, sim, funcionavam como literatura de apoio para seu argumento sobre a disciplinarização da sexualidade das mulheres. A propósito, à exceção de Samara, as outras obras que tratam da questão da família não são as mesmas lembradas por Nizza da Silva e pela própria Samara em seus balanços sobre História das Mulheres. Tal recurso parece ter vindo do modo que Rago havia usado a literatura histórica sobre família em *Do cabaré ao lar*.²⁵⁷

Esse texto de Rago que acaba de ser descrito, em suma, parece acompanhar uma memória disciplinar mais ampla do que aquela da área de História das Mulheres e das Relações

²⁵⁷ RAGO, 1994, p. 14-18.

de Gênero no Brasil. O texto em questão pode ser visto dentro de um outro conjunto de textos e discursos que construíram uma memória acerca do departamento e do PPG em História da Unicamp como lugares de “renovação” da historiografia brasileira como um todo, especialmente em relação ao que chamaram de “velha guarda marxista” uspiana.²⁵⁸ Rago articula seus estudos, especialmente *Do cabaré ao lar*, a uma “renovação” da historiografia social sobre o trabalho feminino e da própria imagem de mulher “vítima” que tal historiografia teria criado. Nesse sentido, aproxima a si mesma e a sua obra da obra de Maria Odila Dias. Segundo Rago, essas autoras e obras – *Do cabaré ao lar* e *Quotidiano e poder* – teriam “possibilitado uma historiografia propriamente dita das mulheres”, inserindo, assim, a si mesma, ao lado de Dias, nos primórdios da História das Mulheres no Brasil. Diferentemente de Dias que, já no seminário de São Roque, em 1990, afirmava uma História Social das Mulheres a partir, dentre outras coisas, da obra de Thompson; Rago, depois do artigo de 1994 na revista *Caderno Espaço Feminino*, começará a afirmar uma História Cultural das Mulheres, atada aos estudos de gênero e às obras de Michel Foucault.

Margareth Rago também participou do seminário *Estudos sobre a mulher no Brasil: avaliação e perspectivas*, promovido pela FCC, em São Roque, no ano de 1990.²⁵⁹ Não se possui informações se ela teria apresentado algum tipo de comunicação naquela ocasião, como foi o caso de Maria Odila Dias. Dois anos depois, em novembro de 1992, quando já se publicava a coletânea *Uma questão de gênero* com as discussões do seminário de São Roque, Rago voltou ao interior de São Paulo. Desta vez, o endereço era outro: a cidade de Assis, onde ela participou da XII Semana de História da Unesp. Em 1995, as palestras e mesas-redondas daquela Semana de História foram publicadas na coletânea *Cultura histórica em debate* e a fala de Rago, proferida numa mesa-redonda, torna-se um capítulo intitulado “As mulheres na historiografia brasileira”.²⁶⁰ O capítulo em questão, sobre o qual se debruça agora, guarda similaridades com o artigo “Relações de gênero e classe operária no Brasil”, mas também mostra algumas diferenças que parecem importantes de serem assinaladas.

De acordo com a organizadora da obra *Cultura histórica em debate*, o evento realizado em Assis propôs discussões que pudessem “contemplar as inquietações” que permeavam a pesquisa histórica e o trabalho dos historiadores naquele “final de século”. O conceito de

²⁵⁸ Esse processo de construção dessa memória pode ser percebido nos trabalhos de Igor Guedes Ramos, 2014 e, em especial, de Wagner Geminiano dos Santos, 2020.

²⁵⁹ A historiadora afirma ter participado do seminário de São Roque em outro texto, que será analisado no terceiro capítulo desta tese. Cf. RAGO, Margareth. Descobrimos historicamente o gênero. **Cadernos Pagu**. n.11, 1998, p.89-98.

²⁶⁰ RAGO, 1995.

cultura histórica, estampado na capa que envolvia a coletânea e o texto de Rago, seria, segundo Zélia Lopes da Silva, “capaz de demarcar os pontos nodais que envolvem o debate teórico” no qual se inscreveria a pesquisa histórica daqueles anos e as discussões acontecidas naquela semana se direcionavam “para o entendimento dos sucessivos deslocamentos paradigmáticos ocorridos nos últimos anos do século XX.”²⁶¹ A coletânea foi dividida em duas partes, a primeira nomeada “Paradigmas e atualidade – dilemas da história” e, a segunda, “Diferentes lugares da reflexão histórica”. O texto de Rago foi publicado nesta última parte, antecedendo o capítulo “Modelando a mulher urbana (*Correio Paulistano* – 1850-1875)”, de autoria de Urquiza Maria Borges. A organização da obra ainda contemplava outros eixos menores, como “Memória e História” e o “Mal-estar da História”, contidos na primeira parte. Na parte em que o texto de Rago fora incluído, os eixos de discussão se dividiram em “História de Mulheres” e “Educação e História”.

O objetivo do capítulo escrito por Margareth Rago era o de realizar uma “breve reflexão sobre a produção historiográfica que apresenta como centralidade temática a participação das mulheres nos acontecimentos históricos [...] em grande parte produzida por mulheres”.²⁶² Assim, o tema central desse balanço de Rago não era mais a da historiografia do operariado, mas, sim, da historiografia sobre as mulheres de forma mais ampla.

Antes de adentrar à reflexão que pretendia fazer, a historiadora se volta para uma discussão, ainda que breve, sobre a própria disciplina histórica, afirmando que a inclusão das mulheres no campo historiográfico teria implicado num alargamento do próprio “discurso historiográfico”, que se caracterizava, antes dos anos 1970, como “estritamente estruturado para pensar o sujeito universal, ou ainda, as ações individuais e as práticas coletivas marcadamente masculinas.” Essa crítica ao conhecimento histórico, em caráter de denúncia, já havia sido trabalhada por Maria Odila Dias, como se observou na última seção deste capítulo. Assim, Rago argumentava que todo o discurso historiográfico sobre temas clássicos, tais como a abolição da escravidão, a imigração, a industrialização, o movimento operário, não davam devida atenção às mulheres. Nesse sentido, abria-se também nessa massa de textos eleitos como fontes desta pesquisa a crítica ao conhecimento histórico de forma mais ampla.

Esse discurso só viria a mudar e a se alargar, segundo Rago, com as pressões e demandas que o feminismo vinha impondo desde a década de 1970, assim como a partir da entrada mais efetiva de mulheres no mercado de trabalho e na própria academia. Como já vinha sendo

²⁶¹ SILVA, Zélia Lopes da. Introdução. In. SILVA, Zélia Lopes (Org.). **Cultura Histórica em Debate**. São Paulo: UNESP, 1995. p. 7.

²⁶² RAGO, 1995, p. 84.

comum nos balanços das historiadoras publicados até ali – como os de Maria Beatriz Nizza da Silva, Miriam Moreira Leite e Joana Maria Pedro, por exemplo, Rago dará lugar fundamental ao feminismo na construção da área de estudos de gênero e de mulheres.²⁶³

Como maneira, talvez, de justificar o tom de balanço do seu texto, Rago argumentou que “o alargamento temático e as novas produções intelectuais [dele] resultantes merecem [...] uma avaliação crítica.” Mesmo não se propondo a fazer um levantamento exaustivo “das novas produções”, a autora se fiou a elencar algumas questões que lhe pareceriam, à época, “fundamentais para o debate”. Nesse ínterim, pode-se observar que a “avaliação crítica” por ela proposta se adequava ao modo como ela via a própria disciplina histórica naquele momento: “Nos damos conta que a história não narra o passado, mas constrói um discurso sobre este, trazendo tanto o olhar quanto a própria subjetividade daquele que recorta e narra.” Pode-se inferir, dessa maneira, que o balanço de Margareth Rago parte também da premissa de acolher uma crítica não só à historiografia acerca das mulheres, produzida a partir do impulso do feminismo e da entrada maciça de mulheres na universidade, mas também ao próprio conhecimento histórico de maneira mais ampla.²⁶⁴ É importante marcar também que Rago, ao se referir à disciplina histórica como “discurso historiográfico”, já permitia sentir as discussões que vinham se dando em torno da História, em especial aquelas que ressaltavam os aspectos da escrita na operação historiográfica, dentro do debate específico acerca das mulheres e do gênero.

E o balanço que se desdobra a partir disso se alia às outras narrativas que usaram o recurso de dividir em fases um desenvolvimento da historiografia das mulheres. No caso do texto em análise, a professora da Unicamp nomeou tais “fases” como “momentos”, divididos entre a década de 1970 até a década de 1990. É importante esclarecer que é possível perceber dois momentos nomeados literalmente por Rago: o primeiro correspondente à década de 1970 e, o segundo, à de 1980. O terceiro momento, apesar de não nomeado literalmente por Margareth Rago, é sugerido em seu texto. Este teria se iniciado a partir dos anos 1990. Isso é possível de se afirmar pela própria maneira que a autora divide o seu balanço:

Para tanto, sugiro três momentos de discussão: uma problematização em torno da história das mulheres enquanto desdobramento da história social; uma reflexão preliminar sobre as aproximações com a História cultural; e, finalmente, uma discussão que parte de meu trabalho sobre a prostituição em São Paulo e procura elucidar alguns aspectos abordados anteriormente.²⁶⁵

²⁶³ RAGO, 1995, p. 81.

²⁶⁴ Ibidem, p. 81-82.

²⁶⁵ Ibidem, p. 82.

Há uma certa coincidência entre tais momentos divididos em décadas e a estrutura do texto de Rago, dividido em “momentos de discussão”. Os dois primeiros momentos da História das Mulheres (décadas de 1970 e 1980) são subsumidos ao tópico intitulado “A história das mulheres enquanto história social”, que compreenderia o primeiro “momento de discussão”. É neste tópico que se foca agora para entender como outra narrativa sobre a área, diferente daquelas trabalhadas na primeira seção deste capítulo, começa a se formar, algo que já parecia se anunciar no artigo há pouco discutido.

O primeiro momento historiográfico narrado por Margareth Rago é descrito logo de início:

*É inegável que a produção historiográfica sobre as mulheres toma como ponto de partida uma referência teórico-metodológica assentada nas premissas epistemológicas da história social, fortemente marcada pelo marxismo. Assim, a partir da década de 1970, quando sociólogas, antropólogas e historiadoras procuraram encontrar os rastros da presença das mulheres no cotidiano da vida social, desponta toda uma preocupação em identificar os signos da opressão masculina e capitalista sobre elas.*²⁶⁶

Como se pode notar no trecho acima destacado, Rago não retoma os tópicos da História da Família e da Demografia histórica como o ponto de partida da História das Mulheres. Rago se aproxima da narrativa de Joana Maria Pedro, ao localizar o surgimento da área na História Social, como havia feito no artigo de 1994. A característica dos anos 1970, segundo a historiadora, era de estudos dedicados a pensar a integração das mulheres ao mercado de trabalho, como os primeiros passos de uma História das Mulheres, ainda sob o signo do marxismo. E, nesse movimento, a historiadora lembra duas obras que partiram da Sociologia como exemplares desta produção “historiográfica sobre o trabalho”: eram as mesmas já citadas em 1994, mas de forma mais enxuta: aparecem apenas as referências aos nomes de Heleieth Saffioti e de Maria Valéria Junho Pena. Da mesma forma que fez em 1994, Rago teceu algumas críticas a essa produção das sociólogas, argumentando que elas identificaram a mulher “como produto das determinações econômicas e sociais, vítima das injunções do sistema, dando pouco destaque à sua dimensão de sujeito histórico, consciente e atuante.”²⁶⁷

Após introduzir o primeiro momento historiográfico com as obras sociológicas, Rago aponta para uma obra estrangeira que marcaria o ingresso das historiadoras nas reflexões sobre as mulheres no Brasil. O recurso de recorrer às estrangeiras brasilianistas, já presente nas

²⁶⁶ RAGO, 1995, p. 82. Grifos adicionados.

²⁶⁷ Ibidem, Loc. Cit.

narrativas de Samara e Nizza da Silva, é utilizado também por Rago: “A entrada em cena das historiadoras propriamente ditas ocorre com a publicação do estudo da brasilianista June Hahner sobre *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas*”.²⁶⁸

Depois de apontar para a obra de Hahner, Rago passou ao que considerava ser o segundo momento dessa produção historiográfica, correspondente à década de 1980, que teria sido marcado por trabalhos que davam destaque à atuação da mulher como sujeito histórico e à sua capacidade de luta e participação. A historiadora expôs, então, que tais pesquisas se preocuparam em “revelar a presença das mulheres atuando na vida social, reinventando o seu cotidiano, criando estratégias informais de sobrevivência, elaborando formas multifacetadas de resistência à dominação masculina e classista.” Daí, seguem os primeiros nomes de historiadoras brasileiras deste segundo momento:

Maria Odila Leite da Silva Dias publica, em 1984, *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*, livro que revela a força da resistência das mulheres pobres ao longo do século passado. No ano seguinte, publiquei *Do cabaré ao lar. A utopia da cidade disciplinar*, em que dedico um capítulo às formas de resistência informal de operárias e anarquistas no começo do século XX, a exemplo de vanguardistas como Maria Lacerda de Moura, que Miriam Moreira Leite apresentara, pouco antes, ao público brasileiro.²⁶⁹

Para Rago, alguns “estudos se seguiram” (ou teriam seguido?) às publicações de Dias e Leite e à dela mesma. São os trabalhos de Magali Engel, Martha Campos Abreu e Rachel Soihet, já citados no artigo de 1994. Também adiciona o nome de Maria Clementina Pereira Cunha com *O espelho do mundo: Juquery, a história de um asilo*, publicado em 1986. A relação de tais obras e autoras, presentes nos textos de 1994 e 1995, além de aparecerem pela primeira vez nos textos que são fonte desta pesquisa, guarda outras características que valem a pena olhar mais de perto.

A publicação citada de Maria Clementina Pereira da Cunha é resultado da sua tese *O espelho do mundo*, defendida também em 1986, no PPG em História Social da USP, com orientação de José Sebastião Witter. A altura da publicação do balanço “As mulheres na historiografia brasileira”, já havia mais de vinte anos que Cunha era professora do Departamento de História da Unicamp, no qual havia ingressado em 1974. Já Magali Engel, professora do Departamento de História da UFF desde 1979, em 1995 fazia seu doutorado sob orientação de Cunha, na Unicamp, e já tinha defendido, em 1985, no PPG em História da UFF, a dissertação citada por Rago no artigo “Relações de gênero e classe operária no Brasil”. Martha

²⁶⁸ RAGO, 1995, p. 83.

²⁶⁹ Ibidem, p. 83.

Abreu, por sua vez, é citada por Rago quando já tinha defendido a sua dissertação (*Meninas perdidas*) em 1987 na UFF, instituição na qual lecionava desde 1991 e preparava sua tese de doutorado na Unicamp, sob orientação de Robert Slenes, que já havia a orientado no mestrado. Por fim, Rachel Soihet é lembrada pelo livro que publicava o resultado de sua pesquisa de doutorado, também lembrada no balanço de 1984, defendida em 1986, no PPG de História Social da USP. Soihet era professora do Departamento de História da UFF desde 1974, mesmo ano em que defendera a sua dissertação *Bertha Lutz e a ascensão social da mulher (1919-1937)*, que foi orientada por Stanley Hilton.

Com exceção de Soihet – nome do qual Rago lembra, nos textos de 1994 e de 1995, citando apenas seu livro *Condição feminina e formas de violência*, mas não sua dissertação –, as historiadoras citadas por Rago já tinham algum tipo de vínculo com a Unicamp, instituição na qual a própria autora lecionava desde 1985 e onde tinha também defendido sua dissertação (1985) e sua tese (1990), ambas com orientação de Edgar de Decca. Nesse sentido, Margareth Rago aponta, em sua narrativa sobre a área, as pesquisas dos anos 1980 que vinham sendo produzidas no seu próprio PPG (Abreu e Engel) e também para as professoras que lá lecionavam e orientavam novos trabalhos de mestrado e doutorado (Cunha e ela própria). Ao mesmo tempo, vê-se que, à exceção de Cunha, todas as outras haviam iniciado sua formação no Rio de Janeiro, especificamente na UFF, lugar no qual já eram professoras. Conclui-se, disso, que o movimento de lembrar feito por Rago joga luzes sobre obras e historiadoras do círculo da Unicamp, seu próprio lugar de ensino e pesquisa, e, simultaneamente, reforça o papel da UFF nesse cenário. Duas instituições que ainda não figuravam de forma efetiva nas narrativas antecedentes, nem nas de Nizza da Silva, Samara e Leite; nem na reflexão teórica de Maria Odila Dias – que só lembrava de sua própria abordagem – e nem mesmo de Joana Maria Pedro, que ligava a origem do campo à História Social.

Esse destaque para os trabalhos da Unicamp e da UFF parecia ser um deslocamento daquela origem e discussões que as professoras da USP davam quando narravam a área, implicando a construção de memórias disciplinares e cânones que valorizavam a História da Família e da Demografia histórica. Mas isso também pode estar relacionado ao trânsito próprio dos pós-graduandos entre a UFF e a UNICAMP, que parece não ter sido incomum nos anos 1980 e 1990. Além de Magali Engel que fizera este percurso em 1985 (mestrado na UFF) e em 1995 (doutorado na Unicamp) e Martha Campos Abreu em 1987 (mestrado na UFF) e 1996 (doutorado na Unicamp), assim também aconteceu com Sidney Chalhoub (1984 e 1989), Celeste Maria Guimarães (1984 e 1994), Gladys Sabina Ribeiro (1987 e 1997) e Márcia Motta (1989 e 1996), para ficar apenas em alguns exemplos.

Uma rápida olhada no *Catálogo Histórico de Teses e Dissertações na área de História* parece indicar um movimento comum no qual historiadores/as que realizaram mestrado na UFF se dirigiram ao estado de São Paulo para realizarem seus doutorados. Com o doutorado na UFF abrindo suas portas apenas em 1986, tendo sua primeira tese sido defendida em 1989, alguns dos alunos que defenderam suas dissertações de mestrado na UFF nos anos 1970 e 1980, realizaram seu doutorado na USP, a exemplo de nomes conhecidos como os de Ronaldo Vainfas, Vânia Leite Fróes e da própria Rachel Soihet. Quando a Unicamp abriu suas primeiras turmas para doutorandos, a partir de 1985, parece ter havido uma divisão entre os destinos paulistas escolhidos pelos fluminenses para realizar o doutorado, bem como alguns deles permaneceram no próprio programa da UFF, já que por lá o curso de doutorado se iniciara a partir de 1986, praticamente ao mesmo tempo que o de Campinas.²⁷⁰

A estratégia de Rago faz lembrar a de Pedro, que tentava chamar atenção para o seu próprio lugar de ensino e pesquisa, a UFSC, ao lembrar sua própria contribuição (*Mulheres honestas e mulheres faladas*) e a de Cristina Scheibe Wolff. Ao que parece, nesses anos que marcam os meados da década de 1990, a construção de uma memória disciplinar para a História das Mulheres começa a extrapolar os lugares antes enunciadores desta memória (USP em especial), bem como os lugares enunciados nas narrativas, nas quais se destacavam também a USP e a FCC. Um deslocamento operado por esses dois enunciados sobre a área que emergem em meados dos anos 1990 e que demandam não só um repensar conceitual e teórico, incluindo a categoria gênero em suas preocupações sobre a História das Mulheres, mas também um reposicionamento na geografia nos lugares que hegemonizavam as memórias disciplinares da área.

Após apresentação de tais historiadoras e suas obras da década de 1980, Margareth Rago passa a citar obras vinculadas às historiadoras uspianas ou formadas nos PPG da USP. Mas Rago as citará vinculando seus trabalhos a outras áreas e abordagens que não “exclusivas” aos estudos das mulheres. Segue-se, nesta ordem, os nomes de Laura de Mello e Souza e de Mary del Priore como aquelas que se aproximavam da “história das mentalidades; como exemplo das historiadoras que usavam “métodos quantitativos de demografia” aparece o nome de Eni de Mesquita Samara; por fim, Leila Mezan Algranti é mencionada como historiadora que “mais recentemente” estava investigando “as formas de sociabilidade feminina”.²⁷¹

²⁷⁰ OHARA, 2020. Caberiam, com certeza, pesquisas que dessem conta de avaliar de forma mais aprofundada esse trânsito UFF e Unicamp e as possíveis redes que formou entre alunos/as e docentes das duas instituições, algo que não foi possível ser realizado no espaço desta tese e que, além disso, não se tratava de um de seus interesses essenciais.

²⁷¹ RAGO, 1995, p. 83.

Nesse caso, ressaltando o trabalho de Samara, que já vinha sendo celebrado em outros balanços, Rago também indica nomes que começavam a despontar nos ensaios bibliográficos entre 1993 (Leite), 1994 (Rago e Pedro) e 1995 (Rago): Mary del Priore, Leila Mezan Algranti e Laura de Mello e Souza, além das historiadoras mais ligadas à Unicamp, como se mostrou acima. Sinais de que o campo de História das Mulheres estava se alargando? Sim. Mas também um sinal de que a memória disciplinar que estava sendo construída desde 1987 também começa a abranger mais nomes, obras e instituições, já que boa parte desses trabalhos se encontrava publicada desde meados dos anos 1980.

Ao terminar esse elenco de autoras, Rago ergueu em seu balanço a “avaliação crítica” que estava enunciada logo de início. Assim, a crítica que Rago faz em seu balanço – na qual avalia os trabalhos do que chamou de primeiro (os trabalhos sociológicos da década de 1970) e segundo (as pesquisas dos anos 1980) momentos –, é dividida em duas partes: uma que reconhece os méritos de tais investigações e, outra, que aponta seus limites.

Rago inicia seu movimento de apontar os méritos pela qualificação das características que as obras historiográficas sobre as mulheres dos anos 1980 teriam em comum, quais sejam: seria, para Rago, uma historiografia forte em resgatar a presença de mulheres pobres e marginalizadas; em abordá-las como agentes de transformação; em percebê-las como “capazes de questionar inúmeras mitologias misóginas elaboradas pelos homens de ciência para justificar sua inferioridade intelectual, mental e física”; em síntese, tratar-se-iam de estudos dedicados a fazer emergir “um universo feminino próprio, diferente, mas não inferior do mundo masculino”.²⁷² Com o diagnóstico dessas características dos trabalhos dos anos 1980, Rago parece usá-las para uma crítica dos limites dos estudos do decênio de 1970:

Se num primeiro momento [pesquisas sociológicas dos anos 1970] a libertação das mulheres se inscreve de uma maneira intrínseca à mudança estrutural das formas da organização capitalista do trabalho, nesta segunda vertente [trabalhos historiográficos dos anos 1980], muito marcada pelas formulações thompsonianas, sua emancipação depende muito mais da reapropriação de sua diferença enquanto mulher. Sobretudo, desde os inícios da década de 1980, uma contundente crítica ao marxismo aparecia nos textos de E. P. Thompson, apontando, ao historiador, os perigos de se trabalhar com estruturas prontas, a exemplo das classes sociais, consideradas ‘coisas’ e ausentes em sua capacidade de criação histórica.²⁷³

O excerto acima merece um olhar mais detalhado, pois sugere caminhos profícuos para entender o que estava em jogo naquele momento de formação de uma memória disciplinar da

²⁷² RAGO, 1995, p. 84.

²⁷³ Ibidem, loc. cit.

área e na tentativa de delinear seus cânones. Apesar de não usar tais palavras, Rago insinua que a historiografia dos 80 conseguiu, por meio de Thompson, superar certos limites que os estudos da mulher haviam enfrentado na década precedente, o que já tinha sido afirmado no balanço de 1994. O que pode corroborar tal argumento é um dos parágrafos seguintes do balanço de Margareth Rago, em que se lê:

*Portanto, se a história das mulheres, no Brasil, nasce no interior de uma historiografia do trabalho, em 1970, é importante lembrar que esta sofre profundas mudanças ao longo desta década [1980], abandonando o interesse exclusivo pela história dos partidos políticos e sindicatos, para incorporar outros temas que abrangem desde o cotidiano das fábricas até a vida no interior da família, passando pelos valores, crenças e hábitos que marcaram a classe trabalhadora.*²⁷⁴

Os dois trechos destacados da citação acima apontam para uma característica central no enunciado de Rago sobre a área no país. O primeiro destaque marca o deslocamento da origem do que ela nomeia de “historiografia brasileira sobre as mulheres” dos campos que antes vinham sendo afirmados como seus progenitores, como o fez Nizza da Silva e Samara, como já enunciava em 1994. O segundo destaque prontamente abre outra chave de leitura do enunciado de Rago: se a origem está nos anos 1970 e na “historiografia do trabalho”, logo a década de 1980 – representada pela própria Margareth Rago e seu PPG, mas também pelas pesquisadoras do Rio de Janeiro e por aquelas formadas exclusivamente na USP –, trata de abandonar tal historiografia e passa a se interessar pelo cotidiano, por hábitos e valores da classe trabalhadora. Tais elementos seriam olhados não mais pela dupla opressão “capitalista e masculina”, característica dos anos 1970, mas pela História Social inspirada em Thompson – unicampista e uspiana, se se pretende ser mais exato –, que tornaria possível observar a classe trabalhadora como “capacidade de criação histórica”, como sujeitos e não coisas.²⁷⁵

Nesse movimento de explicação dos méritos da historiografia acadêmica de 1980, é importante frisar que Margareth Rago relacionará de forma mais ou menos direta o que acontecia entre os muros da universidade e o movimento feminista:

Fora da academia, vale lembrar, o feminismo desta década [1980] criticava as concepções feministas da década anterior – que buscava a igualdade de condições e direitos em relação aos homens e participava da construção de

²⁷⁴ RAGO, 1995, p. 84. Grifos adicionados.

²⁷⁵ É interessante perceber que tal movimento não é exclusividade de Margareth Rago e da historiografia sobre as mulheres. Roberto Andreoni Adolfo evidenciou que Sidney Chalhoub, Silvia Lara e Maria Helena Machado emitiram um enunciado muito parecido no que concerne à historiografia sobre a escravidão nos anos 1980, evidenciando a própria produção da Unicamp como renovadora de tal historiografia por meio das obras daqueles que emitiam o referido enunciado. Cf. ADOLFO, 2019.

uma identidade feminina única –, sinalizando para as diferenças entre as mulheres consideradas, agora, sujeitos sociais.²⁷⁶

Sintonizar o que acontecia na universidade com o que ocorria no movimento feminista parecia ser um recurso para legitimar a área. Não era novidade nas narrativas sobre a História da Mulher aparecer o feminismo como tópica central. Maria Beatriz Nizza da Silva atribuíra a ele e ao seu impacto nas Ciências Sociais, ao lado da História da Família e da Demografia, o início da área; Joana Maria Pedro já havia também criado certa sintonia entre “as ondas” feministas e o que se produzia acerca das mulheres na academia. Se os começos, as referências centrais, os silêncios mudavam nas narrativas sobre o que seria a História das Mulheres; o feminismo aparecia, desde 1987, com lugar assegurado. Pode-se pensar, a partir disso, que na construção de tais memórias disciplinares, o feminismo e, por consequência, a política, teve lugar de destaque.

A partir daí, Margareth Rago caminha para o fim de sua exposição sobre os méritos da História das Mulheres nos anos 1980, afirmando que o impacto de tal produção era “o questionamento de uma história centrada no conceito de homem enquanto sujeito universal”, ao mesmo tempo que desfez “a noção abstrata de ‘mulher’ referida a uma essência feminina única, a-histórica”, pensando sua diversidade e sua historicidade. É neste momento que Rago faz a referência ao texto de Dias, publicado em *Uma questão de gênero*. O arremate dado à seção dos méritos da historiografia de 1980 parecia ser a própria defesa dessa História Social das Mulheres proposta por Dias em 1992, aquela produção que, em seu “impulso feminista”, buscou “provar a capacidade criativa das mulheres enquanto sujeitos sociais capazes de fazerem a História.” Para Rago, é por isso que, justamente na década de 1980, é o momento em que “Michelle Perrot faz maior sucesso no Brasil, ao invocar a imagem da ‘mulher popular rebelde’” no seu *Os excluídos da história*, coletânea traduzida e publicada em finais de 80 aqui no Brasil.²⁷⁷

²⁷⁶ RAGO, 1995, p. 84

²⁷⁷ Ibidem, p. 85. Tratava-se da coletânea de capítulos e artigos de Perrot, reunidos e publicados pela Editora Paz e Terra em 1988, com apresentação de Maria Stella Bresciani. Os textos de Perrot foram traduzidos por Denise Bottmann que, de acordo com Wagner G. Santos (2020, p. 75), era orientanda de Edgar de Decca na Unicamp e também já o havia ajudado com a tradução de *A formação da classe operária inglesa*, de Thompson. Seria, nesse sentido, mais uma forma de Rago evidenciar, em seu balanço, o protagonismo da Unicamp na transformação da historiografia dos anos 1980, já que o uso traduzido de Perrot se dera pela Coleção Oficinas da História, tocada pelo próprio de Decca e seus colegas unicampistas. Para mais informações sobre as publicações da Paz e Terra na década de 1980 e sua relação com a afirmação do PPG de História da Unicamp ver, mais uma vez, SANTOS, 2020. Cf. PERROT, Michelle. **Os excluídos da História**: operários, mulheres e prisioneiros. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

Antes de encerrar a seção do balanço dedicada à História Social das Mulheres, que, como já se apontou, compreendia a década de 1970 e seus “problemas” e a década de 1980 e seus “méritos”, Rago cria um último parágrafo para expor sua crítica ao que chamou de “história das mulheres enquanto história social”:

Entretanto, se de um lado se ganha com a emergência desta produção acadêmica, de outro, é preciso estar atento para as implicações de uma abordagem teórico-metodológica extremamente preocupada em provar a capacidade de resistência e luta dos subalternos, entre os quais, as mulheres, atribuindo-lhes uma força consciente invejável e, até mesmo, uma certa dose de onipotência. Na verdade, se esta tendência historiográfica se forja na crítica aos estudos que silenciavam a presença dos ‘vencidos’, produzindo seus ‘silêncios’ ou vitimizandando-os demais, afirma-se então na tentativa de construir a identidade destes grupos, respondendo a seu modo aos movimentos sociais que ganhavam visibilidade fora da academia, seu tom romântico evoca em alguns momentos a construção de antigos mitos e heroicizações da história positivista.²⁷⁸

Ora, a leitura de Margareth Rago sobre a área de História das Mulheres nos anos 1980 mudara rapidamente: do artigo de 1994, que já anunciava esta historiografia como responsável por retirar a mulher da posição de “vítima” e dar-lhe uma história; tal historiografia, no texto de 1995, corria o risco de ser “positivista”. Rago não esclarece exatamente o que entendia por “história positivista”, a não ser pela referência aos “antigos mitos” e aos “heróis” e, nesse sentido, não seria necessário entrar em detalhes para demonstrar o tom pejorativo que ela pudesse querer imprimir à historiografia daquela década, na qual ela mesma se formou e, até 1994, considerava a si mesma como uma das participantes ativas de suas mudanças.

E é assim que Rago encerra os dois primeiros momentos da historiografia sobre mulheres (década de 1970 e 1980) e abre o segundo tópico de seu texto, “As marcas da história cultural e a categoria de gênero”, considerado por ela como o segundo momento de exposição do seu texto. Acredita-se que, mesmo sem explicitamente apontar, Margareth Rago entendeu que a partir de 1990 pôde-se questionar a historiografia social do trabalho realizada pelas cientistas sociais entre os anos 1970 e 1980 e, ao mesmo tempo, “a história das mulheres enquanto história social” escrita pelas historiadoras da década de 1980.

Rago inicia a seção que trata da História Cultural e da categoria gênero dessa maneira:

A crítica maior a esta historiografia social vem sendo produzida por teóricos ligados ao pós-estruturalismo, especialmente a Michel Foucault. Critica-se a história social por trabalhar com identidades prontas, anteriores ao fazer histórico e por negligenciar as construções simbólicas e culturais [...] ²⁷⁹

²⁷⁸ RAGO, 1995, p. 85-86.

²⁷⁹ Ibidem, p. 86.

E continua, com um reconhecimento e uma crítica à Thompson, mais ou menos nos moldes que já havia feito um ano antes, no artigo “Relações de gênero e classe operária no Brasil”:

Se E. P. Thompson advertia os historiadores, falando no interior do marxismo, contra a utilização da noção de classe enquanto identidade acabada e destacara a importância de pensá-la em seu movimento de auto-constituição, enquanto produto cultural, os pós-estruturalistas radicalizaram sua crítica à noção de identidade, estendendo-a para o próprio indivíduo e dando maior ênfase às determinações culturais.²⁸⁰

Inserindo novamente a crítica de Joan Scott à Thompson feita em *Gender and the politics of history*, Rago reforça o problema que percebia na abordagem dele sobre as mulheres da classe trabalhadora: figuras excêntricas, românticas, figurando “inexpressivas como marionetes que o historiador [Thompson] manipula.”²⁸¹ Ora, questionar, novamente, Thompson através de Scott é criticar a si mesma, sua aproximação com as leituras que fez em sua dissertação de mestrado. No entanto, mais significativo parece ser a crítica à História Social das Mulheres, aquela mesma que se levantava, de certa maneira, como agenda para a pesquisa histórica feminista por Maria Odila Dias.

Já que não se trata simplesmente de incorporar as mulheres no interior de uma grande narrativa pronta, a crítica que se faz à história social das mulheres, seja referindo-se à vertente que mostra a similaridade da atuação das mulheres e dos homens, seja a vertente que pretende revelar sua diferença ao constituírem uma ‘cultura feminina’ própria, aponta para a utilização da categoria ‘mulher’ como entidade social e empírica fixa, numa perspectiva essencialista que perde as multiplicidades de sujeitos subsumidos em tal categoria.²⁸²

É certo que Maria Odila Dias propunha também a historicização do próprio conceito “mulher”, que sua proposta de estudos sobre o cotidiano e o poder enquanto “fulcro dos estudos feministas contemporâneos” levava já em consideração a desconstrução de Derrida e a arqueologia dos discursos. Contudo, percebeu-se também o quão sua proposta estava atada ao que se denominou ao estudo da “experiência concreta” das mulheres, conceito bastante caro à tradição thompsoniana e, como se notou, já era criticado desde 1988 por *Gender and the politics of history*. Crítica esta que a tradução do prefácio da obra de Scott realizada pelos *Cadernos Pagu* em 1994 fazia circular em português.

²⁸⁰ RAGO, 1995, p. 86.

²⁸¹ Ibidem, loc. cit.

²⁸² Ibidem, p. 86-87.

Apesar da crítica, Rago volta a reconhecer os “aspectos positivos” da História Social das Mulheres, que, segundo ela, tinha contribuído “para o conhecimento da participação das mulheres na história do país”. Isso teria tido uma relação com o feminismo, pois,

[...] ao retirar as mulheres do silêncio produzido por um discurso historiográfico centrado no homem, a história social das mulheres conflui com as demandas do feminismo que buscava uma maior visibilidade no espaço público, e com a desconstrução de mitologias misóginas que obstaculizavam nosso crescimento pessoal e profissional.²⁸³

Reconhecidos os “aspectos positivos”, de forma também a dar um sentido político e social à prática das historiadoras, Margareth Rago passa a descrever “uma nova tendência historiográfica”, a História Cultural, que em muito se aproximaria “das formulações de Foucault”. Com a ajuda das leituras que Paul Veyne e Patricia O’Brien já haviam feito sobre as obras foucaultianas, Rago caracteriza “as formulações de Foucault” da seguinte maneira:

A ênfase na crítica do sujeito e das identidades remete à consideração dos modos de subjetivação e de objetivação que operam nas sociedades contemporâneas. Se não há bastidores da história, nem atores à espera de seus papéis, é importante perceber o jogo, ou os múltiplos jogos que se estabelecem nas configurações discursivas. Trata-se mais de perceber sujeitos e objetos como resultados de práticas culturais, como efeitos, mais do que como produtores.²⁸⁴

Com isso dito, a professora da Unicamp voltava a tematizar o feminismo e a História Social das Mulheres, com o intuito de marcar a diferença entre as duas concepções de sujeito que ela percebia entre a proposta da História Social e da História Cultural de inspiração foucaultiana. As duas concepções seriam tanto o sujeito histórico – as mulheres no passado – como o sujeito político presente – as feministas. Assim, Rago escrevia:

Sabe-se que no campo da historiografia de inspiração marxista, assim como nas demandas dos movimentos sociais e feministas, é fundamental o privilegiamento do sujeito histórico e político. A história social das mulheres responde, nesse sentido, com a gama de informações que enriquecem a experiência pessoal e coletiva das mulheres de ações conscientes e, de certo modo, heróicas. As mulheres, portanto, ganham evidência, enquanto sujeito político, também pela historiografia, que as enraíza num passado glorioso e farto. Já para a história ‘genealógica, ou de tendência foucaultiana, como quer que a rotulemos, o sujeito aparece como efeito, como subjetivação resultante das práticas discursivas que o codificam e de tecnologias disciplinarizantes que o esquadriham e normatizam. [...] o caminho escolhido não privilegia as ações conscientes dos indivíduos e dos grupos sociais. Somos ‘agidos’ mais

²⁸³ RAGO, 1995, p. 87.

²⁸⁴ Ibidem, Loc. Cit.

do que agentes; somos ‘falados’ pelas palavras mais do que falamos [...] Partíamos do objeto loucura, diz Foucault, para contarmos sua história, sem considerar que este mesmo objeto era já um resultado e não ponto de partida; pensávamos a sexualidade como fundamento da subjetividade, [...] pensávamos o poder como negatividade se exercendo sobre a sociedade, abafando-a e reprimindo-a, e o vemos agora em toda a sua positividade, produzindo gestos, comportamentos, instituindo as figuras sociais; pensávamos o discurso como reflexo de um suposto real e não como prática instituinte. O deslocamento epistemológico em curso é evidentemente enorme. No que tange aos estudos das mulheres, é grande a ressonância dos ‘filósofos da diferença’, como Foucault, Derrida, Deleuze, entre as teóricas do feminismo. É importante destacar o deslocamento que os estudos feministas operam ao privilegiarem em suas discussões e pesquisas a categoria *gênero* em detrimento do objeto ‘mulheres’.²⁸⁵

A citação é longa, porém, necessária para que as reflexões de Rago sejam tematizadas sob os argumentos propostos nesta tese. Os “deslocamentos epistemológicos” que, segundo a autora, teriam modificado a forma de se praticar a história e pensar seus objetos teriam consequências para a prática política e teórica do feminismo. Possibilitado pelas considerações foucaultianas acerca do poder, das práticas discursivas, dos sujeitos, da sexualidade etc., o deslocamento questionaria algo caro às historiadoras das mulheres e à próprias feministas: o sujeito “mulher” que poderia atuar no passado, não sendo vítima das determinações do “patriarcado e do capitalismo”; e que poderia também atuar no presente, através do movimento político feminista. Para Margareth Rago, a ressonância dessas discussões entre as teóricas do feminismo, esses deslocamentos especialmente ligados aos “filósofos da diferença”, resultariam em privilegiar a categoria *gênero* – no feminismo e na História – em detrimento do “objeto mulheres”.

Ora, essa discussão parece ser aquela que também estivera presente, como se viu na seção anterior, no Seminário realizado pela FCC em São Roque, em 1990, do qual também Margareth Rago participara, mas não publicou nenhum texto na coletânea *Uma questão de gênero*. Com o lugar reservado à Maria Odila Dias, é possível imaginar que Rago tenha assistido atenta à sua fala e a de outras tantas cientistas sociais que vieram depois a ser publicadas na coletânea de 1992. Como se sabe, Dias preferiu, naquela ocasião, encaminhar a pesquisa feminista para uma História Social das Mulheres e não dar tanta atenção ao conceito de *gênero* que suas colegas das Ciências Sociais pareciam achar essencial para “resolver os problemas” do “objeto mulher”.

Se Margareth Rago assistiu, com atenção ou não, as falas das pesquisadoras reunidas em São Roque, não passa aqui de um exercício de imaginar o que poderia ter lá acontecido. O

²⁸⁵ RAGO, 1995, p. 87-88.

que se sabe, ao certo, é que a historiadora da Unicamp leu os textos que vieram a público por meio da obra *Uma questão de gênero*. Isso se mostra nas notas de rodapé que se agarravam ao seu balanço “As mulheres na historiografia brasileira”, exposto como fala na Semana de História em Assis, em 1992, e publicado como capítulo já em 1995. No tópico “A história das mulheres enquanto história social”, no qual apontava os problemas da historiografia do trabalho preocupada em destacar as mulheres como vítimas do patriarcado e do capitalismo; o mesmo tópico que evidenciava sua obra, *Do cabaré ao lar*, e *Quotidiano e poder* como aquelas que possibilitaram lidar com “o problema da mulher-vítima”, renovando aquela historiografia do trabalho por meio do reconhecimento de suas agências, resistências e capacidade de intervenção no espaço público; o mesmo tópico que já anunciava que essa história que ela mesma praticou ao lado de Maria Odila Dias poderia incorrer em romantizações e heroicizações positivistas; foi naquele tópico que Rago mobilizou a referência ao texto “Teoria e método dos estudos feministas: perspectiva e hermenêutica do cotidiano”.

Já no tópico em que tratou dos deslocamentos operados pelos “filósofos da diferença” e que se aproximavam da “nova tendência historiográfica, a história cultural”, Margareth Rago citou outros dois textos que se encontravam na coletânea *Uma questão de gênero*: foram eles “Feminismo, academia e interdisciplinaridade”, de Lia Zanotta Machado, e “O feminismo na encruzilhada da modernidade e da pós-modernidade”, de Bila Sorj. É a nota de rodapé na qual Rago referencia “as teóricas do feminismo” nas quais ressonaram as filosofias da diferença que aparecem esses textos. Nesse sentido, cabe assinalar que, se às perguntas feitas no Seminário de São Roque – sobre a substituição do “objeto mulher” pela “categoria de gênero” por parte dos estudos feministas – Maria Odila dias tinha respondido negativamente; Margareth Rago respondia, na Semana de História de Assis, positivamente.

Essa oposição caracterizada por Rago entre a História Social das Mulheres proposta por Dias e a sua própria proposta de uma “História Cultural do Gênero”²⁸⁶ por meio das filosofias da diferença parece estar no cerne deste enunciado que objetiva-se descrever aqui, qual seja: de que a História das Mulheres e das Relações de Gênero no Brasil se origina numa historiografia do trabalho, passa por mudanças positivas enquanto História Social das Mulheres e encontra a sua fase “mais bem acabada” na História Cultural que considera gênero como categoria analítica. Inseriria, então, nos terrenos das memórias disciplinares que vinham sendo construídas

²⁸⁶ Margareth Rago não utiliza, em nenhum momento de seu balanço, a expressão “História Cultural do Gênero”. A expressão foi forjada aqui, nesta tese, pois parece representar bem em que termos o debate estava se estruturando naqueles anos, pelo menos no que toca aos enfrentamentos que Rago se propôs a fazer às obras caracterizadas por ela mesma como “História das mulheres enquanto história social”.

acerca da área, essa diferença, essa separação que a História Cultural e o conceito de gênero teriam conseguido operar.

Esses marcos, ou “momentos” da “historiografia das mulheres no Brasil”, propostos por Rago desembocam na última seção de seu balanço, “Prostituição e historiografia”, o último momento de divisão do texto de Rago. É o mesmo recurso que ela já tinha utilizado no balanço “Relações de gênero e classe operária no Brasil”, de 1994, quando apresenta, primeiro, as obras das quais faz crítica e, conclui, apontando suas próprias contribuições. De certa forma, Margareth Rago apresentava o trajeto da historiografia brasileira sobre mulheres desde 1970 para chegar até 1990, mesmo ano em que defende e publica a tese *Os prazeres da noite*. Apresentar a si mesma e sua tese como “modelo” ou forma renovadora de se fazer história não é apenas característica de Rago. Se se toma como certo de que as propostas de Maria Odila Dias expostas em 1992 e 1994 como projetos para o campo da História Social das Mulheres, é possível notar que o projeto se tratava de levar adiante a hermenêutica do cotidiano que ela mesma havia praticado em sua tese de livre-docência.

Margareth Rago, então, opera mudanças na narrativa sobre o campo que levam a alguns deslocamentos: 1) um de natureza geográfica, em primeiro lugar, pois, ainda que visibilize obras e historiadoras de São Paulo, não é a USP que recebe os maiores holofotes, mas a própria Unicamp e outras instituições, como a UFF; 2) e outro de natureza temporal, já que funda nos 1990 uma ruptura em relação às décadas passadas, representada pela abordagem das mulheres por meio do conceito de gênero e das filosofias da diferença tal qual ela teria praticado em *Os prazeres da noite*; 3) na formulação de obras e nomes canônicos, uma vez que esqueceu nomes como os de Nizza da Silva e da História da Família e da Demografia histórica para marcar um sentido canônico em *Do cabaré ao lar*, como renovadora de uma determinada historiografia do trabalho.

Por fim, antes de se encerrar essa discussão sobre os textos de Joana Maria Pedro e de Margareth Rago, faz-se necessário retomar uma questão: por que, até 1994, quando Margareth Rago publica o artigo “Relações de gênero e classe operária no Brasil”, sua dissertação de mestrado *Sem fé, nem lei, nem rei* e sua publicação como *Do cabaré ao lar* não haviam sido lembradas como contribuição importante para a área de História das Mulheres? A obra de Rago ainda não havia sido citada por seus pares, ou seja, historiadoras dedicadas a pensar as mulheres e que reivindicavam para si mesmas tal prática. Até aquele momento, 1994, Rago e suas obras não integravam a memória disciplinar que vinha se constituindo acerca do campo, ao menos nos textos aqui analisados, seja no enunciado da História da Família e da Demografia histórica ou da História Social das Mulheres.

Do lado do enunciado de Nizza da Silva, Samara e Leite, esse silenciamento se torna bastante compreensível: as três historiadoras uspianas tentavam delimitar um terreno de atuação para a História da Mulher dentro do campo da História da Família e da Demografia histórica, visibilizando especialmente as obras produzidas na USP. O enunciado que começa a ser operado por Joana Maria Pedro, ao mesmo tempo que Rago emite o seu próprio enunciado, que foca a origem da História das Mulheres e das Relações de Gênero no campo da História Social, tampouco se interessa em citar Rago, já que estava bastante comprometido em jogar luzes sobre a incipiente produção de historiadoras de Santa Catarina – ainda que essas produções tenham sido realizadas em território paulista. Nesse sentido, cabe mais uma pergunta: *Do cabaré ao lar*, hoje canonizada como referência para História das Mulheres e das Relações Gênero, era, até 1994, era reconhecida assim dentro área que praticava?

O trabalho de mestrado de Rago é defendido em 1984 e, a começar pelo seu título (*Sem fé, nem lei, nem rei – Liberalismo e experiência anarquista na República*), parecia não fazer referência alguma às mulheres. Mais que isso, sua própria introdução pode dar um tom à leitura dele como “mais um trabalho” da historiografia unicampista sobre a classe operária:

Esta dissertação pretende mostrar como nas primeiras décadas do século desenvolveu-se uma vasta empresa de moralização da classe operária emergente no país, cujo eixo principal é a formação do novo trabalhador, dócil e produtivo. Este projeto de integração do proletariado ao universo dos valores burgueses, que se forma paulatinamente, desdobra-se em múltiplas estratégias de disciplinarização do trabalhador, atingindo-o tanto no interior da fábrica quanto fora dela. Busca-se redefinir sua maneira de viver, de sentir, de pensar e de agir, a partir da domesticação de seus hábitos tradicionais e da erradicação de práticas consideradas incivilizadas e perniciosas. Para tanto, a redefinição da família constitui uma peça mestra. Um novo modelo de mulher, voltado para a intimidade do lar e um cuidado todo especial com a infância, redirecionada para a escola, fundam a possibilidade do nascimento da intimidade operária para a qual se destinam habitações higiênicas e confortáveis.²⁸⁷

Ainda que Rago apresentasse já na quarta página de sua dissertação a importância da disciplinarização da mulher “para a vasta empresa de moralização da classe operária” e que um capítulo dela tenha se dedicado a isso – o maior dentre os quatro constantes na dissertação, diga-se de passagem²⁸⁸ –, parece que não foi o suficiente para que os outros enunciados e balanços a reconhecessem como pertencente a História das Mulheres. No mínimo, o

²⁸⁷ RAGO, Margareth. **Sem fé, nem lei, nem rei** – Liberalismo e experiência anarquista na República. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Unicamp, Campinas, 1984. p. 4.

²⁸⁸ Trata-se especificamente do segundo capítulo da dissertação de Rago, intitulado “A colonização da mulher”. Cf. RAGO, Idem, p. 98-187.

silenciamento dos outros balanços parece sugerir que a leitura que se fazia então de *Sem fé, nem lei, nem rei* era de que a preocupação primeira de Rago fosse mesmo a classe operária e a mulher fosse “uma consequência” dessa preocupação, aliado ao fato de estarem implicados com enunciados que buscavam destacar obras e autoras de suas próprias instituições e preocupadas em formar outros cânones para as memórias que narravam.

Talvez tal leitura tenha ganhado força também pela maneira como seu próprio orientador apresentou a pesquisa quando de sua primeira publicação. Ao reconhecer e anunciar o uso concomitante de Foucault e Thompson, expondo suas “diferenças tão evidentes”, Edgar de Decca declarava: “Se me perguntassem qual o tema central deste livro, eu responderia com o nome de seu duplo, *Cultura Operária e Disciplina Industrial*, título da *Revista Movimento Operário e Socialista* (janeiro-março de 1980)”.²⁸⁹

À leitura de De Decca acerca da obra da própria orientanda foi possível adicionar mais duas: identificaram-se duas resenhas publicadas sobre *Do cabaré ao lar* logo depois que a obra veio a público pela Editora Paz & Terra. A primeira delas, publicada já em 1986, foi escrita por Marionilde Magalhães e Wania Savazzi, ambas graduadas em História, na revista *História: Questões & debates*.²⁹⁰ Já a segunda, também de 1986, foi publicada por Maria Auxiliadora Faria, professora do departamento de História da UFMG, na *Varia História*.²⁹¹

Para Magalhães e Savazzi, a obra *Do cabaré ao lar* se trataria de “uma novidade pelos aspectos que ela aborda” e que não teriam ainda sido “contemplados por outros historiadores”; dentre tais aspectos, a atenção das duas historiadoras teria se voltado justamente “para o capítulo referente à mulher, por constituir essa questão o ponto fundamental detonador do novo projeto de vida forjado pelo imaginário burguês para a sociedade”. Nesse sentido, das doze páginas escritas por Magalhães e Savazzi para resenhar o livro de Margareth Rago, sete delas são dedicadas a descrever que “o papel da mulher [...] inscreve-se, de maneira fundamental e sutil, na tarefa de silenciar as resistências operárias”.²⁹² Também Maria Auxiliadora Faria destacaria a “novidade” em *Do cabaré ao lar*: “No Brasil, esta tentativa é nova. E como tudo que é novo, inquietante”. Para Faria, o trabalho de Rago redimensionaria o “papel histórico da

²⁸⁹ DE DECCA, Edgar Salvadori. Apresentação. In. RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista**. Brasil, 1890-1930. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014. [1985], p. 18. Cabe mencionar que o próprio de Decca reconhecia também, no seu prefácio, a discussão que Rago fazia em relação às mulheres.

²⁹⁰ MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl de; SAVAZZI, Wânia. Resenha de *Do cabaré ao lar*. **História: Questões e Debates**, Curitiba, a. 7, n. 12, p. 97-108, jun. 1986.

²⁹¹ FARIA, Maria Auxiliadora. A propósito do livro “Do cabaré ao lar...”, **Varia História**, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, p. 147-148, jun. 1986. Disponível em: <http://www.variahistoria.org/edies/tag/Number+02>. Acesso em 18 jun. 2021.

²⁹² MAGALHÃES; SAVAZZI, 1986, p. 97; 103.

classe operária” e contribuiria “decisivamente à construção de uma nova historiografia sobre a classe operária e o movimento anarquista na Primeira República”. Escrita em duas páginas, a resenha foi realizada “a convite do prefaciador Edgar de Decca e da própria autora” e apontou o que entendia como “um certo comprometimento da análise no tocante a temas polêmicos” – “o mito do amor materno, o aleitamento infantil, o problema do menor abandonado” e “a questão da segregação social do espaço urbano” –, pois “a ideologização” que Rago teria atribuído ao “saber médico, leva[ria] o leitor menos atento a repudiar a evolução da medicina e a introdução de técnicas sanitárias e higiênicas.”²⁹³ Em conclusão, depois de ironizar o título da obra com uma anedota,²⁹⁴ a professora a UFMG afirmava que tratava-se de uma abordagem densa no desvendamento “do cotidiano operário” e que, “apesar de pequenos desvios de percurso, acaba[ria] por desmistificar algumas verdades” sobre o operariado brasileiro.

Lida pelas resenhas que foram realizadas logo depois de sua publicação, a dissertação de mestrado de Margareth Rago parecia vir a público sob o signo da novidade, chamando a atenção justamente para o capítulo que tratava da “colonização das mulheres” como peça fundamental na domesticação da classe operária. Mesmo, talvez, de forma crítica à sua abordagem, como no caso de Maria Auxiliadora Faria, as leituras que se fizeram um ano após sua publicação reforçavam o caráter de uma obra sobre o operariado brasileiro, mas que destacavam as mulheres como peças fundamentais de sua narrativa.

Mas é interessante notar que, pelo menos quando não tinha a preocupação de destacar a presença das mulheres ou a questão de gênero na historiografia brasileira, nem a própria Margareth Rago, autora de *Do cabaré ao lar*, apresentava sua obra assim. Vejam-se, por exemplo, dois textos nos quais Rago avalia a produção historiográfica que teria sua inspiração nas reflexões foucaultianas, ambos publicados no ano de 1993. Ao referir-se à sua obra, *Do cabaré ao lar*, Rago a apontava dentro das questões atinentes à disciplinarização dos trabalhadores e à produção de suas subjetividades:

O conforto, com suas maquinarias instaladas no lar ao longo do século 19, como estudou François Béguin, incitando aos comportamentos privativos e íntimos e ao ‘culto do eu’; a fábrica ‘higiênica’, desodorizada e especializada, produzindo a subjetividade do trabalhador; a escola normativa, conformando o corpo dos alunos, não apenas pela difusão de ideias e valores conservadores,

²⁹³ FARIA, 1986, p. 147-148.

²⁹⁴ “Da idéia de “triste destino” talvez lhe tenha ocorrido outra, que deu título ao livro: “Do cabaré ao lar”, ou aí estaria o duplo de que tanto fala o prefaciador? Como ele mesmo afirma, que a liberdade do literato não é a mesma do historiador, ocorreu-me o que se contava no meu tempo de estudante: Um aluno, não sei bem se de História ou de Sociologia, teria ido à biblioteca em busca do livro “Raízes do Brasil” do saudoso Sérgio Buarque de Holanda. Não o encontrando na prateleira apropriada, pediu auxílio a uma funcionária que lhe passou a seguinte advertência: “Você está equivocado. Esse livro deve ser procurado na seção destinada às obras de botânica”.” Ibidem, p. 148.

não mais então como ‘aparelho ideológico do Estado’, mas pela produção do próprio indivíduo, em sua maneira de ser, agir e sentir; a segregação espacial dos habitantes da cidade, classificando as condutas e identificando os tipos urbanos, rotulando-os segundo categorias do normal e do patológico, a partir de sinais orgânicos ou das próprias roupas, assim como as mutações nos regimes disciplinares e nas resistências sociais foram temas abordados com muita frequência nos estudos estrangeiros e brasileiros. Lembro entre nós de alguns trabalhos que ficaram muito conhecidos, como *Danação da norma*, (Graal, 1978), de Roberto Machado e outros, e *Ordem médica e norma familiar* (Graal, 1979), de Jurandir Freire Costa. Além desses, vale destacar *A estratégia da recusa* (Brasiliense, 1982), de Aminéris Maroni; *Ferrovias e ferroviários* (Cortez, 1982), de Liliana Segnini; *O espelho do mundo* (Paz e Terra, 1986), de Maria Clementina Cunha; *Do cabaré ao lar. A utopia da cidade disciplinar* (Paz e Terra, 1985), de Margareth Rago; *Sacralização da política* (Papirus, 1987), de Alcir Lenharo; *Campos da violência* (Paz e Terra, 1988), de Silvia H. Lara, todos produzidos na década de 1980.²⁹⁵

No outro texto, bastante parecido, Margareth Rago continuava afirmando algo bem semelhante:

Voltando a atenção para o Brasil, destaco *Danação da norma*, do Roberto Machado e *Ordem médica e norma familiar*, de Jurandir Freire Costa. Além desses estudos, gostaria de mencionar o trabalho de uma socióloga, que produziu sua tese em história: Amnéris Maroni com a obra *A estratégia da recusa* e o trabalho de Liliana Segnini, *Ferrovias, ferroviários*. Esses dois livros lidam muito com a questão da disciplinarização do trabalho e do processo de trabalho. Maria Clementina Cunha escreveu *O espelho do mundo*, um trabalho sobre a loucura e o hospício. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar*, onde tento mostrar como se constitui um projeto de dominação a partir de práticas tecnológicas de produção do trabalhador. Alcir Lenharo escreveu *A sacralização da política*, trabalhando com a década de 30. E esses trabalhos todos tiveram muita influência uns sobre os outros. Trocávamos muitas informações, conversávamos muito e todos foram produzidos na primeira metade da década de 1980.²⁹⁶

O que se nota, para além da reafirmação dos trabalhos especialmente vinculados à Unicamp e ao PPG de História no qual a própria Rago trabalhava, é que não há qualquer menção, nesses balanços de 1993, à obra *Do cabaré ao lar* como trabalho dedicado a pensar as mulheres em primeiro plano, mas, sim, a classe operária. Mais que isso, cabe mencionar que o segundo excerto exposto faz parte do texto que Margareth Rago apresentou no *Seminário Tendências Recentes da Historiografia*, realizado no início da década de 1990 na UFRGS, mesmo seminário que franqueou a palavra a Eni de Mesquita Samara apresentar o seu balanço

²⁹⁵ RAGO, Margareth. As marcas da pantera: Foucault para historiadores. **Resgate – Revista Interdisciplinar de Cultura**, Campinas, n. 4, v. 5, p. 22-32, jan./dez. 1993. p. 25.

²⁹⁶ RAGO, Margareth. As marcas da pantera: Michel Foucault na historiografia brasileira contemporânea. **Anos 90 - Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 121-143, 1993, p. 130.

“A mulher e a família na historiografia latino-americana recente”. Assim, em 1993, a organização do seminário, preocupada com a discussão das “tendências contemporâneas da historiografia”, entendeu que Samara poderia falar da “tendência recente” das mulheres, enquanto que Rago poderia apontar para a “tendência recente” das apropriações foucaultianas. Apenas um ano depois da publicação desses dois textos, em 1994, em “Relações de gênero e classe operária no Brasil”, a obra de Rago já despontaria como renovadora da historiografia sobre mulheres na década de 1980 e não mais apenas como renovadora das discussões acerca do tema da classe operária.

É importante também pensar o lugar que a obra de Margareth Rago vinha ocupando em seu próprio PPG e como eles – o PPG da Unicamp e *Do cabaré ao lar* – vinham se colocando frente aos outros programas de pós-graduação no país, desde os mais antigos até aqueles que vinham emergindo nos últimos anos.

A dissertação de mestrado de Margareth Rago e a obra a partir dela publicada carregam, inegavelmente, duas marcas de leitura se olhadas por uma perspectiva mais ampla da historiografia brasileira: 1) projetou-se como “figura de proa” da historiografia que se afirmava nos programas de pós-graduação dos anos 1980, especialmente ao se considerar as tentativas de combate à “velha guarda marxista” da USP por parte dos historiadores da Unicamp;²⁹⁷ e, 2) caracterizou “bem uma época de impasses teóricos” ao tentar conjugar as orientações de Thompson e Foucault.²⁹⁸

É interessante que essa memória acerca de *Do cabaré ao lar*, enquanto marca da “mistura” teórica e como obra renovadora, parecem faces de uma mesma moeda. Ao mesmo tempo em que a Unicamp construía para si uma memória que a mostrava como ponta de lança da “renovação” da historiografia brasileira – memória esta bastante discutida e já questionada, por exemplo, nos trabalhos de Igor Guedes Ramos e Wagner Geminiano do Santos²⁹⁹ –, apontando Rago como uma das protagonistas dessa “renovação”, sua obra é lançada sob holofotes – muitas vezes, como se viu, pela própria autora – que guiam sua leitura quase como marco único da conjugação de propostas tão “antagônicas” como as de Thompson e Foucault. Historicizando a dissertação de Rago e sua publicação como livro, é perceptível que as “misturas” ou as “conjugações” de Thompson e Foucault, ao menos até meados dos anos 1980,

²⁹⁷ RAMOS, 2014; SANTOS, 2020.

²⁹⁸ FICO, Carlos; POLITO, Ronald. A historiografia brasileira nos últimos 20 anos – tentativa de avaliação crítica. In: MALERBA, Jurandir (org.). **A velha história: teoria, método e historiografia**. Campinas-SP: Papirus, 1996, p. 199.

²⁹⁹ RAMOS, Op. cit.; SANTOS, Op. cit.

não eram vistas como impossíveis como se pode afirmar hoje, conforme destaca Santos, ao afirmar que *Do cabaré ao lar* mesclava um

[...] vocabulário de forte conotação marxista – proletariado, classes dominantes, dominados, capitalismo, burguesia etc. – com um instrumental teórico e conceitual do que se denomina hoje como “História Social” – experiência, fazer-se da classe operária, cultura operária etc. – a um instrumental da produção historiográfica influenciada por Michel Foucault – poder disciplinar, sociedade disciplinar, estratégia, disciplinarização, mecanismos de controle, vigilância etc. – sem maiores constrangimentos ou problemas. A oposição destes campos, destes lugares ainda não parecia ser, naquele momento, regra, procedimento, fundamento da produção do conhecimento histórico em nosso país.³⁰⁰

Além disso, as práticas históricas de “mistura” de Thompson e Foucault não eram exclusivas à obra/dissertação de Rago ou à Unicamp.³⁰¹ No entanto, parece certo afirmar que, ao menos até 1994, o trabalho de Rago possui “as marcas” – para utilizar expressão da própria Rago – dessa memória unicampista sobre a nova historiografia do trabalho e, ao mesmo tempo, dos “problemas” de suas características teóricas. Essa leitura “imposta” pela memória disciplinar de sua instituição – uma obra renovadora dos estudos sobre trabalho e classe – era contrastada com as resenhas que destacavam sua abordagem em relação às mulheres, enquanto que as falas que um sem número de vezes se fizeram ouvir sobre sua conjugação de Foucault e Thompson, faziam parte da leitura da contribuição de *Do cabaré ao lar* à História das Mulheres. Isso pelo menos até 1994, momento em que Margareth Rago parece começar a construir uma memória disciplinar que atava marcadamente *Do cabaré ao lar* à historiografia brasileira sobre mulheres da década de 1980, como marco renovador de suas abordagens, ao lado de Maria Odila Dias. Para além disso, canonizava a si própria na abordagem que fizera – ou se propunha a fazer – da categoria gênero e das filosofias da diferença em *Os prazeres da noite* como um marco da virada da História Social das Mulheres para a “História Cultural de Gênero”.

Nesse sentido, é possível entender que às leituras que se faziam de *Do cabaré ao lar* se somava a leitura que sua própria autora fazia dela. Diferentemente de outras leituras, incluindo as das autoras e emissoras de outros enunciados acerca da História das Mulheres e das Relações

³⁰⁰ SANTOS, Wagner Geminiano. Invenção da crítica historiográfica brasileira pós década de 1980: um campo de batalhas para modernos e pós-modernos. **Revista de Teoria da História**, Goiânia, n. 7, v. 1, p. 128-155, 2012.

³⁰¹ Os dados e as análises de Igor Ramos distribuídos por toda sua tese são elementares para tal afirmação. Destaca-se apenas um trecho: “[...] podemos afirmar [...] que a UNICAMP é, no início da década de 1980, o local de institucionalização da doutrina da *história como luta vista de baixo* com uso simultâneo de Thompson e Foucault. Todavia, a utilização desses autores – simultaneamente ou não – está disseminada em diversas universidades.” RAMOS, 2014, p. 502. Sobre a discussão que Ramos faz acerca da apropriação simultânea de Michel Foucault e Edward Thompson em *Do cabaré ao lar*, ver especialmente as páginas 327-332.

de Gênero, Margareth Rago dava a ela significados de inovação, não só atrelada à memória disciplinar de sua instituição sobre os temas da “renovação” da historiografia da classe operária ou da escravidão, mas também atrelado ao campo sobre o qual erigia uma memória disciplinar específica.

Em meados da década de 1990, então, duas historiadoras que haviam se tornado doutoras havia poucos anos decidiram se reunir a outras historiadoras que refletiram sobre o campo de conhecimento histórico brasileiro que pesquisava mulheres e gênero. Diferentemente daquelas historiadoras analisadas nas duas primeiras seções, Joana Maria Pedro e Margareth Rago, desde a UFSC e a Unicamp, tentaram deslocar a memória disciplinar da área de dois focos muito delimitados: a História da Família e da Demografia histórica e da Universidade de São Paulo.

Para além desses dois deslocamentos, Pedro e Rago já pareciam ser também devedoras de um deslocamento da área de História que já se mostrava em Maria Odila Dias: do enfoque mais dedicado à forma de se lidar com os documentos, passa-se a uma valorização da discussão teórica e conceitual. Às listas de nomes, obras e instituições, já se incluíam agora as problematizações teóricas, algo que Maria Odila Dias havia marcado de forma muito destacada em seus textos daqueles anos 1990.

Pedro e Rago também davam uma profundidade temporal ao estudos das mulheres que destacava, em suas rupturas, aquela representada pelos anos 1990 e pelo conceito de gênero. Na mesma década em que defenderam suas teses, publicavam balanços que chamavam atenção para aquele decênio, ao contrário do enunciado que foi identificado na primeira seção deste capítulo, que focalizava as obras e os nomes das décadas de 1980 e 1970, em especial.

1.4 Considerações finais

O presente capítulo teve por objetivo central identificar três enunciados sobre o campo da História das Mulheres e das Relações de Gênero que emergiram no cenário historiográfico brasileiro nas décadas de 1980 e 1990. Período em que a pós-graduação em História iniciada nos anos 1970 se consolidou, começou a se tornar presente em variadas instituições e a formar uma quantidade razoável de mestres e doutores; dentre eles, os mestres e doutores especialistas em História das Mulheres e da Relações de Gênero.

O primeiro desses enunciados foi proferido por Maria Beatriz Nizza da Silva e ecoado em textos de Eni de Mesquita Samara e Miriam Moreira Leite. Um “começo” não da História das Mulheres, mas o início de uma série de operações e gestos que iriam disputar o que tinha

sido, o que era e o que poderia vir a ser a História das Mulheres e da Relações de Gênero. Nesse “começo”, atribuiu-se ao campo da História da Família e da Demografia histórica a origem da História das Mulheres e projetou-se em suas obras e historiadoras, nacionais e estrangeiras, os cânones do campo.

O enunciado que elabora determinada memória disciplinar da área encontra certa resistência quando Maria Odila Leite da Silva Dias coloca como proposta aos estudos das mulheres a História Social, especialmente aquela que praticara em sua tese de livre-docência, *Quotidiano e poder*. Sem vincular a História das Mulheres a qualquer origem, Dias opera um deslocamento importante: cria uma *inflexão* na forma de se discutir o campo, que passava não mais pela elaboração de um balanço historiográfico e pelo destaque à “revolução documental” capaz de alçar a mulher a objeto de pesquisa. Discutia o campo, agora, a partir de uma “revolução teórica” que a historiografia havia experimentado e que teria tornado possível dar atenção ao cotidiano feminino como forma de romper com abstrações acerca da vida e da história das mulheres.

Depois dos textos de Maria Odila Dias, parece que foi possível registrar-se uma *bifurcação* nos modos de se narrar o passado da área. Joana Maria Pedro e Margareth Rago passam a enfocar outras obras, outras autoras e outras instituições em um tipo de texto que se vale tanto do balanço historiográfico quanto da reflexão teórica e conceitual para elaborar sua memória disciplinar e construir o significado de seus cânones.

Por um lado, Pedro se dedicou ao descrever a “História das Mulheres e das Relações de Gênero” em 1994 como um campo que teria se originado na História das Mulheres e na História Social. Cita como exemplo desta história *Quotidiano e poder* e as produções de historiadoras lotadas em departamentos em Santa Catarina. Este enunciado, que já denomina o campo de “História das Mulheres e das Relações de Gênero” e não mais apenas de “História da Mulher” ou “História das Mulheres e da Família”, vai preencher os significados dos seus cânones – em especial aquele representado por Maria Odila Dias – e delimitar melhor sua memória disciplinar nos próximos anos, os quais serão analisados no capítulos seguintes desta tese.

De outro lado, percebe-se um enunciado que já se apresenta “mais bem acabado”: Margareth Rago desloca o nascimento da História das Mulheres e das Relações de Gênero para a década de 1970 e sua historiografia do trabalho de corte marxista muito caracterizada pela produção sociológica. Daí, Rago opera duas rupturas: a primeira, vinculada à sua obra *Do cabaré ao lar* e à *Quotidiano e poder*, que teriam se distanciado da imagem da mulher vítima do patriarcado e do capitalismo; a segunda, vinculada à publicação de *Os prazeres da noite*, sua tese de doutorado que, ao se apoiar nas filosofias da diferença e no conceito de gênero, podia

inaugurar uma outra forma de se fazer História das Mulheres, a que foi nomeada nesta tese de “História Cultural do Gênero”.

Os enunciados emitidos por Margareth Rago e Joana Maria Pedro também operam um outro deslocamento em relação às narrativas que vinham se fazendo acerca do campo. A sua grade de referências deixa de ser obras e historiadoras muito marcadas pela USP e pela FCC e passa a contar com aquelas que vinham se produzindo em outras instituições. Mas isso é feito de forma diferente pelas duas historiadoras. Enquanto Rago aponta para toda uma produção de teses e dissertações que vinham sendo realizadas em seu PPG e da atuação de professoras do departamento de História da Unicamp; Pedro ainda apresentava pesquisas de historiadoras lotadas no Departamento de História da UFSC, mas que tinham feito sua formação em São Paulo (USP e PUC-SP). Uma coisa parece certa: as historiadoras que vinham até então discutindo o campo tinham vinculações diretas com a USP. Maria Odila Dias e Eni de Mesquita Samara fizeram toda sua formação naquela instituição e lá lecionavam. O mesmo acontecia com Miriam Moreira Leite, a não ser pelo fato de que não chegou a ocupar vaga entre os docentes da USP, mas trabalhou em seus centros de documentação e em seus laboratórios. Maria Beatriz Nizza da Silva, não formada no Brasil, defendeu lá sua tese e sua livre-docência e dedicou à USP a sua carreira. As únicas historiadoras que não fizeram sua carreira na instituição paulistana foram Joana Maria Pedro, ainda que lá tenha defendido seu doutorado, e Margareth Rago, que lá realizou sua graduação em História: suas carreiras como professoras e orientadoras se deslocaram para a UFSC e para Unicamp, respectivamente, fazendo da USP apenas um dos lugares de suas formações. Como se notou há pouco, o balanço de Pedro de 1994 estava interessado em evidenciar uma historiografia do gênero “catarinense”. Ora, Samara e Leite também evidenciavam em maior parte as produções da USP; Nizza da Silva, apesar de suas críticas à “historiografia uspiana”, também partia dela, ainda que estivesse mais aberta a lembrar de outras instituições (PUC-SP, UFF, UFPR e FCC). Isso leva a considerar que os enunciados que vinham se construindo para História das Mulheres e também do Gênero até então silenciavam uma produção “vizinha”, uma historiografia que se fazia logo ali, ao lado USP: a da Unicamp, retomada especialmente nos textos de Rago.

Nos enunciados que se tentou evidenciar neste capítulo, a História da Família e a Demografia histórica que começam a narrar o passado da área passam a ter esse espaço narrativo colocado em disputa a partir de meados dos anos 1990. Esse “começo” passa a enfrentar, então, a pujança que outras duas memórias disciplinares vinham tentando galgar, vinculadas às questões institucionais de suas narradoras, outras origens para a área. Mas Rago e Pedro também disputam esse espaço com o enunciado da História da Família e da Demografia

histórica porque suas principais referências começam a ser aquelas de uma História Social das Mulheres e da História Cultural do Gênero.

As obras estrangeiras, comuns especialmente nos textos de Maria Beatriz Nizza da Silva e de Eni de Mesquita Samara, não comparecem nos balanços de Joana Maria Pedro e de Margareth Rago. As obras brasileiras que trabalham com o tema da família são reduzidas às citações de Eni de Mesquita Samara. Miriam Moreira Leite é lembrada pelo seu balanço no texto de Pedro e, nos textos de Rago, será mencionada pela sua tese de doutorado sobre Maria Lacerda de Moura e não pelas reflexões sobre família, como *Retratos de família* e o artigo “Mulheres e famílias”. Já o nome de Maria Beatriz Nizza da Silva é simplesmente suprimido das referências mobilizadas por Pedro e Rago.

Por fim, parece que a reflexão teórica ocupa lugar de destaque nos balanços que começam a construir esses enunciados. Seja o debate acerca da categoria de gênero, seja nas reflexões sobre o próprio conhecimento histórico. Um recurso que já tinha se desenhado em “Teoria e método dos estudos feministas”, de Maria Odila Dias, ainda que esta tenha se mostrado um pouco reticente a acolher a categoria de gênero. É sobre esse embate teórico e conceitual acerca da categoria gênero que o próximo capítulo trata.

CAPÍTULO 2

“Uma questão de gênero” na historiografia: o debate conceitual em torno da categoria gênero (1996-1998)

Dado o primeiro momento de emergência dos enunciados que buscavam delimitar o campo de História das Mulheres e das Relações de Gênero, de 1987 a 1995, cabe agora tentar perceber como tais enunciados puderam ser reafirmados e/ou negados na segunda metade dos anos 1990. Este capítulo, preocupado com esta questão principal, debruçar-se-á sobre textos publicados entre os anos de 1996 e 1998 para tentar perceber tais movimentações na área.

A segunda metade da década de 1990 pode ser entendida como um momento privilegiado para entender como se formaram os atuais traços da memória disciplinar do campo, mas também foi marcada por acontecimentos importantes para a definição do rumo das discussões, das pesquisas e da pós-graduação de forma mais ampla.

Até 1996, a avaliação da pós-graduação brasileira realizada pela CAPES era definida pelos critérios de 1 a 5. O modelo com as notas que atualmente são atribuídas aos programas em suas avaliações periódicas, podendo conceituá-los de 1 a 7, foi aplicado a partir de 1998. Contando com a participação de estrangeiros como avaliadores do biênio de 1996-1997, a aplicação do novo conceito se destinava a destacar e “medir o desempenho da pós-graduação brasileira” em “aproximação com os padrões de excelência internacional”. As avaliações realizadas desde 1975, época de implantação do I Plano Nacional de Pós-graduação (PNPG), responsável pelas metas e diretrizes nacionais do recém-implantado modelo de pós-graduação, tinham sido inspiradas em experiências de avaliação da pós-graduação nos EUA.³⁰² A partir de 1998, com a ajuda dos estrangeiros e um apelo à “inserção” e à “competitividade internacional”, os extratos 6 e 7, que passaram a ser considerados os mais altos, “ficaram restritos a programas comparáveis com aqueles de posição de destaque no cenário internacional.”³⁰³

Além do incentivo e das diretrizes para “inserção internacional” do Sistema Nacional de Pós-graduação (SNPG), voltadas especialmente para “a avaliação da produção intelectual”, e das mudanças no processo de avaliação, os anos de 1996 a 2004 seriam orientados para a expansão do SNPG e à “diversificação do modelo de pós-graduação”.³⁰⁴ As discussões para IV

³⁰² Para uma discussão sobre as relações Brasil-EUA no que concerne às pós-graduações e às universidades nos momentos das reformas pós-1968, ver: MOTTA, 2014.

³⁰³ FEIJÓ, Rosemeri Nunes; TRINDADE, Helgio. A construção da política de internacionalização para a pós-graduação brasileira, **Educar em Revista**, Curitiba, v. 37, p. 1-22. 2021. p. 3 *et seq.* Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/er/v37/1984-0411-er-37-e76211.pdf>. Acesso em 23 jan. 2022, às 9h18min.

³⁰⁴ COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES. **Plano nacional de pós-graduação [PNPG] 2011-2020**. Brasília: CAPES, 2010. v. 1. p. 5.

PNPG³⁰⁵ e tais mudanças que orientariam a pós-graduação brasileira na segunda metade dos anos 1990 até meados da década de 2000 também colocariam em foco um perfil profissional acadêmico importante para aquele período, com reflexos até anos mais recentes. Se as avaliações do SNPG realizadas pela CAPES a partir de 1975 se dedicavam prioritariamente a conceituar o trabalho docente, especialmente pela necessidade de se formar no Brasil professores que pudessem ocupar cargos nas universidades que passavam por momento de expansão,³⁰⁶ desde o biênio 1996-1997 “o foco da avaliação” fora direcionado “para a pesquisa e a produção científica”.³⁰⁷

Com a CAPES orientando e avaliando seus programas de pós-graduação a partir da perspectiva da inserção e da “competitividade” internacional, com o foco em expandir programas e qualificá-los – uma pequena parcela, é claro – em níveis internacionais,³⁰⁸ e exigindo uma atuação que fosse “além” da docência, mas que priorizasse a pesquisa e a produção intelectual, a área de História e, dentro dela a História das Mulheres e das Relações de Gênero, não passaria ilesa, como parece sugerir a documentação que se analisará a seguir.

Com novos³⁰⁹ e antigos programas de pós-graduação, a segunda metade dos anos 1990 havia produzido 155 teses e dissertações que versavam sobre História das Mulheres e/ou das Relações de Gênero. Para se ter uma ideia do impacto de tal produção só entre os anos de 1996

³⁰⁵ De acordo com Francisco Barreto e Ivan Domingues, o IV PNPG, que direcionaria a pós-graduação brasileira entre os anos de 1996 a 2004, nunca foi promulgado, sem ter os efeitos de direito que os planos anteriores e posteriores tiveram. No entanto, as discussões que levaram ao plano não promulgado orientaram as políticas e a organização das pós-graduações brasileiras naqueles anos. Cf. BARRETO, Francisco César de Sá; DOMINGUES, Ivan. O PNPG 2011-2020: os desafios do país e o sistema nacional de pós-graduação. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 28, n. 03, p. 17-53, set. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/fymZwZrwp8DNRcWXQbBXq6D/?lang=pt>. Acesso em: 23 jan. 2022, às 7h47min.

³⁰⁶ Desde 1964 até o final da década de 1970, foram criadas, apenas no âmbito federal, 11 universidades: no Piauí (UFPI), no Maranhão (UFMA), no Sergipe (UFS), no Mato Grosso (UFMT), no Mato Grosso do Sul (UFMS), no Acre (UFAC), no Rio de Janeiro (UNIRIO), além das Universidades Federais de Viçosa, de Ouro Preto e de Uberlândia (UFV, UFOP e UFU, todas sediadas em Minas Gerais), de São Carlos (UFSCar, São Paulo) e de Pelotas (UFPel, Rio Grande do Sul). Cf. MOTTA, op. cit., p. 247. Sobre o I PNPG, seu momento de implementação e suas relações com a área de História, ver OLIVEIRA, Rodrigo Perez. O engajamento político e historiográfico no ofício dos historiadores brasileiros: uma reflexão sobre a fundação da historiografia brasileira contemporânea (1975-1979). **História da Historiografia**, Ouro Preto, n. 26, p. 197-222, jan./abr. 2018.

³⁰⁷ FEIJÓ; TRINDADE, 2021, p. 15.

³⁰⁸ A bibliografia consultada para realizar tais considerações sobre as mudanças ocorridas na CAPES e na sua avaliação na segunda metade dos anos 1990 não deixa claro o que se entenderia por “equiparar” os programas brasileiros aos níveis internacionais. Acredita-se que o incentivo à “inserção internacional”, mediada pela avaliação focada na produção intelectual, seria o tal parâmetro de equiparação aos níveis internacionais. No entanto, Feijó e Trindade afirmam que os próprios documentos elaborados pela CAPES – dentre eles, os PNPGs – também não traziam a questão de forma muito clara. FEIJÓ; TRINDADE, op. cit.

³⁰⁹ A partir de 1995, no que concerne à área de História, novos programas de pós-graduação também abriram suas portas, demonstrando já uma abrangência maior sobre o território nacional: Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ, 1995), Universidade de Passo Fundo, no Rio Grande do Sul (UPF, 1998), Universidades Federais do Mato Grosso (UFMT, 1998) e do Mato Grosso do Sul (UFMS, 1999).

e 2000, quando se somam todas as dissertações de mestrado e as teses de doutorado e de livre-docência dedicadas ao tema defendidas entre 1974 e 1995 o número chega a apenas 102 trabalhos. Embalados pela expansão dos PPG em História – e da ampliação das universidades com um todo –, o tema passa a decolar na segunda metade dos anos 1990.

Outras mudanças pareciam estar em curso também, especialmente para aquelas historiadoras dedicadas ao campo de estudos que é objeto desta tese. Se, como esclareceu Karla Bessa,³¹⁰ uma historiografia brasileira dedicada às mulheres e ao gênero foi possível graças aos movimentos de organização, institucionalização e profissionalização da disciplina realizados desde os anos 1960, é partir dos anos 1980, com a abertura política e a novos temas, objetos e abordagens que teria deslanchado uma historiografia brasileira sobre o tema. Nos anos 1990, o cenário parecia estabelecer as condições para uma discussão mais enérgica sobre esse processo e os desafios de se pensar “as diferenças sexuais” aparentava estar imposta tanto àquelas que trabalhavam com a História das Mulheres desde uma perspectiva do estudo das famílias, “dos de baixo” ou àquelas que se afinavam com os temas da “Nova História Cultural”. O conceito de gênero, como se pretende evidenciar, pareceu ser o centro do embate, tanto para a elaboração de uma memória disciplinar para a área, como para a construção de seus cânones.

Tomando como certo “termômetro” as discussões emergidas das páginas da *Revista Brasileira de História*,³¹¹ é em meados dos anos 1990 que há um debate entre os artigos que evidenciavam certas disputas em torno do campo, especialmente no que concernia à utilização das teorias de gênero.³¹² O volume 16 da *RBH*, correspondente aos números 31 e 32, publicado em 1996, traz dois artigos que podem ajudar no entendimento dessas discussões.

O primeiro deles é de Maria de Lourdes Mônaco Janotti, graduada (1959) e doutora em História Social (1970) pela USP, sob a orientação de Eduardo D’Oliveira França, intitulado “Três mulheres da elite maranhense”.³¹³ Em tal texto, Janotti buscou mostrar como D. Marta Alonso Veado Alvarez de Castro Abranches, D. Emília Pinto Magalhães Branco e D. Anna

³¹⁰ BESSA, 2000.

³¹¹ Se levarmos em consideração os argumentos de Wagner Geminiano dos Santos acerca das publicações da RBH e das gestões da ANPUH/Nacional, é incontornável afirmar que o “nosso termômetro” precisa ser calibrado, já que é evidente que os projetos políticos, institucionais e epistemológicos que tomaram corpo no periódico garantiram lugar de destaque às instituições, aos historiadores e aos debates quase que exclusivamente do estado de São Paulo, realidade que mudará apenas a partir da primeira década de 2000. Cf. SANTOS, 2020.

³¹² As discussões elencadas a partir daqui já foram apresentadas em: INÁCIO, Benedito. História das Mulheres e das Relações de Gênero: um olhar sobre a *Revista Brasileira de História*. 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - HISTÓRIA E O FUTURO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL, 2019, Recife. **Anais ...** Recife: Associação Nacional de História - ANPUH, 2019. Disponível em: [https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1564792798_ARQUIVO_Historiadasmulheresdasrelacoesdegenero-umolharsobrearevistaBrasileiradeHistoria\(1\).pdf](https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1564792798_ARQUIVO_Historiadasmulheresdasrelacoesdegenero-umolharsobrearevistaBrasileiradeHistoria(1).pdf). Acesso em: 30 mar. 2022, às 13h54min.

³¹³ JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. Três mulheres da elite maranhense. **Revista Brasileira de História**, São Paulo. ANPUH/Contexto, v. 16, n. 31.32. p. 225-248, 1996.

Joaquina Jansen Pereira – mulheres de classes abastadas que viveram no Maranhão do século XIX – estiveram inseridas nos espaços públicos e atuaram naquela sociedade, conquistando espaço político e econômico próprio. Ou seja, a mulher – esse objeto de pesquisa, que poderia ser o imigrante, o escravo, o operário – possuía uma história, atuava em processos sociais, políticos e econômicos no tempo em que vivera. Janotti praticava, então, um tipo de História das Mulheres muito próxima daquela que vinha sendo praticada não só na RBH, mas também na historiografia de forma mais ampla: a História Social preocupada com as ações, acontecimentos e experiências das mulheres no passado.³¹⁴

Logo em sequência ao texto de Janotti, aparece o artigo “No cotidiano da boemia: o feminino, o masculino e suas relações em Lupicínio Rodrigues”,³¹⁵ escrito por Maria Izilda Matos e Fernando Faria. Nesse segundo texto, Matos e Faria analisaram a construção da representação de perfis masculinos e femininos nas músicas de Lupicínio, procurando entender como tais representações circularam na sociedade dos anos 30, 40 e 50 do século XX. Para Faria e Matos, Lupicínio teria tentado cristalizar o ser homem e ser mulher em imagens fixas: de um lado o malandro que se torna o provedor da casa, mas sempre um boêmio apaixonado e, de outro, a dama da noite, a dona do bar, a rainha do lar, a “mulher de malandro” que é sedutora e astuciosa.

Olhando para os dois artigos, percebe-se que a mulher foi trabalhada por Matos e Faria diferentemente de como trabalhou Janotti, por dois motivos: 1) ela é construída em perspectiva relacional, sua identidade se dá no confronto e no diálogo com a identidade masculina; 2) ela não é uma mulher “real”, inserida em contextos sociais, políticos e econômicos, mas sim uma imagem que circula nesses ambientes.

Karla Bessa observa, com acerto, que mais que mostrar a pluralidade de abordagens e de temas presentes na RBH, o artigo de Maria de Lourdes Janotti e o de Maria Izilda Matos e Fernando Faria expressam os confrontos que se davam na década de 1990 acerca da História das Mulheres e das Relações de Gênero. Se forem olhados mais de perto dois trechos desses artigos, talvez isso se torne mais claro.

³¹⁴ Ver, dentre outros exemplos, o número *A mulher no espaço público*, da RBH, já mencionado neste trabalho, publicado em 1989. Também exemplos como os de *Quotidiano e poder* (1984), de Maria Odila Dias; *Do cabaré ao lar* (1985), de Margareth Rago; *Mulheres honestas e mulheres faladas* (1994), de Joana Maria Pedro, para ficar só no exemplo das historiadoras que publicaram textos analisados nesta pesquisa.

³¹⁵ MATOS, Maria Izilda; FARIA, Fernando. No cotidiano da boemia: o feminino, o masculino e suas relações em Lupicínio Rodrigues. **Revista Brasileira de História**, São Paulo. ANPUH/Contexto, v. 16, n. 31.32. p. 249-273, 1996.

Na última seção do seu texto, Janotti entrou em diálogo com um texto de Eni de Mesquita Samara.³¹⁶ Janotti afirma, a partir das reflexões que fez sobre as três donas maranhenses,

Eni de Mesquita Samara aponta, com acerto, para necessidade de romper com o círculo vicioso das análises sobre o domínio do feminino pelo viés das alegorias e dos conteúdos simbólicos, vinculando-o ‘a um contexto histórico específico, passo importante para sair do ideológico e mostrar as mulheres como seres sociais que integram sistemas de poder, redes de dominação e laços de vizinhança.’ A pesquisa sobre o Maranhão do século 19, sem dúvida revela, como quer a autora [Eni de Mesquita Samara] ‘espaços femininos conquistados e não prescritos’”.³¹⁷

Por seu turno, Matos e Faria, também na última seção de seu artigo, apontam que:

[...] as imagens masculinas e femininas construídas nessas letras [as canções de Lupicínio Rodrigues] não só consolidam diferenças como mantêm hierarquias, são imagens de poder que explicitam visões mais voltadas para o ‘dever ser’ do que para o ‘ser’, num processo de construção dos perfis de comportamento de gênero regido por uma dinâmica de relações de dominação e exclusão.³¹⁸

E, ao tratar especificamente das masculinidades, completam:

[...] cabe destacar, no entanto, que não há uma masculinidade única, um modelo masculino universal, válido para todos os tempos e lugares. A masculinidade difere segundo época, classe social, etnia, idade e portanto não é uma essência, mas uma representação que tende a justificar a dominação masculina.³¹⁹

Para Karla Bessa, havia aí também, inscrito nas páginas da RBH de 1996 e nos artigos aqui rapidamente apresentados, uma discussão que iria além do uso das categorias “gênero” e mulheres, mas que refletia um movimento mais amplo da própria disciplina histórica praticada no Brasil daqueles anos. O “contraste entre o texto de Matos-Faria e o de Janotti” sinalizaria,

Em plena virada para segunda metade dos anos 90 [...] um nítido confronto e desconforto entre as recentes apropriações da história social e da história cultural, mesmo considerando que as fronteiras entre uma e outra não são facilmente demarcáveis.³²⁰

³¹⁶ Aqui é necessária uma correção. No texto apresentado no 30º Simpósio Nacional de História, do qual este trecho foi retirado, afirmou-se que Janotti fez diálogo com Gianna Pomata – historiadora que será retomada ainda neste capítulo – quando, na verdade, o diálogo era estabelecido com Samara.

³¹⁷ JANOTTI, 1996, p. 245.

³¹⁸ MATOS; FRARIA, 1996, p. 271.

³¹⁹ Ibidem, Loc. cit.

³²⁰ BESSA, 2000, p. 202-203.

Segundo as conclusões de Ricardo Marques Mello, é dos anos 1990 que há na própria *Revista Brasileira de História* o crescimento do número de textos dedicados à História Cultural, enquanto que os números anteriores, referentes à década de 1980, se destinavam mais à publicação de textos de História Social.³²¹ Também não fazendo aqui um corte cirúrgico e operável do que se pode entender por História Social e História Cultural, é possível perceber, a partir da RBH e dos argumentos de Bessa e Mello, que os temas e discussões relativos à cultura, identidades, representações acabam ganhando destaque naqueles anos 1990.

Nesse sentido, dois artigos de meados de 1990 apontam para duas formas diferentes de abordar a História das Mulheres e das Relações de Gênero. Uma mais vinculada aos pressupostos de uma História Social das Mulheres e outra da História Cultural do Gênero, que se relacionavam, também, de formas diferentes com a base empírica da disciplina: a documentação. Ainda que a divisão soe “canhestra”,³²² ela parecia funcionar para organizar o campo naqueles meados da década de 1990. A relação entre a documentação, sua análise e a reflexão teórica sobre mulheres e gênero vai se inserir nestes textos que serão aqui analisados. Um momento na historiografia sobre mulheres e gênero em que posturas acerca da memória disciplinar e dos seus cânones serão defendidas também a partir das discussões em torno do “estatuto do documento”, discussões tais que, no Brasil, insinuaram-se “como incontornáveis” justamente a partir da metade da década de 1990 e sua “virada epistemológica”.³²³

Diante deste cenário, de aumento das defesas dentro da área e de debates e críticas – nem sempre muito bem endereçadas – havia também a preocupação, que aqui mais interessa, em delimitar o que tinha sido, o que era e o que poderia vir a ser a Histórias das Mulheres e das Relações de Gênero no Brasil. Tal delimitação se mostra patente no número também de textos com características de balanço que se preocuparam com a questão: pôde-se levantar 14 textos publicados entre 1996 e 2000³²⁴ e uma tese que se dedicou a historiar as relações da historiografia brasileira e os estudos de gênero.³²⁵ Esses outros textos tiveram que dialogar – ou silenciar – com os textos já trabalhados no primeiro capítulo desta tese e vir a se somar a este *monumento* que as historiadoras brasileiras desejavam – e lutavam – para erigir.

Após os textos de Maria Odila Leite da Silva Dias e de Joana Maria Pedro, além dos dois balanços de Margareth Rago, dois movimentos se desenhavam para delimitar o domínio

³²¹ MELLO, 2012.

³²² ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. Introdução. Da terceira margem eu so(u)rrio: sobre história e invenção. In. **História: arte de inventar o passado** (ensaios sobre teoria da História). Curitiba: Editora Prismas, 2017, p. 19-44.

³²³ SANTOS, 2020, p. 414-415.

³²⁴ Nem todos os textos serão aqui analisados e discutidos.

³²⁵ Trata-se da própria tese de Karla Adriana Martins Bessa, já citada e utilizada neste trabalho.

de conhecimento histórico brasileiro dedicado às mulheres e ao gênero. Em Maria Odila Dias, operava-se um corte em relação aos textos passados (Maria Beatriz Nizza da Silva, Eni de Mesquita Samara e Miriam Lifchitz Moreira Leite) que se apoiavam na História da Família e na Demografia histórica para a delimitação de tal domínio, afirmando a discussão teórica feminista e da História Social thompsoniana; em Pedro e Rago, ao mesmo tempo em que se buscava um distanciamento dos balanços anteriores em relação à origem do campo, estruturavam-se dois caminhos que procuravam delimitar de outra forma as discussões, os personagens e os espaços dedicados ao campo. Rago e Pedro pareciam buscar construir ao redor das instituições às quais se filiavam os novos rumos da História das Mulheres e das Relações de Gênero, renunciando à origem e dos lugares mais consagrados pelo enunciado emitido por Nizza da Silva, Samara e Leite.

Nesse sentido, caberia perguntar: o enunciado que atribuía a origem da área à História da Família e à Demografia histórica e o apelo ao traço documental da disciplina estava fadado a dar lugar aos enunciados emitidos em meados dos anos 1990 que anunciavam a História Social das Mulheres e a História Cultural de Gênero e suas respectivas discussões teóricas e conceituais como os destinos da área? Após 1996, as narrativas criadas por Pedro e Rago dariam conta de pacificar as disputas pela memória disciplinar e pelos cânones do campo? Em definitivo, a memória disciplinar da História das Mulheres e das Relações de Gênero estaria selada pelos textos de Dias, Pedro e Rago?

Para responder a tais questões, faz-se necessário, agora, entender de que maneira tal enunciado que consagrou a Demografia histórica e História da Família como precursoras do campo se comportou após meados daquela década e das contribuições de Dias, Pedro e Rago. Da mesma forma, é preciso compreender como foram recebidos, logo após sua emissão, os enunciados que defendiam a História Social das Mulheres ou a História Cultural de Gênero como alternativa à escrita da história da área. Para isso, este capítulo tem por meta descrever e analisar 7 novos textos que se dividiam, já entre 1996 e 1998, entre o balanço historiográfico e a reflexão teórica. Tais textos aqui elencados para a discussão podem responder como, no início da segunda metade dos anos 1990, as disputas pela história do campo se estruturaram.

O capítulo foi dividido em duas partes. A primeira demonstrará como duas historiadoras – Eni de Mesquita Samara e Maria Izilda Matos – se atentaram para a discussão conceitual sobre gênero. Já a segunda parte deste capítulo evidenciará como as reflexões de duas outras historiadoras – Rachel Soihet e Mary del Priore – puderam refletir acerca daquilo que era apresentado a elas como um legado do tema que se acumulou desde 1987 e, do mesmo modo, sobre a categoria de gênero. Como se pretende tornar evidente, a reflexão sobre o conceito de

gênero se tornou imperativa para a formulação das memórias disciplinares naqueles anos. Seja para afirmar ou negar sua utilidade, as historiadoras que serão aqui enfocadas buscaram pavimentar algumas saídas – nem sempre muito explicitadas em seus textos – para os embates que a área vinha enfrentando com relação à categoria gênero.

2.1 Saída I: História Cultural, História da Família e gênero

Longe de estar fadado ao esquecimento, o enunciado sobre a História da Família e da Demografia histórica encontraria na segunda metade dos anos 1990 um terreno ainda propício para sua atualização e reativação. Empenhadas em manter vivo tal enunciado e aquilo que haviam construídos como seus cânones, duas historiadoras entram em cena: Eni de Mesquita Samara e Mary del Priore. No embate por definições, do lado dos enunciados da História Cultural e da História Social, foram Maria Izilda Matos e Rachel Soihet que se dedicaram a reafirmá-los e defendê-los. Este subtítulo objetiva, a partir de agora, demonstrar como os enunciados da História da Família e da Demografia histórica e da História Cultural do Gênero puderam se relacionar com as contribuições sobre gênero e encontrar no conceito uma saída para reafirmar suas proposições. Divido em duas seções, este subcapítulo procurará descrever, em primeiro lugar, como Maria Izilda Matos se relacionou com essas questões para, num segundo momento, dar atenção às novas contribuições de Eni de Mesquita Samara.

2.1.1 Reafirmação e acomodação? História cultural e gênero, por Maria Izilda Matos

Maria Izilda Santos de Matos³²⁶ esteve inserida numa onda de publicações que se dedicava a refletir sobre a área de História das Mulheres e das Relações de Gênero na segunda metade dos anos 1990. Ela colaborou com tais reflexões a partir de quatro textos. Desses quatro,

³²⁶ Maria Izilda Santos de Matos formou-se em História na USP em 1978, tendo se especializado em Ciências Sociais pela mesma instituição em 1992. Defendeu a *Trama e poder: um estudo sobre as indústrias de sacaria para o café. São Paulo, 1888-1934* no PPG de História Econômica da USP em 1991, com orientação de José Jobson de Andrade Arruda. Realizou estágio de pós-doutorado na Université Lumière Lyon 2, na cidade de Lyon, França, em 1997. Em 2016, defendeu sua tese de livre-docência na PUC/SP com o título de *Por uma possível história do sorriso*. Iniciou sua carreira na docência superior nas Faculdade São Luís e nas Faculdades Associadas de Ciências Econômicas de São Paulo (FACESP), instituições em que trabalhou simultaneamente entre 1985 e 1989. Tornou-se professora do departamento de História da PUC/SP em 1987, onde também passou atuar na pós-graduação a partir de 1993. Na própria PUC/SP, integrou o Núcleo de Estudos da Mulher (NEM-PUC/SP), tornando-se sua coordenadora em 1991, sendo reconduzida ao cargo consecutivamente em 1995 e 2000. Coordenou o PPGH da PUC/SP em duas gestões seguidas (1999-2001 e 2001-2003) e se tornou vice coordenadora do mesmo programa entre 2009 e 2011. Entre 2005 e 2007, foi editora da Revista Brasileira de História. Interessou-se e se dedicou a pesquisar e a publicar sobre imigração, música, cidade, gênero, história das mulheres, especialmente na História do Brasil. Cf. MATOS, Maria Izilda de Santos. **Currículo do sistema de currículos Lattes**. Brasília, 9 abr. 2020. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/3818957885297532>. Acesso em: 12 abr. 2020, às 22h16min.

dois deles se tornarão foco de análise a partir de agora. Matos parecia estar tão empenhada em contribuir para o debate e o refinamento teórico da área que não só publicou capítulos e artigos sobre isso, mas ela mesma organizou, ao lado de Maria Angélica Soler, uma obra que congregava historiadoras com o mesmo intuito, o de colocar em debate uma categoria que vinha sendo destacada nos estudos sobre as mulheres: gênero.

*Gênero em debate: trajetória e perspectivas na historiografia contemporânea*³²⁷ foi organizada por Maria Izilda Matos e Maria Angélica Soler, em 1997, tendo sido publicada pela EDUC, editora da PUC-SP, instituição a qual Matos e Soler – naquele momento – estavam vinculadas. Na obra, há três textos que reúnem reflexões teóricas, metodológicas e historiográficas acerca do uso da categoria gênero. Maria Izilda Matos colaborou com o último capítulo da obra, intitulado “Outras histórias: as mulheres e os estudos de gênero – percursos e possibilidades”.³²⁸ Além da colaboração de Matos, as páginas do primeiro capítulo foram ocupadas pelas reflexões de Eni Mesquita Samara, com o texto “O discurso e a construção da identidade de gênero na América Latina”; já o segundo capítulo, “Enfoques feministas e a história – desafios e perspectivas”, foi escrito por Rachel Soihet.³²⁹

A obra foi escrita em uma linguagem para tentar atender a um público amplo, contando com 114 páginas e formato em edição de bolso. É a primeira iniciativa conjunta – entre aquelas a que se teve acesso para a escrita desta tese – que publicou textos de historiadoras com intuítos exclusivos para se pensar gênero e historiografia no Brasil. Como se viu na primeira parte da tese, os balanços e reflexões teóricas publicados até então se encontravam em revistas ou obras coletivas que traziam reflexões de profissionais de outras áreas – especialmente cientistas sociais – ou inseridas em temáticas mais amplas da própria historiografia. Isso parece ser um sinal de que as discussões ganhavam espaço não só entre as historiadoras dedicadas ao tema, de forma isolada, como também já possuíam algum interesse editorial, provavelmente facilitado pelas historiadoras que estavam trabalhando na instituição que publicou o livro. Se travava, ainda, de uma publicação que reunia três historiadoras experientes, praticantes da história das mulheres e do gênero, já bem estabelecidas em suas instituições de ensino e pesquisa, que

³²⁷ MATOS, Maria Izilda Santos de; SOLER, Maria Angélica. **Gênero em debate: trajetórias e perspectivas na historiografia contemporânea**. São Paulo: EDUC, 1997. Para se ter acesso à uma resenha e uma forma de recepção bastante elogiosa à obra, ver MOREIRA, Maria de Fátima Salum. Gênero em Debate: trajetória e perspectivas na Historiografia Contemporânea – Resenha, **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 20, n. 39, p. 297-300, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/RmPW9yk3brx6r9YnmkCmXzy/>. Acesso em 19 set. 2020, às 16h46min.

³²⁸ MATOS, Maria Izilda. Outras histórias: as mulheres e estudos de gênero – percursos e possibilidades. In: MATOS, Maria Izilda; SOLER, Maria Angélica. **Gênero em debate: trajetórias e perspectivas na Historiografia Contemporânea**. São Paulo: EDUC, 1997. p. 85-114.

³²⁹ As colaborações de Samara e Soihet para *Gênero em debate* serão tematizadas ainda neste capítulo.

desejaram promover um debate teórico e historiográfico para um público mais amplo do que aquele composto pelas próprias historiadoras interessadas na área.

Gênero em debate estava acompanhado de uma apresentação e uma presença ilustre que parecia dar às discussões ali presentes uma legitimidade entre os pares historiográficos nacionais. Ismênia de Lima Martins era colega de departamento de Rachel Soihet na UFF e, em 1997, apresentava *Gênero em debate* como presidenta da ANPUH/Nacional. Naqueles anos, os professores que dividiam os corredores da UFF haviam, pela primeira vez, se aproximado dos lugares de destaque das gestões da associação. Luiz Carlos Soares, professor do mesmo departamento que Martins e Soihet, havia sido segundo secretário (biênio 1991-1993) e vice-presidente (1995-1997) da associação antes da gestão de Ismênia Martins (1995-1997), enquanto Lana Lage Gama Lima, orientanda de Martins no mestrado realizado na UFF, se tornara presidente entre 1997 e 1999.³³⁰ Como notou Wagner Geminiano, a gestão de Martins à frente da associação seria a primeira vez que não havia “ninguém diretamente ligado ao PPGH uspiano no comando da ANPUH” e na edição da RBH.³³¹

Assistidas de perto e apresentadas pela presidenta da própria ANPUH/Nacional, as autoras de *Gênero em debate* são oferecidas à leitura com as seguintes palavras de Martins: “Pesquisadoras ativas, historiadoras conhecidas, são agentes do próprio processo de produção do conhecimento que analisam.”³³² No entanto, mesmo conhecidas e ativas, as historiadoras praticavam um campo que, segundo a então presidenta nacional da ANPUH, permaneceria em situação marginal na maioria das instituições e, por isso, “o último destaque a se fazer sobre as autoras”, continuava Martins, “diz respeito ao seu esforço profissional para a promoção de seu campo de estudos nas instituições onde atuam. Fruto desse trabalho, *Gênero em debate* merece sua inclusão nos quadros da História Militante”.³³³ Com a chancela da presidência da associação, *Gênero em debate* era introduzido como “história militante” aos seus leitores e às

³³⁰ Eni de Mesquita Samara, que também publicou em *Gênero em debate*, também tinha relações próximas com os círculos que estavam à frente da ANPUH/Nacional naqueles anos. Havia ocupado a secretaria-geral em duas oportunidades: entre 1991-1993 e já sob a presidência de Ismênia Martins, de 1995 a 1997. Cf. ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA. **Quem somos – Diretoria Nacional.** Disponível em: <https://anpuh.org.br/index.php/quem-somos/diretoria-nacional>. Acesso em 03 abr. 2022, às 17h35min.

³³¹ Geminiano também chama à atenção que tanto Martins quanto Laima Mesgravis (editora da RBH na época) haviam se formado na USP. Mesgravis, por sua vez, tinha sido professora da USP até 1988, todavia, já nos anos à frente da RBH, era professora da UNESP/Franca. Do mesmo modo, é interessante destacar, também a partir das investigações de Geminiano, que Martins e Soihet aproximam suas relações com os círculos hierárquicos da ANPUH/Nacional a partir de meados da década de 1990, fazendo seus orientados publicarem nas páginas da RBH. Tal aproximação, como se defenderá aqui nos próximos capítulos, foi essencial para a manutenção e reiteração de determinados enunciados sobre a área nos últimos anos da década de 1990 até meados dos anos 2000. Cf. SANTOS, 2020, p. 109-110.

³³² MARTINS, Ismênia de Lima. Apresentação. Em: MATOS, Maria Izilda Santos de; SOLER, Maria Angélica. **Gênero em debate: trajetórias e perspectivas na historiografia contemporânea.** São Paulo: EDUC, 1997. p. 8.

³³³ Ibidem, p. 10.

suas leitoras, não apenas por se tratar de um tema como mulheres e gênero, mas por colocar em destaque reflexões de autoras que praticavam uma área específica de estudos, ainda marginal aos olhos de Martins, e “ousavam” debatê-la. Parecia que o reconhecimento pela “militância política dentro da academia”, por espaços de pesquisa, publicação e notoriedade, havia chegado aos ouvidos do cargo mais importante da principal associação de historiadores do país, mesmo que possivelmente isso tenha se dado pelas redes que conseguiam mobilizar Maria Izilda Matos, Eni de Mesquita Samara e Rachel Soihet. As publicações em números mais vultosos na segunda metade dos anos 1990 acompanhava também certo reconhecimento institucional.

Um ano antes de organizar e publicar em *Gênero em debate*, Maria Izilda Matos já havia publicado um artigo praticamente idêntico na revista *Caderno Espaço Feminino* com o título de “História das mulheres e gênero: percursos e possibilidades”.³³⁴ Fundado e editado pelas professoras do Instituto de História da UFU que estavam vinculadas ao NEGUEM, o periódico parecia ser um lugar acolhedor para textos com característica de balanço sobre o campo, já que em 1994 Margareth Rago havia publicado em suas páginas o texto “Relações de gênero e classe operária no Brasil”. Quando se caracteriza os dois textos como praticamente idênticos é porque há uma pequena introdução no texto de 1997 que era, no texto de 1996, o resumo do artigo publicado no *Caderno Espaço Feminino*. Excetuando esta adaptação, o texto permanece o mesmo. Como se trata de uma mesma contribuição, esta seção se dedicará a descrever apenas a versão do texto de 1997.³³⁵

O capítulo “Outras histórias: as mulheres e estudos dos gêneros – percursos e possibilidades” contou com uma pequena introdução. Nela, além de anunciar o caminho que percorreria no texto, Maria Izilda Matos informava:

As recentes preocupações da historiografia com a descoberta de “outras histórias” vêm favorecendo a inclusão das mulheres e a incorporação da

³³⁴ MATOS, Maria Izilda. História das mulheres e gênero: usos e perspectivas. **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia, v3, n2, p. 35-50, 1996. O número no qual Matos publicou o seu texto também trazia artigos de Leila Mezan Algranti, Maria Clara Tomaz Machado, Eustáquia Salvadora de Sousa e Mara Rúbia Alves Marques Veríssimo. O mesmo número ainda era composto pelos artigos “Luce Fabbri e a utopia libertária”, de Margareth Rago, e “Maria Lacerda de Moura e a década de 20”, de Miriam Moreira Leite, e pela resenha que Kênia Maria de Almeida Pereira realizou da obra *A literatura feminina no Brasil contemporâneo* de Nelly Novaes Coelho.

³³⁵ Nos dois textos, Matos separa suas considerações em 5 seções. No artigo de 1996, além de uma pequena introdução que faz as vezes de resumo, as seções são intituladas como “Trajetória e influência”, “O tema na historiografia”, “Gênero: uma categoria de análise histórica”, “Contribuições: método, categorias, fontes e temporalidades” e “Impasses e perspectivas”. Como se verá ao se tratar das seções do capítulo de 1997, os subtítulos permanecem os mesmos. Além disso, os dois textos contam exatamente com a mesma bibliografia, tanto aquela usada para fazer um balanço, como aquela usada para reflexão teórica e conceitual sobre gênero e sobre a disciplina histórica. Há apenas uma obra adicionada ao texto de 1997, não sendo citada no artigo de 1996: a coletânea espanhola *Tradición, revuelta y consciencia de clase* que reuniu textos de Edward P. Thompson em 1979.

abordagem de gênero nos estudos históricos. Por outro lado, esses trabalhos têm contribuído de modo significativo para sua renovação temática e metodológica, abrindo possibilidades para a recuperação de experiências de outros setores sociais.³³⁶

A primeira seção do texto, “Percursos e possibilidades”, é utilizada por Matos para historicizar como teria ocorrido a “incorporação [d]a mulher e [d]a abordagem gênero na história”. Para a historiadora, “por razões internas e externas”, tais estudos teriam emergido “da crise dos paradigmas tradicionais da escrita da história”. Tal crise, que na visão de Matos também se tratava de “uma crise de identidade” da disciplina, teria levado à “ampliação do saber histórico” e permitiu a “descoberta das mulheres e do gênero.”³³⁷

Depois disso, Matos introduz já uma obra que considerava ser uma das “ancestrais” da discussão: “Na realidade, os estudos sobre a mulher nas ciências sociais brasileiras têm certa ancestralidade – sem retroceder muito, poderíamos citar a publicação de *A mulher na sociedade de classes*, de Saffioti (1969)”. Aqui a “ancestralidade” do campo, pelo menos entre as cientistas sociais, estava sendo remetida à uma socióloga que, tendo feito sua formação na USP e atuado na UNESP/Araraquara, estava vinculada ao curso e à pós-graduação em Ciências Sociais da própria PUC/SP. Depois de aposentada da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara (UNESP), em 1988, Heleieth Saffioti começou a dividir os mesmos corredores que Matos na PUC/SP.³³⁸

Com a citação da obra da socióloga paulista, Matos dá início à enumeração de fatores que colaboraram para a “presença das mulheres nos escritos acadêmicos”. O primeiro fator seria a maior participação feminina no mercado de trabalho, especialmente pós-Segunda Guerra, incluindo a própria universidade. “Conjugada” a esse fator, continuava a professora da PUC/SP, estava “a expansão da luta das mulheres pela igualdade de direitos e pela liberdade” que conquistou o espaço público pela “afirmação dos movimentos feministas”. Um segundo fator seria a “discussão dos paradigmas das ciências sociais”, que teria levado ao questionamento das “universalidades, permitindo a descoberta do outro, da alteridade, dos excluídos da história”.³³⁹

Com a ajuda dos trabalhos de June Hahner, *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas*, e de Amélia Telles, *Breve história do feminismo no Brasil*, Maria Izilda Matos afirmava que, se a luta feminina já se iniciara no século XIX, “suas reivindicações voltaram

³³⁶ MATOS, 1997, p. 85-86.

³³⁷ Ibidem, p. 86.

³³⁸ SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Currículo do sistema de currículos Lattes**. Brasília, 11 set. 2009. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/2981286472990593>. Acesso em: 25 set. 2020, às 11h06min; Idem, 2011.

³³⁹ MATOS, Op. Cit., p. 87.

ao cenário somente em 1975, quando a ONU instaurou o Ano Internacional da Mulher”. Sobre o Brasil, “mesmo sob o contexto desfavorável dos governos militares”, Matos chamava atenção para temas referentes às mulheres que teriam reflorescido àquela época: “violência sexual, contracepção, aborto, juntamente com as reivindicações concernentes ao trabalho [...] e à cidadania das mulheres”. Junto a “essa luta”, Matos ainda lembra “outros canais de participação da mulher” de que se valeram os movimentos de mulheres a partir da segunda metade dos anos 1970: “nos âmbitos dos bairros, creches, escolas, e principalmente nas igrejas” as mulheres reivindicaram “condições de saúde, educação, saneamento básico” e a própria anistia política. Sublinhando mais veementemente as formas de organização feminina no Brasil que as outras historiadoras já aqui discutidas, o texto de Matos tematizava o peso da Ditadura Militar brasileira sobre tais movimentos. Apontando que, “enquanto os espaços tradicionais de expressão política se encontravam fechados”, provavelmente em referência aos sindicatos e aos partidos políticos, tais mulheres “se organizaram em formas alternativas de atuação”. E é amparada nas obras *Quando novos personagens entram em cena* (1989), de Eder Sader, e *A classe operária tem dois sexos* (1991), de Elizabeth Souza-Lobo, que Matos informava seus leitores e leitoras sobre tais questões.³⁴⁰

É nesse momento, nos anos 1970, que, para Matos, as mulheres teriam entrado em cena e se tornado

[...] visíveis na sociedade e na academia, onde os estudos sobre a mulher se encontra[riam] marginalizados da maior parte da produção e da documentação oficial. Isso instigou os interessados na reconstrução das experiências, vidas e expectativas das mulheres nas sociedades passadas, descobrindo-as como objeto de estudo.³⁴¹

A partir disso, Matos começa a debater as transformações da disciplina histórica, baseada num texto de sua própria autoria:³⁴²

As novas tendências de abordagem histórica emergentes nesse momento possibilitavam uma abertura para os estudos sobre a mulher, ao ampliarem áreas de investigação e ao renovarem a metodologia e os marcos conceituais tradicionais, apontando para o caráter dinâmico das relações sociais e modificando os paradigmas históricos. Contudo, a influência mais marcante para essa abertura parece ter sido a descoberta do político no âmbito do cotidiano, o que levou a um questionamento sobre as transformações da sociedade, o funcionamento da família, o papel da disciplina e das mulheres, o significado dos fatos, lutas e gestos cotidianos. Assim, a expansão dos

³⁴⁰ MATOS, 1997, p. 87-88.

³⁴¹ Ibidem, p. 88.

³⁴² Matos utilizou o seu artigo “Na trama do cotidiano”, publicado em 1994, na revista *Cadernos Ceru*, periódico fundado em 1968 pelo Centro de Estudos Rurais e Urbanos (CERU-USP). Infelizmente, não foi possível ter acesso ao artigo de Matos, pois o número de 1994 não se encontra digitalizado no site da revista. Cf. CADERNOS CERU. **Sobre a revista**. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ceru/about>. Acesso em: 08 abr. 2022, às 15h53min.

estudos sobre a mulher vinculou-se a uma redefinição do político, frente ao deslocamento do campo do poder das instituições públicas e do Estado para a esfera do privado e do cotidiano.³⁴³

À incorporação do cotidiano e sua politização na academia juntava-se “a visão do relativismo pós-moderno” que, segundo Matos, teria praticamente destruído a separação tradicional entre “o central e periférico na história”, o que teria colaborado para o “desaparecimento progressivo do acontecimento histórico, do ‘fato’ como foco central de análise”. Mais que isso, “essas novas perspectivas e influências” teriam possibilitado

[...] o desmoronamento da continuidade, o questionamento de abordagens globalizantes do real, também de uma história política *evenementielle*, de corte neopositivista e em geral centrada nos estudos das elites e dos heróis masculinos, permitindo também o questionamento da universalidade do discurso histórico.³⁴⁴

Com essas preocupações em vista, Maria Izilda Matos sublinha que é a partir de tais movimentos que a história buscou “abrir trilhas renovadoras”, tais como o abandono de “cadeias sistêmicas e explicações causais” para criação de possibilidades de “articulação e inter-relação”, promovendo a “descentralização do sujeito histórico” e permitindo a “descoberta das histórias de gente sem história”. Esse movimento resumidamente narrado por Matos teria feito a disciplina histórica procurar “articular experiências e aspirações de agentes” aos quais ela teria negado “lugar e voz”. Seria, então, nesse movimento que

[...] o tema da mulher passou a atrair os historiadores desejosos de ampliar os limites de sua disciplina, de abrir novas áreas de pesquisa e, acima de tudo, de explorar as experiências históricas de homens e mulheres cuja identidade foi tão frequentemente ignorada ou mencionada apenas de passagem.³⁴⁵

Nesse sentido, a primeira seção do texto – “Percursos e possibilidades” – caminha para o encerramento afirmando uma conjunção entre movimento feminista e de mulheres e as transformações teórico-epistemológicas no conhecimento histórico como passo necessário para a emergência de uma História das Mulheres e das Relações de Gênero. Tal gesto já foi analisado nesta tese, mas em relação a outra historiadora. Foi Margareth Rago que, buscando uma “origem” para a área no Brasil, nomeou os trabalhos das sociólogas do trabalho feminino – incluindo aí a mesma *A mulher na sociedade de classes*, de Saffioti, dentre outras – e que também, antes de adentrar “o tema na produção historiográfica”, fez uma historicização sobre

³⁴³ MATOS, 1997, p. 88-89.

³⁴⁴ Ibidem, p. 89-90.

³⁴⁵ Ibidem, p. 90.

os questionamentos teóricos acerca do conhecimento histórico, entrecruzando tais questionamentos com os movimentos feministas. Antes de uma História da Mulher, a teoria e a política tomaram lugares nos balanços de Rago e de Matos. Ao contrário do que se propunha no enunciado da História da Família e da Demografia histórica, não foram tais áreas, ao lado do feminismo, que deslancharam uma História das Mulheres por meio de uma “revolução documental”. Teria sido um movimento de questionamento dos parâmetros disciplinares da História – incluindo seu próprio apego ao “fato”, à continuidade etc. –, que teria possibilitado a emergência da área.³⁴⁶ Não uma “revolução documental”, mas, sim, “uma crise dos paradigmas tradicionais da escrita da história” que, por ter “questionado a universalidade do discurso histórico” teria feito historiadores e historiadoras se atraírem pelo “tema da mulher”.

Não só nesses gestos que o balanço de Matos se aproximava daquele escrito por Rago em 1995. Ao encerrar sua seção inicial, a historiadora da PUC/SP informava e, mesmo sem citar o trabalho de Rago, vale-se quase das mesmas palavras que a historiadora da Unicamp:

A pluralidade de possibilidades de olhares sobre o passado [...] permite perceber toda uma vinculação entre a produção acadêmica e a emergência dos movimentos feministas e de mulheres. Esse esclarecimento se faz mais necessário quando nos damos conta de que a história não recupera o real no passado, mas constrói um discurso sobre este, trazendo tanto o olhar quanto a própria subjetividade do historiador que recorta e narra o passado.³⁴⁷

É só depois desta discussão, bastante próxima a de Rago, que Matos abre sua segunda seção, nomeada, justamente, de “O tema na produção historiográfica”. Tal seção, iniciada também de forma próxima ao balanço de Rago em 1995, dizia não pretender “fazer um levantamento exaustivo de toda essa ampla produção, mas pontuar algumas questões que parecem fundamentais para o debate”.³⁴⁸ E essas “questões fundamentais” começavam a aparecer da seguinte maneira

O processo de emergência do tema, tanto na produção historiográfica como em outras áreas, privilegiou nos anos [19]70, entre outras questões, a do trabalho feminino, em particular o fabril. É indiscutível a maior visibilidade do trabalho, por seu papel fundamental para a sobrevivência e pelo fato de ocupar grande parte da vida cotidiana. Todavia, esse privilégio dado ao mundo do trabalho possivelmente se deve a uma certa vinculação inicial dessas

³⁴⁶ Cf. RAGO, 1995.

³⁴⁷ MATOS, 1997, p. 90-91. Em 1995, Margareth Rago sublinhava as mesmas questões quase que da mesma forma: “O alargamento temático e as novas produções intelectuais resultantes merecem, hoje, uma avaliação crítica. Esta reflexão se faz tanto mais necessária, quanto mais nos damos conta de que a História não narra o passado, mas constrói um discurso sobre este, trazendo tanto o olhar quanto a própria subjetividade daquele que recorta e narra, à sua maneira, a matéria da história.”. RAGO, Op. Cit., p. 81.

³⁴⁸ MATOS, 1997, p. 91.

pesquisas aos estudos sobre o movimento operário e uma herança da tradição marxista, cuja preocupação era identificar os signos da opressão masculina e capitalista sobre as mulheres.³⁴⁹

Como se pode notar a partir do trecho em destaque, o surgimento do campo é deslocado, assim como fizera Rago, para a historiografia do trabalho, própria dos anos 1970, com as preocupações específicas daquele momento, bem como a presença da “herança marxista”. O texto de Matos, que já fora iniciado com reflexões tão próximas a de Rago, reafirmava também o enunciado proferido pela professora unicampista de que a origem da área seria os trabalhos sociológicos sobre a História das mulheres operárias.

São citadas as seguintes obras nesse momento: *O avesso da moda: trabalho a domicílio na indústria de confecção* (1986), de Alice Rangel de Paiva Abreu; *A operária metalúrgica* (1982), de Rosalina de Santa Cruz Leite; *O trabalho da mulher e do menor na indústria paulistana* (1982), de Esmeralda Blanco B. de Moura; *Mulheres e trabalhadoras – Presença feminina na constituição do sistema fabril* (1981), de Maria Valéria Junho Pena; e o capítulo “O trabalho da mulher na indústria de vestuário”, publicado por Amélia Rosa Sá Teixeira, Ana Clara Torres Ribeiro, Filippina Chinelli e Roseli Elias na coletânea *Mulher, mulheres*, organizada pela FCC em 1983.³⁵⁰

Como também fez Rago, Matos caracteriza essa historiografia do trabalho dos anos 1970 com obras que foram publicadas já na década de 1980. Os nomes, um tanto diferentes daqueles citados por Rago em 1994 e 1995, também merecem atenção. Alice Abreu era cientista social (PUC/SP, 1968), mestre (London School of Economics And Political Science, 1971) e doutora (USP, 1980) em Sociologia e era, em 1997, professora do curso de Ciências Sociais da UFRJ. Já Rosalina Leite era graduada em Serviço Social pela UFPE (1967) e, à época do balanço de Matos, era mestre em Ciências Sociais pela PUC/SP (1981) e preparava seu doutorado também em Ciências Sociais, na mesma instituição, sob orientação de Heleieth Saffioti. A obra de Rosalina Leite citada por Matos era justamente resultado de sua pesquisa de mestrado na PUC/SP, orientada por Octávio Ianni. No que concerne aos nomes de Junho Pena e de Esmeralda Moura, já citados em outros balanços, aparecem com as mesmas obras que já vinham sendo lembradas. A maior diferença é que Matos lembra um capítulo da coletânea

³⁴⁹ MATOS, 1997, p. 91-92. Grifos adicionados.

³⁵⁰ Na coletânea *Mulher, mulheres*, que publicou as pesquisas selecionadas pela Fundação Carlos Chagas para contar com financiamento da Fundação Ford no ano de 1981, o capítulo de Teixeira, Ribeiro, Chinelli e Elias não se intitula “O trabalho da mulher na indústria de vestuário”, mas, sim, “O trabalho e a trabalhadora fabril a domicílio”. Antecedendo o capítulo delas, encontra-se outro escrito por Cheywa Spindel com o título de “O ‘uso’ de trabalho da mulher na indústria do vestuário”. É possível que Matos tenha trocado os títulos das contribuições realizadas na coletânea.

Mulher, mulheres, colocando em cena nomes vindos das Ciências Sociais que ainda não haviam aparecido em outros balanços, todos eles ligados a instituições cariocas.³⁵¹

Se, assim como para Margareth Rago, os primeiros estudos sobre a mulher haviam emergido de uma historiografia do trabalho realizada pelas sociólogas; Maria Izilda Matos rearranjava alguns nomes e lugares que teriam dado condições para a História das Mulheres caminhar seus primeiros passos. Introduzia lá nos primórdios do campo contribuições de sua própria instituição com Rosalina Leite e a “ancestralidade” de Heleieth Saffioti, mas também para nomes que eram vinculados às instituições cariocas.

Para os trabalhos realizados a partir dos anos 1980, Maria Izilda Matos decidiu realizar uma divisão para apresentá-los de acordo com o recorte temporal ao qual tais trabalhos se referiam. Num primeiro bloco, apareciam as obras que privilegiaram “o período colonial e anos iniciais do século XIX”; num segundo bloco, eram visibilizadas obras que recortavam seus objetos entre o “final do século XIX e começo do século XX”.

Tematizando especificamente a década de 1980, a professora da PUC/SP afirmava que, “no âmbito do trabalho feminino, procurou-se resgatar as múltiplas estratégias e resistências criadas e recriadas pelas mulheres no cotidiano”, enfocando também a capacidade de tais mulheres “de explorar as inconsistências e incoerências dos sistemas sociais e políticos”, na busca de “brechas” para se expressar e sobreviver. Buscando reconstruir “os papéis improvisados”, os trabalhos dos anos 1980 teriam tido a capacidade de destacar e descobrir a presença constante das mulheres “na inserção no espaço público, onde as atividades femininas adquirem importância”. É neste momento que Maria Izilda Matos apresentou o primeiro bloco de autores e obras – aqueles que privilegiavam o “período colonial e os anos iniciais do século XIX”. A tônica desses trabalhos, para a historiadora que os arrolava, teria sido a procura pela mulher “no espaço urbano, em sua faina para colaborar na manutenção da casa, quando não provendo sozinha o próprio sustento e o da família”.³⁵²

Antes de adentrar especificamente nesse bloco de obras, Matos destacou a importância de Edward Thompson para tal historiografia, apontando para a inspiração retirada dos trabalhos do historiador britânico para perceber e destacar uma “cultura de resistência”, a luta “pela

³⁵¹ Não foi possível encontrar maiores informações sobre as trajetórias, publicações e instituições de Amélia Teixeira, Ana Clara Ribeiro, Roseli Elias e Filippina Chineli. Só foi possível acessar as suas notas biográficas que acompanharam a publicação de *Mulher, mulheres*. Assim, em 1983, ano que *Mulher, mulheres* saiu do prelo, Teixeira era graduada em Ciências Sociais (UFBA, 1972) e mestra em Sociologia (IUPERJ, 1982); Ribeiro era formada em Ciências Políticas e Sociais (PUC/RJ, 1967), tinha realizado seu mestrado em Sociologia (IUPERJ, 1977) e já era docente da UFRJ; Elias era graduada em Ciências Sociais (UFRJ, 1966) e preparava sua dissertação de mestrado em Sociologia no IUPERJ; por fim, Chinelli era historiadora (UFF, 1971) com mestrado em Antropologia (UFRJ, 1977) e também professora da UFRJ.

³⁵² MATOS, 1997, p. 91.

sobrevivência e a improvisação” que tomariam, então, “feições de atitudes políticas, formas de consciência e manifestações espontâneas de resistência”. No entanto, o texto de Maria Izilda Matos já alertava, em nota de rodapé, que tal “inspiração thompsoniana” ocorrera “independente das críticas que são feitas a Thompson de como ele incorpora as mulheres em seus estudos”. Consciente disso, Matos indicava aos seus leitores *Gender and the politics of history*, de Joan Scott, para a verificação de tais críticas. Num outro gesto parecido com o de Margareth Rago, a historiadora da PUC/SP já alertava para as possíveis reticências e reflexões em relação às práticas historiográficas inspiradas nas obras thompsonianas. Diferentemente de Rago, todavia, Matos não entrou em mais detalhes sobre as considerações de Scott sobre Thompson.³⁵³

Destacando os trabalhos representativos dessas abordagens, Matos tratou o trabalho de Anthony Russell-Wood e seu artigo “Women and Society in colonial Brazil”, publicado em 1977, como o pioneiro do primeiro bloco de obras e autores/as.³⁵⁴ Na mesma nota de rodapé, depois de Russel-Wood, Matos acrescenta que gostaria de destacar, “em particular para o período colonial e início do século XIX, as significativas contribuições” de Elizabeth Kuznesof em *Household and economy and urban development: São Paulo – 1765 to 1836* (1986); de Maria Odila Dias em *Quotidiano e poder* (1984) e no artigo “Nas fímbrias da escravidão urbana: negras de tabuleiro e de ganho” (1985);³⁵⁵ de Miriam Moreira Leite em *A condição feminina no Rio de Janeiro – século XIX* (1984); de Maria Beatriz Nizza da Silva em “O trabalho feminino do Brasil Colonial”, anais publicado pela VIII Reunião da SBPH, em 1989; de Eni de Mesquita Samara em *As mulheres, o poder e a família* (1989) e em “Women’s roles and work alternatives in XIXth century Brazil”, um texto produzido para os anais do XVI Congresso Internacional da LASA, em 1991; e, por fim, de Luciano Figueiredo em artigo intitulado “Quitandas e quitutes” publicado em 1985 na revista *Cadernos de Pesquisa*.³⁵⁶

Os nomes mobilizados por Matos para tematizar a história do trabalho feminino nos anos 1980 não eram novidade para os balanços daquela década e também não o são para esta tese. A mudança que parece bastante significativa para as perguntas realizadas nesta investigação é justamente sob qual tema estes nomes e obras estão agrupados no balanço de Maria Izilda Matos. Kuznesof, Russel-Wood, Leite, Nizza da Silva, Samara e Figueiredo eram

³⁵³ MATOS, 1997, p. 92-93.

³⁵⁴ Ver RUSSEL-WOOD, Anthony J. R. Women and Society in colonial Brazil. **Journal of Latin-American Studies**, v. 9, n. 1, p. 1-34. maio 1977. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/156605?seq=1>. Acesso em: 13 abr. 2020, às 16h12min.

³⁵⁵ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Nas fímbrias da escravidão urbana: negras de tabuleiro e de ganho. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 15, n. especial, p. 89-109, 1985.

³⁵⁶ MATOS, Op. Cit., p. 93.

antes identificados com mais frequência como aqueles que praticavam História da Família e/ou Demografia histórica e, em consequência, a História das Mulheres. Aqui, com Matos, eles são deslocados para o tema do trabalho feminino, para uma historiografia que não era decorrente de pesquisas vindas dos estudos da família e da demografia, mas pertenceriam a uma historiografia que, nos anos 1980, teria enfrentado e relativizado a influência da “herança marxista” por meio da “inspiração thompsoniana”. Nem mesmo Rago, logo antes, em 1994 e 1995, havia feito tal relação entre tais obras e a temática do trabalho.

A leitura que Maria Izilda Matos cria, já em 1996, para os trabalhos e nomes antes lidos como exemplares da História da Família, por exemplo, é de que tais nomes pertenceriam pertencem àquela História Social do Trabalho. Um deslocamento operado em 1996, a partir do enunciado de Margareth Rago, que parece ter tido uma resposta em 1998, realizada por Mary del Priore, que será apresentada e problematizada na última seção deste capítulo. Mais que isso, diferentemente de serem caracterizados como trabalhos possibilitados pelo redirecionamento que os estudos demográficos e os estudos da família tinham dado ao olhar das historiadoras, essas obras são possibilitadas por um redirecionamento do olhar teórico, que questionava a universalidade do discurso dos historiadores.

Interessante ainda é perceber que, no parágrafo subsequente, Matos elencou autores e obras de estudos sobre “o papel do feminino na família, as relações vinculadas ao casamento, à maternidade e à sexualidade”. Para esta historiografia da mulher, segundo Matos, característica dos anos 1980, ela anotava:

Focalizando a intersecção entre o privado e o público, entre o individual e o social, o demográfico, o político e o erótico, esses estudos desenvolvidos na historiografia brasileira estiveram mais concentrados na análise do período colonial e início do século XIX, e desvendaram em particular as fontes ligadas a Igreja e ao Estado.³⁵⁷

Aqui estava atada ao desenvolvimento da historiografia do trabalho feminino, primeiro o fabril e, depois, o informal de sobrevivência e resistência, os temas caros ao enunciado da História da Família e da Demografia histórica. Não só temas como demografia, casamento, maternidade e família, como também o período e as fontes privilegiadas por tal enunciado para defender sua memória disciplinar e seus cânones. Os nomes e obras citados são sintomáticos desse deslocamento que Maria Izilda Matos tenta operar. Também em nota de rodapé, a

³⁵⁷ MATOS, 1997, p. 93.

historiadora lançava uma lista de nomes e obras que, segundo ela, “não se poderia deixar de destacar, na ampla produção deste período”.

Os nomes que entraram para tal lista foram os de Leila Mezan Algranti, com *Honradas e devotas* (1993); Alzira Lobo de Arruda Campos e Raquel Domingues Costa, com, respectivamente, *O casamento e a família em São Paulo colonial* e *Divórcio e anulação de matrimônio em São Paulo colonial*, ambos os trabalhos sendo teses de doutorado defendidas em 1986; Mary del Priori, com *Ao sul do corpo* (1993); Eliana Goldschmidt e Luciano Figueiredo, respectivamente, com suas dissertações *Casamentos mistos de escravos em São Paulo Colonial* e *Barrocas famílias: vida familiar em Minas Gerais do século XVIII*, ambas defendidas em 1990; Lana Lage da Gama Lima com a tese *A confissão pelo avesso*, defendida em 1990; Fernando Londoño, também com a tese de 1992, *Público e escandaloso: Igreja e concubinato no antigo bispado do Rio de Janeiro*; Ângela Mendes de Almeida, com *O gosto do pecado* (1992); Luiz Mott, com o artigo “Os pecado da família na Bahia de Todos os Santos”, publicado em 1983 nos *Cadernos CERU*; Maria Beatriz Nizza da Silva, com *Sistema de casamento no Brasil colonial* (1984); Ilana Novinsky, com o capítulo “Heresia, mulher e sexualidade”, publicado em 1980 na coletânea *Vivências* da FCC; e, finalmente, Ronaldo Vainfas, com sua tese *Os trópicos dos pecados*, defendida em 1986, e com sua obra *História e sexualidade no Brasil*, também de 1986.³⁵⁸

Excetuando Luiz Mott, que apareceu pela primeira vez nas citações das historiadoras preocupadas em forjar a memória disciplinar da área, todos os outros nomes lembrados por Maria Izilda Matos eram mobilizados e, muitas vezes, repetidos nos textos de Maria Beatriz Nizza da Silva, Miriam Moreira Leite e, com menos frequência, de Eni de Mesquita Samara. Ora, assim como havia feito com o tema do trabalho feminino, o tema da família, da maternidade e do casamento era aqui exposto como decorrente daquela primeira inflexão, a da historiografia do trabalho praticada pelas sociólogas, na qual Matos encontrou a “ascendência” de Heleieth Saffioti. Matos parecia anunciar um gesto que seria repetido depois, texto após texto, de ir acomodando os nomes celebrados pelo enunciado da História da Família e da Demografia histórica no interior dos enunciados que emergiram já nos anos 1990: o da História Social das Mulheres e o da História Cultural do Gênero.

É só depois de fazer essa *acomodação*, então, que Matos se abre para descrever seu segundo bloco de autoras e obras, aquele que privilegiava o “final do século XIX e começo do século XX”, obras e autoras que teriam “enfoca[do] aspectos diversos, destacando a

³⁵⁸ MATOS, 1997, p. 93.

disciplinarização, os padrões de comportamento, os códigos de sexualidade e a prostituição” e priorizado “como fontes as jurídicas e as médicas”. Nesse segundo bloco, houve espaço para apenas quatro obras e três autoras, sendo elas *Do cabaré ao lar* (1985) e *Os prazeres da noite* (1991) de Margareth Rago; *Condição feminina e formas de violência* (1989) de Rachel Soihet; e *Meninas perdidas* (1989) de Martha Campos Abreu.³⁵⁹

Ao terminar esse rol de autoras e obras, Maria Izilda Matos abre em seu balanço uma discussão que já aparecia em alguns textos tratados nesta tese. Com a ajuda de textos de Michelle Perrot, a historiadora da PUC/SP buscou refletir sobre “a dicotomia entre a ‘vitimização’ da mulher [...] e a visão de uma ‘onipotência’ feminina, que muitas vezes estabelece uma ‘heroicização’ das mulheres.”³⁶⁰ A tópica da dicotomia entre uma história da mulher vitimizada e uma história da mulher vitoriosa já aparecia em outros debates, como aqueles de Margareth Rago e da própria Michelle Perrot.³⁶¹ Nesse movimento de discussões que se erguia no Brasil e no exterior, como Matos se inseria em tal debate? Ela parecia concordar com as outras historiadoras que já haviam escrito seus próprios balanços, incluindo a própria Margareth Rago:

O crescimento da produção historiográfica permite apontar que não se trata apenas de incorporar as mulheres no interior de uma grande narrativa pronta, quer mostrando que as mulheres atuaram tanto quanto os homens na história, quer destacando as diferenças de uma ‘cultura feminina’, perdendo-se assim a multiplicidade do ser feminino, podendo-se cair numa mera perspectiva essencialista. Após a fase inicial da necessidade de tornar visíveis as mulheres, abre-se a possibilidade de se recobrar a experiência coletiva de homens e mulheres no passado em toda a sua complexidade, bem como procura-se um aprimoramento metodológico que permita recuperar os mecanismos das relações sociais entre os sexos e as contribuições de cada qual ao processo histórico.³⁶²

Tal “aprimoramento metodológico” que Matos sublinhava ser necessário para superar a dicotomia mulher vítima *versus* mulher heroica seria dado pela categoria de gênero. Não só apenas pela categoria de gênero, mas por uma das suas formas específicas de se pensar gênero na história. Essa forma era aquela defendida por Joan Scott em “Gênero: uma categoria útil de

³⁵⁹ MATOS, 1997, p. 93-94.

³⁶⁰ Ibidem, p. 94.

³⁶¹ Esse debate já é colocado de alguma maneira por Rago nos seus balanços de 1994 e 1995. Michelle Perrot também vivia às voltas com essas reflexões, tanto nos seus textos publicado no Brasil em 1994 e 1995, como na coletânea que trazia as críticas à *História das mulheres no Ocidente*. Cf. RAGO, 1994; 1995; PERROT, 1994, 1995 e DUBY, Georges; PERROT, Michelle. **As mulheres e a História**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995.

³⁶² MATOS, Op. Cit., p. 95.

análise histórica” e, de tal maneira, que a próxima seção do texto de Maria Izilda Matos levava justamente o título do artigo publicado por Scott em *The American Historical Review*.

A terceira seção do balanço de Matos voltava a tematizar a discussão conceitual e teórica, mas desta vez com um foco específico: o conceito de gênero. Para isso, Matos apontava que seria em função das críticas e das mudanças no movimento feminista “que surge o gênero enquanto categoria de análise”. Sobre o feminismo, a historiadora resumia alguns de seus dilemas, em nota de rodapé:

Não podemos esquecer que a partir dos anos [19]80 o feminismo passa por toda uma autocrítica: antigas plataformas, como a busca pela igualdade de condições e direitos em relação aos homens e a procura de construção de uma identidade feminina única, são em parte questionadas, pontuadas pela diversidade dentro das lutas femininas. As mulheres penetravam nos movimentos sociais, expressando suas reivindicações no interior dos partidos, sindicatos e inúmeras outras associações, além de se descobrirem a diversidade dentro do próprio movimento feminista, que deixava de ser uma luta localizada.³⁶³

Como já fizera em outras oportunidades, aqui também Maria Izilda Matos parecia se aproximar dos argumentos de Margareth Rago, sobretudo naquilo que concerne às relações das teorias feministas com as filosofias da diferença e da aproximação do conceito de gênero com a História Cultural:

Nesse sentido, importantes contribuições foram dadas pela arqueologia dos discursos de Foucault, pela proposta de desconstrução de Derrida, pela historiografia das mentalidades e até mesmo pela psicanálise de Lacan. Esses pensadores tiveram ressonância entre estudiosos do tema da mulher e dentro do movimento feminista, propiciando a emergência das pesquisas em torno do gênero, que convergiram com uma nova tendência historiográfica: a "história cultural".³⁶⁴

Maria Izilda Matos, que ecoava o enunciado emitido por Rago, começava então, a definir o que entendia por gênero com o destaque de que a categoria reivindicaria um terreno próprio “em face da insuficiência dos corpos teóricos existentes para explicar a persistência da desigualdade entre homens e mulheres”. Esse “terreno próprio” buscava congrega pesquisas que dessem conta de “dialogar com outras categorias históricas já existentes” e, nesse sentido, gênero seria considerado uma categoria “mais neutra e objetiva”, sendo que seu uso, na concepção de Matos, poderia ser visto “como uma faceta que busca dar legitimidade acadêmica

³⁶³ MATOS, 1997, p. 96. Nota 7.

³⁶⁴ Ibidem, p. 96.

por parte dos estudiosos do tema”. De qualquer maneira, caminhando para encerrar a seção, Matos define gênero como ele aparece no artigo de Joan Scott:

Por sua característica basicamente relacional, a categoria gênero procura destacar que a construção dos perfis de comportamento feminino e masculino define-se um em função do outro, uma vez que constituíram-se social, cultural e historicamente num tempo, espaço e cultura determinados. Não se deve esquecer, ainda, que as relações de gênero são um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças hierárquicas que distinguem os sexos, e são, portanto, uma forma primária de relações significantes de poder.³⁶⁵

Depois de definir gênero, o texto de Matos dá espaço à seção “Contribuições: método, categorias, fontes e temporalidades”. A seção destacou as discussões teóricas e metodológicas acerca da História e suas relações com as abordagens de gênero. Amparada por uma bibliografia essencialmente estrangeira, a professora da PUC/SP mobilizava apenas um artigo brasileiro, “História oral: uma utopia?”, publicado por Maria de Lourdes Monaco Janotti e Zita de Paula Rosa na RBH em 1993.³⁶⁶

Em tal seção, interessa mais a esta tese a discussão que Maria Izilda Matos realiza sobre a relação entre fontes e estudos de gênero:

[...] os estudos de gênero reconhecem a pesquisa empírica como elemento indispensável para detectar o movimento de constituição de sujeitos históricos, analisando as transformações por que passaram e como construíram suas práticas cotidianas. Todavia, restam ao pesquisador apenas fragmentos filtrados pela consciência hegemônica dos documentos oficiais e da Igreja. Os estudos históricos com a abordagem de gênero trouxeram à luz uma diversidade de documentações, um mosaico de pequenas referências esparsas, que vão desde a legislação repressiva, fontes policiais, ocorrências, processos-crimes, ações de divórcios, até canções, provérbios, literatura, cronistas, memorialistas e folcloristas, sem esquecer as correspondências, memórias, manifestos, diários, materiais iconográficos e fontes eclesiásticas. Os jornais, a documentação oficial, cartorial e censos não são descartados, bem como a história oral, que vem sendo utilizada intensamente e de maneira inovadora.³⁶⁷

Ora, Maria Izilda Matos fazia uma defesa aqui dos estudos de gênero em relação às possíveis críticas que tais estudos poderiam receber por se tratar de uma abordagem “mais

³⁶⁵ MATOS, 1997, p. 97.

³⁶⁶ Do lado das publicações estrangeiras, apareceram as obras de François Dosse, *A história em migalhas*; de Philippe Ariès, *O tempo da História* e de Paul Thompson, *A voz do passado*. Keith Thomas comparece com um artigo e o livro *O homem e o mundo natural*; Gerda Lerner, com o artigo “Politics and culture in women’s history”; Sandra Harding com o artigo “The instability of the analytical categories of feminist theory”, publicado em 1986 na revista *Signs*; e Mary Nash com o capítulo “Two decades of women’s history in Spain”, publicado na coletânea *Writing Women’s History*, na qual também apareceu o balanço de Maria Beatriz Nizza da Silva. Ainda é citado o volume I da coletânea *História da vida privada*, organizado por Paul Veyne.

³⁶⁷ MATOS, Op. Cit., p. 101-102.

analítica” e “menos empírica”. Defendia e nomeava, uma a uma, as fontes possíveis e “indispensáveis para detectar o movimento de constituição de sujeitos históricos”. Mantinha um compromisso com uma das bases da disciplina e da profissionalização da História,³⁶⁸ sem perder de vista os recursos teóricos e a própria crítica que o conceito de gênero poderia fazer ao saber histórico.

Desde a documentação mais usada pelos estudos demográficos e da família, como os censos e as fontes eclesiásticas, passando por fontes oficiais ligadas ao processo de repressão, até aquelas como a oralidade, a literatura e as canções, fontes com as quais a própria Matos lidava naquele momento, para a publicação de *Melodia e sintonia em Lupicínio Rodrigues: o feminino, o masculino e suas relações* (1996) e do próprio artigo da RBH que foi apresentado na introdução deste capítulo, escrito ao lado de Fernando Faria. Maria Izilda Matos respondia, de certa forma, ao apelo empírico que foi dado ao surgimento da História da Mulher no enunciado da História da Família e da Demografia histórica. Se já respondia antes pondo o destaque nas inflexões teóricas e não nos documentos para a entrada do tema da mulher na historiografia, agora reforçava que não se tratava de perder o trabalho empírico, mas olhar o trabalho empírico com as fontes através da categoria gênero.

A questão da reflexão teórica e conceitual que, aqui, em 1997, media as discussões sobre o “material empírico”, aparecia já em “Teoria e método dos estudos feministas” (1992), com outros objetivos e destaques, é claro. Mas tal reflexão também passava por “Relações de gênero na pesquisa histórica” (1994) e por “Relações de gênero e classe operária no Brasil” (1994) e “A mulher na historiografia brasileira” (1995). Se, em 1992, um texto de debate teórico-conceitual publicado por Maria Odila Dias causou uma inflexão nos balanços historiográficos publicados desde 1987; agora, tais balanços pareciam “não poder” mais viver sem o debater esses tópicos. Caso não próprio da historiografia sobre mulheres e gênero, mas uma discussão da área que era também devedora da reflexão teórica na disciplina de modo mais amplo.

Para a última seção do texto, “Impasses e perspectivas”, Matos também elegeu uma bibliografia essencialmente estrangeira.³⁶⁹ De acordo com a historiadora da PUC/SP, a “outrora rejeitada e até marginalizada” História da Mulher havia passado por um processo de

³⁶⁸ Cf. DELACROIX, DOSSE, GARCIA, 2012, especialmente o capítulo 6, “O momento metódico”, p. 69-35. Para uma rápida apresentação dos casos alemão, britânico e estadunidense, cf. HARRISON, Robert; JONES, Aled; LAMBERT, Peter. Metodologia. História científica e o problema da objetividade. In: LAMBERT, Peter; SCHOFIELD, Phillip (Org.). **História**: introdução ao ensino e à prática. Tradução de Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Penso, 2011. p. 43-55.

³⁶⁹ Suas referências estrangeiras para a seção foram *Truth and method*, de Gadamer; *Les paysans de Languedoc*, de Le Roy Ladurie; a coletânea *A escrita da história*, organizada por Peter Burke; e, novamente, utilizava Veyne, mas agora *Como se escreve a história*.

reconhecimento e abriu possibilidades “de recuperação e outras experiências”. Com “a incorporação da categoria gênero”, Maria Izilda Matos afirmava que a disciplina teria se aberto a “um universo de tensões”, procurando “recuperar confrontos”, bem como a “ambiguidade e a pluralidade de possíveis vivências e interpretações” ao mesmo tempo que dava atenção à “teia de relações cotidianas e suas diferentes dimensões de experiência, fugindo dos dualismos e polaridades e questionando dicotomias”. É neste momento que Matos recorre ao único nome brasileiro mobilizado por ela naquela seção, o de Maria Odila Dias, citando seu capítulo “Teoria e método dos estudos feministas”. Em diálogo com Dias, Matos defendia que “a politização do privado e a privatização do público” teria colocado desafios novos “à interpretação crítica do historiador” e permitido “a ampliação de questões metodológicas importantes, sem abstração do engajamento político do sujeito do conhecimento”. Nesse sentido, “a interação do sujeito com o objeto”, continuava Matos, agora acionando Gadamer, poderia acontecer “sem uma neutralidade prefixada, criando uma verdadeira sintonia entre o historiador e seu objeto de estudo”.³⁷⁰

De acordo com Matos, os “Impasses e perspectivas” também se dariam no sentido da abertura de “um debate fértil” após o “crescimento da produção historiográfica sobre o gênero”. Esse debate e essa produção não esgotariam as possibilidades de análise, mas, ao contrário, faria visualizar os desafios que o campo se colocava. O primeiro deles, para Matos, seria o fato de que a historiografia “privilegiou o enfoque das experiências femininas em detrimento de seu universo de relações com o mundo masculino”. Depois disso, haveria também “a necessidade de uma síntese” que pudesse abarcar “continuidades e discontinuidades, as desigualdades persistentes e as experiências sociais radicalmente diferentes”, ainda que os “estudos concretos” tivessem já se proliferado. Um terceiro impasse seria o de analisar “a relação entre o particular e o geral”, que traria o desafio aos historiadores de expor “como os gêneros fazem parte da história” e como “relacioná-los aos acontecimentos mais conjunturais”, como “abordá-los de modo mais analítico que apenas descritivo”. Para Matos, importava estabelecer, talvez bastante inspirada pela proposta de Joan Scott, “relações e articulações mais amplas, inserindo-os [os gêneros] na dinâmica das transformações sociais, econômicas, políticas e culturais”.³⁷¹

Por fim, o texto de Matos se encerrava enunciando mais um impasse e fazendo um chamado. O impasse exposto pela historiadora se referia à relação academia e feminismo:

[...] devemos lembrar a manutenção da discrepância entre a alta qualidade da recente investigação histórica sobre as mulheres e a persistência de seu status

³⁷⁰ MATOS, 1997, p. 104-105.

³⁷¹ Ibidem, p. 106-107.

marginal, que se soma a debilidade dos movimentos feministas contemporâneos, descolados dos estudos acadêmicos. Há que se aprofundar a análise não apenas das experiências masculina e feminina no passado, senão também da conexão entre história passada e prática atual.³⁷²

Criticando o próprio movimento feminista daqueles anos, Matos criava um chamado para uma sintonia maior entre academia e movimento social, mas apostava numa crítica intelectual que desse conta de mobilizar gênero ao estudar o passado e, ao mesmo tempo, pudesse se fazer repensar as desigualdades presentes. Antenada às discussões teóricas e às produções historiográficas, a professora da PUC/SP abria espaço no seu texto à crítica política, a uma chamada de atenção para o movimento social e para a historiografia. Ainda nesse tom, Matos complementava:

[...] *mulher e homem* não constituem simples aglomerados; elementos como cultura, classe, etnia, geração e ocupação devem ser ponderados e inter cruzados numa tentativa de desvendamento mais frutífera, através de pesquisas específicas que evitem tendências a generalizações e premissas preestabelecidas. Sobrevém a preocupação em desfazer noções abstratas de "mulher" e "homem", enquanto identidades únicas, a-históricas e essencialistas, para pensar a mulher e o homem enquanto diversidade no bojo da historicidade de suas inter-relações.³⁷³

Encerrando o seu texto, Maria Izilda Matos afirmava que “os estudos de gênero” não representariam “opção para o pesquisador preocupado com um método que pressupunha equilíbrio, estabilidade e funcionalidade”. Uma forma parecida como Maria Odila Dias tratava os seus leitores e as suas leitoras com “ansiedade cartesiana”, em “Teoria e método dos estudos feministas”. Para Matos, com sua atenção ao debate teórico, conceitual e historiográfico, o campo de estudos de gênero era “minado por incertezas, repleto de controvérsias e de ambiguidades”. Mostrando em seu texto algumas dessas incertezas, controvérsias e ambiguidades, a professora da PUC/SP, porém, estava consciente de que a abordagem de gênero estava justamente à disposição para desestabilizar as categorias do presente e do passado. Especialmente se se tem em vista sua vinculação ao debate por meio das proposições de Joan Scott.

A preocupação de Matos em tratar teoricamente a disciplina e dialogar abertamente com as possibilidades criadas pelo conceito de gênero se fazia presente em seu texto. De um ponto de vista mais amplo, Matos estava afinada com outros textos já analisados, aproximando-se da crítica teórica já enunciada por Dias, mas, do mesmo modo, alinhada aos debates já promovidos por Pedro e Rago acerca dos estudos de gênero. Ao se aproximar dessas discussões que já

³⁷² MATOS, 1997, p. 107.

³⁷³ Ibidem, loc. cit. Grifos no original.

tinham tomado corpo na primeira parte dos anos 1990, Matos abria as discussões da segunda metade daquela década – no artigo de 1996, repetindo-as no capítulo de 1997. Interessada nos debates conceituais e teóricos, fazia também a defesa da “base” empírica da disciplina, chamando seus leitores e leitoras a pensar a relação entre fontes e as categorias com as quais trabalhou.

No que concerne ao seu balanço historiográfico, Matos ressoou o enunciado criado por Rago, argumentando também que o campo tivera sua origem nos estudos do trabalho e expondo a crítica dos estudos de gênero em sua aproximação com as filosofias da diferença e com a História Cultural. Não só do ponto de vista historiográfico, mas a crítica política também tomava forma em seu texto, buscando evidenciar o descompasso que acreditava haver entre o movimento feminista e os estudos acadêmicos. Deslocamento importante foi também o seu gesto de acomodação dos trabalhos e nomes mais acionados pelo enunciado da História da Família e da Demografia histórica sob o guarda-chuva dos estudos sobre trabalho feminino dos anos 1980, silenciando sobre o “pioneirismo” que outras historiadoras haviam atribuído à área. A propósito, o silenciamento do enunciado e dos balanços que defendiam a História da Família e a Demografia histórica é bastante flagrante em seu texto. Nenhuma das autoras de tal enunciado foi acionada por sua colaboração com a memória disciplinar do campo, mas, sim, por suas obras. Obras estas que, inseridas no gesto de acomodação realizado por Matos, seriam decorrentes de uma história do trabalho.

Outra acomodação é a que operou em relação aos trabalhos realizados na Fundação Carlos Chagas e financiados pela Fundação Ford, representados aqui pelas coletâneas *Mulher*, *mulheres* e *Vivências*. Se nos balanços de Nizza da Silva, de Samara e Leite a FCC aparecia com certo destaque e, por vezes, era mencionada como uma das primeiras instituições a franquear o estudos históricos da mulher, tornando-se peça importante para a emissão do enunciado da História da Família e da Demografia histórica; aqui, com Matos, a FCC perde o destaque e a força de instituição precursora.

Em face dessas discussões e desse silenciamento e acomodação operados por Maria Izilda Matos, caberia perguntar como as historiadoras do enunciado da família e da demografia reagiram a elas. Teriam reafirmado suas origens, seus cânones e o lugar de pioneiras? Teriam se antenado e defendido a utilização da categoria gênero, ou negado sua utilidade e importância para a pesquisa histórica? Para refletir sobre tais questões, este tópico abre agora uma nova seção, tentando entender como uma das historiadoras da família pode se posicionar nesse movimento de reflexões que abriam a segunda metade dos anos 1990.

2.1.2 Atualização? Mulheres, família e gênero, por Eni de Mesquita Samara

Com o objetivo de responder às questões colocadas no último parágrafo, inicia-se esta seção com um texto de autoria já bastante conhecida por esta pesquisa: “Gênero e identidade na historiografia”, publicado em 1996 por Eni de Mesquita Samara.³⁷⁴ Tal texto foi encontrado no sexto volume da *LPH: Revista de História*, publicação periódica do Laboratório de Pesquisa, Ensino e Extensão em História da Universidade Federal de Ouro Preto, localizado no campus de Mariana, em Minas Gerais. Apesar de estar publicado numa revista, o texto de Samara se trata de uma conferência proferida no dia 23 de julho de 1996 no *X Encontro Regional de História* da seção mineira da ANPUH. O evento teve lugar em Mariana, entre os dias 22 e 26 de julho de 1996 e contou com a publicação dos seus anais no sexto volume da *LPH: Revista de História*.³⁷⁵

O tema central do encontro fora “Minas, trezentos anos: um balanço historiográfico”. Todavia, a imensa maioria dos textos publicados nos anais não fazia referência direta à discussão historiográfica e, sim, a temas de pesquisa recorrentes sobre o recorte geográfico do estado mineiro, como mineração, escravidão e alforrias, além debates mais amplos, como aquele que versa sobre o conceito de cultura política, outros textos pensam política no Império Romano ou, ainda, que se dedicam às questões relacionadas ao ensino de história.³⁷⁶ Como outros trabalhos refletiram sobre temas mais diversos do que propunha o tema central do evento, o texto de Samara, que ocupou lugar de destaque no encontro como uma conferência, também não toca em trabalhos produzidos em ou sobre Minas Gerais que tivessem como objetivo debater gênero e identidade.

Em 1996, ano de realização do evento e de publicação do texto, Samara era professora associada do Departamento de História da USP. Dois anos antes, a professora uspiana havia assumido função de diretora do Centro de Estudos de Demografia Histórica da América Latina (CEDHAL-USP), local que congregava pesquisadoras e pesquisadores que se dedicavam ao estudo das populações, da demografia e da família. Em sua primeira passagem pela direção do

³⁷⁴ SAMARA, Eni de Mesquita. Gênero e identidade na historiografia. **LPH: Revista de História**, Mariana-MG, v. 6, n. 1, p. 19-30, 1996.

³⁷⁵ CERQUEIRA, Adriano Gama; FAVERSANI, Fábio; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Apresentação, **LPH: Revista de História**, Mariana-MG, v. 6, n. 1, p. 5-6, 1996.

³⁷⁶ Os temas dos textos foram consultados por meio do sumário dos anais publicados naquela edição do periódico. Assim, um exame mais profundo dos textos não foi possível, bem como não se julgou necessário fazê-lo. Os textos dos anais do evento que refletem diretamente sobre a historiografia mineira somam apenas 4 num total de 27 trabalhos; sendo eles “Belo Horizonte: 100 anos – História e Historiografia”, de Marcelina das Graças Almeida; “Historiografia das revoltas setecentistas mineiras – o caso da ‘Inconfidência Mineira’”, de João Pinto Furtado; “A exclusão social na historiografia local”, de Coraly Gará Caetano; e “A historiografia mineira: debates e tendências”, de Eliana Freitas Dutra.

centro, Samara permaneceu lá um longo período, de 1994 a 2004.³⁷⁷ Também no ano de 1994, a historiadora defendeu sua tese de livre-docência na área de História do Brasil Colonial, sob o título de *Feminismo, cidadania e trabalho: o Brasil e o contexto latino-americano nos séculos XVIII e XIX*.³⁷⁸ O tema da tese parece estar relacionado com o texto apresentado em Mariana em 1996, já que a tese se dedicou a pensar a construção da identidade de gênero feminina na América Latina, em perspectiva comparada. Tanto a tese quanto o texto em questão parecem estar também relacionados ao estágio de pós-doutorado que Samara realizou nos Estados Unidos, no Population Research Center, na Universidade do Texas em Austin, instituição esta que se dedicava, assim como o CEDHAL-USP, ao estudo das populações, da demografia, da família, além de se debruçar sobre os temas do trabalho e da saúde populacional.³⁷⁹

Assim, o texto, as pesquisas e as instituições frequentadas por Eni de Mesquita Samara em meados de 1990 pareciam estar em consonância com o restante de sua carreira: a pesquisa sobre mulheres e família, passando por instituições nacionais e estrangeiras que se dedicavam a tais estudos. No entanto, o texto também trazia certas novidades à carreira da professora uspiana e a que mais interessa a esta tese é a categoria de gênero, que passou a integrar as preocupações da pesquisadora nos anos 1990 e 2000.

O texto de Samara contava com 12 páginas e três seções: “Apresentação”, “A construção da identidade social de gênero” e “Ponderações finais”. Pelo título e pelos subtítulos do texto, já é perceptível um deslocamento nas palavras de Samara, as quais acolhiam a categoria de gênero – já acolhidas nos balanços de Pedro, Rago e Matos – e não destacavam nem a palavra “mulheres”, nem a palavra “família” ou a expressão “História da família” como vinha sendo feito nos seus primeiros textos aqui analisados.

A seção “Apresentação” tratou rapidamente do que Samara entendia, naquele momento, sobre as categorias que trabalharia em seu texto:

Pensar em Gênero e Identidade conjuntamente significa tentar discutir um tema que em função da sua complexidade, exige o seu entendimento de vários níveis de reflexão e análise. Isso se deve, primeiramente, ao fato de estarmos elaborando as relações entre os sexos na sua perspectiva cultural, e os seus significados específicos para a América Latina o que, em síntese, pressupõe uma reflexão sobre a “diferença”, nas práticas cotidianas, na elaboração do

³⁷⁷ Depois de uma década à frente do CEDHAL, Samara ainda seria sua diretora novamente entre 2009 e 2011, ano de sua morte. Cf. SAMARA, 2011.

³⁷⁸ SAMARA, Eni de Mesquita. **Feminismo, cidadania e trabalho: o Brasil e o contexto latino-americano nos séculos XVIII e XIX**. Tese (Livre-docência). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, USP, 1994.

³⁷⁹ SAMARA, 2011; THE UNIVERSITY OF TEXAS AT AUSTIN – POPULATION RESEARCH CENTER. **About**. Disponível em: <https://liberalarts.utexas.edu/prc/about/overview.php>. Acesso em 11 mar. 2022, às 15h19min.

discurso, no processo de socialização e na construção da identidade social de gênero.³⁸⁰

Na mesma “Apresentação”, Samara ainda define melhor a categoria gênero, recorrendo à expressão “relação entre os sexos”:

[...] é preciso que juntemos de uma só vez todas as peças do que pode parecer um quebra-cabeças, mas que resulta na *visualização teórica das relações entre os sexos, que nada mais são do que formas de representação cultural do nosso processo de socialização*.³⁸¹

Assim, aos desafios de pensar a identidade feminina em um contexto tão diverso, tão dotado de “diferenças” como a América Latina, Samara propõe visualizar teoricamente “as relações entre os sexos.” De alguma maneira, Samara passa a entender gênero como categoria capaz de responder questões historiográficas e, se um dia houve qualquer reticência por parte das historiadoras em pensar em categorias/teorias de gênero, como no caso de Maria Odila Dias, em 1992, esse não parecia ser um problema para Samara em 1996.

A expressão “relação entre os sexos” não parece aqui ser por acaso ou um mero sinônimo de “gênero”. A expressão, que pode ser remontada aos debates franceses da virada dos anos 1980 para 1990 em torno da História das Mulheres e do conceito de gênero, parece anunciar ainda um embate que estenderia seus frutos até o Brasil. Nos anos 1990, enquanto gênero passa a ser uma questão para as historiadoras das mulheres no Brasil – como se nota nos textos de Matos, Rago e Pedro já analisados, mas também, de certa forma, nos de Dias –, é o momento em que a própria França estava às voltas de pensar sobre a categoria de gênero, de forma bastante tímida ainda, tendo as maiores colaborações para a conceituação da categoria vindas dos Estados Unidos.³⁸²

É naqueles anos, 1994 e 1995, que circula em revistas brasileiras as traduções de textos de Michelle Perrot que fazem balanços da historiografia francesa sobre mulheres, bem como levam a historiadora francesa a pensar sobre gênero ao ouvir as críticas acerca de *História das Mulheres no Ocidente*. Num destes textos em que tenta responder se havia feito na coletânea uma “História das mulheres” ou uma “História das relações entre os sexos”, Perrot afirmava que, “sob o ângulo teórico, a diferença entre *Sex e Gender* (termo quase intraduzível em

³⁸⁰ SAMARA, 1996, p. 19.

³⁸¹ Ibidem, Loc. Cit. Grifos adicionados.

³⁸² Segundo o Groupe Histoire du Genre, ligado ao Centre de Recherches Historiques da École des Hautes Études en Science Sociales, o conceito de gênero se difundiu de maneira mais efetiva nas ciências sociais e humanas da França somente a partir dos anos 2000. Cf. ÉCOLE DES HAUTES ÉTUDES EM SCIENCES SOCIALES - CENTRE DE RECHERCHES HISTORIQUES. **Histoire du genre** – Presentation. Disponível em: <http://genre.ehess.fr/presentation/>. Acesso em 31 mar. 2022. Acesso às 10h22min.

francês), caro sobretudo às acadêmicas americanas (cf. Joan W. Scott), foi um dos eixos de reflexão nos últimos anos”. Se Perrot concordava com o argumento “teórico” de que a “diferença entre masculino e feminino não é um dado natural imutável, mas uma construção histórica e cultural”, ela recupera também a “Leitura crítica” de Gianna Pomata,³⁸³ respondendo às argumentações de Pomata apenas apontando que “esse ponto de vista não é unânime”.³⁸⁴ Ao dialogar com Pomata, Perrot utiliza um trecho do texto “História das Mulheres, História do Gênero: observações sobre a Idade Média e a Época Moderna na *História das Mulheres no Ocidente*”, citando-o diretamente:

[...] penso que a história do gênero, entendida como história da construção social, através de discursos e práticas, das categorias do masculino e do feminino, é perfeitamente legítima e que representa um domínio de extrema utilidade da investigação histórica. Mas não devemos confundi-la com a história das mulheres e ela não pode, seja em que caso for, obliterar a necessidade de uma história social das mulheres. A primeira tarefa da história das mulheres não é, em meu entender, ‘desconstruir’ os discursos masculinos sobre as mulheres, mas superar essa ‘penúria dos factos relativos à sua existência [...].’³⁸⁵

Defendendo, a partir de Pomata, uma diferença entre História das Mulheres e História do Gênero – ou das Relações entre sexos –, os textos de Michell Perrot publicados no Brasil em 1994 (*Revista Brasileira de História*) e em 1995 (*Cadernos Pagu*), ambos nascidos de conferências realizadas aqui ou no exterior e muito parecidos entre si, são inundados por expressões como “relações entre os sexos”.³⁸⁶ Mais que isso, a afirmação de que “sex e gender”

³⁸³ Historiadora que dividiu sua carreira entre a Itália e os Estados Unidos e que atualmente é professora emérita do Departamento de História da Medicina, na School of Medicine na Johns Hopkins University (EUA). Pesquisadora da história social e cultural da Europa Moderna, dedicou-se ao estudo da História da Medicina, das mulheres e dos corpos. Cf. JOHNS HOPKINS SCHOOL OF MEDICINE – DEPARTMENT OF THE HISTORY OF THE MEDICINE. **Gianna Pomata**. Disponível em: <https://hopkinshistoryofmedicine.org/people/gianna-pomata-phd/>. Acesso em 31 mar. 2022, às 10h35.

³⁸⁴ PERROT, 1995, p. 24-25.

³⁸⁵ O trecho de Pomata aqui citado foi retirado da tradução lusitana de seu texto: POMATA, Gianna. História das mulheres, História do Gênero: observações sobre a Idade Média e a Época Moderna na *História das Mulheres no Ocidente*. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. **As mulheres e a História**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995. p. 25-35. Michelle Perrot, ao citar diretamente tal trecho, acaba utilizando, nos dois textos que publicou no Brasil (RBH e *Cadernos Pagu*, respectivamente, em 1994 e 1995) a versão em inglês do capítulo de Pomata, com algumas mínimas diferenças da versão portuguesa: “I think that gender history is a perfectly legitimate and extremely useful area of historical research. But it should not be confused with women’s history and it cannot preempt the need for social history of women. I see the foremost task of women’s history not in ‘deconstruction’ of the male discourse about women but in the effort to overcome that ‘scarcity of facts’ about their lives.” Cf. Perrot, 1995, p. 24-25 e Perrot, 1994, p. 22. Para dar mais fluidez à leitura e pelo fato de se recorrer, mais adiante, ao mesmo excerto de Pomata, decidiu-se manter no corpo do texto a citação em português.

³⁸⁶ Na versão em língua francesa de um destes textos publicados aqui, “*rapports de sexes*” e “*rapports entre les sexes*”, ou, ainda, “*relations entre les sexes*” e “*la différence des sexes*” também aparecem de maneira bastante frequente. Nesse sentido, não parece ter sido uma versão da tradução para o português que evidenciou tais expressões. A seção “História das mulheres ou história das relações entre os sexos” do texto de 1994, no qual

seriam termos praticamente “intraduzíveis em francês” parecia ignorar o número dos *Cahiers du GRIF*, publicado já em 1988 e intitulado “Le genre de l’histoire”.³⁸⁷ Tal número fora organizado por Françoise Collin – filósofa e uma das fundadoras dos *Cahiers du GRIF* – para discutir o que se entendia por “pesquisa feminista”. Na introdução do número, Collin partia da ideia que a pesquisa feminista, “em sua primeira etapa”, havia tratado de constituir “a mulher como objeto de pesquisa” o que teria levado, no caso da história, “a produzir elementos do que se convencionou chamar de história das mulheres.”³⁸⁸ No entanto, continuava Collin, já não se definia mais “pesquisa feminista”, em fins 1988, pelos seus objetos e nem pelos sujeitos que se debruçavam sobre aqueles objetos.

Então, qual é o critério que qualifica a pesquisa como feminista? É a grade de leitura que ela tanto produz como aplica ao campo do saber, e no limite de todo saber, e pela qual o modela ou remodela, ou até o constrói. Essa grade de leitura toma como parâmetro a noção de *gender*, de gênero tal como as feministas americanas o elaboraram e como desenvolvido (aqui) por Joan Scott, ou seja, o parâmetro do que chamamos em francês de diferença entre os sexos, mas uma diferença que inclui a assimetria do diferente e sua articulação em termos de poderes.³⁸⁹

O termo “gênero”, que no artigo publicado na *RBH* em 1994 e na conferência realizada no Núcleo de Estudos de Gênero Pagu-Unicamp (1994) e depois publicada pelo mesmo Núcleo em seus *Cadernos* (1995), que parecia ser “quase intraduzível” para Perrot, já era “traduzido” para o próprio francês no número de 1988 dos *Cahiers du GRIF*. Acompanhado de textos das historiadoras Eleni Varikas e Michèle Riot-Sarcey, mas também da especialista em Literatura Cristine Planté, estava a tradução do próprio artigo “Gender: a useful category of historical analysis”, de Joan Scott, publicado havia dois anos na *The American Historical Review*.

Perrot se dedica a pensar tais questionamentos, tem, no original, o mesmo sentido: “Histoire des femmes ou histoire des rapports entre les sexes”. Cf. PERROT, 1995; PERROT, Michelle. Où en est en France l’histoire des femmes?, **French Politics and Society**, v. 12, n. 1, p. 39-57. Winter, 1994. Disponível em: L: <http://www.jstor.org/stable/42844384>. Acesso em: 30 mai. 2016, às 15h16min.

³⁸⁷ LES CAHIERS DU GRIF. **Le genre de l’histoire**, n. 37-38, 1988. Disponível em: https://www.persee.fr/issue/grif_0770-6081_1988_num_37_1?sectionId=grif_0770-6081_1988_num_37_1_1760. Acesso em 24 mar. 2022.

³⁸⁸ No original: “La première étape de la réflexion féministe a été marquée par la constitution des femmes en objet de recherche. Il s’agissait de ramener l’attention sur les oubliées du savoir, de légitimer leur réalité, de leur rendre leur espace propre, voire de définir leur spécificité. Eh histoire, cette démarche a produit les éléments de ce qu’on a nommé *l’histoire des femmes*.” COLLIN, Françoise. Introduction: Sexes et savoir. **Les Cahiers du GRIF**, n. 37-38, p. 5-7, 1988. p. 5, grifos no original. Disponível em: http://www.persee.fr/doc/grif_0770-6081_1988_num_37_1_1750. Acesso em 28 mar. 2022, às 16h46min.

³⁸⁹ Ibidem, p. 6. No original: “Quel est alors le critère qui permet de qualifier une recherche de féministe ? C’est la grille de lecture que tout à la fois elle produit et applique au champ du savoir, et à la limite de tout savoir, et par lequel elle le modèle ou le remodèle, voire le construit. Cette grille de lecture prend pour paramètre la notion de *gender*, de genre telle que les féministes américaines l’ont élaborée et telle que la évalue (ici même) Joan Scott, à savoir le paramètre de ce que nous nommons en français la différence des sexes, mais une différence qui inclut la dissymétrie des différents et leur articulation en termes de pouvoirs.”.

Traduzido por Varikas, o artigo recebeu o título em francês de “Genre: une catégorie utile d'analyse historique”.

Assim, o “*gender*”, que já havia sido equivalido por Collin em sua introdução à concepção de “diferença entre sexos”; que já estava traduzido no título do próprio número dos *Cahiers du GRIF* e no próprio artigo de Scott como “*genre*”, era ainda enunciado por Michelle Perrot, no Brasil e fora dele, como “quase intraduzível”. O número da revista francesa ainda continha uma entrevista da própria Michelle Perrot concedida à Françoise Collin, com o título de “Michelle Perrot: Histoire du privé”. Quando perguntada se a perspectiva de revisão da própria história “a partir da realidade de gênero” já estava “assimilada pelos historiadores”, Perrot responde que tal assimilação ainda se daria de forma “tímida” e “estaria longe de acontecer”. O que ela percebia

[...] no comportamento dos colegas historiadores é que eles estão muito mais conscientes do que antes da questão [...] George Duby está entre os que tentam preencher esse descuido da história. Mas as coisas estão se movendo lentamente, é verdade. Dito isso, a preocupação em introduzir a relação homens/mulheres na história não é nova: pode-se pensar em Michelet, mesmo que ele tenha resolvido o problema fazendo da mulher natureza e do homem cultura.³⁹⁰

Perguntada sobre a perspectiva de gênero, Perrot reforça a “relação homem/mulher” ou, ao menos, a vê como uma possível tradução ao termo utilizado por Françoise Collin ao formular sua pergunta. De qualquer forma, parece que Perrot também afirma que, antes das “exigências das americanas”, Duby e, à sua própria moda, Michelet já assumiam tal perspectiva para escrever história.³⁹¹ Parece que, passados os anos 1980 e adentrando os anos 1990, momento em que o próprio modelo historiográfico dos *Annales* parecia estar em “crise” numa perspectiva

³⁹⁰ No original: “Françoise Collin: Cette perspective qui consisterait à revoir, à partir de *la réalité de genre*, l'histoire elle-même, est-elle déjà assimilée de quelque manière par les historiens? Michelle Perrot: C'est timide encore. C'est loin de se faire. Ce que j'observe dans le comportement des collègues historiens, c'est qu'ils sont sensibilisés beaucoup plus qu'autrefois à la question [...] George Duby est parmi ceux qui tentent de combler cet oubli de l'histoire. Mais les choses bougent lentement il est vrai. Ceci dit le souci d'introduire le rapport hommes/femmes dans l'histoire n'est pas neuf: on peut penser à Michelet même s'il résolvait le problème en faisant des femmes la nature et des hommes la culture.” Cf. PERROT, Michelle; COLLIN, Françoise. Entretien avec Michelle Perrot. *Les Cahiers du GRIF*, n. 37-38, p. 154-163. 1988. p. 160. Tradução nossa. Disponível em: http://www.persee.fr/doc/grif_0770-6081_1988_num_37_1_1760. Acesso em 28 mar. 2022, às 14h17min.

³⁹¹ As “exigências das americanas” se referem ao fato de Perrot afirmar ter dado atenção às relações de gênero (ou melhor, “relações entre sexos”) e à sua desconstrução em *História das Mulheres no Ocidente* e ainda assim sofrer críticas das pesquisadoras que vinham dos EUA. Ao responder tais críticas, Perrot declarava: “[...] quando nosso editor italiano nos havia proposto escrever *Storia della Donna* [no singular], havíamos protestado e reivindicado: *Storia delle Donne* [no plural]. Já que a diferença dos sexos é uma construção, poder-se-á desconstruí-la em todos os níveis. Já disse que isto foi, para nossa equipe, uma preocupação essencial. Apesar de as historiadoras americanas acharem que não conseguimos realizar essa desconstrução até o fim.” PERROT, 1995, p. 22.

mais ampla da historiografia³⁹² e que as “exigências americanas” postulavam outros rumos para a História das Mulheres a partir do “*gender*”, Michelle Perrot decide reafirmar consagrados nomes da historiografia francesa: Michelet e Duby.

Tal contextualização das discussões ocorridas na França parece ser necessária para se pensar o Brasil nos mesmos meados da década de 1990. Ao lado da tradução das autoras que refletiam sobre gênero – especialmente de Joan Scott – que estavam acontecendo no Brasil desde inícios dos anos 1990, por meio de revistas que incluíam os *Cadernos Pagu*, havia um movimento de se traduzir as autoras que não “conseguiram traduzir” *gender* para o francês, aqui exemplificado pelos textos de Michelle Perrot. Este cenário indica, talvez, a existência daqueles conflitos já narrados no início deste capítulo e expostos nas páginas da *Revista Brasileira de História* também em 1996 em que a categoria gênero tentava despontar como alternativa às análises da História Social das Mulheres. O texto de Eni de Mesquita Samara, que é alvo de reflexão nesta seção, parecia participar deste cenário, especificamente no que tange ao próprio uso das duas proposições em um único texto: “gênero” e “relações entre os sexos”.

Voltando ao texto de Samara, parece que esse conflito de traduções de meados da década de 1990 “internalizado” em seu artigo – entre as “relações entre os sexos” e “gênero” – seria resolvido pela “teorização da diferença sexual” por meio da categoria gênero. Para Samara, então, não haveria qualquer contradição nestas expressões: enquanto as “relações entre os sexos” pudessem ser pesquisadas a partir da “teorização de gênero”, o problema estaria resolvido. Ao finalizar a “Apresentação”, quase que em um chamamento para que a historiografia passasse a refletir sobre conceitos como “gênero”, “identidade”, “diferença” etc., Samara propõe:

[...] é preciso estar atento às diferenças entre homens e mulheres, entre gênero e raça, entre gênero e classe, entre gênero e cultura, compreendendo por exemplo, que “identidade” é um conceito dinâmico e que muitas vezes o conceito de gênero é construído diferentemente nas diversas classes sociais. E é partindo desse quadro de preocupações que propomos discutir gênero e identidade na historiografia.³⁹³

Ora, já na apresentação de seu texto é possível perceber uma diferença dos outros textos publicados por Eni de Mesquita Samara no início dos anos 1990. Havia, agora, mesmo que rapidamente, uma preocupação em, se não teorizar, ao menos definir algumas categorias

³⁹² Cf. DELACROIX, DOSSE, GARCIA, 2012, especialmente o capítulo 6, “Uma crise da História? (as décadas de 1980/1990)”, p. 321-410.

³⁹³ SAMARA, 1996, p. 19.

importantes para o tema que ela desejava tratar e que vinha tratando em suas pesquisas que a levaram a Austin, no Texas, e à sua livre-docência, na USP. Nos outros textos, salvo alguns momentos que buscavam apontar para a discussão conceitual ou teórica, os balanços de Samara não tinham tanta preocupação em trabalhar nesse sentido. A diferença, que parece ser sentida neste cenário de meados da década de 1990, é que a discussão havia já mudado, interagindo em maior ou menor medida com o conceito de gênero, privilegiando não apenas o rol de obras e autoras, mas também uma dedicação maior a pensar conceitualmente e teoricamente as questões tratadas.

Avançando para a segunda seção do texto de Samara – “A construção da identidade social de gênero” –, movimento que a autora retoma a prática de elencar obras, nota-se que algumas referências utilizadas nos antigos balanços se mantêm: Ann Pescatello, Elizabeth Kuznesof, Anthony J. R. Russell-Wood e June Hahner, nomes internacionais já acionados por Samara nos balanços de 1991 e 1993 e nos balanços de Maria Beatriz Nizza da Silva e que, também em 1996, eram acomodados por Maria Izilda Matos no enunciado sobre História Cultural do Gênero.

Em relação ao nomes brasileiros, apenas três figuravam entre as referências de Samara. Ela própria, em primeiro lugar, com o já mencionado *As mulheres, o poder e a família*; com o seu capítulo “La mujer em la historiografia latinoamericana reciente”, publicado em uma coletânea em língua espanhola em 1991;³⁹⁴ e com um texto publicado em 1994 nos Estados Unidos, no *Journal of Women's History*, com o título de “Feminism, social justice and citizenship in Latin America”;³⁹⁵ e *A família brasileira*, livro de sua autoria que estava, naquele momento, em sua quarta edição pela editora Brasiliense. Já a segunda brasileira citada é Maria Odila Dias, com *Quotidiano e poder*; e, a terceira, Mariza Correa, antropóloga da Unicamp, e seu texto “Repensando a família patriarcal”. Mais uma vez, Eni de Mesquita Samara privilegiava aquela bibliografia já destacada nos seus balanços anteriores, com a mesma

³⁹⁴ Não se teve acesso ao texto publicado em espanhol, na coletânea *Historia de la mujer e la familia*, organizada por Jorge Nuñez Sánches, mas chama-se a atenção para o fato de que tal texto tem título homônimo ao do balanço que Samara publicou na *Revista Anos 90* em 1993, sob o título em português “A mulher e a família na historiografia latino-americana recente”. Cf. SÁNCHEZ, Jorge Nuñez (Org.). **Historia de la mujer y la familia**. Editora Nacional de Quito, Equador, 1991.

³⁹⁵ O texto se trata, na verdade, de uma resenha dos livros de June Hahner, *Emancipating the Female Sex: the Struggle for Women's Rights in Brazil, 1850-1940* (1990); de Francesca Miller, *Latin American Women and the Search for Social Justice* (1991); e de Lynn Stoner, *From the House to the Streets: The Cuban Woman's Movement for Legal Reform, 1898-1940* (1991). No decorrer do texto, publicado na seção *Book review* do periódico, são elencados alguns nomes já conhecidos nos textos nacionais de Samara, tais como Elizabeth Kuznesof, Charles Boxer, Alida Metcalf, Muriel Nazzari, Maria Odila Dias e a própria Samara. Cf. SAMARA, Eni de Mesquita. *Feminism, Social Justice and Citizenship in Latin America*. **Journal of Women's History**, Bloomington, v. 6, n. 2, p. 135-43, 1994.

produção internacional e também os mesmos nomes uspianos, com exceção apenas de Mariza Correa. Além de voltar a valorizar sua própria contribuição para a área, Samara dava destaque para sua produção internacional, às suas publicações em língua estrangeira e àquelas que haviam sido recentemente lançadas, enquanto preferia silenciar sobre suas colaborações em língua portuguesa, especialmente os balanços de 1991 e 1993.

Mais do que a enunciação dos três nomes nacionais, chama a atenção a supressão de alguns deles. Diferentemente dos balanços de 1991 e de 1993, as colegas de universidade, que ajudaram a emitir e a ressoar o enunciado sobre a Demografia histórica e a História da Família, não figuravam no corpo do texto, nem nas notas de rodapé, nem nas referências. Tanto Maria Beatriz Nizza da Silva, quanto Miriam Lifchitz Moreira Leite, que tinham sido citadas, mesmo que timidamente, no balanço “Mulheres das Américas: um repasse pela historiografia latino-americana recente” e “A mulher e a família na historiografia latino-americana recente”, não lograram espaço neste novo texto de Samara. Além da supressão dos textos de Leite e Nizza da Silva, chama também atenção o fato de que Samara, já em 1996, fez questão de esquecer a Fundação Carlos Chagas (FCC), fundação esta que era lembrada até então nos seus balanços. Isso já parece indicar um distanciamento de Samara com as narrativas sobre o campo que estavam sendo consolidadas na segunda metade dos anos 1980 e na primeira dos anos 1990. Um movimento de aproximação com a discussão da categoria gênero e, conseqüentemente, um distanciamento em relação ao enunciado ressoado nos primeiros balanços?

Se não há nomes e obras como as de Maria Beatriz Nizza da Silva e de Miriam Lifchitz Moreira Leite, também não há menções a Margareth Rago, à Joana Maria Pedro, às suas obras e nem aos balanços e reflexões que as duas historiadoras haviam publicado entre 1994 e 1995. Mais que silenciar sobre as obras e as reflexões de Pedro e Rago sobre a área de História das Mulheres e das Relações de Gênero, Samara voltava a não dizer qualquer palavra sobre instituições cariocas, acerca das pesquisas da UFSC, os trabalhos da Unicamp etc., à exceção da menção à Mariza Correa, que em 1996 já havia defendido sua dissertação em Ciências Sociais (Unicamp, 1975) e sua tese na área de Ciência Política (USP, 1982) e era professora do Departamento de Antropologia da Unicamp desde 1976, local em que também ajudara a fundar o Núcleo de Estudos de Gênero Pagu e a Revista *Cadernos Pagu*.³⁹⁶ Ora, se Samara inicia o texto trazendo a discussão sobre gênero e outros conceitos, como identidade, raça, diversidade etc., a bibliografia a que ela faz referência foi, em boa parte, a mesma dos textos publicados em 1991 e 1993. Ou seja, aquela mesma bibliografia ligada ao enunciado sobre a História da

³⁹⁶ CORREA, Mariza. **Currículo do Sistema de Currículos Lattes**. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/1697698820602428>. Acesso em 13 mar. 2022, às 18h18min.

Família e da Demografia histórica não perde espaço para a questão de gênero e demais discussões ali apresentadas.

O que aparece no novo texto de Samara é outra bibliografia estrangeira que dará conta de fornecer elementos teóricos para a sua discussão de gênero. As citações são amplas, mas algumas apontam mais diretamente às discussões empreendidas nesta tese. Para se ter uma ideia, aparece já na segunda nota de rodapé o artigo "Gender: a useful category of historical analysis", de Joan Scott (1986). A primeira nota foi dedicada aos trabalhos de Kuznesof e aos trabalhos da própria Samara. E como “estudos modelares que surgiram recentemente dedicados ao estudo da condição feminina”, Samara elenca *Reproducing the world: essays in feminist theory*, de Mary O’Brien (1989); *Retrieving Women's History: changing perceptions of the role of women in Politics and Society*, obra organizada por Jay Kleinberg (1988), “além do trabalho clássico” de Louise de Tilly e de Joan Scott, *Women, work and family* (1978).³⁹⁷

Estes nomes e obras mostram uma historiadora bastante atenta ao que havia sido produzido no exterior acerca das mulheres e do gênero nas últimas décadas, com certo destaque às contribuições que se dedicavam a pensar teoricamente o tema. No entanto, Samara não menciona que parte destas contribuições já haviam sido traduzidas aqui no Brasil, seja pelas mãos da revista sul-rio-grandense *Educação & Realidade* em 1990 e 1995; seja pelas mãos do grupo recifense SOS CORPO, em 1993; ou, ainda, pela tradução de textos realizada pelos *Cadernos Pagu*, em 1994. Provavelmente, a dificuldade de circulação dos textos em revista em material impresso, realidade da década de 1990, e o contato com a bibliografia em língua inglesa durante o estágio nos EUA possam justificar o silenciamento sobre as traduções brasileiras.

Além das referências para a discussão teórica, o texto de Samara avança repleto de citações de bibliografia internacional sobre a História das Mulheres latino-americanas. Por não se tratar do foco essencial desta tese, dedica-se agora a tentar responder às questões que foram levantadas nesta seção: haveria, então, na segunda metade da década de 1990, uma guinada ao gênero, representando certo arrefecimento do enunciado que indicava a História das Mulheres e das Relações de Gênero ser devedora da História da Família e da Demografia histórica? O texto em análise parece responder negativamente a esta questão, ao menos em partes.

É possível perceber, pelas referências mobilizadas e pelas discussões realizadas por Eni de Mesquita Samara, que houve, sim, uma aproximação com a categoria gênero, mas as referências também se mantêm em boa parte aquela mesma consagrada à História da Família.

³⁹⁷ SAMARA, 1996, p. 20.

Além disso, ao tratar da necessidade de se levar em consideração a ideia de diversidade para superar estereótipos em relação às mulheres, Samara volta a manter ativo o enunciado emitido por Nizza da Silva:

Ponderações desse tipo [sobre a diversidade] estão presentes na maior parte dos autores dedicados ao estudo da condição feminina na América Latina nos últimos anos. *As contribuições mais recentes, por sua vez, avançam em questões que iniciaram há algumas décadas atrás, os estudos da mulher e da família, na discussão do feminismo, das relações de gênero e na construção social da nossa identidade como mulheres.*³⁹⁸

Nesse sentido, se se considera que a discussão sobre gênero, no início da segunda metade da década de 1990, parecia ser imperativo mesmo para uma historiadora da família e das mulheres, a memória disciplinar para o campo é ainda calcada nos “estudos da mulher e da família”, dos quais as discussões sobre gênero, feminismo e identidade feminina seriam decorrentes. Um pouco mais à frente, ao refletir sobre a necessidade de entrecruzar classe, raça e gênero no estudo das mulheres, Samara volta a evocar a importância dos estudos sobre a família para a área:

Raça e classe, também estão presentes nos estudos dedicados à família. A importância desses trabalhos [estudos dedicados à família] para a análise da condição feminina no passado é fundamental, *pois foram pioneiros na pesquisa sobre o papel da mulher na família e na sociedade. Coletando extensa bibliografia e fontes documentais, levantaram questões vitais no processo recente de revisão da história brasileira.* Assim, pôde ser reelaborado a partir de perspectiva regional, temporal e de classe o modelo patriarcal de família brasileira, considerado como único e válido exemplo para a sociedade como um todo.³⁹⁹

Aqui, torna-se patente não só a importância da História da Família para discussão de gênero, como também Samara parece vincular os temas de raça e classe ao pioneirismo dos estudos sobre a família no que tange ao desbravamento das investigações sobre mulheres e gênero. Se não há no texto, todavia, qualquer menção à Demografia histórica, como havia no balanço que publicara em 1993, a História da Família ainda encontra lugar de destaque. Mais que isso, o enunciado de Nizza da Silva parece estar reativado aqui no que diz respeito ao trabalho com as fontes: se, em 1987, Nizza da Silva saudava a “revolução documental” que os estudos demográficos e da família causaram na historiografia; Samara, em 1996, destaca o trabalho de coleta de “extensa bibliografia e fontes documentais” que foram “vitais no recente

³⁹⁸ SAMARA, 1996, p. 21. Grifos adicionados.

³⁹⁹ Ibidem, p. 26. Grifos adicionados.

processo de revisão da história brasileira”. O enunciado sobre a origem, parece ser *atualizado* e não apenas repetido. Com suas obras clássicas dos estudos da família, com referência à emergência do tema pela coleta de “extensa bibliografia e fontes documentais”, Eni de Mesquita Samara buscava pensar na categorização de gênero.

Aqui também se faz necessário olhar para o artigo de Scott, “Gênero: uma categoria útil...”, do qual Samara recolhe algumas reflexões, ainda que na versão em língua inglesa. O parágrafo que encerra o hoje conhecidíssimo artigo de Scott, chama a atenção para a necessidade de se refletir intelectual e politicamente o entrecruzamento da categoria gênero com as de classe e raça:

A exploração dessas questões fará emergir uma história que oferecerá novas perspectivas sobre velhas questões (como, por exemplo, é imposto o poder político, qual é o impacto da guerra sobre a sociedade), redefinirá velhas questões em novos termos (introduzindo, por exemplo, considerações sobre a família e a sexualidade no estudo da economia e da guerra), tornará as mulheres visíveis como participantes ativas e criará uma distância analítica entre a linguagem aparentemente fixa do passado e nossa própria terminologia. Além disso, esta nova história abrirá possibilidades para a reflexão sobre as atuais estratégias políticas feministas e o futuro (utópico), pois ela sugere que o gênero deve ser redefinido e reestruturado em conjunção com uma visão de igualdade política e social que inclua não somente o sexo, mas também classe e raça.⁴⁰⁰

Se, no exterior, Joan Scott já anunciava uma crítica à História Social, como ficou evidente no capítulo anterior desta tese, e defendia a categoria de gênero pensada em relação às categorias de classe e raça; aqui, Samara reentronizava a História da Família na posição pioneira na abertura do campo de estudos das mulheres, do gênero, de raça e classe. Há, de certa forma, um esforço de Samara de manter o enunciado da História da Família vivo, mesmo que já sem os nomes de Miriam Moreira Leite e de Maria Beatriz Nizza da Silva, sem fazer menção à outra face desse enunciado – a Demografia histórica –, mesmo que sem as instituições cariocas, de Campinas, de Florianópolis e a FCC, mesmo que se precisasse adequar tal enunciado à nova realidade que fazia a categoria gênero adentrar a História das Mulheres. Uma *atualização* do enunciado que ela mesma colaborara para a sua construção. Sintomático disso, talvez, é que Samara escolheu não apresentar um balanço, com um extenso rol de obras e autoras, como vinha fazendo até então. A escolha em debater “Gênero e identidade” passava por abrir mão do estilo que havia utilizado nos outros textos para canonizar autores e obras da História da Família. Sem a preocupação de realizar um balanço historiográfico, Samara também não

⁴⁰⁰ SCOTT, 1995, p. 93.

precisaria se preocupar em encadear aquelas obras sobre a Demografia histórica, como vinha fazendo anteriormente. Bastava uma reflexão teórica e conceitual para a *atualização* pretendida.

Assim, o texto de Samara analisado nesta seção parece indicar que a historiadora uspiana não renunciou ao enunciado sobre a História das Mulheres e das Relações de Gênero como área nascida da História da Família. Mas, em meados de 1990, Samara já admite o conceito e a discussão teórica de gênero, mesmo que, para ela, o conceito teria sido um desdobramento da História praticada por ela: a da Família. Do mesmo modo, Samara parece abrir mão da soma História da Família mais Demografia histórica em sua reflexão. Para além das discussões já empreendidas por Maria Odila Dias – sua colega de departamento – e por Joana Maria Pedro, Margareth Rago e Maria Izilda Matos, que valorizavam a dimensão teórica do fazer historiográfico e já pensavam em termos de gênero; parece que o estágio nos Estados Unidos também trouxe essa discussão de gênero, tal como destacou-se acima, com uma bibliografia especialmente estadunidense que é mobilizada por Samara para dar conta de suas discussões teóricas sobre o conceito de gênero.

Eni de Mesquita Samara, então, acolhe a categoria gênero, mas a entrecruza e a torna dependente do enunciado que ajudara a construir nos anos iniciais daquela mesma década de 1990, mesmo que tal enunciado já vinha perdendo força naqueles anos. Mais que isso – ou talvez por isso –, a professora da USP silenciou sobre as discussões e outros enunciados que já se tornam presentes naqueles meados de 1990. E este parece ter sido o caminho percorrido por Samara até o fim de sua vida, em 2011, quando estava desenvolvendo o projeto *Senhoras do café: gênero, família e riqueza em São Paulo (1836-1872)*, no qual a pesquisadora e mais 5 pós-graduandos se dedicavam a investigar o patrimônio e a riqueza de mulheres paulistas entre 1836 a 1872. A comparação entre os dados coletados sobre as mulheres proprietárias de terras seria comparado aos dos homens, o que parece sugerir uma perspectiva de gênero ali presente, enquanto que a documentação levantada e analisada seria aquela clássica da Demografia histórica e da História da Família: recenseamentos referentes à cidade de São Paulo; o censo populacional do Império do Brasil; testamentos de família; inventários etc.⁴⁰¹ Historiadora “entre a família, as mulheres e as crianças”, que fez do CEDHAL-USP “a sua trincheira”, Eni

⁴⁰¹ Projeto guarda-chuva financiado pelo CNPq, que contava com a coordenação de Eni de Mesquita Samara e era integrado com cinco pós-graduandos: Igor Renato Machado de Lima, Patrícia Garcia Ernando da Silva, Breno Henrique SelmineMatrangolo, José Carlos Souza de Aquino e Leonardo Acquaviva. Não se possui informações se o projeto de pesquisa continuou a ser tocado depois do falecimento de Samara em 2011. Cf. SAMARA, 2011.

de Mesquita Samara “aportaria nos estudos de gênero” sem deixar de lado a abordagem com “base nos dados demográficos sobre a população brasileira”.⁴⁰²

Em outras reflexões, Samara manteve suas ideias apresentadas no texto “Gênero e identidade na América Latina”: defendendo a História da Família, se adequando às reflexões de gênero e apontado alguns dos resultados de suas pesquisas. Não cabe aqui descrever e analisar outros textos da historiadora, que permanecerá basicamente reafirmando o que dizia em 1996. Mas se vê a necessidade de mencionar o capítulo “O discurso e a construção da identidade de gênero na América Latina”,⁴⁰³ que a historiadora uspiana publicou em *Gênero em debate: trajetória e perspectivas na historiografia contemporânea*, no ano de 1997. Em tal capítulo, publicado ao lado da discussão de Maria Izilda Matos analisada na seção anterior, Samara apresenta a mesma discussão do texto aqui analisado sobre as categorias de gênero e identidade, reúne as mesmas obras e autoras e adiciona um tópico sobre a sua pesquisa acerca do marianismo na América Latina. Mesmo que não se prenda ao texto de Samara publicado em *Gênero em debate*, é importante frisar que no ano seguinte à publicação do texto na *LPH: Revista de História*, Samara repete a atualização que fizera do enunciado que ajudara a construir, justamente em obra que apelava para leitores mais diversificados e que traziam enunciados, obras e reflexões um tanto diferentes das suas.

Samara, então, parecia estar se adequando aos novos tempos: tematizou gênero por meio de uma bibliografia internacional, sem perder de vista a defesa de sua área e sem se dar mais lastro aos enunciados de Pedro e Rago, dando destaque às suas próprias contribuições e, dentre essas, aquelas que recentemente havia publicado em língua estrangeira. Além de atualizar o enunciado, parecia se afinar também às transformações pelas quais as avaliações e a própria pós-graduação brasileira estavam passando naqueles anos, sobretudo pelo viés da “inserção internacional”.

Mas gênero, então, faria parte agora das discussões e das narrativas preocupadas em criar uma memória disciplinar para o campo e entronizar seus cânones? Especialmente, depois dos balanços de Joana Maria Pedro, Margareth Rago e Maria Izilda Matos, gênero seria aceito como peça fundamental não só da construção de tais memórias disciplinares, mas da própria prática de pesquisa histórica? Haveria, assim, uma convivência entre o enunciado sobre a História da Família e os enunciados da História Social da Mulher e da História Cultural do

⁴⁰² MOURA, Esmeralda Blanco B. de. Uma historiadora entre a família, as mulheres e as crianças no século XIX: Eni de Mesquita Samara. **Revista de História**, São Paulo, n. 166, p. 333-338, jan./jun. 2012.

⁴⁰³ SAMARA, Eni de Mesquita. O discurso e a construção da identidade de gênero na América Latina. MATOS, Maria Izilda Santos de; SOLER, Maria Angélica. **Gênero em Debate: trajetória e perspectivas na historiografia contemporânea**. São Paulo: EDUC, 1997.

Gênero; convivência esta garantida pela categoria de gênero? Se a origem da área não era unanimidade entre as historiadoras que a praticavam, a categoria gênero seria? A resposta é, ao menos a princípio, não. Para entender o porquê desta resposta negativa, serão mobilizados outros textos e balanços historiográficos no próximo tópico deste capítulo.

2.2 Saída II: História Social, História da Família e Demografia histórica

Entre 1996 e 1998, mesmos anos da publicação dos textos de Maria Izilda Matos e de Eni de Mesquita Samara há pouco analisados, outras duas historiadoras se empenhavam em caracterizar, classificar, conceituar e dar a ler o que seria a História das Mulheres e das Relações de Gênero no Brasil. Como tem se repetido aqui, a segunda metade dos anos 1990 foi um período prenhe de reflexões que buscavam dar uma história ao campo, consagrar sua memória disciplinar e seus cânones.

Rachel Soihet e Mary del Priore, duas historiadoras que tinham tido a USP como uma de suas casas de formação, estavam vinculadas, entre 1996 e 1998, à instituições que vinham fazendo parte da memória disciplinar construída até aqui, a USP e a UFF. Esta última, é evidente, tinha conquistado menos espaço naquelas linhas escritas pelas demais historiadoras que já foram analisadas aqui. Mais que isso, as próprias autoras desses enunciados estavam em sua grande maioria vinculadas à USP: Maria Beatriz Nizza da Silva, Eni de Mesquita Samara, Miriam Lifchitz Moreira Leite, Maria Odila Leite da Silva Dias e Mary del Priore. As únicas não vinculadas à USP como professoras eram Margareth Rago, Joana Maria Pedro e Maria Izilda Matos, ainda que as três tivessem passagens pela USP durante sua formação. Pedro e Rago, uma doutora e outra graduada em História pela USP, eram as que tentavam operar um deslocamento geográfico nas memórias e nos cânones que eram elaborados pelas professoras uspianas.

Soihet e Priore, com formação também na USP, vão se somar aos esforços de narrar a área e seus cânones imersas nesse emaranhado de balanços e textos de reflexão teórica e conceitual que já ocupavam a função de dizer o que era a área que elas próprias praticavam. Uma delas se preocupará em deslocar a instituição paulista como centro irradiador da historiografia brasileira acerca das mulheres e do gênero, mesmo que recorresse a ela para afirmar suas proposições. A outra, se preocupará em não deixar a USP perder o centro das atenções. Inseridas cada vez mais nas reflexões – e nas disputas – em torno do conceito de gênero, preocupadas em visibilizar suas produções, suas áreas de atuação e seus círculos

intelectuais em momento de proliferação das teses e dissertações e expansão do SNPG, Soihet e Priore terão seus textos analisados agora, neste subcapítulo.

Instadas a refletir sobre a área que vinham praticando, Soihet e Priore vão participar de publicações entre os anos de 1997 e 1998 que buscavam refletir sobre o campo, mas também sobre o próprio conhecimento histórico de forma mais abrangente. Dividido em duas seções, este tópico tentará descrever de que maneira elas conceberam a área, que tipo de prática historiográfica colocam em evidência e, por consequência, defendem e, especialmente, como puderam dialogar com as diversas reflexões que já se faziam no Brasil e no exterior acerca do conceito de gênero. Inicia-se, então, com a análise de dois textos de Rachel Soihet.

2.2.1 *Reafirmação? História social e gênero, por Rachel Soihet*

Dedicada aos estudos das mulheres desde o início dos 1970, quando defendeu a primeira dissertação sobre História das Mulheres no atual modelo de pós-graduação, Rachel Soihet⁴⁰⁴ publicou três textos na segunda metade da década de 1990 preocupados em historiar e refletir teoricamente sobre o campo que havia ajudado a desbravar 20 anos antes. Destes três textos, esta seção selecionou dois para serem trabalhados agora.

Em 1997, Soihet colaborou com a coletânea *Gênero em debate*, publicando o capítulo “Enfoques feministas e a história – desafios e perspectivas”.⁴⁰⁵ Ao lado de Maria Izilda Matos e de Eni de Mesquita Samara, que publicaram os textos analisados há pouco, a historiadora fluminense se empenhava em refletir sobre questões candentes na área. Tematizou a História

⁴⁰⁴ Rachel Soihet nasceu em Salvador, em 1938, filha de imigrantes da atual região da Moldávia. Em 1959, formou-se em História e Geografia na antiga Faculdade Fluminense de Filosofia, hoje vinculada à atual Universidade Federal Fluminense. É na UFF também que defendeu sua dissertação de mestrado, *Bertha Lutz e a ascensão social da Mulher (1919-1937)*, sob a orientação de Stanley Eon Hilton, sendo aluna da primeira turma de mestrado a se formar naquela instituição. Tornou-se professora do ensino superior na Universidade Gama Filho, onde trabalhou de 1975 a 1976, quando se tornou professora do Departamento de História da UFF. Permaneceu por lá até sua aposentadoria, atuando na pós e na graduação, tendo recebido o título de professora emérita em 2015. Defendeu, em 1986, sua tese de doutorado na História Social da USP, sob o título de *Vivências e Formas de Violência: Mulher de Classe Subalterna no Rio de Janeiro (1890 – 1920)*, com orientação de Laima Mesgravis, que resultou na publicação em livro em 1989. Passou pelo conselho editorial de revistas que vinham debatendo gênero, mulheres e feminismo desde os anos 1990, como *Gênero*, *Cadernos Pagu* e *Caderno Espaço Feminino*. Ajudou a fundar, em 2001, o GT Estudos de Gênero na ANPUH e permaneceu como coordenadora do GT desde sua fundação até o ano de 2007. Tem se dedicado à pesquisa, ensino e publicação acerca de temas como relações de gênero, mulheres, história das mulheres e feminismo. Cf. SOIHET, Rachel. **Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico**, Currículo Lattes. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/3443783965119780>. Acesso em 15 abr. 2020, às 14h06min; ALVES, Eduarda Carvalho de Castro. **A História das Mulheres no Brasil: configuração do campo por meio da trajetória de Rachel Soihet (1970-2010)**. 162 f. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado de Rio de Janeiro, UNIRIO, Rio de Janeiro-RJ, 2020.

⁴⁰⁵ SOIHET, Rachel. Enfoques feministas e a história – desafios e perspectivas. In: MATOS M. Izilda S. de; SOLER, Maria Angélica. **Gênero em Debate: Trajetórias e Perspectivas na Historiografia Contemporânea**. São Paulo: EDUC, 1997a. p. 53-82.

das Mulheres e o seu objeto em relação à história dita universal; preocupou-se com a reflexão teórica de gênero e dedicou-se à expor a recepção de *História das Mulheres no Ocidente*. Mas a preocupação em reunir um rol de obras acerca da historiografia brasileira dedicada às mulheres e ao gênero ficou para outro texto, publicado também em 1997: “História das mulheres”, capítulo da obra *Domínio da história: ensaios de teoria e metodologia*,⁴⁰⁶ organizada por Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas. Os dois textos de Soihet, com muitos pontos em comum, trazia uma diferença elementar: enquanto que “Enfoques feministas e a história” levava um debate teórico e conceitual, também de crítica historiográfica, à obra *Gênero em debate* – parecendo obedecer ao tom que outros textos também imprimiam àquela obra –, “História das mulheres”, também preocupado com tais pontos teóricos, ofereceu ao leitor e à leitora de *Domínios da História* um rol de autoras e obras da historiografia brasileira – ao que parece, também seguindo o movimento próprio da obra organizada por Flamarion e Vainfas.

A agenda de Rachel Soihet parecia estar bastante ocupada em 1997. Além dos dois capítulos citados acima que serão aqui alvo de análise, a historiadora da UFF ainda publicou um terceiro capítulo, “História, mulheres e gênero: contribuições para um debate”, na coletânea *Gênero e Ciências Humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres*, organizada por Neuma Aguiar.⁴⁰⁷ Naquele texto, Soihet compartilharia as mesmas discussões que fizera em *Gênero em debate*, motivo pelo qual não será tomado como fonte nesta investigação.

O que também chama atenção é outro capítulo: “Mulheres pobres e violência no Brasil urbano”, lançado em *História das Mulheres no Brasil*.⁴⁰⁸ Bastante próxima à sua tese de doutorado, sua contribuição à coletânea de Mary del Priore trazia uma preocupação que há muito fazia parte dos seus interesses de pesquisa; ou seja, as mulheres pobres e sua relação – nem sempre amistosa – com os processos de modernização e disciplinarização do trabalho, da cidade, da família etc. Preocupação esta que, desde a defesa de sua tese, em 1986, a publicação

⁴⁰⁶ SOIHET, Rachel. História das mulheres. Em: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (orgs.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997b. p. 275-296.

⁴⁰⁷ SOIHET, Rachel. História, mulheres e gênero: contribuições para um debate. AGUIAR, Neuma. **Gênero e Ciências Humanas: desafio às ciências Desde a Perspectiva das Mulheres**. 1. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997c. p. 95-114. A obra reuniu, sob a organização de Neuma Aguiar, algumas intelectuais para refletir sobre as contribuições dos estudos feministas para as Ciências Sociais, chamando ao debate algumas especialistas no tema: a própria Neuma Aguiar contribuiu com o capítulo sobre Sociologia, enquanto Rachel Soihet, por suposto, escreveu sobre o campo da História; Melo e Serrano se dedicaram a pensar o terreno da Economia; Anna Carolina Lo Bianco e Marlise Míriam de Matos Almeida escreveram sobre a Psicanálise; Constância Lima Duarte refletiu sobre os estudos literários e Ana Maria Goldani, sobre a Demografia; Mireya Suárez colaborou no que tange à Antropologia e, por fim, Adriana Piscitelli colaborou com um texto que abordava o conceito de gênero transversalmente nos estudos feministas.

⁴⁰⁸ SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In. PRIORE, Mary del. **História das Mulheres no Brasil**. 10 ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 362-400.

dela, em 1989; no artigo publicado no número *A mulher no espaço público* da RBH, também de 1989; e no texto de 1997 faziam-na aproximar de “uma história das mulheres vista de baixo”, preocupada com suas existências, suas resistências e agências no momento histórico em que viveram. Uma historiadora, pois, em franca atividade de publicação nos anos 1990, sendo chamada para falar sobre sua área de pesquisa em três ocasiões – *Domínios da História*, *Gênero em debate* e *Gênero e Ciências Humanas* – e que, como outras, havia sido formada nos programas de pós-graduação em História com as preocupações “clássicas” dos anos 1980.⁴⁰⁹

Como se apresentou na última seção deste capítulo, *Gênero em debate*, apesar de se dedicar a um público mais amplo, estava interessado em atingir leitores e leitoras preocupados/as com as questões de gênero, mulheres e feminismos. Já *Domínios da História* tinha, certamente, tinha outros objetivos. De fato, um dos objetivos era pensar a disciplina “como um todo” e não estar exclusivamente preocupada com a reflexão sobre gênero e mulheres.⁴¹⁰ E Soihet permanece, nesse projeto editorial, como a historiadora instada a falar o que seria, então, a “História das Mulheres”, no capítulo 12. Lado a lado de tal capítulo, outras duas historiadoras que haviam praticado História das Mulheres também publicaram em *Domínios da História*: Mary del Priore participa da coletânea com “História do cotidiano e da vida privada”, ocupando o 11º capítulo da coletânea; enquanto Magali Engel escreve o 13º capítulo, com “História e sexualidade”. Passar os olhos pelo sumário de *Domínios da História* pode ser instrutivo e indicador de escolhas que dão sentidos diversificados à História das Mulheres e das Relações de Gênero no país.⁴¹¹

⁴⁰⁹ Espera-se que tais definições bastante sucintas acerca das publicações e da trajetória de Soihet não engessem a leitura sobre tal historiadora como ‘uma clássica’ historiadora dos anos 1980. Como pretendemos mostrar, Soihet estava afinada com debates latentes naquele final de década de 1990. Para uma vista panorâmica das publicações e da trajetória de Soihet, ver ALVES, 2020; para uma tematização específica de sua tese de doutorado, ver RAMOS, 2014, p. 464-469; ver também SOIHET, Rachel. Mulheres ousadas e apaixonadas – uma investigação em processos criminais cariocas (1890-1930), **Revista Brasileira de História**, São Paulo, ANPUH/Marco Zero, v. 9, n. 18, p. 199-216, ago./set. 1989; e SOIHET, Rachel. **Condição feminina e formas de violência**: mulheres pobres e ordem urbana (1890-1920). Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1989.

⁴¹⁰ Segundo os seus organizadores, *Domínios da História* objetivava “[...] traçar um panorama geral e atualizado dos vários campos de investigação na área de história, dando conta dos percursos historiográficos, dos principais conceitos e dos debates e polêmicas que se fizerem presentes na história da disciplina e da pesquisa, com ênfase nas controvérsias atuais.” Cf. CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. Apresentação. Em: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

⁴¹¹ “[...] observar os sumários das publicações se torna um importante indício das próprias hierarquias de reconhecimento entre os campos de pesquisa, entre as temáticas e objetos e até mesmo entre concepções teóricas e metodológicas.” ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. As hierarquias do silêncio: não-ditos significativos no momento de se realizar um estudo de história da historiografia. 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – História e o futuro da educação no Brasil, 2019, Recife. **Anais ...** Recife: Associação Nacional de História. Disponível em: https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1552567638_ARQUIVO_Ashierarquiasdosilencio.pdf. Acesso em: 03 abr. 2022, às 19h17min.

Um seguido do outro, os temas “cotidiano e vida privada”, “mulheres” e “sexualidade” aparecem já separados em seus próprios capítulos, em seus lugares específicos. Em comparação às reflexões existentes nos balanços sobre tais campos, viu-se que não era raro para historiadoras apostarem na inclusão da História das Mulheres em outros campos, como os da sexualidade, do cotidiano, da família e da demografia. Aqui, do ponto de vista mesmo da edição da obra, essas áreas já se mostram separadas, cada uma delas sendo delimitada por uma historiadora convidada. Mais flagrante que isso é o capítulo 10, que antecede todos estes temas, escrito por Sheila Siqueira Castro Faria, intitulado “História da Família e Demografia histórica”.

Separadamente, em 1997, um empreendimento editorial quase que exclusivo de historiadores do Rio de Janeiro delimitava “família e demografia”, “cotidiano e vida privada”, “mulheres” e “sexualidade” em campos diferentes, cada um deles tendo sua própria especialista convidada a falar. Um exercício de separação que, certamente, já extrapolava as reflexões circunscritas às historiadoras do tema, espalhando-se por debates mais amplos.

O balanço sobre família e demografia traz uma bibliografia um tanto conhecida por esta tese. Citada geralmente em balanços como os de Maria Beatriz Nizza da Silva, Miriam Moreira Leite, Eni de Mesquita Samara e, como se verá na próxima seção, por Mary del Priore, a bibliografia que Sheila Castro Faria organiza é flagrantemente aquela mobilizada para tratar das mulheres nos balanços que emitem o enunciado de que a História das Mulheres e das Relações de Gênero teria emergido do campo dedicado à família e à demografia.⁴¹² Faria chega até mesmo a citar o balanço “A família no Brasil”, realizado por Eni de Mesquita Samara, ao tematizar a historiografia brasileira sobre a família e a demografia histórica:

Os estudos sobre a família brasileira do passado, quer os originados da demografia histórica e de estudos interdisciplinares, quer os mais tradicionais, ensinaram muita imprecisão, para não dizer confusão, no meio historiográfico. Por outro lado, nas poucas análises historiográficas sobre o tema, há uma tendência de se incluir a história da mulher e da sexualidade na história da

⁴¹² Já que o balanço de Faria não é objeto principal de nossa preocupação, não cabe aqui ficar citando todas as obras e temas elencados por ela em seu balanço. Apenas para informar, do lado dos nomes internacionais são citadas Elizabeth Kuznesof, Alida Metcalf e Muriel Nazzari; entre as brasileiras, são citadas obras como *Amor e família no Brasil* (organizada por Maria Ângela D’Incao); *Vila Rica: população (1719-1829)*, de Iraci del Nero. O nome de Maria Luiza Marcílio é o mais mencionado, sendo vinculado à sua tese de livre-docência na USP - *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista 1700-1836* – defendida em 1974 e à sua tese de doutorado defendida na França em 1967, *La ville de São Paulo: peuplement et Population, 1750-1850*; além de outros livros e artigos. Renato Venâncio e Ronaldo Vainfas também aparecem. Por fim, recebem destaque Maria Beatriz Nizza da Silva, com *Sistema de casamento no Brasil colonial*, e Eni de Mesquita Samara, pela publicação de artigos, do número especial *Família e grupos de convívio* da RBH e por *As mulheres, o poder e família*.

família. Sem dúvida alguma todas se relacionam, mas cada uma possui campos e objetos de pesquisa próprios.⁴¹³

É justamente nas “poucas análises historiográficas” que aparece o balanço de Samara. Se, em Samara, que também defendia tratarem-se de campos diferentes a família e as mulheres, ainda em 1988, mas utilizava-se da mesma bibliografia para caracterizar as duas áreas; aqui, com Sheila Castro Faria, em 1997, as obras arroladas limitavam-se ao tema da família. Talvez até mesmo por uma questão editorial, já que era para Rachel Soihet se dedicar a arrolar as obras sobre as mulheres, e não o capítulo de Sheilla Castro Faria.

Tanto o texto de Soihet publicado em 1997 em *Gênero em debate*, como aquele que a professora da UFF publicou, também em 1997, em *Domínios da História*, são partícipes deste cenário de publicações e de embates ocorridos já na última metade da década de 1990. Os dois textos serão analisados em conjunto a partir de agora.

“Enfoques feministas e a história”, com 29 páginas, foi o segundo capítulo publicado em *Gênero em debate*, entre os textos de Eni de Mesquita Samara e o de Maria Izilda Matos. O texto foi dividido em seis seções, além da conclusão. As seções “A questão do gênero” e “A história das mulheres no Ocidente: considerações” ocuparam maior espaço nas preocupações de Soihet, sendo as duas maiores seções do capítulo, com seis páginas cada uma.

Iniciando com a seção “A história das mulheres e o sujeito universal”, Soihet recorre a outro texto, também intitulado “História das mulheres”. Era o texto que Joan Scott havia publicado na coletânea *A escrita da História*, de Peter Burke. Tecendo as suas primeiras considerações, Soihet argumentava:

O descrédito das correntes historiográficas polarizadas para um sujeito humano universal constitui-se num dos mais importantes ganhos na atuação das historiadoras feministas. Em que pesem os esforços no sentido de acomodar as mulheres numa história que, de fato, as excluía, a contradição instaurada revelou-se fatal. A história das Mulheres – com suas compilações de dados sobre as mulheres no passado, com suas afirmações de que as periodizações tradicionais não funcionavam quando as mulheres eram levadas em conta, com sua evidência de que as mulheres influenciavam os acontecimentos e tomavam parte na vida pública, com sua insistência de que a vida privada tinha uma dimensão pública – implicava a negação de que o sujeito da história se constituía numa figura universal.⁴¹⁴

⁴¹³ FARIA, Sheila Castro. História da família e demografia histórica. Em: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (orgs.). **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 366.

⁴¹⁴ SOIHET, 1997a, p. 55-56.

Para Soihet, atingindo a narrativa histórica que se tomava como universal, a História das Mulheres pôde expor ambiguidades em incluir as mulheres nesse “sujeito histórico universal”, pois, suplementando-se a disciplina com a História das Mulheres, apontava-se o caráter incompleto dela; da mesma maneira, escancarava “o domínio parcial” que historiadores tinham do passado. Recorrendo novamente a Scott e mobilizando aquele recorte da historiadora estadunidense que já havia sido utilizado por Pedro em 1994, Soihet atribui à História das Mulheres, realizada desde os fins dos anos 1970, a característica de ter sido fundamental para desestabilizar discursos de imparcialidade e verdade dos historiadores. “Demonstrando que o sujeito da história não era uma figura universal”, as diferenças entre classe, raça, etnia e sexualidade teriam estimulado a reflexão de que a própria “mulher” não era também “uma ideia universal”. Assim, o feminismo e a História das Mulheres, desconstruindo o sujeito universal masculino e, depois, a oposição homem *versus* mulher: narrativa presente no texto de Scott, de 1992, mas também em outros textos já presentes na historiografia brasileira.⁴¹⁵ Continuando, a historiadora fluminense apontava que “a emergência da história das mulheres teve papel fundamental na desmitificação das correntes historiográficas herdeiras do iluminismo” e utilizava um texto brasileiro que tematizava a questão: “Teoria e método dos estudos feministas”, de Maria Odila Dias, publicado em 1992:

Como bem ressalta Silva Dias [...], sujeito humano universal, verdade, razão, esquemas globalizantes, deixavam de se constituir em axiomas, em favor da historicidade e da transitoriedade do conhecimento, dos valores culturais em processo de transformação no tempo. Igualmente, temporalidades múltiplas, focalizando conjunturas provisórias e relativas ao seu próprio tempo, substituíam a linearidade evolutiva de um processo histórico nacional e universal.⁴¹⁶

É assim que Soihet inicia sua reflexão em “Enfoques feministas e a história”. Lá fora, nos EUA, com Joan Scott; aqui no Brasil, com Maria Odila da Silva Dias, a historiadora fluminense se dedica a evidenciar as contribuições da sua área de pesquisa e atuação para os movimentos de transformação teórica e epistemológica da própria disciplina. O destaque, na abertura de seu texto, é para Scott e Dias, ambas, lado a lado, contribuindo para uma discussão que extrapolava o próprio campo.

“Enfoques feministas e a história” continua com uma seção intitulada “Mulheres como objeto da história”. Tal seção, que ocupou apenas duas páginas, estava carregada de reflexões. Assim como já aparecia em Nizza da Silva, em Leite, em Pedro, em Rago e em Matos, o

⁴¹⁵ SOIHET, 1997a, p. 56-57.

⁴¹⁶ Ibidem, p. 58.

feminismo tinha lugar garantido na memória disciplinar elaborada por Soihet: “Enquanto campo específico de estudo”, afirmava, haveria certa “unanimidade em considerar a História das Mulheres” como área nascida em decorrência “de um movimento recíproco”, tendo “a atuação das historiadoras [...] e do movimento feminista, ocorrido a partir dos anos 60” contribuído para alçar as mulheres à condição de objeto de preocupação acadêmica.⁴¹⁷

Em movimento parecido com aquele realizado por Dias (1992 e 1994), mas, de certa forma, movimento também partilhado por historiadoras como a própria Michelle Perrot, Rachel Soihet lembra o século XIX francês, “a história positivista” e os *Annales* que, a partir da década de 1930, “em contraposição a uma história positivista exclusivamente preocupada com o domínio público” teriam desvencilhado “a historiografia de idealidades abstratas”, direcionando seu “interesse para a história dos seres vivos, concretos e para a trama de seu cotidiano em vez de se aterem a uma racionalidade universal.” Apesar de sua proximidade com outros textos e outras narrativas acerca do campo, fica patente a proximidade maior das ideias de Rachel Soihet com as reflexões de Maria Odila Dias em 1992 e 1994, sendo “Teoria e método dos estudos feministas” o único texto citado na seção, para além de um texto de Michelet para tematizar – assim como fizera Perrot – que se fazia, nos oitocentos, uma relação entre mulher e natureza, enquanto se identificava o homem com a cultura.

Mais à frente, ainda citando Dias, lembra do marxismo e seu privilégio concedido à contradição de classes em detrimento da oposição entre homens e mulheres. Seria a partir dos anos 1960, com o crescimento da crítica “ao racionalismo abstrato” e a emergência “do revisionismo marxista”, mas também a partir da Escola de Frankfurt, “dos historistas”, da história da mentalidade, da História do discurso (seja pela “desconstrução de Derrida ou na linha de Foucault”) que o conhecimento histórico teria se tornado relativo, dialético, fazendo ser “mais factível a integração da experiência social das mulheres na história, já que sua trama se tece a partir do cotidiano, e não a partir de pressupostos rígidos e de grandes marcos”.⁴¹⁸ O maior destaque, no entanto, foi dado ao “vulto assumido pela história social, na qual se engajam correntes revisionistas marxistas” e seu interesse pelas “identidades coletivas” de inúmeros grupos sociais – “operários, camponeses, escravos, pessoas comuns” – antes excluídos da história. Esse movimento endossado pelo “revisionismo marxista” teria contribuído para a pluralização dos “objetos de investigação histórica, e, nesse bojo, as mulheres são alçadas à condição de objeto e sujeito da história”. Nesse ínterim, a “preocupação da corrente

⁴¹⁷ SOIHET, 1997a, p. 58.

⁴¹⁸ SOIHET, 1997a, p. 60.

neomarxista com a inter-relação entre micro-história e contexto global” teria permitido abordar os temas do cotidiano, dos papéis informais e das mediações sociais.⁴¹⁹

Depois do destaque ao “vulto da história social” que, em seu veio “neomarxista”, levou as mulheres à condição de objeto historiográfico, é que Soihet elenca o “desenvolvimento de novos campos”, como a História Cultural que, “no intuito de trazer à tona as diversas facetas” de tal objeto, apoiar-se-ia em “outras disciplinas” como a literatura, a psicanálise, a linguística e, especialmente, a antropologia.

Mais uma curta seção toma espaço no texto de Soihet, “Mulheres: vítimas ou rebeldes?”, ocupando menos de duas páginas. Em tal seção, amparada por bibliografia e debates internacionais,⁴²⁰ Rachel Soihet argumentava que até a década de 1970 se focavam em aspectos como a passividade e falta de reação das mulheres oprimidas pelo patriarcado. Recorrendo a Michelle Perrot, a professora da UFF expunha que à “história miserabilista” se opôs a “História da mulher rebelde”. Para Rachel Soihet, a “dicotomia entre vitimização e sucesso feminino” deveria ser superada e, para isso, seria fundamental ampliar “as concepções habituais de poder”, evidenciando, para isso, “a importância das contribuições de Michel Foucault”. Ao encerrar sua seção, a historiadora fluminense orientava:

Hoje é praticamente consensual a recomendação de uma revisão dos recursos metodológicos e a ampliação dos campos de investigação histórica, por meio do tratamento das esferas nas quais haja maior evidência de participação feminina, abarcando as diversas dimensões de sua experiência histórica. Tais recomendações convergem para a necessidade de se focalizarem as relações entre os sexos e a categoria de gênero.⁴²¹

Rachel Soihet, como também o fizera Eni de Mesquita Samara, expunha a “necessidade de se focalizarem as relações entre os sexos e a categoria de gênero”. Como Maria Izilda Matos, haveria também em “Enfoques feministas e a história” uma seção dedicada ao conceito de gênero. Mais uma vez, o imbróglio da História das Mulheres oprimidas *versus* a História das Mulheres heroicas coloca uma historiadora a pensar sobre as relações que se poderiam estabelecer entre homens e mulheres para além da dicotomia subordinação-dominação. E a próxima seção do texto de Rachel Soihet tratou justamente disso.

⁴¹⁹ SOIHET, 1997a, p. 60-61.

⁴²⁰ São acionados textos de Mary Nash e Simone de Beauvoir para tematizar o debate entre Mary Beard, que argumentava que a marginalização da mulher na historiografia se devia ao fato de a maioria dos historiadores serem homens, e J. H. Hexter, que defendia que as mulheres não estavam no centro das narrativas historiográficas por não terem participado dos acontecimentos políticos e sociais.

⁴²¹ SOIHET, Op. Cit., p. 62-63.

“A questão do gênero”, quarta seção do texto de Soihet, faz lembrar o título de uma obra já problematizada nesta pesquisa: o volume *Uma questão de gênero*, que chamou cientistas sociais para se perguntarem sobre a utilização da categoria nas investigações brasileiras, publicado em 1992, trazendo “Teoria e método dos estudos feministas”, de Maria Odila Dias, em suas páginas. Texto que, como já se viu, estava sendo amplamente acionado por Soihet.

Sendo interpretada como “uma categoria que necessita de foco”, Rachel Soihet inicia sua seção afirmando que desde os anos 1970 gênero é um termo utilizado “para teorizar a questão da diferença sexual”. Com um gesto que lembra também as reflexões de Samara, que buscava no gênero uma forma “de visualizar teoricamente as relações entre os sexos”, Soihet explica esse jogo entre “gênero e relações entre sexos”, informando que o conceito foi

[...] inicialmente utilizado pelas feministas americanas com vistas a acentuar o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. A palavra indicava uma rejeição ao determinismo biológico implícito em termos como ‘sexo’ ou ‘diferença sexual’.⁴²²

Tentando traduzir a relação entre as concepções de “gênero” e “diferença sexual”, Soihet sublinhava justamente o que parecia ainda estar em termos confusos, especialmente no debate francês. A utilização de gênero era, nesse sentido, a exigência teórica para se desnaturalizar os termos “homem e mulher”, “sexo”, ou “diferenças sexuais”. A historiadora carioca, todavia, preocupou-se em destrinchar a proposta da teorização de gênero para entender, de que forma, ela pudesse ser realmente “uma categoria útil” – ou não – para o trabalho das historiadoras das mulheres. E Soihet se dedica a desdobrar os significados de tal conceito a partir da colaboração de Joan Scott, na versão traduzida pelo Instituto SOS CORPO em 1993.

Nas linhas que se seguiam, Soihet buscou apoio em duas historiadoras para tematizar a categoria: Joan Scott, oferecendo uma síntese de suas proposições em “Gênero: uma categoria útil...”; e Maria Odila Dias, como o já citado “Teoria e métodos dos estudos feministas.” A busca pela conceituação de gênero, para a professora da UFF, seria uma maneira de não só acrescentar “novos temas e objetos” à História, mas de “impor uma reavaliação crítica das premissas e critérios do trabalho científico”, transformando os “paradigmas da disciplina”.⁴²³

Continuando na exploração do artigo de Scott, Rachel Soihet escrevia

Os estudos de Gênero enfatizam a necessidade da rejeição do caráter fixo e permanente da oposição binária ‘masculino *versus* feminino’ e a importância de sua historicização e ‘desconstrução’ nos termos de Jacques Derrida –

⁴²² SOIHET, 1997a, p. 63.

⁴²³ Ibidem, loc. cit.

revertendo-se e deslocando-se a construção hierárquica, em lugar de aceitá-la como óbvia ou como estando na natureza das coisas.⁴²⁴

E, ainda sobre Scott, Soihet acrescentava que a historiadora estadunidense “alinha[va]-se entre os historiadores que prop[unham] ultrapassar os usos descritivos do gênero, buscando a utilização de formulações teóricas.” Neste momento, antes de terminar a tematização do artigo de Scott, o texto de Soihet insere as proposições de Maria Odila Dias apresentadas em *Uma questão de gênero*:

Nesse particular, Silva Dias (1992, p. 39) discorda da necessidade da construção imediata de uma teoria feminista, pois, a seu ver, tal construção significa substituir um sistema de dominação cultural por outra versão das mesmas relações, talvez invertidas, de poder, já que segundo a citada historiadora, o saber teórico implicaria, também, um sistema de dominação.⁴²⁵

Voltando à Scott, Rachel Soihet informa sobre a crítica dela “aos usos descritivos do gênero”. Segundo a historiadora da UFF, a ultrapassagem da descrição seria proposta por Scott para dar à História das Mulheres a força analítica “suficiente para interrogar e mudar os paradigmas históricos existentes”. Recorrendo à famosa frase de Scott que a “Revolução Francesa [...] não mudou com a descoberta de que as mulheres dela participaram”, Soihet explicava que “não teria sido suficiente aos historiadores das mulheres provar que as mulheres tiveram uma história”, por isso, para Scott, haveria a necessidade de encarar “um desafio teórico”. Isso exigiria, de acordo com a leitura de Soihet sobre Scott, “a análise não só da relação entre experiências masculinas e femininas no passado, mas também a ligação entre a história do passado e as práticas históricas atuais.”⁴²⁶

A crítica de Scott, reproduzida por Soihet, aos usos descritivos do gênero se estendia também sobre temas e objetos acerca dos quais a relação entre os sexos seria mais evidente: as mulheres, as crianças, a família etc. No entanto, a proposta de Scott é que “temas como a guerra, a diplomacia e a alta política” deveriam passar pelo escrutínio da categoria gênero. Tais temas, segundo Scott e como Soihet deixa claro em seu texto, poderiam ser repensados se a análise teórica de gênero fizesse parte do trabalho histórico e, justamente por se tratarem temas um tanto tradicionais na historiografia e lugares de “resistência à inclusão de materiais ou de

⁴²⁴ SOIHET, 1997a, p. 64.

⁴²⁵ Ibidem, loc. cit.

⁴²⁶ Ibidem, p. 65-66.

questões sobre as mulheres e o gênero”, é que a historiadora estadunidense investe nesses exemplos.⁴²⁷

Especificamente em relação à conceituação da categoria gênero, a professora fluminense ressaltou a definição clássica de Scott, repetindo em seu próprio texto as duas partes de tal definição: “[...] de um lado, o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos; de outro lado, o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder.” Para Soihet, “a teorização de gênero” de Scott é prioritariamente apresentada nesta segunda parte. Por isso a política – mesma tomada em seu sentido mais tradicional – seria o “domínio de utilização da análise histórica” como apresentava Joan Scott.⁴²⁸

Ao encerrar a seção “A questão do gênero”, depois de expor as propostas apresentadas em “Gênero: uma categoria útil...”, Rachel Soihet expressava suas reservas em relação a tais propostas:

A análise de Scott é de extrema relevância, pois incorpora contribuições das mais inovadoras no terreno teórico, bem como no do próprio conhecimento histórico. Considero, porém, que a partir do modelo de análise proposto, alguns elementos essenciais ao desvendamento da atuação concreta das mulheres tornam-se dificilmente perceptíveis. Importa, portanto, examinar contribuições de outros historiadores, que, com esse objetivo, não se limitam

⁴²⁷ O artigo de Scott investe em exemplos no qual a relação entre poder político – no sentido mais tradicional do termo, relacionado à governo/Estado – e gênero teriam ficado mais evidentes. Os exemplos eram justamente utilizados para tornar patente que o uso analítico da categoria favoreceria o entendimento e, conseqüentemente, a desconstrução de relações de poder mais amplas, mesmo naquelas em que gênero opera de forma mais implícita. Cf. “No momento crítico para a hegemonia jacobina, durante a Revolução francesa, no momento em que Stalin se apoderou do controle da autoridade, na implementação da política nazista na Alemanha ou no triunfo do Ayatolá Komehini no Irã, em todas essas circunstâncias, os governantes emergentes legitimaram a dominação, a força, a autoridade central e o poder dominante como masculinos (os inimigos, os forasteiros, os subversivos e a fraqueza como femininos) e literalmente traduziram esse código em leis que puseram as mulheres no seu lugar (interditando-lhes a participação na vida política, declarando o aborto ilegal, impedindo o trabalho assalariado das mães, impondo códigos de trajar para as mulheres). Essas ações e o momento de sua ocorrência fazem pouco sentido em si mesmas; na maior parte dos casos, o Estado não tinha nada de imediato ou de material a ganhar com o controle das mulheres. Essas ações não fazem sentido a menos que sejam integradas numa análise da construção e consolidação do poder. Uma afirmação de controle ou de força corporificou-se numa política sobre as mulheres. Nesses exemplos, a diferença sexual foi concebida em termos da dominação e do controle das mulheres. Esses exemplos podem nos dar alguma idéia sobre os tipos de relações de poder que se constroem na história moderna, mas esse tipo particular de relação não constitui um tema político universal. Por exemplo, sob diferentes aspectos, os regimes democráticos do século XX também têm construído suas ideologias políticas a partir de conceitos generificados, traduzindo-os em políticas concretas: o estado de bem-estar, por exemplo, demonstrou seu paternalismo protetor através de leis dirigidas às mulheres e crianças. Historicamente, alguns movimentos socialistas ou anarquistas recusaram inteiramente as metáforas de dominação, apresentando de maneira imaginativa suas críticas de regimes ou de organizações sociais particulares, em termos de transformações de identidades de gênero. Os socialistas utópicos na França e na Inglaterra, nos anos 1830 e 1840, conceberam seus sonhos de um futuro harmonioso em termos das naturezas complementares dos indivíduos, ilustradas pela união do homem e da mulher, o “indivíduo social”. Os anarquistas europeus eram conhecidos por sua recusa das convenções do casamento burguês, mas também por suas visões de um mundo no qual a diferença sexual não implicava hierarquia.” SCOTT, 1995, p. 90-91.

⁴²⁸ SOIHET, 1997a, p. 66-67.

a abordar o domínio público. Recorrem a outras esferas, como o cotidiano, no afã de trazer à tona as contribuições femininas.⁴²⁹

Nesse sentido, ao encerrar sua exposição de Scott, prevalecia uma crítica: a proposta de Scott não daria conta da “atuação concreta das mulheres”. Talvez pareça redundante, uma vez que a própria Joan Scott, desde *Gender and the politics of history* e do artigo sintetizado por Soihet, estava empenhada em debater tal ideia de “atuação concreta” ou de “experiência das mulheres”, sobretudo se se tem em vista a própria atuação da Joan Scott trabalhando com História Social nos anos 1970. Formada na História Social das Mulheres praticada nos EUA nos anos 1960 e 1970, é a partir da década de 1980 que Scott atuou mais efetivamente na crítica à tal história, refletindo junto ao conceito de gênero os limites que ela acreditava existir nessa historiografia e na própria disciplina histórica.⁴³⁰ No entanto, a crítica direcionada à historiografia das mulheres tal qual praticada pela História Social não é demonstrada por Rachel Soihet, historiadora que também praticara História naqueles moldes. Lançado em 1988 nos EUA, *Gender and the politics of history* teve o seu prefácio traduzido no Brasil e publicado nos *Cadernos Pagu* de 1994. Em resumo, Scott tematizava a questão da seguinte maneira:

A necessidade de examinar essas categorias de um novo ângulo era também provocada pela dificuldade em analisar as desigualdades de gênero dentro dos parâmetros da história social. Aqui, explicitamente teorizada (como marxismo, behaviorismo ou modernização) ou simplesmente tomada como descrição acurada de como as coisas acontecem, a ideia de que categorias de identidade refletem a experiência objetiva parecia levar a explicações que serviam mais frequentemente para confirmar do que para contestar as visões dominantes a respeito das mulheres. Ao aceitar que as mulheres têm características inerentes e identidades objetivas consistentes e predizivelmente diferentes das masculinas, e que elas geram definitivamente necessidades e interesses femininos, os historiadores deixam implícito que a diferença sexual é um fenômeno natural e não social. A procura por uma análise que desse conta da discriminação era apanhada pela lógica circular na qual a "experiência" explica as diferenças de gênero e as diferenças de gênero explicam as assimetrias da "experiência" masculina e feminina. É típico das visões sobre o que constitui a experiência masculina e feminina o apelo a ou a incorporação de definições normativas existentes. A história das mulheres escrita dessa perspectiva, e a política que ela engendra, termina por endossar as ideias de uma diferença sexual inalterável, que são usadas para justificar a discriminação.⁴³¹

Apresentada Joan Scott, realizada sua crítica à proposta de “análise da política” e silenciada suas críticas mais ácidas à História Social e à ideia de “experiência”, Rachel Soihet

⁴²⁹ SOIHET, 1997a, p. 68.

⁴³⁰ Cf. AVILA, 2019, p. 9-34.

⁴³¹ SCOTT, 1994, p. 15-16.

poderia se dedicar a defender outra forma de se praticar história das mulheres. Ocupando cinco páginas do seu trabalho, uma a menos do que a seção anterior, “Outras dimensões da política na vida das mulheres” era a quinta parte do texto de Rachel Soihet. Foi iniciada com a citação de “La historia de las mujeres. Cultura y poder de las mujeres: ensayo de historiografía”, de Arlette Farge, sendo esta historiadora saudada por evitar “o binômio dominação/subordinação como terreno único de confronto”. Continuando, Soihet afirmava, ainda inspirada em Farge, que, “apesar da dominação masculina, a atuação feminina não deixa de se fazer sentir, por meio de complexos de contra-poderes: poder maternal, poder social, poder sobre outras mulheres”. Para Soihet, Farge trazia uma “proposta metodológica” de estudar as esferas do privado e do público sem cair no “enfoque tradicional ‘privado *versus* público’.”⁴³²

Prosseguindo em sua tematização das “outras dimensões do político” na vida das mulheres, Rachel Soihet julgava útil mencionar “as abordagens de outras historiadoras – como Michelle Perrot, Natalie Davis, [Maria Odila Leite da] Silva Dias e outras – que, ao buscarem a mulher como agente histórico” teriam conseguido se aproximar “de domínios nos quais ocorriam maior evidência de participação feminina”. E, ao mesmo tempo que saudava tais historiadoras por não “se aterem unicamente à esfera pública”, deixava claro que tal esfera teria sido “objeto exclusivo, por largo tempo, do interesse dos historiadores impregnados do positivismo e de condicionamentos sexistas”. Explicar-se-ia, assim, para Soihet,

A emergência do privado e do cotidiano, nos quais surge com toda força a presença dos segmentos subalternos e das mulheres. Todavia, o político está longe de estar ausente dessa esfera, na qual se desenvolvem múltiplas relações de poder.⁴³³

Tematizada pelos exemplos políticos elencados por Scott e pelos historiadores “positivistas e sexistas” da esfera pública, essa caracterização do político realizada por Soihet se opunha à tematização que outras historiadoras estrangeiras e a brasileira Maria Odila Dias faziam do cotidiano, do privado, dotando-o também de sentidos políticos. Bem próxima às reflexões de Maria Odila Dias já aqui apresentadas, Soihet ficaria ainda mais perto das proposições da historiadora uspiana para defender que “a presença das mulheres dos segmentos populares” haveria marcado também o espaço público. Para tornar patente tal afirmação, a historiadora da UFF utilizava o texto “La economía ‘moral’ de la multitud em la Inglaterra del

⁴³² SOIHET, 1997a, p. 69. O texto de Arlete Farge foi, na verdade, escrito por um grupo de historiadoras francesas em 1986. Usado aqui em sua versão em língua espanhola, o texto em questão será traduzido em 2001 por professoras da UFF e será mobilizado de uma maneira bastante específica em 2004, em outro texto de Rachel Soihet. Isso será abordado no próximo capítulo da tese, quando for oportuno.

⁴³³ Ibidem, p. 70.

siglo XVIII”, de Edward Palmer Thompson,⁴³⁴ texto este que foi uma das bases de sua própria tese de doutorado,⁴³⁵ no qual o historiador inglês assinalaria uma “pista” acerca “da liderança feminina nos motins de alimentos”. Em 1986, Soihet defendida sua tese, travando seus diálogos com Thompson para escrever a história das mulheres pobres que ocupavam espaços públicos na cidade do Rio de Janeiro; apenas 4 anos antes, era a tese de livre-docência de Maria Odila Dias que se aproximava de Thompson para escrever a história de mulheres também ocupantes da esfera pública em São Paulo. Ainda sobrava espaço, para citar, nessa discussão, *Os excluídos da história*, de Michelle Perrot, para demonstrar que “usando o corpo como arma, aos gritos, batendo panelas e caldeirões” as mulheres ocupavam a esfera pública protagonizando “ruidosas aglomerações”.⁴³⁶

Voltando a criticar Scott, Rachel Soihet passava a afirmar que sua proposta de análise de gênero por meio da política não abriria “espaço para que emergjam as diversas sutilezas presentes nas relações entre os sexos”. Sobre isso, recorrendo à “Leitura crítica” que Roger Chartier havia feito de *História das Mulheres no Ocidente*, Soihet alertava para o “risco de se investir a diferença entre sexos de uma força explicativa universal”, assim como seria necessário evitar que a “história das mulheres reproduz[isse], para seu mal, algumas simplificações da antiga história social que consiste na referência de todas as clivagens e todos os contrastes a um único princípio de diferenciação”.⁴³⁷ É a partir da mobilização de Chartier que Soihet argumentou que:

⁴³⁴ Texto publicado na coletânea espanhola organizada por Josep Fontana em 1979, com textos do historiador inglês, com o título de *Tradición, revuelta y consciencia de clase*. Igor Guedes Ramos esclarece que, nos anos 1980, outro texto de Thompson presente na mesma coletânea circulava bastante entre os historiadores brasileiros em sua versão espanhola; tratava-se do artigo “Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial”. Cf. RAMOS, 2014, p. 46.

⁴³⁵ Defendida como *Vivências e formas de violência: mulher de classe subalterna no Rio de Janeiro (1890-1920)*, a publicação de sua tese como *Condição feminina e formas de violência* trazia a citação do mesmo texto de Thompson para conceituar “classe”, elemento importante para pensar as redes de poder informais nas quais se inseriam as mulheres pesquisadas por Soihet. Cf. SOIHET, 1989, p. 14-36. Para uma análise da relação da tese de Soihet com as proposições thompsonianas, ver, novamente, RAMOS, 2014, p. 464-469. É também Ramos que chama atenção para o fato de Soihet, apesar de se basear em Foucault e Thompson, “Simultaneamente, ao fundar a maior parte de suas explicações no *ser social* ou, em menor grau, no *ser de gênero*, Soihet se afasta do pensamento de Foucault e se aproxima do “materialismo histórico” a partir dos textos de Thompson e também de Gramsci, Engels, entre outros.” Ibidem, p. 469.

⁴³⁶ SOIHET, 1997a, p. 70.

⁴³⁷ CHARTIER, Roger. A História das mulheres, séculos XVI-XVII: diferença entre os sexos e violência simbólica. Em: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. **As mulheres e a História**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995. p. 38. No caso de Chartier, a crítica à uma possível “teorização/universalização” da categoria gênero era pelo risco de, segundo ele, ela se tornar um vetor de explicação de todas as diferenças entre homens e mulheres, assim como se fazia em algumas oportunidades com o conceito de classe, no que concerne às diferenças sociais. Cabe ressaltar que essa crítica de Chartier foi realizada levando em conta a leitura que fizera, a pedido da própria Michelle Perrot, do volume de *História das Mulheres no Ocidente* que se dedicava ao período moderno.

As fissuras à dominação masculina não assumem, via de regra, as formas de rupturas espetaculares, nem se expressam sempre num discurso de recusa ou rejeição. Elas nascem no interior do consentimento, quando a incorporação da linguagem da dominação é reempregada para marcar uma resistência.⁴³⁸

É neste momento que Rachel Soihet abre no seu texto uma senda para voltar a citar Thompson e encadear uma lista de autores/as com o tipo de abordagem que ela acreditava ser a mais adequada, ao contrário daquela proposta por Joan Scott:

A noção de resistência torna-se, dessa forma, fundamental nas abordagens sobre as mulheres. Cabe aqui lembrar, mais uma vez, a importância de E. P. Thompson. Sua obra dedica especial atenção às manifestações cotidianas de resistência dos segmentos populares, embora não estabeleça as mulheres como objeto específico. Outros historiadores também descartam a visão de uma ação unilateral do poder sobre os dominados passivos e impotentes. Como frisa Michel de Certeau (1980, p. 14), torna-se necessário ‘exumar as formas sub-reptícias que assume a criatividade dispersa, tática e *bricoleuse* dos dominados, com vistas a reagir à opressão que sobre eles incide’. Historiadoras como Michelle Perrot, Natalie Davis, Arlette Farge, Maria Odila da Silva Dias, eu própria, têm se baseado nesse referencial no esforço de reconstrução da atuação feminina.⁴³⁹

Num encadeamento de reflexões e de autoras e autores internacionais – Michel de Certeau, citado por *A invenção do cotidiano*, aparecendo pela primeira nessas reflexões – são evidenciados apenas os nomes de duas brasileiras: Maria Odila Dias e “ela própria”, Rachel Soihet, que se citava por meio do livro *Condição feminina e formas de violência*. Inserida nos anos em que o mantra da “inserção internacional” passava a ser considerado parâmetro para a conceituação de programas de pós-graduação de excelência, apenas dois nomes brasileiros são enunciados por Rachel Soihet. Ao lado de nomes estrangeiros canonizados na historiografia – em um processo de canonização do qual as próprias historiadoras das mulheres e do gênero no Brasil participavam –, Soihet “insere internacionalmente” a si mesma e a Maria Odila Dias nos debates acerca da área que se praticava aqui, na França, nos EUA, na Inglaterra etc.

Num caminho muito parecido com o de Maria Odila Dias, que já havia feito sua reflexão teórica em 1992 e 1994 sem citar qualquer nome brasileiro além do dela, Soihet, agora, na outra ponta dos anos 1990, endossava não só os argumentos e os textos de Dias, mas sua própria forma de debater e atuar no campo de construção e de delimitação dos cânones e da memória disciplinar da História das Mulheres e da Relações de Gênero.

⁴³⁸ SOIHET, 1997a, p. 72.

⁴³⁹ Ibidem, p. 72-73.

O destaque a Thompson e a Certeau, além das historiadoras Perrot, Davis e Farge, parecia credenciar os nomes de Dias e Soihet à altura daqueles nomes internacionais; suas próprias práticas de História Social das Mulheres, inspirada na “resistência” e “*bricoleuse*” cotidianas daqueles autores internacionais, garantiriam à Soihet e Dias se oporem tanto às “universalizações”, como às abordagens “miserabilistas” ou de “heroicização da rebeldia” feminina, quanto às “questões de gênero”. Em relação a estas últimas questões, se Joan Scott queria “dar força à História das Mulheres para questionar e mudar paradigmas da disciplina”, abrindo-se a encarar “o desafio teórico”, Soihet argumentava que sua prática historiográfica, como aquela de Maria Odila Dias, teria sido suficiente para isso. Ao “desafio teórico” representado pela “questão do gênero”, Soihet parecia responder, em 1997, como Dias respondeu em 1992: uma saída pela “proposta metodológica de Arlette Farge”, de Thompson, Davis e Perrot; ou seja, uma saída pela História Social das Mulheres. Parece que essa consideração se confirma no último parágrafo de sua seção:

Alinhando-me com Silva Dias, considero que a abertura dos historiadores para os papéis informais, visíveis apenas por meio do enfoque do cotidiano, constitui-se no recurso possível para *atingir nosso objetivo*; qual seja, o de obter pistas que possibilitem *a reconstrução da experiência concreta das mulheres em sociedade*, que têm desempenhado um papel ativo na criação de sua própria história.⁴⁴⁰

A próxima seção do texto de Soihet, “A história das mulheres no Ocidente: considerações”, dedicou-se a expor as críticas realizadas por Maria Odila Dias, Roger Chartier e Gianna Pomata à coletânea organizada por Duby e Perrot. Ao abordar as argumentações de Pomata, Rachel Soihet se empenhou em deixar clara a posição da historiadora estadunidense sobre as ligações e às relações recíprocas que o campo História das Mulheres e o da História do Gênero poderiam e deveriam manter para não incorrer nos problemas nos quais incorreu *História das Mulheres no Ocidente*. Já na conclusão do texto, Soihet parecia atentar-se à proposta de Pomata para afirmar: “Algumas [posturas] opõem história de gênero e história das mulheres – que, na verdade, caminham para a interpenetração que impede a abordagem isolada de cada uma destas”.⁴⁴¹ O futuro a área parecia estar nas mãos do relacionamento entre os dois campos, ainda que pudesse tratar-se de campos diferentes. Esse diagnóstico/prognóstico realizado por Rachel Soihet, em 1997, fará um tanto mais de sentido em 2007, com um balanço que será tematizado no último capítulo desta tese.

⁴⁴⁰ SOIHET, 1997a, p. 73. Grifos adicionados.

⁴⁴¹ Ibidem, p. 80.

O segundo texto de Soihet que será analisado a partir de agora guarda várias proximidades com o texto “Enfoques feministas e a história”. Publicado também em 1997, “História das mulheres” estava inserido na segunda parte de *Domínios da História*, intitulada “Campos de investigação e linhas de pesquisa”. A primeira parte da coletânea recebeu o título de “Territórios do historiador”, dedicada “a fazer um mapeamento geral, selecionando os grandes campos da história”, enquanto a segunda foi nomeada de “Modelos teóricos e novos instrumentos de pesquisa”. Segundo os organizadores, a segunda parte da obra seria “um esforço de verticalização” de temas mais amplos, que procurava “mapear e discutir objetos e problemáticas mais específicos, alguns de tipo macro-histórico, outros mais ligados à chamada micro-história”. Dividida entre os campos “mais amplos” e os temas/objetos “mais verticalizados”, o capítulo de Soihet sobre História das mulheres foi considerado um tema a ser verticalizado, assim como os temas da família, da demografia, da vida privada, do cotidiano, da sexualidade e da etnia, temas estes mais “vinculados às representações, ao imaginário e à vida cotidiana”.⁴⁴²

Dividido em cinco partes, o texto “História das mulheres” trouxe nas três primeiras delas uma reflexão bastante próxima ao texto “Enfoques feministas e a História”, publicado no mesmo ano em *Gênero em debate*. Rachel Soihet, inclusive, utiliza títulos bastante similares para as primeiras três seções: “Mulheres como objeto da história”, “Questões teórico-metodológicas” e “A questão do gênero”. Todavia, a maior seção do seu texto e a que mais interessa a esta tese é “Mulheres numa perspectiva micro-histórica: alguns enfoques”, que contou 15 páginas e apresentou um balanço historiográfico sobre o campo. Ainda sobrou espaço no texto de Soihet para a última seção, “Rastreando o feminino”, à qual dedicou 1 página. É sobre a quarta seção do seu texto, focada em elaborar um balanço, que se dedica a refletir a partir de agora.

Soihet pretendeu analisar “as principais contribuições historiográficas” sobre a História das Mulheres, dividindo-as em quatro temas. Perseguindo a sequência na qual Rachel Soihet arrolou seus temas na seção “Mulheres numa perspectiva micro-histórica: alguns enfoques”, percebe-se que ela dedicou 4 páginas para tratar os temas “Ação e luta das mulheres” e “Mulheres e trabalho” e 3 páginas para aqueles referentes às “Mulheres, família e maternidade” e à “Mulher e sexualidade”.

O tema “Ação e luta das mulheres” abria o balanço de Soihet. Tal tema, para a historiadora, configurava-se em “duas vertentes”, uma que se dedicava a investigar

⁴⁴² CARDOSO; VAINFAS, 1997, p. XII-XIV.

“movimentos organizados com vistas à conquista de direitos de cidadania – os movimentos feministas” e outra que se preocupava com “manifestações informais que se expressavam em diferentes formas de intervenção e atuação feminina”.⁴⁴³

A primeira vertente, que galgou espaço “nas abordagens iniciais relativas às mulheres”, apresentaria, *grosso modo*, “uma história das mulheres notáveis, através de uma abordagem biográfica”. Numa “perspectiva positivista”, continuava Soihet, “focalizavam-se mulheres excepcionais” que tinham se destacado em âmbitos como a política, a cultura e a religião. Para a historiadora, esse seria “o método utilizado pelas feministas do século XIX” para poder destacar “modelos femininos alternativos à imagem do tradicional feminino – passivo, fútil, sem maior iniciativa.” Como exemplo de tal vertente, Soihet cita a obra da alemã Louise Otto, *Mulheres influentes do povo*, publicada ainda em 1869. Para criticar esse tipo de história “positivista”, Soihet mobiliza Eleni Varikas e sua reflexão de que, se tais biografias tinham a “função de provar a capacidade feminina”, elas não teriam implicado num “questionamento dessa forma de fazer história”. No entanto, segundo Soihet, a biografia estaria despertando “interesse crescente” naqueles finais de século XX, “buscando compreender o condicionamento social e sexual das mulheres focalizadas e a interação entre sua vida pública e privada.”⁴⁴⁴

“Num outro tipo de abordagem” que não aquele “positivista do século XIX”, continuava Soihet sobre a vertente que focava em movimentos feministas organizados, haveria uma atenção ao movimento de mulheres da Revolução Francesa, bem como um foco nos “movimentos feministas da virada do século” XIX para o XX e seu “papel no estabelecimento dos Estados-providência ou *welfare states*”, citando trabalhos internacionais de Elizabeth Sledzievski, Anne-Marie Kappeli e Gisela Bock, todos publicados nos volumes de *História das Mulheres no Ocidente* que tratavam do século XIX e XX.

Passando a tratar do caso brasileiro, o balanço de Rachel Soihet lembra três nomes e obras já bastante mencionados em outros textos quando se tratava da História do movimento feminista:

O movimento liderado pela dra. Bertha Lutz no Brasil, nas décadas de 1920 e 1930, foi objeto de alguns estudos. O referido movimento, que examinei em trabalho anterior [*Bertha Lutz e a ascensão social da mulher (1919-1937)*, sua própria dissertação], teve como alvo o acesso das mulheres à cidadania plena [...] Branca Moreira Alves, igualmente, focaliza-o em estudo de 1980, e, instigada pelo movimento em que militava na década de 1970, enfatiza o caráter conservador do movimento liderado por Lutz [...]. Uma outra

⁴⁴³ SOIHET, 1997b, p. 281.

⁴⁴⁴ Ibidem, p. 281.

contribuição à história do feminismo no Brasil deve-se a Miriam L. Moreira Leite que elabora uma biografia sobre Maria Lacerda de Moura.⁴⁴⁵

Os textos de Branca Moreira Alves, *Ideologia e feminismo*, e Miriam Moreira Leite, *A outra face do feminismo*, estavam citados, novamente, em sequência, logo depois da própria dissertação de Rachel Soihet. Diferentemente de outros balanços, especialmente os Nizza da Silva, o feminismo e sua história eram aqui elencados em primeiro lugar. Dentre os primeiros nomes brasileiros citados, o próprio nome de Soihet aparece antecedendo a todos os outros. Assim, no balanço que fazia, o primeiro nome era o seu e a primeira obra do século XX era seu trabalho sobre Bertha Lutz dos anos 1970. Inserir-se, então, a si e a sua dissertação, numa temporalidade mais longa, aquela que fazia história de mulheres de cunho biográfico desde os século XIX.

Se essa vertente focada nos movimentos feministas organizados tinha tais nomes e obras como elementos, Soihet abre seu balanço para tratar da segunda vertente, segundo ela, aquela que priorizava “a atuação informal das mulheres”. Em tal produção, teriam destaque “as abordagens posteriores à irrupção da história social e da história cultural”, quando as historiadoras se dedicaram a estudar o cotidiano e as “manifestações no plano público até então desconsideradas”. Entre tais historiadoras, Soihet ressalta “o pioneirismo de abordagens como as de Natalie Zemon Davis, Michelle Perrot e Arlette Farge”. Abordagens estas que, no entender da historiadora da UFF, estavam envolvidas com a desmistificação de “concepções veiculadas sobre a mulher submissa, dócil, mostrando as atitudes de resistências por estas desenvolvidas em seu duro cotidiano”. Como já havia acontecido na sua reflexão de *Gênero em debate*, as três historiadoras continuavam a ocupar um espaço destacado nas considerações de Soihet.

Num mesmo movimento que tinha usado para abordar a vertente da história do feminismo organizado, Soihet passava pelos trabalhos estrangeiros e, depois, apresentava os brasileiros. Desta vez, nomes já conhecidos e outros nem tanto seriam acionados para caracterizar “a ação e a luta” informal das mulheres:

No Brasil, alguns estudos buscam exumar as formas sub-reptícias assumidas pelas mulheres, face à opressão que sobre elas incidia. Nessa perspectiva destaca-se o estudo de Silva Dias, *Cotidiano e poder em S. Paulo no século XIX*, no qual procura reconstruir a história das mulheres que aí viviam [...] embora institucionalmente informal e socialmente pouco valorizada, sua presença era ostensiva na cidade. Igualmente, no meu trabalho *Condição feminina e formas de violência. Mulheres pobres e ordem urbana*, são

⁴⁴⁵ SOIHET, 1997b, p. 281-282.

inúmeras as situações apresentadas nas quais se evidenciam as iniciativas e estratégias das mulheres pobres no Rio de Janeiro.⁴⁴⁶

Mais uma vez saudada, Maria Odila Dias ia ocupando um grande espaço na memória disciplinar que ia se acumulando desde os fins dos anos 1980. Apenas um dos balanços, aquele que Nizza da Silva publicara no exterior em 1991, não ousara tocar no nome da professora uspiana. Ao lado de sua contribuição *Quotidiano e poder*, aparecia também em destaque sua atuação como debatedora das teorias e métodos para escrita da história das mulheres, como fez Rachel Soihet nos três textos que publicou em 1997. A pesquisa historiográfica – com *Quotidiano e poder* – e a discussão teórica realizadas por Dias – especialmente em “Teoria e método dos estudos feministas” –, faziam-se presentes para a problematização da área em diferentes textos e enunciados: apareciam tanto em Pedro como em Rago, em Samara, Matos e, agora, em Soihet. Ao lado da imagem de Maria Odila Dias, que vinha sendo sedimentada como historiadora e teórica da História das Mulheres e das Relações de Gênero em diversos textos daqueles anos 1990, aparecia o próprio nome de Soihet, presente da mesma forma no texto “Enfoques feministas e a história”. No panteão das historiadoras das mulheres criado por Soihet, composto por nomes internacionais de peso, como os de Michelle Perrot, Natalie Davis e Arlette Farge, e pelo nome de Maria Odila Dias – sempre em destaque –, cabia também o nome e as próprias obras da historiadora da UFF. Aliás, antes de qualquer nome brasileiro, do próprio nome de Dias, cabia o de Rachel Soihet.

“Outro estudo na mesma linha” dos de Dias e de Soihet seria o artigo “As tias baianas tomam conta do pedaço. Espaço e identidade cultural no Rio de Janeiro” publicado por Monica Pimenta Velloso na revista *Estudos Históricos*, em 1990. Velloso, que em 1997 era pesquisadora do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC-FGV), instituição que à época era responsável pela publicação da *Estudos Históricos*, tinha se graduado em Biblioteconomia (1973) e em História (1976) pela UFF, defendido sua dissertação em Filosofia na PUC/RJ (1983) e seu doutorado História Social na USP (1995) com orientação de Marcos Antônio da Silva.

Depois de Velloso, não citada ainda em nenhum dos textos aqui analisados, Soihet elenca os nomes de Laura de Mello e Souza com *Inferno atlântico* e Luiz Mott com *Rosa Egípcia* como aqueles que se interessaram pelas mulheres “visionárias, mulheres de origem humilde que se sobressaíram enfrentando a intolerância reinante em seu tempo”. Soihet ainda lembrou dos trabalhos sobre “mulheres reclusas em conventos e recolhimentos que

⁴⁴⁶ SOIHET, 1997b, p. 283.

conseguiram reverter alguns dos propósitos punitivos e supostamente opressivos destas instituições”, citando *Honradas e devotas*, de Leila Mezan Algranti, e o nome de Susan Soeiro, sem relacioná-lo a qualquer obra.⁴⁴⁷ Nomes que nem sempre apareciam em balanços, mas que já vinham galgando algum espaço na memória disciplinar da área.⁴⁴⁸

Após a mobilização desses nomes canonizados, de outros estreantes e às vezes citados, Rachel Soihet abriu o tema de “Mulheres e trabalho”, espaço no qual citou um número bem maior de nomes e obras. Iniciando, mais uma vez, pelos nomes internacionais, a professora da UFF elenca trabalhos de Joan Scott e Louise de Tilly como exemplos do “vulto significativo na historiografia anglo-saxônica” sobre as mulheres que assumiu os estudos sobre os “efeitos da industrialização e da modernização”. Também são arrolados trabalhos de nomes menos conhecidos, como os de Susan Stresser, Jacqueline Jones, Deborah White e Alice Kessler-Harris, com destaque para esta última.⁴⁴⁹ Nomes internacionais que ainda não figuravam nos balanços anteriores, sempre mais atentos aos nomes da demografia e da família (Kuznesof, Metcalf, Nazzari, Russel-Wood, Pescatello etc.) e daqueles mais clássicos da História Social (Perrot, Hahner, Varikas etc.). A bibliografia em língua inglesa era sempre mais acionada no enunciado da família e da demografia histórica do que nos da História Social da Mulher e da História Cultural de Gênero, mais atentos à uma bibliografia que misturava referências de língua francesa às de língua inglesa. Aqui, com mais uma defensora de uma História das Mulheres próxima às preocupações da História Social, o campo se dividia novamente entre as contribuições estrangeiras nas duas línguas.

Isso se mostra no balanço de Rachel Soihet também no momento em que, depois de anunciar os nomes da “historiografia anglo-saxônica”, começa a arrolar nomes e obras francesas. “Na França”, expunha Soihet, “os estudos sobre o trabalho feminino progrediram, de início, em razão das contribuições de sociólogas como Madelaine Guilbert e Evelyne Sullerot”. Anne Martin-Fugier, Genevieve Fraisse, Rose Marie Lagrave e Michelle Perrot são adicionadas à lista francesa elaborada por Soihet.

Ao passar a tematizar a produção brasileira sobre “Mulheres e trabalho”, Rachel Soihet defende que “as primeiras abordagens” teriam se dado “nos terrenos da sociologia e da

⁴⁴⁷ SOIHET, 1997b, p. 284.

⁴⁴⁸ Apareciam, de maneira não uniforme, em balanços de Maria Beatriz Nizza da Silva, Miriam Moreira Leite, Margareth Rago e de Maria Izilda Matos. Laura de Mello e Souza foi citada por Leite e Rago; Leila Mezan Algranti foi a que apareceu em mais oportunidades (Leite, Rago e Matos) e Susan Soeiro era mobilizada apenas por Nizza da Silva. Luiz Mott foi citado pela primeira vez por Rachel Soihet.

⁴⁴⁹ SOIHET, Op. Cit., p. 285-286.

antropologia”, mas não menciona qualquer trabalho ou nome vindo das Ciências Sociais. Soihet prefere dar destaque a outro movimento:

Hoje, porém, a historiografia brasileira tem dado mostras de extrema fecundidade neste campo, assinalando sua presença de modo marcante. Inclusive, de acordo com *tendências mais recentes*, o cotidiano das mulheres dos segmentos populares, no qual o privado mescla-se com o público, penetrou com ênfase nestas abordagens. Como se tem feito com os demais subalternos, busca-se trazer à tona as táticas de sobrevivências e de resistências desenvolvidas pelas mulheres. Nessa perspectiva destaca-se o estudo já citado de Maria Odila da Silva Dias, que discorre sobre mulheres pobres, chefes de família, vivendo precariamente do trabalho temporário em atividades malvistas pelos poderosos, como o artesanato caseiro e o comércio ambulante. A autora ressalta a luta dessas mulheres pela sobrevivência, em meio a redes de solidariedade e de vizinhança que se improvisavam e modificavam continuamente; essenciais frente ao sistema de poder e à estrutura de dominação que as oprimiam.⁴⁵⁰

No longo parágrafo dedicado a apresentar *Quotidiano e poder*, reproduzido acima, Maria Odila Dias ganha, mais uma vez, destaque. A discussão teórica que Rachel Soihet apresentava tanto em “Enfoques feministas e a história” e, agora, em “História das mulheres” já introduzia as reflexões de Dias em meio às discussões que aconteciam no exterior. Aliado ao nome de Dias, como se viu, aparecia justamente o nome de Soihet naquelas considerações teóricas e conceituais. Aqui, em “História das mulheres”, já haviam aparecido no primeiro tema do balanço, “Ação e luta das mulheres”: Soihet com sua contribuição sobre Bertha Lutz e *Condição feminina e formas de violência* e Maria Odila Dias com *Quotidiano e poder*. A própria tese de doutorado de Soihet aparece, ladeando a tese de livre-docência de Dias. Soihet parece dar a entender às suas leitoras e aos seus leitores que as duas historiadoras, desde suas teses, estariam trabalhando “de acordo com as tendências mais recentes”. Sobre o tema do trabalho não seria diferente: depois das duas linhas dedicadas a dizer sem citar sobre o trabalho das cientistas sociais, depois de um longo parágrafo em que apresentava *Quotidiano e poder* antes de qualquer outra obra ou historiadora brasileira, Rachel Soihet escreve longas linhas sobre sua própria contribuição:

Igualmente, no meu citado *Condição feminina*, busquei mostrar mulheres que, além da sua labuta cotidiana do trabalho doméstico e do cuidado com os filhos, ainda produziam para o mercado, em sua maioria, exercendo tarefas extensivas à atividade doméstica. O trabalho era uma atividade ligada visceralmente às referidas mulheres, o que se pode depreender dos instrumentos por ela utilizados para agredir seus oponentes, de acordo com os

⁴⁵⁰ SOIHET, 1997b, p. 287. Grifos adicionados.

processos criminais consultados: vassoura, copo, tampo de panela, garfo, ferro de engomar, tesoura, enxada, pá de lixo, guardião de móvel etc.⁴⁵¹

Dos dois lados, de Dias ou de Soihet, uma certa prática de História das Mulheres se fazia presente: mulheres pobres vivendo a “precariedade e a labuta” cotidiana do trabalho; sobrevivendo e resistindo às mazelas enfrentadas dia após dia. O foco, para além de evidenciar as contribuições de Soihet e de Dias, era justamente demonstrar como a História Social de Mulheres, ou aquela “história das mulheres vista de baixo”, era a que havia aberto as sendas do tema do trabalho no Brasil. Se houve qualquer abordagem histórica do trabalho por parte das cientistas sociais, naqueles anos, como fizeram questão de destacar Margareth Rago e Maria Izilda Matos, pouco importava – importava tão pouco que nenhuma obra foi relacionada –, pois havia trabalhos afinados com as “tendências recentes”.

O destaque dado a tais obras se junta à citação de outras, que recebem menos atenção: “As diversas modalidades de trabalho das mulheres pobres em Minas Gerais são objeto da abordagem de Luciano Figueiredo”; Sandra Grahman “debruça-se sobre as relações entre patrões e criadas no Rio de Janeiro, entre 1890 e 1930”. Adicionada à descrição de *Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro*, de Grahman, Rachel Soihet sublinhava que tal historiadora expunha nessas relações o “atendimento aos padrões das exigências de trabalho e obediência, em troca de proteção”.⁴⁵²

Ainda sobre “Mulher e trabalho”, Soihet dedicaria longas linhas para tratar as contribuições de outra historiadora:

Maria Izilda Santos de Matos examina tais relações em São Paulo e Santos, entre 1890 e 1930. Reconstrói a dura rotina de trabalho dessas mulheres, via de regra mal remuneradas, e busca apontar as ambiguidades dessa convivência. Fuga, indolência, mau humor, entre outros, foram algumas das táticas utilizadas para afirmarem sua insatisfação, intervindo na moldagem cotidiana dessas relações. Ainda, Maria Izilda realiza uma análise extremamente acurada e original sobre a costura de sacaria para o café, realizada a mão e na própria moradia por mulheres de São Paulo e Santos, entre 1890 e 1930. Desmitifica a autora as concepções acerca do caráter residual desse tipo de atividade, assinalando o crescimento desse setor informal de forma integrada ao desenvolvimento capitalista. Embora desse margem a forte exploração, tal atividade permitia as mulheres uma certa autonomia, uma das explicações para sua disponibilidade face a mesma. Podiam administrar seu tempo e o ritmo do trabalho, longe dos condicionamentos da fábrica, compatibilizando-os com as ocupações familiares e comunitárias. O que não lhes impediu, contudo, de desenvolver modalidades surdas de resistência e mesmo de organizar associações, participando de movimentos grevistas. Mudanças no sistema produtivo,

⁴⁵¹ SOIHET, 1997b, p. 287-288.

⁴⁵² Ibidem, p. 288.

aliadas as campanhas higienistas contrárias a poluição do espaço doméstico pelos odores e poeira próprios do ambiente fabril, teriam contribuído para a extinção dessa modalidade de trabalho.⁴⁵³

Mais que nomear e visibilizar tais obras, Rachel Soihet vinha apresentando-as em mais detalhes. Enquanto umas, como a de Luciano Figueiredo, recebiam pouco mais de uma linha, outras, como as de Dias, Matos e dela própria, recebiam mais atenção, parágrafos inteiros que demonstravam, inclusive, “análises acuradas e originais”. Exemplo dessa arquitetura textual que carrega hierarquias é o último parágrafo do balanço dedicado ao tema do trabalho. Nele, quatro autoras e suas obras são espremidas em suas linhas:

No tocante a mulher operária, alguns trabalhos se destacam a partir do pioneirismo de Heleieth Saffioti, em fins da década de 1960, que discorre sobre a marginalização, com o advento do capitalismo industrial, de um grande contingente de mulheres do sistema de produção de bens e serviços. O estudo de Alice Rosa Ribeiro, por seu turno, demonstra a demanda e a presença maciça de mulheres nas indústrias, ultrapassando a presença masculina, de 1870 até 1920. Após essa data, segundo revela Maria Valéria Junho Pena, predomina uma tendência diversa, de expulsão das mulheres do mercado de trabalho industrial. Tal tendência, segundo Margareth Rago, foi acompanhada da vitória de concepções duvidosas que enfatizavam a fragilidade de corpo das operárias e os perigos morais que as espreitavam nas fabricas. Formulado ao final do século XIX, estes mitos sobre a sexualidade feminina se mantiveram vigentes até meados da década de 1960.⁴⁵⁴

Ora, tais trabalhos aqui apresentados num único parágrafo são os mesmos trabalhos que Margareth Rago havia arrolado, também lado a lado, em seu balanço “Relações de gênero e classe operária no Brasil”. Para esses trabalhos, como se mostrou no primeiro capítulo desta tese, Rago afirmava que “a questão das relações entre os sexos começa[va] a ser incorporada nas recentes pesquisas sobre a formação da classe operária no país”.⁴⁵⁵ Assim, em 1994, Rago afirmava “as recentes pesquisas” em história do trabalho, realizadas pelas sociólogas e por ela mesma, nas primeiras linhas de seu balanço. Já Soihet, em 1997, deixando Heleieth Saffioti, as sociólogas do trabalho feminino e a própria Margareth Rago para o último parágrafo referente ao tema, afirmava que eram as teses de Maria Odila Dia e dela própria as marcas das “recentes pesquisas”.

Como se demonstrou anteriormente, Rago também apontara os problemas que ela julgava ter encontrado nessa historiografia do trabalho feita pelas cientistas sociais, que tornara

⁴⁵³ SOIHET, 1997b, p. 288.

⁴⁵⁴ Ibidem, p. 288-289.

⁴⁵⁵ RAGO, 1994, p. 5. Grifos adicionados.

as mulheres “vítimas do capitalismo e do patriarcado”, afirmando o seu próprio papel para a superação daqueles problemas. Vale à pena voltar ao trecho:

[...] sob o forte impacto das renovações teóricas e temáticas da ‘Social History’ e da ‘Nouvelle Histoire’ procurou superar vários desses pontos, *contribuindo para constituir uma historiografia das mulheres propriamente dita, no Brasil*. Maria Odila Leite da Silva Dias, em *Quotidiano e Poder*, publicado em 1984, assim como *Do Cabaré ao Lar. A Utopia da Cidade Disciplinar*, de 1985, por exemplo, procuraram resgatar a atuação das mulheres trabalhadoras pobres, desvitimizando-as e insistindo sobre sua capacidade criativa, nas múltiplas estratégias quotidianas de sobrevivência e de resistência social.⁴⁵⁶

A semelhança não parece ser mera coincidência. Rago e Soihet, com textos separados pelo espaço de 3 anos, disputavam o protagonismo sobre “a renovação” da historiografia do trabalho, sobre “as tendências recentes” ou sobre a “constituição de uma historiografia das mulheres propriamente dita”. Não à toa é que a primeira vez que Rachel Soihet aparece num balanço foi sob a batuta de Rago, justamente num dos últimos parágrafos que a historiadora unicampista tinha reservado para tratar a história das mulheres “em outros espaços de atuação e de sociabilidade que não a fábrica”. No balanço de Rago, em 1994, ao lado de Maria Odila Dias e *Quotidiano e poder* apareciam Margareth Rago e *Do Cabaré ao lar* e não Rachel Soihet e *Condição feminina e formas de violência*. No balanço de Soihet, em 1997, as posições de Rago e Soihet estavam invertidas. Talvez, também não à toa, é que Soihet deixa a obra de Rago para o último parágrafo quando quer tratar do tema “Mulheres e trabalho”.

Partícipes da construção e das disputas inerentes à construção de uma memória disciplinar – e, em consequência, nas disputas políticas de configuração do campo no país –, Rago e Soihet desejavam introduzir suas obras e a si mesmas como nomes canônicos na abordagem das mulheres no Brasil. Mas, poderia ser uma questão justa a se colocar, por que Rachel Soihet, três anos depois do balanço de Margareth Rago, não se dedicou a simplesmente colocar seu nome estampado na arquitetura já organizada pela historiadora da Unicamp, sem a necessidade de retirar Rago de lá? Não seria cabível inscrever, nos “primórdios” da História das Mulheres no Brasil, os nomes de Dias, Rago e Soihet?

Uma resposta que se sugere é que a explicação estivesse justamente na defesa de formas de se praticar História das Mulheres e das Relações de Gênero que estava subjacente à consagração desses cânones. Margareth Rago já havia realizado as suas críticas, entre 1994 e 1995, à história que ela jogou ser problemática e até mesmo de correr o risco de ser

⁴⁵⁶ RAGO, 1994, p. 6. Grifos adicionados.

“positivista”:⁴⁵⁷ a história das agências, das resistências, da atuação das mulheres, ou seja, daquilo que ela nomeara de a “história das mulheres enquanto história social”. Rago também já tinha emitido um enunciado que, defendendo a superação dos limites da “história das mulheres enquanto história social” – história esta praticada, segundo Rago, em *Quotidiano e poder*, em *Do cabaré ao lar* e também em *Condição feminina e formas de violência* –, a sua tese de doutorado teria aberto a senda de uma História Cultural baseada nas filosofias da diferença e no conceito de gênero bastante inspirado nas considerações de Joan Scott. Conceito este que, em 1997, Rachel Soihet fizera questão de apresentar – justamente na versão de Scott –, de criticar e de sugerir como saída a História Social praticada por ela, por Arlette Farge, por Natalie Davis e por Michelle Perrot e, principalmente, por Maria Odila Dias.

Talvez, por isso, fosse tão importante a tematização da “questão de gênero” por meio do texto “Teoria e métodos dos estudos feministas”, publicado em *Uma questão de gênero*. Talvez, por isso, fosse importante para Rachel Soihet, sempre que possível, fazer a sua tese de doutorado caminhar ao lado da tese de livre-docência de Maria Odila Dias. Inverter a relação: se para Margareth Rago a História das Mulheres partiria da História do Trabalho como praticou as cientistas sociais, passaria pela História Social e aportaria na História Cultural com ventos soprados pelas filosofias da diferença e pelo conceito de gênero; Para Rachel Soihet, a História das Mulheres partiria da História Social, contornaria o conceito de gênero, para voltar a aportar, tranquilamente e segura, na História Social das Mulheres, tal como aquela praticada por ela mesma e por Maria Odila Dias.

O debate se afirmava, então, nesses termos. A relação que esses enunciados estabeleceram com *Quotidiano e poder* parecia marcar a memória disciplinar da área. Se nas discussões de História da Família e da Demografia histórica a tese de Maria Odila Dias era mais um resultado; nos enunciados da História Social e da História Cultural ela era, fundamentalmente, um divisor de águas. Seguida, como queria Soihet, ou superada, como desejava Rago, *Quotidiano e poder* ia se tornando incontornável para os enunciados que quisessem se estabelecer na historiografia brasileira. A obra foi se tornando, talvez à revelia de

⁴⁵⁷ Interessante mencionar como a alcunha de “positivista” ou “neopositivista” era acionada pelas historiadoras aqui analisadas. Nos casos de Maria Izilda Matos e Rachel Soihet, por exemplo, as críticas a este “outro” positivista que era estabelecido para informar uma identidade “nós, historiadoras não-positivistas” eram direcionadas às obras do século XIX, ainda que somente Soihet tenha citado um trabalho nesse sentido, o de Louise Otto. Já no caso de Margareth Rago, esse “outro positivista” diferente deste “nós” seria a “História da mulher enquanto História Social”. A construção de uma historiografia com a qual queria se identificar e defender, nesses anos 1990, passava pela nomeação como “positivista” de outras práticas historiográficas das quais desejavam se diferenciar e questionar. E pouco interessava se se tratava dos trabalhos do século XIX ou da década de 1980. Essa tópica não será abandonada pelas historiadoras, como se perceberá nos capítulos seguintes desta tese.

sua autora, um enorme pilar do monumento historiográfico que se construía sobre a História das Mulheres e das Relações de Gênero nos anos 1990. E, claro, tal pilar arrastava consigo debates mais amplos sobre a profissionalização da disciplina, seus temas e abordagens essenciais; trazia consigo as disputas por espaço e por *status* dentro de um domínio específico que compunha a historiografia brasileira. Tematizar Maria Odila Dias e sua obra era, enfim, necessário para se ocupar um espaço na própria história da historiografia brasileira sobre mulheres e gênero pós anos 1970, quando da implantação dos atuais programas de pós-graduação.

Voltando ao balanço de Soihet, começa-se agora a descrever os trabalhos elencados pela historiadora da UFF sob o tema das “Mulheres, família e maternidade”. Colocadas após as discussões sobre movimento de mulheres e sobre o trabalho, tal tema se inicia também com a mobilização de nomes estrangeiros, especialmente da historiografia francesa:

A história da família conta, desde a década de 1970, com trabalhos significativos, como os de Philippe Ariès, Jean Louis Flandrin, Le Roy Ladurie, André Burguière e Edward Shorter, entre outros. Deve-se a estes um melhor conhecimento acerca da posição da mulher, a partir de novos achados sobre seus papéis.⁴⁵⁸

Sem mencionar do que se tratavam tais “novos achados”, Soihet deu destaque apenas ao nome de Shorter, sendo ele o único desses estrangeiros que contou com a citação de uma obra. Passando depois por nomes Anne-Marie Sohn e Anne-Marie Fugier, Rachel Soihet sublinhava as críticas aos marxistas, com destaque para Mark Poster. Para Soihet, já existiam estudos demonstrando “que a mudança dos modos de produção não determina, automaticamente, uma transformação nos padrões familiares”; assim, “a instauração do socialismo não teria representado a libertação das mulheres como pensava Engels”.⁴⁵⁹

Ao tratar dos casos brasileiros, Soihet remeteu as primeiras abordagens da família à Gilberto Freyre, expondo que, apesar da “generalizações de Freyre, quando assume a família patriarcal como o único modelo”, deveria se sublinhar o “pioneirismo e a sensibilidade” do autor de *Casa Grande e Senzala* “ao focalizar questões como a sexualidade, o corpo e o cotidiano, só há pouco objeto do interesse dos historiadores”.⁴⁶⁰ Na esteira da crítica às generalizações, “pesquisas recentes” teriam “relativizado a sujeição feminina”, como no caso de *A família brasileira* e *As mulheres, o poder e a família*, obras nas quais Eni de Mesquita

⁴⁵⁸ SOIHET, 1997b, p. 289.

⁴⁵⁹ Ibidem, p. 290.

⁴⁶⁰ Ibidem, loc. cit.

Samara teria demonstrado que, “mesmo entre as mulheres casadas, [...] não foram poucas aquelas que trouxeram situações de conflito para o casamento”, o que sugeriria, nas palavras de Soihet, “um distanciamento entre a normatização e as vivências concretas”. Continuando na sua revisão “da família patriarcal freyriana”, são citados os trabalhos de Donald Ramos, *A estrutura demográfica de Vila Rica às vésperas da inconfidência*, e o já referido artigo de Elizabeth Kuznesof.⁴⁶¹

Terminando sua exposição, Soihet informava que, “em se falando de família”, seria oportuna “uma referência aos trabalhos sobre maternidade”. Assim, *L’histoire des meres du Moyen âge à nos jours*, de Yvone Knibiejer e Catherine Fourquet, é considerada “obra importante”. Além desse trabalho estrangeiro, no Brasil, sublinhava a historiadora fluminense, Mary del Priore teria mostrado de maneira criativa “como as mulheres da Colônia reverteram em seu favor uma limitação que lhes foi imposta pelos médicos e moralistas”.⁴⁶² Ainda sobre a questão da maternidade, Rachel Soihet encontrou espaço em seu balanço para abordar alguns trabalhos que se dedicavam a estudar uma “outra face [...] simbolizada nos males provocados [pela maternidade] ou na sua recusa”. Nesse sentido, entram os nomes de Simone de Beauvoir e sua denúncia sobre “os encargos da veneração generalizada da maternidade”; novamente Flandrin e seu estudo que levava em conta “a prática do infanticídio” na Europa moderna; a “abordagem original sobre o aborto” de Angus McLaren. Esses temas e estudos abrem espaço para Soihet destacar, no parágrafo que encerra a seção sobre “Mulheres, família e maternidade”, mais uma vez a sua própria pesquisa:

Tanto o infanticídio como o aborto foram focalizados no meu estudo já referido [*Condição feminina e formas de violência*]. Examinei o discurso médico de fins de século XIX e início do XX, que exige o agravamento da pena com relação aquelas que incorriam na prática do infanticídio. As devassas, adúlteras e as intelectuais – características indesejáveis para as mulheres naquele momento – eram apontadas como as únicas capazes de realizar tal crime. Analisando os processos criminais, pude verificar que tais hipóteses médicas não correspondiam à realidade. A maioria das mulheres que recorriam ao infanticídio eram recém-vindas da área rural e empregadas domésticas. Abandonadas pelos parceiros, temiam a perda do emprego, única referência na cidade grande.⁴⁶³

Após, mais uma vez, dar a ler seu próprio trabalho, Soihet iniciou a tratamento do último tema referente aos enfoques que elegeu para trabalhar em seu balanço. O tema “Mulheres e sexualidade” inicia com a afirmação de que “a sexualidade feminina, alvo de tabus e ignorada

⁴⁶¹ SOIHET, 1997b, p. 290-291.

⁴⁶² Ibidem, p. 291.

⁴⁶³ Ibidem, p. 291-292.

pelas diversas abordagens, torna[va]-se o centro das atenções” e assumia “maior vulto em fins da década de 1970, despontando os Estados Unidos na liderança dessas abordagens.” Nesse sentido, Soihet começa arrolando os nomes internacionais de Juliet Mitchell, Barbara Welter, Carl Degler e Peter Gay como exemplos de problematizações sobre o “estereótipo da feminilidade”. Sobre as “relações homossexuais femininas”, a historiadora da UFF indicou o nome de Marie-Jo Bonnet.⁴⁶⁴

Voltando seus olhos para o Brasil, Rachel Soihet apontava para “o descortínio da intimidade amorosa de mulheres, que viviam romances homossexuais, na Bahia do século XVI” realizado por Ligia Bellini em *A coisa obscura* (1987), obra que, de acordo com Soihet, tinha o mérito de reconstruir o “cotidiano das mulheres da época”. O segundo nome citado era o de Lana Lage Gama Lima, com o seu *Mulheres, adúlteros e padres*.

Para pensar “Mulher e sexualidade” em discursos filosóficos, médicos e jurídicos, Soihet lembra-se de citar uma pesquisa que foi realizada em seu próprio PPGH da UFF. Tratava-se do livro *Meretrizes e doutores*, resultado da dissertação defendida por Magali Engel em 1985 sob a orientação de Margarida de Souza Neves. Engel era colega de departamento e professora do mesmo PPGH que Soihet. A obra de sua colega era assim apresentada:

A análise desses discursos tem sido alvo da produção historiográfica também no Brasil. Nessa linha ressalta a abordagem pioneira de Magali Engel que se detém na análise do discurso médico sobre a prostituição no Rio de Janeiro, no período 1840-1890. Aponta a autora a fidelidade desses discursos aos princípios cristãos, em que pese o seu tom anticlerical. Para evitar a prostituição, a mulher deveria ser submetida a uma educação que incluísse princípios morais, que buscasse o fortalecimento do sentimento de pudor e que impedisse a indolência, a vaidade e a ambição.⁴⁶⁵

Logo em seguida, Soihet apresentava outros trabalhos que lidavam com tais discursos:

Outros trabalhos reservam um espaço a essas representações. As concepções de Lombroso, dos positivistas comteanos e dos médicos acerca da sexualidade feminina foram por mim analisadas no já citado trabalho [*Condição feminina e formas de violência*]. Margareth Rago [em *Os prazeres da noite*] refere-se, igualmente, ao discurso médico, além de deter-se no pensamento do jurista Viveiros de Castro. Discorre sobre o “direito ao prazer”, postulado pelos anarquistas as mulheres, além de apontar para algumas visões tradicionais na imprensa operária. Também Luiz Carlos Soares vale-se de teses médicas como de documentação policial, literatura de viajantes e romances de época na sua abordagem sobre a prostituição. A relação estabelecida pelo pensamento psiquiátrico entre sexualidade feminina e loucura emerge da

⁴⁶⁴ SOIHET, 1997b, p. 292-293.

⁴⁶⁵ Ibidem, p. 293.

abordagem de Maria Clementina Pereira Cunha, que assinala a crença na incurabilidade das mulheres imorais ou onanistas.⁴⁶⁶

Como já se expôs em outros trechos desta tese, os nomes citados nesses dois excertos estavam ligados à UFF ou a Unicamp. Soihet e Soares⁴⁶⁷ eram professores da UFF; Rago e Pereira Cunha eram professores da Unicamp e, Magali Engel, parecia ser uma ponte entre essas instituições e intelectuais: era professora da UFF, ao lado Soihet, já que as duas dividiam os corredores do departamento de História da Federal Fluminense desde os anos 1970, e tinha entrado em trânsito durante seu doutorado para realizá-lo na Unicamp, sob orientação de Maria Clementina Pereira da Cunha. Mais à frente, esse mesmo núcleo de historiadores/as é aumentado com o nome de Martha Campos Abreu e seu livro *Meninas perdidas*, de 1989. Ora, viu-se que Abreu tinha feito o mesmo percurso que Engel: mestrado na UFF (1987) e doutorado na Unicamp (1996), ambos com a orientação de Robert Slenes.

Tais nomes – Soihet, Rago, Engel, Pereira Cunha e Abreu –, vinculados ao encontro dessas duas instituições – Unicamp e UFF –, já haviam aparecido nos balanços de Margareth Rago, alguns anos antes, entre 1994 e 1995. Naquela ocasião, como se viu anteriormente, acionar as redes de pós-graduandos que se formavam ao redor do trânsito entre a UFF e a Unicamp visibilizava uma produção que havia sido silenciada pelos textos de Nizza da Silva, Leite e Samara. Implicada em evidenciar seu próprio lugar de ensino, pesquisa e orientação, Rago acionava a mesma rede que, agora, era também mobilizada por Soihet.

Mesmo que tenham tido passagem pela USP, os nomes mobilizados por Rachel Soihet em seu balanço até aquele momento estavam ligados, de alguma forma, a outras instituições: ela mesma, Monica Pimenta Velloso e Luciano Figueiredo estavam filiados à instituições cariocas; Luiz Mott e Lígia Bellini estavam vinculados à UFBA; Maria Izilda Matos à PUC/SP. Adicionar os nomes de Rago, Engel, Pereira Cunha e Abreu à esta lista é jogar mais luzes ainda em outros lugares que não sobre a USP, mesma estratégia que se valeu Rago em seus balanços. Se pensarmos o balanço de Joana Maria Pedro, de 1994, ela também fazia tal esforço, em especial em relação ao seu próprio lugar institucional, a UFSC. Ainda que muitas dessas historiadoras tenham passado de alguma forma pela USP – as próprias Rago, Pedro e Soihet fizeram alguma parte de suas formações na USP –, não parecia ser o caso de chamar tanta atenção para lá, mas sim para as instituições nas quais estavam trabalhando.

⁴⁶⁶ SOIHET, 1997b, p. 294.

⁴⁶⁷ Soares, que era professor do Departamento de História da UFF desde 1976, havia se tornado mestre em história pelo PPG da própria UFF em 1980, com orientação de Victor Vincent Valla e defendido seu doutorado em 1988 na University College of London, no Reino Unido, sob orientação Leslie Bethel.

Ainda que tivesse que recorrer a exemplos modelares da tradição uspiana – Maria Odila Dias e Eni de Mesquita Samara, em especial –, o movimento das historiadoras que não lecionavam e não orientavam na USP, movimento dessas historiadoras que queriam dizer, desde meados dos anos 1990, o que tivera sido e/ou o que poderia vir a ser o campo da História das Mulheres e das Relações de Gênero, tentava deslocar institucionalmente e geograficamente o campo. Isso, como se viu, não se aplica às historiadoras que emitiam e atualizavam o enunciado da História da Família e da Demografia histórica, mas àquelas que começavam a disputar os espaços a partir dos enunciados da História Social das Mulheres e da História Cultural de Gênero. E, deste ponto de vista, do deslocamento geográfico do campo, pouco importava se a defesa era de um campo atado às preocupações da História Social ou vinculado aos domínios da História Cultural, pois dentro de suas disputas, havia um “adversário” em comum: o enunciado que queria consagrar a História das Mulheres e das Relações de Gênero como área decorrente e pertencente aos campos da família e da demografia e o lugar mais lembrado por suas emissoras, a Universidade de São Paulo.

Os desdobramentos sobre as abordagens do tema também pareciam se opor àquele primeiro enunciado emitido desde a USP: se Nizza da Silva, Samara e Leite tinham compartilhado a emergência do tema pela questão documental ou “empírica”; Rago e Matos, compartilhando a adesão ao conceito de gênero, e Soihet, relativizando o conceito em favor da História Social, apostavam nas mudanças teórico-conceituais como condição de possibilidade para o tema das mulheres e do gênero.

Por se atentar a esta questão, talvez, é que Rachel Soihet encerrou o seu balanço com mais uma obra: *Mulheres honestas e mulheres faladas*, de Joana Maria Pedro. A historiadora catarinense não havia aparecido em nenhum balanço ainda, a não ser o dela próprio. Tendo emitido, já em 1994, um enunciado de que a História das Relações de Gênero havia emergido da História Social das Mulheres, Pedro poderia ser evidenciada por Rachel Soihet, pois parecia se tratar de uma aliada para a *reafirmação* que desejava operar. As duas, inclusive, com trajetórias muito semelhantes: professoras desde muito cedo nas instituições em que haviam realizado seu mestrado, dirigiram-se à USP para poder realizar seu doutoramento na área de História Social. Suas teses versavam sobre objetos que se localizavam nos lugares de onde vinham; enquanto Soihet pesquisava mulheres cariocas na virada do século XIX para o XX, Pedro analisava, recortando o mesmo período, as imagens sobre mulheres em Florianópolis/Desterro. Voltando doutoras para as suas instituições, podendo orientar e formar pesquisadoras para a área, elas se dedicam a enunciar a mesma área de acordo com um modelo muito parecido: que levava o centro das atenções não mais ao coração da USP, instituição que

as formou, mas sim ao seus próprios lugares nos quais se dedicavam a gestar novas historiadoras das mulheres e do gênero.

Além desses laços intelectuais que pareciam ir ganhando forma nesses enunciados, há que se notar o trabalho de Rachel Soihet, nos dois textos, em tematizar gênero em favor de sua própria prática historiográfica. Isso se percebe quando, ao definir e debater gênero a partir da perspectiva de Joan Scott, a historiadora da UFF escolhe fazer a crítica à Scott em sua sugestão à abordagem da “política tradicional”, propondo, em contraposição, uma abordagem da “política informal”, das relações de poder que se estabelecem no cotidiano, nas negociações e opressões diárias enfrentadas pelas mulheres em sua “existência concreta”. Parece ser claro que Scott não define a “política tradicional” como campo exclusivo da desconstrução de gênero, mas que se tratava de exemplos para responder à pergunta “o que teria mudado a Revolução Francesa com a inclusão das mulheres?” E, da mesma forma, soa óbvio que a própria Soihet não encara a proposta de usos analíticos do gênero também desta forma. Mas parece acertado pensar que Soihet escolhe justamente os exemplos da “política tradicional” para poder evidenciar, pelo contraste, o que sua prática de História Social das Mulheres, especialmente daquelas “mulheres de baixo”, poderia oferecer ao campo. Por isso foi tão importante, nos dois textos, mobilizar “Teoria e método dos estudos feministas” e a própria tese de livre-docência de Maria Odila Dias. Rachel Soihet, então, *reafirma* a História Social das Mulheres.

Ainda há que se destacar que é sobre sua própria tese de doutorado que Rachel Soihet joga os maiores holofotes. Citada, naquele momento, apenas por Margareth Rago – tanto em 1994 e 1995 sob a alcunha de uma “história das mulheres enquanto história social”, depois superada pelas abordagens de gênero – e por Maria Izilda Matos, a tese de Soihet só viria a ser parte integrante dos balanços de forma mais efetiva a partir da segunda metade dos anos 1990. Mais citada pela sua dissertação sobre Bertha Lutz, Soihet decidia evidenciar sua pesquisa sobre mulheres pobres no Rio de Janeiro, com sua atuação política em espaços e situações informais.⁴⁶⁸ Naquele momento, com a ampliação da pós-graduação e o volume de teses e dissertações dobrando ao mesmo tempo que gênero passa a ser uma constante nos debates, Rachel Soihet se dedica a mostrar o quanto foi importante sua própria contribuição ao campo. Tão importante que, em mais de uma oportunidade, ela faz uma espécie de pequenos resumos da sua obra para o seu leitor e para sua leitora. Leitor/a este/a que não conseguia ver outras obras em tantos detalhes como a de Soihet.

⁴⁶⁸ O último capítulo desta pesquisa retomará essa relação que a própria Soihet estabelece com sua dissertação e sua tese. Tal relação parece também informar o que estava em jogo na constituição dos cânones e da memória disciplinar sobre a área naqueles anos.

Interessante ainda é sublinhar que, não importa qual tema enfocado pela autora – seja na “Ação e luta das mulheres”, em “Mulheres e trabalho”, seja em “Mulheres, família e maternidade” ou em “Mulher e sexualidade” –, *Condição feminina e formas de violência* sempre aparecia, acompanhado de um pequeno resumo que informava com a obra se vinculava a determinado tema. Muitas vezes, a obra está ao lado, logo em seguida, de *Quotidiano e poder*. Mais que evidenciar sua própria obra e os mecanismos encontrados pelas mulheres do Rio de Janeiro na virada do século para resistir e sobreviver, o destaque que se dá às outras obras é também ao que elas puderam colaborar com essa História das Mulheres que Soihet havia praticado em sua tese. Mesmo no caso da família e da maternidade, por exemplo, o que aparece são mulheres resistindo e inventando formas de sobrevivência em suas “vivências concretas”, seja frente ao poder dos “patriarcas” ou dos “médicos e moralistas”, como nos casos mobilizados pelos exemplos de Eni de Mesquita Samara e Mary del Priore.

Havia, nesses textos de Rachel Soihet, um grande chamado para que se olhasse para tais obras, que explorariam “outras dimensões da política na vida das mulheres”, evidenciando os trabalhos que teriam buscado demonstrar “a mulher como agente histórico” e que teriam conseguido se aproximar “de domínios nos quais ocorriam maior evidência de participação feminina”. Esses “domínios da história da mulher” defendida por Rachel Soihet consagrou a historiografia brasileira, em 1997, aos estudos da História Social das mulheres pobres e suas agências, sem vincular, como ainda iria fazer Mary del Priore em 1998, nenhuma obra de historiografia brasileira aos estudos de gênero.

Também inserida nos debates acerca da historiografia das mulheres, da abordagem das diferenças sexuais ou das relações entre os sexos e sobre o conceito de gênero, Mary del Priore se dedicará à elaboração de um balanço, publicado apenas um ano depois dos de Rachel Soihet e Maria Izilda Matos. É sobre Priore e suas publicações que a última seção deste capítulo se debruça agora.

2.2.2 Reabilitação? Mulheres, família e demografia histórica, por Mary del Priore

Mary Lucy Murray del Priore⁴⁶⁹ produziu uma diversidade de textos sobre História das Mulheres entre fins da década de 1980 e durante toda a década seguinte. A cronologia das

⁴⁶⁹ Foi professora dos departamentos de História da USP (1989-1998), da PUC-Rio (1999-2002) e da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO), localizada em Niterói, desde 2006, onde também orientou pesquisas de mestrado na pós-graduação *stricto-sensu*. Fez sua graduação em História na PUC-SP (1980-1983) e defendeu seu doutorado em 1990, no PPG de História Social da USP, sob orientação de Maria Luíza Marcílio, com a tese *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidade e mentalidade no Brasil Colônia*. A tese teve publicação homônima em livro em duas edições pela Editora José Olympio ainda na primeira metade dos anos 1990 e, em

publicações de Priore, ao acaso ou não, praticamente acompanha o recorte temporal com o qual se tem trabalhado até agora nesta pesquisa: 1987 a 1998.

Em 1988, um ano depois da publicação do balanço “A história da mulher no Brasil” por Nizza da Silva, Priore fazia sair do prelo *A mulher na história do Brasil*.⁴⁷⁰ O livro de apenas 66 páginas, em formato de bolso, fazia parte da coleção “Repensando a História”, coordenada por Jaime Pinsky e Paulo Miceli e possuía linguagem bastante acessível para um público extra-acadêmico, sem nenhuma nota de rodapé ou de fim de texto, com algumas páginas preenchidas por imagens, sem uma lista de referências bibliográficas ao final, apenas algumas “sugestões de leitura”.

O livreto conta com uma curta introdução de quatro páginas, das quais três são dedicadas a um tópico intitulado “Mulher e historiografia”. Já em 1988, mesmo voltada para um público amplo, Priore já considerava importante tratar seus temas também do ponto de vista da discussão historiográfica. Assim, ela aponta para o século XIX e seu conhecido silenciamento sobre a história das mulheres; passa pelos anos de 1930, quando “os Annales de Marc Bloch e Lucien Fébvre inauguram o predomínio do econômico e do social”, mas que ainda não se “leva[va] em conta a dimensão sexual”. Nos estudos sobre a família, a mulher apareceria “esmagada sob o rigorismo de [Frédéric] Le Play”. Passando dos anos 1950, “o campo então inovador da Demografia histórica pouco elucidava sobre as mulheres, consideradas tão somente uma variável da reprodução.” Segundo Priore, a Demografia histórica não buscava levar em conta mulheres sós, apenas as casadas, e isso a fazia reafirmar “o caráter patrilinear da História ao utilizar unicamente os patronímicos masculinos para a reconstituição de famílias.”⁴⁷¹

Contudo, se apontava para os problemas dos historiadores do XIX e dos historiadores do “econômico e social” annalítico, do “esmagamento” dos estudos da família à *la* Le Play e o

2009, teve mais uma edição pela Editora Unesp. Fez especialização em Ciências Sociais (1993) e realizou estágio de pós-doutorado (1996) na École des Hautes Etudes en Sciences Sociales. É vinculada a inúmeros institutos históricos no Brasil e no exterior: é sócia titular do IHGB e do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro e sócia correspondente do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia; acadêmica correspondente da Academia Paraguaya de la Historia, da Academia Nacional de la Historia de Argentina, da Academia Colombiana de La Historia, da Real Academia de La Historia de Espanha, da Academia Portuguesa da História, do Instituto Historico e Geografico del Uruguay. É também sócia da Academia Carioca de Letras. Teve sua carreira de pesquisadora dedicada aos temas da mulher, da infância, da sexualidade, do gênero, do corpo e do Brasil Colonial. Mais recentemente, dedica-se à publicações de largo alcance para um público mais amplo, especialmente pela Editora Planeta, além de participações em programas de rádio e TV. Cf. PRIORE, Mary del. **Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico**, Currículo Lattes. Disponível em <http://lattes.cnpq.br/2135122024867878>. Acesso em 15 abr. 2020, às 13h31min.; PRIORE, Mary Del. Entrevista com Mary del Priore. [Entrevista concedida a] Ivana Guilherme Simili. **Pós-história**, Assis, p. 15-24, 2001.

⁴⁷⁰ PRIORE, Mary del. **A história da mulher no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1992.

⁴⁷¹ PRIORE, 1992, p. 12.

apagamento realizado pela “inovadora” Demografia histórica, Priore também mencionava o que havia acontecido nessa historiografia para que a mulher “fosse ouvida”:

Foi sem dúvida a partir de 1970, com a ‘Nouvelle Histoire’ favorecendo a expansão da Antropologia Histórica, que se colocou em debate o papel da família e da sexualidade, e com a História das Mentalidades, voltada para pesquisas sobre o popular, que se inaugurou uma conjuntura mais aberta para se ouvir falar da mulher.⁴⁷²

Ao olhar para o Brasil, a pequena introdução de Mary del Priore complementa:

A história da mulher, que tornou visível o que estava esquecido ou mesmo desaparecido, tem no Brasil suas pioneiras. Miriam Moreira Leite, Maria Odila da Silva Dias e Maria Beatriz Nizza da Silva marcaram a produção historiográfica com trabalhos notáveis e o ineditismo das fontes com que lidaram.⁴⁷³

Ao final da obra, Priore indica alguns nomes estrangeiros, em especial aqueles franceses ligados à tradição *annalística*, e volta a citar o nome das “pioneiras” na sua lista de “Sugestões de Leitura”.⁴⁷⁴ São sugeridas ao leitor e à leitora de Mary del Priore *A mulher no Rio de Janeiro no século XIX* (1982) e *A condição feminina no Rio de Janeiro, século XIX* (1984), ambas de Miriam Moreira Leite; *Quotidiano e poder* (1984), de Maria Odila Dias e *Sistema de casamento no Brasil Colonial* (1984), de Maria Beatriz Nizza da Silva. Os trabalhos, então, que puderam “marcar a historiografia” brasileira contavam com pioneiras que, por qualquer motivo que seja, haviam tido o mérito de trabalhar fontes inéditas. Uma imagem, assim, de pioneirismo bastante ligada à ideia de trabalho com as fontes dava a tônica do que Mary del Priore considerava, 1988, uma pesquisa e uma historiadora pioneira de um campo de estudos.

Já em 1989, Priore voltava a publicar sobre o tema das mulheres, com a colaboração “O corpo feminino e o amor: um olhar” na obra coletiva *Amor e família no Brasil*.⁴⁷⁵ Organizada por Maria Angela D’Incao, a obra era fruto das discussões acontecidas em 1986 no GT Família & Sociedade da ANPOCS, grupo de trabalho que existia desde 1980. Além do próprio texto de Priore e de D’Incao – “O amor romântico e a família burguesa” –, a obra trazia os capítulos “O crime do amor”, e Fernando Londoño, “Representações do amor e da família”, de Miriam Moreira Leite e Márcia Ignez Massaini, dentre outros.

⁴⁷² PRIORE, 1992, p. 12-13.

⁴⁷³ Ibidem, p. 13.

⁴⁷⁴ Ibidem, p. 60-63.

⁴⁷⁵ PRIORE, Mary del. O corpo feminino e o amor: um olhar. In: D’INCAO, Maria Angela (org.). **Amor e família no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1989.

Um ano depois da participação na obra *Amor e família no Brasil*, Priore defendia sua tese na USP, sob orientação de Maria Luiza Marcílio. Já em 1993, sua tese saía do prelo como o livro *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidade e mentalidade no Brasil Colônia*, pela editora José Olympio.⁴⁷⁶

Certamente, a obra mais conhecida na biografia de Mary Del Priore é a coletânea *História das mulheres no Brasil*,⁴⁷⁷ organizada em 1997, contando com a colaboração de Carla Bassanezi Pinsky na coordenação dos textos e com um elenco de autores e autoras que se preocuparam em pensar as mulheres desde a colonização até a última metade do século XX. Justamente em 1997, no mesmo ano da publicação de *Gênero em debate*, que refletia sobre os questionamentos que a História das Mulheres e a própria disciplina poderia sofrer a partir da consideração da categoria gênero é que se reúnem pesquisadoras/es para a obra coletiva que poderia dar uma visão panorâmica da História das mulheres brasileiras.

A “ideia inicial” foi lançada por Jaime Pinsky, historiador e editor da Contexto, para que Priore convidasse pesquisadores “conhecidos nas áreas que foram abordadas” no livro, sem a intenção de “fazer uma simples coletânea de artigos sobre as mulheres”.⁴⁷⁸ Buscava-se, nas próprias palavras de Priore, “[...] criar uma obra de referência como já existe em outras partes do mundo. Uma obra pioneira [...]”.⁴⁷⁹ Provavelmente, a organizadora da coletânea tinha em mente a *História das Mulheres no Ocidente*, organizada por Georges Duby e Michelle Perrot, sucesso editorial e de tradução, que havia sido lançada no início dos anos 1990, a coletânea que vinha suscitando debates e críticas no exterior, com as quais as historiadoras brasileiras também viviam às voltas desde os textos de Maria Odila Dias (1992 e 1994). A linguagem mais acessível, a utilização de imagens e os capítulos não muito longos abriam os horizontes da obra brasileira para um público mais amplo, assim como acontecera com a coleção de Duby e Perrot. A abordagem cronológica de longa duração, escolhida para a obra europeia, também se fez presente na coletânea organizada por Priore.

Mais que uma reunião de capítulos, na opinião de sua organizadora, “a diversidade de autores” que compunha a *História das Mulheres no Brasil*, aliada aos seus diferentes “pontos de vista, o respeito por suas especialidades”, bem como a “escolha dos temas” refletiriam “o

⁴⁷⁶ PRIORE, Mary del. **Ao sul do corpo: condição feminina, maternidade e mentalidade no Brasil Colônia**. Rio de Janeiro: Editora UNESP, 2009.

⁴⁷⁷ PRIORE, Mary Del (org.). **História das mulheres no Brasil**. 10 ed. São Paulo: Contexto, 2011.

⁴⁷⁸ PRIORE, Mary Del. Apresentação. In: PRIORE, Mary Del (org.). **História das mulheres no Brasil**. 10 ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 7-10.

⁴⁷⁹ Ibidem, p. 7.

estágio atual das pesquisas sobre as mulheres no Brasil.”⁴⁸⁰ Assim, Mary del Priore, trazia a público capítulos de historiadores e historiadoras brasileiros/as e outros pesquisadores mais ou menos ligados às áreas de História das Mulheres e das Relações de Gênero no Brasil, na esteira de suas próprias preocupações intelectuais com as mulheres, das publicações internacionais e nacionais.

No ano seguinte à publicação de *História das Mulheres no Brasil*, 1998, Mary del Priore aceitou um convite para participar de uma coletânea que refletiria sobre a historiografia brasileira e, ao que tudo indica, sua aproximação dos estudos das mulheres, suas publicações desde os anos 1980 e a organização da “obra pioneira” no ano anterior a credenciou para, justamente, refletir sobre o campo de História das Mulheres no Brasil. Assim, *Historiografia brasileira em perspectiva*, organizada por Marcos César Freitas, recebeu um balanço historiográfico escrito por Priore: “História das mulheres: as vozes do silêncio.”⁴⁸¹ Pela primeira vez Priore era chamada a falar o que era – ou deveria ser – a História das Mulheres no país.⁴⁸²

Historiografia brasileira em perspectiva contou com uma divisão: a primeira parte, intitulada “Historiografia brasileira: os olhares sobre as fontes”, foi composta por 9 textos de autores ligados, em sua maioria, à USP e, em menor medida, à Unicamp.⁴⁸³ É nesta primeira parte que se encontra um capítulo de Maria Odila Dias – “Sociabilidades sem história: votantes pobres no Império” –, outra historiadora praticante da História das Mulheres e preocupada com reflexão teórica sobre o tema.

Já o capítulo de Mary del Priore, chamada para tratar sobre a História das Mulheres, foi alocado na segunda parte da obra, “Historiografia brasileira: novas fontes para novos olhares”, que contou com mais 8 textos além do de Priore e também tinha boa parte de seus autores

⁴⁸⁰ PRIORE, 2011, p. 8. Participaram com capítulos em *História das Mulheres no Brasil*, os historiadores Ronald Raminelli, Emanuel Araújo, Mary del Priore, Ronaldo Vainfas, Luciano Figueiredo, Renato Pinto Venâncio, Maria Ângela D’Incao, Miridan Falci, Joana Maria Pedro, Magali Engel, Rachel Soihet, Carla Bassanezi Pinsky e Margareth Rago; as cientistas sociais Maria José Rosado Nunes, Cláudia Fonseca, Maria Aparecida Moraes Silva e Paola Cappellin Giuliani; Norma Telles (historiadora e cientista social), Guacira Lopes Louro (licenciada em História e mestra e doutora em Educação) e a escritora Lygia Fagundes Telles.

⁴⁸¹ PRIORE, Mary. História das mulheres: as vozes do silêncio. Em: FREITAS, Marcos Cesar. **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998. p. 217-235.

⁴⁸² Priore publicou, também em 1998, as duas primeiras seções deste balanço na *Fronteiras*, Revista de História da UFMS. Como o texto publicado no periódico não conta com boa parte de suas reflexões, especialmente seu rol de obras brasileiras, decidiu-se focar na descrição e análise do texto publicado como capítulo na obra organizada por Freitas. Cf. PRIORE, Mary del. O nascimento de Vênus ou a origem da História das Mulheres, **Fronteiras** – Revista de História da UFMS, Campo Grande, MS, v. 2, n. 3, p. 57-72, jan./jun., 1998.

⁴⁸³ As uspianas foram representadas na coletânea por Laura de Mello e Souza, Suely Robles Reis de Queiróz, Maria de Lourdes Mônaco Janotti, Maria Helena Rolim Capelato, Laima Mesgravis (àquela época, já aposentada da USP e professora da Unesp/Franca), Maria Odila Leite da Silva Dias (já aposentada da USP e professora da PUC/SP); já do lado da Unicamp, estavam Izabel Andrade Marson (professora da Unicamp, mas com passagens durante a formação pela USP); Cláudio Batalha e Vavy Pacheco Borges.

filiados à USP e a maioria, no entanto, à Unicamp.⁴⁸⁴ Se, em 1997, Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas pretenderam escrutinar “os domínios da história” no Brasil quase que essencialmente por meio de historiadores/as ligados à sua própria instituição, a UFF; em 1998, Marcos Cezar Freitas acreditou ser possível colocar a “historiografia brasileira em perspectiva” com as contribuições vindas quase que exclusivamente de historiadores/as vinculados/as à USP e à Unicamp. À exceção de Mary del Priore, ainda vinculada à USP, as contribuições de *Domínios da História* viriam todas do Rio de Janeiro.⁴⁸⁵ No cenário de disputas sobre a geografia disciplinar da historiografia brasileira,⁴⁸⁶ as discussões acerca do campo específico da História das Mulheres e das Relações de Gênero acabam também tomando os contornos específicos de tais disputas.

Cabe destacar ainda as funções de autora ocupada por Priore nas duas coletâneas. Chamada a historiar o tema do privado e do cotidiano em 1997, em *Domínios da História*, numa coletânea que reservou a Rachel Soihet o lugar de autora para historiar o tema da mulher; Priore volta a ocupar a função de autora em 1998, em *Historiografia brasileira em perspectiva*, mas, desta vez, como aquela que deveria historiar e delimitar o que seria a História das Mulheres. Para além de perceber que, dependendo da obra e de seus propósitos políticos e editoriais, os autores podem ocupar funções em diferentes “especialidades” do saber histórico, é importante sublinhar que Mary del Priore foi a única historiadora que conseguiu ocupar a função autora nas duas obras. Lá e cá, no Rio de Janeiro e em São Paulo, em *Domínios* e em *Perspectivas*, Priore conseguia transitar do privado às mulheres.

⁴⁸⁴ Colaboraram com a segunda parte de *Historiografia brasileira em perspectiva*, além de Priore que ainda estava ligada à USP em 1998, Marta Maria Chagas de Carvalho e Renato Janine Ribeiro (USP); Maria Stella Martins Bresciani, Paulo Celso Miceli, Marisa Lajolo e Jorge Sidney Coli Junior (Unicamp), Kazumi Munakata (àquela época, recém doutor em História e Filosofia da Educação pela PUC/SP, tal qual o organizador da obra, Marcos Cezar Freitas) e Leandro Konder (havia sido professor do departamento de História da UFF).

⁴⁸⁵ Além dos organizadores Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas, eram vinculados ao departamento de História da UFF Ana Maria Mauad, Rachel Soihet, Edgard Ferreira Neto, Ronald Raminelli, Magali Engel, Luciano Figueiredo, Francisco Falcon, Hebe Castro, Sheila de Castro Faria e Virgínia Fontes. A obra ainda contava com professores ligados ao departamento de História da UFRJ: Francisco Carlos Teixeira da Silva, que havia se tornado mestre e doutor pela UFF; João Fragoso e Manolo Florentino, ambos com doutorado defendidos na UFF; e as professoras Maria Yedda Linhares e Eulália Lobo, que já haviam lecionado na UFF e orientado em seu PPGH. Por fim, Jacqueline Hermann, pesquisadora do CEPPIA, tinha defendido a dissertação e a tese pela UFF.

⁴⁸⁶ É Wagner Geminiano que chama atenção para essas características da obra: “O livro *Domínios da História* é uma coletânea de artigos que visava dar conta do “estado da arte” do saber histórico no Brasil, a partir de uma discussão dos fundamentos teórico-metodológicos das principais áreas em ascensão ou em evidência na configuração da história naquele momento. Na verdade, o livro parecia se apresentar como esta própria geografia ou ao menos buscava dominá-la, ao fazer-lhes o mapa. O título do livro é muito significativo neste sentido: *Domínios da história*. E se torna mais significativo ainda se observarmos quem são e onde estão institucionalizados àqueles que se arvoram mapear estes domínios. Todos os autores da coletânea são professores que atuavam em instituições do Rio de Janeiro, com exceção apenas de Mary Del Priore, historiadora e professora da USP.” SANTOS, 2020, p. 376.

Ao convidar Priore a falar sobre sua área, a coletânea de Marcos Freitas pretere Maria Odila Dias, praticante da área de História das Mulheres, tal como Priore, e suas possíveis ideias do que seria essa área no país. Dias, em 1997, não foi chamada a historiar ou refletir conceitual e teoricamente sobre o tema das mulheres, mas sobre o voto de pessoas pobres no período Imperial. A escolha de Mary del Priore, como se pretende mostrar adiante, fez com que a obra *Historiografia brasileira em perspectiva* oferecesse ao seu público uma narrativa e uma definição específica sobre a área, delimitando cânones, memórias disciplinares e abordagens que provavelmente seriam muito diferentes se Dias escrevesse tal capítulo. É o referido balanço que será alvo da análise desta tese a partir de agora.

O texto de Priore ocupou 18 páginas de *Historiografia brasileira em perspectiva*. Além dessas páginas, mais 5 foram ocupadas apenas com as notas de fim de texto. Priore decidiu dividir suas 18 páginas em 4 seções: “Homens e mulheres, uma questão complicada!”, em que discorre ligeiramente sobre a maneira que mulheres apareceram em reflexões de alguns contextos, desde a antiguidade até o século XX; “A História da história das mulheres: circunvoluções”, na qual se dedica a debater uma bibliografia estrangeira, essencialmente textos franceses e, em menor medida, estadunidenses; “A história da mulher no Brasil”, seção a qual mais se dedicará atenção, pois foi nela que Priore buscou apontar o rol de obras, de historiadoras e as “pioneiras” da área em nosso país; e, por fim, a seção “História de gênero ou História das mulheres: mutação, uma alternativa pragmática ou uma nova linha divisória?” se dedicou a fazer aquilo que já vinha sendo preocupação dos últimos balanços e textos teóricos analisados nesta tese, ou seja, a reflexão conceitual sobre gênero.

A primeira seção do texto de Priore se inicia evocando *O segundo sexo* (1949), de Simone de Beauvoir, e o movimento feminista que se inspirou nesta obra para exigir a inclusão das mulheres na história. A partir daí, Priore retoma diversos filósofos que se dedicaram, de uma forma ou de outra, a pensar a diferença e/ou a igualdade “entre os sexos”: a seção rapidamente vai tocando em nomes como Platão, Aristóteles, dos “pais da Igreja”, Descartes, Espinosa, Rousseau, Condorcet, Hegel, Engels, Marx, Stuart Mill, dentre outros. Ao encerrar a seção, Priore expõe:

E no século XX? As mulheres continuam a ser pensadas, só que agora fora do exclusivo campo filosófico, invadindo o espaço das ‘ciências sociais e humanas’: sociologia, antropologia, psicanálise e história. A empiria passou a ser, então, o ponto de partida para se pensar a diferença.⁴⁸⁷

⁴⁸⁷ PRIORE, 1998, p. 220.

É, então, sob o signo da empiria que Priore abre a seção “A História da história das mulheres: circunvoluções” e passa a tratar das discussões que, segundo ela, levaram a criação do campo de História das Mulheres no exterior. O campo teria emergido e ganhado musculatura “a partir de 1970”, devido à constatação do apagamento das mulheres do passado, “atrelada à explosão do feminismo, articulada ao florescimento da antropologia e da história das mentalidades”, junto às “novas aquisições da história social” e às pesquisas sobre memória popular. Para a ex-professora da USP, as feministas teriam feito história da mulher antes mesmo das universidades, tendo estas, depois, aberto “as portas para grupos de pesquisas” e laboratórios e “encorajaram trabalhos e monografias”. Ainda, para Mary del Priore, naqueles anos a História das Mulheres emergia como “um adendo à história geral; um algo a mais”, sendo um “trabalho de mulheres, tolerado ou marginalizado, mas sem interferência direta sobre a disciplina histórica.”⁴⁸⁸

Ao lado desse movimento, Mary del Priore informava que “a história dita tradicional” ganhava nova fisionomia por meio “de inflexões discretas, mas definitivas em sua trajetória”. Nesse sentido, “uma notável plêiade de autores”, desde a etnologia e a história, teriam entrado no campo de trabalho “sobre os papéis sexuais e sua diferenciação”. Um “nome emblemático dessa espécie de tomada de consciência” naqueles anos 1970 teria sido Georges Duby, assim como para Michelle Perrot, tendo o seu *O cavaleiro, a mulher e o padre* (1981) citado, participante “de uma tendência que estendeu-se, então, à pesquisa histórica”: aquela de “trazer para a cena objetos inéditos como a sexualidade, a criminalidade, a morte, a alimentação, os desvios.”⁴⁸⁹

Característico da década de 1970 também teria sido a emergência da “noção nova de ‘cultura feminina’” que, para Priore, pensava “gestos e práticas [...] como forma de cultura.” Tal noção emprestava o “sucesso da história cultural e das representações” e “abordagens etnológicas ou antropológicas” que permitia “aos estudos sobre os papéis sexuais, a aquisição de um novo perfil para a historiografia.”⁴⁹⁰ Ainda sobre a “nova noção”, Priore completava:

Procurando descrever os papéis femininos, chegou-se a decifrar certo número de práticas específicas que, por meio de um jogo de compensações, de interferências ou de significações simbólicas terminaram por esboçar os traços de uma cultura feminina sem a qual o sentido social não existiria.⁴⁹¹

⁴⁸⁸ PRIORE, 1998, p. 220-221.

⁴⁸⁹ Ibidem, p. 221.

⁴⁹⁰ Ibidem, loc. cit.

⁴⁹¹ Ibidem, loc. cit.

Tratado como “uma questão menos teórica”, o feminismo nos mesmos anos 1970, para Priore, comportava “uma dimensão utópica da qual extraía toda a sua força”, pois buscava não só mudar a vida das mulheres na sociedade, como mudar

[...] a sociedade inteira, opondo à glorificação da produtividade, da competição e do sucesso econômico, valores voltados para a qualidade de vida, a realização social e uma sociedade mais humana. O projeto feminista se propunha revolucionário e, nesse sentido, ele fracassou.⁴⁹²

Se, no início dos anos 1980, “a história das vitórias desconhecidas ou das conhecidas humilhações das mulheres deixa de interessar um grande número de historiadores”, seria a partir do “fracasso” do projeto revolucionário feminista dos anos 1970 que, para Mary del Priore, tanto a “prática científica” quanto as “condições de vida materialmente difíceis e hostis à implantação do projeto feminista” acarretariam as “primeiras revisões sobre a historiografia da mulher”. Em resumo, a situação que se apresentava para Priore era aquela já discutida no primeiro capítulo desta tese e no início deste capítulo, quando Michelle Perrot levava em conta a repercussão da obra *História das mulheres no Ocidente*.⁴⁹³ Havia questionamentos sobre o que efetivamente a História das Mulheres teria oferecido à “história tradicional ou renovado seus métodos”, questões que também eram tematizadas já em outros balanços, como os de Margareth Rago e de Rachel Soihet. Para Priore, a questão principal era que, ao contrário de outras Ciências Humanas, tal como a Sociologia, “[...] a história não tinha conseguido concretizar necessárias rupturas epistemológicas a fim de realizar uma redefinição e um alargamento de noções tradicionais na ciência histórica.”⁴⁹⁴

O texto de Priore continua relatando tais problemas, mobilizando uma bibliografia especialmente francesa para contextualizá-los: Michelle Perrot, Roger Chartier, Jacques Revel, Jacques Le Goff, Pierre Nora e Arlette Farge. Especificamente à História da Mulher, tais momentos traziam um reconhecimento do silêncio do qual as mulheres foram retiradas, fazendo até mesmo algum sucesso editorial, estando nas bibliotecas e nas “vitrines nas livrarias”, abrigando-se sob “o guarda-chuva das minorias éticas, nacionais, religiosas ou sexuais”; sem, no entanto, conseguir impor mudanças mais profundas naquelas práticas historiográficas,

⁴⁹² PRIORE, 1998, p. 222.

⁴⁹³ A propósito, Priore tematizava tais questionamentos justamente a partir de um texto de Perrot, publicado em 1982, dez anos antes de *História das Mulheres no Ocidente* vir a público: “Où on est l’histoire des femmes?”. O texto já continha algumas reflexões sobre a historiografia das mulheres na França e foi adensado pelas respostas às críticas à *História das Mulheres no Ocidente*, tendo sido depois publicado no Brasil naquelas duas ocasiões já narradas aqui: na *Revista Brasileira de História* (1994) e nos *Cadernos Pagu* (1995).

⁴⁹⁴ PRIORE, Op. Cit., p. 222.

apenas adicionando “a cultura feminina” ou mais um “capítulo” acerca das mulheres em trabalhos sobre os tradicionais recortes, períodos e temas.⁴⁹⁵

Como saída para esses problemas, Mary del Priore defendeu que a “solução” teria sido “mudar a abordagem”. Recorrendo ao texto de Arlette Farge, “*L’Histoire bruitee des femmes dans la société pré-révolutionnaire parisienne*”, a historiadora brasileira entendia que o abandono da noção de cultura feminina, mesmo sem citar de tal forma, seria necessário. Seria um olhar para pensar a categoria gênero em vez de cultura feminina? Seria um convite a fazer aquele percurso narrado nos balanços de Joana Maria Pedro e de Margareth Rago, de deixar a História da(s) Mulher(es) e partir para a História das Relações de Gênero? Seria o momento de abordar gênero, assim como fizera sua colega de departamento Eni de Mesquita Samara e a professora da PUC/SP, Maria Izilda Matos? Parecia que a abordagem nova, para Priore, passaria a considerar “a relação entre homens e mulheres”, mas isso não queria dizer aderir à categoria gênero:

Tornava-se urgente abraçar o campo histórico como um todo sem restringi-lo ao território feminino. Era preciso interrogar as fontes documentais sobre as mulheres de outra maneira. Doravante, a divisão sexual dos papéis é que seria sublinhada. [...] Ora, asseverava-se importante destrinchar a história de outra maneira, buscando nas atitudes e sensibilidades coletivas, nos fatos e na prática cotidiana, os espaços onde se abrigavam a relação homem-mulher. [...] Era muito mais importante entender quais mecanismos ordenaram o poder masculino no sentido de submeter a mulher.⁴⁹⁶

Sem mencionar o conceito de gênero, utilizando uma bibliografia em grande parte francesa e que se mostrava um tanto reticente no uso da categoria, Mary del Priore apostava na ideia de “diferença entre os sexos” como saída para os “problemas” enfrentados pela História das Mulheres e sua ideia de “cultura feminina”. Bem próxima, talvez, à tematização das mulheres por uma abordagem francesa, gênero aqui parecia não ser tão equivalente a “diferença entre os sexos”. Assim como não o era para Michelle Perrot, como se notou mais acima. Da mesma forma, a mudança de abordagem não se deu no balanço de Priore como defendeu Margareth Rago que, em seus textos, trabalhados no primeiro capítulo desta tese, gênero e as filosofias da diferença viriam a superar tais “problemas”. Também não recorreria aos textos de Maria Izilda Matos ou de Eni de Mesquita Samara que, apostavam numa saída pelo gênero para tais questionamentos.

⁴⁹⁵ PRIORE, 1998, p. 224.

⁴⁹⁶ Ibidem, p. 224-225.

Como se viu neste mesmo capítulo, especialmente em relação à Michelle Perrot, “diferença sexual” e “relação homem-mulher” era a maneira à francesa de se lidar com os questionamentos vindos a galope sobre a História que se praticava acerca das mulheres em sua vertente da História Social e das Mentalidades francesas.⁴⁹⁷ Aqui, com Mary del Priore, apoiando-se numa bibliografia genuinamente francesa, “gênero” também não poderia aparecer como saída para os problemas que a historiografia dos anos 1970 e o feminismo teriam legado sob a alcunha do conceito “cultura feminina”. Ligada à discussão sob os termos franceses, Priore encerra a segunda seção do seu balanço e se dedica a refletir como tais “circunvoluções” atingiram o Brasil.

Antes de descrever e analisar o rol de obras e autoras e as características da terceira seção do texto de Mary del Priore, faz-se uma volta à primeira nota de fim de texto escrita pela historiadora:

Aqueles que forem ler este artigo como um “*who is who*” da produção historiográfica sobre a mulher, irão se frustrar. Não quero cometer, aqui, injustiças involuntárias, pois é impossível cobrir a produção inteira e atualizada sobre a história da mulher no Brasil. Nomes de autores não serão deliberadamente citados no texto e as notas referir-se-ão àqueles cujos trabalhos já publicados marcaram, nacionalmente, os rumos da história da mulher. Infelizmente, não é possível levar em conta artigos ou teses de doutorado, que embora relevantes, não caberiam num simples artigo.⁴⁹⁸

Ao ler o título do balanço, Priore já remetia o seu leitor para esta nota. A nota acompanhou o próprio título do texto, para que, antes de qualquer palavra, o leitor não estivesse desavisado ao ler “História das Mulheres: as vozes do silêncio”. No entanto, é uma nota que intriga, pois, pretende esclarecer o óbvio – já que se torna inexequível cobrir toda a historiografia brasileira sobre mulheres em 18 páginas – e, ao mesmo tempo, anuncia uma grande empreitada: reunir, ou melhor, *escolher* obras que “mudaram os rumos da história da mulher”. Se a nota, ao lado do título, antecipa a discussão tanto da bibliografia nacional quanto

⁴⁹⁷ Dá-se aqui o sentido à História das Mentalidades, especialmente à sua vertente francesa, o mesmo sentido que Delacroix, Dosse e Garcia deram: “A disciplina histórica apodera-se dessa noção [mentalidades], deslocando-se para a exploração da psique humana por meio do estudo da evolução dos comportamentos, das sensibilidades, das representações [...]. A evolução das mentalidades tornou-se objeto privilegiado na nova história. A maioria dos historiadores das mentalidades transpôs os métodos estatísticos e as classificações que haviam contribuído para o bom êxito das pesquisas de história social. [...] Esse movimento de vaivém entre o social e o mental dá muitas vezes lugar a uma simples substituição, ocultação do universo social por trás do universo mental. Dirige-se o olhar para uma longa duração que não exclui as discontinuidades, mas estas só raramente se integram num todo social. A serialidade aplica-se aqui, como no caso das pesquisas de ordem demográfica, ao estudo da morte, da festa, do medo, da família [...] A noção muito vaga de “mentalidade” tende a desempenhar na década de 1970 o mesmo papel estratégico que o conceito genérico de “social” na década de 1930”. DELACROIX, DOSSE, GARCIA, 2012, p. 272-273.

⁴⁹⁸ PRIORE, 1998, p. 451. Nota 1.

estrangeira, é sobre o elenco de autoras e obras brasileiras que se debruça agora para, ao final, tentar tornar patente quais os sentidos possíveis de tal nota.

Ao falar de Brasil, a primeira historiadora citada por Mary del Priore foi uma já trabalhada nesta pesquisa, mas esquecida desde os balanços de Margareth Rago e Joana Maria Pedro, passando pelos textos de Eni de Mesquita Samara em 1996 e 1997 e de Rachel Soihet em 1997: Maria Beatriz Nizza da Silva. “Os estudos sobre a mulher têm tido dificuldade em encontrar um lugar nas universidades brasileiras”. Esse “diagnóstico” é realizado por Nizza da Silva em seu balanço “História da Mulher no Brasil: produção e perspectivas”, de 1987, e é a versão em língua inglesa, de 1991, que Priore utiliza em seu próprio balanço, endossando tal “diagnóstico”.⁴⁹⁹ É preciso, mais uma vez, que se vá até as notas de fim de texto para compreender qual “historiadora que recentemente diagnosticou” tal problema:

Refiro-me a *Maria Beatriz Nizza da Silva*, uma das pioneiras dos estudos sobre o casamento e a família, que colocaram a mulher como protagonista da história. Veja-se seu artigo: ‘Women’s History in Brazil: production and perspectives’ [...].⁵⁰⁰

A nota, curta, encerra em si muitos significados e importa a esta pesquisa. O destaque dos termos e expressões no excerto é intencional para que se evidencie outra repetição: aquela do enunciado proferido por Nizza da Silva em 1987 e 1991. Maria Beatriz Nizza da Silva, que se apresentou como pioneira nos estudos do casamento e da família e, por consequência, tornou a “mulher protagonista da história”, era reapresentada por Priore, 11 anos depois, depois de muitos textos terem esquecido seu nome. Mais que isso, o primeiro texto brasileiro citado por Mary del Priore é justamente o primeiro balanço sobre o qual esta tese e seus argumentos deram os seus primeiros passos. Se, em 1987, Nizza da Silva emitia o enunciado e acreditava haver pesquisa suficiente sobre História das Mulheres para se operar o primeiro balanço, Priore a chamava de volta para abrir sua seção acerca da historiografia brasileira, agora, em 1998. Depois de 11 anos, Nizza da Silva, o casamento, a família, permanecem.

Diferentemente de 1987, que apenas 17 teses e dissertações sobre o tema haviam sido defendidas no sistema de pós-graduação implantado pós-reforma de 1968; também diversamente de 1991, quando Nizza da Silva publica a versão em língua inglesa de seu balanço, em que o mesmo número de trabalhos já aumentara para 39; em 1998, ano de publicação do balanço de Mary del Priore, o número de teses e dissertações acerca da mulher e

⁴⁹⁹ PRIORE, 1998, p. 226.

⁵⁰⁰ Ibidem, p. 452. Nota 27. Grifos adicionados.

do gênero no país havia saltado para 192. Onze anos depois, Priore julgava necessário reafirmar o enunciado de Nizza da Silva para dar conta da enormidade de pesquisas que já estavam penduras em prateleiras das bibliotecas das universidades brasileiras.

Para corroborar o “diagnóstico” de Nizza da Silva, Mary del Priore busca demonstrar que “houve uma recepção morna e irregular do objeto e dos trabalhos” sobre História da Mulher no Brasil. Assim, ela afirma que “os periódicos sobre o assunto são raros e circulam em círculos fechados, atendendo uma clientela restrita e que se alterna, ela mesma, entre a leitura e a produção de artigos”.⁵⁰¹ Sobre isso, a historiadora cita os *Cadernos Pagu* e a *Revista Estudos Feministas*, além da *Revista Impressões*, “uma das pioneiras [...] publicação da Rede de Artes e Literatura Feminista [que] não passou de alguns números.”⁵⁰²

Além das revistas “de circulação restrita”, Priore chamou atenção para a raridade da reedição de livros sobre o tema, o que, para ela, significava que “a recepção” de tais obras “não era abrangente”. Priore faz uma ressalva acerca de três nomes: são mencionadas as (re)edições de *Quotidiano e poder* (primeiramente publicada em 1984 e, depois, em 1995); *Do cabaré ao lar*, “em sucessivas edições” (1985, 1986 e 1997); e às suas próprias obras: *Ao sul do corpo* (1993 e 1995) e “*A mulher na história do Brasil*, 1988, com 4 edições até 1995”.⁵⁰³

Mais à frente, ainda sobre o “diagnóstico” que pretendia corroborar, Priore adiciona: “As teses defendidas sobre as questões que envolvem a mulher, incidem mais sobre a história da família, do casamento ou da sexualidade do que sobre a mulher.”⁵⁰⁴ E, novamente em nota, complementa que suas conclusões são embasadas no levantamento da “profa. Vanessa Delatorre, pesquisadora do CNPq para o CAPH/USP” que apontou que entre 1945 e 1996 “apenas 22 teses tendo no título a palavra “mulher” foram defendidas no Departamento de História da USP”. Mais uma nota no fim do texto para apontar que o mesmo departamento possuía apenas quatro professores vinculados à linha de pesquisa “Populações, Família e Gênero” enquanto que “a linha de “Cultura” possu[ía] 25”. Acrescenta que a linha de pesquisa em “Populações, Família e Gênero” reunia, àquela época, “apenas 21 alunos dos quais nem todos trabalham com o tema “mulher”, contra um total [de] 597 pós-graduandos em História”.⁵⁰⁵

Além de perceber que historiografia brasileira falava mais sobre “a história da família, do casamento ou da sexualidade do que sobre a mulher” baseada em dados recolhidos apenas

⁵⁰¹ PRIORE, 1998, p. 226.

⁵⁰² Ibidem, p. 453. Nota 29.

⁵⁰³ Ibidem, p. 226; p. 454, Nota 30.

⁵⁰⁴ Ibidem, p. 226.

⁵⁰⁵ Ibidem, p. 453. Nota 32.

no seu próprio programa de pós-graduação, aqui, é interessante chamar atenção para estes números reunidos por Priore acerca do Departamento de História da USP e seus programas de pós-graduação porque parecem informar outro ponto em comum com os balanços de Nizza da Silva. As críticas, muitas vezes ácidas, que Nizza da Silva dirimiu ao Departamento de História, já evidenciadas no primeiro capítulo deste trabalho, pareciam ressoar também em Priore, confirmando em números a baixa adesão de seu próprio departamento aos estudos da mulher. Não há, no entanto, nenhuma referência, por exemplo, aos estudantes e aos orientadores da linha de Cultura que pudessem se interessar pelo tema das mulheres. Era como se, escapando à linha de pesquisa com a qual Priore – mas também Nizza da Silva, Samara e Leite – tinha maiores ligações, não haveria o que ser mencionado no que concerne ao campo.

Além disso, em 1998, quando Mary del Priore também se despedia daquele departamento de História, ainda ressoava aquela “estratégia da confusão”, na qual os balanços de Maria Beatriz Nizza da Silva e Miriam Moreira Leite afirmavam que a história da mulher se inseria em certos domínios já mais bem estabelecidos na disciplina histórica brasileira: a família e a demografia (Nizza da Silva); a História Quantitativa, os Estudos Populacionais, a Antropologia Histórica, a História Social, a Sociologia do Cotidiano e a História da Família (Leite) e, agora, com Priore, essa mesma história da mulher incidiria mais sobre a família, o casamento ou a sexualidade “do que sobre a própria mulher.” Um objeto que, ao que parece, depende de outras áreas e, mais que isso, suas enunciadoras querem delimitar sua existência, desde 1987, passando por 1993, 1994 e 1998, às áreas que praticam.⁵⁰⁶

Em seguida, num gesto um tanto parecido com os textos de Nizza da Silva, logo após evidenciar a dificuldade de formação da História das Mulheres na USP, Mary del Priore lembrará uma instituição que já havia alguns balanços estava sendo esquecida:

O interesse que a história da mulher recebeu no estrangeiro teve um primeiro reflexo no Brasil ao final dos anos 70. Desde 1978, os pesquisadores da Fundação Carlos Chagas de São Paulo começaram a coletar material para a realização de uma bibliografia concernente a trabalhos, na área de ciências humanas, voltados para o tema “mulher”.⁵⁰⁷

É neste momento, depois de mencionar a FCC e seu trabalho de levantamento e publicação de material, que Mary del Priore abre uma nota para tratar de outra pioneira:

⁵⁰⁶ A estratégia também ficou marcada nos enunciados proferidos por Joana Maria Pedro e Margareth Rago; todavia, ali se tratava de manter a memória sobre os primeiros surgimentos de tal objeto dentro dos limites da História Social e da historiografia social do trabalho, respectivamente, áreas que as próprias Pedro e Rago já haviam trabalho e na qual haviam também se formado.

⁵⁰⁷ PRIORE, 1998, p. 226.

Cabe aqui ressaltar o pioneirismo de Miriam Moreira Leite que por duas vezes organizou as bases para a pesquisa empírica sobre as mulheres com os seus *A mulher no Rio de Janeiro no século XIX* (com coautoria de Maria Lúcia Mott e Bertha Appenzeller), São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 1982 e *A condição feminina no Rio de Janeiro Século XIX* [...] 1984 além de ter assessorado, junto com Maria Lúcia Mott, duas bibliografias sobre mulher Brasileira, ambas editadas pela Brasiliense e Fundação Carlos Chagas.⁵⁰⁸

Agora já se acumulavam duas pioneiras no balanço “História das Mulheres: as vozes do silêncio”, de Mary del Priore: Maria Beatriz Nizza da Silva e Miriam Moreira Leite. Ainda em consonância com suas proposições feitas em 1988, em *A história da mulher no Brasil*, “a pioneira dos estudos sobre o casamento e a família” e aquela que “organizou as bases para a pesquisa empírica sobre as mulheres”, respectivamente, Nizza da Silva e Leite, eram novamente lembradas e alçadas à posição de pioneiras em 1998.

Caminho parecido com o já realizado por Nizza da Silva, Mary del Priore distancia, num primeiro momento, seu departamento de História das origens do campo; ainda que mantivesse a própria Nizza da Silva – já aposentada da USP e lecionando em Portugal – e Miriam Moreira Leite, profissionais vinculadas à mesma USP, como figuras precursoras na memória disciplinar que constituía acerca do campo. Mais que isso, é a FCC e as suas publicações que recebem destaque. Também se recorda dos concursos bianuais daquela fundação, financiados pela Fundação Ford, que teriam feito “[...] aflorar pesquisadores e temas bastante interessantes numa paisagem ainda vazia de autores.”⁵⁰⁹ Priore garante, na construção desta memória, o lugar que Nizza da Silva já havia reservado à FCC. No entanto, neste momento, ela não faz questão de se lembrar do evento que a própria FCC realizou em São Roque, em 1990, com a publicação de *Uma questão de gênero*, em 1992. Se no começo de seu texto, ao tratar dos “problemas” da História da Mulher no exterior, especialmente no contexto francês, Mary del Priore não mencionava a categoria gênero; agora, ao lembrar a FCC, esquecia de uma de suas contribuições mais conhecidas e do seu apelo a se pensar gênero como categoria nas Ciências Sociais brasileiras a partir da publicação de *Uma questão de gênero*.

Avançando em seu balanço, Priore volta a citar diretamente o texto de Nizza da Silva. “O diagnóstico já mencionado”, nas palavras de Priore, apontava também:

[...] outra característica importante para o desenvolvimento da história das mulheres: *ela teria passado por uma verdadeira revolução documental*, pela

⁵⁰⁸ PRIORE, 1998, p. 453, nota 33.

⁵⁰⁹ Ibidem, p. 226.

redescoberta da pesquisa em arquivos, *por temas no seio dos quais, descortinavam-se as mulheres: sobretudo a família ou a demografia*.⁵¹⁰

Como se explicitou anteriormente, os capítulos de *Domínios da História* haviam separado os temas do cotidiano e do privado, da sexualidade, da família e da demografia do tema da mulher. Escrevendo, em 1997, o capítulo “História do cotidiano e da vida privada” enquanto Rachel Soihet escrevia o capítulo “História das mulheres”; em 1998 Priore escreveu “História das mulheres: as vozes do silêncio”, um balanço publicado em *Historiografia brasileira em perspectiva*, voltando a entrelaçar intimamente as duas áreas que *Domínios da história* havia separado. E, ao que parece, não só mulheres, família e demografia eram entrelaçados no balanço de Priore: a questão das fontes parecia fazer parte indispensável para o entrelaçamento que a historiadora tentava operar.

A tópica da “revolução documental” voltava a habitar os textos que se propunham a arrolar as obras da historiografia brasileira preocupada com mulheres e gênero. Não à toa, o papel de pioneira de Miriam Moreira Leite é reforçado justamente na sua lida com o levantamento de fontes. Como Eni de Mesquita Samara também chamava atenção para a extensa “documentação e bibliografia”, o enunciado da História da Família e da Demografia histórica, já na segunda parte dos anos 1990, estava atrelado ao “documento”, à importância deste pilar indispensável às práticas historiográficas modernas.⁵¹¹ Não só ao documento, mas o que duas áreas específicas e suas praticantes haviam feito por ele: a “Revolução dos estudos demográficos e da família”.

Depois de textos que afirmavam “a teoria e o método dos estudos feministas” para a pesquisa sobre mulheres,⁵¹² após reflexões que ligavam os “deslocamentos epistemológicos das filosofias da diferença” à adesão ao conceito de gênero,⁵¹³ alguns anos após a chamada para a “visualização teórica das relações entre mulheres e homens” por meio da categoria gênero;⁵¹⁴ e quase que no mesmo ano da publicação de uma coletânea de textos dedicadas a “debater teoricamente gênero”,⁵¹⁵ Mary del Priore publicava um balanço que *reabilitava* o enunciado que fizera as mulheres emergirem para a historiografia de uma “revolução documental”, e não de uma “revolução teórica”, ou melhor, não dos deslocamentos teóricos, conceituais e metodológicos como vinham afirmando as historiadoras desde Maria Odila Dias.

⁵¹⁰ PRIORE, 1998, loc. cit. Grifos adicionados.

⁵¹¹ Ver, mais uma vez, DELACROIX; DOSSE; GARCIA, 2012, p. 69-35 e HARRISON; JONES; LAMBERT, 2011.

⁵¹² DIAS, 1992; DIAS, 1994.

⁵¹³ RAGO, 1995.

⁵¹⁴ SAMARA, 1996.

⁵¹⁵ SAMARA, 1997; MATOS, 1997; SOIHET, 1997a.

Se família, mulher, demografia e documento pareciam estar atados no enunciado da História da Família e da Demografia histórica, Mary del Priore adiciona a “influência da *Nova História*”, que teria nos legado o desafio de “pensar a sexualidade, a criminalidade, os desvios.” No balanço de Priore, as obras de Michel Foucault estariam atreladas a esse movimento da “Nova História”. Ao contrário do que propunha Margareth Rago em seu enunciado, por exemplo, Foucault aqui era tido como uma espécie de incentivador de tais temas, e não como o autor que ajudara pensar a categoria gênero e a História Cultural com a qual Rago defendia ser uma das suas precursoras no Brasil. Também não se via o Foucault que estava em cena nos textos de Maria Odila Dias, Maria Izilda Matos e Rachel Soihet, aquele que teria colaborado com “sua arqueologia dos discursos” para revisão de premissas do conhecimento histórico. Para Priore, as obras do francês, “então traduzidas e publicadas, incentivaram”, por sua vez, “o que no jargão acadêmico convencionou-se chamar de historiografia da transgressão”. E, ao começar uma longa lista de obras da historiografia brasileira, Priore apresenta mais dois pioneiros, agora aqueles que haviam aberto caminho para a “historiografia brasileira da transgressão”: tratavam-se de Lana Lage da Gama Lima, com *Mulheres, adultos e padres*, publicado em 1987; e de Ronaldo Vainfas, com *História e sexualidade no Brasil*, lançado em 1986.

Ora, Vainfas e Gama Lima já haviam sido considerados no balanço de Miriam Moreira Leite, publicado em 1993, “Fontes históricas e estilos acadêmicos”. Mary del Priore também havia sido elencada no balanço de Leite, que relacionava sua pesquisa de doutorado à história quantitativa da Família, fazendo “história da Mulher sob a ótica da História das Mentalidades”. Priore, Vainfas e Gama Lima estavam, para Miriam Moreira Leite, vinculados aos “pioneiros” uspiados sobre o tema das mulheres e das sexualidades: respectivamente, Maria Luiza Marcílio, Eduardo D’Oliveira França e Fernando Novais. Tal círculo de historiadores, vinculados por Leite a pesquisadores bastante tradicionais da USP, era mobilizado agora por Priore ao tratar do “pioneirismo” em relação aos “temas transgressores”, mesmo que logo acima, acompanhando Nizza da Silva, relatasse a dificuldade de os estudos sobre a mulher adentrar a USP.

Depois dos “pioneiros da historiografia da transgressão”, Priore continua:

Vários historiadores, debruçados sobre as fontes egressas das instituições de poder – a Igreja ou o Estado – varriam os escaninhos da vida social no Brasil Colonial e Imperial, e também republicano, em busca de práticas que se desviavam da norma nos campos dos amores e do imaginário. Surgiram, assim, em artigos, teses ou livros, as histórias das concubinas, das prostitutas,

das escravas rebeldes, das freiras, das lésbicas, das defloradas, das “mal faladas”, das pecadoras, das “doidas”, das pobres, das escritoras femininas.⁵¹⁶

Nessas histórias surgidas depois dos “pioneiros”, a cada uma delas, estava agarrada uma nota que leva o leitor e a leitora de “História das Mulheres: as vozes do silêncio” a ir e voltar incessantemente das palavras de Priore para as páginas do fim da obra. Às “histórias das concubinas” estava atrelada uma nota que levava, mais uma vez, ao nome de Maria Beatriz Nizza da Silva, mencionada pelos “vários artigos sobre a questão que mereciam ser reunidos num livro.”⁵¹⁷

Já a historiografia “das prostitutas” mencionava *Meretrizes e doutores* (1989), de Magali Engel, já lembrada por Nizza da Silva e Margareth Rago. “Das escravas rebeldes” levava a uma nota que trazia *Rosa egipciaca* (1993), de Luiz Mott, mencionado pela segunda vez em um balanço, depois daquele escrito por Rachel Soihet; “das freiras”, *Honradas e devotas: mulheres na colônia* (1993), de Leila Mezan Algranti, mencionada em Miriam Moreira Leite por seu vínculo com o “pioneiro” Fernando Novais e, depois, por Rago; “das lésbicas” novamente Luiz Mott, agora com *O lesbianismo no Brasil*, (1987). Sobre “as defloradas”, Mary del Priore vinculou uma nota para *Meninas perdidas: o cotidiano do amor na Belle Époque* (1989), de Martha Campos Abreu, também já lembrada por Rago, Soihet e Maria Izilda Matos; acerca “das mal faladas”, seria mencionada *Mulheres honestas, mulheres faladas* (1994), de Joana Maria Pedro, que havia sido lembrada só mesmo pela própria Pedro e por Soihet; “das pecadoras” trazia em sua nota *O gosto do pecado* (1992) de Ângela Mendes de Almeida, cientista política formada na USP e com doutorado pela Université Paris 8 Vincennes-Saint-Denis, que havia aparecido pela primeira vez no balanço de Matos; “das doidas” trazia *Loucura, gênero feminino* (1989), artigo de Maria Clementina Pereira da Cunha publicado no dossiê *A mulher no espaço público* da RBH, historiadora bastante rememorada nos textos de Rago, mas também no de Soihet; “das pobres”, *A mulher pobre na história da Igreja Latino-americana* (1984), de Maria Luiza Marcílio, sua própria orientadora e que só fora mencionada por Nizza da Silva e por Leite; e, por fim, “das escritoras feministas” trazia *Nísia Floresta – Vida e Obra* (1995), de Constância Lima Duarte, doutora em Literatura pela USP e recentemente aposentada da UFRN.

Ora, todo esse elenco de nomes e obras, repetidos aqui na mesma ordem em que aparecem no balanço de Mary del Priore, apontam para uma maneira de hierarquizar a memória

⁵¹⁶ PRIORE, 1998, p. 227.

⁵¹⁷ Ibidem, p. 453, nota 37.

disciplinar da área. Se houve uma historiografia “incentivada” por Michel Foucault, seria, para Priore, a “historiografia das transgressões”; relato bastante diferente do de Margareth Rago que atrelava a contribuição de Foucault à sua própria obra e às mudanças que ela argumentou ter operado na historiografia brasileira a partir disso. Não só nesse sentido o balanço de Priore faz rever e repensar os balanços publicados por Rago.

Como se notou, boa parte dos nomes citados por Priore já apareceram em Rago e também em Miriam Moreira Leite, exceto Ronaldo Vainfas e Lana Lage que aparecem apenas em Leite ligados aos “pioneiros” da USP. Assim, os dois nomes lembrados por Leite como “herdeiros” daqueles “pioneiros” são esquecidos por Rago. Em 1998, esses dois nomes apareceram lembradas por Priore como “os pioneiros da historiografia da transgressão”. Não à toa, talvez, é que depois dos “pioneiros da transgressão” da USP – ligados aos “pioneiros” dos estudos da mulher e da sexualidade na versão de Miriam Moreira Leite – são mencionados os outros nomes e obras também dedicados à “historiografia da transgressão”.

Em segundo plano, seguindo “os pioneiros”, aparecem Engel, Mott, Algranti e Abreu, todos eles com uma vinculação maior ou menor com a instituição de Margareth Rago, a Unicamp. Abaixo deles, a própria Joana Maria Pedro é citada; em seguida, Maria Clementina Cunha, também vinculada à Unicamp. É nesse difícil mecanismo de gradação, hierarquização, nomeação, separação etc., mecanismo que Priore lança para as notas de fim de texto, que se encontra a *reabilitação* da USP, a partir da tópica “dos pioneiros”, ao mesmo tempo em que se dá a ler em segundo lugar os nomes ligados à Unicamp e às instituições cariocas, tão celebrados por Margareth Rago e, de certa forma, por Rachel Soihet.

Além disso, alguns desses nomes foram acomodados por Maria Izilda Matos, no balanço de 1996-1997, a uma “herança” das discussões sobre a historiografia do trabalho dos anos 1970. Consciente ou não do gesto realizado por Matos, Mary del Priore desfaz tal acomodação, *reabilitando* os nomes uspianos da História da Família, da Demografia histórica, da sexualidade e da transgressão como os pioneiros da área.

Seguindo seu rol (e sua hierarquia) de historiadores/as e obras, Priore afirmava que “interrogavam mulheres do Norte”, com a citação, pela primeira vez, de *Escravos do sertão* (1995), de autoria de Miridan Falci,⁵¹⁸ publicação de sua tese defendida em 1993 no PPG de

⁵¹⁸ O nome de Miridan Falci aparece no texto de Priore como Miridan Konx Falci. Já no *Catálogo Histórico de Teses e Dissertações da Área de História*, a historiadora é citada como Miridan Britto Knox. Mais uma vez, recorremos ao Currículo Lattes e, lá, a própria autora se atribui o nome de Miridan Bugyja Britto Falci. Para evitar qualquer confusão, toda vez que for necessário, a historiadora será citada como Miridan Falci. Cf. OHARA, 2020; FALCI, Miridan Bugyja Britto. **Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico**, Currículo Lattes. Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do>. Acesso em 21 mar. 2022.

História Social da USP, com o título de *Escravos no Sertão: Demografia, Trabalho e Relações Sociais. Piauí - 1826-1888*, sob a orientação de Maria Luiza Marcílio e, à época da publicação do balanço de Priore, era professora aposentada do Departamento de História da UFRJ, onde trabalhara de 1970 até 1997. Já sobre “as mulheres do sul”, Priore relaciona o nome de Maria Luiza Renaux, também aparecendo pela primeira vez em um balanço, e sua obra *O outro lado da história, o papel da mulher no Vale do Itajaí* (1995). Renaux foi aluna do doutorado em História Social da USP, contando com a orientação de Laima Mesgravis e era professora do Departamento de História e Geografia da Fundação Universitária Regional de Blumenau (FURB) desde 1996. Assim como no balanço de Joana Maria Pedro, Priore trazia trabalhos que haviam sido produzidos sobre recortes geográficos não vinculados ao sudeste e a São Paulo, mas que haviam sido produzidos em pós-graduações paulistas. No entanto, ao falar de “mulheres do sul”, a tese de Pedro não é citada.

Ao continuar, Mary del Priore dá destaque aos estudos que se preocupam “[...] com a perseguição movida por algumas instituições de poder masculinas (a Inquisição, a Igreja, a magistratura, a polícia)” contra mulheres que eram representadas, em tais estudos, “[...] como capazes de uma surpreendente bricolagem cotidiana [...], invenção, engenhosidade e a capacidade de criar, na precariedade do dia-a-dia.” E neste momento a autora relaciona as duas obras de Margareth Rago – *Do cabaré ao lar* e *Os prazeres da noite* – e a de Rachel Soihet – *Condição feminina e formas de violência*. Além delas, cita, também pela primeira vez num dos balanços aqui analisados, Tânia Quintaneiro – cientista social com mestrado em ciência política pela UFMG e professora daquela instituição mineira – e sua obra *Retratos de mulher: o cotidiano feminino no Brasil sob o olhar de viajantes no século XIX* (1995).

Relembrando tantos trabalhos, aos quais dedicou apenas um parágrafo para elenca-los, Priore apontava para o volume de produções, em especial aquelas publicadas em livro, que não cessava de aumentar nos últimos anos. Obras que iam se repetindo de um balanço a outro, de um enunciado a outro. Tantas obras e balanços para dar-lhes espessura temporal e geográfica que já parecia ser impossível silenciá-los. Dessa maneira, dentro da arquitetura de seu balanço, Mary del Priore foi criando as engrenagens para hierarquizar a quantidade de produções que não só apareciam nas defesas dos PPG em História e nas prateleiras de livrarias, mas eram também acionadas em outros balanços, com suas próprias estratégias de hierarquização de historiadoras, obras e discussões. Não à toa, talvez, é que depois dos “pioneiros” se seguiam os trabalhos de Joana Maria Pedro e, ainda mais abaixo, os de Margareth Rago e Rachel Soihet. Todas historiadoras preocupadas em evidenciar outras instituições que não fossem a USP e a

emitir e a reafirmar outros enunciados que não apresentavam a História da Família e a Demografia histórica como as responsáveis por descortinar o tema da mulher.

Depois de passar por esses trabalhos brasileiros, Priore faz uma retomada, em um parágrafo e uma nota de fim de texto, das contribuições internacionais:

A inspiração vinda de fora, na escolha dos temas e no recorte das abordagens era inequívoca. Muitos historiadores bombearam na história da família feita na França, Inglaterra e Estados Unidos, temas que foram, depois, escrutados contra fontes documentais encontradas nos nossos arquivos. Era normal que assim o fosse [...]. A presença de historiadores americanos, trabalhando na mesma área, acabou por estabelecer um diálogo agradável, digerido posteriormente, no coro da produção brasileira.⁵¹⁹

Mais uma vez, a História da Família aparece como área na qual os temas da historiografia da mulher teriam encontrado lugar, tanto no exterior quanto no Brasil. E é numa nota de fim de texto que Priore complementa, afirmando que os trabalhos estrangeiros teriam tido “fundamental importância na divulgação de fontes sobre a história da mulher ou da família, bem como para a divulgação de específicas abordagens metodológicas no tratamento das mesmas”. Mais que isso, tal bibliografia teria sido tão significativa para a gestação da História da Mulher que seriam “raros os trabalhos recentemente publicados que não tenham uma dívida para com os colegas americanos.” E, sem citar obras, são citados apenas nomes, já bem conhecidos por esta tese: Ann Pescatello, Susan Soeiro, June Hahner, Elizabeth Kuznesof, Muriel Nazzari, Sandra Graham, Anthony J. R. Russel-Wood e Stuart Schwartz.⁵²⁰ Nomes, novamente, que faziam ressoar aquela bibliografia já apresentada por Nizza da Silva em 1987 e 1991 e por Samara, em 1991, 1993, 1996 e 1997.

Não só os nomes da História da Família, consagrados nos balanços que emitem o enunciado, mas Mary del Priore faz questão de voltar à tópica da documentação:

A exploração de fontes documentais e arquivos, que até então não suscitavam maior interesse, foi fundamental para o desabrochar de uma história da mulher no Brasil. Na *esteira dos demógrafos historiadores e historiadores da família*, os arquivos passaram a ser visitados e seus documentos compulsados no sentido de deles extrair alguma luz sobre a história dos grupos subalternos.⁵²¹

Repetindo a importância dos estudos demográficos e da família, reafirmando o trabalho no arquivo e com documentação para a História das Mulheres, a ex-professora da USP cria

⁵¹⁹ PRIORE, 1998, 227.

⁵²⁰ Ibidem, p. 454. Nota 52.

⁵²¹ Ibidem, p. 227. Grifos adicionados.

mais uma nota, na qual apresenta mais uma “pioneira”. Desta vez, sua própria orientadora, Maria Luiza Marcílio:

O papel de Maria Luiza Marcílio, autora de inúmeros trabalhos pioneiros sobre a história das populações e seu comportamento demográfico foi, então, fundamental. Fundadora do CEDHAL – Centro de Estudos Demográficos e Históricos da América Latina e introdutora de uma vertente da historiografia francesa no Brasil, orientou, pelo menos, uma quinzena de teses sobre questões como família, abandono de crianças, concubinato, mulher, criança nos anos 80.⁵²²

Além de apresentar outra “pioneira”, que já aparecia “pioneira” no balanço de Miriam Moreira Leite; além da Fundação Carlos Chagas, presente também em Nizza da Silva e Leite; Mary del Priore fazia questão de destacar outro lugar, o CEDHAL-USP. A orientadora e o lugar introduzidos na memória disciplinar e consagrados na posição de pioneirismo. Maria Beatriz Nizza da Silva, Miriam Moreira Leite e, agora, Maria Luiza Marcílio eram canonizadas “pioneiras” da área, além daqueles pioneiros da “historiografia da transgressão”, Ronaldo Vainfas e Lana Lage Gama Lima. Diferentemente do pequeno texto de 1988, no qual Marcílio não aparecia – nem como “pioneira” nem mencionada em qualquer nota ou sugestão de leitura –, em 1998 a orientadora de Mary del Priore já havia galgado a posição de pioneira da área.

Na mesma nota, Priore introduz outros dois nomes:

Os vários trabalhos de Eni de Mesquita Samara, notadamente o seu *As mulheres, o poder e a família* [...], combinando história e técnicas demográficas, foram de grande importância na área. O livro organizado por Maria Angela D’Incao, *Amor e família no Brasil* [...], teve também relevância.⁵²³

Os nomes de Samara e D’Incao – citada pela primeira vez nessa massa de textos analisados aqui – aparecem no balanço ligados à demografia. Justamente quando Samara havia silenciado sobre as influências da Demografia histórica na formação da área. Quando Samara atualizava o enunciado sobre a família para fazer coro à discussão de gênero, Mary del Priore tenta reabilitar o papel da demografia histórica na carreira daquela historiadora uspiana. E, não se pode perder de vista, logo depois de Maria Luiza Marcílio, abaixo também de Miriam Moreira Leite e de Maria Beatriz Nizza da Silva.

Na mesma senda dos trabalhos realizados na “esteira dos demógrafos historiadores e dos historiadores da família”, Priore lembra as pesquisas sobre as “mulheres encontradas nas

⁵²² PRIORE, 1998, p. 454. Nota 53.

⁵²³ Ibidem, Loc. cit.

margens, junto com outros grupos como os escravos”, quando cita *Submissão e resistência, a mulher na luta contra a escravidão* (1988), de Maria Lucia Mott, estreante nos róis de obras dos balanços aqui analisados, graduada (1977) e doutora (1988) em História Social pela USP, defendendo a tese *Parto, parteiras e parturientes no século XIX*, sob orientação de Maria Odila Dias. Mott também fora pesquisadora da Fundação Carlos Chagas entre os anos 1978 e 1988. Sobre outro grupo “das margens”, “os índios”, Mary del Priore lembrou o capítulo “Eva Tupinambá” (1997), publicado na coletânea de sua própria organização, *História das mulheres no Brasil*, por Ronald Raminelli. Antes também não citado por outros balanços, Raminelli era graduado em História pela UFF (1987), mestre (1990) e doutor (1994) em História Social pela USP, ambos sob orientação de Laura de Mello e Souza. Sobre o grupo “judeus e cristãos-novos”, o nome de Anita Novinsky é rememorado, com sua contribuição “O papel da mulher no cripto-judaísmo português” para a coletânea *O rosto feminino na expansão portuguesa* (1994). À época da publicação do balanço de Priore, Novinsky já era formada em Filosofia (1956), doutora em História pelo sistema de cátedras da USP (1970) e livre-docente em História pela mesma universidade (1992). Por fim, na última categoria “das margens” – “os e as homossexuais” –, Priore faz nova menção a Luiz Mott, agora pelo seu livro *O sexo proibido: virgens, gays e escravos nas garras da Inquisição* (1988). Citado por último, mas sem algum vínculo com uma categoria específica de marginalizados, está Luciano Figueiredo, que já fora lembrado nos balanços de Miriam Moreira Leite, Maria Beatriz Nizza da Silva e Maria Izilda Matos. A obra, desta vez, é *O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII* (1993). Àquela altura, Figueiredo já havia defendido seu doutorado na USP, sob orientação de Fernando Novais e era professor do Departamento de História da UFF desde 1992.

Ao fim desta exposição, Priore chama atenção para uma ferramenta, ou melhor, “um aliado importantíssimo” do historiador: o computador. Priore toca no assunto para, mais uma vez, trazer a questão da documentação. Segundo a historiadora, o computador possibilitava o uso de “grandes fontes seriais”, introduzindo a “possibilidade de trabalhar com um número mais elevado de variáveis”. O “poder do computador” poderia ser usado, para Priore, para ler e identificar “indivíduos descritos por fontes diferentes”, elencando um enorme número daquelas fontes conhecidas pelos historiadores da família e da demografia, “[...] as listas nominativas de populações, os processos e denúncias de inquisição, os processos-crime eclesiásticos e civis, os relatórios de polícia”, mas também uma outra gama de documentação, como “fontes

impressas literárias, religiosas e civis”, além das listas “de nomes de freiras, estudantes, professoras, crianças.”⁵²⁴

Nesse contexto de apresentação de fontes, sem muita explicação, são citados os nomes de Iraci Del Nero e Francisco Luna e o capítulo “A vida cotidiana em julgamento: devassas em Minas Gerais” (1982) como trabalho que inspirou “métodos que foram adaptados por vários historiadores nos seus estudos sobre a mulher”.⁵²⁵ Luna havia sido professor da FEA-USP entre 1974 e 1996, tendo se doutorado em História Econômica pela USP sob a orientação de Sônia Bayão Rodrigues Viana. Já del Nero, economista e também professor da FEA-USP, era especializado em História Demográfica e Econômica do Brasil.⁵²⁶

A discussão sobre a documentação, bastante ligada a formulação de pioneiras para a área ocupa boa parte da reflexão de Priore acerca da historiografia brasileira. Com destaque para os lugares e os nomes vinculados à USP, Priore parece não ter tanta dificuldade de rememorá-los em uma instituição que, segundo ela e Nizza da Silva, estava pouco aberta à história da mulher. Ao que tudo indica, especialmente os próprios números levantados por Priore acerca das linhas de pesquisa, a USP – nunca esquecida por tais historiadoras – parecia não estar (mais tão) aberta ao tipo de história específica que Priore – mas também Nizza da Silva e Leite – defendiam: a história social ligada aos métodos e concepções da História da Família e da Demografia histórica.

Essa tematização das fontes abre espaço para que Mary del Priore cite novos nomes e defenda determinados pontos de vista acerca do próprio fazer historiográfico. Ao tratar das fontes literárias e impressos periódicos, Priore defende que não só a literatura pode ser considerada como material útil para se escrever a História da Mulher, mas, do mesmo modo, “a colaboração direta de cientistas vindos da área de literatura foi fundamental” para a escrita de tal história. Isso porque, segundo Priore, “nossos colegas literários” teriam “discurso e

⁵²⁴ PRIORE, 1998, p. 227-228.

⁵²⁵ Ibidem, p. 454, nota 59.

⁵²⁶ O capítulo de Luna e del Nero mencionado no balanço trazia um trabalho de classificação de “fontes primárias” acerca da História Colonial Mineira, exemplificado por livros manuscritos da Cúria Metropolitana de Mariana, que documentavam as devassas realizadas pelas Visitações do Santo Ofício da Inquisição. Segundo os próprios autores, o material, que foi agrupado “em quatro categorias distintas: edital e “interrogatórios da visita”, depoimentos, pronunciações e lavratura de termos dos culpados da visita”, poderia abrir “perspectivas as mais amplas para o entendimento circunstanciado da sociedade colonial brasileira. Hábitos, costumes, idiossincrasias, crenças, medos, superstições, preconceitos, atos escusos, pequenas vilezas, grandes crimes, o lar, as ruas, o comércio, o cemitério, o adro da Igreja, a felonía, o quintal, a alcova, as paixões insofrecíveis, a usura, a autoridade; enfim, a vida em todas as suas manifestações - do pensamento recôndito à vivência em sociedade.” LUNA, Francisco Vidal & COSTA, Iraci del Nero da. A vida cotidiana em julgamento: devassas em Minas Gerais. In: LUNA, Francisco Vidal & COSTA, Iraci del Nero da. **Minas Colonial: Economia e Sociedade**, São Paulo, FIPE/PIONEIRA, p.57-77, 1982.

métodos próprios” que, importados para a disciplina, resultou “em maior inteligibilidade das fontes”. Sobre essa “importação”, Priore acrescenta:

Como não há uma epistemologia instituída, *a priori*, nos estudos sobre a mulher, a colaboração resultante de pesquisas transversais resultou na importação pontual de conceitos ou mesmo na comparação de discursos – o literário e o histórico. O encontro de duas disciplinas e de duas metodologias não reforçou nenhuma teoria sobre os estudos feministas, mas, certamente, revelou trabalhos de grande qualidade.⁵²⁷

Duas considerações sobre tal excerto são necessárias. A primeira delas é sobre os “trabalhos de grande qualidade” que surgiram com a “importação pontual” de conceitos entre as duas disciplinas. São os trabalhos de Luis Felipe Ribeiro e de Valéria de Marco. Ribeiro tem o livro *Mulheres de papel – um estudo do imaginário em José de Alencar e Machado de Assis* (1996) lembrado, e de Marco é lembrada pelo *O império da cortesã: Lucíola, um perfil de Alencar* (1986). Mais à frente, Priore elenca o uso de fontes variadas, como novelas, filmes, músicas e revistas femininas, citando os trabalhos de Carla Bassanezi Pinsky, Maria Fernanda Bicalho, Alcir Lenharo, Maria Izilda Matos e Fernando Faria.

Para Bassanezi, Priore elenca *Virando as páginas, revendo as mulheres: revistas femininas e relações homem-mulher, 1954-1964*, de 1996, livro que resultou da pesquisa de mestrado com título homônimo defendida no PPG de História Social da USP, com orientação de Laima Mesgravis. Também se cita o capítulo “A arte da sedução: a representação da mulher no cinema mudo brasileiro” (1992), de Bicalho que, em 1998, já era mestre em Antropologia pelo Museu Nacional – UFRJ, doutora em História Social pela USP e professora do Departamento de História da UFF. Já Lenharo, falecido em 1996, tendo sido professor do Departamento de História da Unicamp, com seu mestrado e doutorado defendidos na História Social da USP, foi lembrado por *Cantores do rádio: a trajetória de Nora Ney e Jorge Goulart e o meio artístico do seu tempo* (1995). Maria Izilda Matos já era professora da Faculdade de Ciências Sociais da PUC/SP, e por fim, Fernando Faria, economista de formação (Instituto Metodista Bennett, 1975), tinha defendido seu mestrado em História na UFF (1985) e seu doutorado em História Social na USP (1992) e era professor dos departamentos de História da UFF e da UERJ. Priore lembrou do livro *Lupicínio Rodrigues, o feminino e o masculino e suas relações* (1996), obra conjunta de Faria e Matos. A citação de Matos e Faria chama atenção: a mesma pesquisa que os levava a publicar na RBH estava aqui referenciada por Priore, sem mencionar, no entanto, que a categoria gênero era parte essencial das colaborações de Faria e

⁵²⁷ PRIORE, 1998, p. 229.

de Matos sobre o masculino e o feminino em Lupicínio Rodrigues. Mary del Priore também silenciou sobre os dois textos que Matos havia publicado em 1996 (*Caderno Espaço Feminino*) e em 1997 (*Gênero em debate*), nos quais a historiadora da PUC/SP havia realizado o gesto de acomodação das obras caras ao enunciado que Priore reabilitava agora, em 1998.

Para além dos nomes citados, outra consideração merece lugar. Priore destaca que a “importação pontual” de conceitos e o “encontro de duas disciplinas e de suas metodologias” não serviu para reforçar “teorias sobre os estudos feministas”. Ora, tal expressão pode ser pensada ao lado das elaborações de Joan Scott sobre o conceito de gênero e à sua defesa do uso da categoria na pesquisa histórica. Em seu prefácio do livro *Gender and the politics of history*, Scott esclarece que sua crítica à História Social e sua defesa dos “usos analíticos” da categoria gênero haviam emergido, justamente, do seu contato com os estudos literários e pós-estruturalistas.

No seminário do Pembroke Center [de Docência e Pesquisa sobre Mulheres da Brown University, Rhode Island, EUA] fui obrigada a levar a sério a teoria pós-estruturalista e enfrentar suas implicações para uma historiadora social. O processo foi gratificante e difícil. Foram tratadas muitas das questões filosóficas mais prementes que eu tinha enfrentado como feminista ao tentar escrever a história das mulheres, mas, ao mesmo tempo, colocou-se para mim uma crítica muito mais fundamental do que eu esperava a respeito dos pressupostos de minha disciplina. Já que eu aprendera a respeito do pós-estruturalismo principalmente com pesquisadores da área de literatura, também encontrei problemas inevitáveis para quem se aventura num campo novo. Eram problemas de linguagem e de tradução, da possibilidade de adaptação de paradigmas disciplinares reinantes e da significação, se existe alguma, da suposta oposição entre os métodos e projetos da história e da literatura.⁵²⁸

O texto de Scott, originalmente publicado em 1988, faz justamente a crítica a História das Mulheres que objetivava “trazer mais informações” passadas sobre as mulheres para “equilibrar a balança” de uma história que, flagrantemente, silenciava sobre tais sujeitos. Em resumo, sem seu chamado à desconstrução das categorias de gênero pelas historiadoras, chamado este elaborado pela incursão de Scott pelos estudos literários, linguísticos e pós-estruturalistas, haveria pouca possibilidade “transformar o mundo”. A perspectiva teórica proposta por Scott buscava desconstruir justamente a ideia dos estudos históricos que propunham entender as categorias “homem” e “mulher”, ou “masculino” e “feminino”, a partir das “experiências” de tais sujeitos, ou melhor, a crítica se direcionava à “idéia de que categorias

⁵²⁸ SCOTT, 1994, p. 11-12.

de identidade refletem a experiência objetiva” desses sujeitos, bastando apenas procurá-las na documentação. Para Scott, amparada pelas reflexões sobre a desconstrução de Jacques Derrida e pelas formulações sobre o poder e o saber de Michel Foucault, a “saída” seria refletir sobre os processos pelos quais as “hierarquias como as de gênero são construídas e legitimadas”.⁵²⁹

Para historiadores feministas, esta é uma perspectiva teórica particularmente sedutora. Ela torna as análises críticas do passado e do presente uma ação continuada; o historiador pode interpretar o mundo ao mesmo tempo que tenta transformá-lo. Ela insiste também na necessidade de examinar gênero concretamente, contextualmente, e de considerá-lo um fenômeno histórico, produzido, reproduzido e transformado em diferentes situações ao longo do tempo. Esta é, ao mesmo tempo, uma postura familiar para o historiador e uma maneira profundamente nova de pensar sobre a história. Pois questiona a confiabilidade de termos que foram tomados como auto-evidentes, historicizando-os. A história não é mais a respeito do que aconteceu a homens e mulheres e como eles reagiram a isso, mas sim a respeito de como os significados subjetivos e coletivos de homens e mulheres, como categorias de identidade, foram construídos.⁵³⁰

Então, a proposta de Scott para os estudos históricos da mulher seria, justamente, o abandono da categoria “mulher” – ao menos como uma identidade auto-evidente que pudesse ser encontrada no passado, por meio dos documentos que dariam acesso a tais sujeitos. Parece acertado, então, afirmar, que tratar “pontualmente” as possíveis “importações” entre os estudos históricos e os literários significava, para Mary del Priore, não embarcar na nau epistemológica, teorizante ou desconstrutora do gênero. Não embarcar nos “usos analíticos do gênero”. Seus exemplos de “trabalhos de qualidade” que importam métodos de outras disciplinas parecem ser citados justamente para mostrar que fontes literárias são uma espécie de “documento” que daria acesso a pensar as mulheres no passado.

Mais à frente, Priore afirma que proceder “de forma eclética, tirando daqui e dali” é o que seria “mais eficiente para compreender as fontes documentais.” Pensar os empréstimos pontuais de metodologia entre literatura e história não precisaria, necessariamente, como ocorreu com Scott, resultar em “qualquer teoria sobre os estudos feministas”, como aconteceu com Joan Scott em “Gênero: uma categoria útil...” e no seu prefácio a *Gender and the politics of history*, que havia sido traduzido pelos *Cadernos Pagu* quatro anos antes da publicação do balanço de Mary del Priore. A propósito, no mesmo ano de publicação do balanço de Priore em *Historiografia brasileira em perspectiva* estava sendo traduzido, pela revista *Projeto História*, na PUC/SP, o artigo “The evidence of experience” sob o título de “A invisibilidade da

⁵²⁹ SCOTT, 1995, p. 15-16.

⁵³⁰ Ibidem, p. 19.

experiência”.⁵³¹ Traduções inseridas no cenário comum da tradução da categoria gênero para o Brasil dos anos 1990, nos mesmos anos que na área de História das Mulheres e das Relações de Gênero parecia guinar à “revolução teórica” e que a própria disciplina histórica se questionava teoricamente.

Neste tempo específico de tantas “traduções”, “viradas”, “crises” e “teorias”, a sugestão de Mary del Priore é que História e Literatura poderiam ser disciplinas aliadas na análise de documentos históricos para escrita da História das Mulheres. A “melhor inteligibilidade das fontes históricas” é a tônica para Priore das contribuições e trocas entre História e Literatura, nada mais que isso. “Tirar daqui e dali” sem comprometer a disciplina Histórica com qualquer “teoria” é a sugestão de Mary del Priore. As proposições da Literatura para a História não poderiam passar dos limites de uma colaboração com uma disciplina que, para ela, seria caracterizada pelo empirismo e não pela teoria.

A defesa de uma disciplina histórica, ou melhor, de uma maneira específica de se praticar história, aparece também relacionada a esta crítica:

Este empiricismo – não nos enganemos – é o solo no qual se constrói a própria disciplina e é parte inextricável de sua natureza. Nesta perspectiva, outra abordagem utilizada com êxito para ouvir a história vinda de baixo baseou-se na história oral e na recuperação da memória feminina. Tornava-se indispensável, então, reabilitar a subjetividade e introduzi-la na interpretação das fontes, ao nível do observado mas, também, do observador.⁵³²

Ao que parece, Maria Izilda Matos “previra” em seu balanço de 1996/1997 a possibilidade de críticas “ao empirismo” da categoria gênero ou a falta dele. “Adiantada” em dois anos, a historiadora da PUC/SP afirmava, como se viu acima, que uma história do gênero reconheceria “a importância da pesquisa empírica como elemento indispensável”. Para Mary del Priore, mantendo o “empiricismo” necessário à existência da “disciplina”, alguns trabalhos internacionais teriam usado a história oral para “reconstituir a dimensão política, dando significação política aos discursos pessoais das mulheres.”⁵³³ Os nomes internacionais citados são os organizadores da coletânea *Behind the lines: gender in the Two World Wars* (1987), no qual Priore cita, pela primeira e única vez, Joan Scott: “o belo livro [...] traz um artigo importante de Joan Scott sobre a questão: ‘Rewriting History’.”⁵³⁴ Nenhuma palavra ou menção

⁵³¹ SCOTT, 1998.

⁵³² PRIORE, 1998, p. 229.

⁵³³ Ibidem, loc. cit.

⁵³⁴ Ibidem, p. 455. Nota 64.

direta, no entanto, sobre a colaboração de Joan Scott para a teorização das relações de gênero na História.

Por fim, ainda no que se trata das fontes, Priore deu destaque aos trabalhos que se valeram da escrita de si. Para ela, historiadores trabalhariam com esta documentação “na imensa complexidade dos fatos cotidianos [...] ordenando particularidades” e “reagrupando as memórias femininas deixadas em cartas ou diário”. Para este tipo de trabalho com fontes, Priore elenca apenas uma obra, *Ruídos da memória* (1996), de Marina Maluf, citado pela primeira nesses balanços. O livro de Maluf foi resultado de sua tese de doutorado defendida em 1994, no PPG de História Social da USP, orientada por Maria Odila Dias e com o título de *Ruídos da memória: a presença da mulher fazendeira na expansão da cafeicultura brasileira*.

Mais dois temas ainda mereceram citações de fim de texto. Antes de encerrar a seção que tratava da historiografia brasileira, Priore chama seus leitores e suas leitoras para os temas “da mulher e seu corpo” e para o feminismo. Ao primeiro tema, Priore relaciona *A coisa obscura: mulher, sodomia e inquisição no Brasil Colonial* (1989), de Lúcia Bellini. O livro era resultado de sua dissertação defendida em 1987 na UFBA, na área de Ciências Sociais e sob orientação de Luiz Mott. Bellini, que aparecera também em um texto de Rachel Soihet de 1997, era citada pela segunda vez nesse emaranhado de balanços e textos de ordem teótico-conceitual, havia se tornado professora do departamento de História da UFBA, depois de ter defendido seu doutorado em História na University of Essex, na Inglaterra. Ainda sobre “a mulher e seu corpo”, Priore citava suas próprias publicações: *Ao sul do corpo* (1989) e o artigo “A maternidade da mulher negra no período colonial brasileiro”, publicado em 1989 nos *Cadernos do CEDHAL*. Denise Sant’Anna também mereceu um espaço nas notas de Mary del Priore com o seu livro *Políticas do corpo*, obra por ela organizada em 1995. A historiadora, que aparecia pela primeira vez em um balanço, havia se tornado professora do curso de História da PUC/SP em 1996, depois de ter se graduado (1980) e defendido seu mestrado (1988) na mesma instituição e de ter realizado seu doutorado em História na Universidade de Paris VII-Diderot (1994), sob orientação de Michelle Perrot. Por fim, sobra espaço para *Sexualidades brasileiras* (1996), de Richard Parker, antropólogo estadunidense que lecionava na UERJ e na UFRJ à época da publicação do balanço de Priore.

Sobre o feminismo, último tema a ser debatido naquela seção, Priore relata:

No campo da pesquisa, o feminismo criou, por sua vez, uma trajetória à parte. Não há nenhuma relação entre a história da mulher, como ela vem sendo feita por historiadores sociais, e a história do feminismo. A primeira nasceu de várias e novas abordagens e métodos da história social e a segunda, do trabalho de cientistas sociais femininas. No primeiro caso, a

transdisciplinaridade dá o tom e historiadora inscreve a história da mulher em um objeto de discussão mais amplo, podendo ser a demografia, a família, a feitiçaria, o sexo, a criminalidade, a literatura, o trabalho. No segundo caso, destaca-se o esforço de desenvolver uma reflexão, não necessariamente dentro da universidade, mas à sua sombra. Grupos feministas informais, alternativos, comunitários extraem a energia de seus trabalhos da experiência e da vivência cotidianas. Mas seu isolamento intelectual e as características tautológicas de suas teses os tornaram uma categoria à parte na historiografia. Até os anos 1980, algumas teses foram defendidas tentando unificar as duas tendências, cujas diferenças, a partir de então, se aprofundaram. Depois, os caminhos se bifurcam e os avanços políticos feitos pela mulher deixam de ser objeto de estudo para historiadores.⁵³⁵

O tom bastante parecido com os balanços de Nizza da Silva de 1987 e 1991 não parece parar com a divisão entre os trabalhos históricos e aqueles “não históricos” das cientistas sociais. “As teses que foram defendidas tentando unificar as duas tendências” são aquelas mesmas – dissertações, na verdade – citadas por Nizza da Silva: as de Rachel Soihet, Sonia Machado Lino e Branca Moreira Alves. Inclusive, elas aparecem na mesma ordem, nos textos de Nizza da Silva e de Priore e são, também, o último tópico tratado pelas duas historiadoras em seus balanços, diferentemente do que Rachel Soihet havia feito no ano anterior. A novidade no balanço de Priore aparece com uma publicação de Margareth Rago, *História do feminismo no Brasil: utopias da emancipação feminina*, que ainda estaria no prelo.⁵³⁶

Terminando sua incursão pelas pesquisas dedicadas ao feminismo, Priore abre a última seção do seu balanço, com o título de “História de gênero ou História das mulheres: mutação, uma alternativa pragmática ou uma nova linha decisória?”. O longo título da seção, encerrado com um ponto de interrogação, propunha aos seus leitores e às suas leitoras refletir sobre a validade de “um ou outro” caminho da historiografia sobre as mulheres. O uso da conjunção “ou”, duas vezes utilizada no título da seção, empresta um significado ao balanço de Mary del Priore de que, depois de toda aquela apresentação sobre a História da Mulher – com suas obras, autoras, “pioneiras” e suas fontes – agora poderia se chegar a hora de pensar as “alternativas”, as “dúvidas” e/ou as “incertezas”⁵³⁷ sobre a História de Gênero.

⁵³⁵ PRIORE, 1998, p. 231.

⁵³⁶ Não se encontrou a obra citada por Priore, apenas foi possível acessar um levantamento de fontes sobre mulheres em documentos textuais do acervo do Arquivo Edgard Leuenroth, na Unicamp, realizado por um projeto financiado pelo CNPq, com o mesmo título: *História do feminismo no Brasil: utopias da emancipação feminina*. O projeto de levantamento e digitalização de tais fontes ocorreu entre os anos de 1993 e 1995, sob coordenação de Margareth Rago, com bolsas PIBIC-CNPq. Cf. ARQUIVO EDGARD LEUENROTH. **Projeto "O Feminismo no Brasil: Utopias da Emancipação Feminina"**. Disponível em: https://www.ael.ifch.unicamp.br/pf-ael/public-files/instrumentos-pesquisa/feminismo_no_brasil.pdf. Acesso em 22 mar. 2020, às 15h17min.

⁵³⁷ A definição da conjunção ou, no Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua portuguesa é a seguinte: “Conjunção. 1) serve para ligar palavras ou orações, indicando: 1.1) alternância ou exclusão. Ex.: *aceitam doações de gêneros alimentícios ou cobram ingresso*; 1.2) dúvida, incerteza. Ex.: *não sei se vou a Londres ou Lisboa*; 1.3)

Diferentemente dos textos de Joana Maria Pedro, Maria Izilda Matos e Rachel Soihet que traziam as definições de gênero e as discussões em torno do conceito antes do rol de obras, Priore coloca sua reflexão na última parte do seu texto. Antes mesmo de iniciar seção, Priore, quase num alerta, expõe: “No início dos anos 90, um conceito *importado* chegava ao Brasil: gênero.”⁵³⁸ Não era a primeira vez que o adjetivo “importado” aparecia em seu balanço. Acima, demonstrou-se que Priore já se preocupava com “conceitos importados” da literatura que, se “pontualmente utilizados na disciplina histórica”, poderiam realizar trabalhos de “grande qualidade”, sem necessariamente cair em teorizações sobre os estudos feministas.⁵³⁹ No entanto, outras partes do texto escolheram não utilizar o adjetivo “importado” para tratar de debates, obras e técnicas importadas pela historiografia brasileira, fossem elas importadas de outra disciplina ou de outro país: “[...] em que medida estas circunvoluções da História da Mulher, feitas entre Europa e Estados Unidos, *atingiram* a produção da mesma história, no Brasil?”;⁵⁴⁰ “A *influência* da Nova História em curso na Europa *colocara também entre nós o desafio* de pensar a sexualidade [...]”;⁵⁴¹ “Muitos historiadores bombearam na história da família feita na França, Inglaterra e Estados Unidos, *temas que foram, depois, escrutados contra as fontes* encontradas nos nossos arquivos”.⁵⁴² Ao que parece, Priore se importava com determinadas “importações”, enquanto que outras lhes soavam bem menos importantes.⁵⁴³ A “importação” da categoria gênero foi deixada, por exemplo, para o final.

No mesmo parágrafo em que Priore alerta para o “conceito importado”, colocava-se outra pergunta: “Seria o fim da história da mulher e o início da História de gênero?” Prontamente, diferentemente do título da seção que se apresentaria a seguir, Priore já responde:

ênfase antes de cada termo ou frase da alternativa. Ex.: *ou ficar a pátria livre ou morrer pelo Brasil*; 1.4) uma outra maneira de dizer algo; isto é. Ex.: *Héracles, entre os gregos, ou Hércules para os romanos.*”

⁵³⁸ PRIORE, 1998, p. 231. Grifos adicionados.

⁵³⁹ Para o termo “importado”, o Houaiss dá a seguinte definição: “Adjetivo. 1) que se importou; que foi trazido de outro país, estado, município ou região. Ex.: *sapato i*. Substantivo masculino. 2) tudo aquilo que se importa (mais us. no pl.).”

⁵⁴⁰ PRIORE, Op. Cit., p. 225-226. Grifos adicionados.

⁵⁴¹ Ibidem, p. 226. Grifos adicionados.

⁵⁴² Ibidem, p. 227. Grifos adicionados.

⁵⁴³ O Houaiss dá os seguintes significados ao verbo “importar”: “Transitivo direto e transitivo indireto. 1) ter como consequência ou resultado; causar, implicar. Ex.: *a dissidência de uns poucos importou (n)a discórdia geral*. Transitivo direto. 2) trazer em si; envolver, implicar. Ex.: *o trabalho seduz quando importa um grande desafio à inteligência*. Transitivo indireto. 3) montar a ou atingir (determinada quantia). Ex.: *o total dos gastos importou em mil reais*. Intransitivo. 4) ter utilidade ou proveito; interessar. Ex.: *importa seguir os mandamentos*. Pronominal. 5) dar importância a; fazer caso de. Ex.: *não se importa com nada*. Transitivo indireto. 6) ter importância para (alguém); interessar. Ex.: *afinal, que te importa o julgamento dela?* Transitivo direto e intransitivo. 7) trazer de outro país, estado ou município. Exs.: *i. mercadorias, mão de obra, ideias; o governo queria i. menos e exportar mais.*”

“Acreditamos que não.” No entanto, ela ainda se proporia a pensar “o que se entende por gênero”.⁵⁴⁴

Priore iniciou a seção com um parágrafo que fazia referência às historiadoras Joan Kelly e Natalie Zemon Davis:

Na metade dos anos 70, historiadoras americanas como Natalie Zemon Davies e Joan Kelly, entre outras, registraram sua crença na necessidade de estudar e compreender os grupos de gênero no passado, a construção dos papéis sexuais, seus sentidos e significações. É importante sublinhar que essas duas historiadoras, especialistas em história moderna europeia, tinham sido veementemente expostas aos novos rumos que vinha tomando a história social – voltada, então, como já explicamos para a história das mentalidades, da vida material e a antropologia histórica – na Europa.⁵⁴⁵

Além de marcar que historiadoras estadunidenses realizaram suas formações em dívida com a História Social francesa, Priore registra “a sua crença” nos estudos de gênero. Em uma nota, novamente, Priore aponta que tal reflexão sobre as historiadoras dos Estados Unidos não é dela: “Informação fornecida por Jane Rendall em seu artigo ‘Uneven developments: Women’s History and Gender History in Great Britain’.” Ora, ao se consultar a nota de Mary del Priore e, consequente, ao se procurar pela obra na qual se encontra a contribuição de Rendall, nota-se que é um capítulo da obra coletiva *Writing Women’s History: International Perspectives*, organizada por Karen Offen, Ruth Pierson e a própria Jane Rendall.

Tal obra, como se demonstrou no início desta tese, contou com um balanço de Nizza da Silva – balanço este que Mary del Priore cita e utiliza como referência para suas reflexões no texto que se analisa agora – e estava sendo publicada sob os auspícios das associações estrangeiras dedicadas à História demográfica. Mais que perceber que a seção para tratar de gênero se inicia com uma obra que buscava discutir a historiografia internacional da mulher por historiadoras interessadas na demografia histórica, é importante apontar que o texto de Rendall é bastante crítico às proposições dos estudos de gênero para a historiografia.⁵⁴⁶

⁵⁴⁴ PRIORE, 1998, p. 231.

⁵⁴⁵ Ibidem, loc. cit.

⁵⁴⁶ Chama atenção também o fato de que parágrafo de início da seção escrito por Priore, reproduzido na íntegra aqui, é praticamente idêntico a um parágrafo encontrado no texto de Jane Rendall. No original, Rendall afirmava: “In the mid 1970s the American historians Natalie Zemon Davis and Joan Kelly, among others, wrote of the need to understand not merely a history of subjection, but the significance of gender groups in the past, of the construction of sex roles, their meaning and functions. It is interesting that both these scholars, as early modern European historians, had been exposed to those new developments in social history - the history of mentalities, of material life, and new anthropological perspectives - stressed above.” RENDALL, Jane. Uneven developments: Women’s History and Gender History in Great Britain. In: OFFEN, Karen; PIERSON, Ruth; RENDALL, Jane. **Writing Women’s History: International perspectives**. London: The MacMillan Press, 1991. p. 48. Mais uma vez, as “importações” de discussões estrangeiras “importavam” de maneiras diferentes no texto de Priore.

Em seu segundo parágrafo, Priore cita novamente Joan Kelly, desta vez por um texto dela própria: “The Social Relation of the Sexes: Methodological Implications of Women's History”, publicado em 1976, na revista *Signs*.⁵⁴⁷ Tal artigo, de uma historiadora que já havia praticado História da Família e, depois dos anos 1970, preocupou-se com teoria feminista e História das Mulheres,⁵⁴⁸ afirmava que, buscando adicionar as mulheres “no conhecimento histórico, a História das Mulheres relativizou a teoria, pois abalou os fundamentos conceituais dos estudos históricos.” Esse “abalo” teria tornado “problemáticas três das preocupações básicas do pensamento histórico”: 1) a *periodização*, pois teria relativizado as tradicionais “eras” ou os “grandes movimentos de mudança social”; 2) as *categorias de análise*, colocando “sexo” ou as “relações entre sexo” no patamar de outras categorias, como a de classe; e, 3) as *teorias de mudança social*, em que “os papéis de homens e mulheres” poderiam ser considerados à luz de outras mudanças, tais como as “de modo de produção”.⁵⁴⁹

Para Mary del Priore, o artigo de Kelly expressaria a “necessidade de encarar o sexo como uma categoria necessária para a análise social e as relações entre os sexos referidas às mudanças históricas”. Adicionada a esta leitura que fez do artigo, Priore fazia uma ressalva em relação àquela historiografia a qual se afinava: “Observe-se que, coincidentemente, na França já se fazia uma história das relações entre homem e mulher, e não apenas do feminino.”⁵⁵⁰ Sem

⁵⁴⁷ KELLY-GADOL, Joan. The Social Relation of the Sexes: Methodological Implications of Women's History, *Signs*, v. 1, n. 4, p. 809-823, Summer, 1976. Joan Kelly também é conhecida como Joan Kelly-Gadol, tal como ela assina o artigo de 1976. Na época da publicação de sua reflexão na *Signs*, Kelly era professora e pesquisadora do Instituto para Pesquisa em História, no City College, na City University of New York. Especializou-se em História do Renascimento e chegou a pesquisar e publicar sobre História da Família. Nos anos 1970, começou a se preocupar com História das Mulheres, teoria feminista e teorias sobre a mudança social. Publicou, no mesmo ano de 1976, o artigo pelo qual ficou conhecida e se tornou marco da História das Mulheres fabricada nos EUA nos anos 1970: “Did Women Have a Renaissance?”. Neste texto, Kelly questiona os processos de busca pela liberdade e autonomia dos homens de classe média europeia – especificamente italiana – no início da modernidade, o que teria os levado a se expressar social e culturalmente. A crítica central de Kelly acerca de tal visão consagrada historiograficamente era que esse mesmo processo que “beneficiou” homens em busca de suas liberdades, ao mesmo tempo, privou as mulheres: “[...] precisely these developments affected women adversely, so much, so that there was no “renaissance” for women, at least not during the Renaissance. The state, early capitalism, and the social relations formed by them impinged on the lives of Renaissance women in different ways according to their different positions in society. But the starting fact is that women as a group, especially among the classes that dominated Italian urban elite, experienced a contraction of social and personal options that the men of their classes did not experience as markedly, as was the case with the bourgeoisie and the nobility.” Cf. KELLY, Joan. Did Women Have a Renaissance? In: **Women, history, and theory**. Chicago: The University of Chicago Press, 1984. p. 19-20. A atuação de Kelly é tão emblemática para a historiografia feminista estadunidense que a própria American Historical Association concede, todos os anos, o Joan Kelly Memorial Prize, que reconhece obras de história das mulheres e/ou teoria feminista. Cf. AMERICAN HISTORICAL ASSOCIATION. **Joan Kelly Memorial Prize**. Disponível em: <https://www.historians.org/awards-and-grants/awards-and-prizes/joan-kelly-memorial-prize>. Acesso em 22 de mar. 2022, às 8h56min.

⁵⁴⁸ COOK, Joan. Joan Kelly, feminist historian and professor at City College. **The New York Times**. Nova York, 18 ago. 1982. Seção B, p. 5- Disponível em: <https://www.nytimes.com/1982/08/18/nyregion/joan-kelly-feminist-historian-and-professor-at-city-college.html>. Acesso em: 23 mar. 2022, à 11h15.

⁵⁴⁹ KELLY-GADOL, 1976, p. 809-810; 817.

⁵⁵⁰ PRIORE, 1998, p. 232.

fazer referência a qualquer texto ou historiadora, Priore parecia retomar implicitamente a primeira parte de seu balanço, quando relatava, a partir das constatações de Arlette Farge, que a “mudança de abordagem” teria sido necessária na França para enfrentar “os problemas” da História da Mulher e da categoria de “cultura feminina”, tematizando, a partir de então, “a divisão dos papéis sexuais”.

Se a França já havia discutido “as relações entre homem e mulher”, ao mesmo tempo em que Joan Kelly fazia suas proposições desde os Estados Unidos, Priore destaca que foram os “historiadores da cultura” que fizeram da “distinção sexual [...] um instrumento analítico a ser utilizado da mesma forma que o eram as distinções de classe social e raça”. É nesse tom que se inicia o terceiro parágrafo da seção. Veja-se que a historiadora uspiana tentava relativizar o papel da própria Joan Kelly em tal discussão, que já havia apontado para o “abalo” nas categorias de análise, trazendo sua reflexão para o canteiro francês dos “historiadores da cultura”. Da mesma forma, Priore também não mencionava que o artigo de Joan Scott, “Gênero: uma categoria útil...”, que já chamava as historiadoras do gênero a pensar classe e raça. Aqui, mais uma vez, percebe-se uma tentativa de vincular os desenvolvimentos da História das Mulheres à uma tradição francesa, ao mesmo tempo em que as autoras estadunidenses eram pouco mencionadas.

“Nessa perspectiva”, continua Priore, “homens e mulheres tornavam-se o produto de um processo de aculturação, eles eram, por assim dizer, fabricados e não nasciam como se apresentavam socialmente.” Segundo Priore, gênero teria se institucionalizado e sido “imediatamente aceito” na historiografia a partir das experiências estadunidenses:

Diante do fechamento dos Women’s Studies desenvolvidos nas universidades americanas, parecia-lhes exagerado isolar o homem quando este era tão importante quanto a mulher para a compreensão da dinâmica cultural de uma dada sociedade. Contra as práticas elípticas dos Women’s Studies, esta abordagem contribuía para transformar a história das mulheres em história do gênero, ou em “Gender Studies”. A noção de uma história atrelada ao processo de definição do masculino e do feminino numa dada sociedade, em vez de uma história exclusivamente voltada para as mulheres foi imediatamente aceita.⁵⁵¹

E é aqui que Mary del Priore fez uma referência a um balanço que já foi objeto de análise nesta tese, em sua última seção. Trata-se do capítulo “História das mulheres”, publicado por Rachel Soihet na obra *Domínios da história*. “Segundo ainda uma renomada historiadora”: é assim que Priore se refere à Soihet. Tal “renomada historiadora”, para Priore, afirmava que a

⁵⁵¹ PRIORE, 1998, p. 232.

apresentação das “experiências das mulheres” pela história de gênero dependeria de como a categoria seria articulada “com outras como classe e raça”. Assim, o “compromisso do historiador com a história vista de baixo” passaria pela preocupação com as temáticas de gênero e raça, para além daquela de classe.

Com o fim deste terceiro parágrafo Priore encerrava também a sua definição sobre “o que se entende por gênero”, proposta ainda no final da seção anterior. Nos demais nove parágrafos que ainda compunham a última seção de seu balanço, Priore dedicou-se a informar suas reticências em relação ao conceito de gênero, preocupando-se em separar a História das Mulheres da “História de Gênero” e em defender o espaço e a autonomia da primeira em relação à segunda.

Essas reticências começam com a afirmação de que no Brasil a categoria gênero ainda não teria sido “explicitamente fagocitada sob o ponto de vista teórico, pelo menos entre historiadores.” Neste momento, uma nota de fim de texto complementa as considerações de Priore:

A antropóloga Maria Luiza Heilborn tem dedicado alguns artigos a teorizar o tema e Maria Odila da Silva Dias, historiadora, publicou dois artigos nos quais discute a adoção de marcos teóricos dominantes como uma questão a ser repensada.⁵⁵²

Mary del Priore não citou nenhum texto de Heilborn ou Dias em sua nota, diferentemente do que já havia feito com suas referências de História das Mentalidades, das Mulheres, as autoras da família e da demografia, as suas menções à historiografia francesa, sempre bem acompanhadas de nomes, obras e comentários. Percebe-se uma nota que indica que o tema de gênero está sendo pensado por cientistas sociais e historiadoras, mas não encaminha o leitor para qualquer texto. Além disso, não houve qualquer menção aos esforços de refletir – e utilizar na construção da memória disciplinar e na elaboração de cânones – sobre a categoria gênero já feitos por Joana Maria Pedro, Margareth Rago, Maria Izilda Matos e até mesmo pela colega de departamento Eni de Mesquita Samara que, em 1996, atualizava o enunciado da História da Família à emergência da discussão sobre gênero. Para Priore, “os historiadores” ainda estavam, no Brasil, “preocupados com as mulheres, nas suas relações com os homens, no interior de recortes temáticos que mostramos”,⁵⁵³ sem qualquer menção a outros

⁵⁵² PRIORE, 1998, p. 455.

⁵⁵³ Ibidem, p. 232.

textos que já firmavam, seja negando ou aceitando sua utilidade, uma discussão sobre gênero no país.

O nome de Maria Odila Dias também merece destaque aqui. Em 1988, lembrada como “pioneira”; em 1998, lembrada pelos textos que pediam parcimônia ao “adotar marcos teóricos dominantes”. Ora, em dez anos, acontece uma troca no panteão de “pioneiras” elaborado por Priore: desce Maria Odila Dias, uma historiadora que se propunha a pensar teoricamente os estudos feministas, a História das Mulheres e a História de forma mais ampla, para a subida de Maria Luiza Marcílio, uma historiadora que praticou a História das populações e da demografia, orientando trabalhos sobre mulheres, família, casamento e, ao que parece, que não tinha tentado qualquer “importação” teórica para pensar o campo, apenas foi responsável pela “introdução de uma vertente francesa” na historiografia brasileira. O panteão que antes abrigava a tríade Nizza da Silva-Leite-Dias, agora era habitado por outra trinca de professora uspianas: Nizza da Silva-Leite-Marcílio. Depois de 1988, Dias, Pedro, Rago, Samara, Matos e Soihet já haviam entrado nas disputas sobre a memória disciplinar e sobre os cânones do campo, esquecendo o nome de Nizza da Silva e não reconhecendo ou mencionando o de Marcílio. Parecia ser a hora, então, de Priore intervir nesses enunciados que direcionavam seu campo de pesquisa para outros rumos.

O texto de Priore continua trabalhando com expressões como “imprecisão conceitual” e “desconhecimento de uma compreensão homogênea” sobre o que significava gênero. Imprecisões e desconhecimentos que, de acordo com Priore, conduziriam a equívocos, como “a utilização da variável gênero em tabelas sobre sexo”. É possível concordar com a historiadora, uma vez que nem o próprio balanço de Mary del Priore havia “fagocitado” suficientemente as diferenças entre as categorias de sexo e gênero. Além das “imprecisões”, “desconhecimentos” e de não estar “suficientemente digerido por historiadores”, Priore acreditava que o conceito não daria “conta de alguns problemas que surgiram na historiografia brasileira mais recente”.⁵⁵⁴ E, para corroborar tal constatação, a historiadora divide a produção historiográfica brasileira em “dois eixos” nos quais gênero não encontraria muito espaço para entrada:

De um lado, trabalhos e ensaios sobre as representações da mulher (na literatura, na iconografia, nos discursos médicos, científicos, filosóficos e jurídicos) e de outro, trabalhos e ensaios sobre a história social das mulheres (família, economia, demografia, etc.).⁵⁵⁵

⁵⁵⁴ PRIORE, 1998, p. 232-233.

⁵⁵⁵ Ibidem, p. 233.

Mesmo sem citar, neste momento, Priore está utilizando o texto de Gianna Pomata, aquele mesmo já apresentado nesta tese por meio das reflexões de Michelle Perrot: o capítulo “História das mulheres, História de gênero”, que trazia as críticas de Pomata à *História das Mulheres no Ocidente*. Convidada a fazer uma das “Leituras críticas” sobre a coletânea, Pomata tinha se dedicado a pensar sobre os volumes que se aproximavam de sua própria área de atuação e pesquisa, “da Idade Média ao início dos tempos modernos”.⁵⁵⁶ É sobre tais volumes que Pomata constrói a seguinte crítica:

Começo por dar conta de um problema que tem a ver com o nível da organização dos livros. Ambos se constroem em torno de uma separação entre discurso e prática social: encontramos, de um lado, ensaios [de *História das Mulheres no Ocidente*] sobre a representação da mulher (na literatura, na iconografia, nos discursos médico, filosófico e científico), e, de outro lado, ensaios sobre a história social das mulheres (família, economia, demografia, etc.).⁵⁵⁷

“Importando” praticamente as mesmas palavras de Gianna Pomata, sem mencionar que elas vinham de um texto de tal autora, Mary del Priore não destacava que a separação originária de Pomata não se referia às formas de se praticar história como um todo, na França, nos Estados Unidos e, muito menos, no Brasil. A divisão de Pomata se dá justamente na leitura crítica de apenas dois tomos de *História das Mulheres no Ocidente*, sobre os ensaios que, de acordo com ela, dariam ao leitor “a impressão de que a história das representações femininas mascara a história social das mulheres”.⁵⁵⁸ Ora, mesmo não atentando o seu leitor para isso, Priore deixa entender que ela defendia haver, na historiografia brasileira mais recente dedicada às mulheres, os mesmos dois modos de se praticar História das Mulheres que Pomata havia encontrado ao ler dois volumes de *História das Mulheres no Ocidente*.

Ao continuar sua crítica de como “o conceito de gênero não dá conta de problemas que surgiram na historiografia brasileira mais recente”, Priore afirma:

O conceito de gênero, segundo alguns autores, deveria servir para corrigir o empirismo, um pouco ingênuo, que caracterizaria a história da mulher feita até então. Esta correção permitiria mesmo o quase desaparecimento da mulher, pois do ponto de vista teórico ela não existiria. Seria apenas o resultado da construção de discursos convergentes filosóficos, religiosos,

⁵⁵⁶ Tratam-se dos volumes 2, “A Idade Média”, e 3, “Do Renascimento à Idade Moderna”, organizados, respectivamente, por Christiane Klapisch-Zuber e Arlette Farge.

⁵⁵⁷ POMATA, 1995, p. 27.

⁵⁵⁸ Ibidem, p. 27.

médicos, científicos, enfim, de uma construção que tem que ser desconstruída, nos moldes sugeridos por Jacques Derrida.⁵⁵⁹

Mais uma vez se valendo de uma crítica de Pomata, mais uma vez sem citá-la,⁵⁶⁰ Priore relacionava o conceito de gênero à “correção do empirismo”, aquele mesmo que ela já havia elencado como indispensável à História no mesmo balanço. Para além da divisão da historiografia entre “representações da mulher” e “história social das mulheres”, Priore oferece a sua versão de como gênero, “para alguns autores” – sem citá-los –, poderia vir a produzir efeitos de fazer desaparecer “a mulher”, para tentar corrigir determinados “empirismos ingênuos” que tais autores acreditavam fazer parte da prática historiográfica. Mary del Priore, que neste mesmo balanço já havia defendido a história que “não existe sem empiricismo”, voltava a associar os estudos de gênero aos caminhos “não tão empíricos assim”, gesto que não vinha sendo realizado pelas outras historiadoras analisadas nesta tese. Nem mesmo para Maria Odila Dias e Rachel Soihet que, por uma questão teórica, apostavam numa História Social em detrimento da categoria gênero haviam relacionado a História de Gênero “à falta de empirismo”. Assim, num gesto de crítica bastante aberta ao uso da categoria, Priore parecia informar que, para além da “área segura” das “representações” e da “demografia, família e economia”, empenhadas em “desvendar” longos arquivos e extensa documentação, o “risco” mais sério seria a própria supressão “da mulher”, de tal objeto que poderia ser “recuperado” se utilizadas as técnicas “certas” de análise documental. Supressão que estaria vinculada, é precisa frisar, à “inexistência teórica da mulher”, essa “construção que viria a ser desconstruída nos moldes de Derrida”. Se sem documento e empirismo não haveria como “conhecer” essas mulheres, sem documentos e sem empiria também não haveria a possibilidade de uma História das Mulheres. *Pas de document, pas de femme, pas d’histoire!*

A menção a Jacques Derrida, ao final da citação, exprime essa crítica velada aos trabalhos que se valiam dele para pensar as relações de gênero. O primeiro nome que se lembra ao pensar a crítica à Derrida foi meramente citado por Mary del Priore e com um texto que não aprofunda muito as relações com o filósofo da desconstrução. O nome de Joan Scott,

⁵⁵⁹ PRIORE, 1998, p. 233.

⁵⁶⁰ Ao tematizar os volumes de *História das Mulheres no Ocidente*, a historiadora italiana afirmava que “A história do discursos masculino sobre as mulheres [...] foi recentemente revitalizada sob o cognome de ‘história de gênero’.” Criticando tal maneira específica de se fazer história de gênero, Pomata continuava, defendendo que “uma das versões desta ‘história de gênero’” – sem especificar obra ou autor – “tem sido apresentada como correção do empirismo ingênuo que caracterizava, ao que nos dizem, a história das mulheres durante os anos 70. Certos universitários chegaram inclusivamente ao ponto de sustentar que a história de gênero viria a suplantear a história das mulheres, uma vez que, de um ponto de vista teórico, as mulheres não existem. Não são mais do que a ‘construção’ de discursos convergentes – filosóficos, religiosos, médicos, científicos –, construção que se trataria de ‘desconstruir’.” POMATA, 1995, p. 28.

divulgadora da categoria gênero na historiografia e teórica de gênero a partir de suas incursões pela obra de Derrida parece estar ali, esmaecido, entre a crítica de Priore. Mais que isso, Derrida já tinham aparecido em outros textos aqui analisados: tratado rapidamente por Maria Odila Dias, como uma das formas de se fazer história para além dos tradicionais modelos racionalistas ocidentais modernos; também citado nos textos de Rachel Soihet e Maria Izilda Matos; é no texto de Margareth Rago que Derrida aparece como uma das forças intelectuais das filosofias da diferença e dos “deslocamentos” que as pensadoras feministas haviam conquistado “em suas discussões e pesquisas” ao se basear em tais filosofias para considerar “a categoria *gênero* em detrimento do objeto ‘mulheres’.”⁵⁶¹

Em meio “aos problemas” os quais a História de Gênero, a desconstrução e o abandono da História da Mulher poderiam acarretar, Priore se encaminha para o final do seu balanço para apresentar um argumento que se apoiou em três pilares: 1) evocou contribuições internacionais; 2) retomou a tematização da documentação; e 3) apontou para a sua própria produção e sua própria rede de historiadores.

O primeiro pilar levou em conta os nomes de Gianna Pomata e Roger Chartier e cada um deles recebeu um parágrafo no balanço. Ambos os historiadores tiveram os textos publicados na coletânea *As mulheres e a história*, organizada por Michelle Perrot e Georges Duby em 1992, utilizados por Priore. Dedicar-se, aqui, apenas às considerações que Mary del Priore realizou em contato com as reflexões de Pomata.

O texto de Pomata, “História das mulheres, História do gênero: observações sobre a Idade Média e a Época Moderna na *História das Mulheres no Ocidente*”, como se viu, já era mobilizado por Michelle Perrot para defender o espaço da História das Mulheres frente aos estudos que se dedicavam a pensar as relações de gênero. Texto que também foi debatido por Rachel Soihet, aliando-se à crítica que Maria Odila Dias fazia à coletânea. Aqui, fora mobilizado pela própria Mary del Priore, mesmo que não o citasse. Agora, citando diretamente o nome de Pomata, Priore declarava:

Como bem lembra Giana Pomata, a história do gênero compreendida como história da construção social, através de discursos e práticas, de categorias do masculino e do feminino é legítima e representa um território útil à pesquisa histórica. Mas não podemos confundi-la com a história das mulheres nem, tampouco, obliterar a necessidade de uma história social das mulheres. A tarefa da história das mulheres – insiste a mesma autora, com a qual concordamos – não é a desconstrução dos discursos masculinos sobre as mulheres, mas, sim, a ultrapassagem da pobreza dos fatos que tomou a vida dessas atoras sociais tão descarnada. É preciso fazer uma história erudita,

⁵⁶¹ RAGO, 1995, p. 88.

baseada num máximo de informações, guiada por um fio que conduza, através da realidade concreta, ao fato material e social, história capaz de criar um entorno que nos ajude a compreender qual o efeito prático desta avalanche de discursos sobre a vida da mulher ou quais são as relações entre discursos e práticas.⁵⁶²

Mobilizar Pomata aqui se torna necessário para Priore ir amarrando sua argumentação que atravessou todo o texto. Como já se percebeu, alguns anos antes da publicação do balanço de Mary del Priore, a voz de Pomata já ecoava em debates acontecidos na *Revista Brasileira de História* e nos *Cadernos Pagu* por parte de Michelle Perrot, que não estava à vontade com o uso da categoria gênero nos estudos sobre as mulheres. Priore também recorre a ela para, da mesma forma que Perrot, separar o joio do trigo: existiria a História de Gênero, preocupada com a desconstrução das categorias, “importadora” de noções e práticas da historiografia estadunidense e de disciplinas como a Literatura e a Linguística; mas existia – e se defendia – a História Social das Mulheres, com suas práticas “eruditas”, ligada a “busca de informações e fatos” e conduzida por um “fio que levasse à realidade concreta”. Não há dúvidas quanto a isso: Priore separa áreas, entroniza suas pioneiras e defende um modo específico de se praticar história, aquela consagrada pela historiografia social francesa pós década de 1950 e, em especial, aquela dos anos 1970.⁵⁶³

O que nem Mary del Priore nem Michelle Perrot evidenciavam era algo que Rachel Soihet tinha considerado um ano antes: Pomata criticava em seu texto a *História das Mulheres no Ocidente* por, justamente, não conseguir unir a História das Mulheres e a História de Gênero. Gianna Pomata, separando História das Mulheres e do Gênero em campos diferentes de pesquisa, algo com o que Priore parecia fazer coro, insistia que os dois campos poderiam caminhar juntos:

Ainda que não se devam misturar história das mulheres e história do gênero, é claro que as duas estão ligadas e que são indispensáveis uma à outra. O que acho frustrante na maior parte dos ensaios sobre a representação das mulheres na *História das Mulheres [no Ocidente]* é o facto de eles não tratarem nem da história das mulheres nem realmente da história de gênero.⁵⁶⁴

Ao mobilizar exemplos da História dos Corpos e da medicina para demonstrar como a *História das Mulheres no Ocidente* poderia ter saído da contradição que ela mesmo se colocara, Pomata ainda informava

⁵⁶² PRIORE, 1998, p. 233.

⁵⁶³ Ver, novamente, DELACROIX, DOSSE, GARCIA, 2012 e ROBERTS, 2011.

⁵⁶⁴ POMATA, 1995, p. 29.

Insisti neste exemplo [sobre história dos corpos] por ele me parecer elucidar o que acaba por se descurar da história do corpo feminino se ignorarmos, paralelamente, a do corpo masculino. Por outras palavras, a construção do ‘gênero’ no discurso médico só pode compreender-se através de uma correlação activa entre as duas histórias. A história do género, assim entendida, ajudar-nos-á a compreendermos a história das mulheres? Sem sombra de dúvida [...].⁵⁶⁵

A separação operada por Pomata serviria aos seus próprios argumentos e críticas: a *História das Mulheres no Ocidente* “erra” por, justamente, não utilizar a História das Mulheres e a História de Gênero nos seus ensaios. Campos diferentes, separados, preocupados com problemas diferentes, poderiam estar unidos na pesquisa histórica. Todavia, em nenhum de seus textos, Michelle Perrot e Mary del Priore avançam com a discussão de Pomata para além da sua separação entre “História das Mulheres” ou “História de Gênero”, reconhecendo que ela defende até mesmo o trabalho conjunto entre os dois tipos de história. Não se diz aqui que tanto Priore quanto Perrot tenham “desonestamente” utilizado as ideias de Pomata, sem declarar “verdadeiramente” quais as questões e soluções que a historiadora colocava para *História das Mulheres no ocidente*. Chama-se atenção, justamente, para a operação de corte, de separação, de diferenciação que tanto Priore como Perrot escolheram sublinhar a partir do texto de Pomata. Às voltas com as exigências estrangeiras, especialmente estadunidenses, acerca das categorizações de gênero, no Brasil e na França, Priore e Perrot mobilizam Pomata no que a elas interessa: separar, naquela década de 1990, campos de pesquisa histórica sobre os quais se dedicavam e tentar impor os limites, definir suas origens e seus caminhos futuros.

Ligada a esta separação que Mary del Priore escolheu pinçar do texto de Pomata está, ou parece estar, uma resposta também aos enunciados que Joana Maria Pedro e Margareth Rago emitiam em meados daquela mesma década. Se “A mulher na historiografia brasileira” havia nascido da historiografia do trabalho, passado por essa História Social defendida por Mary del Priore e desembocado na História Cultural de Gênero;⁵⁶⁶ se “As relações de gênero na pesquisa histórica” haviam emergido da História Social das Mulheres e formaram um campo chamado “História das Mulheres e das Relações de Gênero”;⁵⁶⁷ a “História das mulheres” de Mary del Priore nascia da Demografia histórica e da História da Família, se beneficiava das propostas da historiografia social francesa – como as mentalidades e “a nova história” – e não se confundia com a História de Gênero.

⁵⁶⁵ POMATA, 1995, p. 32.

⁵⁶⁶ RAGO, 1995.

⁵⁶⁷ PEDRO, 1994.

Trabalho de purificação, de separação, de organização da massa discursiva que se empilhava na historiografia brasileira da década de 1990 e que tentava definir seus territórios, gestar os seus cânones, construir uma memória disciplinar e delimitar o que seria tal domínio de conhecimento histórico. Se para Rago e Pedro, não importando a origem do campo, ele caminhava para a tematização das relações gênero; para Priore, nem se tratava de um mesmo campo de pesquisa. Aqui parece ficar mais claro o porquê do uso, duas vezes, da conjunção “ou” no título da seção do balanço que tratava do conceito de gênero. Para Priore, parecia mesmo se tratar de *ou* se fazer História das Mulheres, *ou* se fazer História do Gênero, diferentemente do que propunha Gianna Pomata. Se em Pomata a História das Mulheres poderia estar conectada à História do Gênero pela conjunção “e” utilizada no título de seu capítulo, Priore se vale do mesmo capítulo de Pomata para separar as duas áreas, utilizando-se da conjunção “ou” no título da sua seção que tratou sobre gênero. O texto de Mary del Priore parecia querer realizar um corte cirúrgico entre as duas áreas, gesto que ia de encontro com os textos que já se acumulavam no Brasil, como os de Joana Maria Pedro, de Margareth Rago, de Maria Izilda Matos e também da própria Eni de Mesquita Samara. Até mesmo Rachel Soihet, que apostara na saída para a História das Mulheres pela História Social e não pela categorização de gênero, afirmava que os dois campos acabariam “por se fundir”. O texto de Priore ia de encontro até mesmo das proposições de Gianna Pomata.

Mais que olhar comparativamente os textos de Priore, Rago e Pedro, é importante também pôr em perspectiva o texto de Samara, de 1996. Se com Samara – historiadora que na primeira metade da década de 1990 havia contribuído para a emissão do enunciado defendido por Priore – “tudo” parecia correr para o gênero nos estudos sobre mulheres e família, Priore faz questão de puxar o freio de mão, *reabilitando* os lugares da História da Família e da Demografia histórica e colocando para “fora” do seu campo de atuação – talvez até mesmo fora da disciplina histórica, ao menos aquela defendida por Priore – a História das Relações de Gênero.

Depois dos comentários acerca das contribuições de Pomata, o balanço de Mary del Priore se escora em outro pilar, uma temática que inundou seu texto, a da documentação, já recorrendo a outro pilar: trazer as reflexões que ela própria havia feito em *História das mulheres no Brasil*, bem como destacar seus colegas historiadores que participaram da coletânea e de outras publicações:

Se todos estes comentários trazem luz ao debate sobre a história das mulheres, eles não definem as características do que fazemos no Brasil. Aqui a produção incide sobre as mulheres, mas também sobre o vasto território no qual elas se

movimentam. A história das mulheres engloba, portanto, a história de suas famílias, de suas crianças, de seu trabalho, de seu cotidiano, de suas representações na literatura, na mídia, na sociedade na qual estão inseridas. [...] As mulheres exsudam de uma cronologia ditada pelas fontes documentais, fontes elas mesmas tradutoras de mudanças estruturais no mundo político, econômico, religioso. Elas circulam em documentos de toda sorte [...]. O exame e a interpretação desses documentos faculta a realização de uma história relacional, uma história que envolve as aspirações e realizações, parceiros e contemporâneos, construções e derrotas femininas, marcando a produção historiográfica com a complexidade e a diversidade das experiências vividas por nossas mulheres.⁵⁶⁸

Se realizada de acordo com a “cronologia ditada pelas fontes”, se se voltar para a documentação de onde essas “mulheres exsudam”, seria possível fazer uma “História relacional” sem se precisar recorrer à categoria relacional de gênero. Associada às características descritas por Mary del Priore que ela considerava serem particulares da historiografia sobre mulheres no Brasil, está mais uma vez a *reafirmação* da pesquisa documental.

Mary del Priore também traz a informação de que em território nacional mulheres e homens se dedicam a estudar a história das mulheres, diferentemente de países da Europa ou dos EUA, onde tal História seria realizada por mulheres. Falando dos “homens que estudam [...] as mulheres dentro de suas especialidades”, Mary del Priore, faz questão de repetir um desses nomes masculinos em seu balanço: o de Ronaldo Vainfas. Mas Priore chama atenção para Vainfas, associando-o a dois outros homens, Rento Venâncio e Emanuel Araújo. A historiadora lembra, justamente, dos seus capítulos publicados em sua coletânea, *História das mulheres no Brasil*. Mais que esses três nomes, Priore lembra de Luiz Carlos Soares e o seu *Rameiras, ilhoas e polacas: a prostituição no Rio de Janeiro do século XIX*, além dos nomes de Fernando Londoño e Luiz Meyer que publicaram textos na coletânea *Amor e família no Brasil*, de Maria Ângela D’Incao.

Luiz Carlos Soares estreara entre os historiadores citados por essa massa de textos analisados nesta no balanço de Rachel Soihet, de 1997. Fernando Londoño, que já havia aparecido nos textos de Miriam Moreira Leite vinculado à “pioneira” Maria Luiza Marcílio, era, em 1998, professor do departamento de História da PUC/SP e tinha defendido seu doutorado na USP, em 1992, sob orientação de Marcílio. Por fim, não foi possível ter acesso a muitas informações sobre Luiz Meyer, que era psicanalista.

⁵⁶⁸ PRIORE, 1998, 233-234.

Continuando em sua tematização sobre as fontes, aquelas que “ditariam a cronologia da História das Mulheres”, Priore argumenta que há problemas também no que tange à relação entre História da Mulher e documentação. Retomando sua apresentação de *História das Mulheres no Brasil*, Priore afirmou que as fontes da área seriam uma documentação fragmentária que, geralmente, “encontramos vozes masculinas.” Associado a tal “problema”, Priore destacou que “faltam historiadores, homens e mulheres, que interpretem com maior frequência o estabelecimento, a gênese e a importância dos fatos históricos que envolvem as mulheres”, como, da mesma forma, faltaria “um maior número de pesquisas regionais ou sínteses, que nos permitam resgatá-las de regiões do país onde o tema ainda não despertou vocações.”⁵⁶⁹

Encaminhando a conclusão de seu texto, Priore ainda chama atenção para “outro problema”: “o fato de que, diferentemente do que ocorreu em países estrangeiros, a História Social da Mulher não teve entre nós tanta repercussão a ponto de inundar o mercado editorial”. Além disso, Priore reclama que faltaria aos historiadores “dialogar com um número representativo de pares”; bem como explicita que haveria pouco debate sobre “a história da mulher fora do círculo das pioneiras” as quais seu balanço deu tanto destaque; e que o “grosso da bibliografia encontra-se no sudeste.”⁵⁷⁰

Ao encerrar seu texto, Mary del Priore coloca outra questão: “para que serve a história das mulheres?” E a resposta, que ela considera “ser fácil”, ela mesmo dá: “para fazê-las existir, viver e ser. Esta é, afinal, uma das funções potenciais da história.” Assim, encaminha um final de balanço que, sem mais remeter a qualquer nota, sugere caminhos:

Trata-se de desvendar as intrincadas relações entre a mulher, a sociedade e o fato, mostrando como o ser social que ela é articula-se com o fato social que ela mesma fabrica e do qual faz parte integrante. Trata-se, igualmente, de um desafio no sentido de fazer uma história total da mulher, na qual se contemplem as grandes evoluções, profundas e silenciosas, dos comportamentos, aquelas dos sentimentos religiosos ou das mentalidades, as demográficas e as técnicas.⁵⁷¹

Defendendo sua maneira específica de praticar História das Mulheres, preocupada em integrar esse “ser social” que seria a mulher por meio do elogio ao trabalho “empírico” com a documentação, Priore defende, na verdade, uma prática historiográfica específica. Não só pelas suas recorrentes citações dos historiadores sociais dos *Annales* e pela sua vinculação à História

⁵⁶⁹ PRIORE, 1998, p. 234.

⁵⁷⁰ Ibidem, p. 235.

⁵⁷¹ Ibidem, loc. cit.

das Mentalidades, ou pela separação entre a História das Mulheres e a História do Gênero; mas pela afirmação de que, para Priore, tratava-se de se praticar “uma história total da mulher”. É quando já se questiona aqui no Brasil a prática historiográfica à francesa – nos anos 1990 – e que a sua grande divulgadora, a USP, já precisa disputar seu espaço com outras instituições de São Paulo, do Rio de Janeiro, de Santa Catarina etc., é neste momento que Priore publica seu balanço.

Se os anos 1970, auge da História das Mentalidades na França, já se mostram um tanto reticentes em relação às práticas historiográficas desta mesma História das Mentalidades, os anos 1980 e 1990 trazem as “crises”, ou melhor, as críticas pelas quais “o modelo historiográfico dos Annales” era questionado.⁵⁷² Como informam Delacroix, Dosse e Garcia, com o sucesso nos anos 1970 da História das Mentalidades na França,

[...] certos historiadores acreditaram alcançar, enfim, o projeto de uma história total constituída pela justaposição dos estratos de análise demográficos, econômicos, psicológicos, etnológicos etc. Por trás dessa noção de totalidade enfim alcançada está a disciplina histórica, que a firmava a sua vocação hegemônica diante de outras ciências sociais proclamando em alto e bom som que tudo pertence à história.⁵⁷³

O balanço de Mary del Priore não parecia “querer proclamar” a hegemonia da História diante das Ciências Sociais aqui no Brasil. No entanto, parece bem certo compreender que sua forma de criar uma memória disciplinar específica para a História das Mulheres é a defesa de uma forma de se praticar a História. Não à toa, “importando” suas referências e discussões da historiografia francesa, aquela mesma que já era criticada por lá, Priore se preocupava em criticar a “importação” de uma outra maneira de se fazer História das Mulheres: aquela que a pensava a partir do conceito de gênero.

É também na defesa e na enunciação das “pioneiras”, mulheres uspianas dedicadas à Demografia histórica, à História da Família; muitas delas, mas também seus colegas homens, com ligações mais ou menos próximas ao CEDHAL-USP, é tal enunciação que faz Priore também expor seu afinamento com essa historiografia que se via às voltas com críticas, desde aquelas mais amplas, como também aquelas mais concentradas nos estudos das mulheres e do gênero.

Ainda sobre as “pioneiras” da História da Mulher no Brasil, é interessante perceber que a eleição daquelas que se destacavam pelo “pioneirismo” no texto de introdução de *A mulher*

⁵⁷² DELACROIX, DOSSE, GARCIA, 2012, p. 322 et seq.

⁵⁷³ Ibidem, p. 322.

na *História do Brasil*, de 1988, não eram as mesmas do balanço “História das mulheres: as vozes do silêncio”, de 1998. No espaço de 10 anos, Maria Beatriz Nizza da Silva e Miriam Moreira Leite ainda eram lembradas pelo seu “pioneirismo”, mas Maria Odila Dias havia perdido o seu lugar como pioneira para Maria Luiza Marcílio. De 1988 a 1998, já havia emergido outros enunciados sobre o que era a História das Mulheres e das Relações de Gênero; Dias já havia se posicionado teoricamente em textos pela tematização da experiência das mulheres por meio da hermenêutica e da História Social thompsoniana; Pedro e Rago já haviam esquecido as contribuições da demografia, da História da Família, deslocado o foco da USP, da FCC e do CEDHAL-USP. A própria Eni de Mesquita Samara já havia tematizado gênero e silenciado algumas referências da História da Família e apagado a contribuição da Demografia histórica. Em dez anos, foi preciso rearranjar a memória disciplinar sobre as “pioneiras” que se apoiava no enunciado defendido por Mary del Priore para que suas próprias áreas de pesquisa, suas formas específicas de se praticar História e as redes intelectuais e os lugares institucionais que as sustentavam pudessem ser reabilitados no cenário dos estudos das mulheres e do gênero e, de forma mais ampla, da historiografia brasileira como um todo.

Apresentados nos últimos parágrafos do balanço, a obra *História das mulheres no Brasil* e os seus autores – a própria Priore, mas também Vainfas e Araújo – ganham destaque justamente quando Priore aborda “as características da História das Mulheres praticadas no Brasil”. Também os autores de *Amor e família no Brasil*, como Londoño e Meyer, saudados em seu balanço, são convidados a publicar em coletâneas organizadas por Mary del Priore ou nas quais ela participa. Os nomes de Ronaldo Vainfas, Fernando Londoño, mas também Renato Pinto Venâncio e Luciano Figueiredo pululavam no balanço de Priore. Todos eles e elas (Priore e Leite aí inclusas) tinham algo em comum: todos foram orientados pelos “pioneiros” uspianos enunciados seja em Leite (1993), seja em Priore (1998). Vainfas fora orientado por Eduardo d'Oliveira França; Londoño, Venâncio e Priore por Maria Luiza Marcílio; Figueiredo por Fernando Novais. O balanço de Priore, como se vê, preocupou-se também em dar aos “pioneiros” alguns “herdeiros”. Especialmente quando esses herdeiros são vinculados à *História das mulheres no Brasil*, obra que, publicada um ano antes do seu balanço, era apresentada como representativa do “estágio atual do campo”. Apresentada também como “obra pioneira”, o estágio atual da História das Mulheres e das Relações de Gênero no Brasil parecia estar representado pela USP, por Mary del Priore e por seus colegas e por aqueles professores uspianos que formaram a sua geração.

Em entrevista concedida dois anos depois da publicação do balanço, Priore esclarece que esses laços intelectuais – que ela levou para a publicação de *História das mulheres no Brasil*

e os consagrou na memória disciplinar que construía sobre a área –, que suas referências da historiografia francesa e que suas reflexões sobre a documentação a acompanham desde a época de formação:

Sempre fui apaixonada pelo período [Brasil colonial]. Sabia poder encontrar aí uma série de temas passíveis de aproximação com aqueles que estavam sendo desenvolvidos à luz da abordagem das mentalidades. Em 1985, ainda cursando a pós-graduação, tive a oportunidade realizar na Escola de Altos Estudos em Paris um curso de demografia histórica. A técnica em si não me interessava, pois tenho pavor de números. Interessavam-me os debates historiográficos em curso e os trabalhos nascidos da experiência do contato da demografia com a história social. Conheci então Jean-Louis Flandrin, que se tornou um querido amigo, inspirando minhas pesquisas sobre história da sexualidade e da mulher. Outro fator determinante para as reflexões que elaborei no início de minha carreira foi a influência de meus colegas de pós-graduação: Renato Venâncio, Ronaldo Vainfas, Fernando Londoño, Luciano Figueiredo, entre outros. Trata-se de uma geração que quis voltar aos arquivos, interrogar documentos, sobretudo os manuscritos, valorizando as fontes primárias. Passávamos a maior parte do tempo entre velhíssimos papéis, lendo-os, interpretando-os e transcrevendo-os. Diria que essa conjunção benfazeja, feita de pesquisas e de forte influência da historiografia francesa, me empurrou para temas que, entre os anos 80 e 90, foram abundantemente tratados: mulheres, crianças e vida privada, entre outros.⁵⁷⁴

Ao final do balanço de Mary del Priore, faz sentido voltar à sua primeira nota de fim de texto. Ao contrário do que a própria nota diz, Priore não frustra seus leitores e leitoras: ela, literalmente, “apresenta um ‘*who is who*’ da produção historiográfica sobre a mulher”. Não no sentido de que esmiúça todas as obras e nomes da História das Mulheres no Brasil – o que seria realmente impossível de se realizar –, mas porque, em detalhes, posiciona “quem é quem” numa hierarquia que importa ao seu modo de fazer História. Às “pioneiras” – Nizza da Silva, Leite e Marcílio – são dados os “herdeiros”, grupo do qual ela mesma faz parte. A *reabilitação* de tais nomes e temas – em especial a família, o casamento, a demografia – é realizada às custas do apagamento de outras “pioneiras”, como era o caso de Maria Odila Dias, saudada desta maneira em 1988. Dizer “quem é quem” para determinar “qual” historiografia merecia destaque naqueles fins de anos 1990, época de mudanças na pós-graduação e de expansão da produção dedicada à mulher e ao gênero, em quais lugares, discussões, historiadoras e obras deveriam se ancorar a memória disciplinar e os cânones da área. E pouco importa se isso foi feito diretamente, citando as historiadoras que “marcaram, nacionalmente, os rumos da história da mulher” no corpo do texto – como já fizeram Rago, Pedro e Leite – ou nas notas de fim de texto.

⁵⁷⁴ PRIORE, 2001, p. 16.

Uma *reabilitação* que dentro de seu próprio PPG fazia sentido operar. Amparada pelos dados dos PPG em História da USP, a própria Priore já alertava para os números desfavoráveis às áreas que ela defendia em seu balanço: 4 orientadores ligados à linha de pesquisa Populações, Família e Gênero, enquanto a linha de Cultura contava com 25; do lado dos pós-graduandos, num departamento que tinha 597 deles, apenas 21 estavam vinculados à linha de Populações, Família e Gênero e, nem sempre, dedicados a pesquisar a História da Mulher. Relato – quase que um lamento – sobre a baixa de professores e estudantes interessados na área que Priore fizera tanta questão de reabilitar no interior da massa discursiva que criavam enunciados sobre a História das Mulheres e das Relações de Gênero. Num momento que a historiografia brasileira parecia guinar para a História Cultural, seja na pesquisa de mulheres e de gênero, seja em outros temas; momento também em que a reflexão teórica e conceitual inundou a disciplina e, mais especificamente, os debates acerca da História das Mulheres por meio do conceito de gênero; Priore visibiliza e reabilita o pioneirismo da História social à francesa, das mentalidades, as pioneiras da família e da demografia; reabilita a “geração que quis voltar aos arquivos”, à “natureza empírica da disciplina”.

Ainda sobre as “importações”, Priore trazia uma crítica a uma parcela delas: de um lado os estudos que se apoiavam em outras disciplinas para, desde a reflexão teórica e epistemológica, “importar” conceitos e abordagens que questionavam o “empirismo” da História; de outro, a “importação” do conceito de gênero que trazia, ao que parece, mais problemas do que soluções para a História das Mulheres e pretendia também desconstruir não só a “mulher”, mas a própria História. O sentido de importação no texto de Mary del Priore é utilizado de forma um tanto pejorativa, para marcar as colaborações que não partiam da História, bem como da historiografia que se propunha a pensar gênero. No entanto, como se viu, as trocas e importações vindas da França e da História das Mentalidades pareciam não se tratar de ameaças; ao contrário, sustentavam seus argumentos do início ao fim. No balanço, então, parece haver uma identificação com esses debates à francesa, enquanto outros são nomeados como “importados”, “exógenos” ao fazer histórico e à historiografia francesa.

Ora, Priore sugeria considerar que, fora da prática historiográfica francesa a qual se pretendia incluir, as coisas seriam “todas importadas”. Um exercício de construção de um *outro* historiográfico que tem em seu contrapé um *eu* ou um *nós* bastante evidente: não se pode admitir “que os de fora” desestabilize “aqueles de dentro”. Mary del Priore, intencionalmente ou não, afirmava que havia a “História”, enquanto outras práticas historiográficas se tratavam de qualquer outra coisa, de qualquer *outro* que estava sendo importado para o território da História. Defendendo (um)a História, Priore parecia ajudar a construir um *nós* que estava sendo

mobilizado na sua própria instituição também naquela década de 1990: “a escola uspiana de história”.⁵⁷⁵ Essa construção da memória uspiana naqueles anos, do qual o artigo “A escola uspiana de história” faz parte,⁵⁷⁶ parece ter trazido para o texto de Priore a sensação de continuidade, coerência e identificação entre os franceses que aportaram na USP ainda nos anos 1930 e sua própria forma de se fazer História das Mulheres.

A sensação, ao se ler “História das mulheres: as vozes do silêncio” ao lado de “A escola uspiana de História”, é que, depois dos “formadores franceses”, que introduziram “a preocupação com a orientação metodológica e com o rigor da análise documental” e iniciaram “uma relação com temas da historiografia francesa, especialmente a dos *Annales*, vanguarda na época”; depois da “primeira geração” formada entre “1951 e 1973”, na qual se encontram professores “responsáveis pela formação do maior número de doutores”, como Eurípedes Simões de Paula, Eduardo D’Oliveira França, Sérgio Buarque de Holanda, momento em que, “do ponto de vista metodológico, a influência dos *Annales* persistiu”; chegando à “segunda geração”, pós-instalação dos atuais programas de pós-graduação, com “professores da geração dos formadores” ainda “orientando teses e desenvolvendo pesquisas, ao lado de seus orientandos (1ª geração) e dos orientandos destes (2ª geração)”⁵⁷⁷ haveria ainda “herdeiros” dessa “escola uspiana de história” praticando “História das Mulheres” nos anos 1980 e 1990. Não há, deste ponto de vista, qualquer espanto em perceber que Priore coloca as outras formas de se praticar História e História das Mulheres diferentes daquelas praticadas nos modelos franceses como “práticas importadas”. Tais práticas, vindas dos estudos literários ou dos EUA, só poderiam mesmo se tratar de “outras” coisas, diferentes e perigosas ao fazer historiográfico com o qual Priore identifica a si mesma e a História da Mulher no Brasil. Não se espanta, da mesma forma, que, em um texto inundado com referências francesas, Priore não as considere como “produtos de importação”. Para Priore, sua relação com a historiografia francesa não parecia ser um exercício de importação porque parecia ser apenas uma continuidade entre os “pioneiros” franceses e os “herdeiros uspianos”.

Por fim, além de reafirmar a USP e sua “escola francesa de história” como os modelos de História das Mulheres, aliado ao seu exercício de separação dos campos de História das Mulheres e de História do Gênero – exercício através do qual, apoiada em Pomata, defendia se tratar de campos diferentes –, Priore não relacionava qualquer obra ou qualquer historiadora brasileira que haveria praticado História do Gênero. Mais flagrante que isso, todas as obras e

⁵⁷⁵ CAPELATO, FERLINI, GLEZER, 1994.

⁵⁷⁶ Sobre tal construção, ver FREIRE, 2017 e SANTOS, 2020.

⁵⁷⁷ CAPELATO, FERLINI, GLEZER, Op. Cit.

historiadoras, seja das “pioneiras” ou dos “herdeiros”; seja da USP, da PUC/SP, da FCC ou da Unicamp; seja Nizza da Silva, Marcílio, Samara, Rago, Pedro, Priore etc.; todas elas, estavam vinculadas à História das Mulheres. Nenhuma obra ou historiadora brasileira foi vinculada ao campo de História do Gênero em seu balanço. Nem mesmo Pedro, Rago, Matos e Samara que já se nomeavam em outros balanços como praticantes da área de História das Relações de Gênero, quaisquer que fossem as especificidades que cada uma dessas historiadoras atribuísem a tal área. Parecia não haver, para Priore, qualquer pesquisa histórica no Brasil que tivesse praticando a História que não fosse a das mulheres, aquela História das mulheres que ela aprendera na “escola uspiana de história” e nas suas viagens à França.

2.3 Considerações finais

Preocupadas em delimitar, já na segunda metade dos anos 1990, o campo de estudo da História das Mulheres e das Relações de Gênero no Brasil, quatro historiadoras e suas reflexões se fizeram presentes neste capítulo: Eni de Mesquita Samara, Maria Izilda Matos, Rachel Soihet e Mary del Priore. Empenhadas em se visibilizar e defender as suas próprias formas de se praticar História das Mulheres e/ou do Gênero, tais historiadoras precisaram se relacionar com os enunciados já descritos no primeiro capítulo desta tese. Matos se reafirmava o enunciado de Rago; Samara atualizava o enunciado da História da Família; Soihet ajudava a construir o enunciado da História social das mulheres; e Priore, por fim, dedicava-se a reabilitar o enunciado proferido por Nizza da Silva, Samara e Leite.

Para além dessas maneiras de se relacionar com os enunciados, outras considerações mais amplas se fazem necessárias aqui. A primeira delas, e a mais evidente, é o debate acerca da categoria gênero. Seja na saída encontrada por Matos e Samara, em fazer coro ao uso da categoria, seja na saída elaborada por Soihet e Priore, na qual gênero não parecia ser o melhor caminho para a História das Mulheres, todas as quatro historiadoras tiveram que debater o conceito. Umas mais dedicadas a defini-lo, outras mais empenhadas em tecer suas críticas a ele.

Nesse debate sobre gênero, pareceu indispensável às brasileiras debater também a coletânea de Perrot e Duby, *História das mulheres no Ocidente*. Na verdade, as historiadoras brasileiras preferiram se ater às críticas já elaboradas por outros historiadores e historiadoras, como no caso de Maria Odila Dias, Roger Chartier, mas, especialmente, de Gianna Pomata. Esta historiadora, desde Michelle Perrot, passando pelas reflexões e balanços das brasileiras, foi evocada em diversas estratégias, em ambas as saídas encontradas por aqui para o campo da História das Mulheres.

Se gênero pudesse ser uma saída, as historiadoras aqui analisadas também forjaram maneiras de resolver a dicotomia entre a “história das mulheres vítimas” e a “história das mulheres heroicas”. Tal dicotomia, debatida pelos textos de Michelle Perrot e Mary del Priore, por exemplo, parecia estar resolvida em descrever, por meio da documentação, o que chamaram de “relações entre os sexos”, “diferença sexual” ou “relações homem-mulher”. A História das Mulheres tinha criado, segundo essas historiadoras, um imbróglia ao tematizar separadamente os fatos históricos acerca das mulheres e, para superá-lo, apostariam em tematizar tanto os fatos relativos às mulheres como aos homens, num jogo que seria explicado pela expressão “diferença sexual”, “relação entre sexos” etc. Nesse caso, o *gender*, fosse aquele “intraduzível” de Perrot, fosse aquele “importado” de Priore, não parecia configurar uma saída. Para Rachel Soihet, era preciso levar em consideração gênero, no entanto, sua aposta foi na História Social e na abordagem de espaços outros onde se pudessem visualizar as relações de poder e contrapoderes presentes no cotidiano e na existência concreta das mulheres. Já Eni Samara apostou na visualização teórica das relações entre os sexos por meio da categoria de gênero, assim como foi também a saída encontrada por Maria Izilda Matos.

Para além do rol de obras e autoras, o debate teórico, metodológico e conceitual se impunha às historiadoras que quisessem narrar a história da área. Participando de um cenário que parecia se impor à disciplina como um todo, decisivo para isso foi o texto de Maria Odila Dias, “Teoria e método dos estudos feministas”, publicado na primeira metade daqueles anos 1990. Sendo citado em todos os textos aqui analisados, bem como sua tese de livre-docência, o texto de Dias parecia ser paradigmático e indicador daquela inflexão narrada no primeiro capítulo da tese: da reflexão sobre o trabalho com documentos, ou da possibilidade dos documentos “ditarem” os novos temas para a História das Mulheres, há um corte operado por Dias que direciona os olhares ao trabalho teórico. Todas impelidas à reflexão teórica, nem sempre significou, como no próprio caso de Dias, a aceitação da categoria gênero. Se o debate teórico estava posto, até mesmo para as mais resistentes a eles,⁵⁷⁸ o conceito de gênero ainda

⁵⁷⁸ Na mesma entrevista de Priore já citada aqui, ela responde à pergunta sobre a concepção de História que teria norteado a *História das mulheres no Brasil* da seguinte maneira: “Mais uma vez, procuramos valorizar a documentação da qual se extraem as vozes femininas: processos-crime, livros de medicina, crônicas de viagem, cartas, testamentos, etc., tudo que a engenhosidade do historiador é capaz de utilizar, como dizia Febvre, “seu mel”. [...] A pergunta seria: porque não uma história de gênero? Procurei não interferir nos textos dos autores. Há entre eles os que trabalham com o conceito, como é o caso de Joana Maria Pedro e Raquel Soihet [sic] e outros para quem “Mulher” é objeto em si. Cá comigo, em minha humilde posição de historiadora do Brasil colonial, tenho receio de aplicar tal conceito às realidades com as quais trabalho.” Mais à frente, quando perguntada sobre a relação possível entre História das Mulheres e História de gênero e de que forma essa discussão apareceria em seus trabalhos, Priore respondia: “A discussão capaz de relacionar história das mulheres com história de gênero, simplesmente não aparece em meus livros. Jamais tive qualquer intenção de fazer epistemologia. O debate sobre se faço uma ou outra nasceu à minha revelia. Tampouco escrevi uma única

não era unanimidade em seu uso. O debate teórico e epistemológico estava se colocando desde os anos 1980 de maneira mais ampla na historiografia brasileira, como evidenciou Wagner Geminiano dos Santos.

Ao analisar debates entre historiadores de fins dos anos 1980 e início dos 1990, especialmente em textos de Ciro Flamarion Cardoso, Durval Muniz de Albuquerque Junior, Michel Zaidan Filho, Carlos Fico e Ronald Polito, Geminiano evidencia um movimento de reflexão teórica que

[...] aponta[va] para a emergência de um elemento relativamente novo no pensamento historiográfico produzido no país, qual seja: pensar a história da própria história no Brasil e lançar sobre ela um olhar crítico, avaliativo que buscava prescrever caminhos, normatizar modos de produção, delinear fronteiras e, sobretudo, definir teoricamente o que poderia ser nomeado de historiografia brasileira.⁵⁷⁹

Inseridas e preocupadas com seu próprio domínio de conhecimento histórico, as historiadoras das mulheres e/ou do gênero participavam desta cultura histórica que, desde os anos 1970, no exterior,⁵⁸⁰ e a partir dos anos 1980, aqui no Brasil,⁵⁸¹ buscava refletir sobre si mesma e suas práticas de produção historiográfica. Não só a reflexão desinteressada, mas, como acertadamente explicita Wagner Geminiano dos Santos, delinear fronteiras do que “poderia ser nomeado” de historiografia brasileira que, neste caso, era uma reflexão interessada em delimitar o que era a História das Mulheres e das Relações de Gênero no Brasil, seja aqui em sua chave de discussão teórica e epistemológica, ou na realização dos balanços historiográficos que, por diversas vezes, acompanhavam tais reflexões.

É o próprio Wagner Geminiano Santos que aponta que, a partir dos anos 1990, os balanços historiográficos se tornaram mais comuns na historiografia brasileira para caracterizar

linha sobre questões teóricas no tocante ao assunto. No longo capítulo sobre a história das mulheres que fiz para o livro *Historiografia brasileira em perspectiva*, me limitei a fazer um balanço, o mais abrangente possível sobre a questão historiográfica. Sobre a questão historiográfica, bem entendido! O sincero desinteresse pelo debate teórico trata-se, sem dúvida, de uma das muitas fragilidades do meu trabalho. Mas prefiro, francamente, permanecer fiel à historiografia francesa que, durante decênios, abandonou a reflexão epistemológica aos filósofos como Raymond Aron ou Paul Ricœur. Lucien Febvre dizia que o melhor é “que o historiador comece a fazer história”. PRIORE, Entrevista..., 2001, p. 18-19.

⁵⁷⁹ SANTOS, Op. Cit., p. 285. Ver também, especificamente no que concerne aos “efeitos” do debate em torno do giro-linguístico e nas reflexões sobre a escrita da história e a linguagem, Cf. CEZAR, Temístocles. *Hamlet Brasileiro: ensaio sobre giro linguístico e indeterminação historiográfica 1970-1980*. **História da Historiografia**, Ouro Preto, n. 17, p. 440-461, abr. 2015.

⁵⁸⁰ Sobre a questão historiográfica estar em voga naqueles anos, especialmente na França, cf. HARTOG, François. **Evidência da história**: o que os historiadores veem. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011; DELACROIX, DOSSE, GARCIA, 2012; bem como os textos já citados na introdução desta tese, em especial os de Michel de Certeau, Hayden White e Pierre Nora

⁵⁸¹ Ver, mais uma vez, SANTOS, 2020; FRANZINI; GONTIJO, 2004.

o estado da arte da disciplina histórica, sendo que “quase todos eles vão estar carregados de um forte caráter normativo, senão, prescritivo acerca do conhecimento histórico produzido até então ou como ele deveria ser praticado dali por diante”.⁵⁸² É necessário acrescentar às observações de Santos que, no que concerne à historiografia brasileira sobre mulheres e relações de gênero, os balanços historiográficos estariam aliados à reflexão teórica sobre o campo e sobre a própria disciplina, uma vez que, após Maria Odila Dias, os textos passaram a comportar as duas características. Mais que isso, característica própria do campo, seja pela delimitação de um objeto – as mulheres – que colocava em xeque as narrativas sobre a História ou pela discussão conceitual – a categoria gênero –, o campo parece ter emergido junto com a necessidade de estar sempre se justificando e/ou discutindo historiográfica e epistemologicamente a sua existência.

Em relação aos róis de obras e de autoras, algumas características dos textos analisados aqui merecem atenção. Em primeiro lugar, os nomes e obras dos anos de 1987 e 1995 começam a se repetir em diferentes textos, de diferentes autoras, relacionando-se com enunciados diferentes, além daqueles mais recentes que passam a ser acrescentados. Tal prática não se difere muito daqueles textos analisados no primeiro capítulo da tese, mas um deslocamento parece elementar: ainda que presa a uma bibliografia bastante uspiana, Maria Izilda Matos acomoda as obras celebradas no enunciado da Família e da Demografia histórica no enunciado emitido por Margareth Rago, fazendo tais obras terem uma origem diferente, a historiografia do trabalho praticada especialmente pelas cientistas sociais.

A tentativa de deslocar geograficamente a área também mostra seus esforços, especialmente no balanço realizado por Rachel Soihet. Resposta a este esforço da historiadora fluminense, bem como à atualização do enunciado feita por Eni de Mesquita Samara, parece ter sido o balanço de Mary de Priore, que reabilitou nomes já consagrados da História da Família e da Demografia histórica. Nesse difícil jogo engendrado pelos balanços, torna-se evidente o peso que a USP ainda possuía até 1998. Talvez por todas as historiadoras analisadas neste capítulo terem tido, ao menos em parte, sua formação na USP, a instituição paulista ainda informava diversas das características que foram evidenciadas pelas autoras dos balanços. Exemplo notório disso é o caso dos dois textos de Rachel Soihet que, na tentativa de visibilizar a si mesma e a sua instituição – a UFF – na construção da memória disciplinar do campo e dos seus cânones, retornava sempre à USP, na figura de Dias e o seu *Quotidiano e poder*. Exercício muito parecido ao que Joana Maria Pedro realizou em 1994.

⁵⁸² SANTOS, 2020, p. 267.

Por fim, cabe destacar que, aliada à lista de autoras e obras – que, como se pretendeu deixar claro, não se tratavam apenas de listas – estava também uma espécie de tentativa de apresentar e dar a ler seus próprios trabalhos. Característica esta que parecia ter sido inaugurada por Margareth Rago em “As mulheres na historiografia brasileira”, de 1995. Desde lá, com exceção de Maria Izilda Matos, reflexões teóricas e/ou róis de obras vinham acompanhados de uma espécie de resumo das publicações de tais autoras. Foi assim em 1995, quando Rago apresentou sua pesquisa de doutorado; em 1997, momento em que Samara expõe suas pesquisas acerca do marianismo na América Latina e que Soihet demonstra como *Condição feminina e formas de violência* se relacionava com diversos temas; até mesmo com Mary del Priore, que em 1998 dá a ler *História das mulheres no Brasil* e seus capítulos como representativos do “estágio atual do campo”. Não só criar lugares para suas próprias abordagens, temas de pesquisas, obras, instituições e redes; mas criar um espaço, dentro de seus textos e da malha discursiva sobre a historiografia brasileira, que mostrasse, indicasse, resumisse, enfim, desse a ler as contribuições delas próprias. Numa disciplina ainda marcada pela canonização de nomes masculinos, dar espessura temporal e geográfica às suas próprias obras e às áreas que praticavam – as mulheres, o gênero, a família, o cotidiano – parecia ser uma estratégia constante das historiadoras que foram tratadas aqui.

A segunda metade da década de 1990, longe de pacificar as disputas pelas memórias disciplinares do campo e pelos seus cânones, estava ainda debatendo, reafirmando, acomodando, atualizando e reabilitando os enunciados que se empilhavam desde 1987 nesses textos analisados nesses dois capítulos. Gênero, que ainda não conseguiria tornar unificadas essas questões, demandas e disputas, apresentava duas saídas: uma pela sua incorporação, representada aqui por Maria Izilda Matos e por Eni de Mesquita Samara; outra pela seu preterimento, informada aqui por Rachel Soihet e Mary del Priore. Seria só nos próximos anos, analisados nos capítulos seguintes desta tese, que gênero despontaria como conceito privilegiado nessas narrativas, ao mesmo tempo que o enunciado da História da Família e da Demografia histórica perderá suas forças, suas defensoras e suas formas de atualização e reabilitação. Nem por isso, o campo estará livre de travar suas batalhas por legitimação e por espaços institucionais.

CAPÍTULO 3

Trajetórias e gerações, um (novo) lugar e uma tradução: outras formas e tempos para as memórias disciplinares (1998-2004)

Este capítulo se dedica a descrever como o campo História das Mulheres e das Relações de Gênero veio a se constituir no interior dos enunciados que estão sendo analisados nesta tese entre os anos de 1998 e 2004. Convivendo sob a disputa de dois enunciados que não conseguem se impor hegemonicamente, os textos aqui analisados se dedicaram, entre outras coisas, a minimizar ainda mais os efeitos do enunciado da História da Família e da Demografia histórica, no momento em que a área sofre mudanças na virada dos anos 1990 para os anos 2000.

Depois da emergência dos enunciados narrada no primeiro capítulo e da relação que tais enunciados estabeleceram com a categoria gênero descrita no segundo capítulo, agora, este capítulo se debruçará sobre alguns textos publicados entre 1998 e 2004, período que parece se tornar um tanto mais raro a prática do balanço historiográfico – ao menos daquela forma mais clássica, na qual obras e nomes tomam a cena – para narrar a trajetória do campo. Momento no qual o campo iria chegar ao número de 397 dissertações e teses (doutorado e livre-docência), acompanhado pela expansão dos programas de pós-graduação em História que, finalmente, chegavam aos cinco cantos do país. A região norte, última a implantar um programa na área, teve o primeiro dele iniciado em 2004, na UFPA.⁵⁸³ Essa expansão parecerá decisiva para inclusão, ainda que tímida, de todas as regiões do Brasil naquela geografia que as memórias disciplinares vinham desenhando.

A área de História das Mulheres e das Relações de Gênero que se expandia junto às universidades e pós-graduações de forma mais ampla também experimentará outra relação com a Associação Nacional de História, a ANPUH. A partir do ano 2000, a associação passou a

⁵⁸³ Entre 1999 e 2004 foram abertos doze novos programas de pós-graduação em História no Brasil. Cinco deles no sudeste: no Rio de Janeiro a FIOCRUZ abria suas turmas de mestrado e doutorado (2001) e a UFRJ ganhava o mestrado em História Comparada (2002), que vinha a se juntar ao seu já existente PPG em História Social; já o Espírito Santo iniciava o mestrado na UFES (2003) e Minas Gerais na UFU (1999) e na UFJF (2004). O nordeste aparece em seguida com três novos programas, com a abertura dos cursos de mestrado no Ceará (UFC, 2000), no Piauí (UFPI, 2004) e no Rio Grande do Norte (UFRN, 2004). O sul do país abria mais dois mestrados, um no Rio Grande do Sul e outro no Paraná, sediados, respectivamente, na UPF (1999) e na UEM (2004). Por fim, o centro-oeste e o norte abriam um mestrado cada um, sendo o primeiro no Mato Grosso do Sul (UFGD) e o segundo no Pará, com o já citado PPG da UFPA (2004). A esses doze novos programas, vinham se juntar seis cursos de doutorado iniciados em instituições que já possuíam seus PPG em História. No ano de 2000, o Brasil ganhou três novos doutorados em História: na Unisinos (RS), na Unesp/Franca (SP) e na UFMG (MG). Em 2002, a UFBA (BA) abria suas portas para alunos de doutorado; em 2003, a UFG (GO); e, em 2004, a UERJ (RJ). Cf. CAPES - PLATAFORMA SUCUPIRA. **Cursos avaliados e reconhecidos**. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativoIes.jsf?areaAvaliacao=40&areaConhecimento=70500002>. Acesso em 28 nov. 2022, às 19h17min.

estimular a criação de Grupos de Trabalho em escala nacional, reunindo coletivos de historiadores que já se apresentavam espalhados pelo país.⁵⁸⁴ O GT Estudos de Gênero da ANPUH/Nacional é também fundado nesse período, junto a outros como o GT Mundos do Trabalho, o de História Cultural e o de História da Saúde e das Doenças. A criação do GT de Estudos de Gênero, realizada durante XXI Simpósio Nacional de História, ocorrido na UFF, em 2001, contou com a articulação de historiadoras do Rio de Janeiro, como Rachel Soihet e Suely Gomes da Costa, ambas professoras da UFF; de São Paulo, Lúcia Maria Vianna Possas, da Unesp/Marília; e de Santa Catarina, Janine Gomes da Silva, à época doutoranda da UFSC sob orientação de Joana Maria Pedro e professora da UNIVILLE (SC), representando sua orientadora, que se encontrava em viagem de estudos na França.⁵⁸⁵

Os primeiros Grupos de Trabalho Regionais de Estudos de Gênero foram criados quase que ao mesmo tempo que o GT Nacional, por se tratar de uma das exigências do regimento interno da associação.⁵⁸⁶ São Paulo, Rio de Janeiro e Santa Catarina foram os primeiros estados a criarem as congêneres regionais, entre 2000 e 2002, e, até 2004, somente a seção do Rio Grande do Sul havia sido fundada.⁵⁸⁷ Ainda que houvesse a participação de pesquisadoras lotadas em diversos estados e instituições do país,⁵⁸⁸ nos primeiros anos do GT Nacional de

⁵⁸⁴ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA. **Grupos de trabalho**. Disponível em: <https://anpuh.org.br/index.php/quem-somos/grupos-de-trabalho/atividades>. Acesso em 6 jul. 2022, às 11h41min. Informações colhidas do GT de História Cultural. As informações disponibilizadas no site oficial da ANPUH/Nacional são um tanto escassas. Também não é fácil o acesso a atas e documentos importantes para pensar a associação e seus GTs, já que não estão disponibilizados em sua totalidade ou de maneira padronizada, cabendo aos próprios GTs organizarem e publicarem as informações e decidir de que maneira torná-las públicas.

⁵⁸⁵ POSSAS, Lúcia Maria Vianna. GT Estudos de Gênero/ANPUH: uma trajetória. Fato, acontecimento e memórias (2001- 2014). **História Revista**, Goiânia, v. 19, n. 2, p. 7–26, 2014. DOI: 10.5216/hr.v19i2.33369. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/historia/article/view/33369>. Acesso em: 19 junho. 2017.

⁵⁸⁶ No regimento interno atual, disponibilizado pelo site da ANPUH, é informado que “Os GTs deverão, necessariamente, se organizar no interior de pelo menos 2 (duas) Sessões Estaduais [...]”. Contudo, segundo Possas, a Assembleia Geral e os Estatutos da ANPUH/Nacional à época – sob Gestão de Edgar de Decca – exigiam “representação de no mínimo 3 núcleos regionais”. Cf. ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA. **Regimento Interno**. Disponível em: <https://anpuh.org.br/index.php/documentos/regimento-interno>. Acesso em 30 nov. 2022, às 22h55min; POSSAS, Op. Cit., p. 13.

⁵⁸⁷ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA. **GT Estudos de Gênero**. Disponível em: <https://anpuh.org.br/index.php/quem-somos/grupos-de-trabalho/atividades/item/296-gt-estudos-de-genero>. Acesso em 19 nov. 2022, às 12h40min.

⁵⁸⁸ Por exemplo, Lúcia Possas reúne alguns nomes que participaram da reunião geral do GT no XXII Simpósio Nacional de História, ocorrido em João Pessoa, na Paraíba, entre 27 de julho e 1 de agosto de 2003. Estiveram presentes, além da própria Possas, Joana Maria Pedro e Cristina Scheibe Wolff, ambas da UFSC; Janine Gomes da Silva, que em 2003 lecionava na UNIVILLE, em Santa Catarina; Diva do Couto Fontez Nunes, professora da UnB; Sonia Bressan Vieira, da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI – RS); Conceição Maria Rocha de Almeida, docente da UFPA; Marilda Corrêa Cirinelle, Neusa Fernandes e Gisele Oliveira Agnes Barbosa, todas ligadas ao IHGB, sendo as primeiras também vinculadas à UFRJ e, a terceira, à Universidade Severino Sombra; Marlene Fáveri, à época docente da UDESC e da UNIVALI, universidades catarinenses; Alice Metika Koshiyama, professora da ECA/USP; Fábio Henrique Lopes, em 2013 ligado à FAFICA (SP); Rachel Soihet, Suely Gomes da Costa e Adriana Facina, todas vinculadas à UFF; Raquel Mônica Araújo Oliveira e Sandra Ney Dantas de Lacerda, pertencentes à UEPB. Apesar da

Estudos de Gênero, São Paulo e Santa Catarina pareciam hegemonizar algumas de suas formas de discussão, levando suas reuniões gerais não apenas para os Seminários Nacionais de História, mas para os Encontros Regionais da ANPUH em Santa Catarina (2004) e em São Paulo (2006) e para o Seminário Internacional Fazendo Gênero, realizado na UFSC (2008 e 2010), enquanto o Rio de Janeiro hegemonizou a coordenação geral com Rachel Soihet entre 2001 e 2007.⁵⁸⁹

A tematização do GT de Estudos de Gênero da ANPUH/Nacional será importante para a compreensão de como um dos enunciados aqui analisados mobiliza a história recente da área, envolvidos o próprio GT e algumas de suas pesquisadoras, para a construção de uma memória disciplinar e para a definição de determinados cânones, temas e abordagens. É também por meio da articulação de historiadoras em torno do referido GT que tal memória disciplinar ganhará espaço junto à ANPUH/Nacional, publicando em sua revista e tendo lugar de destaque em seus simpósios, ajudando a definir, com isso, uma determinada forma de reconhecimento da área perante uma comunidade que se pretendia representar seus associados em nível nacional. Estas questões serão melhor abordadas no quarto capítulo.

Para além das transformações e novidades do lado das articulações intelectuais que emergiam na virada do milênio, é importante sublinhar dois aspectos do lado dos textos analisados aqui, publicados entre os anos de 1998 e 2004. O primeiro é que eles tomaram formas mais diversas do que os clássicos róis de autoras e obras e/ou reflexões teóricas e conceituais. De um período em que emergiam os enunciados (1987-1995) e que se discutia a proposição conceitual (1996-1998) especialmente por meio de balanços historiográficos, passa-se a um momento de escassez deste tipo de texto para narrar o passado da área. Nos anos analisados neste capítulo, chamam a atenção dois tipos de textos que emergem: dois deles levam características de depoimentos e outros dois de análise historiográfica do campo.⁵⁹⁰

predominância de professoras ligadas às instituições cariocas e catarinenses, fica patente a diversidade institucional e regional das participantes, vindas das 5 regiões do país e de estados que ainda nem contavam com uma articulação regional do GT de Estudos de Gênero. As informações sugerem um contraste entre os estados que homogeneizavam as reuniões gerais e a coordenação e as participantes de suas reuniões. Infelizmente, não foi possível ter acesso a dados que apontassem para a participação nas reuniões gerais dos anos seguintes. Cf. POSSAS, 2015.

⁵⁸⁹ GT DE ESTUDOS DE GÊNERO ANPUH/NACIONAL. **Histórico**. Disponível em: <https://gtgenero.paginas.ufsc.br/>. Acesso em 22 fev. 2021.

⁵⁹⁰ Há ainda dois capítulos de livro publicados nesse período que, em vez de utilizar de suas páginas para compor os róis de obras e autoras, optam pela reflexão teórico-conceitual em detrimento da realização de um balanço. Tais textos, publicados por Margareth Rago, em 1998, e por Suely Gomes Costa, em 2003, não serão analisados aqui, pois acredita-se que outras reflexões das duas historiadoras já contemplam, de uma forma ou de outra, as discussões que realizaram neles. Cf. RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana M; GROSSI, Miriam (Org.). **Masculino, feminino, plural**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998; COSTA, Suely. Gênero e história. In: ABREU, Martha; SCOIHET, Rachel. (Org.) **Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia**. 2 ed. Rio de Janeiro: Cada da Palavra, 2003.

O segundo ponto a ser destacado estaria do lado do conteúdo apresentado nesses textos: os enfoques nas trajetórias individuais ou de instituições/lugares específicos de sociabilização do saber histórico e o estudo das “gerações” apontam para outras maneiras de narrar a história da área, não necessariamente atrelada a instituições universitárias e/ou a obras. Caminho que, como se pretende demonstrar, tornou mais alicerçadas algumas narrativas sobre o campo, dando força aos cânones que pretendiam impor à área, às matrizes teórico-conceituais com as quais lidavam, bem como apontou outras formas e lugares para apoiar as memórias disciplinares do campo.

Dividido em quatro seções, o capítulo se dedica à análise de três fontes na primeira delas, buscando apontar a emergência de outros tipos de textos e suas relações com os enunciados descritos anteriormente; a segunda seção se debruça sobre um texto apenas e sua contribuição para o rearranjo de obras, nomes e trajetórias nos enunciados que estão se atualizando naqueles anos sob o signo das “gerações”; a terceira seção aposta na análise de dois textos que destacam a atuação do GT de Estudos de Gênero da ANPUH/Nacional e a relação dela com outras historiadoras não lotadas em departamentos de São Paulo ou Santa Catarina, ao mesmo tempo em que conseguem adaptar discussões internacionais aos seus referidos enunciados; e, por fim, a última seção traz algumas considerações acerca do que foi analisado no capítulo.

3.1 Dois “depoimentos” e uma tese: outros caminhos das memórias disciplinares

Quando Karla Bessa⁵⁹¹ defendeu sua tese de doutorado, no ano de 2000, sob orientação de Stella Bresciani no PPG de História da Unicamp, boa parte dos textos analisados até aqui já havia sido publicada. No entanto, Bessa alertava:

[...] em 1995, Michelle Perrot chamava a atenção para a necessidade de um olhar crítico sobre a produção elaborada nestes últimos vinte anos, bem como evidenciava a consolidação do campo de pesquisas sobre Mulher; em 1996, quando iniciei esta pesquisa, havia no Brasil pouquíssimos trabalhos

⁵⁹¹ Graduada em História pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), em 1990, Karla Adriana Martins Bessa defendeu a dissertação *Jogos de Sedução: práticas amorosas e práticas jurídicas. Ubêrlândia, 1950-1970* na Unicamp, com orientação de Maria Stella Bresciani, em 1994. Em 2000, ainda na Unicamp e sob orientação de Bresciani, Bessa se tornou doutora defendendo a tese *(Entre)cruzando histórias: gênero e historiografia brasileira (1961-1996)*. Entre 1994 e 2011 foi professora na graduação e na pós-graduação em História da UFU. Em 2008, ingressou no quadro de pesquisadoras Núcleo de Estudo de Gênero Pagu – Unicamp. Na mesma Unicamp, orienta pesquisas no mestrado em Multimeios e no doutorado em Ciências Sociais. Atualmente, junto a Núcleo de Estudos de Gênero Pagu – Unicamp, tem se dedicado à pesquisa do feminismo, história do cinema, estudos fílmicos, história política, estudos de gênero, sexualidade e *teoria queer*. Cf. BESSA, Karla Adriana Martins. **Currículo do sistema de currículos Lattes**. Brasília, 9 abr. 2020. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/3818957885297532>. Acesso em: 12 abr. 2020, às 20h05min.

discutindo historiografia e gênero. Quase três anos depois, vários textos foram pipocando em Revistas, livros e Anais de encontros historiográficos. No entanto, aparentemente, a porta que se abriu é de pedra, tal a lentidão e dificuldade de aprofundar as discussões, às vezes consideradas metafísicas e abstratas (ou seja, atributos que vêm desqualificar o mérito mesmo da reflexão). Apesar de ser um campo de pesquisas não apenas controverso e muitas vezes “marginal” – como já foi enfatizado por meio das historiadoras da mulher e de gênero, acima mencionadas [Michelle Perrot, Maria Izilda Matos, Rachel Soihet e Mary del Priore] – seria ingênuo, a esta altura, desconsiderar que uma das reflexões proporcionadas pelos estudos de gênero é justamente a compreensão da estreita relação entre narrativa histórica e a própria história, ou seja, a necessidade de revermos também o nosso próprio discurso na medida em que ele também é uma prática (a autoridade da explicação científica) cujos efeitos interferem nas lutas simbólicas, principalmente na produção de identidades (nação, classe, raça, gênero, etc...).⁵⁹²

Karla Bessa expunha, então, uma das razões para se aventurar a pesquisar a relação entre o campo específico dos estudos de gênero e a historiografia brasileira, qual seja, a necessidade de se olhar criticamente para as discussões que se produziam aqui no Brasil, informando a importância que tais discussões teriam para agregar uma reflexão mais ampla sobre a própria escrita da história e diagnosticando o “boom” de textos de reflexão teórico-conceitual naqueles últimos – algo também atestado aqui pelos embates promovidos entre historiadoras que foram analisados no último capítulo.

Também como justificativa para seu tema de pesquisa, Bessa se referia à diferença entre a relação que ela mesma havia estabelecido “com este campo de estudos” e da maior parte das historiadoras com as quais dialogava em seu doutorado. Dessa “distância” entre ela própria e as historiadoras do gênero e das mulheres, Bessa inferia duas coisas: “primeiro, o lugar acadêmico em que realizei a minha formação em história, uma universidade do interior de Minas Gerais (Uberlândia)” que, segundo ela, estaria fora do eixo Rio-São Paulo, “referências da produção historiográfica para o país”; em segundo lugar, tal “distância” também era caracterizada por Bessa ter concluído sua graduação no ano de 1991, estando “já imersa neste ‘novo’ cenário da historiografia brasileira sem ter vivenciado o processo de mutação que as autoras descrevem enquanto um movimento interno, ou seja, experimentado por elas”. Esses dois fatores, segundo ainda o relato de Bessa, poderiam ter tido o poder de colocar as questões que ela escolheu responder em sua tese:

Talvez isto explique ainda a necessidade de colocar como indagação, e não como afirmação o perfil da historiografia produzida no Brasil dos anos 60 e 70, e mesmo os anos 80, a fim de entender quais as transformações e em que

⁵⁹² BESSA, 2000, p. 115-116.

sentido se pode pensar as tensões entre historiografia e gênero e a perspectiva de uma História das Mulheres.⁵⁹³

O depoimento de Bessa, que a colocava na dupla função de pesquisadora e de experimentadora de tais questões, tentava expor e justificar seus caminhos, mas também buscava oferecer uma maneira de suspender a historiografia da qual participara⁵⁹⁴ e, a partir disso, refletir sobre ela. Talvez por estar envolvida nesses processos de “pesquisa-experiência” do campo é que, em 1998, Bessa organizou o número 11 dos *Cadernos Pagu*, que trazia um dossiê com 7 artigos, intitulado “Trajetórias do gênero, masculinidades...”, e uma seção de debates com 10 textos, que recebeu o nome de “Gênero, trajetórias, perspectivas”.⁵⁹⁵

Apresentando o volume que organizou, Karla Bessa afirmava que um dos objetivos de promover um debate no periódico sobre a categoria gênero era “resgatar parte das diferentes trajetórias pelas quais os estudos de gênero foram introduzidos e polemicamente utilizados em diferentes áreas de conhecimento”. O conjunto de textos que buscava tal objetivo fora recebido pela própria Bessa por meio de um convite que ela realizou por carta às autoras que publicaram no número. Ainda que “nem todas/os as/os convidadas/os puderam participar” – Bessa não expôs os nomes que declinaram da carta-convite –, a organizadora da seção julgava que “os textos publicados s[eriam] amplos e representativos”. Ressaltando a diversidade de vieses e temas debatidos pelas autoras, Bessa argumentava que “umas das significações especiais deste debate” seria a afirmação do caráter histórico e plural da categoria gênero.”⁵⁹⁶

A carta-convite, publicada no próprio número 11 dos *Cadernos Pagu*, trazia o rico campo de possibilidades aberto pelos estudos de gênero e provocava historiadoras, cientistas sociais e especialistas em literatura a contribuírem com a discussão “com pequenos artigos” que pudessem desenvolver “uma reflexão sobre suas pesquisas a partir de algumas questões sugeridas”.⁵⁹⁷ Expondo que até aqueles anos a categoria não tinha sido “um dado de antemão

⁵⁹³ BESSA, 2000, p. 116.

⁵⁹⁴ Karla Bessa já havia se dedicado a praticar a História das mulheres e do gênero em sua pesquisa de mestrado, defendida no ano de 1994, também na UNICAMP e, como sua tese, sob orientação de Stella Bresciani. Cf. BESSA, Karla Adriana Martins. **Jogos de sedução: práticas amorosas e práticas jurídicas**. Uberlândia, 1950-1970. Dissertação (Mestrado em História). 201 f. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Campinas, 1996.

⁵⁹⁵ CADERNOS PAGU. **Trajetórias do gênero, masculinidades...**, Campinas, n. 11, 1998.

⁵⁹⁶ BESSA, Karla Adriana Martins. Apresentação. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 11, 1998, p. 7-8.

⁵⁹⁷ Em resumo, as questões de referência sugeridas por Bessa às suas convidadas – que ficaram livres “para suscitar novas questões” ou para não responder àquelas colocadas por ela – eram as seguintes: informar contribuições e dificuldades na relação entre as pesquisas das autoras e o uso da categoria gênero; apresentar/comentar autores nacionais e estrangeiros mais próximos às suas perspectivas de trabalho com a noção de gênero; demonstrar se gênero seria categoria central na pesquisa das autoras ou se é “apenas” uma dentre outras categorias mobilizadas e qual a relação entre elas; levar em conta questões políticas que incidem sobre o trabalho acadêmico; esboçar perspectivas sobre o futuro dos estudos de gênero no Brasil, refletindo acerca de

aceito como unanimidade” – como se tentou tornar patente no capítulo 2 desta tese, em especial pela “saída” forjada por Mary del Priore e Rachel Soihet, textos com os quais Bessa trabalhou em sua própria tese – a historiadora reconhecia, porém, que “há uma década os estudos de gênero fazem parte do horizonte de pesquisas no Brasil”. Em consequência disso, Bessa julgava importante “avaliar a relevância deste recorte teórico-metodológico na prática de pesquisa”, convidando autoras que, “com uma argumentação sucinta”, pudessem “expor suas angústias e expectativas em relação aos rumos do pensamento feminista neste final dos anos 90 e sobre a utilização de gênero em suas respectivas pesquisas”.⁵⁹⁸

Apesar de não informar os critérios para o convite, no que tange às historiadoras, Bessa parece ter pensado naquelas que, às suas próprias maneiras, já haviam refletido teoricamente sobre os usos da categoria. Maria Izilda Matos, Rachel Soihet e Margareth Rago aparecem, nesta ordem, na seção de debates organizada pela historiadora que assistia de perto aos embates, possibilidades e as trajetórias da categoria na historiografia brasileira, seja pela prática historiográfica com estudos de gênero, seja pela pesquisa em História da Historiografia sobre o mesmo tema

De saída, uma conclusão já se apresenta: nenhuma historiadora comprometida com o enunciado da História da Família e da Demografia histórica escreve naquelas páginas editadas por Bessa. Se é impossível imaginar se foi por falta de convite ou por qualquer motivo que as tenha feito declinar dele, a certeza é que nenhuma daquelas historiadoras contribuiu para o debate da edição de 1998 dos *Cadernos Pagu*.

Em que pese também as colaborações das cientistas sociais e outras profissionais das humanidades, serão analisados apenas os textos de historiadoras que compuseram o debate, já que são o interesse principal desta tese. Por fim, antes da análise propriamente dita, cabe ainda explicitar que, diferentemente de *Uma questão de gênero*, empreendimento no qual as cientistas sociais reinaram quase que absolutas entre suas páginas, aqui as laudas foram mais bem distribuídas entre elas e as historiadoras.⁵⁹⁹ Já não era a primeira vez que historiadoras/es

possíveis incompatibilidades entre “necessidades políticas brasileiras e a utilização de um referencial não identitário”. Idem. Carta convite da organizadora. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 11, 1998a, p. 43-44.

⁵⁹⁸ BESSA, 1998, p. 43-44.

⁵⁹⁹ Publicaram na seção de debates as historiadoras Maria Izilda Matos (PUC/SP), Rachel Soihet (UFF), Margareth Rago (Unicamp); as cientistas sociais Mariza Corrêa, Maria Lygia Quartim De Moraes, Adriana Piscitelli e Rosely Gomes Costa, todas vinculadas à Unicamp e ao Núcleo de Estudos de Gênero PAGU; Cláudia de Lima Costa, professora de Teoria Literária da UFSC; e Lia Zanotta Machado, antropóloga da UnB. Corrêa e Piscitelli publicaram ainda na mesma seção uma entrevista com o antropólogo português Miguel Vale de Almeida, que visitava a UNICAMP naquele ano. Antecedendo a seção debate, fora publicada uma tradução de um texto de Judith Butler, “Contingent foundations: feminism and the question of ‘postmodernism’”, apresentado originalmente em 1990. Na tradução dos *Cadernos Pagu*, realizada por Pedro Maia Soares, o texto recebeu o título português de “Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do ‘pós-modernismo’”.

ocupavam espaço de destaque nas publicações do periódico unicampista. Tendo, assim como o *Caderno Espaço Feminino*, maiores lugares para historiadoras em seu conselho editorial, em seu grupo fundador e em suas páginas, *Cadernos Pagu* oportunizava a palavra às historiadoras em diversas oportunidades.⁶⁰⁰

O artigo de Maria Izilda Matos abriu o bloco dos textos de historiadoras no debate organizado por Bessa. “Estudos de gênero: percursos e possibilidades na historiografia contemporânea”⁶⁰¹ precedeu o artigo de Rachel Soihet e foi precedido pelas contribuições da antropóloga Mariza Corrêa (Unicamp) e pela psicóloga Sandra Azerêdo (UFMG), nesta ordem. Matos utilizou o espaço curto de cinco páginas que lhe foi concedido com as reflexões que já apresentara em “História das mulheres e gênero: usos e perspectivas” (1996) e “Outras histórias: as mulheres e estudos de gênero – percursos e possibilidades” (1997). Sintetizando bastante sua exposição, devido ao pouco espaço oferecido pelo debate, Matos não ofereceu um rol de obras da historiografia brasileira e acabou citando apenas alguns nomes internacionais, sem relacionar qualquer obra a eles. Do ponto de vista da estrutura textual, Matos também seguiu o mesmo modelo dos textos de 1996 e 1997, dividindo-o em tópicos e iniciando-o com uma pequena introdução, que é seguida pelos intertítulos “A produção historiográfica”, “Contribuições: método, categorias, fontes e temporalidades” e “Impasses e perspectivas”, ainda que não realizasse um balanço da produção historiográfica.

Butler já havia ocupado as páginas dos *Cadernos Pagu* em 1995, quando Karla Bessa publicou uma resenha de *Gender trouble* (1990). Cf. BESSA, Karla Adriana Martins. "Gender Trouble": outra perspectiva de compreensão do Gênero. **Cadernos Pagu**, n. 4, p. 261–267, 1995. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1771>.

⁶⁰⁰ Chama-se atenção especial aqui para o número 4, de 1995, intitulado justamente como “Fazendo história das mulheres”, nas quais historiadoras/es nacionais e internacionais refletiam sobre tal prática historiográfica. No mesmo número, como já citado anteriormente, tomou lugar as críticas e respostas à coletânea *História das Mulheres no Ocidente*, nomeadamente o comentário crítico de Roger Chartier e o texto de Michelle Perrot já também trabalhado aqui. Sheila Schvarzman contribuiu para o número com uma entrevista de Perrot; a participação dos estrangeiros, para além de Perrot e Chartier, foi marcada pela historiadora Barbara Weinstein e pelos sociólogos Alejandro Cervantes Carson e Sonia Dayan-Herzbrun; já as historiadoras brasileiras que publicaram no número foram Mary del Priore, Maria Beatriz Nizza da Silva, Maria Izilda Matos e Maria Bernadete Ramos Flores. Havia, ainda, uma seção de documentos – prática interessante realizada pelo periódico em seus primeiros anos – em que Carla Bassanezi Pinsky, Leslye Bombonato Ursini e Isabel Andrade Marson apresentavam fontes para a pesquisa histórica sobre mulheres. Por fim, o número se encerra com a resenha de *Gender trouble* realizada por Bessa e já mencionada acima. Cf. CADERNOS PAGU. **Fazendo história das mulheres**. Campinas, n. 5, 1995. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/issue/view/188>. Acesso em 02 set. 2020, às 19h11min. Para um breve levantamento das características da fundação e da publicação do periódico *Cadernos Pagu* nos anos 1990, bem como das revistas *Caderno Espaço Feminino* e *Estudos Feministas*, ver INÁCIO, 2020.

⁶⁰¹ MATOS, Maria Izilda. Estudos De gênero: percursos e possibilidades na historiografia contemporânea. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 1998, p.67-75. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634463/2387>. Acesso em 04 abr. 2020, às 10h39min.

Levando em consideração as ideias expostas no artigo, percebe-se que a historiadora da PUC/SP voltou a reafirmar o percurso pelo qual os estudos de gênero haviam passado: o tema das mulheres teria emergido nos anos 1970, com objetivos de restituir sua história, priorizando o “tema do trabalho feminino”; passado pela década de 1980 quando “poderes e lutas femininas foram recuperados, mitos examinados e estereótipos repensados” pela historiografia que teria procurado “recuperar a atuação das mulheres no processo histórico como sujeitos ativos” e, por fim, para lidar com as críticas a essas maneiras de se praticar história das mulheres nos anos 70 e 80, bem como com as tensões e transformações dos feminismos, “é que surge o gênero como categoria de análise histórica, convergindo com tendências historiográficas emergentes” tais como a História Cultural.⁶⁰² O enunciado emitido por Margareth Rago entre 1994 e 1995, replicado por Matos em 1996 e 1997, continuava, então, a ressoar nas palavras da historiadora da PUC/SP em 1998.

Como o artigo de Matos optou por reafirmar o que a historiadora já havia refletido nos anos anteriores, esta tese passará, a partir de agora, a dar atenção aos textos de Rachel Soihet e de Margareth Rago. Não porque, essencialmente, os textos afirmam pontos novos nas narrativas das duas historiadoras e suas implicações na construção da memória disciplinar da área e no estabelecimento dos seus cânones. Muito mais pelo fato de Soihet e Rago adensarem – ainda mais – a importância de suas trajetórias para consolidação das discussões de gênero na historiografia brasileira e, adicionado a isso, porque investiram num outro tipo de texto que não aquele tradicionalmente utilizado pelas historiadoras dedicadas a narrar a trajetória do campo, o balanço historiográfico.

Após participar de três coletâneas no ano anterior – *Gênero em debate, Gênero e Ciências Humanas* e *Domínios da História* –, Soihet recebia em 1998 a carta-convite para refletir acerca da categoria gênero. E ela decidiu colaborar com o debate organizado por Bessa com o texto “História das mulheres e história de gênero: um depoimento”,⁶⁰³ que ficou elencado no debate entre os textos de Matos e de Rago. Em um texto sem seções ou subtítulos, a historiadora fluminense cria, em suas linhas espalhadas sobre seis páginas, um movimento para compreensão da História das Mulheres e a da História de Gênero que abarca sua própria relação com esse campo.

⁶⁰² MATOS, 1998, p. 67-68.

⁶⁰³ SOIHET, Rachel. História das mulheres e história de gênero: um depoimento. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 11, p. p.77-83, 1998. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634464/2388>. Acesso em 11 dez. 2019, às 17h49min.

Fazendo jus ao subtítulo do seu artigo, talvez tendo em mente a carta-convite e suas questões de referência, Soihet inicia o artigo com “um depoimento”: “Não à toa comecei a trabalhar com a história das mulheres na década de 1970.” A primeira frase do texto busca já dar a espessura temporal não só ao debate, mas a si própria. Inserindo-se nos anos 1970, a historiadora da UFF relembra “as grandes transformações da historiografia”, mudanças que levavam, naquele momento, “os grandes temas em que os donos do poder ocupavam o cenário” a dar lugar “a temáticas e grupos sociais até então excluídos do seu interesse”. Adicionada a este cenário, encontrava-se “a segunda vaga do feminismo” que se deu “a partir de fins dos anos 1960” e teria levado as “mulheres à condição de objeto e sujeito da história.”⁶⁰⁴

Imergindo a si mesma no cenário que construía, aliando feminismo e transformações na historiografia, Soihet recordava sua própria pesquisa de mestrado:

Toda essa atmosfera, sem dúvida, contribuiu para que eu me aventurasse, ainda, no começo daquela década, na abordagem do movimento liderado por Bertha Lutz, que teve como alvo o acesso das mulheres à cidadania no Brasil. A tarefa não era das mais fáceis, já que no seio da história preponderava o desinteresse, no tocante às desigualdades entre homens e mulheres, na abordagem das diversas questões. Única, naquele momento, a elaborar uma dissertação sobre esse objeto no Programa de pós-graduação em História da UFF, que então se iniciava, enfrentei uma série de problemas, dentre eles, o isolamento intelectual, as dificuldades de orientação e os subsequentes obstáculos quanto ao conhecimento da bibliografia mais recente sobre o assunto e do instrumental teórico metodológico a ser utilizado no tratamento da questão.⁶⁰⁵

Ressaltando sua solidão em ser a única a pesquisar tal tema em seu próprio PPG no início dos anos 1970, Soihet cita referências que a conduziram nesse momento árido para escrita da *História das Mulheres: O segundo sexo*, de Simone de Beauvoir, “obra pioneira [...] marco indiscutível para todos(as) que buscassem uma abordagem sobre as mulheres” e *A mulher na sociedade de classes*, de Heleieth Saffioti.⁶⁰⁶

Atualizando o cenário para a década de 1980, Soihet se insere novamente no momento em que “as manifestações individuais” de atuação feminina passam a ser valorizadas pelo “vulto assumido pela história social e, posteriormente, pela história cultural” e por obras de historiadoras como Michelle Perrot, Arlette Farge e Natalie Davis, as quais considerava as “pioneiras desse tipo de abordagem” no plano internacional, ao lado de *Quotidiano e poder*, de Maria Odila Dias, que teriam desmistificado ideais de submissão e passividade das mulheres.

⁶⁰⁴ SOIHET, 1998, p. 77.

⁶⁰⁵ Ibidem, loc. cit.

⁶⁰⁶ Ibidem, loc. cit.

É no cenário agora dos anos 1980, repleto dos nomes que já vinha saudando nos textos anteriores, realizados em forma de balanço historiográfico, que Soihet insere sua tese de doutorado:

Fascinada por tais estudos encaminhei-me por esta linha, buscando reconstruir, a partir de processos criminais, o cotidiano das mulheres pobres no Rio de Janeiro da virada do século. Voltei-me [durante o doutorado] para a análise do caráter multiforme da violência que incidia sobre essas mulheres e as ações que desenvolveram para fazer face às mazelas do sistema e/ou dos agentes de sua opressão.⁶⁰⁷

Se já havia participado daquele primeiro tempo, fazendo história em momento difícil com a ajuda de Saffioti e Beauvoir; agora, num segundo tempo, fazia outro tipo de História das Mulheres ao lado de Farge, Davis, Perrot e Dias. “Sabedora”, no entanto, “do avanço” que as discussões sobre gênero representavam, por terem se iniciado “a partir da década de 1970”, mesmo o Brasil e a História tendo recebido sua difusão tardiamente, a historiadora da UFF afirmava que outro desafio se apresentou à sua trajetória: aquele que exigia a incorporação das discussões de gênero à sua “pesquisa sobre a história das mulheres”. Rachel Soihet definia, em nota de rodapé, o “avanço que a desafiava”:

A ênfase no caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo, afastando o fantasma da naturalização; a precisão emprestada à idéia de assimetria e de hierarquia nas relações entre homens e mulheres, incorporando a dimensão das relações de poder; o relevo ao aspecto relacional entre as mulheres e os homens, ou seja, de que nenhuma compreensão de qualquer um dos dois poderia existir através de um estudo que os considerasse totalmente em separado, aspecto essencial para “descobrir a amplitude dos papéis sexuais e do simbolismo sexual nas várias sociedades e épocas, achar qual o seu sentido e como funcionavam para manter a ordem social e para mudá-la”, constituem-se em algumas dessas contribuições. Acresce-se a significação, emprestada por esses estudos, à articulação do gênero com a classe e a raça. Interesse indicativo não apenas do compromisso com a inclusão da fala dos oprimidos, como da convicção de que as desigualdades de poder se organizam, no mínimo, conforme estes três eixos.⁶⁰⁸

Atenta, essencialmente, à definição de gênero de Joan Scott, a professora da UFF, não destacava as contribuições que a historiadora estadunidense havia realizado em *Gender and the politics of history*. E, nesse sentido, continuava a relatar que “tomar ciência da pluralidade de concepções acerca da questão de gênero” constituir-se-ia no “passo inicial a fim de selecionar aquelas posições” com as quais ela mesma, Rachel Soihet, “mais se identificasse”.⁶⁰⁹ É neste

⁶⁰⁷ SOIHET, 1998, p. 77-78.

⁶⁰⁸ Ibidem, p. 78.

⁶⁰⁹ Ibidem, loc. cit.

momento do texto que Rachel Soihet volta a tematizar as discussões sobre a categoria gênero, de forma bastante parecida que já havia feito nos três textos publicados em 1997. A diferença é que, em 1998, no seu depoimento, ela mesma fazia parte de tais discussões, como uma personagem que, fazendo História das Mulheres desde os anos 1970, era “sabedora” da importância dos debates acerca da categoria gênero e sua pluralidade.

A partir daí, Rachel Soihet retoma suas contribuições passadas, apenas de forma mais enxuta tal como exigia a carta-convite de Karla Bessa. Expondo a pluralidade de concepções acerca da categoria gênero, Soihet apresenta Joan Scott, dando visibilidade à “polêmica decorrente” do debate com Louise de Tilly, bem como à leitura que Eleni Varikas realizou sobre tal debate. A tal proposta de Joan Scott e a tal debate, a historiadora carioca somava, mais uma vez, as contribuições de Maria Odila Dias em *Uma questão de gênero*, tematizando as concepções de Scott como fizera também em 1997.

Portanto, Rachel Soihet encaminhava, mais uma vez, seus leitores e suas leitoras para as “contribuições de outros historiadores [...] que recorrem a outras esferas, como o cotidiano” para poder desvendar a “atuação concreta das mulheres” que seria “difícilmente perceptível” na proposta de Joan Scott. Assim, volta a saudar Arlette Farge, Michelle Perrot, Edward Thompson, Roger Chartier, Michel de Certeau, Maria Odila Dias e ela própria, afastando-se, como fizera mais de uma vez em 1997, dos nomes de Joan Scott, de Michel Foucault e de Jacques Derrida.⁶¹⁰

Afirmando-se pioneira atenta às discussões da área desde os 1970, Soihet elabora um movimento em que sua própria trajetória acompanha o percurso trilhado pela área. Tendo como mote “um depoimento”, incitada também pelo convite de Karla Bessa, Soihet se sentiu à vontade para reafirmar o enunciado da História Social das Mulheres, enquanto dava à sua própria carreira e às suas próprias pesquisas espessura temporal suficiente para inscrever a si mesma na memória disciplinar de um campo que completava, segundo sua própria narrativa, quase 30 anos no momento de publicação do número 11 dos *Cadernos Pagu*.

Mas Rachel Soihet não foi a única historiadora que se valeu dessa mesma estratégia na seção de debates organizada por Karla Bessa. Margareth Rago, que publicou o artigo “Descobrimos historicamente o gênero”⁶¹¹ naquela mesma seção, também utilizou estratégia

⁶¹⁰ SOIHET, 1998, p. 80-83.

⁶¹¹ RAGO, Margareth. Descobrimos historicamente o gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 11, 1998, p.89-94. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634465/2389>. Acesso em 11 dez. 2019, às 17h39min.

parecida; todavia, criando outros cenários e tempos para inserir a si mesma na memória disciplinar do campo.

Escrito em seis páginas, o texto de Rago também não contou com divisões e intertítulos e foi alocado entre os artigos de Rachel Soihet e da socióloga Maria Lygia Quartim de Moraes, sendo o último texto de uma historiadora convidada a debater naquele número dos *Cadernos Pagu*. Mesmo sem levar o subtítulo de “depoimento”, como no caso de Soihet, o artigo da professora da Unicamp guarda similaridades com este tipo de gênero textual. De início, já se nota isso:

Em julho de 1990, logo após defender o doutorado com um trabalho sobre a história da prostituição no Brasil, participei de um encontro feminista em Nova York, onde ouvi, pela primeira vez, as discussões em torno das relações de gênero. Os *gender studies* já estavam a todo vapor naquele país e a controvérsia em torno da “história das mulheres”, ou do “estudo das relações de gênero”, parecia superada em favor do último. No Brasil, iniciamos em seguida – Adriana Piscitelli, Elisabeth Lobo, Mariza Corrêa e eu – um grupo de estudos do gênero, com o firme propósito de constituirmos futuramente um núcleo de pesquisa.⁶¹²

Relembrando sua própria trajetória, Rago iniciava seu texto expondo sua ida como recém-doutora até os Estados Unidos para ouvir se falar “pela primeira vez” dos *gender studies*. A viagem a teria feito retornar ao Brasil para criar aqui um grupo de estudos – o futuro Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, fundado em 1992 – e, talvez, também divulgar a “superação da História das Mulheres” em favor do “estudo das relações de gênero”. Reunida às colegas da Unicamp,⁶¹³ Rago anunciava o pioneirismo de sua empreitada. Depois de ouvir lá fora sobre *gender studies*, Rago lembrava em seu texto que também ouvira falar desses mesmos estudos aqui no país:

A ideia [de constituir um núcleo de pesquisa] foi reforçada pela participação no seminário “Uma Questão de Gênero”, realizado num hotel-fazenda próximo a Itu, em São Paulo. Aí reuniram-se intelectuais feministas de todo o país, algumas vindas do exterior, debatendo em altíssimo nível as novas propostas epistemológicas do feminismo. Heleieth Saffioti, Celi Pinto, Eva Blay, Maria Luiza Heilborn, Eleonora Menicucci de Oliveira, Albertina de

⁶¹² RAGO, 1998, p. 89.

⁶¹³ À época à qual Rago se refere em seu relato, Elisabeth Souza Lobo era socióloga e docente da USP desde 1982 e professora visitante do PPG em História da Unicamp desde 1989. Esteve vinculada às duas universidades até 1991, quando faleceu prematuramente aos 47 anos. Cf. HIRATA, Helena. Elisabeth Souza Lobo, 1943-1991. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, n. 31, p. 3-5, 1991. Disponível em: <http://anpocs.com/index.php/bib-pt/bib-31/419-elisabeth-souza-lobo-1943-1991/file>. Acesso em 10 mai. 2022, acesso 14h51min. Já Adriana Piscitelli, no mesmo período, preparava sua tese de doutorado em Ciências Sociais pela Unicamp, sob orientação de Mariza Corrêa. Cf. PISCITELLI, Adriana Gracia. **Currículo do sistema de currículos Lattes**. Brasília, 9 mai. 2022. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/6830890364021965>. Acesso em: 10 mai. 2022, às 15h11min.

Oliveira Costa, Cristina Bruschini, Elisabeth Lobo, Lia Zanotta, Lena Levinas eram algumas das brilhantes acadêmicas presentes.⁶¹⁴

O seminário a qual Rago se referia era, em realidade, o *Seminário Estudos sobre a mulher no Brasil: avaliação e perspectivas*, aquele organizado pela Fundação Carlos Chagas e financiado pela Fundação Ford, realizado em São Roque em novembro de 1990, o qual teve alguns de seus textos publicados na coletânea *Uma questão de gênero*. Mais do que o pioneirismo de ter “ouvido falar pela primeira vez” nos estudos de gênero nos EUA, Rago também se insere num cenário que antecipava as discussões ocorridas em São Roque com a reunião de “algumas acadêmicas brilhantes”, mesmo seminário em que se decidiu pela criação do periódico *Revista Estudos Feministas*. Dentre estas, faz eco o silêncio que Margareth Rago opera sobre um nome: o de Maria Odila Dias, única historiadora presente naquele seminário que publicou em *Uma questão de gênero*.

Inserindo-se a si mesma como personagem de protagonismo no relato que fazia, Margareth Rago afirmava não ter tardado a se criar o Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, que se dedicou a organizar “palestras, seminários, discussões” e criar um espaço no qual as acadêmicas da Unicamp fizeram “planos e mais planos” para pesquisar “assuntos ligados inicialmente à feminilidade e posteriormente à masculinidade”. Com a integração de outras pesquisadoras, nomeadamente Suely Kofes e Ana Maria Goldani – ambas cientistas sociais da Unicamp –, Rago continuava afirmando que tinham iniciado “a publicação de uma revista e, desde então, os *Cadernos Pagu* não te[riam] cessado de se difundir”.⁶¹⁵

Apesar de toda a empolgação na narrativa, a categoria gênero – lida como a “construção social e cultural das diferenças sexuais” – teria trazido “desconforto para todas nós pelo desconhecimento que a cercava.” Para a professora unicampista, estavam todas acostumadas, “principalmente as historiadoras e sociólogas, a lidar com conceitos acabados como classe, informados por todo um sistema de pensamento extremamente articulado”. Gênero, uma categoria que parecia caída do Norte “para nos explicar a nós mesmas” soava desconhecida e “meio solta”, segundo Rago. No entanto, a “perplexidade” teria sido “progressivamente vencida à medida em que” Rago e suas colegas unicampistas percebiam que gênero “era uma categoria relativamente recente nos países do Primeiro Mundo, sendo que, na França, muitas feministas se recusavam a incorporá-la”.⁶¹⁶

⁶¹⁴ RAGO, 1998, p. 89.

⁶¹⁵ Ibidem, loc. cit.

⁶¹⁶ Ibidem, loc. cit.

Da viagem aos Estados Unidos, passando pela criação do Núcleo e do Periódico *Pagu* e pela “perplexidade” em lidar com a nova categoria, o texto de Rago fazia de si e de suas colegas da Unicamp protagonistas no processo de recepção e divulgação da categoria gênero no Brasil. Todavia, ainda segundo Rago, elas puderam contar com uma ajuda de peso:

De qualquer maneira, tornou-se obrigatória a leitura da historiadora norte-americana Joan W. Scott, que felizmente já era respeitada nos meios acadêmicos masculinos por suas pesquisas anteriores na área de trabalho e movimentos sociais. Esse respaldo foi extremamente importante para referendar uma posição absolutamente nova e desafiadora em nossas instituições tão cristalizadas.⁶¹⁷

“Aos poucos”, então, com a ajuda das unicampistas e com o prestígio de Joan Scott, “o sucesso da categoria por todo o país” teria repercutido vigorosamente nas práticas dessas acadêmicas brasileiras, o que teria facilitado “a valorização do trabalho das intelectuais feministas, nem sempre bem-vistas, como sabemos”. Para Rago, o movimento que ela e suas colegas protagonizaram nos anos 1990, teria feito “a risadinha d[ar] espaço à curiosidade”, o que levou “os antropólogos, historiadores e sociólogos, e não apenas algumas intelectuais [...] a pensar na importância da sexualização do discurso historiográfico”. “O feminismo”, defendia a historiadora unicampista, teria, nesse movimento, saído “do gueto” e irradiado “fluidos mornos e positivos pela academia.”⁶¹⁸

É só neste momento, depois de narrar os acontecimentos da década de 1990 e sua participação neles ao lado das outras acadêmicas da Unicamp, é que Margareth Rago volta seu relato para o cenário dos anos 1970. Visibilizando antes o que defendia ser a sua própria contribuição e de sua instituição para a difusão da nova categoria, a historiadora unicampista se punha a falar de outros cenários:

É bem verdade que a entrada das mulheres nos círculos universitários já vinha produzindo uma certa feminização do espaço acadêmico e das formas da produção dos saberes [...] desde os anos setenta, as mulheres entravam maciçamente nas universidades e passavam a reivindicar seu lugar na História. Juntamente com elas, emergiam seus temas e problematizações, seu universo, suas inquietações, suas lógicas diferenciadas, seus olhares desconhecidos. Progressivamente, a cultura feminina ganhou visibilidade, tanto pela simples presença das mulheres nos corredores e nas salas de aula, como pela produção acadêmica que vinha à tona. Histórias da vida privada, da maternidade, do aborto, do amor, da prostituição, da infância e da família, das bruxas e loucas, das fazendeiras, empresárias, enfermeiras ou empregadas domésticas, fogões e panelas invadiram a sala e o campo de observação intelectual ampliou-se

⁶¹⁷ RAGO, 1998, p. 89-90.

⁶¹⁸ Ibidem, p. 90.

consideravelmente. O mundo acadêmico ganhava, assim, novos contornos e novas cores.⁶¹⁹

Num gesto semelhante ao de Rachel Soihet, Margareth Rago se incluía como protagonista na memória disciplinar da historiografia brasileira. Todavia, esse mesmo gesto, toma contornos diferentes na narrativa da professora da Unicamp. Não era essencial lembrar-se dos anos 1970, com os quais Rachel Soihet dava o pontapé em seu depoimento e destacava seu estudo sobre Bertha Lutz para, depois, narrar os acontecimentos dos decênios seguintes e as consequências de se levar gênero em consideração. Mas era, no relato de Margareth Rago, essencial introduzir primeiro “a ruptura” que ela própria teria operado, assim como já defendia nos textos de 1994 e 1995, para depois fazer menção ao que se fazia nos anos anteriores. Duas formas de narrar a história da categoria gênero no país, duas maneiras de situar historicamente o campo da História das Mulheres e das Relações de Gênero que permitiam o mesmo gesto: lembrar de si mesmas e de seus estudos como personagens de destaque e protagonismo nos cenários e tempos narrados. Oportunidade aberta, é preciso sublinhar, pela própria carta-convite da organizadora do debate, que sugeria relacionar a categoria gênero com as trajetórias intelectuais dessas autoras. Caminho escolhido por Rago e Soihet, mas que não foi escolhido por Maria Izilda Matos, por exemplo, que manteve o tom mais analítico e, menos, de depoimento.⁶²⁰

Depois dessa digressão em um parágrafo que relembra os anos 1970, Rago pôde voltar à sua narrativa sobre as décadas de 1980 e 1990:

Da história das mulheres passamos repentinamente a falar na categoria do gênero, entre as décadas de 1980 e 1990. Uma imensa literatura abriu-se, então, para nós: as pós-estruturalistas, com Derrida e Foucault à frente, dissolvendo os sujeitos e apontando para a *dimensão relacional* da nova categoria; as marxistas, procurando integrar rapidamente a nova categoria [gênero] em seu sistema de pensamento, sempre muito preocupadas em garantir o lugar outrora hegemônico e agora compartilhado do conceito de classe. Era como se nos dissessem: “tudo bem, pensaremos as relações sexuais, mas desde que respeitemos que a divisão social é mais importante do que a sexual.” As hierarquias eram, então, rapidamente repostas. E, finalmente, acenavam as psicólogas, com suas propostas e interpretações, mais ligadas às questões da maternidade e da crítica ao patriarcado.⁶²¹

⁶¹⁹ RAGO, 1998, p. 90.

⁶²⁰ Não se pretende com isso expressar que a análise de Matos seria “mais ou menos” correta que as de Soihet e Rago ou que, no relato destas duas, preponderasse a “subjetividade” do depoimento e no texto de Matos reinasse a “objetividade” da análise. Assinala-se, apenas, que tratam-se de escolhas e formas diferentes de se narrar a história do campo.

⁶²¹ RAGO, Op. Cit., loc.cit. Grifos no original.

Ao voltar a tematizar as duas últimas décadas do século XX, Margareth Rago também voltava fazer críticas ao marxismo, mais ou menos no estilo que fizera nos textos analisados no primeiro capítulo deste trabalho. Se lá, nos balanços de 1994 e 1995, a historiadora da Unicamp estava implicada em combater “a velha guarda marxista uspiana”, aqui, em 1998, esse combate ganha as implicações da categoria gênero. Em tons de disputas, Rago deixava explícita a hegemonia que “as marxistas” tentavam recuperar, se adequando ao conceito de gênero, mesmo que essa hegemonia agora, ao menos no que tange à categoria, estava implicitamente ligada às “pós-estruturalistas, com Derrida e Foucault à frente”.

Lendo os “depoimentos” de Rago e Soihet, lado a lado nos *Cadernos Pagu*, ao mesmo tempo inserindo suas próprias trajetórias individuais para narrativas diferentes sobre a área, é possível ler nessa crítica da professora da Unicamp às marxistas que tentavam “garantir o lugar outrora hegemônico” do conceito de classe uma crítica também a própria História das Mulheres defendida e praticada por Rachel Soihet. Já realizada anos antes, em “Relações de gênero e classe operária no Brasil” (1994) e em “A mulher na historiografia brasileira” (1995), a crítica à “História da Mulher enquanto História Social” pode ser tematizada aqui pela própria tese de Rachel Soihet.

Com uma tese que optava por um objeto tradicional da História Social – a população pobre e marginalizada nos processos de urbanização das capitais brasileiras, como fora também o objeto de Rago em sua dissertação – e a História das Mulheres, Soihet se empenhava em debater a área que praticava, refletir sobre sua trajetória e seus cânones desde o ponto de vista de sua formação: ao defender seu doutorado em 1987, recorria ao conceito de “classe” thompsoniano para o estudo das “mulheres de classes subalternas”, sobre seu cotidiano e suas formas de sobrevivência e resistência, enfocando, para além das “vicissitudes impostas aos homens e mulheres das camadas populares pelo capitalismo que vinha se instaurando, ressaltam-se as formas de violência específicas da condição feminina.”⁶²²

Na leitura que Igor Guedes Ramos fez da tese de Rachel Soihet, especificamente nos seus usos das contribuições de Edward Thompson, ele afirma que a historiadora fluminense organiza a explicação da opressão e do exercício de poder por parte das mulheres por meio da “*luta de classes*”, ou seja, para Ramos, a abordagem de Soihet reiterava “que a mulher praticamente não exerce poder no eixo de gênero, mas sim no eixo de classe, uma vez que é

⁶²² SOIHET, Rachel. **Condição feminina e formas de violência:** mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920. Rio de Janeiro: Forense Universitário, 1989. p. 9.

exercido principalmente contra indivíduos socioeconomicamente subalternos”.⁶²³ Organizando a exposição de sua tese nesses termos, Soihet, que apontava sua trajetória e sua tese como partícipes e protagonistas na história do campo no Brasil, aproximava-se daquela prática que estava sendo criticada por Rago.

Além da leitura mais recente, realizada por Ramos, há outra leitura, feita logo depois da defesa de tese de Rachel Soihet, que, com outros objetivos e de outra forma, fortalece a perspectiva de que o conceito de classe deu o tom explicativo e conceitual do trabalho, em detrimento das categorias “mulheres” ou “feminino/condição feminina”. Quando Rachel Soihet publicou sua pesquisa de doutorado, em 1989, Ciro Flamarion Cardoso foi convidado para prefaciar a obra, além de ter sido membro da banca examinadora do trabalho.

O professor da UFF, colega de departamento de Soihet, passou boa parte do seu prefácio, contudo, fazendo críticas “às últimas novidades chegadas de Paris”, das tendências de estudo do cotidiano, do mental, da Nova História e da Etno-história “tingida fortemente de estruturalismo e pós-estruturalismo”, “cultivada hoje pelos franceses” que insistiria “no inconsciente coletivo, no ritual, na festa [...] como meios de desvalorizar como objeto histórico as classes sociais e suas lutas, a totalidade da vida social”. O prefácio de Cardoso tecia elogios ao modo que Soihet praticava História das Mulheres em sua pesquisa de doutoramento, pois, justamente, não seria uma vítima dos tais “modismos parisienses” caracterizados por ele. O mérito da tese de Soihet teria sido, então, o de praticar “uma história do cotidiano”, mas sem perder

[...] de vista a totalidade do social e os grandes processos que a atravessam no período estudado. E, ao contrário de uma prestidigitação brilhante mas superficial que se caracteriza por um tratamento mais do que discutível de fontes insuficientes, temos aqui uma sólida documentação, [...] trabalhada em forma racional, crítica e rigorosa.⁶²⁴

O elogio de Cardoso, então, foi em função de, ainda que praticasse uma História das Mulheres, Soihet não perdeu de vista o mais importante: “a totalidade do social” e “o tratamento racional de sólida documentação”. Mesmo que Margareth Rago não mencione diretamente a tese de Soihet – nem suas defesas do enunciado da História Social das Mulheres –, fica claro que a crítica é direcionada aos trabalhos que praticaram História das Mulheres nos anos 1980,

⁶²³ Para uma importante leitura dos usos não só de Thompson, mas também de Michel Foucault, por Soihet em sua tese, ver RAMOS, 2014, p. 464-469.

⁶²⁴ CARDOSO, Ciro Flamarion. Prefácio. In: SOIHET, Rachel. **Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920**. Rio de Janeiro: Forense Universitário, 1989. p. X.

do qual a tese de Soihet é um dos exemplos mais conhecidos; exemplo mobilizado pela própria Soihet nos seus textos de 1997 e 1998 como “saídas” para o debate de gênero.

Voltando para o texto de Margareth Rago, é possível notar que, mais à frente, assim como já acontecia no balanço de 1995, Rago também dirimia suas críticas aos feminismos, amparada pelas filosofias da diferença. A historiadora afirmava que “as feministas ortodoxas”, relutantes em aceitar “a reviravolta epistemológica em curso”, reviravolta esta que objetivava deslocar o foco do “sujeito mulher” para análise das relações de gênero, continuavam a apontar “para a importância de se preservar a identidade feminina como forma de reforçar a agenda pública feminista e encaminhar as lutas políticas atuais”. É nesse sentido que, segundo Rago, tornava-se evidente “que vivíamos uma profunda mutação no campo do conhecimento e que esta não provinha apenas das problematizações levantadas pelo feminismo”. Vindas de “vários lados”, essas problematizações partiriam do “‘pensamento da diferença’, da psicanálise, do novo historicismo, entre outras correntes críticas do pensamento, emergia a crítica à razão, ao sujeito universal e à lógica da identidade”,⁶²⁵ num elenco de “problematizações” que fazia lembrar aquele utilizado por Maria Odila Dias em 1992 em “Teoria e método dos estudos feministas”.

É por esse caminho, de crítica ao feminismo “ortodoxo” que Rago reintroduzia os intelectuais da diferença com os quais já vinha dialogando desde 1994. Para ela, Foucault teria preparado “o terreno radicalmente, ao questionar a naturalização do sujeito” e que estaríamos passando por um deslocamento, saindo “de uma forma de pensamento ‘arborescente’, ‘pivotante’, como diz Deleuze, fundado no privilégio do sujeito [...] a partir da lógica da identidade” para uma maneira de pensar “relacional e diferencial, ou rizomátic[a]”.⁶²⁶

É na senda aberta pela crítica ao feminismo que a historiadora da Unicamp retoma sua crítica à historiografia e, ao mesmo, propõe caminhos para ela. Haveria, de acordo com Rago, “ainda hoje”, ou seja, no fim dos anos 1990, depois da introdução da categoria gênero e das filosofias da diferença no pensamento e no movimento feminista,

[...] uma enorme resistência, sobretudo por parte dos intelectuais de tradição marxista, ortodoxa e heterodoxa, para entenderem a dissolução do sujeito operada por Foucault. Não se trata, nessa lógica, de negar a existência dos seres humanos e suas práticas, como muitos afirmam [...]⁶²⁷

⁶²⁵ RAGO, 1998, p. 90.

⁶²⁶ Ibidem, p. 90-91.

⁶²⁷ Ibidem, p. 91.

Sem citar qualquer nome desses “muitos que afirmavam”, o relato de Rago parecia direcionar críticas àqueles reticentes ao uso das filosofias da diferença bem como ao da categoria gênero. Em um momento que Rachel Soihet tentava direcionar os interesses de pesquisa para o “desvendamento da atuação concreta das mulheres” em detrimento dos estudos de gênero e das abordagens de Scott, Foucault e Derrida; mesmo momento quando Mary del Priore acusava as “abordagens importadas” que se empenhavam na desconstrução das categorias sob o risco de “fazer desaparecer a mulher”, Margareth Rago publicava seu artigo, trazendo o relato de sua própria atuação no campo, esclarecendo, mais uma vez, as dimensões do “pensamento diferencial” ao qual ela tanto fazia questão de se vincular. E continuava seu texto defendendo que

Mais do que a inclusão das mulheres no discurso histórico, trata-se, então, de encontrar as categorias adequadas para conhecer os mundos femininos, para falar das práticas das mulheres no passado e no presente e para propor novas possíveis interpretações inimagináveis na ótica masculina.⁶²⁸

Conduzindo o seu texto para o fim, Rago continuava sua defesa dos “benefícios” da categoria gênero para a pesquisa histórica e para o movimento feminista, encerrando-o, como já fizera nos balanços de 1994 e 1995, com uma exposição de sua própria experiência de pesquisa no doutorado, quando expôs algumas imagens literárias da prostituição.

Levadas a refletir, por meio da carta-convite de Karla Bessa, sobre a categoria gênero em suas trajetórias pessoais e profissionais, Maria Izilda Matos, Rachel Soihet e Margareth Rago publicaram textos curtos, com características que se distanciavam um pouco dos balanços que vinham compondo até então. Pelas exigências realizadas pela organizadora da seção debate, os textos pareceram caminhar para uma mesma forma de apresentar as discussões. Pelo menos nos casos de Rago e Soihet.

Maria Izilda Matos decidiu reafirmar ideias que já havia defendido nos anos anteriores, sem, no entanto, fazer um esforço de inserir a si mesma no próprio relato que oferecia sobre o campo.⁶²⁹ Rago e Soihet, diferentemente, optaram por acolher a sugestão de Karla Bessa de

⁶²⁸ RAGO, 1998, p. 92.

⁶²⁹ O que parece mudar um pouco no ano de 2000, quando Maria Izilda Matos publica um balanço – o único encontrado nesses anos – em forma de livro, intitulado *Por uma história da mulher*. No livro, de apenas 57 páginas, das quais 29 foram dedicadas às notas, citações e referências, Matos replica suas considerações dos textos anteriores já analisados aqui. Às obras que ela já havia elencado em outros balanços, ela adiciona uma diversidade de trabalhos por ela publicados e outros que tinham sido defendidos no PPG de História da PUC/SP. Dos 127 títulos brasileiros citados pela autora, dentre teses, dissertações, livros, capítulos, artigos, dossiês, 13 deles, ou seja, 10% de todas as suas citações, são de trabalhos de sua própria autoria. Não só ela se coloca em evidência nesse balanço de 2000, como também joga luzes sobre sua própria instituição: dentre esses 127 títulos, 15 deles, também perfazendo mais de 10% de todas as citações, são de trabalhos defendidos no

entrecruzar os desdobramentos do conceito de gênero a partir de suas próprias experiências de pesquisa. Contudo, decidiram criar a si mesmas em suas narrativas como personagens de protagonismo nos cenários que narravam. De um lado, Soihet se impunha no “depoimento” como praticante da área desde os anos 1970 e tornava-se “sabedora” das mudanças oferecidas pelo conceito de gênero, ainda que decidisse fazer uma escolha de praticar a História das Mulheres de outra forma. De outro lado, Rago se mostrava como figura de proa nas mudanças que a categoria gênero pudesse ter operado no Brasil, marcando a si mesma, suas colegas e sua instituição como marcos da “reviravolta epistemológica” em relação aos anos 1970 e 1980.

Outra característica com a qual Karla Bessa dotou a seção é que, apesar de se chamar “Seção Debate”, não houve efetivamente um confronto aberto das ideias expostas naquele número:

Pelo fato de realizarmos este debate de forma epistolar, os autores não terão conhecimento prévio dos textos uns dos outros, ou seja, não haverá espaço neste número para réplicas caso um dos autores faça comentários ou questionamentos sobre outro autor.⁶³⁰

Se a falta de leitura de uma das autoras por outra e a impossibilidade de réplica podem ter criado determinadas características para o “debate”, cabe chamar atenção para este “debate em forma epistolar”. Convidadas por cartas, as autoras podem ter se sentido mais à vontade para tratar da trajetória da categoria gênero de forma mais “pessoal”, escolhendo inclusive falar de si mesmas e de suas relações com tal categoria. Esse foi o caminho que Soihet e Rago tomaram, mas não foram as únicas. Sandra Azerêdo⁶³¹ decidiu tratar das contribuições do conceito à sua disciplina – a psicologia – por meio do relato de suas experiências de pesquisa no Brasil e nos EUA, tematizando obras e intelectuais importantes nesse processo. Esse foi o mesmo caminho escolhido por Adriana Piscitelli e Cláudia Lima Costa.⁶³² Já Mariza Corrêa

PPG História da PUC/SP. Se em 1998 ela pouco falara de si ou de sua trajetória no campo, dois anos depois, ela lembra aos seus leitores e leitoras que, proporcionalmente, mais 20% das publicações sobre a História das Mulheres e das Relações de Gênero no Brasil estaria ligada a ela e/ou à PUC/SP. MATOS, Maria Izilda. **Por uma história da mulher**. Bauru: EDUSC, 2000.

⁶³⁰ BESSA, Carta da organizadora..., p. 43.

⁶³¹ AZERÊDO, Sandra. Gênero e a diferença que ele faz na pesquisa em psicologia. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 11, p. 55-61, 1998. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634462/2386>. Acesso em 12 mai. 2022, às 12h47min.

⁶³² PISCITELLI, Adriana. Gênero em perspectiva. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 11, p. 141-151, 1998. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634469/2393>. Acesso em 12 mai. 2022, às 13h05min; COSTA, Cláudia de Lima. O tráfico do gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 11, p. 127-134, 1998. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634468/2392>. Acesso em 12 mai. 2022, às 13h10min.

parece ter levado tão a sério o convite de Bessa que escreveu a própria contribuição no estilo epistolar.⁶³³

De maneira diferente, assim como fizera Maria Izilda Matos, Maria Lygia Quartim de Moraes e de Lia Zanotta Machado⁶³⁴ optaram por textos em que suas próprias experiências e percursos pelo campo de estudos de gênero não foram personagens de destaque, às vezes nem mesmo mencionando a si mesmas nos textos que foram publicados.

Nessa esteira, o número 11 dos *Cadernos Pagu* possibilitou que diversas intelectuais das Ciências Humanas pudessem temporalizar a recepção da categoria gênero, dar-lhe uma história, por meio de sua própria “voz pessoal”, como sugeria o título do texto de Mariza Corrêa, ou em forma de “um depoimento”, como informava o próprio subtítulo de Rachel Soihet. Oportunizada pela organizadora da seção – historiadora que ocupava a função de pesquisadora e praticante da área –, a forma escolhida por mais da metade das autoras, incluindo as historiadoras aí presentes, foi marcar a memória dos usos da categoria gênero por meio de suas próprias vidas acadêmicas. Talvez um sintoma daquilo que Karla Bessa expressava em suas considerações na tese: uma geração de acadêmicas que vivenciaram “as mudanças” pelas quais os estudos das mulheres e do gênero vinham passando a partir dos anos 1970. As mudanças, as discussões, os confrontos, os desdobramentos, os limites puderam ser narrados por elas, ocupando não só uma função de autora desses textos, mas também de personagens dos próprios textos que escreviam. Assim, já se mostravam ali historiadoras – e cientistas sociais – monumentalizadas em determinada memória disciplinar do campo, sendo tratadas como as próprias testemunhas e partícipes de sua constituição.

Uma última consideração em torno do “debate” promovido pelos *Cadernos Pagu* é a valorização e a visibilização da própria Unicamp e do seu Núcleo de Estudos de Gênero Pagu. O número lançado em 1998, que a própria Karla Bessa apresentava como “a comemoração de cinco anos de publicação ininterrupta”,⁶³⁵ trazia textos como o de Rago que faziam da Unicamp,

⁶³³ “Já que você propõe que esse debate se desenvolva “de forma epistolar”, deixe-me aproveitar sua sugestão ao pé da letra – assim talvez possamos continuar essa troca de cartas, quem sabe com outros destinatários, num próximo número.” CORRÊA, Mariza. “Uma pequena voz pessoal”. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 11, p. 47-52, 1998; p. 47. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634459/2383>. Acesso em 12 mai. 2022, às 12h43min.

⁶³⁴ MORAES, Maria Lygia Quartim de. Usos e limites da categoria gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 11, p. 99-103, 1998. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634466/2390>. Acesso em 12 mai. 2022, às 12h52min; MACHADO, Lia Zanotta. Gênero, um novo paradigma? **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 11, p. 108-117, 1998. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634467/2391>. Acesso em 12 mai. 2022, às 12h57min.

⁶³⁵ BESSA, 1998, p. 7.

do Núcleo e de sua revista lugares importantes na memória que tentava engendrar não só sobre o campo da História das Mulheres e das Relações de Gênero, mas da própria trajetória dos estudos feministas, das mulheres e do gênero no país. Os textos de Mariza Corrêa e Adriana Piscitelli, por exemplo, duas pesquisadoras às quais Margareth Rago atribui a fundação do Núcleo de Estudos de Gênero Pagu e do protagonismo nos estudos de gênero no país, também visibilizam suas próprias trajetórias e de outras acadêmicas vinculadas ao núcleo e à Unicamp.⁶³⁶

Nesse sentido, ao mesmo tempo em que balanços procuravam sacramentar a memória disciplinar do campo e os caminhos e saídas para a “questão do gênero” – Samara (1996 e 1997), Matos (1996 e 1997), Soihet (1997) e Priore (1998) –, historiadoras e outras cientistas sociais se dedicaram a falar de si mesmas como personagens daquela memória disciplinar que vinha se consolidando em torno de algumas questões. A trajetória e o depoimento, pessoalizados nas vozes de Margareth Rago e de Rachel Soihet, pareciam ter ocupado um pouco do terreno que antes era tomado pelos balanços historiográficos. Efeito já desta memória disciplinar, que evidenciava e canonizava obras e historiadoras, como as próprias Rago e Soihet? Seria o momento que tais historiadoras, acionadas diversas vezes e por variados motivos nos balanços historiográficos anteriores, terem se tornado elas mesmas as próprias testemunhas do campo?

Mais do que perguntas meramente retóricas, os artigos que Rago e Soihet publicaram no “debate” dos *Cadernos Pagu* em 1998 pareciam prenunciar uma característica dos textos que viriam também a se juntar a pilha de balanços historiográficos analisados nos dois primeiros capítulos, dedicados, especialmente, a nomes e obras e reflexões teórico-metodológicas: os textos que começam a valorizar a própria trajetória, intelectual e política, das historiadoras que, àquela altura, estavam sendo lançadas ao posto de fundadoras, precursoras, protagonistas ou pioneiras da área.

Dois anos depois de organizar o “debate” ocorrido nos *Cadernos Pagu*, a tese *(Entre)cruzando histórias: gênero e historiografia brasileira (1961-1996)* foi defendida no PPG de História da Unicamp.⁶³⁷ A década de 1990, eivada pela construção das memórias disciplinares e dos cânones para a História das Mulheres e das Relações de Gênero e, em seus últimos anos, pelo embate com o conceito de gênero e pela inserção de trajetórias pessoais na

⁶³⁶ PISCITELLI, 1998; CORRÊA, 1998.

⁶³⁷ BESSA, 2000. A banca de defesa da tese de Karla Bessa foi constituída por Adriana Piscitelli (Unicamp), Iara Lis Franco Schiavinatto (historiadora professora da Unesp até 2000, quando se transferiu para Unicamp), Isabel Marson de Andrade (ex-docente da USP e professora da Unicamp entre 1989 e 2004) e Jacy Alves Teixeira (UFU).

história do campo, findava-se, então com a primeira tese em História da Historiografia que se dedicava a compreender o campo. Ainda que Karla Bessa não utilizasse a expressão “história da historiografia” em seu trabalho de doutorado, mas “História da História”, é possível compreender sua tese como uma pesquisa em História da Historiografia já que ela caracteriza o trabalho historiográfico e sua investigação da seguinte da seguinte forma:

A escrita da história é tratada nesta pesquisa como parte da cultura letrada, científica, intelectual e, portanto, ‘palpável’ como outro ‘objeto’ tradicionalmente considerado ‘acontecimento histórico’. A História faz parte de uma maneira específica e datada de refletir, projetar e indagar a respeito das relações humanas.⁶³⁸

Como já exposto neste capítulo, a autora da tese era, assim como as autoras dos textos analisados neste trabalho, praticante da área e decidiu se juntar aos esforços de reflexão acerca do que se poderia tratar tal domínio de conhecimento histórico no país. Haveria, assim, alguma diferença entre o que faziam Nizza da Silva, Samara, Leite, Dias, Rago, Pedro, Matos, Soihet e Priore e o que Karla Bessa fez em sua tese de doutorado?

Na esteira das reflexões, balanços, debates conceituais e teóricos sobre a História das Mulheres e das Relações de Gênero no país, a tese de Bessa pode ser compreendida como parte desse movimento de se direcionar olhar sobre o campo. Como a própria Bessa, dentre outros, reconhece, a década de 1990 foi aquela que se abriu para um diálogo mais estreito dos historiadores brasileiros com os temas teóricos e um período de “auto-avaliação, uma preocupação com as representações elaboradas pelos próprios historiadores”.⁶³⁹ Resultado também de um processo mais amplo, ou melhor, inserida numa cultura histórica dos anos 1990, Karla Bessa defendia uma tese para pensar questões latentes do seu próprio ofício, assim como outros textos já aqui analisados.

Este ponto em comum não pode disfarçar algumas diferenças entre uns textos e outros. Desde o ponto de vista formal, Bessa defendia em 2000 uma tese, com todas as exigências que os programas de pós-graduação faziam naquele momento, enquanto outras historiadoras se dedicaram a escrever capítulos de livros, ensaios, artigos, conferências e depoimentos. Mais que textos estruturalmente diferentes e mirando objetivos diversos, Bessa lançava um olhar um

⁶³⁸ BESSA, 2000, p. 24-25.

⁶³⁹ Ibidem, p. 22. Sobre a guinada para a reflexão teórica e sobre o próprio ofício no país, ver, além de Bessa, FICO, POLITO, 1991; SANTOS, 2020; FRANZINI, GONTIJO, 2009 e os capítulos 1 e 2 desta tese. Sobre o mesmo movimento na historiografia estrangeira, acontecido entre os anos 1970 e 1980, ver DELACROIX, DOSSE, GARCIA, 2012; mais uma vez FRANZINI, GONTIJO, Op. Cit.

tanto mais amplo sobre instituições, textos, revistas, entrevistas e eventos e seus anais com o objetivo de responder à questão

[...] em que circunstâncias epistemológicas ganha legitimidade a história das mulheres e se constitui o campo de indagações denominado “história das relações de gênero”? Como se desenvolveu no interior da historiografia a intersecção entre estes dois campos, o das mulheres e do gênero?⁶⁴⁰

Respondendo ao que se propôs, a tese estudou especialmente os anais dos encontros da ANPUH/Nacional e artigos da *Revista Brasileira de História* para concluir que “o campo da história das mulheres” ou a “emergência da temática da mulher” se deu na segunda metade dos anos 1980, com um deslocamento “epistêmico importante” na disciplina histórica: a ampliação de temas, de abordagens e de períodos; o entendimento de que a disciplina intervém em seu próprio tempo; uma aproximação com a Sociologia, a Antropologia e a Literatura; e, por fim, uma maior sintonia da história com o tempo presente.⁶⁴¹

Se a tese defende que o encontro entre historiografia e estudos de gênero ocorre na segunda metade dos 80, ela também afirma que as condições de enunciação de uma historiografia sobre mulheres e gênero se dão a partir de inícios dos anos 1960, com as transformações institucionais e epistêmicas da disciplina. Bessa tinha em mente a formação de uma identidade profissional, “antes calcada apenas no objeto (passado) e no manuseio de suas fontes” e, a partir da criação da ANPUH/Nacional, há a forja de determinada sociabilidade intelectual que disseminaria a ideia de uma comunidade de profissionais, além de uma hierarquia geográfica, que partiria dos centros paulista e carioca para o restante do país.⁶⁴² Do ponto de vista institucional e epistêmico, a ANPUH/Nacional teria se contraposto a instituições antigas, tais como o IHGB, sendo vista como associação menos conservadora, não subserviente aos desejos de governantes ou comprometida com a história nacional, além de que a associação teria funcionado como catalisadora e difusora das demandas da ebulição conceitual e política nos anos 1960-70 entre os profissionais da área, ainda que este perfil de profissional, segundo Karla Bessa e Wagner Geminiano, ainda não estivesse tão bem definido.⁶⁴³

⁶⁴⁰ BESSA, 2000, p. 213.

⁶⁴¹ Ibidem, p. 210-220.

⁶⁴² Karla Bessa tematiza a ANPUH dessa forma porque a associação foi objeto específico de estudo que ela elegeu para a investigação sobre o campo de História das Mulheres e das Relações de Gênero. Isso não significa, nem para Bessa, nem para este trabalho, que a associação tenha sido a única ou mesmo a principal responsável por tal processo. Sobre a história da ANPUH/Nacional e de sua Revista e as relações delas com a definição da historiografia brasileira acadêmica, ver SANTOS, 2020.

⁶⁴³ BESSA, Op. Cit., especialmente a primeira parte de sua tese; SANTOS, Op. Cit.

A preparação deste espaço social, acadêmico e profissional teria garantido a institucionalização da disciplina nos programas de pós-graduação formados a partir de 1970. O que se sucederia, depois de “a casa esta[r] arrumada (institucionalmente)”, seria os “diagnósticos de ‘crise’, de necessária mudança metodológica”. Nesse sentido:

A unidade institucional veio acompanhada de uma heterogênea formação acadêmica (annalista, estruturalista, marxista), que trouxe à tona a dinâmica constitutiva da formação de especialidade, questionando a lógica que presidiu tal ‘arrumação’. Alguns destes embates mais inflamados indagavam a validade de determinadas teorias históricas, promovendo divisões do tipo: conservadores de um lado, modernos de outro; história serial e na longa duração de um lado, história econômica da luta de classes e da constituição do estado burguês de outro. Na falta de um entendimento entre esses diferentes grupos, este cenário tenso foi denominado de ‘crítico’, ou seja, a experiência das diferenças e divergências teóricas, a exaltação do conflito foi nomeada de ‘crise’.⁶⁴⁴

Nomeado de crítico, o momento decisivo para a história das Mulheres no Brasil, argumentava Bessa, viria então nos anos 1980. A famigerada “crise” teria, na verdade, sofisticado o ofício:

Em minha leitura, a disciplina história enriqueceu seu arsenal tanto em termos metodológicos quanto conceituais, principalmente porque de todas estas divergentes perspectivas, o saldo maior se deu em termos de desnaturalização do discurso histórico. Problematicando a relação sujeito/objeto, documento/fonte, procedimentos e conceitos, a História tomou maior consciência de sua própria historicidade e dos objetos que tratava como dados *a priori*.⁶⁴⁵

Com a formação e a institucionalização que galgava espaço desde os anos 1960 e 1970, mais o deslocamento “importante no universo epistêmico da escrita histórica de meados dos anos 80” é que teria sido possível, então, a “elaboração da temática da mulher”, acompanhada “deste turbilhão de abalos”. Em conclusão, a tese de Karla Bessa defende que:

[A temática da mulher] Veio silenciosa, marginal, praticamente invisível nos embates travados no interior dos simpósios [da ANPUH/Nacional]. A percepção e crítica à desigualdade sexual passam a ser ameaçadora e incômoda, e, por outro lado, levada a sério, quando se estende das relações sociais para o caráter sexista do próprio discurso histórico. Expondo assim, parece simples e óbvio, mas a história da História da(s) mulher(es) e da sexualidade (mais recentemente, do corpo) é eivada de hostilidades e *somente passa a habitar o rol do objetos dignos de história na medida em que convergem dois elementos básicos: de um lado, o movimento social feminista*

⁶⁴⁴ BESSA, 2000, p. 211.

⁶⁴⁵ Ibidem, p. 212.

ganhando força e despertando a solidariedade e simpatia de outros movimentos sociais (sindicais, populares, até mesmo religiosos), sensibilizando intelectuais para a pertinência de suas “causas”, fomentando o debate sobre a formação de uma episteme feminista, a partir da qual se problematizaria as relações sociais; de outro, o *fortalecimento da história social e o distanciamento da história em relação à ortodoxia marxista* (fixa na análise das relações de “produção” e hostil para com as relações de “reprodução”, centrada na luta de classes e avessa às lutas entre os “sexos”). A *penetração de conceitos como cultura, representação*, ou seja, a abertura da disciplina para *pensar as tramas simbólicas e as redes de poder a elas associadas*, também foram cruciais no sentido de viabilizar um espaço acadêmico aos estudos cuja temática desembocava na problematização da subjetividade e da histórica inferioridade atribuída às mulheres.⁶⁴⁶

Diferentemente dos textos, dos balanços e dos “depoimentos” apurados até aqui, de 1987 a 1998, Karla Bessa não faz um balanço: problematiza a emergência de um campo a partir de suas implicações institucionais, sociais, políticas, teóricas e históricas. Avança, em profundidade – e por se tratar, por suposto, de uma pesquisa de doutorado, longa e com um produto final que exige inúmeras páginas –, na cultura histórica, nos embates institucionais e epistêmicos da disciplina desde os anos 1960 até meados dos anos 1990. E, mais que isso, empreende um debate entre textos publicados pelas historiadoras que compunham o campo, atribuindo-lhes sentidos mais amplos no interior do debate historiográfico.

Se estes elementos diferenciam a tese de Bessa dos demais textos aqui analisados, outros os aproximam. No longo trecho acima informado, Bessa também atua na conformação de uma memória disciplinar para a História das Mulheres e das Relações de Gênero. Para além de afirmar que o encontro entre a historiografia brasileira e os estudos de gênero (ou uma “história das diferenças sexuais”) se dá a partir de meados de 1980, Bessa defende, nos trechos grifados, que a área foi possível a partir do 1) movimento feminista e 2) do fortalecimento da História Social em detrimento da abordagem marxista ortodoxa, levando em consideração os temas da cultura, do poder, da representação e do simbólico. Assim, feminismo e História Social “fortalecida” engendram a mulher como objeto na historiografia brasileira.

Além disso, o processo que levou a “mulher a ser elaborada como temática” e ao “entrecruzamento da historiografia brasileira com o gênero” foi o movimento de profissionalização da prática historiográfica no Brasil. Movimento este que é marcado pelo início dos anos 1960, identificado por Bessa nas discussões dos anais da ANPUH/Nacional, desenvolvido em meio aos debates e disputas sobre a identidade da disciplina e de seus praticantes, firmado nos anos 1980 depois da formação dos programas de pós-graduação. Uma

⁶⁴⁶ BESSA, 2000, p. 212-213. Grifos adicionados.

memória disciplinar que, além de privilegiar o “fortalecimento” da História Social não ortodoxa – saudado pelo menos desde os textos de Maria Odila Dias –, destacar os anos 1980 como cruciais para a área, encontrava na reflexão teórica, conceitual e historiográfica, na consolidação dos atuais programas de pós-graduação e nas “sociabilidades intelectuais” promovidas pelos simpósios da ANPUH/Nacional um porto para se ancorar. Ganhava corpo, então, essa “história da História da(s) mulher(es)” que devia seu nascimento ao feminismo, à História Social, a certa refração do marxismo ortodoxo, da introdução de temas da cultura. E dois afastamentos de tal história também são sintomáticos: o da História da Família e da Demografia histórica, por um lado e, por outro, da historiografia do trabalho de inspiração marxista. Contar agora a história da área era também, devido ao trabalho de “História da História da(s) Mulher(es)” empreendido por Karla Bessa, contar a história da própria disciplina História, ou, como defendeu Wagner Geminiano, requer a “invenção da própria historiografia brasileira profissional e acadêmica”.

Instalada nos caminhos e descaminhos da própria disciplina histórica brasileira, participando de sua “renovação” e sendo por ela “renovada”, a área de História das Mulheres e das Relações de Gênero havia se tornado, na estreia do novo século, objeto “digno” de estudo acadêmico: com projeto de pesquisa, consulta a arquivos e fontes, escrita e defesa de tese e todos os outros processos que envolvem a pesquisa acadêmica. A reflexão, a partir dos anos 2000, seria então mais difícil? A escrita de balanços historiográficos e textos teóricos ou de debate conceitual deveriam fazer referência ao trabalho que Karla Bessa realizara? Seria mais difícil construir “tal memória” se já havia “uma história” do campo, atada à própria invenção da historiografia brasileira contemporânea?

A ironia, talvez, esteja no fato de que a tese de Karla Bessa sequer foi mencionada por qualquer das historiadoras que viriam narrar o campo depois dos anos 2000. Não tendo sido publicada em livro, com a tese apenas circulado em formas de capítulos em coletâneas sobre historiografia,⁶⁴⁷ Bessa também não se preocupou em dar rumos a uma carreira dentro da área de Teoria e História da Historiografia. Suas últimas publicações nesse sentido foram, além do supracitado capítulo de 2003, um artigo também de 2003, que se preocupava com nomes de peso da historiografia nacional, sem necessariamente estar dedicada à continuidade do trabalho

⁶⁴⁷ BESSA, Karla Adriana Martins. Historiografia brasileira: interface entre a constituição de um campo profissional e dos estudos de gênero. In: MACHADO, Maria Clara Tomaz; PATRIOTA, Rosângela. (Org.). **História e historiografia: perspectivas contemporâneas de investigação**. Uberlândia: EDUFU, 2003. p. 139-158.

de doutorado.⁶⁴⁸ Depois de lecionar entre 1994 e 2011 na graduação e na pós-graduação em História da UFU, e de estar vinculada, desde 2008, como pesquisadora do Núcleo de Estudo de Gênero Pagu – Unicamp, onde também orienta no Mestrado em Multimeios e no Doutorado em Ciências Sociais,⁶⁴⁹ Karla Bessa voltou uma única vez à problemática da História da Historiografia das mulheres e do gênero no Brasil, quando revisita a própria tese em comunicação publicada nos anais do XXVI Simpósio Nacional de História da ANPUH, realizado na USP, em 2011.

No texto apresentado em 2011, Bessa esclarecia que, “Após a defesa [da tese], por força das circunstâncias”, ela teria mudado “muito o eixo da pesquisa e só agora resolv[era] retomá-la e ampliá-la”.⁶⁵⁰ Se não se pode acessar as “circunstâncias” que não permitiram que Bessa desse continuidade à sua pesquisa, é possível perceber que as historiadoras da área não se dedicaram a pensar a contribuição de sua tese – ou, talvez, nem tiveram acesso a ela. No entanto, apesar de ter retornado à tese 11 anos depois com expectativas de “ampliá-la”, Karla Bessa não publicou nenhum outro texto que desse continuidade ao seu trabalho sobre gênero e historiografia brasileira.⁶⁵¹

Ainda que nunca citada – ou esquecida – pelas próximas reflexões a serem analisadas nesta tese, Karla Bessa cumpriu um papel importante ao defender a tese no ano de 2000: inseriu a área na história mais longa da disciplina histórica acadêmica. Mais que isso, atribuiu um papel importante aos embates teóricos, metodológicos e à função da ANPUH/Nacional em reunir historiadores. Talvez como um sintoma, esses elementos trabalhados na tese de Bessa serão levados em conta nos próximos textos que se dedicaram a descrever o campo, como poderá ser visto nas próximas páginas deste trabalho.

Neste momento, volta-se o olhar para um texto publicado fora do Brasil que permite entender mais alguns elementos da construção das memórias disciplinares e dos cânones do campo: quatro anos depois da defesa de Karla Bessa, o primeiro texto a retomar a formação da

⁶⁴⁸ BESSA, Karla Adriana Martins. Três nomes, três caminhos distintos na historiografia brasileira do século XX: José Honório Rodrigues, Euripedes Simões de Paula e Alice P. Canabrava. **História & Perspectivas**, Uberlândia, v. 1, n.27/28, p. 77-102, 2003. O artigo de Bessa tem relação com seu doutorado na medida em que foi na pesquisa para escrita da tese que entrou em contato com as trajetórias de Rodrigues, Simões de Paula e Canabrava para entender a formação dos perfis acadêmicos e do desenvolvimento da profissionalização do campo no país, o que, para Bessa, seria indispensável para pensar o entrecruzamento gênero e historiografia brasileira.

⁶⁴⁹ Cf. BESSA, 2020.

⁶⁵⁰ BESSA, Karla Adriana Martins. Cultura e Sensibilidade Política no Discurso Historiográfico Brasileiro. XXVI Simpósio Nacional de História da ANPUH. **Anais...** São Paulo, julho 2011. p. 1.

⁶⁵¹ O currículo Lattes de Karla Bessa aponta que ela se dedicou desde então a pensar intersecções entre feminismo, história do cinema, estudos fílmicos, história política, estudos de gênero, sexualidade e teoria *queer*. Cf. BESSA, 2020.

área no Brasil foi um de Mônica Raisa Schpun, que não recorria apenas aos nomes e às obras, nem só às trajetórias pessoais e intelectuais, nem se prendia apenas aos textos e debates promovidos pelas historiadoras da área. Schpun resolveu dividir história do campo, por meio da pesquisa com entrevistas, em “gerações”.

3.2 Entre os louros da origem e o frescor da atualidade: as trajetórias, as “gerações” e os rearranjos das memórias disciplinares e seus cânones

Mônica Raisa Schpun,⁶⁵² que havia realizado sua formação e já trabalhava na França desde os anos 1990, publicou na revista francesa *Clio. Femmes, Genres, Histoire*, em 2004, o artigo “L’histoire des femmes et du genre au Brésil”.⁶⁵³ Financiada pelo CNRS, por meio Institut des Sciences Humaines et Sociales, a revista nasceu em 1995 como *Clio. Histoire, Femmes, Sociétés*, afinada com o cenário francês, propondo-se como um periódico de História com aspirações interdisciplinares entre as Ciências Sociais.⁶⁵⁴ Segundo seu próprio conselho editorial, a revista emergia com o objetivo de lidar com um “paradoxo francês”, que era traduzido por “inúmeras publicações” e pelo “sucesso internacional da *História das Mulheres*

⁶⁵² Mônica Raisa Schpun (1964-) bacharelou-se (1986) e licenciou-se (1987) em História pela USP. Em 1990, em virtude do convite de Michelle Perrot, recebeu seu DEA (Diplôme d’Études Approfondies) em *Sexe et sociétés*, na Université de Paris VII - Denis Diderot. Defendeu, nessa mesma instituição, *Paulistanos & Paulistanas: rapports de genre à São Paulo dans les années vingt*, sua tese de doutoramento, em 1994, sob a orientação de Michelle Perrot. Foi professora da Università Degli Studi di Milano, na Itália, entre 1998 e 2002. Em 2003, assumiu a função de *chargée de cours* na Université D’Avignon et des Pays de Vaucluse, na França, onde trabalhou até 2004, quando se vinculou à École des Hautes Études en Sciences Sociales, tornando-se docente e pesquisadora com dedicação exclusiva nesta instituição em 2010, trabalhando no Centre de Recherches sur le Brésil Colonial et Contemporain (CRBC). Teve passagens entre 2008 e 2010 como *chargée de cours* na École Nationale Supérieure d’Architecture de Lyon e tem voltado ao Brasil em algumas ocasiões como professora visitante da USP (2013) e da Unicamp (2008, 2011, 2012 e 2014). Encabeçou a fundação da revista *Brésil(s). Sciences humaines et sociales*, vinculada ao CRBC e até hoje permanece em seu conselho como diretora editorial. Tem se interessado pelos temas das migrações internacionais, da história das mulheres e do gênero e da história urbana e das elites Cf. SCHPUN, Mônica Raisa. **Currículo do sistema de currículos Lattes**. Brasília, 30 jun. 2011. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/2133358195623414>. Acesso em: 15 abr. 2020, às 14h00min; SCHPUN, Mônica Raisa. **Curriculum vitae**. Disponível em: <https://ehess.academia.edu/M%C3%B4nicaRaisaSchpun/CurriculumVitae>. Acesso em 18 abr. 2022, às 21h14min; SCHPUN, Monica Raisa. Percursos de pesquisa, caminhos de mediação - Entrevista com Mônica Raisa Schpun. Entrevista [concedida a Caion Meneguello Natal e Fabiana Marchetti]. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 41, n. 86, p. 183-203, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/rbh/a/BwzwXFfVnc3mzWYRP3MLRLD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 20 fev. 2022, às 9h57min.

⁶⁵³ SCHPUN, Mônica Raisa. L’histoire des femmes et du genre au Brésil: enquête sur trois générations, **Clio. Femmes, Genre, Histoire** v. 19, p. 1-13, abr. 2004. Disponível em: <http://journals.openedition.org/clio/656>. Acesso em 19 abr. 2019, às 19h14min.

⁶⁵⁴ “CLIO, *Histoire, Femmes et Sociétés* se veut une revue d’histoire. Elle a toutefois conscience que l’histoire, et plus encore l’histoire des femmes, met en interaction de très nombreux savoirs. Elle est donc décidée à ouvrir ses colonnes à tous ceux qui, même venus d’autres disciplines, entreprennent, de l’Antiquité au Temps présent, de rendre visibles les femmes ou proposent une lecture sexuée des sociétés.” LE COMITÉ DE RÉDACTION. Ouverture, **Clio. Femmes, Genre, Histoire**, v. 1, 1995. Disponível em: <http://journals.openedition.org/clio/511>. Acesso em 20 mai. 2022, às 20h31min. p. 2.

no *Ocidente*” por um lado e, por outro, pelo fato de “a França não possuir mais uma revista especializada” em História das Mulheres desde *Penélope – pour l’histoire des femmes*, que teve uma curta vida editorial (1979-1985).⁶⁵⁵ Só depois de 18 anos, em 2013, é que *Clio* assumiu a nomenclatura atual, incluindo o termo “*genre*” em seu título, outro indício da resistência francesa à utilização da categoria de gênero.⁶⁵⁶

“L’histoire des femmes et du genre au Brésil” é o resultado de 11 entrevistas que Monica Schpun realizou com 10 historiadoras brasileiras e com 1 historiador brasileiro. Para Schpun, foi por meio das trajetórias de tais historiadoras que o campo de pesquisa de História das Mulheres e das Relações de Gênero no Brasil teria “tomado forma e se transformado”. Contando com uma introdução de 1 página e meia, o artigo possuía mais quatro seções, somando o total de 14 páginas, inclusas nelas suas notas de fim de texto e suas referências.

De saída, a justificativa para retratar a história do campo por meio de relatos e trajetórias de historiadoras/es era dada pelo fato de que tais intelectuais poderiam, por seu próprio percurso intelectual, dar a entender o que o campo era. Schpun teve o objetivo de apresentar em seu artigo os resultados parciais de sua pesquisa “sobre a constituição da história das mulheres e do gênero no Brasil”.⁶⁵⁷ Entrevistando historiadoras/es, Schpun escolheu narrar tal história sublinhando “seus itinerários” intelectuais, em vez de “retratar ou analisar o percurso historiográfico da história da mulher e do gênero”, ou de “recolher relatos autobiográficos” ou, ainda, de explicitar “os aspectos institucionais da história das mulheres” praticada em terras brasileiras. Tal escolha é justificada “por parecer uma abordagem [...] mais rica”, o que teria permitido a Monica Raisa Schpun realizar um “retrato mais dinâmico deste campo de estudos, construído pelos seus atores e restaurado graças aos seus testemunhos”.⁶⁵⁸ Em mais uma

⁶⁵⁵ LE COMITÉ DE RÉDACTION, 1995, p. 1. Tradução nossa. No original: “À l’origine de cette entreprise, le constat d’un paradoxe et le sentiment d’une urgence. Paradoxe français. Depuis plus de vingt ans la France a largement contribué à l’émergence et au développement de l’histoire des femmes et des rapports de sexes. En témoignent de nombreuses publications, une importante littérature grise ou encore le succès international de *l’Histoire des femmes en Occident*, à direction et forte participation françaises. Or la France ne dispose plus de revue spécialisée. *Penélope, pour l’histoire des femmes* - à laquelle plusieurs d’entre nous ont collaboré - s’est, en effet, éteinte en 1985 après six ans d’existence, faute de soutien institutionnel suffisant.”

⁶⁵⁶ É a partir de 2012, com apoio do CNRS para sua publicação em francês e em inglês, que a revista passa a assumir a nomenclatura atual, lançando o primeiro número sob novo título no volume 37, de 2013. Em língua inglesa o periódico recebeu a tradução de *Clio. Women, Gender, History*. Pode-se intuir que a entrada da revista em mercado editorial de língua inglesa pode ter influenciado na decisão de lançar novo nome, agora acolhendo a categoria gênero, amplamente trabalhada no contexto estadunidense, por exemplo. LE COMITÉ DE RÉDACTION. À nos lectrices et lecteurs, *Clio. Femmes, Genre, Histoire*, v. 37, p. 7-8, 2013, Disponível em: <http://journals.openedition.org/clio/10955>. Acesso em 23 mai. 2022, às 12h32min.

⁶⁵⁷ Não há notícias de outras publicações de Schpun que tenham dado continuidade a tal pesquisa.

⁶⁵⁸ SCHPUN, 2004, p. 1. Todos os trechos do artigo de Schpun utilizados neste capítulo são de nossa tradução. No original: “[...] me concentrant sur les itinéraires des historien-ne-s que j’ai interviewé-e-s. C’est à partir d’eux que ce champ de recherches prend forme et se transforme. Je n’entends donc pas retracer ou analyser le cheminement historiographique de l’histoire des femmes et du genre au Brésil, dans le sens du travail élaboré par Françoise Thébaud, ni rassembler des récits autobiographiques d’historien-ne-s des femmes et du genre.

oportunidade, as obras, elencadas num rol, perdiam um pouco de luz nessa cena. A pesquisa historiográfica, como no caso da tese de Karla Bessa, e os “depoimentos” e as trajetórias individuais, como nos textos que Rachel Soihet e Margareth Rago publicaram nos *Cadernos Pagu*, pediam mais espaço.

Depois de sua introdução, o artigo se desdobrou em quatro seções e três delas foram utilizadas para dividir os/as historiadores/as entrevistados em gerações: “Les pionnières”, com duas páginas, nas quais a autora tematizou os testemunhos de Miriam Lifchitz Moreira Leite, Rachel Soihet e Maria Odila Leite da Silva Dias; “Deuxième génération”, na qual Margareth Rago, Joana Maria Pedro, Mary del Priore e Leila Mezan Algranti tiveram suas entrevistas problematizadas em três páginas e; por fim, “Troisième génération”, que contou com os depoimentos de Júnia Ferreira Furtado, de Durval Muniz de Albuquerque Junior, de Ana Lúcia Nauar Pantoja e de Cristina Scheibe Wolff distribuídos em duas páginas.

Em 2004, então, a história do campo passava a contar com “gerações de historiadoras/es”. Nomes bastante conhecidos por esta tese – seja porque produziram textos que foram escolhidos como suas fontes ou porque foram neles citados (Algranti e Wolff foram lembradas em alguns balanços) – somavam-se aos nomes estreantes, os de Júnia Furtado, de Ana Lúcia Pantoja e de Albuquerque Junior. Pela escolha metodológica de Schpun em dar atenção aos seus depoimentos e seus itinerários, nomes voltavam a figurar como personagens essenciais da “formação e transformação” do campo e das memórias disciplinares que vinham se construindo sobre eles. Mas, de que maneira a professora da EHESS chegou a estes nomes e como os dividiu em gerações? Isso foi esclarecido ainda na introdução:

Para a escolha das pessoas entrevistadas [da primeira e da segunda geração], o critério de representatividade e notoriedade foi central: a maioria ocupa cargos-chave. Para a terceira geração, outros critérios foram acrescentados: para mostrar a ampliação do campo, inclusive do ponto de vista geográfico, escolhi pessoas que, por suas publicações, por sua posição à frente de centros de pesquisa ou pelo número de alunos orientados em programas de mestrado e doutorado adquiriram visibilidade nacional, afastando-se dos eixos centrais de produção e divulgação científica.⁶⁵⁹

Ma démarche ne privilégie pas non plus les aspects institutionnels de l’histoire des femmes, même si je les aborde aussi. Cette approche m’a semblé d’une part plus riche, me permettant de donner un portrait plus dynamique de ce domaine d’études, construit par ses acteurs et restitué grâce à leurs témoignages.”

⁶⁵⁹ SCHPUN, 2004, p. 1-2. No original: “Pour le choix des personnes interviewées, le critère de la représentativité et de la notoriété a été central: la majorité d’entre elles occupe des fonctions-clés. Pour la troisième génération, d’autres critères se sont ajoutés: pour montrer l’élargissement du champ, y compris du point de vue géographique, j’ai choisi des personnes qui par leurs publications, par leur position à la tête de centres de recherche ou par le nombre d’étudiants encadrés en master et en doctorat ont acquis une visibilité nationale, tout en m’éloignant des axes centraux de production et de diffusion scientifique.”

Não fica muito nítido o que seriam “os cargos-chave” ou de que maneira a “representatividade/notoriedade” era medida – se pela quantidade de publicações, de cursos, orientandos, projetos de pesquisa etc. Poderia se supor que as gerações de Monica Raisa Schpun se assentavam nas memórias disciplinares e nos cânones elaborados que esta tese vem pesquisando até o momento? É uma suposição que possui seu valor, já que tais critérios de seleção para “as pioneiras” e para a “segunda geração” não possuem tanta evidência assim no texto de Schpun, mas são amparadas pela “notoriedade” e “representatividade” que seus nomes possuem. Miriam Moreira Leite, Rachel Soihet, Maria Odila Dias, Margareth Rago, Joana Maria Pedro e Mary del Priore: nomes que quase sempre eram celebrados pelos textos que aqui são analisados; nomes que produziram boa parte dos textos aqui analisados.

Veja-se que a “terceira geração” de Schpun – na qual ela mesma se inclui, como “a própria evolução do campo de pesquisas estudado”⁶⁶⁰ – as justificativas pela escolha dos nomes já se tornam um pouco mais longas, expondo maiores critérios de seleção. Há ainda que se verificar a possibilidade dessas gerações serem pensadas por critério de idade: em notas de fim de texto, Schpun deixa essa possibilidade de leitura ao colocar as datas de nascimento ao lado do nome de cada uma das entrevistadas.⁶⁶¹ Mais uma vez a descrição das gerações, ainda na introdução do texto, parece corroborar que, ao menos “as pioneiras” elencadas por Schpun aparecem “naturalmente” em seu relato, sem alguma adjetivação que as caracterizassem melhor:

Os/as historiadores/as interrogados/as pertencem a três gerações: as pioneiras, aquelas [segunda geração] que foram formadas por elas [pioneiras] ou por seus contemporâneos, e os mais jovens [terceira geração], que testemunham alguns desenvolvimentos atuais da história das mulheres e do gênero no Brasil [...].⁶⁶²

Talvez a incursão pelo artigo esclareça melhor tais critérios. Começa-se, então, pelo início, ou melhor, pelas “*pionnières*”:

Todas as três são reconhecidas como as primeiras a ter iniciado as pesquisas e o ensino em história das mulheres no Brasil. Rachel Soihet e Maria Odila Dias exercem um papel de transmissão como professoras, enquanto Miriam

⁶⁶⁰ SCHPUN, 2004, p. 1. No original: “Je suis, en cela l’évolution propre au champ de recherche étudié.”

⁶⁶¹ Nascidas entre os anos 1920 e 1940 estão Leite (1926), Soihet (1938) e Dias (1943), representativas da geração de “pioneiras”; para as décadas de 1940 e 1950 foram elencadas as historiadoras da “segunda geração, ou seja, Rago (1948), Pedro (1950), Priore (1952) e Algranti (1953); e Furtado (1960), Pantoja (1964) e Wolff (1968), nascidas nos anos 1960, assim como Albuquerque Junior (1961), são alocadas na “terceira geração”. A própria Monica Schpun (1964) nasceu naquela década.

⁶⁶² SCHPUN, 2004, p. 1. No original: “Les historien-ne-s interrogé-e-s appartiennent à trois générations: les pionnières (3) 4, celles qui ont été formées par celles-ci ou par leurs contemporains (4) 5, et les plus jeunes (4) 6, qui témoignent de certains développements actuels de l’histoire des femmes et du genre au Brésil [...]”

Moreira Leite, que nunca ocupou um cargo de professora, ficou conhecida sobretudo por seus trabalhos. [...] ela dirigiu o estratégico centro de documentação do departamento de História da Universidade de São Paulo, onde acumulou documentos para a história das mulheres e foi capaz de informar e formar diversos especialistas.⁶⁶³

Logo a frente, Schpun definiu porque entendia que Leite, Soihet e Dias como partícipes de uma única geração, afirmando que as três historiadoras não faziam parte da mesma geração apenas em virtude de suas datas de nascimento, mas, sim, porque elas “começaram a fazer história das mulheres no mesmo período.”⁶⁶⁴ Schpun mobiliza o nome de Maria Odila Dias como um daqueles que teria iniciado os trabalhos no campo na virada dos anos 1970 para os anos 1980, lembrando a pesquisa de livre-docência da professora uspiana, iniciada na segunda metade da década de 1970 e defendida em 1982. Mas não apenas sua função de pesquisadora era mobilizada pela professora da EHESS; sua atuação docente e como orientadora também passa a ser enfocada:

Em 1976, ela oferece, na USP, o primeiro curso de “pós-graduação” [...] em história das mulheres. Desde então, ela forma, ainda hoje, muitos/as pesquisadores/as, muitas vezes vindos/as de outros estados do país, para fazer sua tese sob sua orientação, seja na USP, seja na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) [...].⁶⁶⁵

Ao mobilizar o nome de Miriam Moreira Leite, Monica Raisa Schpun visibiliza, mais uma vez, a atuação como pesquisadora, mas aponta para a relação que Leite estabeleceu com as fontes para a História das Mulheres e a importância disso para sua trajetória de pioneira:

⁶⁶³ SCHPUN, 2004, p. 2. No original: “Elles sont toutes les trois reconnues comme étant les premières à avoir lancé les recherches et l’enseignement en histoire des femmes au Brésil. Rachel Soihet et Maria Odila Dias exercent un rôle de transmission en tant que professeures, tandis que Miriam Moreira Leite, n’ayant jamais occupé un poste d’enseignante, s’est surtout fait connaître par ses travaux. [...] elle a dirigé le stratégique centre de documentation du département d’histoire de l’Université de São Paulo (USP). Elle y a accumulé des documents pour l’histoire des femmes et a été en mesure d’informer et de former plusieurs spécialistes.”

⁶⁶⁴ Ibidem, p. 2. No original: “commencent à faire de l’histoire des femmes dans la même période.”

⁶⁶⁵ Ibidem, loc. cit. No original: “En 1976, elle offre, à l’USP, le premier cours de “post-graduation” [...] en histoire des femmes. Depuis, elle forme, aujourd’hui encore, beaucoup de chercheur-e-s, venant souvent des autres états du pays pour faire leur thèse sous sa direction, soit à l’USP, soit à l’Université Catholique de São Paulo (PUC-SP) [...]”. Maria Odila Dias esclarece que sua tese de livre-docência emerge justamente de sua experiência de ensino e em virtude do estágio realizado nos EUA. No entanto, em entrevistas concedidas a Joana Maria Pedro e Roselane Neckel em 2005 e em 2020, Dias afirma ter oferecido na USP seu “primeiro curso de História das Mulheres em 1972”. Sobre a pesquisa para escrever *Quotidiano e poder*, ela declara ter realizado quase toda também no período de estágio no exterior: “Em 1975 eu voltei para o Estados Unidos. Havia um convênio da USP com a Universidade do Texas, em Austin. Na biblioteca de Austin havia o melhor acervo sobre a América Latina. A Library of Latin American Studies facilitou muito a pesquisa das mulheres, tinham de tudo. Fiz quase toda a pesquisa para a minha tese de livre docência lá, porque eles tinham as atas da Câmara de São Paulo”. Cf. PEDRO, Joana Maria; NECKEL, Roselane. História das Mulheres e a Hermenêutica do Cotidiano – entrevista com Maria Odila Leite da Silva Dias. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 47, n. 1, p. 1-12, jan.-abr. 2021.

Miriam Moreira Leite integrou-se à história das mulheres por um caminho totalmente diferente [...]. Em 1976, ela participa da elaboração de um inventário bibliográfico sobre as mulheres [...]. De fato, foi um projeto importante que reuniu e sistematizou todas as pesquisas sobre mulheres existentes na época, tornando-a acessível ao maior número possível de pessoas [...].⁶⁶⁶

Atenta ao depoimento de sua entrevistada, Monica Raisa Schpun tentou demonstrar a importância que a pesquisa de trabalhos bibliográficos da historiadora junto a Fundação Carlos Chagas tinha tido na própria trajetória de Leite na pesquisa em História das Mulheres. Trata-se do trabalho realizado a partir de 1976 pela FCC e publicado em dois volumes (1979 e 1981) em *Mulher brasileira: bibliografia anotada*. Schpun sublinha que, a partir da experiência de Leite na FCC e em *Mulher brasileira...*, a historiadora uspiana teria inaugurado “dois temas que lhe serão particularmente queridos a partir de então”, quais sejam, os relatos de viagem – tanto sobre as mulheres quanto aqueles escritos por mulheres – e, “além disso”, Leite teria descoberto “a obra de Maria Lacerda de Moura (1887-1945), mulher de trajetória muito singular, a quem ela dedicou seu doutorado”.⁶⁶⁷

Finalmente, tratando de sua última “*pionnière*”, Schpun dá espaço à trajetória e ao relato de Rachel Soihet, afirmando que a historiadora fluminense teria se “interessado pela história das mulheres muito cedo”, tendo defendido ainda em 1974 uma dissertação de mestrado “dedicada à líder sufragista Bertha Lutz”. Para Schpun, o interesse de Soihet tanto pelo feminismo como pelas feministas, “em uma época em que os historiadores ainda não se dedicavam a esse tipo de temática”, expressar-se-ia “em seu trabalho [acadêmico] e não no ativismo engajado.” Tematizando seu doutorado, realizado quando Soihet já era docente da UFF desde 1976, a historiadora da EHESS afirmava que Soihet teria se dirigido à USP, conduzida à São Paulo por conta de ser o lugar onde o campo se concentrava. Depois desse período, a preocupação de Soihet teria se voltado para o “cotidiano das mulheres pobres, para as festas populares, como o carnaval, e ela incorpora o conceito de gênero aos seus trabalhos”.

⁶⁶⁶ SCHPUN, 2004, p. 2-3. No original: “Miriam Moreira Leite a rejoint l’histoire des femmes par un tout autre chemin [...]. En 1976, elle participe à l’élaboration d’un état des lieux bibliographique pour la recherche sur les femmes [...]. Il s’agit en fait d’un projet important qui réunit et systématise l’ensemble des recherches sur les femmes existant à l’époque, les rendant ainsi accessibles au plus grand nombre [...]”.

⁶⁶⁷ Ibidem, p. 3. No original: “C’est là qu’elle inaugure deux sujets qui lui tiendront particulièrement à cœur par la suite. Tout d’abord, les récits de voyage, sur lesquels elle commence en 1978 une recherche qui s’étale sur plusieurs années — englobant aussi bien les références aux brésiliennes dans les écrits des voyageurs étrangers, que les récits des nombreuses voyageuses du XIXe siècle. De plus, elle découvre alors l’œuvre de Maria Lacerda de Moura (1887-1945), femme à l’itinéraire très singulier, auquel elle consacre son doctorat.”

Esta guinada de atenção, de acordo com Schpun, teria se dado em virtude das “contribuições da antropologia e de uma história cultural atenta às práticas cotidianas.”⁶⁶⁸

Ao finalizar a seção acerca das pioneiras, poderia se perguntar: para além desses nomes próprios de Maria Odila Dias, Rachel Soihet e Miriam Moreira Leite, o que caracterizaria uma pioneira da História das Mulheres e das Relações de gênero no Brasil segundo os critérios de Monica Raisal Schpun? Quais características esses nomes próprios guardavam em comum? Numa outra perspectiva, que “virtudes epistêmicas” seriam necessárias para que uma historiadora se tornasse uma “*persona* acadêmica” precursora de um campo específico de estudos?⁶⁶⁹ Poder-se-ia responder, então, que “atuação professoral”, seja em cursos ou na atividade de orientação e no “papel de transmissão como professoras”, destacada por Schpun nas trajetórias de Dias e Soihet, acompanhava “as qualidades” de uma precursora. Para além disso, a característica destacada em Leite de “historiadora arquivista”, que reúne e facilita o acesso a “documentos e bibliografia”, mesmo que não atue como professora e orientadora, também faz parte de tais “qualidades”. Por fim, é claro, é preciso mencionar que o papel enquanto pesquisadoras “que produzem teses e dissertações” nos atuais programas de pós-graduação e nos departamentos de História é sublinhado na trajetória das três historiadoras tematizadas no artigo de Schpun.

A necessidade de tocar nesse assunto parece ser importante para perceber como a memória disciplinar e os cânones da área serão elaborados e disputados na segunda metade dos anos 2000, especialmente a partir de textos escritos por Margareth Rago, Joana Maria Pedro e Rachel Soihet. Mas, agora, é importante destacar que, num momento em que textos se voltam mais para as historiadoras e suas trajetórias e menos para o longo elenco de obras – operação notada já nos textos de Soihet e Rago publicados nos *Cadernos Pagu* de 1998 –, parece entrar em operação também a valorização de certas características fundamentais para elaboração dos cânones e das memórias disciplinares, que sempre exigem a gestação de “pioneiras” e

⁶⁶⁸ SCHPUN, 2004, p. 3. No original: “Rachel Soihet s’intéresse très tôt à l’histoire des femmes et soutient, en 1974, un máster consacré à la leader suffragette Bertha Lutz (1894-1976). [...] son intérêt pour le féminisme et les féministes, dans une période où les historiennes ne se consacrent pas encore à ce type de thématique, ainsi qu’une sensibilité personnelle au mouvement féministe des années 70 qui s’exprime par ses travaux plutôt que par un militantisme engagé. Enseignant depuis 1976 à l’Université Fédérale Fluminense (état de Rio), elle s’inscrit pour son doctorat à São Paulo où la conduit la centralisation du champ. Dans son parcours de recherches, les apports de l’anthropologie et d’une histoire culturelle attentive aux pratiques quotidiennes sont pour elle fondamentaux. Son attention se porte notamment sur le quotidien des femmes pauvres, sur les fêtes populaires, dont le Carnaval, et elle incorpore le concept de genre à ses travaux [...]”

⁶⁶⁹ Ver o trabalho de João Rodolfo Munhoz Ohara sobre virtudes epistêmicas e *personae* acadêmicas na historiografia brasileira da década de 1980: OHARA, João Rodolfo Munhoz. **Virtudes epistêmicas na historiografia brasileira (1980-1990)**. 2017. 151 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, UNESP, Assis-SP, 2017.

“precursoras”. Se João Ohara registra as virtudes de “historiador arquivista” – no masculino, é importante frisar – e “atuação professoral” para os anos 1980,⁶⁷⁰ é importante registrar aqui também que tais virtudes são ainda valorizadas em meados dos anos 2000, em um texto publicado visando um outro grande centro de produção historiográfica sobre as mulheres e grande referência para os/as historiadores/as brasileiras/os: a França. Para além dessa “adaptação” das conclusões de Ohara para as historiadoras do gênero e das mulheres, deseja-se registrar aqui que a característica de “tornar-se doutora ou o livre-docente” nos programas de pós-graduação em História inaugurados e nos departamentos reorganizados a partir das reformas de 1968 é uma característica também fundamental.

Flagrante disso, talvez, seja o esquecimento realizado por Schpun de toda uma sorte de outras historiadoras e não historiadoras que vinham sendo nomeadas como pioneiras em outros textos, como Maria Beatriz Nizza da Silva e Maria Luiza Marcílio, mas também de Wanda Rosa Borges, que abriu as reflexões desta tese, e sua tese para conquistar o título de “doutor”, mas no antigo sistema de cátedras. Todas elas, que por um caminho ou outro acabaram tematizando as mulheres, trabalharam com a questão nos anos 1970, mesmo critério utilizado por Monica Schpun para definir sua geração de pioneiras. Também pode se mencionar o nome de Heleieth Saffioti, saudada em algumas narrativas como precursora, mas livre-docente em Sociologia também pelo regime das cátedras. Parece um tanto acertado, assim, afirmar que não só as características de pesquisadora, professora e/ou arquivista eram essenciais para se moldar uma pioneira já nos anos 2000, mas também a de ter passado a fazer parte dos modos de formação e afirmação da carreira inaugurados pós-reforma de 1968.

Viu-se há pouco que Karla Bessa também já havia atado o desenvolvimento do campo ao desenvolvimento dos programas de pós-graduação e da atuação da ANPUH/Nacional na profissionalização, via universidades e seus PPGs, da disciplina histórica no Brasil. Era também uma forma, se essa primeira afirmação estiver correta, de apagar as trajetórias que se faziam em outros modelos de organização institucional que não aquele que tais historiadoras ocupavam – muitas delas implicadas na elaboração de memórias disciplinares e no trabalho de dar conteúdo a seus cânones. Nomes do antigo sistema de cátedras pareciam perder cada vez mais espaço, mas os nomes que tiveram passagens pela Fundação Carlos Chagas, por exemplo, ainda eram acionados. Não só nomes, como os de Miriam Moreira Leite, mas as obras organizadas pela FCC e a própria instituição eram lembradas por Schpun. É importante mencionar isso tendo em vista que, excetuando o balanço de Mary del Priore, de 1998, a FCC vinha sendo esquecida

⁶⁷⁰ OHARA, 2017. Ver especialmente as páginas 46 a 51 sobre o “historiador arquivista” e a página 97 sobre a “atuação professoral”.

por outros relatos. Momento em que os programas de pós-graduação passavam por franca expansão, o sucesso das pesquisas nesses lugares de produção parecia ainda dividir alguns holofotes com as instituições não-universitárias.

Voltando ao artigo de Monica Raisa Schpun, pode-se passar a sua caracterização da “*Deuxième génération*”, seção que ocupou o maior espaço no texto. Tecendo problematizações acerca das obras, depoimentos e trajetórias de Margareth Rago, Joana Maria Pedro, Leila Mezan Algranti e Mary del Priore, Schpun afirmava que elas pertenceriam a geração que começou “a fazer história da mulher no final da década de 1980, na época do doutorado, defendido por volta de 1990” mas que, no mestrado, havia se dedicado a outros temas e objetos. Destacando que Pedro foi a única da segunda geração a ser orientada por uma das pioneiras, Schpun sublinha o trabalho da professora da UFSC ao voltar a lecionar em Florianópolis depois do doutorado, integrando um grupo interdisciplinar de “estudos feministas muito ativo”,⁶⁷¹ colaborando,

⁶⁷¹ Monica Raisa Schpun se referia aqui ao grupo de professoras da UFSC que se reuniram no primeiro *Seminário Fazendo Gênero: Seminário de Estudos sobre a Mulher*, ocorrido na capital catarinense em 1994. O evento foi organizado por docentes do Centro de Comunicação e Expressão da UFSC, agregando acadêmicas do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, ao qual Joana Maria Pedro era vinculada. O seminário contava com a participação efetiva de pesquisadoras vinculadas ao Núcleo Interdisciplinar de Estudos de Gênero da UFSC, antigo Núcleo de Estudos da Mulher, criado em 1984 e reestruturado com o novo nome a partir de 1989, na mesma rota de tantos outros núcleos que passaram pela renomeação. O seminário iniciado em 1994 por essas acadêmicas tornou-se um encontro bianual intitulado *Encontro Internacional Fazendo Gênero* – atualmente, *Seminário Internacional Fazendo Gênero*, realizado trienalmente –, sagrando-se um dos maiores e mais notabilizados eventos da área na América Latina. Em 1999, o grupo assumiu a editoria da *Revista Estudos Feministas*, antes editada no Rio de Janeiro, desde sua fundação, em 1992. Já em 2000, as professoras do CFH/UFSC criaram uma área de concentração sobre estudos feministas e de gênero no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH-UFSC), que acabou se constituindo na Área de Concentração em Estudos de Gênero, da qual Joana Maria Pedro viria a se tornar professora e orientadora nos anos seguintes. Aliadas as forças de um evento internacional, de uma revista dirigida a públicos interdisciplinares nacionais e internacionais e de uma área de concentração específica em um PPG também interdisciplinar, o grupo da UFSC, ao lado das professoras da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), criou, em 2005, o Instituto de Estudos de Gênero, que passou a agregar os diferentes núcleos e laboratórios de pesquisa em gênero de vários centros e departamentos da UFSC, da UDESC e de outras instituições. O IEG, sediado na UFSC, contou com a participação de Joana Maria Pedro (historiadora – UFSC), Simone Pereira Schmidt (teórica da literatura – UFSC) e Mara Coelho de Souza Lago (pedagoga – UFSC) em sua primeira coordenação. Atualmente, o IEG é responsável pela edição da *Revista Estudos Feministas*; pela realização do *Seminário Internacional Fazendo Gênero*; pelo apoio com recursos humanos, instalações e laboratórios ao PPGICH-UFSC; pelo Espaço Cultural Gênero e Diversidades, congregando artistas e acadêmicas; e pelo CEDOC, o Centro de Documentação do IEG-UFSC, que abriga um acervo físico e digital de livros, periódicos, trabalhos acadêmicos, *clippings* de notícias, coleções de folders, *banners* e material audiovisual sobre feminismo, estudos de gênero, diversidades e sexualidades. Caberia, sem dúvidas, pesquisas que dessem conta de acompanhar a trajetória dessas acadêmicas e dos grupos, núcleos, eventos etc. que conseguiram levantar um verdadeiro polo integrado e interdisciplinar em estudos de gênero, de reconhecimento internacional, com atuação em diversas frentes. Certamente seria uma colaboração inestimável para a compreensão da história dos estudos de gênero e das pesquisas sobre feminismo e mulheres no país, bem como para a História da historiografia das mulheres e do gênero. Cf. INSTITUTO DE ESTUDOS DE GÊNERO. **Estatuto**. Florianópolis, 2020. Disponível em: <https://ieg.ufsc.br/public/storage/documents/June2020/wuEJ1TjHwrdynCTe0kHU.pdf>. Acesso em 05 jun. 2020, às 15h52min; INSTITUTO DE ESTUDOS DE GÊNERO. **Seminário Internacional Fazendo Gênero: dezoito anos de Fazendo Gênero** - um pouco de história. Disponível em: http://www.fazendogenero.eventos.dype.com.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=581. Acesso em 25 mai. 2022, às 16h33min; INSTITUTO DE ESTUDOS DE GÊNERO. **Institucional**. Disponível em:

então, “para a expansão geográfica da área em nível nacional, movimento que se tornará mais pronunciado posteriormente”.⁶⁷² Acerca de Rago e Algranti, a historiadora destacou o trabalho delas na Unicamp:

A primeira converteu-se completamente [ao estudo das mulheres e do gênero] após sua tese e produziu o restante de seu trabalho neste campo de estudo. A segunda, apesar de realizar o doutorado sobre mulheres no período colonial, do lugar não desprezível ocupado pelas mulheres e pelo gênero em seu livre-docência e da participação em uma equipe de pesquisa que trabalha com gênero — o Pagu da Unicamp — declara que não se considera uma historiadora das mulheres.⁶⁷³

Sobre a trajetória de Margareth Rago, é importante frisar que Monica Raisa Schpun a coloca na geração que teria começado a pesquisar História das Mulheres e do Gênero apenas no doutorado, deixando entrever que ao esforço que Rago havia feito nos anos 1990 para integrar sua dissertação à área – problematizado no primeiro capítulo deste trabalho – ainda se impunha alguma resistência. A pequena frase com a qual descreve a trajetória da professora unicampista – “converteu-se completamente após sua tese e produziu o restante de seu trabalho neste campo de estudo” – faz reforçar a ideia de que Monica Schpun se reunia ao grupo de pesquisadores – que conta com Karla Bessa e Igor Guedes Ramos⁶⁷⁴ – que tinham dificuldades em perceber em *Do cabaré ao lar* um trabalho dedicado com primazia ao objeto mulheres e realizado nessa área de estudos.

Tematizando a declaração de Leila Mezan Algranti, Monica Raisa Schpun menciona sua trajetória como pesquisadora da escravidão urbana no Rio de Janeiro durante o mestrado, o que a levou a entrar em contato com fontes sobre mulheres reclusas em conventos, que se tornariam seu objeto de pesquisa no doutorado. Segundo o depoimento de Algranti, sua tese estaria vinculada a uma tradição bastante francesa da História das Mulheres, chocando-se com os estudos da historiografia brasileira que, à época, seriam “mais marcados pelas reflexões estadunidenses sobre gênero”. Ao mesmo tempo, a entrevista de Schpun conseguiu registrar

<https://ieg.ufsc.br/>. Acesso em 25 mai. 2022, às 14h11min; PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS. **Apresentação**. Disponível em: <https://ppgich.ufsc.br/sobre-o-curso/apresentacao/>. Acesso em: 25 mai. 2022, às 16h42min.

⁶⁷² SCHPUN, 2004, p. 3-4. No original: “Elles sont quatre, d’âges assez voisins¹⁶ et ont toutes commencé à faire de l’histoire des femmes à la fin des années 1980, au moment de leur doctorat, soutenu autour de 1990; leurs masters portaient sur d’autres sujets”.

⁶⁷³ Ibidem, p. 4. No original: “La première se convertit complètement après sa thèse et produit la suite de ses travaux dans ce domaine. La seconde, malgré un doctorat sur les femmes de la période coloniale, la place non négligeable que tiennent les femmes et le genre dans sa *livre-docência* et la participation à une équipe de recherches travaillant sur le genre — le Pagu de l’Unicamp — déclare ne pas se considérer comme une historienne des femmes”.

⁶⁷⁴ BESSA, 2000; RAMOS, 2014.

que a própria Algranti percebia que a maior parte da História das Mulheres sobre o período colonial vinha da Demografia histórica – flagrando, aqui, sua adesão, ao menos em partes, àquele enunciado já descrito no primeiro capítulo – e, por isso, focavam mais a mulher no seio da organização familiar. Isso levou Algranti a afirmar, segundo Schpun, que ela faria uma história das mulheres “numa versão mais clássica”.⁶⁷⁵

Passando a tratar do doutorado de Mary del Priore, a historiadora da EHEES afirmava também sua relação com o campo da Demografia histórica:

Mary del Priore vem da demografia histórica. [...] A demografia histórica é, de fato, durante a década de 1980, particularmente decisiva para a história colonial no Brasil. Os/as inúmeros/as pesquisadores/as que a ela se dedicam na maioria das vezes trabalham temas relacionados à família e é por meio dela que alguns abordam a história das mulheres. Um método quantitativo, de aparência mais científica do que outros, tem a clara vantagem de ser menos visado pela misoginia e antifeminismo predominantes.⁶⁷⁶

Retomando a tópica da família e da demografia, Schpun o faz aqui, em 2004, já de uma forma um tanto diferente das autoras que emitiram e reabilitaram tal enunciado entre 1987 e 1998. História da Família e Demografia histórica, campos tidos como possivelmente mais científicos devido ao apelo quantitativo, não eram aqui a origem da História das Mulheres e das Relações de Gênero. Essa origem era atribuída às “*pionnières*”, enunciadas logo acima. Demografia histórica e História da Família, eram, sim, uma característica decisiva para um recorte específico da história brasileira: o período colonial. O enunciado, então, não tem o mesmo efeito aqui em Schpun como teve, por exemplo, em Mary del Priore, em 1998. O tripé de pioneiras saudado no balanço de Priore (em 1998, já que, como se demonstrou, em 1989 o tripé era outro) incluía Maria Beatriz Nizza da Silva, Miriam Moreira Leite e Maria Luiza Marcílio é diferente da tríade entrevistada por Monica Raisa Schpun. No entanto, um nome em comum permanecia pioneiro nos dois textos: o de Miriam Moreira Leite. E é justamente à entrevista de Leite que Schpun recorre para tematizar esta questão:

No entanto, as historiadoras que na época já faziam história das mulheres, tendo seguido um percurso intelectual diferente, não se associavam a esse tipo de abordagem, que alguns, como Miriam Moreira Leite, consideravam

⁶⁷⁵ SCHPUN, 2004, p. 4.

⁶⁷⁶ Ibidem, loc. cit. No original: “Mary del Priore vient, elle, de la démographie historique. [...] La démographie historique est en fait, pendant la décennie 1980, particulièrement décisive pour l’histoire coloniale au Brésil. Les nombreux/ses chercheur-e-s qui s’y consacrent travaillent le plus souvent sur des sujets liés à la famille, et c’est par ce biais que quelques-un-e-s abordent l’histoire des femmes. Une méthode quantitative, plus scientifique en apparence que d’autres, a le clair avantage d’être moins visée par la misogynie et l’antiféminisme en vigueur”.

tradicional, “muito presa à documentação, sem uma abordagem qualitativa que possa revelar seu significado e ler os resultados das descrições dadas”.⁶⁷⁷

Nesse gesto, Schpun ata cada vez mais o nome de Priore à demografia, enquanto o de Leite – que ajudou a emitir o enunciado da História da Família e da Demografia histórica – é sublinhado como voz crítica a essas abordagens. Em tal gesto, que, por meio de entrevistas coletadas já nos anos 2000, parece querer criar uma separação entre história “mais ou menos” qualitativa/quantitativa, Schpun descreveu como esses depoimentos poderiam informar uma relação entre as diferentes maneiras de se praticar História das Mulheres (e, por consequência, a própria maneira de se praticar História) e a questão política do feminismo:

Os depoimentos indicam, assim, uma dupla clivagem dentro da história das mulheres: por um lado, entre as historiadoras que se autodenominam feministas e as demais e, por outro, sobreposta à primeira, entre aquelas que fazem história das mulheres com abordagens qualitativas e aqueles que vêm da demografia, com métodos quantitativos. As entrevistas com as três pioneiras apresentadas acima expressam, cada uma à sua maneira, o feminismo de suas autoras, completamente desvinculadas de qualquer preocupação quantitativa com a história.⁶⁷⁸

Nova separação. De um lado, historiadoras com preocupações feministas e abordagens qualitativas; de outro, aquelas que não se identificavam como feministas e “vindas da demografia, com métodos quantitativos”. A sobreposição entre as afinidades e/ou autodenominações políticas e o tipo de abordagem, qualitativa ou quantitativa, fazia sentido para Schpun tal como parece fazer sentido para as afirmações desta tese. Foi possível perceber, com os textos de Nizza da Silva e Priore, por exemplo, a defesa de uma prática historiográfica que, se surgiu de um impulso feminista, teria encontrado lugar “mais seguro”, menos “militante ou esquerdizante” (nas palavras de Nizza da Silva) ou “mais ligado ao empirismo da documentação” (nos dizeres de Priore) nas abordagens da História da Família e da Demografia

⁶⁷⁷ SCHPUN, 2004, p. 4-5. No original: “Cependant, les historiennes qui à l’époque font déjà l’histoire des femmes, en ayant suivi un itinéraire intellectuel différent, ne s’associent pas à ce type de démarche, que certaines, telle Miriam Moreira Leite, jugent traditionnelle, “trop collée à la documentation, sans une approche qualitative qui puisse en dévoiler le sens et lire les résultats des descriptions données”.

⁶⁷⁸ Ibidem, p. 5. No original: “Les témoignages signalent ainsi un double clivage au sein de l’histoire des femmes : d’une part, entre les historiennes qui se disent féministes et les autres et, d’autre part, se superposant au premier, entre celles qui font l’histoire des femmes avec des approches qualitatives et celles qui viennent de la démographie, aux méthodes quantitatives. Les interviews des trois pionnières présentées ci-dessus, expriment, chacune à sa façon, le féminisme de leurs auteures, qui se détachent complètement de toute préoccupation quantitative en histoire.”

histórica. Não que se considere, aqui, os trabalhos ligados à família e à demografia como obras e pesquisas exclusivamente quantitativas e/ou despolitizadas.⁶⁷⁹

Todavia, o que se pretende explicitar, é esse exercício que já era possível de se realizar desde a década de 1990: vincular a memória disciplinar da área não só ao impulso feminista dado ao campo, mas tornar o próprio feminismo e, nesse sentido, a política, prática integrante não apenas das trajetórias pessoais das historiadoras, mas de suas próprias práticas historiográficas. Basta, nesse sentido, retomar as considerações de Maria Odila Dias, com sua “teoria” e o seu “método dos estudos feministas”, ou Margareth Rago e Maria Izilda Matos, para quais o feminismo alimentaria questões e redimensionaria os olhares para a prática historiográfica. A inserção dessas historiadoras e suas reflexões “nos quadros da história militante”, como a presidenta da ANPUH/Nacional em 1997 já anunciara em relação a algumas delas, parecia estar tomando ainda mais forma.

Voltar ao texto de Monica Raisa Schpun pode ser salutar para esclarecer essas questões. Se para as pioneiras – que não incluíam aqui as historiadoras da família e da demografia – o feminismo era uma questão a ser assumida sem preocupações quantitativas, para as historiadoras da segunda geração isso não aparecia sem maiores reticências:

Margareth Rago e Joana Pedro se autodenominam feministas sem hesitação. Eles expressam um compromisso social do qual seu feminismo parece inseparável e que até o reforça. Leila Mezan Algranti nuança a sua resposta: mesmo que considere o feminismo como um dos dois gatilhos da história das mulheres (sendo o outro, em sua opinião, a demografia), ela não é sensível ao feminismo nem vê relação entre ele e suas escolhas intelectuais, que seguem outro caminho. Por sua vez, marcando uma ruptura conflitiva, Mary del Priore radicalizou sua posição: “Naquela época [por volta de 1986] conheci e fiz amizade com Michela de Giorgio. Seu interesse pela questão do feminino me

⁶⁷⁹ Ainda cabe mencionar certo incômodo com a caracterização de Mary del Priore entre aquelas que vêm “da demografia e dos métodos quantitativos”. Além de declarar em entrevistas que tinha proximidade com os estudos de demografia e atribuir a eles determinada origem da área, mas negar que se valesse de tais métodos, parece difícil vincular, por exemplo, a tese de Mary del Priore à demografia, aos seus métodos. Se, com certeza, Priore se preocupa com o trabalho que considera como “empírico” em seu doutorado, isso não garante afirmar que praticou demografia histórica. Seu trabalho, como já tematizado no capítulo anterior, esteve muito ligado à tradição francesa dos *Annales*, considerada por ela quase que uma antecedente natural de nossa historiografia, e aos estudos das mentalidades. Isso fica patente na declaração que fez na publicação de sua tese em livro: “A preservação de práticas culturais e representações simbólicas femininas indica que a construção da santa-mãe como um arquétipo para melhor submeter a mulher à vida doméstica foi um fenômeno de longa respiração histórica. Foi, portanto, um fenômeno de longa duração na história de nossas mentalidades. Procurei entrar, e reconheço que o fiz de forma muito empírica, no domínio das atitudes coletivas diante da vida, do nascimento, do parto e do corpo feminino; mas é Michel Vovelle que o pergunta: ‘Será isto um defeito?’.” Cf. PRIORE, Mary del. **Ao sul do corpo: condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil Colônia**. São Paulo: Editora Unesp, 2009. p. 17. Sobre a história das mentalidades trabalhada por Priore em sua tese, bem como sua vinculação à historiografia francesa, ver BELIEIRO, Thiago Granja. **A presença dos Annales no Programa de Pós-graduação em História da Universidade de São Paulo (1985-1994)**. 217 f. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, SP. 2017. p. 170-174.

aproximou das autoras ligadas à revista *Pénélope*. Participei de algumas de suas reuniões. O benefício que tirei dessa experiência foi perceber que as perguntas que esses pesquisadores estavam se fazendo não eram minhas. Nunca me interessei por política feminista. Nem mesmo um interesse intelectual ou político pelo feminismo”. Leila Mezan Algranti e Mary del Priore não se interessam pelo compromisso social, caros a Margareth Rago e Joana Pedro. E isso parece intimamente relacionado com a distância ou adesão que as duas primeiras e as duas últimas dedicam ao feminismo.⁶⁸⁰

Monica Raisa Schpun, depois disso, adiciona à sua narrativa outro obstáculo enunciado pelas suas entrevistadas, o marxismo: “É necessário dizer ainda que os anos 1970-80 são um período dominado pelo marxismo nas universidades brasileiras. E, nesse contexto, a história das mulheres é literalmente incompreensível.”⁶⁸¹ Tomando os relatos de Maria Odila Dias e de Miriam Moreira Leite para tematizar tal questão, a professora da EHESS destacou as dificuldades narradas pelas historiadoras em se fazer História das Mulheres no contexto de um cenário voltado ao marxismo – como Nizza da Silva já fazia em 1987 e 1991 e Rago havia feito em 1998. Para Dias, seu trabalho de livre-docência teria sido considerado “sem importância”, enquanto para Miriam Moreira Leite o marxismo nas universidades se aliaria “um pouco ao machismo brasileiro para dificultar as coisas”. Schpun, assim, retoma *A mulher na sociedade de classes*, “O estudo fundador da socióloga Heleieth Saffioti”, como exemplo de como era difícil se fazer História das Mulheres sem se afastar “dos cânones dominantes – e impostos”.

Esse recurso de Schpun de tematizar as dificuldades narradas pelas historiadoras em ambiente amplamente marxista é utilizado para enfocar novamente o uso da Demografia histórica. Sem muito reconhecimento no cenário “dos cânones impostos pelos marxistas”, a Demografia histórica, então, funcionaria “como uma chave de entrada para a história das mulheres”.⁶⁸² Entre a “politização” da História das Mulheres pelo feminismo e “os cânones

⁶⁸⁰ SCHPUN, 2004, p. 5. No original: “Margareth Rago et Joana Pedro se disent sans hésitation féministes. Elles expriment un engagement social dont leur féminisme apparaît inséparable, et qu’il renforce même. Leila Mezan Algranti nuance sa réponse : même si elle considère le féminisme comme un des deux déclencheurs de l’histoire des femmes (l’autre étant, à son avis, la démographie), elle ne se montre pas sensible au féminisme ni ne voit de relation entre celui-ci et ses choix intellectuels, qui suivent un autre chemin. De son côté, marquant une rupture conflictuelle, Mary del Priore radicalise sa position : « À cette époque-là [vers 1986] j’ai connu et suis devenue amie de Michela De Giorgio. Son intérêt pour la question du féminin m’a rapprochée des auteures liées à la revue *Pénélope* ; j’ai assisté à certaines de leurs réunions. L’avantage que j’ai tiré de cette expérience a été de me rendre compte que les questions que ces chercheuses se posaient n’étaient pas les miennes. *Je n’ai jamais eu aucun intérêt pour les politiques féministes. Ni même un intérêt intellectuel ou politique pour le féminisme* ». Leila Mezan Algranti et Mary del Priore ne manifestent aucun intérêt pour l’engagement social, cher à Margareth Rago et à Joana Pedro. Et cela semble étroitement lié à la distance ou à l’adhésion que les deux premières et les deux dernières consacrent au féminisme.”

⁶⁸¹ Ibidem, loc. cit. No original “Il faut dire encore que les années 1970-80 sont une période dominée par le marxisme dans l’université brésilienne. Et, dans un tel contexte, l’histoire des femmes est littéralement incompréhensible”.

⁶⁸² Ibidem, loc. cit. No original: “démographie historique fonctionne comme une clef d’entrée pour l’histoire des femmes”

impostos” pelo marxismo, estaria a História da Família e da Demografia histórica. Soando como uma tentativa ali de justificar ou, ao menos, problematizar a vinculação de Priore e Algranti à Demografia histórica – e, na relação estabelecida por Schpun, ao próprio feminismo –, a historiadora da EHESS parece enfocar a questão mais como uma “saída” dos modelos e abordagens marxistas do que como a área que teria originado a História das Mulheres e das Relações de Gênero. De qualquer modo, para Schpun, a Demografia histórica traçaria “uma linha divisória dentro da história das mulheres, opondo duas abordagens e olhares históricos fundamentalmente distintos.”⁶⁸³

Como última questão a ser tratada na “*Deuxième génération*”, Schpun focalizou a relação que tal geração teria estabelecido com a categoria gênero. Considerando que é no final dos anos 1980 que “as discussões sobre o gênero, vindas dos Estados Unidos, chegam ao Brasil”, a historiadora argumenta que tais discussões se tornam mais presentes nos estudos feministas brasileiros que aquelas vindas da França.⁶⁸⁴ Nesse sentido, a historiadora da EHESS recusa o “lugar comum” que afirma que a adesão ao conceito de gênero foi feita no Brasil sem muita “reflexão prévia”.

Em relação à recusa de Schpun, à qual esta tese faz coro, é importante destacar que, desde Maria Odila Dias, passando pelos textos de Joana Maria Pedro e Margareth Rago, até, especialmente, as discussões que movimentaram o cenário na segunda metade da década de 1990 com Maria Izilda Matos, Eni de Mesquita Samara, Rachel Soihet e Mary del Priore, a categoria gênero foi bastante debatida pelas historiadoras brasileiras. Debates estes que foram acompanhados por indicação de saídas e soluções, como se demonstrou no capítulo anterior. O que se pode criticar, com efeito, é que tal discussão passou, essencialmente, pela tematização das proposições de Joan Scott, especialmente aquela realizada em “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, sem muito esforço em buscar outras alternativas, autoras e textos para fomentar a discussão, algo que passa a acontecer, dentro dos limites dos materiais selecionados como fontes para este trabalho, a partir dos anos 2000, com a inclusão de nomes como Judith Butler, Tania Navarro Swain, Thomas Laqueur e Linda Nicholson. Isso ficará mais evidente adiante. Uma segunda nota sobre essa discussão é que a categoria de raça e/ou etnia parece não ter tido qualquer efeito nos textos trabalhados aqui nesta tese, aparecendo, quando muito, associada à tríade classe-gênero-raça, como sugestão de Scott, mas sem que houvesse um

⁶⁸³ SCHPUN, 2004, p. 6. No original: “[...] la démographie trace une ligne de partage au sein de l’histoire des femmes, en opposant deux approches et deux regards historiques fondamentalement distincts”.

⁶⁸⁴ Ibidem, loc. cit. No original “C’est à la fin de la décennie 1980 que les discussions sur le genre, venues des États-Unis, arrivent au Brésil où les débats et les théories féministes américains sont plus présents que leurs équivalents français.”

aprofundamento ou um entrecruzamento mais eficaz entre os conceitos. Apenas nos últimos anos analisados por esta tese, como ficará claro no último capítulo, é que esta questão começa a ser tematizada nas fontes analisadas aqui.

Voltando ao texto de Monica Raisa Schpun, depois de discordar que haveria pouca “reflexão prévia” sobre gênero no país, a historiadora da EHESS busca elementos nas entrevistas de Dias, Priore, Algranti e Leite para tematizar o assunto. Sobre Leila Mezan Algranti, Schpun afirmava que a professora da Unicamp seria reticente em se ver realizando uma História das Relações de Gênero. Já tendo se considerado uma acadêmica que fazia uma “história das mulheres mais clássica”, Algranti é mobilizada por Schpun a partir de sua tese de doutorado, na qual a historiadora radicada na França visualiza a reafirmação de uma História colonial baseada sobretudo nas abordagens da historiografia francesa e a recusa de se abrir a uma historiografia e títulos anglófonos. Sua “filiação à história das mulheres”, afirmava Schpun, dar-se-ia em relação à História Social aos moldes franceses; de modo que a própria Schpun sinaliza isso na leitura que faz de sua tese, ressaltando que se Algranti não debate gênero, ao menos fala de “uma história da relação entre os sexos”. Para Schpun, isso demonstraria em Algranti uma recusa apenas à terminologia nova, ou à categoria gênero, já que seus trabalhos se aproximavam um tanto dessa abordagem, mas seu depoimento se mostra reticente em se incluir nos quadros de uma História de Gênero, marcando uma posição e uma escolha neste cenário.⁶⁸⁵ No caso de Miriam Moreira Leite, Schpun também faz registro parecido ao testemunhar seu relato, já que Leite afirmava também não realizar uma História de gênero, mesmo que Schpun visse alguns desses elementos em sua obra.

Esse já não seria o caso de Mary del Priore, que “recusa radicalmente” refletir e se pensar como uma historiadora adepta ao conceito, pinçando exemplos disso em sua fala: “Como você vê, não tenho interesse em gênero ou em discussões epistemológicas sobre o feminino” ou “Desculpe minha insistência em não falar sobre a história do gênero, porque não sei o que é”. Para Schpun, a fala de Priore “é novamente uma estratégia para se posicionar”, como já fizeram Leite e Algranti; contudo, no caso de Priore, esta buscava posicionar-se “fora de um campo ao qual várias atrizes de renome não reconhecem uma adesão legítima”.⁶⁸⁶ Por fim, Maria Odila Leite é adicionada a esta discussão:

⁶⁸⁵ SCHPUN, 2004, p. 6. “[...] s’il n’est pas question de genre, on parle bien d’une histoire des rapports entre les sexes.”

⁶⁸⁶ Ibidem, loc. cit. No original: “Ce que refuse de façon radicale Mary del Priore, en disant: “Comme tu vois, je n’ai aucun intérêt pour le genre ou pour des discussions épistémologiques sur le féminin” ou “Excuse mon insistance à ne pas parler d’histoire du genre, car je ne sais pas ce que c’est”. Il s’agit encore ici d’une stratégie pour se positionner, cette fois-ci à l’extérieur d’un champ auquel plusieurs actrices de renom ne reconnaissent pas d’appartenance légitime.”

Ao abordar a mesma questão, Maria Odila Dias é firme: independentemente de se usar ou não o conceito de gênero, a história das mulheres no Brasil, como ela prefere chamar, é sim uma história das relações sociais entre homens e mulheres. Ou talvez não seja a história das mulheres.⁶⁸⁷

Exposta a segunda geração de Schpun, pode-se adicionar alguns outros comentários aos que se fizeram logo acima. Para a geração de pioneiras, Schpun destacava as características de professora e orientadora, o trabalho com fontes e bibliografia e valorizava as obras que emergiram no contexto das pós-graduações atuais, com seus modelos específicos de divisão departamental. Pode-se adicionar a isso, em comparação com a segunda geração, mais duas características, que aparecem sobrepostas nos textos de Schpun: 1) a relação próxima com o feminismo, sublinhada nas três pioneiras e não em todas as historiadoras da segunda geração; 2) uma oposição entre as pioneiras que prezavam por análises qualitativas e as historiadoras, algumas da segunda geração, que aderiam às abordagens quantitativas mais comuns aos estudos demográficos e da família. O peso que Schpun dá à Demografia histórica, longe de ser uma origem para o campo, é de uma saída para as acadêmicas que se distanciavam, por um lado, da política e, por outro, talvez em consequência disso, buscavam se aproximar de uma dita segurança científica, mais afeitas ao trabalho empírico e de abordagens quantitativas. Essas considerações parecem ter um efeito grande no grau de aceitação ou não da categoria gênero.

Se, em 1996 e 1997, respectivamente, na *Revista Brasileira de História* e nos textos de Maria Izilda Matos, há uma problematização da relação com as historiadoras das mulheres com a empiria e a discussão teórica, passando por Eni de Mesquita Samara e Rachel Soihet, até a defesa das “bases empíricas da disciplina” na reflexão de Mary del Priore; aqui, em 2004, essas diferenças parecem ir se acentuando, marcando não só obras, mas, especialmente, depoimentos e trajetórias de historiadoras. O espaço aberto em 1998, com os textos de Margareth Rago e Rachel Soihet, visualizando mais suas trajetórias e seus protagonismos na discussão historiográfica e conceitual, parecia ser ampliado com as considerações de Monica Raisa Schpun. A memória disciplinar da área passava a considerar, ao lado das obras, a própria atuação dessas historiadoras.

Tomando já essas historiadoras não apenas como pesquisadoras que produzem obras dentro da área, mas sublinhando sua função como testemunhas, depoentes, quase como os

⁶⁸⁷ SCHPUN, 2004, p. 6. No original: “Abordant la même question, Maria Odila Dias est ferme: indépendamment de l’utilisation ou non du concept de genre, l’histoire des femmes au Brésil, comme elle préfère l’appeler, est bien une histoire des rapports sociaux entre les hommes et les femmes. Ou alors, ce n’est pas de l’histoire des femmes.”

próprios “documentos” que podem atestar a história da área. Sujeitos e/ou personagens que pesquisam e publicam sobre o campo, mas também sujeitos que testemunham, pela sua própria trajetória, o campo. Algo que Karla Bessa, em 2000, atribuíra também às gerações que a precederam, que teriam “vivido” os embates enquanto ela já era “herdeira” dessas discussões. Há, nesses textos, de Soihet e Rago (1998), mas também de Schpun (2004), um gesto que não vincula apenas suas produções à história da área, mas suas próprias vidas à origem e às transformações dela. Talvez, nesse sentido, é que as virtudes de professora, orientadora, coletora de documentos e bibliografia e feminista passem a ser valorizadas tanto quanto o resultado dessas atividades, as pesquisas e as obras. Mais à frente, esse gesto parecerá decisivo para os contornos do campo, da memória disciplinar e dos cânones que vão ser mais bem delineados em um determinado enunciado.

Finalmente, Cristina Scheibe Wolff, Durval Muniz de Albuquerque Junior, Júnia Ferreira Furtado e Ana Lúcia Nauar Pantoja são alojadas por Monica Schpun no que ela considerou ser a “*Troisième génération*”, penúltima seção de seu artigo. Utilizando o mesmo critério que usou para definir a primeira e a segunda gerações, Schpun afirma que essas/es historiadoras/es, de idades semelhantes, começaram a trabalhar com História das Mulheres e/ou Relações de gênero em meados da década de 1990, sendo Wolff a única exceção, que teria se dedicado à pesquisa sobre mulheres já no início daquele decênio. Wolff, já professora da UFSC e saudada no balanço de Joana Maria Pedro de 1995, tinha defendido sua dissertação *As mulheres da Colônia Blumenau. Cotidiano e trabalho (1850-1900)* na PUC/SP com a orientação de Dea Ribeiro Fenelon, em 1991.

No entanto, a historiadora da EHESS também visibilizava – e essa parecia ser uma das temáticas e propostas de seu artigo – nomes, obras e objetos que, em maior ou menor medida, escapavam dos recortes mais tradicionais da memória disciplinar que vinha sendo desenhada nos textos analisados anteriormente. Esse era o caso de Durval Muniz de Albuquerque Junior, Júnia Ferreira Furtado e Ana Lúcia Nauar Pantoja, nomes que foram mencionados pela primeira vez por Monica Raisal Schpun – em texto publicado fora do país, é importante mencionar. Testemunhas do campo, para o olhar de Schpun, mas também testemunhas de uma pós-graduação pujante que se espalhava pelas cinco regiões brasileiras naqueles anos, tornando mais difícil restringir a geografia ditada pelas memórias disciplinares da área aos eixos sulistas e sudestinos.

Graduado em História pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) em 1982, Albuquerque Junior começou a sua carreira docente em 1984 na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e deu continuidade a ela passando por instituições federais nordestinas, seja no

trabalho na pós-graduação ou na graduação, sendo elas a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), onde ensina e orienta alunos de pós-graduação desde 1994; a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), onde trabalhou de 2002 a 2004; e a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), que contou com Albuquerque Junior em seus quadros docentes entre 2004 e 2019. Sua formação pós-graduada, no entanto, foi realizada no sudeste, onde defendeu sua dissertação (1988) e sua tese (1994) no PPG de História da Unicamp, ambas sob orientação de Robert Wayne Andrew Slenes.⁶⁸⁸ Os trabalhos de mestrado e de doutorado produzidos por Albuquerque Junior não possuíam, todavia, como preocupação primária debater gênero e/ou História das Mulheres. É depois do doutorado que Albuquerque Junior se dedica efetivamente à pesquisa sobre gênero, enfocando especialmente a temática da masculinidade.⁶⁸⁹

Furtado, integrada ao quadro de docentes do Departamento de História da UFMG desde 1987, realizou sua graduação na mesma UFMG, mas deslocou-se até a USP para realizar seu mestrado (1991) e seu doutorado (1996) no PPG de História Social, sob orientação de Maria Odila Dias, ainda que também não se dedicasse especificamente ao estudo da História das Mulheres e/ou das Relações de Gênero nessas oportunidades.⁶⁹⁰ Já Pantoja, professora da Universidade do Estado do Pará (UEPA) desde 2011, era professora substituta na Universidade Federal do Pará (UFPA) em 2004, quando ainda realizava seu doutorado no PPG de Ciências Sociais da UFPA. Graduada em História (1997) e mestra em Desenvolvimento Sustentável do

⁶⁸⁸ ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. **Currículo do sistema de currículos Lattes**. Brasília, 8 abr. 2020. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/7585947992338412>. Acesso em: 13 abr. 2020, às 15h54min.

⁶⁸⁹ O primeiro texto do historiador que trabalha nesse viés, ao menos dentre aqueles a que se teve acesso durante esta pesquisa, foi “Quem é froxo não se mete: violência e masculinidade como elementos constitutivos da imagem do nordestino”, publicado em 1999, na revista *Projeto História*. A partir de então, as reflexões de Albuquerque Júnior não cessaram de vir a público, não só apenas em relação ao tema das masculinidades, mas também sobre homossexualidades e as implicações entre gênero e a própria escrita da história. Como destaque, elencam-se o livro *Nordestino: uma invenção do falo (uma história do gênero masculino – Nordeste 1920/1940)*, publicado pela primeira vez em 2003 pela Editora Maceió e já em segunda edição pela Intermeios (2013); os artigos “Epifanias da homoafetividade ou o choque anafilático sofrido por Anthony Giddens ao ingerir Caio Fernando Abreu”, publicado em *Bagoas: Revista de Estudos Gays* no ano de 2008, e *(MAIS)CULINOS: outras possibilidades de corpos e gêneros para as carnes sexuadas pela presença de um pênis*, que saiu do prelo em 2020 pela revista *Outros tempos*; e, por fim, os capítulos “A hora da estrela: a relação entre História e literatura, uma questão de gênero?” e “O passado, como falo?: o corpo sensível como um ausente na escrita da história” publicados, respectivamente, em *História: a arte de inventar o passado* (EDUSC, 2007 e Prismas, 2017) e *O tecelão dos tempos (novos ensaios de Teoria da História)* (Intermeios, 2019).

⁶⁹⁰ Como disponibilizado em seu currículo Lattes, a primeira produção de Furtado relacionada ao campo aconteceu em 1997, logo depois de concluir seu doutorado, quando publicou “Considerações sobre estratégias e formas de resistência da mulher escrava no setecentos” no *Caderno de Filosofia e Ciências Humanas*. Mas foi o seu contato com a figura de Chica da Silva que lhe rendeu as maiores produções dentro do tema, incluindo diversos artigos e capítulos, sendo o primeiro deles o artigo “Família e relações de gênero no Tejuco: o caso de Chica da Silva” publicado na *Varia História*, em 2001, e *Chica da Silva e o contratador dos diamantes: o outro lado do mito*, livro publicado pela Cia das Letras em 2003, com reimpressões e reedições em 2006, 2009 e 2017. Cf. FURTADO, Júnia Ferreira. **Currículo do sistema de currículos Lattes**. Brasília, 28 out. 2022. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/5252555113752200>. Acesso em 13 de nov. 2022, às 16h51min.

Trópico Úmido (2001) também pela UFPA, Pantoja se demonstrava um ponto fora da curva: não possuía nenhum vínculo com as instituições e nomes do eixo sul-sudeste que vinham se consagrando nas memórias disciplinares da área, não havia dado continuidade em sua formação em uma pós-graduação em História, mas pesquisava a temática de gênero e mulheres.⁶⁹¹

A vinculação de Wolff, Albuquerque Junior e Furtado aos nomes da primeira e da segunda geração se dá em função da formação em aulas ou pela relação de orientação. Assim, Schpun vincula Furtado não necessariamente a temas específicos dos estudos de gênero e da mulher, mas por sua orientação com Maria Odila Dias; Albuquerque Junior, que não privilegiou tais temas durante o mestrado e o doutorado, é atado à segunda geração por acompanhar aulas e seminários propostos por Margareth Rago na Unicamp; já Wolff é ligada à Joana Maria Pedro por ter sido sua aluna na UFSC. Em relação à Pantoja, Monica Raisa Schpun se limitou a apontar que ela havia sido orientada, no mestrado, por uma historiadora e antropóloga, sem citar o nome de Lígia Lopes Simonian.

Schpun considerava, então, a partir desses nomes da terceira geração e das relações que eles estabeleciam com as integrantes das gerações anteriores, que o campo dava sinais ampliação na segunda metade dos anos 1990:

Apesar da presença ainda central de alguns nomes, um alargamento do campo a nível nacional torna-se cada vez mais visível. Os professores que não trabalham com história da mulher e gênero quase não são mais chamados para orientar pesquisas nessa área, e outros nomes aparecem.⁶⁹²

Essa especificidade dos últimos anos da década de 1990 parece se desdobrar em três observações realizadas por Schpun que, segundo ela mesma, poderiam ser destacadas na trajetória de Wolff, Albuquerque Junior, Pantoja e Furtado. A primeira seria sobre a descentralização geográfica do campo – destacada especialmente pelo nome de Ana Lídia Pantoja; a segunda observação se tratou de uma questão cronológica, traduzida pela “grande penetração nacional da história das mulheres” que seria datada “da segunda metade dos anos

⁶⁹¹ Pantoja defendeu a dissertação *Mulheres Negras em Belém do Pará: políticas públicas e estratégias de sobrevivência – 1890-1910*, sob orientação de Lígia Terezinha Lopes Simonian, e a tese *Sendo pai, sendo mãe: sexualidade, reprodução e afetividade entre adolescentes de grupos populares de Belém Pará*, sob orientação de Maria Angélica Motta Maués. Cf. PANTOJA, Ana Lídia Nauar. **Currículo do sistema de currículos Lattes**. Brasília, 19 out. 2022. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/3597087400356373>. Acesso em 13 de nov. 2022, às 16h57min.

⁶⁹² SCHPUN, 2004, p. 7. No original: “Malgré la présence toujours centrale de certains noms, un élargissement du champ au niveau national devient de plus en plus visible. Les professeurs ne travaillant pas sur l’histoire des femmes et du genre ne sont presque plus appelés à diriger des recherches dans ce domaine, et d’autres noms apparaissent”.

90”;⁶⁹³ por fim, uma observação de ordem “terminológica”, já que com a introdução dos estudos sobre a masculinidade – Schpun tem em mente especificamente o nome de Albuquerque Junior – tornaria mais difícil “manter a designação ‘história das mulheres’”. Vale a pena destacar todo o trecho no texto de Schpun, pois acredita-se que ele traz informações importantes para as perguntas realizadas nesta tese:

A terceira observação diz respeito à terminologia: para esta terceira geração que vê a entrada em cena de Durval Albuquerque e seu trabalho sobre o masculino, tornou-se muito difícil manter a designação “história das mulheres”. Ele não é o único: estou entrevistando outros dois no momento e mais virão (o próprio Durval Albuquerque tem alunos de mestrado e doutorado trabalhando sobre gênero e masculino). Não é que na geração anterior não houvesse homens, ainda que eles fossem muito poucos. Mas eles estão mais próximos de uma abordagem demográfica que beira a história das mulheres. *A novidade está nesse interesse pelos homens a partir de uma perspectiva de gênero da história, o que nos obriga a mudar o nome: não mais a história das mulheres, mas das relações de gênero.*⁶⁹⁴

Nesse sentido, permite-se perceber que o campo lançado pelas pioneiras, que passou por uma geração em parte vinculada à Demografia histórica e resistente à noção de gênero, chega ao fim dos anos 1990 não mais como História das Mulheres, mas como História das Relações de Gênero. E não chega só. Tal campo – se é que se poderia se tratar do mesmo campo, como por exemplo Mary Priore fez questão de defender em 1998 o contrário – que parte da História das Mulheres, chega à História das Relações de Gênero graças à inclusão dos debates e estudos sobre as masculinidades e, nomeadamente, pela forma que Durval Muniz de Albuquerque Junior realizou tais debates e estudos. Novo tema, novo nome, nova terminologia. Nova memória disciplinar.

A memória disciplinar da área, que havia passado na segunda metade dos anos 1990 por investidas de rearranjo em vista do conceito de gênero em disputa com a terminologia – para se manter no campo semântico de Schpun – de História das Mulheres e/ou de uma História das relações entre os sexos, chega aos meados dos anos 2000 com “dificuldades” em continuar

⁶⁹³ SCHPUN, 2004, p. 8. No original: “[...] nous pouvons penser que cette plus grande pénétration nationale de l’histoire des femmes date de la deuxième moitié des années 90.”

⁶⁹⁴ Ibidem, loc. cit. Grifos adicionados. No original: “La troisième remarque concerne la terminologie: pour cette troisième génération qui voit l’entrée en scène de Durval Albuquerque et de ses travaux sur le masculin, il m’a été très difficile de maintenir l’appellation ‘histoire des femmes’. Il n’est d’ailleurs pas le seul: j’en interroge deux autres en ce moment et d’autres viendront (Durval Albuquerque a lui-même des étudiants en master et en doctorat travaillant sur le genre et le masculin). Ce n’est pas que dans la génération précédente il n’y ait pas d’hommes, même s’ils sont très peu nombreux. Mais ils sont le plus souvent proches d’une démarche démographique qui juxte l’histoire des femmes. *La nouveauté tient à cet intérêt pour les hommes dans une optique genrée de l’histoire, qui nous oblige à changer d’appellation: non plus histoire des femmes mais des rapports de genre*”.

chamando a própria área de História das Mulheres. Albuquerque Junior, nesse ínterim, é lançado à função de historiador que pôde escrever uma história do gênero masculino e, com isso, transformar a própria área. A partir disso, duas considerações são necessárias.

A primeira é que Albuquerque Junior, além de seus alunos e de outros nomes não citados, não é só notabilizado por Monica Raisa Schpun como uma espécie de precursor da História das Relações de Gênero no país por ter se dedicado aos estudos sobre o masculino, mas é também destacado por uma diferença; uma marca que o distingue inclusive de outros homens que já faziam História das Mulheres: Albuquerque Júnior não pratica uma historiografia que estaria mais próxima “de uma abordagem demográfica que beira a história das mulheres”. Esse gesto de diferenciação que Monica Schpun opera na memória disciplinar da área, por meio do nome de Durval Muniz de Albuquerque Junior, parece ter sido uma das últimas pás de cal que se lançaram sobre o enunciado da História da Família e da Demografia histórica. Tal enunciado, disputando espaço com outros pelo menos desde 1994, passou por tentativas de atualização com Eni de Mesquita Samara (1996 e 1997) e de reabilitação com Mary Del Priore (1998). Suas obras e precursoras foram pouco a pouco sendo silenciadas e acomodadas no interior de outros enunciados, como o fez Maria Izilda Matos (1998). Agora, em 2004, este mesmo enunciado estava marcado por gestos de diferenciação que operavam em dois sentidos.

Num primeiro sentido, parece haver uma afirmação de que, se houve uma prática de História das Mulheres relacionada aos estudos demográficos e da família, essa relação não seria de *origem*, na qual tal prática se gestou no interior daqueles estudos, mas seria uma relação de se afastar de determinados elementos políticos – leia-se o feminismo – e teóricos – do marxismo, nomeadamente – operada por algumas historiadoras da “segunda geração”, tais quais Leila Mezan Algranti e Mary del Priore, que buscaram em abordagens “quantitativas” um terreno dito “mais científico”. Longe de História da Família e Demografia histórica representar a origem da área, esta teria sido originada por historiadoras que pesquisaram, ensinaram, orientaram, coletaram documentos e bibliografia e tiveram uma relação pelo menos “amistosa” com o feminismo: Maria Odila Leite da Silva Dias, Miriam Lifchitz Moreira Leite e Rachel Soihet.

Num segundo sentido, a diferenciação desses nomes e obras operada por Schpun tornava quase “irrealizável” ou, pelo menos, “dificultava a nomeação” da área como História das Mulheres. A História das Relações de Gênero, tal como preconizou a prática de Albuquerque Junior, estaria distante das abordagens demográficas que possibilitavam – ou teriam possibilitado um dia – nomear a área de História das Mulheres. A “terminologia” que gênero

implicava, então, resistida especialmente pelas historiadoras que praticavam História das Mulheres na “segunda geração” nos modelos mais ou menos próximos da demografia, não nomeava mais o que se praticava no Brasil depois de Albuquerque Junior. O nome de Durval Muniz de Albuquerque Junior estava lançado aos holofotes da memória disciplinar da área; no entanto, a Demografia histórica será praticamente excluída dessa mesma memória.

A segunda consideração que se faz necessária é sobre a operação de temporalização da área realizada por Mônica Raisa Schpun. Aqui também dois elementos precisam ser balizados. O primeiro é que o relato de Margareth Rago que vinha se firmando desde 1995 e que fazia de si mesma, de sua tese de doutorado e de suas colegas unicampistas a ponta de lança da historiografia brasileira sobre gênero encontra já uma resistência. Não é, aqui, sua tese, a Unicamp, o Núcleo Pagu, as filosofias da diferença que inauguram a História das Relações de Gênero no Brasil, mas, sim, a trajetória e as obras de Albuquerque Junior. Isso significa que não foi em 1990, quando Rago defende sua tese; não foi em 1991 quando sua tese é publicada; não foi em 1992 e 1993, quando ela e suas colegas unicampistas fundam, respectivamente, o Núcleo Pagu e os *Cadernos Pagu*, em resumo, não foi no início dos anos 1990 que os estudos de gênero no Brasil são lançados entre as historiadoras. Foi, segundo Schpun, no fim da década de 1990 que se pode não mais chamar a História das Mulheres de, sem pretensões irônicas, de História das Mulheres e, sim, de História das Relações de Gênero. Isso, como se mostrou, vinculado justamente à expansão geográfica do campo e da discussão, a partir de meados dos anos 1990, para o nordeste e o norte do país.

Um segundo elemento não se refere só a um novo tempo configurado para a História das Relações de Gênero no país. Quem também tem uma espessura temporal redimensionada é a História da Família e a Demografia histórica. Essas áreas, que já sofreram inúmeras tentativas de silenciamento ou de atualização/reabilitação, ganham em 2004 um colorido um tanto desgastado na memória disciplinar do campo. Não é mais uma imagem laureada de precursoras que se dá a elas; esta foi reservada às historiadoras dos anos 1970 e da primeira metade dos 1980, nomeadamente Maria Odila Dias, Miriam Moreira Leite e Rachel Soihet. Também não ofereceu a elas o frescor colorido dos anos que sucederam o fim da década de 1990; esse foi oferecido às historiadoras que trabalhavam gênero pelos rincões do país, como Cristina Scheibe Wolff, Júnia Furtado, Ana Lúcia Pantoja e, especialmente, Durval Muniz de Albuquerque Junior. Nova temporalização da área operada, outro lugar para a Demografia histórica e para a História da Família: ficaram ali entre meados dos anos 1980 e meados da década de 1990, espremidas entre o laureado da origem e o frescor presente, sufocadas entre o começo e a atualidade. O gesto de acomodação operado por Maria Izilda Matos em 1997, ainda que com

resultados diferentes, era replicado em 2004 por Monica Raisa Schpun, tendo sua temporalização da História da Família e da Demografia histórica sendo reforçada na análise da historiadora da EHESS.

Ao tematizar as trajetórias de historiadoras/es que se dedicaram à pesquisa sobre mulheres e gênero na historiografia brasileira, Schpun dividiu essas/es autoras/es e suas obras em “gerações”. Se nos textos, balanços e reflexões anteriores a ideia de geração aparecia ligada somente à definição de pioneiras (que mudavam quase sempre de fonte para outra), aqui, em 2004, elas aparecem bem divididas: a primeira começa seu trabalho em meados dos anos 1970 e dá continuidade em 1980; a segunda emerge na virada da década de 1980 para a de 1990; e a terceira aparece depois da metade da década de 90.

Tão importante como essa temporalização realizada por Schpun parece ser a mudança na forma de consagrar uma memória disciplinar para a área e definir seus cânones: o uso dos depoimentos, tornando as historiadoras e suas trajetórias a própria fonte para essa operação. Parecia algo iniciado antes mesmo de Schpun, quando Karla Bessa convocou historiadoras e cientistas sociais a pensar a trajetória do campo no Brasil a partir do próprio percurso realizado por suas atrizes. Desde o primeiro capítulo, torna-se patente que as autoras de balanços e de textos de cunho teórico-conceitual misturam sua própria trajetória com a da área que narram, tendendo a dar certo protagonismo a si mesmas, às suas redes intelectuais e institucionais, às suas abordagens e referências. Mas, a partir dos textos de 1998, a trajetória pessoal, política e intelectual passa a ser decisiva para os rumos do campo. Isso será operacionalizado por historiadoras na segunda metade dos anos 2000, para conformar a memória disciplinar da área em torno de uma trajetória específica. Tal operacionalização será trabalhada no último capítulo da tese. Agora, este capítulo se dedica a entender como um outro elemento passa a ser tema da construção da memória disciplinar do campo. E não se trata (apenas) de autoras, de pioneiras, de obras, de gerações ou de trajetórias...

3.3 O GT de Estudos de Gênero (ANPUH/Nacional) e a definição de uma memória disciplinar: reconfigurações institucionais e teóricas

No decorrer desses anos em que os textos se afastam das características de balanço historiográfico, priorizando a explicitação de trajetórias – seja de suas próprias (Margareth Rago e Rachel Soihet), seja das trajetórias de outras/os (Monica Schpun) –, a memória disciplinar da área também buscou outros modos de se afirmar. Na primeira metade dos anos 2000, antes mesmo da publicação do artigo de Monica Schpun, outro movimento parecia se

anunciar no interior dessa massa discursiva selecionada como fonte para escrever esta tese. Se de 1987 a 1998 os balanços foram mais comuns, centrando suas afirmações nas obras, se entre 1998 e 2004 foram possíveis as publicações que davam destaque às trajetórias individuais das historiadoras, agora, em 2003 e 2004, alguns textos se dedicaram a consagrar lugares específicos para a memória disciplinar da área: não um lugar de produção de pesquisas, mas um lugar específico de encontro, trocas, sociabilidade e debate acadêmico.

Esse lugar tinha sido recentemente criado e passados apenas dois anos de sua fundação, já era consagrado como marco efetivo na memória disciplinar da área. Tratava-se do GT de Estudos de Gênero da ANPUH/Nacional, junto aos seus congêneres regionais, fundado em 2001, como se apontou na introdução deste capítulo. Ao mesmo tempo, a afirmação deste novo lugar exige um exercício de explicação, de tradução de debates teóricos e conceituais para justificar a escolha de seu nome e, conseqüentemente, de sua própria identidade frente aos profissionais de história que estudam gênero e mulheres, como também ao restante da comunidade historiadora.

Para tentar entender como esse lugar se tornou um marco para esta memória disciplinar – que cada vez mais se debruçava sobre os acontecimentos mais recentes, como vinha afirmando o artigo de Monica Raisa Schpun –, foram eleitos dois textos, que também possuem características não muita próximas às daqueles textos que propunham um balanço da História das Mulheres e/ou das Relações de Gênero no país. Os dois textos tiveram o mesmo lugar de publicação, a *Revista Gênero* e foram publicados por três historiadoras cariocas que possuíam relações bem próximas: Suely Gomes Costa, Rachel Soihet e Adriana Facina.

A *Revista Gênero* é uma publicação periódica atualmente vinculada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense, que busca divulgar textos relacionados aos “estudos feministas e de gênero nas diferentes tradições disciplinares”, abarcando temáticas relativas às feminilidades, às homossexualidades, às masculinidades etc., “associando-os ao Serviço Social e a outras áreas do conhecimento”.⁶⁹⁵ Dentre as revistas que se dedicavam a tratar interdisciplinarmente os temas das mulheres, dos feminismos e do gênero, o periódico da UFF foi aquele que mais demorou a ser fundado, sendo inaugurado apenas em 2000, depois da *Revista Estudos Feministas* (1992), dos *Cadernos Pagu* (1993) e do *Caderno Espaço Feminino* (1994).

Assim como os *Cadernos Pagu* e o *Caderno Espaço Feminino*, a *Revista Gênero* nasceu vinculada a um núcleo de estudos, o Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero (NUTEG),

⁶⁹⁵ REVISTA GÊNERO. **Sobre a revista**. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/about>. Acesso em 19 abr. 2020, às 20h29min.

núcleo este muito próximo de e frequentado por profissionais do Serviço Social da UFF. O NUTEG também passou por transformações comuns a outros núcleos de estudos antes dedicados ao objeto mulher,⁶⁹⁶ já que havia sido fundado como Núcleo Transdisciplinar de Estudos da Mulher (NUTEM-UFF), criado em 1993. O periódico nasceu, então, com o título de *Gênero – Cadernos do Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero – NUTEG*⁶⁹⁷ e contou em sua primeira editoria com os trabalhos da própria Suely Gomes Costa e de Rachel Soihet.⁶⁹⁸

Dos dois textos da *Revista Gênero* escolhidos para serem analisados nesta seção, esta tese começará pela descrição e análise do artigo de Suely Gomes Costa,⁶⁹⁹ publicado em 2003. O artigo “Gênero, biografias e história”⁷⁰⁰ foi o primeiro texto do v. 3 n. 2 do periódico publicado em 2003, em um número que trazia alguns textos que versavam sobre a problemática

⁶⁹⁶ Sobre isso, ver o artigo COSTA, Ana Alice Alcântara; SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. Teoria e práxis feministas na academia: os núcleos de estudos sobre a mulher nas universidades brasileiras, **Revista Estudos Feministas**, n. esp. p. 387-400, 1994. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16171/14722>. Acesso em 23 ago. 2018, às 9h33min.

⁶⁹⁷ O periódico manteve tal nome apenas para o primeiro número. A partir do segundo, adotou a denominação “revista” no lugar de “cadernos” e continuou assim até o volume 10, número 2, quando a revista passou a ser vinculada ao Programa de Pós-graduação que a edita até hoje e assumiu o nome de *Gênero – Revista do Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero – NUTEG do Programa de Estudos Pós-graduados em Política Social*.

⁶⁹⁸ A primeira editoria de *Gênero* foi ocupada por Márcia Cavendish Wanderley, graduada em Ciências Sociais e mestra em Sociologia pela UFPE, doutora em Literatura pela PUC/RJ e professora da UFF. Junto a Wanderley, estiveram presentes em sua primeira editoria, além de Costa e Soihet, Andréa Brandão Puppín (pedagoga, doutora em Sociologia e professora da UFF), Cenira Duarte Braga (graduada em Serviço Social pela UFF), Cyana Leahy (doutora em Educação pelo Institute of Education University of London e professora da UFF), João Bôsko Hora Góis (assistente social e professor da UFF), Laura Cavalcante Padilha (doutora em Letras pela UFRJ e professora da UFF) e Nícia Mafalda Teixeira Ferreira (pedagoga, mestra em Educação e professora da UFF). Cf. PUPPIN, Andréa Brandão. Editorial. **Gênero**, Niterói, n. 1, v. 1, p. 5, 2000.

⁶⁹⁹ Graduada em Serviço Social (1962) e em Economia (1968) pela UFF, Suely Costa especializou-se em Desenvolvimento Social e Promoção Humana (1966) pelo Institut des recherches et formation pour les pays en voie du développement e em História Urbana e Industrial (1984), também pela UFF, sob orientação de Ciro Flammarion Cardoso. Defendeu seu mestrado na UFF em 1988 com a dissertação *Pau-para-toda – obra: subsídios para o estudo do processo de subordinação do trabalho. (Brasil: séc. XVI a XIX)* orientada por Eulália Lobo. Em 1996 defendeu, também na UFF, mas agora sob orientação de Rachel Soihet, a tese *Metáforas do tempo e do espaço doméstico, Rio de Janeiro, século XIX*. Trabalhou como escriturária, assistente social, economista, sanitarista e pesquisadora em diversas instituições cariocas entre os anos de 1964 e 1979, ingressando como professora do Departamento de Serviço Social da UFF no ano de 1984, departamento no qual está lotada até os dias atuais. Foi também professora da pós-graduação em Serviço Social, em Economia e em História (a partir de 1998) da mesma UFF. Tornou-se professora titular do departamento de Serviço Social em 1993 com a tese *Signos em transformação: a dialética de uma cultura profissional* e aposentou-se em 1998, sem perder o vínculo como orientadora nos programas de pós-graduação de Serviço Social e História da UFF. Fez parte do conselho editorial de variadas revistas da área, com destaque para a *Revista Estudos Feministas* e *Caderno Espaço Feminino*, onde atua desde 1996 e 2005, respectivamente, e para a *Revista Gênero*, quando ajudou a editar o periódico desde sua fundação, em 2000, até 2011. Em 2001 participou, ao lado de Rachel Soihet, Joana Maria Pedro, Janine Gomes Rodrigues e Lídia Maria Vianna Possas, da fundação do GT Estudos de Gênero da ANPUH/Nacional, sendo eleita a primeira coordenadora do GT Regional no Rio de Janeiro. Tem atuado e possui interesse nos seguintes temas: história da proteção social, história das mulheres, redes sociais, sociabilidades e sensibilidades, políticas públicas, movimentos sociais, memórias feministas, proteção social e cidadania, tendo por foco relações de gênero, práticas e representações sociais. Cf. COSTA, Suely Gomes. **Currículo do sistema de currículos Lattes**. Brasília, 01 fev. 2015. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/4687269215330437>. Acesso em: 15 abr. 2020, às 14h10min; GT DE ESTUDOS DE GÊNERO ANPUH/NACIONAL. **Histórico...**, 2022.

⁷⁰⁰ COSTA, Suely Gomes. Gênero, biografias e história. **Gênero**, Niterói, v. 3, n. 2, p. 7-20, 2003.

das biografias em intersecção com o conceito de gênero, ainda que não se tratasse de um dossiê dedicado ao tema. O texto de Suely Costa buscava “examinar dilemas da produção de biografias”, sublinhando as contribuições da História das Mulheres e dos estudos de gênero para os estudos biográficos.⁷⁰¹ Escrito em 14 páginas, o artigo contou com nove seções, sendo a primeira e maior delas a única a não possuir um título.⁷⁰² É justamente esta primeira parte não nomeada que mais interessa aos problemas desta tese.

Costa iniciou seu texto atando a expansão da produção de biografias femininas ao “movimento crescente de consolidação da história das mulheres” que, segundo ela, seria “um importante legado intelectual dos movimentos feministas.” No entanto, ainda na primeira página de seu texto, a professora da UFF alertava que tais biografias elaboradas “no interior dessas referências” teriam sido marcadas pelos problemas que a História das Mulheres havia encontrado no seu caminho: biografavam-se “as mulheres como vítimas (dos homens) e/ou heroínas (por conquistas obtidas, apesar deles).”⁷⁰³ Quase que introduzindo seu texto com a crítica a História das Mulheres, Costa continuava:

A história das mulheres havia reforçado o universalismo contido no enunciado de homem e de mulher, o determinismo do inexorável recorte biológico, o essencialismo presente nas noções persistentes de cultura e de condição feminina, o totalitarismo embutido no conceito de patriarcalismo, dentre outros.⁷⁰⁴

A crítica à História das Mulheres, que vinha sendo pavimentada desde os textos dos anos 1990, ganhava aqui quase que os mesmos contornos que recebeu de outras historiadoras já analisadas nesta pesquisa, mas com a diferença de que Costa não elencou qualquer nome de historiadora ou obra historiográfica para exemplificar tal prática de História das Mulheres, como iria fazer, por exemplo, Monica Raisa Schpun um ano depois. Em vez disso, ainda na primeira página do artigo, Costa já introduzia as mudanças que a categoria gênero teria operado naquele cenário e, desta vez, nomeando duas historiadoras:

O conceito de gênero, nessas críticas, aproxima-se das questões cruciais da produção do conhecimento histórico (DIAS, 1992), transformando significativamente as referências de análise daquelas experiências. Ainda que

⁷⁰¹ COSTA, 2003, p. 7.

⁷⁰² As seções que foram nomeadas receberam os seguintes títulos: Biografia como problema histórico; Escalas analíticas; Homogeneidades; Biografia coral; Ilusão biográfica; O “*paradoxo do sanduíche*”; Biografia e memória e; por fim, Visibilidades e ocultações.

⁷⁰³ Idem, Op. Cit., loc. cit.

⁷⁰⁴ Ibidem, loc. cit.

mantenha embutida a dualidade heterossexual (SWAIN, 2001), esse conceito passa a erodir o determinismo biológico no trato das relações entre os sexos.⁷⁰⁵

As historiadoras conclamadas a corroborar sua crítica à História das Mulheres foram Maria Odila Dias, em seu já conhecido “Teoria e método dos estudos feministas” (1992), e Tânia Navarro Swain, com o artigo “Para além do binário: os *queers* e o heterogênero”, publicado na mesma *Revista Gênero*, em 2001. Esta segunda historiadora citada merece destaque aqui. Graduada em História pela UFRJ no ano de 1974, Navarro Swain realizou seu mestrado (1976) em História da América Latina na Université de Paris X, Nanterre, e seu doutorado (1979) em Sociétés Latino-américaines na Université de Paris III – Sorbonne Nouvelle, ambos sob a orientação de Frédéric Mauro. De volta ao Brasil, em 1980 tornou-se professora do Departamento de História da UnB, aposentando-se em 2007.

Pela segunda vez apenas, o nome de Tânia Navarro Swain aparecia em um dos textos elegidos como fontes para esta pesquisa.⁷⁰⁶ Como foi o caso de Durval Muniz de Albuquerque Junior, era outro nome que escapava de certa maneira ao eixo São Paulo-Rio de Janeiro-Santa Catarina. Contudo, na sua formação e nas publicações que se seguiram a ela, nos anos 1980, Navarro Swain não se dedicou ao estudo das mulheres ou do gênero especificamente.⁷⁰⁷ Como também no caso de Albuquerque Junior e, de certa forma Junia Furtado, foi a década de 1990 que trouxe esses estudos de forma mais essencial para a trajetória da historiadora da UnB. Além disso, mesmo seus textos dos anos 1990 tiveram bastante preocupação em debater conceitual, epistemológica e politicamente categorias e proposições acerca dos feminismos, das mulheres, das homossexualidades, sem necessariamente vincular a tais debates uma produção historiográfica.

No entanto, para além de ter sido citada apenas duas vezes nesses textos – e nem se tratavam de balanços –, o nome de Navarro Swain merece um segundo destaque devido ao fato

⁷⁰⁵ COSTA, 2003, p. 7-8.

⁷⁰⁶ Navarro Swain fora citada por Margareth Rago no capítulo de reflexão teórico-conceitual “Epistemologia feminista, gênero e história”, publicado em 1998. Rago cita um texto mimeografado da professora da UnB – “Feminino/masculino no Brasil do século XVI: um estudo historiográfico” – para afirmar que os olhares feministas teriam permitido reler a história da colonização do Brasil: “Num excelente trabalho genealógico, a historiadora revela como os documentos foram apropriados e re-interpretados pela historiografia masculina, através de conceitos extremamente misóginos, cristalizando-se imagens profundamente negativas a respeito dos primeiros habitantes da terra, considerados para sempre incivilizados e incapazes de cidadania.” RAGO, 1998, p. 18.

⁷⁰⁷ De acordo com seu currículo Lattes, os interesses de pesquisa de Tania Navarro Swain durante o mestrado e o doutorado e na década seguinte foram agricultura, fronteiras e produção agrícolas, estrutura agrária e produção de alimentos. É no início dos anos 1990 que sua produção intelectual, especialmente os seus artigos, começam a se dedicar aos temas do feminismo, das mulheres, do gênero, dos estudos *queer*, das homossexualidades, da teoria da história e dos conceitos de identidade e diferença. Cf. SWAIN, Tania Navarro. **Currículo do sistema de currículos Lattes**. Brasília, 17 fev. 2015. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/6591675024035483>. Acesso em: 14 mai. 2022, às 10h01min.

de um texto que extrapola e critica as definições mais clássicas de gênero ser citado, algo um tanto incomum nos textos analisados anteriormente nesta tese. Suely Gomes Costa fez a crítica à História das Mulheres miserabilista e/ou heroizante, algo, sim, comum nos textos que se tem analisado aqui, apontando para a contribuição da categoria gênero em tal crítica, como já fizeram outras acadêmicas aqui trabalhadas. Mas avança, ao recorrer a um texto que se caracteriza por tecer uma crítica ao uso do conceito de gênero vinda de uma historiadora que se preocupava em complexificar os usos de tal categoria por meio dos debates promovidos pelos estudos *gays/lésbicos* e *queer*.⁷⁰⁸ Para que não se alongue em tal descrição, toma-se rapidamente o próprio texto citado por Suely Costa para se dimensionar a contribuição de Navarro Swain e sua inserção no debate que vinha se alimentando na historiografia brasileira em torno do conceito de gênero.

Em “Para além do binário: os *queers* e o heterogênero”,⁷⁰⁹ Tania Navarro Swain reúne uma extensa bibliografia – essencialmente estrangeira – para tematizar conceitos como identidade, sexualidade, gênero e feminismo. Amparada em tal bibliografia, a professora da UnB explicita que a noção de gênero foi estruturada a partir de “uma imaginação heterossexual”, o que colaboraria para o bloqueio de “toda análise crítica da heterossexualidade enquanto instituição organizada e culturalmente construída”. O pensamento que emerge de tais circunstâncias, segundo Navarro Swain, imprimiria aos estudos das relações de poder entre masculino e feminino certa estabilidade, uma vez que traduziam o sexo como “natureza” e

⁷⁰⁸ Para Richard Miskolci, “a incorporação da Teoria Queer” no Brasil teria provavelmente se iniciado “no final da década de 1990, dentro das disciplinas das Ciências Sociais” a partir da “leitura de autoras como Judith Butler, na UNICAMP” e que “o marco de nossa recepção queer pode ser estabelecido em 2001, quando Guacira Lopes Louro publicou, na *Revista Estudos Feministas*, o artigo “Teoria Queer: uma política pós-indentitária para a educação”. Ainda que Miskolci declare que “um histórico da recepção da Teoria Queer no Brasil ainda está por ser feito” e que seu diagnóstico fosse “parcial e incompleto”, Fábio Feltrin de Souza e Fernando Benetti relativizam o “diagnóstico” de Miskolci, visibilizando outras recepções e contribuições nacionais acerca de estudos *queer* no decorrer dos anos 1990, vindas de intelectuais lotados em diversas universidades, tais como as da própria Tânia Navarro Swain, na UnB; de Tadeu Tomaz da Silva e Guacira Lopes Louro, na UFRGS; e das de Mário César Lugarinho, na USP, dentre outros. Os contatos dos brasileiros com os referenciais *queer* narrados por Souza e Benetti, e parece esse também ter sido aquilo que Miskolci tinha em mente, evidenciam a contribuição de Karla Bessa, ao fazer uma resenha de *Gender trouble* e publicá-la nos *Cadernos Pagu* em 1995, e a tradução, em 1998, que Pedro Maia Soares realizou do artigo “Contingent foundations”, também de autoria de Judith Butler, como foi citado na primeira seção deste capítulo. Cf. MISCKOLCI, Richard. Não ao sexo-rei: da estética da existência foucaultiana à política queer. In: SOUZA, Luiz Antônio Francisco de; SABATINE, Thiago Teixeira; MAGALHÃES, Boris Ribeiro de (Org.). **Michel Foucault: sexualidade, corpo e direito**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011. p. 58; SOUZA, Fábio Feltrin de; BENETTI, Fernando José. Historiografando a abjeção: uma arqueografia dos Estudos Queer no Brasil (1990-2000). **Contemporâneos – Revista de Arte e Humanidades**. N. 12, nov-abr/2012. p. 1-13. Disponível em: <https://www.revistacontemporaneos.com.br/n12/artigos/historiografandoabjecao.pdf>. Acesso em: 31 de jan. 2018, às 22h07min.

⁷⁰⁹ SWAIN, Tania Navarro. Para além do binário: os *queers* e o heterogênero. **Gênero**, Niterói, v. 2, n. 1, p. 87-98, 2001. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/30991/18080>. Acesso em: 22 abr. 2021, às 9h57min.

gênero como construção social e cultural de relações primárias de poder a partir das diferenças “percebidas” entre os sexos.

Assim, o sexo garantiria, nas primeiras acepções de gênero e “durante muito tempo”, ainda um lugar próximo à concepção de Natureza, de instância natural e biológica, um referente extra-discursivo sobre o qual se levantavam as operações da cultura e da linguagem. Isso incorreria, por exemplo, em pensar gênero de forma binária, nas relações que se estabelecem entre homens e mulheres, sem “levar o raciocínio às suas últimas consequências [...], ou seja, pensar igualmente o sexo biológico como fazendo parte de uma representação social” tal como já fizeram os estudos de gênero em relação às categorias homem/mulher, masculino/feminino etc. “Nesse sentido”, afirmava Navarro Swain, “analisar gênero na representação binária não é suficiente, pois o processo não está interrompido, enquanto a diferença seria colocada entre mulher e homem no cultural [pela categoria gênero] e no biológico [pela categoria sexo]”.⁷¹⁰

Na esteira de outras intelectuais que já pensavam as identidades lésbicas e *gays* e a sexualidade na sua relação com a categoria gênero,⁷¹¹ a historiadora da UnB também busca interlocuções para sua crítica às concepções de gênero e chega ao conceito de “heterogênero” na obra de Chrys Ingraham – socióloga e professora do Purchase College na State University of New York, nos EUA – como maneira de superar o binarismo presente na categoria gênero e sua forma política e epistemológica de garantir certa estabilidade à heterossexualidade. Assim, sujeitos homossexuais, bissexuais e transgêneros, subalternizados pela heterossexualidade compulsória, seriam sempre o outro, o estranho, o *queer* em suas relações com o binarismo masculino/feminino que, por vezes, engendraria a categoria gênero. Na tentativa de não reificar a naturalização do sexo biológico e da heterossexualidade por meio dos estudos de gênero é que Tania Navarro Swain aposta na categoria de heterogênero como forma de questionar

⁷¹⁰ SWAIN, 2001, p. 92-93.

⁷¹¹ Há uma grande quantidade de estudos, especialmente em língua inglesa, que trabalham nesses termos. A crítica à heterossexualidade enquanto regime político de hierarquização da sexualidade e das identidades, seja por meio dos estudos de gênero, feministas, *gays* e lésbicos ou *queer*, está presente em uma produção que se anuncia desde os anos 1970. Para ficar em alguns nomes que se acredita serem representativos da discussão e que são citados no próprio artigo de Tania Navarro Swain, sugere-se a leitura de RUBIN, Gayle. **O tráfico de mulheres:** notas sobre a “economia política” do sexo. Tradução de Christine Rufino Dabat, Edileusa Rocha e Sonia Corrêa. Recife: SOS Corpo, 1993. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/1919>. Acesso em 08 set. 2020, às 19h15min; WITTIG, Monique. **O pensamento hétero e outros ensaios.** Tradução de Maria Mendes Galvão. Editora Autêntica: Belo Horizonte, 2022; BUTLER, Judith. **Problemas de gênero:** feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Para uma abordagem especificamente sobre o sexo biológico enquanto uma construção cultural e historicamente datada, ver: LAQUEUR, Thomas Walter. **Inventando sexo:** corpo e gênero dos gregos a Freud. Tradução Vera Whately. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

“radicalmente as relações sociais” tanto quanto a categoria gênero pode desestabilizá-las por meio da “teoria da construção dos gêneros”.⁷¹²

Se o debate sobre a categoria gênero acalorava a discussão entre historiadoras na última metade dos anos 1990, sem a capacidade de galgar algum consenso nos textos analisados no capítulo anterior e na primeira seção deste capítulo; na primeira metade dos anos 2000 já se percebe as investidas de outras maneiras de encarar a categoria sendo citadas por Suely Gomes Costa. É claro que, do ponto de vista dos textos – balanços, debates teórico-conceituais e depoimentos – analisados até aqui, não havia ainda espaço para a tematização de contribuições vindas das teorias que se debruçavam sobre os estudos *queer*, lésbicos e *gays* que, para além do questionamento do poder masculino e do esquecimento das mulheres e suas histórias, também problematizavam a heterossexualidade, seus privilégios e os sujeitos que subalternizavam.⁷¹³ Esse cenário, como se pretende explicitar mais à frente, parece se alterar nos próximos anos, com a inclusão dessas discussões e da própria Tania Navarro Swain nos textos preocupados com a memória disciplinar do campo e de seus cânones, da mesma forma que acontecerá com Albuquerque Junior.

Retornando ao texto de Suely Gomes Costa, percebe-se que após a crítica à História das Mulheres, a professora da UFF inicia a tematização da apropriação do conceito de gênero pelas historiadoras brasileiras. Para isso, Costa toma os Estados Unidos como comparação e, apoiada no capítulo “História das Mulheres” que Joan Scott publicou em *A escrita da história: novas perspectivas*, informa que, naquele país, tal história “conquistou notável visibilidade e impulso”, diferentemente do que teria ocorrido no Brasil, onde o tema teria tomado “muito pouco espaço no âmbito da historiografia”.⁷¹⁴

No que toca aos “debates suscitados pelo conceito de gênero”, ainda que, de acordo com Costa, eles tivessem sido “introduzidos na produção brasileira das ciências sociais em fins dos

⁷¹² SWAIN, 2001, p. 94.

⁷¹³ A própria contribuição de Tania Navarro Swain é digna de citação nesse sentido. Produzindo desde a UnB, mais ou menos distante dos centros que estavam monopolizando a construção das memórias disciplinares do campo – a USP, a Unicamp, a PUC/SP, a UFF e a UFSC -, Navarro Swain se empenhou desde a década de 1990 a escrever textos bastante críticos à heterossexualidade compulsória e à própria disciplina histórica. A demora por aparecer nessa massa de textos utilizada nesta tese pode se dever, talvez, pelo fato de estar “distante” das produções sobre as quais se erigiam os cânones e as memórias disciplinares da área e, ao mesmo tempo, por estar produzindo textos que punham em xeque várias certezas disciplinares. Ver, por exemplo, SWAIN, Tania Navarro. A construção imaginária da História e dos gêneros: o Brasil do século XVI. **Textos de História**. Revista do Programa de Pós-graduação em História da UnB, v. 4, n. 2, p. 130-150, 1996. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/textos/article/view/27747>. Acesso em 18 mai. 2022, às 15h55min; SWAIN, Tania Navarro. Feminismo e lesbianismo: a identidade em questão. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 12, p. 109-120, 1999. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634809/2728>. Acesso em 18 mai. 2022, às 16h04min.

⁷¹⁴ COSTA, 2003, p. 8.

anos 80”, só teriam tido “alguma visibilidade e alcance na historiografia do Brasil no início dos anos 2000”.⁷¹⁵ Ora, tal afirmação contrariava as narrativas que historiadoras brasileiras vinham tecendo sobre os estudos de gênero na historiografia brasileira, especialmente aquelas de Joana Maria Pedro e Margareth Rago, que viam a si mesmas, seus trabalhos e suas instituições como exemplos notáveis do uso da categoria em território nacional já no início da década de 1990. Como se viu há pouco, datava também daqueles anos o artigo de Monica Raisa Schpun que empurrava a temporalidade dos estudos de gênero na historiografia brasileira para os fins dos anos 1990. Estaria Costa inaugurando outra temporalidade para a categoria na historiografia brasileira? E, se sim, por quê?

Na mesma página encontram-se alguns elementos para responder a tais questões. Suely Gomes Costa faz alguma reticência à sua própria afirmação: “Antes disso [do início dos anos 2000], algumas historiadoras (contadas a dedo) vão se ocupar dessa matéria, quase sempre por atalhos que contornam tendências intelectuais dominantes nas tradições disciplinares.” Sem mencionar quais historiadoras contava em seus dedos – seriam Joana Maria Pedro e Margareth Rago? Rachel Soihet? –, Costa também não faz referência direta aos “atalhos”, nem às “tendências intelectuais dominantes”. Sem maiores informações de quem seriam e como teriam escrito tal história antes do começo dos anos 2000, as leitoras e leitores de Costa continuam com a questão em mente.

Mais adiante, recorrendo a um diagnóstico de Michelle Perrot “para a historiografia geral, quando examina a conjuntura dos anos 70”, Costa aplica o mesmo diagnóstico ao Brasil, qual seja: “as feministas haviam feito a história das mulheres muito antes que as historiadoras a fizessem”.⁷¹⁶ Mais uma vez a história das feministas feita antes da história das historiadoras toma lugar, no entanto, tal história das feministas não possui qualquer obra ou autora explicitada. É como que se, antes da profissionalização e da disciplinarização ocorrida nos programas de pós-graduação, justamente criados nos 1970, existiu uma História das Mulheres realizada fora da academia, um primeiro passo, bastante esmaecido, sem rosto ou nome. Se há dificuldade de encontrar nomes para essa quase “pré-história da História das Mulheres e das Relações de Gênero”, não há a mesma dificuldade para se achar nomes de historiadoras formadas nos programas de pós-graduação e profissionalizadas nas carreiras universitárias nos textos que foram analisados até aqui. Complementando seu raciocínio, Costa explicitava:

⁷¹⁵ COSTA, 2003, p. 8.

⁷¹⁶ Ibidem, loc. cit.

Mas também é verdade que alguns/algumas intelectuais, dentre os/as quais militantes de movimentos *gays*, em críticas a paradigmas feministas, passam a reexaminar essas referências nos estudos sobre homossexualidades e masculinidades. Na historiografia brasileira, nessas duas décadas, com algumas raras exceções, observa-se uma fraca conexão desse movimento intelectual com a produção dos/das historiadores(as) em geral.⁷¹⁷

Depois de mencionar, ao lado de Maria Odila Dias, a contribuição de Tania Navarro Swain para a discussão e crítica do feminismo e dos estudos de gênero, Costa retornava ao tema por meio dos “estudos sobre homossexualidades e masculinidades”. Se antes pudessem aparecer algumas obras em balanços como exemplos de História das Mulheres que se preocupavam com as homossexualidades – os poucos casos que se deram comumente citavam os nomes de Luiz Mott e de Lígia Bellini –, aqui, com Costa, esses estudos aparecem não apenas como “exemplos de certa prática de história das mulheres”, mas com reflexões que podiam, inclusive, desestabilizar tal prática. Todavia, mais uma vez, nenhum nome ou obra emergia das linhas escritas pela professora da UFF.

Voltando a falar da “prática feminista”, Costa afirmava que se daria “o contrário com relação às tendências verificáveis entre pesquisadoras das ciências sociais”, devido ao fato haver pouca “adesão de historiadoras e, em certos casos, mesmo resistência às discussões do conceito de gênero, embora *um conceito útil de análise histórica*.”⁷¹⁸ A referência explícita ao conceito como Joan Scott o compreendia era mobilizada para reafirmar que as historiadoras brasileiras não estavam “se aproximando” dos estudos de gênero nas suas produções historiográficas antes dos anos 2000. No entanto, a virada do milênio teria trazido mudanças para este cenário e Suely Costa Gomes se apoiou em uma instituição para afirmá-lo:

Nas ANPUH(s) nacionais, entre 1992 e 2000, conferências e mesas-redondas, lugares de pesquisadores de maior prestígio, indicam sobejamente esse distanciamento, já comunicações coordenadas, lugares de iniciantes, identificam uma crescente visibilidade do tema. Na ANPUH Nacional de 2000 [2001], em Niterói, Rio de Janeiro, os estudos de gênero e de mulheres confirmaram sua significativa presença nas comunicações coordenadas. Nesse evento, porém, uma reunião de pesquisadores de algumas universidades do país decidiu instalar o GT Estudos de Gênero e História na ANPUH/RJ e em São Paulo, deslocando-se em busca da criação e apoio de mais um outro em Santa Catarina, com vistas à organização do simpósio sobre gênero na ANPUH/Nacional, em 2003, para o qual foi oficialmente programada a presença de Michelle Perrot como uma das conferencistas [...]. A mesma tendência se confirma na organização do GT Estudos de Gênero e História, inaugurado no X Encontro da ANPUH Regional/RJ, em outubro de 2002.⁷¹⁹

⁷¹⁷ COSTA, 2003, p. 8.

⁷¹⁸ Ibidem, loc. cit. Grifos no Original.

⁷¹⁹ Ibidem, p. 8-9.

Aqui, depois deste excerto, talvez possa se aventar algumas respostas para as perguntas colocadas mais acima. Como se pode notar, Suely Costa argumentava ter podido “contar nos dedos” as historiadoras que trabalhavam com gênero antes dos anos 2000. Amparada pelos anais da ANPUH/Nacional, defendia também que, entre 1992 e 2000, algumas historiadoras “menos prestigiosas” ocuparam as sessões de trabalho da maior associação de historiadores profissionais do país. Mas essa narrativa da historiadora da UFF sobre a aproximação das historiadoras das mulheres e do gênero da ANPUH/Nacional pode ser relativizada se se leva em consideração alguns dados que Maria Izilda Matos havia levantado sobre um simpósio da associação ocorrido há poucos anos:

No XIX Simpósio Nacional de História: História e Cidadania – ANPUH, realizado em Belo Horizonte-Minas Gerais, em julho de 1997, das 12 palestras uma focalizava os estudos de gênero e a historiografia; das 35 mesas-redondas 5 eram sobre o tema. Já as sessões que apresentam pesquisas em desenvolvimento sobre a temática de gênero e/ou mulher, foram 26 (das 240) de comunicação coordenadas e as de comunicação livre, 20 (de 153). Não se pode comparar esses dados com os dos Simpósios anteriores devido a critérios diferenciados de organização dos programas, mas, sem dúvida, pode-se decretar uma incorporação crescente da temática na disciplina.⁷²⁰

Mesmo que haja outras historiadoras que buscam evidenciar que a relação das pesquisadoras sobre gênero e mulheres com a ANPUH/Nacional estava já em crescimento antes da fundação do GT de Estudos de Gênero, há um esforço de caracterização da área, por parte de Suely Costa, como devedora de um lugar de reunião das pesquisadoras que se pretende em nível nacional, mas que está sendo ocupado por historiadoras ainda do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Santa Catarina, com peso maior para as cariocas.

É importante ainda se mencionar que, como se percebeu no capítulo anterior desta tese, havia já aquela aproximação que Rachel Soihet, Eni de Mesquita Samara e a mesma Maria Izilda Matos haviam feito em 1997 ao publicar *Gênero em debate* com a anuência de Ismênia Martins, presidente da associação naquele biênio. Talvez, a emergência do GT de Estudos de Gênero da ANPUH/Nacional, junto a outros GTs naquele começo de milênio, estivesse vinculada a novas formas de organização da comunidade historiadora incentivadas pela sua própria associação. Esse movimento, no que toca especificamente aos estudos de gênero e das mulheres, parecia acompanhar também um crescimento das pesquisas e de uma relação intelectual e interpessoal que iria aproximando as historiadoras da área ao círculos mais envolvidos com a ANPUH/Nacional.

⁷²⁰ MATOS, 2000, p. 39.

Mas Suely Costa, sem citar qualquer texto ou autora, tenta operar um deslocamento das marcas temporais da memória disciplinar da área tal como vinham sendo elaboradas por Margareth Rago, por exemplo, que em 1998 colocava sua própria trajetória e do seu núcleo de estudos como ponta de lança da introdução da categoria gênero no país. Era justamente, em inícios de 1990, depois do seu doutorado e de voltar de viagem dos EUA, que Rago e suas colegas unicampistas fundam o Núcleo Pagu (1992) e, no ano seguinte, os *Cadernos Pagu* (1993). Essa marca temporal criada por Margareth Rago na memória disciplinar do campo não fazia sentido para Suely Costa, mas, sim, outra marca inaugural: a criação do GT Estudos de Gênero da ANPUH/Nacional. Ainda que houvesse vieses, como o de Maria Izilda Matos, que já apontavam crescimento da participação de historiadoras nos Simpósios da ANPUH/Nacional antes da criação do referido GT.

Essa nova temporalidade estava assinalada no texto de Costa não por obras, não por nomes, por rostos humanos – talvez por isso não desejou operar um balanço historiográfico⁷²¹ –, mas pela própria ANPUH/Nacional. É justamente no início dos anos 2000, como se mostrou na introdução deste capítulo, que foram inaugurados o GT Nacional de Estudos de Gênero (2001) e seus congêneres estaduais de São Paulo, Rio de Janeiro e Santa Catarina também conhecem sua inauguração nestes anos. O destaque aqui também não é sobre as personagens que atuaram na recepção da categoria, como Margareth Rago e Rachel Soihet fizeram sobre si mesmas nos artigos de 1998, ou como Monica Schpun fez sobre os textos de Durval Muniz de Albuquerque Junior, em 2004, mas a personagem principal aqui passava a ser uma instituição: a ANPUH/Nacional.

Mais que isso, o marco do Simpósio da ANPUH/Nacional de Niterói, que se realizou na Universidade Federal Fluminense, casa de Suely Gomes Costa e Rachel Soihet, e a criação do GT de Estudos de Gênero, por historiadoras que incluíam elas mesmas, desdobra também o destaque à seção regional da ANPUH carioca, aquela que tinha o seu GT de Estudos de Gênero coordenado por Suely Costa, enquanto sua ex-orientadora, Rachel Soihet, estava à frente do GT Nacional, permanecendo lá por três gestões consecutivas. Não eram rostos, nomes e obras de autoras que inauguravam uma nova temporalidade para a categoria gênero em terras brasileiras, mas uma instituição que se pretendia nacional – com seus desdobramentos regionais, mesmo

⁷²¹ João Bosco Hora Góis, na função de editor do número de *Gênero* que abrigava o artigo de Suely Costa, talvez possa discordar dessa afirmação, já que escreve que a professora da UFF “propõe um balanço dos estudos biográficos, ressaltando as contribuições recentes que os estudos de gênero e feminista têm dado a eles.” De qualquer forma, se Costa apresenta discussões sobre o trabalho biográfico e suas interlocuções com as temáticas das mulheres e do gênero, ela não o faz por meio da citação de nomes e autoras da historiografia brasileira. Cf. GÓIS, João Bosco Hora. Editorial. **Gênero**, Niterói, v. 3, n. 2, 2003. p. 5.

que eles ainda estivessem circunscritos, naquela época, aos mesmos São Paulo, Rio de Janeiro e Santa Catarina – que dava o ritmo para os novos marcos temporais que Costa queria imprimir à memória disciplinar da História das Mulheres e das Relações de Gênero. Mesmo que, é preciso explicitar, alguns rostos cariocas estivessem à frente da instituição que era lembrada e propagandeada como marco dos estudos de gênero na historiografia brasileira.

Ao que parece, Suely Gomes Costa não foi a única a visibilizar o papel da ANPUH/Nacional e mobilizar o seu GT Estudos de Gênero naqueles anos. A sua ex-orientadora, também professora da UFF, se reuniu à Adriana Facina, no ano de 2004, para tornar mais efetivo o nome da ANPUH/Nacional e seu GT no emaranhado discursivo que objetivava, dentre outras coisas, marcar a memória disciplinar do campo. É sobre o artigo de Soihet e Facina, também publicado na *Revista Gênero*, que esta tese se debruça agora.

No ano de 2004, Rachel Soihet se juntou a outra professora da UFF, Adriana Facina Gurgel do Amaral,⁷²² para apresentar o dossiê “Gênero e memória: algumas reflexões”.⁷²³ A apresentação, realizada em 11 páginas, recebeu o mesmo título do dossiê, que contou com 8 artigos. O primeiro número do quinto volume da *Revista Gênero*, que abrigou o dossiê, ainda teve dois artigos publicados em sua seção de artigos livres.⁷²⁴

A apresentação de Soihet e Facina não contou com seções ou intertítulos, mas pode ser dividido em quatro partes. Apesar de ser escrita a quatro mãos, parecem ser as duas mãos de

⁷²² Graduada em História pela UFF em 1995, Adriana Facina tornou-se mestra pelo PPG em História Social da Cultura pela PUC-Rio em 1997, com orientação de Margarida de Souza Neves, defendendo a dissertação *Artífices da reconciliação - intelectuais e vida pública no pensamento de Mário de Andrade*. Já no doutorado, decidiu migrar de área e defendeu a tese *Santos e canalhas: uma análise antropológica da obra de Nelson Rodrigues* no PPG de Antropologia Social da UFRJ em 2002, sob Orientação de Gilberto Velho. Em 1996, iniciou sua carreira de docente no ensino superior na Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO), onde trabalhou até 1998, quando se tornou docente do departamento de História da UFF. Permaneceu como professora associada da UFF até 2013, quando se vinculou ao Museu Nacional como professora da pós-graduação em Antropologia Social da UFRJ (PPGAS/MN/UFRJ), mantendo-se também como professora do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Territorialidades da Universidade Federal Fluminense (PPCULT/UFF). Participa, como pesquisadora, do Laboratório em Cultura, Etnicidade e Desenvolvimento (LACED – Museu Nacional/UFRJ) do grupo de pesquisa Observatório Indisciplinar de Fazeres Culturais e Letramentos (OICULT) e o Núcleo de Estudos das Sociedades Complexas (NESCO – Museu Nacional/UFRJ). Tem se interessado pelos temas de pesquisa em experiência urbana e criação artística, literatura e letramento, teorias da cultura, indústria cultural e mediações, música popular, criminalização da pobreza, criação e fruição cultural em periferias. Cf. FACINA, Adriana. **Currículo do sistema de currículos Lattes**. Brasília, 07 abr. 2022. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/1031649453998211>. Acesso em: 29 mai. 2022, às 13h47min.

⁷²³ SOIHET, Rachel; FACINA, Adriana. Gênero e memória: algumas reflexões. *Gênero*, Niterói, v.5, n.1, 2, 2004. p. 9-19.

⁷²⁴ No dossiê, além de Soihet e Facina, tiveram espaço Nancy Rozenchan, doutora em Letras e professora da USP; Ana Carolina Huguenin Pereira e Flávia Cópio Esteves, à época, ambas realizavam mestrado em História pela UFF; Francimar Arruda, doutor em Filosofia da Educação pela UFRJ e professor da UFF; Gilda Olinto, doutora em comunicação e pesquisadora da UFF e do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT); Janine Gomes da Silva, doutora em História pela UFSC e professora da mesma instituição; Marlene de Fáveri, doutora em História pela UFSC e professora da UDESC; Leonardo Musumeci, Bárbara Musumeci Soares e Zuleica Lopes Cavalcante de Oliveira, nomes para os quais não se pôde levantar mais informações.

Rachel Soihet que dominam a maior parte das considerações no artigo. A mais longa parte, por exemplo, que ocupou seis das onze páginas de tal apresentação, tem claramente influência de outros textos publicados por Rachel Soihet nos anos anteriores. A segunda parte, ocupou apenas três parágrafos e se dedicou a relacionar os dois temas principais do dossiê: gênero e memória. Mais três parágrafos são dedicados para, literalmente, apresentar o dossiê e os artigos que o compuseram. Por fim, a parte que mais interessa aqui, tocava no GT de Estudos de Gênero da ANPUH/Nacional. Inicia-se a análise do texto de Facina e Soihet com a descrição de sua parte mais longa.

Rachel Soihet e Adriana Facina começaram a apresentação de “Gênero e memória: algumas reflexões” ressaltando a “emergência da história das mulheres”:

As contribuições decorrentes da explosão do feminismo e das transformações na historiografia, a partir da década de 1960, foram fundamentais na emergência da história das mulheres. Articuladas ao crescimento da antropologia, as contribuições da história social, da história das mentalidades e, posteriormente, da história cultural tiveram papel decisivo no processo de ascensão das mulheres à condição de objeto e sujeito da história. Fato relevante, se considerarmos a despreocupação da historiografia dominante, herdeira do Iluminismo, com a participação diferenciada dos dois sexos, já que polarizada em um sujeito humano universal.⁷²⁵

Logo de início é possível perceber que Facina e Soihet fazem coro ao enunciado emitido por Joana Maria Pedro, enfocando aquele papel essencial e primordial, que a História Social, aliada à antropologia e às mentalidades, desempenhou no surgimento do campo. Nenhuma palavra, no entanto, sobre a História da Família e a Demografia histórica. E se o campo havia emergido dessa maneira, o segundo parágrafo já trazia as reticências àquela prática historiográfica que teria nascido nos anos 1960. Facina e Soihet apontavam o “grave perigo de um isolamento intelectual daquelas que se dedicavam à História das mulheres”. O “perigo do isolamento” era uma consideração que foi pinçada pelas historiadoras fluminenses de um longo artigo publicado por acadêmicas francesas na revista *Annales* ainda em 1986.

O artigo “Culture et pouvoir des femmes: essai d'historiographie” trazia as discussões do seminário instalado no Centre de Recherche Historique da EHESS nos anos 1980 para o debate “sobre as problemáticas em torno dos estudos sobre o masculino e o feminino”.⁷²⁶ O artigo trazia diagnósticos historiográficos acerca da prática da História das Mulheres na França,

⁷²⁵ SOIHET; FACINA, 2004, p. 9.

⁷²⁶ PERROT, Michelle *et al.* Culture et pouvoir des femmes: essai d'historiographie. *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*, v. 41, n. 2, p. 271-293, mar./abr. 1986. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/ahess_0395-2649_1986_num_41_2_283275. Acesso em: 29 mai. 2022, às 17h53min.

bem como discussões conceituais acerca do poder, da dominação masculina, da possibilidade de uma cultura feminina, dentre outros assuntos, e tinha a autoria compartilhada por dez intelectuais.⁷²⁷ Tal artigo foi citado por Soihet e Facina na sua versão em português intitulada “A história das mulheres. Cultura e poder das mulheres: ensaio de historiografia”,⁷²⁸ publicado na mesma *Revista Gênero*, traduzido pelas próprias Rachel Soihet e Suely Gomes Costa em parceria com Rosana Alves Soares, no ano de 2001.

Relatando o receio que as francesas registravam em 1986 de a “história das mulheres constituir-se num gueto [...] tolerado ou marginalizado, mas sem controle sobre os rumos da história como um todo”, Soihet e Facina apontavam as saídas sugeridas pelas intelectuais da França “a fim de superar a situação”: por meio da crítica da produção já existente e da tentativa de “refinar conceitos”, buscavam tornar a “história das mulheres parte integrante e significativa da disciplina histórica”. Essa crítica e esse refinamento passariam, segundo a leitura/tradução realizadas pelas professoras da UFF, pelo questionamento de “fragilidades” tais como, dentre outras, a atenção demasiada dada ao estudo do corpo, sexualidade, maternidade e das profissões femininas; o enfoque da sempre criticada relação “de dominação e opressão” ao qual as autoras brasileiras acrescentavam o problema de não se tematizar “a resistência a essa dominação”; a produção enorme de trabalhos sobre os discursos normativos “pouco levando em conta as práticas sociais e os modos de resistência” a eles; e “a falta de reflexão metodológica e sobretudo teórica” que se fazia sentir em tal produção.⁷²⁹

Tematizadas, por meio das acadêmicas francesas, as críticas à produção sobre História das Mulheres, o artigo de Rachel Soihet e Adriana Facina mobilizaram o artigo “Gênero: uma categoria útil...”, de Joan Scott, para continuar sua reflexão, dando, no entanto, certa primazia às discussões das intelectuais francesas:

Em fins da mesma década, a historiadora norte-americana Joan Scott trazia à tona preocupações similares, ao mesmo tempo que enfatizava a importância

⁷²⁷ A publicação contou com a autoria de uma série de intelectuais implicadas nas discussões francesas sobre História das Mulheres: Michelle Perrot (historiadora, Universidade Paris VII), Arlette Farge (historiadora, CRH-EHESS), Cécile Dauphin (historiadora, CRH-EHESS), Christiane Klapisch-Zuber (historiadora, EHESS), Rose-Marie Lagrave (socióloga, EHESS), Geneviève Fraisse (filósofa, CNRS), Pauline Schmitt-Pantel (historiadora e doutora em Letras, Universidade Paris VII), Yannick Ripa (historiadora, Universidade Paris VIII), Pierrette Pézerat (CRH-EHESS) e Danièle Voldman (doutora em Letras, IHTP-CNRS).

⁷²⁸ FARGE, Arlette *et al.* A história das mulheres. Cultura e poder das mulheres: ensaio de historiografia. Tradução Rachel Soihet, Suely Gomes Costa e Rosana Alves Soares. *Gênero*, v. 2, n. 1, p. 7-30, 2001. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/30986/18075>. Acesso em 29 mai. 2022, às 18h28min. Rachel Soihet já havia citado tal artigo no “depoimento” que publicou em 1998 nos *Cadernos Pagu*, mas na sua versão em língua espanhola: FARGE, Arlette. La historia de las mujeres. Cultura y poder de las mujeres: ensayo de historiografia. In: LUNA. Lola G. *Historia, Género y Política*. Barcelona: Promociones y Publicaciones Universitarias, 1994.

⁷²⁹ SOIHET; FACINA, 2004, p. 9.

da categoria gênero, não mencionado no artigo acima citado [das acadêmicas francesas], embora as ideias expressas para sua operacionalização ali estivessem presentes.⁷³⁰

Ainda que “Culture et pouvoir des femmes” tenha sido publicado nos *Annales* também em 1986, mesmo ano da publicação de “Gender: a useful category of historical analysis” em *The American Historical Review*, Soihet e Facina introduzem Joan Scott na esteira das francesas que, antes da historiadora estadunidense, já “expressavam certa operacionalização da categoria.” Dada a primazia às francesas, as professoras da UFF lembram que gênero teria emergido nos anos 1970 como termo pensado “para teorizar a questão da diferença sexual [...] inicialmente utilizado pelas feministas americanas”. Passando em resumo as proposições de Joan Scott sobre a categoria, Soihet e Facina acrescentavam algo que Scott também já fazia em seus textos: a necessidade de “articulação do gênero com a classe e a raça/etnia”. Isso, para as historiadoras da UFF, assim como para Rachel Soihet em textos publicados sozinha anteriormente, revelaria o “compromisso com a inclusão da fala dos oprimidos” e a “convicção de que as desigualdades de poder se organizavam, no mínimo, conforme esses três eixos [gênero, classe e raça/etnia]”.⁷³¹

Às reflexões de Joan Scott no notório artigo da *American Historical Review*, Rachel Soihet e Adriana Facina juntaram também aquelas que a historiadora estadunidense publicara no capítulo “A História das Mulheres”, em coletânea organizada por Peter Burke em 1991, enfocando “a fragmentação de uma ideia universal de mulheres” que se deu no “seio do movimento feminista”, que passou a problematizar as “diferenças dentro das diferenças”, ou seja, questionou a identidade feminina por meio de outros marcadores, tais como “classe, raça, etnia, geração, sexualidade etc.” Segundo as historiadoras cariocas, as considerações de Scott, associadas “a uma concepção própria do pós-modernismo”, teriam sido consideradas “uma ameaça ao feminismo por aquelas(es) pesquisadoras(es) que permaneceram no campo da modernidade”.⁷³²

De acordo com Soihet e Facina, entre a ideia universal e moderna de mulher e a abordagem pós-moderna das “diferenças dentro da diferença”, haveria uma “posição equilibrada”, exposta por uma “teórica” brasileira, Bila Sorj. Recorrendo ao capítulo “O feminismo na encruzilhada da modernidade e da pós-modernidade” que Sorj publicara em 1992

⁷³⁰ SOIHET; FACINA, 2004, p. 9.

⁷³¹ Ibidem, p. 9-10.

⁷³² Ibidem, 2004, p. 10.

em *Uma questão de gênero*,⁷³³ Soihet e Facina afirmavam que se no “discurso pós-moderno” pudesse ser encontrado “um lado positivo”, o da crítica às “tendências totalizadoras e até mesmo intolerantes”; as feministas não poderiam desconhecer “a presença ‘da modernidade como um campo unificado do social’”, que se esforçaria para identificar “denominadores comuns” além daquelas “afirmações particularistas” pós-modernas.⁷³⁴

Nesse esforço de reunir críticas à História das Mulheres e de expor “posições equilibradas” em relação ao conceito de gênero, Soihet e Facina fazem ressoar a chamada de atenção que Suely Gomes Costa fez um ano antes, na mesma *Revista Gênero*, ao criticar o “binarismo” presente na categoria gênero. Afirmavam, assim, que “as mais fecundas de todas essas reflexões sobre gênero” não excluíam a “continuidade, nos estudos de gênero, dos dualismos, especialmente da divisão binária da humanidade, a partir das construções baseadas no sexo.” Para as duas historiadoras cariocas, algumas reflexões teriam se desenvolvido aqui no Brasil com a “finalidade de ultrapassar tais impasses”, sendo exemplificadas pela citação de um texto publicado pela cientista social Adriana Piscitelli em 1997, “Ambivalência sobre os conceitos de sexo e gênero na produção de algumas teóricas feministas”, publicado em *Gênero e Ciências Humanas*, coletânea que Soihet também integrara em 1997, e pelo artigo de Tania Navarro Swain que Suely Gomes Costa já havia mobilizado em seu artigo “Gênero e biografia”: o artigo que fora publicado em *Gênero*, no ano de 2001, sob o título de “Para além do binário: os *queers* e o heterogênero”.⁷³⁵

Assim, mais uma vez, a crítica às proposições do conceito de gênero – e aqui se tratam das proposições de Joan Scott, em essência – tomava lugar nesse conjunto de textos, muito aliadas à crítica ao “binarismo/dualismo” que a categoria poderia engendrar, como no caso do texto que Suely Costa tinha publicado um ano antes, e menos pelas críticas que tais textos expunham sobre a naturalização do sexo ou da heterossexualidade que a mesma categoria viria a reificar, tal como é feito nos textos de Navarro Swain e Piscitelli citados por Soihet e Facina. De qualquer forma, parecia ser a tônica que viria a ser assumida nesses textos de meados dos anos 2000: permear a discussão sobre a categoria de gênero com as críticas que se levantavam a ela. Críticas, por enquanto, registradas entre as intelectuais que falavam desde o Rio de Janeiro e, se deseja ser mais específico, da UFF e da *Revista Gênero*.

⁷³³ SORJ, Bila. O feminismo na encruzilhada da modernidade e da pós-modernidade. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 15-23.

⁷³⁴ SOIHET; FACINA, 2004, p. 10.

⁷³⁵ Ibidem, loc. cit.; Cf. SWAIN, 2001; PISCITELLI, Adriana. Ambivalência sobre os conceitos de sexo e gênero na produção de algumas teóricas feministas. In: AGUIAR, Neuma. **Gênero e ciências humanas: desafio à ciência desde a perspectiva das mulheres**. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Ventos, 1997. p. 49-66.

Nesse momento, como Rachel Soihet já havia feito sozinha em outros textos, Soihet e Facina dão lugar à discussão realizada por Joan Scott, Louise de Tilly e Eleni Varikas – no debate que tomou a pecha de “desacordo” ou “polêmica” entre Scott e Tilly – como uma maneira de expor “um panorama da pluralidade de concepções acerca da questão de gênero”. Depois de apresentar o debate entre Tilly e Scott e as ponderações de Varikas, Soihet e Facina optam por fazer a mesma reflexão que Soihet havia apresentado em *Gênero e Ciências humanas*, em *Gênero em debate* e em *Domínios da História* sobre a escolha de Joan Scott em propor a análise da política como terreno privilegiado para uma historiografia de gênero. No entanto, desta vez, a solução proposta por Soihet e Facina se dará de outra maneira, ou melhor, com base num outro texto.

Em 1997, quando Soihet publicou os textos analisados no capítulo anterior e mesmo no depoimento de que publicou nos *Cadernos Pagu* em 1998, o texto “Teoria e método dos estudos feministas” – assim como *Quotidiano e poder* – de Maria Odila Dias é citado para demonstrar a possibilidade de uma prática de História das Mulheres que superasse a abordagem “miserabilista e/ou heroicizante”. Mas em “Gênero e memória: algumas reflexões” a contribuição de Dias não é o mote dessa reflexão, não sendo nem mesmo citado. Aliás, o capítulo de Dias não foi citado no corpo do artigo, mas ele aparece em sua lista de referências. Assim como a obra de Rachel Soihet, *Condição feminina e formas de violência*, que só aparece nas referências ao final do artigo.

Seria, então, uma mudança nos gestos de valorização de uma História Social das Mulheres de corte thompsoniano, que privilegiava práticas e papéis informais, acontecimentos cotidianos dotados de resistência e exercício de poderes? O próprio Thompson, sempre mobilizado por Maria Odila Dias e Rachel Soihet nos textos anteriormente analisados não aparece em “Gênero e memória: algumas reflexões”, nem mesmo apenas na lista de referências. O que acontece, então, neste texto escrito por Soihet e Facina para solucionar, de um lado, o problema da História das Mulheres “miserabilista e/ou heroicizante” e, de outro, os limites da proposta de Joan Scott que dificilmente daria conta de perceber “alguns elementos essenciais ao desvendamento da atuação concreta das mulheres”? O que poderia cumprir a função que o texto de Maria Odila Dias cumpria em outras reflexões como um caminho entre as totalizações da História das Mulheres e a desconstrução pós-moderna da categoria gênero?

A reflexão que se segue ainda mantém a preocupação de outros textos de Rachel Soihet, usando abertamente trechos dele, como no seguinte: “Importa, portanto, examinar contribuições de outras(os) historiadoras(es) que, com esse objetivo, não se limitam a abordar o domínio público. Recorrem a outras esferas, como o cotidiano, no afã de trazer à tona as contribuições

femininas”.⁷³⁶ Tais historiadores/as que não são inclusos nesta oportunidade são Maria Odila Dias, a própria Rachel Soihet – embora elencadas nas referências – Edward P. Thompson e Natalie Davis. No entanto, Michelle Perrot e Arlette Farge continuam com o mesmo propósito, apenas citadas por outro texto. O texto que Facina e Soihet mobilizaram para dar guarida a essas discussões foi “História das Mulheres. Cultura e poder das mulheres: ensaio de historiografia”, publicado pelo conjunto de acadêmicas francesas em 1986, nos *Annales*, e traduzido em 2001 na *Revista Gênero* por Rachel Soihet, Suely Gomes Costa e Rosana Alves Soares. É sobre a interlocução de Soihet e Facina com este texto que se dedica a refletir a partir de agora com intuito de perceber como ele foi essencial na construção de uma adaptação ou tradução dos debates internacionais para a área no Brasil.

“Gênero e memória: algumas reflexões” retorna ao texto das francesas de forma bastante elogiosa, destacando seu “extremo refinamento, a acuidade e relevância das questões levantadas”. Para Rachel Soihet e Adriana Facina, o texto em questão teria acentuado a importância da História Cultural, das representações, da etnologia e da antropologia “para que o estudo dos papéis sexuais assumissem outra fisionomia”, o que teria levado “a abertura de novos campos de pesquisas”. Nessa esteira, dois campos se destacariam: “o da identificação de objetos, de lugares e de condutas femininas” e outro, o da “inflexão do par dominação masculina/opressão feminina”. Nesse sentido, as francesas ressaltariam “a necessidade de buscar as mulheres nos domínios nos quais ocorria maior evidência de participação feminina, explicitando-se as categorias do masculino e do feminino.” E avançam nessa tematização, fazendo do texto francês um contraponto ao texto estadunidense de Joan Scott:

Os estudos sobre a sociabilidade feminina que deram lugar a importantes trabalhos sobre os locais de lavagem de roupa, o forno, o mercado, a casa, assim como os estudos sobre os tempos marcantes da vida, tomando como objetos o nascimento, o casamento e a morte são destacados por elas. Portanto, aqui [as francesas] se distanciam de Scott, pois ressaltam no esforço de se buscar as mulheres como agente histórico a aproximação dos domínios nos quais ocorrem maiores evidências de participação feminina. Daí não se aterem unicamente à esfera pública – objeto exclusivo, por largo tempo, do interesse dos historiadores impregnados do positivismo e de condicionamentos sexistas. Explica-se, assim, a significação do privado e do cotidiano, nos quais emerge com toda força a presença dos segmentos subalternos e das mulheres. Longe está o político, porém, de estar ausente dessa esfera, na qual se desenvolvem múltiplas relações de poder.⁷³⁷

⁷³⁶ SOIHET; FACINA, 2004, p. 12.

⁷³⁷ Ibidem, p. 12-13.

Como se pode perceber no longo excerto, Soihet e Facina continuam a afirmar aquilo que Soihet vinha afirmando na segunda metade dos anos 1990. O que muda é que, se antes eram acionadas Michelle Perrot, Arlette Farge, Natalie Davis e Edward Thompson pelo lado das estrangeiras e a própria Rachel Soihet e Maria Odila Dias pelo turno das brasileiras, agora volta-se para um único texto, de origem francesa, que ainda mantém os nomes de Farge e Perrot. Mas o núcleo essencial da aposta que Rachel Soihet fazia nos textos da década de 1990 continua presente aqui, em 2004, sendo endossado por Adriana Facina: em relação às propostas da análise das relações de gênero, especialmente as de Joan Scott, sugere-se o cotidiano, o privado, as sociabilidades femininas de mulheres trabalhadoras, ou, em suma: “as mulheres como agente histórico”. As mulheres, esse grande sujeito coletivo, assim como os trabalhadores, os escravizados, os prisioneiros, enfim, esse objeto que, como tantos outros, eram parte dos “segmentos subalternos”, ou “os de baixo”, ou ainda, para se usar a expressão consagrada na coletânea publicada no Brasil com textos da própria Michelle Perrot: “os excluídos da história”.

Ainda que não recorrendo ao texto de Maria Odila Dias, abordar o cotidiano das mulheres, por meio das francesas, parecia ainda manter esse objeto que, desde “Teoria e método dos estudos feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano”, vinha sendo encarado como “um campo de múltiplas interseções que aproximam e diluem um no outro conceitos ideológicos estratégicos como o público e o privado, o biológico e o mental, a natureza e a cultura, as razões e as paixões, o sujeito e o objeto”.⁷³⁸ Assim, a proposta de Rachel Soihet parecia continuar a mesma no texto escrito com Adriana Facina: entre a “totalização moderna” e o “particularismo pós-moderno”, entre a “mulher heroica e a mulher vítima”, entre o “público e o privado”, entre o “político e o íntimo”, propõe-se o cotidiano, esfera “onde tudo se dilui”.

Interessante ainda notar, no mesmo excerto, que o signo do positivismo é invocado mais uma vez nesses textos tomados aqui como fontes para designar práticas historiográficas com as quais essas historiadoras discordam. No primeiro capítulo desta tese, foi possível perceber que Margareth Rago, entre 1994 e 1995, aliava a “História das Mulheres enquanto História Social” ao estigma do positivismo, enquanto diferenciava a si mesma e sua tese de tal prática muito em função dos usos que fizera dos argumentos de Joan Scott. Agora, com Rachel Soihet e Adriana Facina, é a proposta de Joan Scott com a análise da política em seu sentido mais tradicional e do espaço público que é associada ao positivismo e aos “historiadores de condicionamento sexista”. Sem preencher de significados mais precisos o termo “positivismo”, tanto Rago,

⁷³⁸ DIAS, 1992, p. 51-52.

quanto Soihet e Facina, ajudavam a plasmar a pecha de positivistas às maneiras de se praticar história que eram diferentes das delas, ou, ao menos, das práticas que elas indicavam como caminho para a solução dos problemas da área. Junto à memória disciplinar que se queria sobre o campo, o epíteto “positivista” parecia ser distribuído como forma de expurgar propostas discordantes de História das Mulheres e/ou das Relações de Gênero.

De volta ao texto das professoras da UFF, mais do que a abordagem do político fora da espera pública, apostando no cotidiano, Soihet e Facina destacaram também a contribuição das francesas para o debate da relação dominação/opressão. Para as brasileiras, as acadêmicas que se reuniram no seminário do CNR-EHEESS se contrapunham “às abordagens reducionistas que buscam uma única explicação para as relações entre os sexos”, que se apoiariam nas considerações “configuradas na supremacia masculina” e que não permitiriam explorar “a complexidade da questão ou as formas de poder exclusivamente femininas”.⁷³⁹

Nesse sentido, Soihet e Facina destacam os “estudos sobre a sociedade rural [francesa] do século XIX”⁷⁴⁰ que são abordados pelo artigo das francesas como um exemplo das formas de poder feminino, aquele “controle exercido pelas mulheres das práticas destinadas a ajudar a comunidade inteira a passar da vida à morte” e tal exemplo serviu às historiadoras brasileiras para afirmar que esse tipo de abordagem não apenas enriqueceria “uma leitura da esfera privada em termos de poder”, mas que também poderia oferecer “uma análise da confrontação, real e simbólica, entre a vida privada e a vida pública”.

Contudo, Rachel Soihet e Adriana Facina também chamam atenção para uma advertência encontrada no ensaio francês: o destaque ao exercício dos poderes femininos não poderia obliterar a “violência e a desigualdade que marcam as relações entre os sexos”, pois, se as francesas apresentavam exemplos “da complementaridade na divisão sexual das tarefas”, não excluíam o papel da “hierarquização dos papéis exercidos por homens e mulheres”. Assim, não descartando “a dominação masculina”, as francesas expunham numa perspectiva que aliava elementos das relações entre homens e mulheres e as abordagens de classe,⁷⁴¹ algo realizado por Soihet, por exemplo, em sua tese e em seus textos publicados nos anos seguintes.

⁷³⁹ SOIHET; FACINA, 2004, p. 13.

⁷⁴⁰ As acadêmicas francesas tinham em mente, sobretudo, a obra *Mari et Femme dans la société paysanne*, de Martine Ségalen, publicada em 1980, pela Falammariion.

⁷⁴¹ Uma seção é dedicada no ensaio das francesas para debater o tema “dominação masculina”. Sob o título de “As modalidades da dominação masculina” – no original em francês “Les modalités de la domination masculine” –, a seção se debruça sobre obras acerca das “sociedades pré-capitalistas ou industriais” para relacionar como a “dominação masculina” se exerceria “pelo monopólio profissional do ofício, dos regulamentos, das técnicas e das heranças”, ao mesmo tempo que enfocariam como as mulheres eram exploradas “na produção doméstica [...] ao mesmo tempo, no seu trabalho e na sua capacidade de reprodução”. Cf, FARGE *et al*, 2001, p. 17-18.

Ao fim dessa reflexão, Soihet e Facina afirmam que, no caso do artigo das francesas, a “dominação masculina” não se trataria mais de “uma constante sobre a qual toda reflexão tropeçaria”, mas, sim, era percebida como “uma relação social desigual que pode desvendar engrenagens e marcar especificidades de diferentes sistemas históricos.”⁷⁴² Assim, o grande problema enfrentado pela História das Mulheres, dividindo-a em uma história que procurava vítimas ou que procura heroínas, poderia estar resolvido. As relações entre homens e mulheres, então, estavam postas no artigo francês, traduzidas pelas brasileiras e por elas reificadas em “Gênero e memória: algumas reflexões”, como relações sociais.

Abordadas as temáticas do político fora da esfera pública e da dominação masculina, Soihet e Facina destacam “um problema teórico” enfrentado no ensaio das acadêmicas francesas. Ao se questionarem sobre como situar “o jogo político” uma vez que ele não seria “explícito na História das Mulheres”, as francesas oferecem às brasileiras o que estas consideraram ser “a parte mais original e densa de sua proposta”, pois Arlette Farge, Michelle Perrot e suas colegas teriam acentuado “que a análise não se deve limitar a uma oposição entre o social e o político que recobriria aquela do privado e do público”, chegando à conclusão de que tais “dualidades devem talvez ser apreendidas na sua unidade.” Para Soihet e Facina, esse problema teórico da História das Mulheres teria sido transformado pelas historiadoras francesas que escreveram o ensaio em “uma proposição metodológica”. “Isto porque”, continuavam a argumentar as brasileiras, “ao reintroduzir-se a dimensão política na reflexão sobre masculino/feminino, privilegia-se a noção de público, na medida em que esta noção implica uma reflexão sobre o civil, o econômico e o próprio político, sem para tanto excluir a importância do privado”.⁷⁴³

Nesse sentido, transformada a formulação teórica em uma “proposta metodológica”, Soihet e Facina percebiam nas reflexões ensaiadas pelas francesas que, superada a oposição social *versus* político, poder-se-ia reformular o “papel das mulheres num motim no século XVII, nas lutas sociais do século XIX ou nas práticas feministas da era contemporânea”. Isso se daria porque, segundo a proposição metodológica das francesas, seria possível “pensar como uma intervenção política aquilo que, em geral, interpreta-se como um fato social”, levando a “perceber as mulheres num tempo histórico em que a singularidade do acontecimento é tão importante quanto a repetição dos fatos culturais”. O jogo do político e do social, então, pensado numa proposta que leva em conta tanto as atuações públicas e/ou privadas, daria conta de se praticar uma História (Social) das Mulheres sem a necessidade de se ater à categoria de gênero.

⁷⁴² SOIHET; FACINA, 2004, p. 13-14.

⁷⁴³ Ibidem, p. 14.

A temática da política tradicional abordada por Joan Scott e sempre questionada por Rachel Soihet era reintroduzida “na proposta metodológica” das francesas, em que o social e o político, ou as relações sociais e as relações de poder, poderiam ser investigadas nas relações entre homens e mulheres, desde que fossem encaradas em sua unidade.

A proposta das francesas, então, era apoiada aqui pelas brasileiras. Tendo sido elogiado, o ensaio francês operava no texto de Soihet e Facina como uma saída para os impasses tanto da história miserabilista/heroicizante, quanto das proposições mais ligadas ao “pós-modernismo”, representadas aqui pelas contribuições de Scott e sua vinculação aos estudos linguísticos e literários. Nesse sentido, as professoras da UFF traduziram em 2001 e, em 2004, recorriam a um artigo francês que não trabalhava a categoria gênero, mas, sim, remontava a expressões comuns no francês como “*les rapports contradictoires entre homme et femme*”, “*rapports masculin/féminin*”, “*rapports entre les sexe*”, “*rapports de sexes*”, “*les relations entre les sexes*”, “*relations entre hommes et femmes*” ou mesmo “*l’histoire des relations entre sexes*”.⁷⁴⁴ Rachel Soihet e Adriana Facina pareciam querer traduzir, em 2001, a proposta francesa, e instrumentalizá-la numa proposta metodológica, em 2004. No capítulo anterior, quando se abordou a dificuldade de tradução do termo *gender* das americanas para o *genre* das francesas, ficou claro – ao menos para algumas intelectuais da França, como Françoise Collin – que o uso de tais expressões tinham capacidade de equivalência ao conceito de gênero das historiadoras dos EUA.

A questão, aqui, então, para Rachel Soihet e Adriana Facina parecia não ser da ordem da tradução do inglês e/ou do francês para o português somente, como foi o caso das francesas que “não sabiam” como realizar tal tradução; para as brasileiras, a questão principal parecia ser o conteúdo com o qual a categoria gênero poderia ser preenchida aqui no Brasil. Para isso, foi necessário precisar as “proposições metodológicas”. Entre “as abordagens metodológicas das estadunidenses”, como Joan Scott, um tanto pós-modernas demais, e a abordagem “heroicizante/miserabilistas” de categorias “totalizadoras”, a aposta é na “abordagem metodológica francesa”, que mantém uma posição equilibrada, respeitando o “campo unificado do social”, que seria aquela importante conquista dos modernos, tal qual Soihet e Facina leram no capítulo de Bila Sorj de 1992. A tradução metodológica seria simples, então, como apareceu no artigo das francesas de 1986:

Pour répondre interpellation précédente on peut tout abord rappeler que les rapports entre les sexes sont des rapports sociaux. Ce ne sont pas des données

⁷⁴⁴ PERROT *et al*, 1986, p. 274; 276; 277; 278; 281; 282; 284.

naturelles mais des constructions sociales et leur étude est du même type que celle autres relations égalitaires ou inégalitaires entre groupes sociaux.⁷⁴⁵

E que fora traduzida pelas brasileiras em 2001:

Responder à interpelação precedente, implica em lembrar que as relações entre os sexos são relações sociais. Não são dados naturais, mas construções sociais, e seu estudo é do mesmo tipo das outras relações, igualitárias ou não, entre grupos sociais.⁷⁴⁶

Não havia necessidade de tradução linguística. Seria suficiente a tradução metodológica. Se “gênero” ou “relações entre sexos” significasse relações sociais, já estava feita a tradução que importava. Parecia não ser mais possível negligenciar, àquela altura, a categoria gênero e os efeitos que já possuía nas defesas de dissertações e teses, como na reflexão que as historiadoras vinham fazendo acerca da área. Incluindo a própria Soihet. E o texto de Michelle Perrot, Arlette Farge e suas companheiras francesas parece ter sido uma boa ferramenta para lidar com isso. Introduzido como o texto que já trazia as “preocupações similares” às de Joan Scott, o ensaio francês dava conta das relações entre homens e mulheres sem recorrer ao conceito de gênero e o que ele poderia acarretar.

Bem ao estilo francês de lidar com a questão, o artigo propunha a reflexão do político, do social, do público, do privado etc. por meio da expressão “relações entre sexos”, expressão que era utilizada e reafirmada na leitura que Soihet e Facina fizeram do mesmo artigo como mais um tipo de “relação social”.⁷⁴⁷ Ainda vinculada à História Social das Mulheres resistentes por meio de sua atuação cotidiana, concreta, entendias como “agentes históricos dos segmentos subalternos”, Rachel Soihet – que já apostava nessa saída frente ao conceito de gênero em 1997

⁷⁴⁵ PERROT *et al*, 1986, p. 281.

⁷⁴⁶ FARGE *et al*, 2001, p. 17.

⁷⁴⁷ No verbete “Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo” que Danièle Kergoat escreveu para o *Dicionário crítico do feminismo* são esclarecidas algumas questões em relação à tradução dos vocábulos franceses *rapport* e *relation*. Enquanto em português ambos os vocábulos são traduzidos por “relação”, “O conteúdo da expressão ‘relações sociais de sexo’ é controverso [no francês]. Para tornar precisos os termos, lembremos que o idioma francês tem a vantagem de propor duas palavras: *rapport* e *relation*. Uma e outra recobrem dois níveis de apreensão da sexuação do social (tornar o social sexuado). A noção de *rapport* social aborda a relação antagonica que se desenrola, em particular, em torno da divisão sexual do trabalho e que termina na criação de grupos sociais com interesses contraditórios. A denominação *relations* sociais remete às relações concretas que os grupos e indivíduos mantêm. Assim, as formas sociais “casal” ou “família”, que podemos observar em nossas sociedades, são ao mesmo tempo expressão das relações (*rappports*) sociais de sexo configuradas por um sistema patriarcal e também espaços de interação social que vão, eles mesmos, recriar o social e dinamizar parcialmente o processo de sexuação do social.” Tais aspectos sobre os vocábulos *rappports* e *relations* não são mencionados na tradução que Rachel Soihet, Suely Gomes Costa e Rosana Alves Soares publicaram na *Revista Gênero*. Cf. KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. Tradução de Vivian Aranha Saboia. In: HIRATA, Helena *et al*. **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2009. p. 72.

e 1998 – se juntou a Adriana Facina para saudar a “proposta metodológica” francesa. Defendeu tal proposta na *Revista Gênero*, neste texto que se analisa agora, mas também pela própria tradução que fizera ao lado de Suely Gomes Costa e Rosana Alves Soares do artigo das francesas e publicara em 2001.

Aqui, parece fazer sentido retomar o prefácio de 1989 que Ciro Flamarion Cardoso escrevera para a primeira edição de *Condição feminina e formas de violência*, publicação em livro da tese *Vivências e formas de violência: mulher de classe subalterna no Rio de Janeiro (1890 – 1920)*, defendida em 1986 por Rachel Soihet, no PPG de História Social da USP, sob orientação de Laima Mesgravis. Amparada pelo prefácio de Cardoso, a tese de Soihet era apresentada como aquela que, a apesar de fazer uma história das mulheres e do cotidiano, não estava tingida pelo “pós-estruturalismo” e não perdia de vista “a totalidade do social e os grandes processos que a atravessam no período estudado”. A defesa elaborada por Rachel Soihet e Adriana Facina de “gênero” como uma categoria que significa “relações sociais entre homens e mulheres” parecia estar inserida numa história mais longa, a da defesa da História Social que era feita, já em 1989, por professores ligados ao Departamento de História da UFF. Tal qual o foi também em 1997, quando Rachel Soihet defendeu o enunciado da História Social das Mulheres em detrimento de uma História Cultural do Gênero na publicação do balanço “História das Mulheres”, capítulo da coletânea *Domínios da História*, organizada por Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas, na qual uma legião de professores da UFF foi chamada a falar sobre a disciplina histórica e seus campos.

Nesse sentido, também a *Revista Gênero*, ligada à UFF e às acadêmicas lá vinculadas, parecia se tornar um terreno fértil para a defesa da prática de História das Mulheres realizada por Rachel Soihet, desde 1986, como da mesma forma foi o terreno aberto em *Domínios da História*, de 1997. Traduzir “Culture et pouvoir des femmes: essai d'historiographie”, em 2001, teria sido a primeira ferramenta para essa defesa acontecida dentro da recém-criada *Revista Gênero*. Isso seria aliado à utilização da tradução do artigo francês no texto que apresentava o dossiê “Gênero e memória”, de 2004. Assim, Rachel Soihet, Suely Gomes Costa, Adriana Facina e as outras professoras vinculadas à *Revista Gênero*, desde a UFF, pareciam tentar responder ao movimento de tradução que os *Cadernos Pagu* fizeram da categoria gênero, desde a Unicamp, que apostava em sua vertente estadunidense, traduzindo Joan Scott e Judith Butler, por exemplo.

As disputas em torno da memória disciplinar, mas também dos temas, objetos e propostas teórico-metodológicas para a História das Mulheres e das Relações de Gênero no Brasil que se anunciavam na segunda metade da década de 1990, por meio das diferentes

maneiras que tanto Margareth Rago – muito empenhada desde 1994 a assegurar a crítica à História Social das Mulheres por meio da categoria de gênero – quanto Rachel Soihet – dedicada a defender tal História Social das Mulheres pelo menos desde 1997 –, ainda se faziam presentes em 2004. A *Revista Gênero* parecia tomar ares de trincheira onde as historiadoras do Rio de Janeiro, especificamente daquelas da UFF, poderiam se defender das críticas à História das Mulheres que elas praticavam. Também uma trincheira que servia como ponto de “ataque” àquela recepção dos estudos de gênero tal como feitos em *Cadernos Pagu* e na Unicamp.⁷⁴⁸

Antes de finalizar a apresentação do dossiê, Rachel Soihet e Adriana Facina tratam rapidamente da relação entre memória e gênero, em que textos de Michelle Perrot sobre memória feminina e de Michel Pollak ganham destaque. Depois disso, as historiadoras da UFF voltam a narrar o percurso da área, retomando rapidamente as décadas de 1960 e 1970 e a denúncia realizada pela História das Mulheres da “mistificação da separação entre o público e o privado, entre o pessoal e o político”. No entanto, continuavam Soihet e Facina,

Em que pese as essas contribuições, constata-se que, no caso brasileiro, a pesquisa sobre a História das mulheres e as relações de gênero ainda ocupa um espaço marginal nos centros acadêmicos, o que, sem dúvida, limita um entendimento mais pleno da complexidade histórica em termos da atuação e dos interesses dos diversos sujeitos sociais.⁷⁴⁹

E para corroborar a afirmação de marginalidade desses estudos, Soihet e Facina recorrem ao diagnóstico realizado por Suely Costa Gomes em 2003, visibilizando o papel da ANPUH/Nacional e do seu GT de Estudos de Gênero:

Apenas a partir dos anos 1990, observa-se nas ANPUH(s) nacionais o aumento do número de comunicações coordenadas abrangendo essa temática, seguidas de um diminuto quantitativo de mesas-redondas, a partir de 2001 (COSTA, 2000 [2003], p. 8). Durante o XXI Simpósio Nacional da ANPUH, realizado em 2001, na Universidade Federal Fluminense, foi fundado o Grupo de Trabalho Estudos de Gênero (GT). Desde o início, o GT procurou articular pesquisadoras e pesquisadores de várias regiões do país, atuantes não somente no âmbito da história, mas também em outras áreas do conhecimento [...]. A partir dessa diversidade constitutiva, necessária a uma área de estudos marcadamente interdisciplinar, o grande desafio passou a ser a elaboração de

⁷⁴⁸ Caberia também um estudo que se dedicasse a filtrar tais disputas e debates realizados nos periódicos brasileiros que se consagravam às pesquisas sobre gênero, mulheres, feminismo etc. Desde 1992, com a fundação da *Revista Estudos Feministas* (desde 1999, na UFSC), passando por *Cadernos Pagu* (1993, Unicamp), *Caderno Espaço Feminino* (1994, UFU), *Revista Gênero* (2000, UFF) até as mais recentes, como a *Labrys – Estudos Feministas* (2002, UnB), a *Revista Ártemis* (2004, UFPB) e a *Revista Bagoas – Estudos gays: gênero e sexualidades* (2007, UFRN) o terreno das revistas especializadas não cessou de crescer. Indicando aumento da produção do campo e sua expansão geográfica, os periódicos especializados poderiam informar esses e outros debates e embates acerca da constituição das pesquisas – inclusive históricas – sobre mulheres e gênero no país.

⁷⁴⁹ SOIHET; FACINA, 2004, p. 16-17.

trabalhos coletivos que pudessem expressá-la, sem perder de vista o ponto de partida comum: a problematização das relações de gênero enquanto relações sociais historicamente determinadas. É nesse sentido que o próprio uso do termo gênero, em vez de sexo, caracteriza uma opção teórica consciente, mas também uma posição política, que recusa a existência de uma natureza feminina ou masculina universais.⁷⁵⁰

Dois excertos de Soihet e Facina para duas considerações. A primeira, talvez mais óbvia, era o destaque com o qual tratavam a ANPUH/Nacional e o GT de Estudos de Gênero, tal qual já o fizera Suely Gomes Costa. Num país que, segundo elas, apenas a partir de 1990 a Associação Nacional de História passou a contar mais efetivamente com trabalhos sobre a temática das mulheres e do gênero, seria a partir daquele GT, fundado no encontro da UFF, em Niterói, que as coisas começavam efetivamente a mudar. Se havia uma marginalidade que pairava sobre a História que estavam narrando em seus textos – tanto Suely Gomes da Costa, quanto Soihet e Facina –, agora, depois do Simpósio Nacional de História de Niterói, que criou o GT com ampla participação de Soihet que, além de outras coisas, teria cedido sua própria casa para que o GT acontecesse, parecia que rumos novos seriam o caminho da área.⁷⁵¹

Uma segunda consideração é sobre o estado de coisas com o qual essas historiadoras, em especial Rachel Soihet, precisam lidar para fazer funcionar, de um lado, sua narrativa acerca da constituição do campo no Brasil e a aceitação do conceito de gênero nessa narrativa e no próprio GT da ANPUH/Nacional. A “História das mulheres e as relações de gênero”, que eram marginais na historiografia brasileira, passam por um processo de crescimento verificado na própria ANPUH, o que resulta na criação do GT que leva o título de “Estudos de Gênero” e não de “História das Mulheres” ou, ainda, de “GT de História das Mulheres e de Estudos de Gênero”. E Soihet e Facina precisam, ao que parece, justificar tal nome, encontrar uma maneira de dizer que o GT, “apesar” de levar gênero em seu nome, era herdeiro daquela tradição de História das Mulheres.

Amparadas, na maior parte do artigo, em um texto francês que trabalha com a expressão “relações entre os sexos” – com todos os significados que a expressão tem para o contexto francês, já assinaladas anteriormente – e não com “relações de gênero”, pareceria no mínimo estranho nomear e propagandear um GT que levasse “gênero” e não “sexo” ou “homens e

⁷⁵⁰ SOIHET; FACINA, 2004, p. 17.

⁷⁵¹ É Suely Gomes Costa, em depoimento a Lúcia Possas, quem relata que as discussões para a fundação do GT de Estudos de Gênero teriam acontecido, em uma oportunidade, na própria casa de Rachel Soihet: “Recordo-me de conversas iniciais em que confirmaram-se certezas sobre a oportunidade da criação do GT na ANPUH nacional e nas regionais, algo pensado em rede. Essas consultas informais contaram com Rachel [Soihet], eu [Suely Gomes Costa], e a Lúcia [Possas] e, tenho quase que certeza, com [Maria] Izilda [Matos], numa noite em casa de Rachel [Soihet]”. POSSAS, 2014, p. 11-12.

mulheres” em seu título. Mas, enunciado o objetivo do GT, qual seja, de reunir pesquisadoras de diversas disciplinas para “a problematização das relações de gênero enquanto relações sociais historicamente determinadas”, é que se justifica a escolha do nome. É uma opção teórico-metodológica – historicizar essas *relações sociais* entre homens e mulheres –, mas também política, porque abandona o legado francês da expressão, na empreitada de rejeitar a “existência de uma natureza”, e adota “gênero” como título de GT que nacionalmente teria por função reunir historiadoras da área. De “relações entre sexos”, expressão amplamente utilizada pelas francesas, assim traduzida pelas brasileiras em 2001, para “relações de gênero”. Qual seria, então, o significado disso para as discussões elaboradas nesta tese?

Ora, talvez o texto de Soihet e Facina objetivasse, além da justificativa para o nome do GT, uma espécie de tradução de duas “tradições” diferentes no que concerne ao estudo das mulheres e também do gênero (ou das relações entre os sexos). Se Joan Scott, desde os EUA, apostava na categoria gênero como potencial desconstrutor das ideias naturalizantes sobre o sexo, também objetivava a crítica da História Social da Mulheres e da disciplina histórica com um todo.⁷⁵² Do lado francês, inclusive no texto mobilizado por Soihet e Facina, havia toda aquela emblemática dificuldade de “traduzir gênero”, de trabalhar conceitual e analiticamente com a categoria, já que, em História, seu principal vínculo era com a História das Mulheres praticada desde a História Social e das mentalidades, optando-se pela expressão “relações entre sexos” ou “relações homem-mulher” ou “relações sociais entre sexos”. Soihet e Facina, tendo em vista esse imbróglio, parecem ter escolhido, então, amalgamar essas duas “tradições” de pensamento, elogiando o empreendimento metodológico das francesas que se reuniram para debater a questão na França, ainda que utilizassem, no título de seu artigo e no próprio nome do GT nacional, a categoria gênero.

⁷⁵² Como já apontado, tais reflexões aparecem nos textos mais famosos de Scott publicados no Brasil (o artigo “Gênero: uma categoria útil...” e o capítulo “História das mulheres”), mas possuem seu núcleo central em *Gender and the politics of history*, especialmente na parte II, *Gender and Class*, em que repensa as práticas da História Social das Mulheres por meio do seu contato com os estudos pós-estruturalistas: “Those theories (contained in the writings of post-structuralists and cultural anthropologists), and better referred to as epistemological theories, offer a way of thinking about how people construct meaning, about how difference (and therefore sexual difference) operates in the construction of meaning, and about how the complexities of contextual usages open the way for changes in meaning. These theories are potentially of great use for the conceptualization of gender and the reconceptualization of historical practice.” SCOTT, Joan. On Language, Gender, and Working-class History. In: **Gender and the politics of History**. New York: Columbia University Press, 1988, p. 53-54. Arthur Lima de Ávila, em texto que sobrevoa as contribuições de Joan Scott, aponta de maneira mais demorada o movimento de crítica da historiadora estadunidense à História das Mulheres disciplinada, reforçando que, para Scott, “[...] uma dessencialização dos termos pelos quais a história das mulheres era representada passava pela desnaturalização dos pressupostos disciplinares da historiografia.” ÁVILA, 2019, p. 14.

Acolher a crítica à noção naturalizante e biologizante de “sexo”, mas operar ainda no terreno das “relações sociais” *a la* História Social das Mulheres parecia ser a grande justificativa para que o GT da ANPUH/Nacional fosse nomeado GT de Estudos de Gênero: entender que estudos de gênero significava estudos das relações sociais entre homens e mulheres. A longa expressão que parecia começar a ser cunhada neste texto de Rachel Soihet e Adriana Facina, “a pesquisa sobre a História das mulheres e as relações de gênero”, fazia lembrar, muito de perto, a expressão “História das Mulheres e das Relações de Gênero” que Joana Maria Pedro utilizou, dez anos antes, para nomear a área em seu balanço “Relações de Gênero na pesquisa histórica”. Ainda que aqui, Soihet e Facina tenham preenchido a expressão com significados e tradições historiográficas diferentes daquelas que Pedro havia utilizado para nomear a área em 1994, parece ser o sintoma de uma aproximação que ficará mais evidente nos próximos anos, abordados no capítulo seguinte.

Sem poder mais ignorar a contribuição dos estudos de gênero, sem querer reificar a tônica naturalizante de “sexo”, mas, da mesma forma, sem querer fazer coro à proposta analítica e crítica de Joan Scott, a saída de Soihet e Facina parece ter sido optar por adicionar o significado francês dado ao conceito de gênero: que se tratava, antes de tudo, de relações sociais de gênero. Uma categoria analítica, sim, mas que na tradução e instrumentalização de Soihet e Facina assume a proposta metodológica de ser mais um objeto de pesquisa histórica. Não um conceito desestruturante de identidades e da própria disciplina, como pretendia Joan Scott, mas uma relação que poderia ser estudada dentro da disciplina, assim como a relação dos escravizados e seus escravizadores ou como a relação entre patrões e seus empregados: mais uma relação social concreta, experienciada por seus agentes históricos, que pode ser objeto ou tema de pesquisa historiográfica. Ana Paula Vosne Martins, quando reflete sobre as categorias de gênero e classe, encaminha algumas considerações que ajudam a esclarecer essa diferença:

No campo dos estudos históricos, o gênero não significa um tema de pesquisa, como o foram a mulher e a identidade feminina. O gênero é uma forma de problematizar, de compreender determinadas relações de poder. Se o gênero está na origem dos processos de significação e de legitimação do poder (cf. Bourdieu, 1995) isso significa que ele não atua independentemente de outras categorizações sociais. Se um dos objetivos da pesquisa histórica é entender as configurações múltiplas do poder, então o gênero, como categoria analítica, pode ser uma das formas de explicar a organização das desigualdades.⁷⁵³

⁷⁵³ MARTINS, Ana Paula Vosne. Possibilidades de diálogo: classe e gênero. **História Social**, Campinas, n. 4/5, p. 135-156, 1997/1998. p. 148.

Criar o GT de estudos de Gênero e ser coordenadora dele por três gestões consecutivas fazia de Rachel Soihet talvez a historiadora necessária para esclarecer o porquê de um GT que demorou a ser criado viesse a se chamar como se chama.⁷⁵⁴ A saída, ao lado de Adriana Facina, parece ter sido demonstrar que, apesar de não levar o nome “mulheres” ou “sexo” em seu título, o GT tinha um objetivo: problematizar as relações sociais de gênero. O social, aqui, não perde sua potência. Assim como no texto das acadêmicas francesas, que antecederia as discussões de Joan Scott, também não perdeu.

Justificado o porquê do nome do GT ter sido aquele e não qualquer outro, Rachel Soihet e Adriana Facina apresentavam os artigos que compuseram dossiê “Gênero e Memória” da *Revista Gênero*. Mais uma vez, é o próprio GT que está sendo celebrado na apresentação e no dossiê, antes mesmo da exposição dos artigos:

Como primeiro resultado desses esforços coletivos, o GT organizou dois simpósios temáticos durante o XXII Simpósio Nacional da ANPUH, ocorrido em 2003, em João Pessoa. Os simpósios temáticos reuniram pesquisadoras e docentes de várias universidades do país, visando debater e aprofundar questões que relacionavam gênero, cultura, poder e representações sociais. Parte dos trabalhos apresentados e discutidos naquela ocasião aparecem aqui no dossiê “Gênero e memória”. As jornadas da UFPB resultaram ainda em mais dois dossiês, “Escritas de mulheres, escritas sobre mulheres”, a ser publicado na *Revista Estudos Feministas*, e “Gênero e representações: história, imagens e literatura”, que sairá na *Revista Espaço Feminino*.⁷⁵⁵

O dossiê, então, assim como apresentação de Soihet e Facina e o artigo de Suely Gomes Costa de 2003, serviram para divulgar os trabalhos do GT Nacional de Estudos de Gênero. Sem citarem praticamente nenhuma obra de historiografia brasileira, Soihet, Facina e Costa apresentavam o próprio GT que, segundo elas, estaria reunindo as discussões sobre a área. O divulgação do GT de Estudos de Gênero na *Revista Gênero* é tão flagrante que Soihet e Facina

⁷⁵⁴ Albertina Costa e Cristina Bruschini evidenciam como esse movimento de criar grupos de trabalho voltados para a discussão da temática da mulher e do gênero vinha acontecendo nas associações das cientistas sociais desde fins dos anos 1970: em 1978, criou-se o primeiro desses GTs na Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP); em 1979, foi criado o GT *Mulher na força de trabalho* na Associação Nacional de Pós-graduação e pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS). Em 1980 a ANPOCS cria um segundo GT, *Mulher e política*, e, em 1982 é criado o GT *Identidade feminina* na Associação Brasileira de Antropologia (ABA). Costa e Bruschini ainda sublinham que datava de fins dos anos 1980 a discussão de gênero dentro desses GTs das Ciências Sociais: “A sinalização de uma nova preocupação teórica foi dada pela introdução das temáticas de gênero e relações de gênero, respectivamente, nas reuniões de 1988 e 1990 da ABA, e da temática da transversalidade do gênero no 14º Encontro da ANPOCS. Esses conceitos, que nomeavam grupos de trabalho, vinham em substituição à temática da mulher na ANPOCS e à da identidade feminina na ABA.” COSTA, Albertina; BRUSCHINI, Cristina. Apresentação. In: **Uma questão de gênero**. RJ: Editora Rosa dos Tempos/SP: Fundação Carlos Chagas. 1992. p. 6-7.

⁷⁵⁵ SOIHET; FACINA, 2004, p. 17. Não foi possível encontrar os outros dois dossiês aos quais Soihet e Facina se referiram, nem na *Revista Estudos Feministas*, nem no *Caderno Espaço Feminino*.

encerram sua apresentação convidando à leitura do dossiê possibilitado pelo trabalho do GT, expressando o

[...] desejo de que a iniciativa do GT Estudos de Gênero possa contribuir para a consolidação de uma historiografia na qual as relações de gênero deixem de ser uma temática restrita a especialistas e que se tornem indispensáveis a qualquer reflexão que se pretenda histórica.⁷⁵⁶

Depois de textos que se distanciavam das características de balanços e optavam pelos depoimentos, pelas trajetórias e pelas gerações, historiadoras da UFF se reuniram em torno da *Revista Gênero* e, pelo que parece a dar a entender os dois artigos analisados nesta seção, duas considerações podem ser feitas acerca de tal movimento. A primeira delas é que o enunciado emitido por Joana Maria Pedro em 1994 e repetido por Rachel Soihet na segunda metade dos anos 1990 continua a ressoar aqui, em 2003 e 2004. Continuar defendendo uma prática de História das Mulheres que preze pela manutenção do “social”, ou melhor, que realize a História das Mulheres e/ou das Relações de Gênero desde a perspectiva da História Social parece ter sido um dos objetivos de Suely Gomes, Rachel Soihet e Adriana Facina. O próprio GT de Estudos de Gênero da ANPUH/Nacional precisa ter o título justificado à luz da defesa de tal forma de se praticar história das mulheres e do gênero.

A segunda observação é acerca do papel que o GT de Estudos de Gênero ocupa na memória disciplinar que vem sendo elaborada desde os fins dos anos 1980 para a área. Rapidamente, logo após a sua criação, em 2001, por meio da atuação de historiadoras ligadas a UFF, Costa, Soihet e Facina começam a saudar o GT como um marco nos estudos de gênero no país, uma virada na história do campo. Chegar à ANPUH/Nacional e reunir em um GT historiadoras que há muito ou há pouco tempo se dedicavam a pesquisar e debater o tema das mulheres e do gênero passava a ser a nova marca dessa memória disciplinar que zelava pelo enunciado da História Social das Mulheres. Talvez por isso é que Suely Costa, Rachel Soihet e Adriana Facina não optaram pela escrita de um balanço historiográfico. Como poderiam reconhecer o GT de Estudos de Gênero como a marca do campo se tivessem que elencar nomes e obras? Trazer os rostos e as vozes desde quando se começa a efetivamente debater gênero no país seria minar a propaganda que se fazia do GT recém-criado como um renovador dos estudos de gênero na historiografia brasileira.

⁷⁵⁶ SOIHET; FACINA, 2004, p. 17.

3. 4 Considerações finais

Na virada dos anos 1990 para a primeira década de 2000, algumas historiadoras se comprometeram a narrar a história do campo da História das Mulheres e das Relações de Gênero no Brasil. Karla Bessa, Monica Raisa Schpun, Suely Gomes da Costa e Adriana Facina estrearam neste tipo de reflexão, enquanto Margareth Rago e Rachel Soihet voltavam a cena com textos preocupados em elaborar o passado da área.

Rago e Soihet, provocadas por Karla Bessa que elaborava tese sobre o tema, voltavam a remexer nas memórias disciplinares que elaboravam sobre a área. Desta vez, não fizeram balanços historiográficos, mas suas narrativas recontam a história da área por meio de “depoimentos”, nos quais suas próprias trajetórias se destacam na conformação do campo e de suas discussões. Cada uma delas, à sua maneira, defendia os enunciados sobre a área ao mesmo tempo que assumia a função não só de pesquisadoras do tema, mas de atrizes, testemunhas, quase que os próprios documentos que poderiam atestar a história da área. Parecido com esse movimento foi o que fez Monica Raisa Schpun, mas de forma diferente. Apostou numa pesquisa historiográfica sobre a formação e transformação da área tomando depoimentos, trajetórias e as próprias historiadoras como fontes para tal investigação. Isso parecia confirmar que os balanços historiográficos analisados nos primeiros capítulos da tese tinham conseguido oferecer à memória disciplinar da área alguns nomes que viriam a se tornar as referências a serem ouvidas (Rachel Soihet e Margareth Rago) e/ou investigadas (Maria Odila Dias, Miriam Moreira Leite, Mary del Priore, Joana Maria Pedro, Leila Mezan Algranti e, mais uma vez, Margareth Rago e Rachel Soihet).

Por outro lado, um aspecto a ser destacado, é a possibilidade da pesquisa historiográfica sobre o campo se tornar uma realidade no país. No lugar de realizar balanços historiográficos ou discussões de cunho teórico-conceitual, como vinha acontecendo entre os anos de 1987 e 1998, dois trabalhos tomaram o campo como um objeto historiográfico, elegeram fontes e descreveram sua formação e desenvolvimento, relacionando-o com problemas mais amplos da própria historiografia brasileira: a tese de Karla Bessa e o artigo de Monica Raisa Schpun. Evidenciava-se já, junto à expansão do campo historiográfico dedicado às mulheres e ao gênero e da pós-graduação em História como um todo, o crescimento do interesse na reflexão sobre o próprio fazer historiográfico.⁷⁵⁷ Não que tal análise, por se tratar de uma investigação

⁷⁵⁷ Maria da Glória Oliveira e Rebeca Gontijo diagnosticam certa renovação da história da historiografia brasileira justamente a partir dos anos 2000, vinculada “à criação de grupos e linhas de pesquisa que contemplam a história da historiografia [...] dentro de programas de pós-graduação”. OLIVEIRA, Maria da Glória; GONTIJO, Rebeca. Sobre a história da historiografia brasileira: um breve panorama. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, v. 472, p. 13-37, jul./set. 2016. Disponível em: <https://ihgb.org.br/revista-eletronica/artigos->

historiográfica, pudesse ser mais objetiva ou “acertada” que as outras formas de narrar a história do campo ou, ainda, que elas não tivessem implicadas na replicação de enunciados sobre a área e na conformação de suas memórias disciplinares, como se demonstrou neste capítulo.

Movimento importante dessas pesquisas historiográficas de Bessa e Schpun para a compreensão das memórias disciplinares e dos seus cânones foi a vinculação da área à história mais ampla da disciplina histórica no Brasil e a sua divisão em gerações que puderam marcar outras temporalizações para tais memórias. Foi Bessa quem incluiu, por meio de sua tese, a história do campo na história da historiografia brasileira, reconhecendo nessa inclusão o movimento crescente de profissionalização e disciplinarização do campo via programas de pós-graduação e uma atriz importante, segundo Karla Bessa, nesse processo: a ANPUH/Nacional e seus simpósios. Do lado de Monica Raisa Schpun, viu-se emergir gerações que puderam mudar as balizas temporais da memória disciplinar da área, consagrando os anos 1970 e as personagens Maria Odila Dias, Miriam Moreira Leite e Rachel Soihet como sua origem. Mais que isso, Schpun acomodou, como já fizera Maria Izilda Matos nos anos 1990, a “geração” de historiadoras mais ligadas à família e à demografia entre o fim da década de 1980 e meados de 1990, retirando do enunciado proferido a partir de 1987 a origem da área, ao mesmo tempo que apagava suas contribuições mais contemporâneas. A visibilidade e a atualidade da área foram relacionadas aos historiadores mais afastados das tradicionais regiões de produção do conhecimento histórico e ao conceito de gênero, apontando a figura de Durval Muniz de Albuquerque Junior como essencial para a mudança da área.

Já nos anos 2003 e 2004 viu-se surgir narrativas que, ressoando o enunciado da História Social das Mulheres, investiam numa memória disciplinar de curto prazo: dedicaram-se a tornar o GT de Estudos de Gênero da ANPUH/Nacional um marco mobilizador da pesquisa sobre história e gênero no país. Talvez mais importante que esse novo marco foi a construção, por Rachel Soihet e Adriana Facina, de uma tradução da expressão “relações sociais entre sexos”, dentro do vocabulário da História Social das Mulheres francesa, para “relações de gênero”, implicando em acomodações e rearranjos de debates teórico-conceituais, privilegiando tratar gênero não como forma, conceito ou teoria capaz de problematizar relações de poder e a própria disciplina histórica, como propagava Joan Scott, mas como relações entre homens e mulheres que poderiam se tornar tema e/ou objeto de pesquisa histórica, como historiadoras francesas preconizavam. Isso pode aliar, assim, a História das Mulheres às relações de gênero como

campo possível, único, ainda que outros debates teóricos não os vissem como tão passíveis assim de aproximação.

Mais que uma forma de “corromper” os significados “originais” de duas formas de se praticar História das Mulheres e das Relações de Gênero, ou de simplesmente serem influenciadas por propostas vindas de fora ou do Norte, Rachel Soihet e Adriana Facina realizam uma operação difícil (e criativa!) de justificar a nomeação de um lugar (o GT de Estudos de Gênero) por meio da tradução de concepções teórico-conceituais e historiográficas um tanto distantes para o vocabulário da historiografia nacional. Permanentemente lembrada da “formação francesa”, questionada pelas propostas da “contribuição estadunidense”, a saída à brasileira parece ter sido criativa. Flávia Florentino Varella, ao refletir sobre a atuação de Michelle Perrot, afirma:

A partir dos anos 1990, um debate bastante virulento iniciou-se nos Estados Unidos entre os defensores dos estudos de gênero (*gender studies*) e dos estudos sobre as mulheres (*women studies*). A dificuldade de inserção da palavra *gender* no cenário intelectual francês deve-se, sobretudo, à dificuldade de relegar a temática da dominação masculina para segundo plano nas pesquisas sobre história das mulheres em prol de uma história do gênero que transporte um olhar deslocado sobre as relações entre o masculino e o feminino, não colocando em cheque a perenidade dessa dominação. O certo é que parece existir uma clara divisão entre a história das mulheres francesa e os estudos de gênero estadunidenses.⁷⁵⁸

As considerações de Varella acerca da relação que tais estudos assumiram nos dois países citados parecem acertadas. O que se acrescenta é que, da discussão francesa e estadunidense entre os anos 1980 e 1990, nasce uma caracterização no Brasil que busca conciliar – ainda que tal palavra soe um tanto despropositada – a divisão entre História das Mulheres e estudos de gênero. Esse movimento parecerá se intensificar depois de meados dos anos 2000, como será explorado no próximo capítulo.

Enquanto Margareth Rago, por exemplo, fazia questão de afirmar a desconstrução dos sujeitos pela categoria de gênero, como a entendia Joan Scott, e pelas filosofias da diferença, erguendo uma forte rede ligada à Unicamp e aos *Cadernos Pagu*, algumas historiadoras ligadas à UFF, como Rachel Soihet e Adriana Facina, fundam a *Revista Gênero*, de onde passam a debater as relações de gênero desde uma perspectiva da História Social Francesa. Duas maneiras de apreender e preencher os significados da categoria se apresentavam então, ligado

⁷⁵⁸ VARELLA, Flávia Florentino. Michelle Perrot: mulheres como sujeito e objeto da história. In: BENTIVOGLIO, Júlio; AVELAR, Alexandre Sá (org.). **O futuro da história: da crise à reconstrução de teorias e abordagens**. Vitória: Editora Milfontes, 2019. p. 74.

a lugares institucionais específicos e que se posicionavam na disputa entre os enunciados sobre a área: o da História Cultural do Gênero, representado pelas narrativas de Rago, apoiada pelas publicações de Maria Izilda Matos, e o da História Social das Mulheres e das Relações de Gênero, endossado por Soihet e suas colegas da UFF.

No que toca aos lugares institucionais, é preciso dizer, que ao contrário dos outros dois capítulos que analisavam os anos de 1987 a 1998, este capítulo encontrou um cenário entre 1998 e 2004 em que as instituições lembradas pelas memórias disciplinares começam a se alargar, não se restringindo às mesmas USP, Unicamp, UFF e UFSC comumente saudadas nas outras fontes. A Fundação Carlos Chagas, que ainda gozava de maior destaque nos anos anteriores, passa ser mencionada minimamente por alguns textos, não mais como o início desses estudos no Brasil, mas como instituição que estava lado a lado de outras. Nesse mesmo momento, enquanto a FCC perde a força, o GT de Estudos de Gênero é criado e prontamente lançado como lugar de sociabilidade e troca intelectual privilegiado para a memória disciplinar da área.

Ainda cabe mencionar que, para além do debate teórico-conceitual, das afirmações das trajetórias e das gerações e de outros lugares para as memórias disciplinares da área, a configuração de um perfil de precursora da área, de atriz fundadora ou de *pionnière* começa a ficar mais bem definido: historiadoras formadas e/ou defendendo trabalhos nos programas de pós-graduação em História, ligadas aos movimentos e às reflexões feministas, dedicadas à pesquisa documental e à atuação professoral e de orientadora parecem que se tornaram algumas das características essenciais para a área reconhecer suas fundadoras.

Por fim, a questão sobre a temporalização da área por esses textos aqui analisados. Ainda devedora de algumas discussões dos anos 1970, a área como descrita aqui passa a esquecer boa parte das contribuições realizadas fora dos programas de pós-graduação em História. Junto a isso, a década de 1980 passa a ser ainda mais valorizada nessas narrativas enquanto a memória disciplinar da introdução dos estudos de gênero na historiografia brasileira passa a ser empurrada para fins dos anos 1990 e início dos anos 2000, diferentemente dos anos anteriores que marcavam tal introdução no começo da década de 90.

Chegada a metade dos anos 2000, parecia que a prática de fazer balanços historiográficos tinha dado lugar a outras formas de narrar a história do campo, tais como aquelas que foram descritas neste capítulo. Já havia depoimentos e entrevistas, os debates teórico-conceituais continuavam. Já existia até tese que historiava o campo! A prática de colocar a história do campo em róis de obras e autoras estaria fadada a dar lugar a tais outras formas de narrar a área? A segunda metade dos anos 2000 mostra que os balanços

historiográficos voltariam a se afirmar na consolidação das memórias disciplinares e dos cânones da área, mas já agora permeados de outras formas e textos, para além do debate teórico-conceitual. É sobre isso que trata o próximo e último capítulo desta tese.

CAPÍTULO 4

Um monumento historiográfico: a (re)invenção da História das Mulheres e das Relações de Gênero (2005-2012)

Com quase 20 anos passados da publicação do primeiro balanço analisado nesta tese, “História da mulher no Brasil: tendências e perspectivas”, muitos textos se dedicaram, como o de Maria Beatriz Nizza da Silva em 1987, a narrar o que teria sido a História da área de História das Mulheres e das Relações de Gênero no Brasil. Por vezes, esses textos deram perspectivas do futuro da área e dividiram as páginas em um rol de obras e autoras com um tanto de reflexão teórica e conceitual; já outros textos dedicaram-se apenas só a investigar ou narrar as trajetórias de suas próprias autoras. Mas este “grande” nome da área, este nome que foi utilizado inúmeras vezes nos três primeiros capítulos desta tese, nem sempre acompanhou os textos que foram tomados como fonte para entender como se formaram os cânones e as memórias disciplinares sobre a tal área.

O que esta tese tentará defender agora, neste capítulo derradeiro, depois da análise de vários balanços e textos de reflexão teórica e conceitual é que a expressão “História das Mulheres e das Relações de Gênero” é resultado de uma série gestos operados na memória disciplinar que vinha sendo construída pelos diversos enunciados aqui analisados, bem como no conteúdo que atribuíam aos seus cânones.

Desde o texto de Rachel Soihet e Adriana Facina, em 2004, a expressão “História das mulheres e as relações de gênero” tentava delimitar a área a partir do objeto “mulheres” e da consideração do objeto “relações de gênero” como relações sociais entre os sexos, como maneira de não dar fundamentos biológicos a uma discussão que pretendia enfocar aspectos sociais, culturais e históricos do relacionamento entre homens e mulheres. A partir de 2005, com a volta da prática dos balanços, essa discussão teórico-conceitual volta a ser preenchida com obras e autoras, além de que um perfil mais bem delineado das fundadoras da área começa a aparecer. Não à toa, talvez, que se retomará uma expressão muito próxima àquela utilizada por Soihet e Facina em 2004: “História das Mulheres e das Relações de Gênero”, utilizada pela primeira vez por Joana Maria Pedro em 1994.

O momento de retorno aos balanços para fixação de marcos temporais da memória disciplinar e dos cânones que lhes dão sentido coincide também no período em que o campo pôde, finalmente, atingir proporções nacionais no que tange à pesquisa da pós-graduação, chegando, ao fim de 2012, ao número de 813 trabalhos de mestrado, doutorado e livre-docência

defendidos nas cinco regiões do país.⁷⁵⁹ O crescimento da área, que mais que dobrou seu número de teses e dissertações em relação ao ano de 2004, acompanhava a expansão dos programas de pós-graduação em História: entre 2005 e 2012, 27 novos programas foram criados no país⁷⁶⁰ e 9 novos doutorados em instituições que já possuíam seus programas instalados com cursos de mestrado.⁷⁶¹ Estes números que acompanham a expansão do ensino superior brasileiro, bem como de seus programas de pós-graduação como um todo, comum aos anos 2000, não sendo um movimento restrito à área de História.⁷⁶²

O GT de Estudos de Gênero da ANPUH/Nacional, nesse momento, ainda conta com as suas congêneres regionais de São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e mais cinco estados abriram seus GTs Regionais de Estudos de Gênero até o ano de 2012: Pernambuco, em 2009, Mato Grosso do Sul, em 2011, e Goiás, Espírito Santo e Bahia, em 2012.⁷⁶³

⁷⁵⁹ O norte do país foi a última região a defender um trabalho nos programas de pós-graduação em História com a preocupação de pesquisar mulheres e/ou gênero. Trata-se da dissertação *Saberes cotidianos e azeite de andiroba: a presença da mulher extrativista no contexto histórico das práticas socioculturais dos sujeitos da Ilha de Jubá, Cametá-PA*, defendida por Amarilis Maria Farias da Silva, em 2009, sob orientação de Benedita Celeste Pinto de Moraes, na Universidade Federal do Pará.

⁷⁶⁰ Foram inaugurados 8 programas com cursos de mestrado no sudeste: os programas de História Social da UERJ e de História da UFOP e da UNIVERSO (2006), da UNIRIO (2007), da UFRRJ e da UFSJ (2008), da Unimontes (2011) e da UNIFESP (2012), além do PPG em História, Política e Bens Culturais da FGV (2007), única das instituições a iniciar o programa já com turmas de mestrado e doutorado. O sul do país foi responsável por oferecer 8 novos PPG em História: UEL e UNIOESTE (2006), UDESC (2007), UFPel (2009), UFSM (2011) e UEPG, UNICENTRO e FURG (2012). O nordeste comparece nesta lista com 7 novos programas: UFPB (2005), UEFS e UFRPE (2006), UFAL, UFCG e UFMA (2011) e UFS (2012). Já o norte e o centro-oeste ofereceram dois novos programas no país, com os cursos de mestrado abertos, respectivamente, na UFAM (2006) e PUC/GO (2007). Cf. CAPES - PLATAFORMA SUCUPIRA. **Cursos avaliados e reconhecidos.** Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativoIes.jsf?areaAvaliacao=40&areaConhecimento=70500002>. Acesso em 28 nov. 2022, às 19h17min

⁷⁶¹ Abriram as portas os cursos de doutorado em História da UFU em 2005; da UFRJ (História Comparada) em 2008; da UFC em 2010; da UFGD, UFMT, UFES, UFPA e UFJF em 2011 e da UFOP em 2012. Cf. CAPES - PLATAFORMA SUCUPIRA. Op. Cit.

⁷⁶² Segundo levantamento de Claudia Brito Silva Cirani, Milton de Abreu Campanario e Heloisa Helena Marques da Silva, os cursos de mestrado, doutorado e mestrado acadêmico “[...] somavam 2.417 em 1999 para atingir um total de 4.660 em 2011, praticamente dobrando o número de cursos. Os cursos de doutorado, em 1999, contabilizavam 800 e, em 2011, somam 1.606, dobrando o número. O mestrado acadêmico mostra um crescimento forte, mas é o mestrado profissional que vem apresentando um crescimento muito expressivo, embora a partir de uma base frágil: em 1999, existiam 28 programas, enquanto que, em 2011, 329 cursos já tinham sido implantados. Ou seja, um crescimento de cerca de 1000% no período.” CIRANI, Cláudia Brito Silva; CAMPANARIO, Milton de Abreu; SILVA, Heloísa Helena Marques da. A evolução do ensino da pós-graduação senso estrito no Brasil: análise exploratória e proposições para pesquisa. **Avaliação: Revista de Avaliação da Educação Superior**. Campinas: Sorocaba, SP, v. 20, n. 1, p. 163-187, mar. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/8CnjZmYsCs7xkrWKn7vj9Nd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 20 nov. 2022, às 21h00min.

⁷⁶³ Cf. ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA. **GT Estudos de Gênero**. Disponível em: <https://anpuh.org.br/index.php/quem-somos/grupos-de-trabalho/atividades/item/296-gt-estudos-de-genero>. Acesso em 19 nov. 2022, às 12h40min. Depois desses GTs, ainda foram abertos os do Paraná e Mato Grosso (2014), Maranhão (2017), Minas Gerais e Roraima (2018) e Pará e Amazonas (2020).

Para finalizar esta tese, o quarto capítulo foi dividido em quatro seções. A primeira e a segunda seção buscarão demonstrar de que maneira os balanços historiográficos, que voltam à cena em um texto de Joana Maria Pedro e em outro dela em parceria com Rachel Soihet, deram corpo e contornos ao campo que retoma a nomenclatura utilizada por Joana Maria Pedro em 1994: “História das Mulheres e das Relações de Gênero”. Já a terceira seção tenta compreender, por meio da análise da publicação e/ou republicação de quatro textos de Joana Maria Pedro, de Margareth Rago e de Maria Izilda Matos como dois enunciados sobre a área passam a conviver, ainda que disputando os mesmos espaços; e, a quarta seção, objetivará descrever como tal convivência se deu em participações de eventos e em outras publicações.

4.1 Voltar ao balanço e à tradução: Joana Maria Pedro

Rachel Soihet e Joana Maria Pedro voltam a fazer balanços historiográficos depois de um tempo em que os depoimentos, as gerações e as trajetórias ganham espaço na virada dos anos 1990 para os anos 2000. A partir de 2005, depois de que esses textos valorizaram trajetórias individuais (Rago e Soihet, 1998), de “gerações” (Schpun, 2004), da atuação do GT Estudos de Gênero (Costa, 2003, Soihet e Facina, 2004) e que silenciaram sobre o enunciado da História da Família e da Demografia histórica – exceto Monica Schpun, que o acomodou entre a “origem” e a “atualidade” do campo –, as historiadoras se voltam para uma prática muito comum entre os anos de 1987 e 1998: realizar balanços historiográficos.

Joana Maria Pedro publicou o artigo “Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica”⁷⁶⁴ na revista *História (São Paulo)* em 2005. Dois anos depois, Pedro se juntou a Rachel Soihet para publicar outro balanço, “A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero”,⁷⁶⁵ artigo que veio a público na *Revista Brasileira de História* no ano de 2007. A partir de agora, esta seção analisará o texto que Pedro publicou em 2005.

Mas o artigo de Joana Maria Pedro selecionado para análise nesta seção não realiza apenas um balanço historiográfico. Desde pelo menos Maria Odila Dias e o seu “Teoria e método dos estudos feministas” esse tipo de texto vem acompanhado de reflexões conceituais e teóricas. O artigo de Joana Maria Pedro, de 2005, seguirá este caminho. Talvez não houvesse

⁷⁶⁴ PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História (São Paulo)**, v.24, n.1, p.77-98, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/his/a/fhHv5BQ6tvXs9X4P3fR4rtr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 07 abr. 2020, às 10h52min.

⁷⁶⁵ PEDRO, Joana Maria; SOIHET, Rachel. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 27, nº 54. Dez. 2007.p. 281-300.

melhor lugar para que “Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica” fosse publicado. No primeiro número do seu volume 24, a revista *História (São Paulo)* publicou um dossiê com a preocupação de fazer balanços sobre diversos temas historiográficos. Segundo a apresentação que acompanhava aquele número:

O dossiê *Debates historiográficos* que a revista *História* apresenta aos seus leitores neste número pretende contribuir para o aprofundamento das reflexões historiográficas indispensáveis ao trabalho do historiador, num momento em que transformações significativas alcançam a disciplina histórica e provocam o repensar de suas linhas de força.⁷⁶⁶

A revista, que atualmente é editada pelo PPG em História da UNESP, surgiu em 1982 por meio da junção das revistas *Anais de História* e *Estudos Históricos*, publicados também pela UNESP (Assis e Marília, respectivamente) entre as décadas de 1960 e 1970. Já em 1990, *História (São Paulo)* passou a ser editada pelos então PPG em História da UNESP/Franca e PPG em História UNESP/Assis, tornando-se a publicação oficial dos dois PPG em 2007, continuando nessa posição depois da fusão dos dois programas num único em 2020.⁷⁶⁷ Em 2005, quando da publicação do dossiê *Debates historiográficos*, a revista contou com a participação de 11 autores, nacionais e estrangeiros, dentre eles a própria Pedro.⁷⁶⁸

O artigo de Joana Maria Pedro, que ocupou o terceiro lugar no sumário daquela publicação, entre o balanço de Maria de Lourdes Monaco Janotti e o de Jurandir Malerba, foi introduzido pela comissão editorial do periódico como um “balanço historiográfico” que apresentava a “História de gênero e seu diálogo com os movimentos sociais de mulheres”, e sua autora teria conseguido dialogar “com teorias e o campo conceitual específicos”, o que

⁷⁶⁶ COMISSÃO EDITORIAL. Apresentação, **História (São Paulo)**, Assis-SP, v.24, n.1, s/p, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/his/a/x98ZYbkDNmy8mw8C6BzfwGQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 07 abr. 2020, às 10h52min.

⁷⁶⁷ *Estudos históricos*, fundada em 1963 pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília e *Anais de História*, revista criada em 1969 pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, deixaram de circular em 1977. Cf. HISTÓRIA (SÃO PAULO). **A revista**. Disponível em: <http://historiasp.franca.unesp.br/ar-vesta/>. Acesso em 31 mai. 2022, às 16h06min.

⁷⁶⁸ Ao lado do balanço de Pedro, estavam outros três: um de Norma Breda dos Santos (UnB), sobre a historiografia das relações internacionais no Brasil; um de Maria de Lourdes Monaco Janotti (USP), que versava sobre a relação entre história, memória e historiografia no estudo da Balaiada; e um de Jurandir Malerba (à época, professor da UNESP/Franca), acerca da historiografia da Independência do Brasil. O número ainda contou com os artigos “História e Ciências Sociais: zonas de fronteira”, de Fernando Teixeira da Silva (Unicamp), e “Clergy, nobility and crown in *Decadência*”, de Yi Liu (Brown University, EUA), e com a publicação de “O significado da História”, tradução de Arthur Lima de Ávila (doutorando da UFRGS em 2005) de um texto de Frederick Jackson Turner. O número ainda trouxe dois artigos livres, um de José Ernesto Pimentel Filho (UFPB) e outro de Renata Senna Garraffoni (UFPR), e duas resenhas, realizadas por José Ribeiro Junior (Unesp/Assis) e por Karina da Silva (à época, mestranda da Unesp/Franca).

atestaria “a vitalidade deste campo historiográfico [...] em sua estreita correlação com as dinâmicas sociais que o inspiram e sustentam”.⁷⁶⁹

Mas não seria a única vez, no entanto, que as ideias de Pedro expressas em “Traduzindo o debate” estariam à disposição de seu público. O texto seria ainda apresentado no *III Seminário Educação e Gênero e II Seminário sobre Infância*, que seria realizado em Tocantinópolis (TO), entre 8 e 10 de março de 2006. Talvez por isso o texto da historiadora catarinense adotou um tom bastante didático, visando um público que ouviria suas ideias no próximo ano. Em *História (São Paulo)*, as ideias de Pedro objetivaram historicizar “categorias de análise como: “mulher”, “mulheres”, “gênero” e “sexo”, através de um diálogo com a história dos movimentos sociais de mulheres, de feministas, de gays e de lésbicas.”⁷⁷⁰ Com 22 páginas, o balanço não foi dividido em seções ou intertítulos e dedicou 5 páginas para uma longa lista de notas de fim de texto.

Em seu primeiro parágrafo, Joana Maria Pedro parecia já justificar a existência do seu balanço, bem como o seu título, afirmando que, por se tratar de “um debate teórico por vezes considerado intrincado”, seu objetivo seria “muito mais traduzir este debate do que acrescentar qualquer reflexão teórica nova”. Já no segundo parágrafo, a historiadora catarinense defendeu serem “poucas as historiadoras e os historiadores que, no Brasil, têm refletido sobre gênero como categoria de análise”, argumentando que “nos textos é comum que apareçam citações de autoras como Joan Scott e Judith Butler, sendo bem rara a prática da reflexão aprofundada sobre o assunto”, referenciando, em notas, os textos “Gênero: uma categoria útil...” e *Problemas de gênero*.⁷⁷¹

“Traduzir o debate”, então, significava preencher uma lacuna que Pedro acreditava existir, já que seria bem rara tal tipo de reflexão, contando com “poucas/os historiadoras/es” que se “aventuravam nessa direção”. E quem seriam, assim, “os/as poucos/as” a aprofundar tal reflexão? Pedro explicita em nota o que parece não serem literalmente “poucos” nomes. Ela começa referenciando “Teoria e método dos estudos feministas”, de Maria Odila Dias (1992), depois elenca os textos publicados por Eni de Mesquita Samara, Rachel Soihet e Maria Izilda Matos em *Gênero em debate* (1997), os artigos que Matos, Soihet e Margareth Rago publicaram nos *Cadernos Pagu* (1998), o capítulo “Epistemologia feminista, gênero e história” que Rago publicara em *Masculino, feminino, plural*, obra organizada pela própria Pedro e por Miriam

⁷⁶⁹ COMISSÃO EDITORIAL, 2005, s/p.

⁷⁷⁰ PEDRO, 2005, p. 77.

⁷⁷¹ Ibidem, p. 77-78.

Pillar Grossi (1998), e termina referenciando o seu artigo “Relações de gênero na pesquisa histórica” (1994).

Pela primeira vez, desde 1987, ou seja, 18 anos depois do início da realização de balanços historiográficos e textos de reflexão teórico-conceitual analisados nesta pesquisa, é que se percebe uma citação considerável de outros textos preocupados em fazer balanço e/ou elaborar a memória disciplinar da área. No entanto, pode-se notar, os textos, que não são poucos, foram selecionados cuidadosamente: não há a menção a nenhum texto que tentava emitir o enunciado da História da Família e da Demografia histórica tal qual fora emitido em 1987. Exceto pelo nome de Eni de Mesquita Samara, as contribuições de Maria Beatriz Nizza da Silva, de Miriam Moreira Leite e de Mary del Priore são silenciadas. E, ainda que Samara fosse lembrada, Pedro o faz por meio de um texto que já atualizava aquele enunciado da família e da demografia, tendo em vista o esquecimento operado por Samara em relação à Demografia histórica e a tematização do objeto “família” por meio da “visualização teórica do gênero” que a historiadora da USP fizera em *Gênero em debate*. Mesmo não se tratando de poucas contribuições, Pedro faz questão de esquecer aquelas que enunciavam a área no sentido de vinculá-las aos temas da família e da demografia sem uma reflexão sobre gênero.

Depois de introduzir “algumas historiadoras que se aventuraram” em refletir sobre o campo, Pedro coloca às suas leitoras e seus leitores a questão: “Afinal, do que estamos falando quando dizemos ‘relações de Gênero?’” E, já respondendo à primeira questão, emenda uma segunda: “Estamos nos referindo a uma categoria de análise, da mesma forma como quando falamos de classe, raça/etnia, geração. Mas, o que isto significa?”. Em tom ainda didático, Pedro passa a responder à questão que colocara aos seus ouvintes/leitores:

Em português, como na maioria das línguas, todos os seres animados e inanimados têm gênero. Entretanto, somente alguns seres vivos têm sexo. Nem todas as espécies se reproduzem de forma sexuada; mesmo assim, as palavras que as designam, na nossa língua, lhes atribuem um gênero. E era justamente pelo fato de que as palavras na maioria das línguas têm gênero mas não têm sexo, que os movimentos feministas e de mulheres, nos anos oitenta, passaram a usar esta palavra “gênero” no lugar de “sexo”. Buscavam, desta forma, reforçar a idéia de que as diferenças que se constataavam nos comportamentos de homens e mulheres não eram dependentes do “sexo” como questão biológica, mas sim eram definidos pelo “gênero” e, portanto, ligadas à cultura.⁷⁷²

Nesse tom didático e de tradução, Pedro reafirma que a categoria tem sua historicidade e “é tributária de movimentos sociais de mulheres, feministas, gays e lésbicas”. Assim, segundo

⁷⁷² PEDRO, 2005, p. 78.

a historiadora da UFSC, gênero, enquanto categoria, teria “uma trajetória que acompanha a luta por direitos civis, direitos humanos, enfim, igualdade e respeito”. Inicia, então, chamando atenção para a obra de Maragareth Mead, antropóloga que argumentava, já em 1949, sobre o uso da diferença sexual em diversas sociedades para a construção de papéis sociais, separando, segundo Pedro “sexo – considerado como dado biológico –, do temperamento – definido pela cultura”. Passando para 1968, Pedro lembra o trabalho do psiquiatra Robert Stoller que, “discutindo sobre o tratamento de pessoas consideradas ‘intersexos e transexuais’”, chegava à conclusão de que gênero “não coincidia com o ‘sexo’, pois pessoas com anatomia sexual feminina sentiam-se homens, e vice-versa.”⁷⁷³

Todavia, para o feminismo, Pedro indicava que “a palavra “gênero” passou a ser usada no interior dos debates que se travaram dentro do próprio movimento”, com o objetivo de explicar “a subordinação das mulheres”. Nesse sentido, a historiadora catarinense dividia classicamente o feminismo em “ondas” – e utiliza “ondas” entre aspas –, sendo a primeira datada do século XIX, com reivindicações sobre direitos políticos, sociais e econômicos. Já a segunda “onda”, que se desenvolve a partir da Segunda Guerra, teria dado “prioridade às lutas pelo direito ao corpo, ao prazer, e contra o patriarcado” e, para Pedro, “foi justamente na chamada ‘segunda onda’ que a categoria ‘gênero’” teria sido “criada, como tributária das lutas do feminismo e do movimento de mulheres”.⁷⁷⁴ Os movimentos feministas e de mulheres estadunidenses, de acordo com Pedro, teriam ganhado mais visibilidade nos anos 1960, sob a “liderança [d]o trabalho de Betty Friedan, *A mística feminina*” (1963). Já na França, “o trabalho de Simone de Beauvoir, *O segundo Sexo*, publicado em 1949”, teria repercutido “no ressurgimento do movimento feminista francês”.⁷⁷⁵

Mas não teria sido, segundo Joana Maria Pedro, no início da “segunda onda” que o feminismo começou a trabalhar com a “palavra gênero”, sendo a “mulher” a categoria “usada na época”. Esta, a categoria mulher, seria “pensada em contraposição à palavra “Homem”, considerada universal”. Nesse início, então, os movimentos feministas estariam questionando “justamente que o universal, em nossa sociedade, é masculino, e que elas [as feministas] não se sentiam incluídas quando eram nomeadas pelo masculino”. Nesse ínterim, “era como “Mulher”

⁷⁷³ PEDRO, 2005, p. 78-79.

⁷⁷⁴ Em artigo publicado em 2011, que traz também uma reflexão e um balanço historiográfico sobre o campo, mas preocupa-se com a disseminação de conceitos e temas de pesquisas em países do Cone Sul (o Brasil, essencialmente, mas também a Argentina, o Paraguai e a Bolívia), Joana Maria Pedro faz uma crítica a noção de “ondas feministas”, especialmente se aplicada a países latino-americanos, tendo em vista sua formação em países do hemisfério norte. O referido texto e os questionamentos Pedro serão melhor trabalhados na última seção deste capítulo. Cf. PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. **Topoi**. v. 12, n. 22. Jan-Jun. 2011. p. 270-283.

⁷⁷⁵ PEDRO, Op. cit., p. 79-80.

que elas [as feministas] reafirmavam uma identidade, separada da de “Homem”. E era em nome dessa identidade que a “Segunda Onda” constituiu-se a prática de realizar “grupos de consciência” compostos somente por mulheres”.⁷⁷⁶

Tais grupos, também chamados de “grupos de reflexão”⁷⁷⁷ ou de “autoconsciência”,⁷⁷⁸ reunia mulheres, “por amizade ou afinidades intelectuais e políticas”, para debater temas ligados aos problemas do país, das cidades, dos seus bairros, mas também de sua própria situação, compartilhando experiências sobre trabalho, maternidade, vida em família, violência etc. Prática recorrente em países estrangeiros, com provável surgimento atrelado aos movimentos sociais estadunidenses, os grupos chegaram ao Brasil no início dos anos 1970 e possibilitaram o surgimento de “novas reivindicações”, tais como os “direitos reprodutivos e sexuais, creches, campanhas contra estupro e violência doméstica, melhorias no ambiente de trabalho”.⁷⁷⁹

Exclusivos para a participação de mulheres, os grupos de reflexão são descritos por Joana Maria Pedro da seguinte maneira:

Cada uma [das participantes] narrava a maneira como tinha sido criada – diferente dos meninos –, de como em cada etapa da vida – infância, adolescência, maturidade – tinha vivido seu corpo de forma diferente e sofrido os preconceitos, as violências, enfim, os impedimentos de se desenvolver plenamente. Nestas reuniões, as mulheres percebiam que o que tinha acontecido com elas, individualmente, era comum a todas as demais e concluíam que – como tinha dito Simone de Beauvoir – era a cultura, dominada pelos homens, que as tinha tornado submissas e com tão baixa autoestima.⁷⁸⁰

“Esta perspectiva “separatista” – de somente reunir mulheres”, continuava Pedro, “baseava-se numa identidade considerada comum a todas [...] as pessoas que, entendiam, possuíam um mesmo sexo, no caso, o feminino, eram identificadas como ‘Mulher’”.⁷⁸¹ Essa

⁷⁷⁶ PEDRO, 2005, p. 80-81.

⁷⁷⁷ ZIRBEL, Ilze. **Estudos feministas e estudos de gênero no Brasil: um debate**. 2007. 212 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, 2007.

⁷⁷⁸ ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.

⁷⁷⁹ ZIRBEL, Op. Cit., p. 45.

⁷⁸⁰ PEDRO, Op. Cit., p. 80-81.

⁷⁸¹ Ibidem, p. 81. É nesse momento, tratando dos grupos de reflexão e das organizações de mulheres feministas dos anos 1960 que Pedro diferencia tais feministas entre “igualitaristas” e “diferencialistas”, separação na qual as primeiras reivindicariam as “que as mulheres participassem em igualdade de condições com os homens na esfera pública” e as segundas preconizariam a “feminização do mundo”, apostando na diferença entre homens e mulheres e no combate as opressões decorrentes dessa diferença. Sobre isso, Pedro discorre especificamente nas páginas 81 e 82.

perspectiva, contudo, haveria de enfrentar embates dentro do próprio feminismo e da categoria “mulher”, como informava Pedro:

[...] o próprio uso da categoria “Mulher” sofria interpretações as mais diversas, dependendo da maneira como entendiam as relações. Foi, entretanto, principalmente no contexto norte americano, que esta categoria foi criticada com mais eficácia. Mulheres negras, índias, mestiças, pobres, trabalhadoras, muitas delas feministas, reivindicaram uma “diferença” – dentro da diferença. Ou seja, a categoria “mulher”, que constituía uma identidade diferenciada da de “homem”, não era suficiente para explicá-las.⁷⁸²

O debate interno aos grupos feministas sobre as diferenças entre “as mais diversas mulheres” teria tornado claro que “aquilo que formava a pauta de reivindicações de umas, não necessariamente formaria a pauta de outras”. “Assim”, continuava Pedro, “a identidade de sexo não era suficiente para juntar as mulheres em torno de uma mesma luta” e é justamente a essa insuficiência que Pedro atribui a substituição da categoria “Mulher”, “em várias reivindicações, pela categoria “mulheres”, respeitando-se então o pressuposto das múltiplas diferenças que se observavam dentro da diferença”. É nesse sentido que Pedro passa a fazer as vinculações mais diretas entre o feminismo e a academia: “independentemente de usar a categoria “mulher” ou “mulheres”, a grande questão que todas queriam responder, e que buscavam nas várias ciências”, era justamente o porquê de “serem submetidas à autoridade masculina, nas mais diversas formas e nos mais diferentes graus” em diferentes sociedades e temporalidades. Nessa esteira, a professora da UFSC argumentava que “não importava o que a cultura definia como sendo atividade de mulheres”, pois esta teria sido “sempre desqualificada em relação àquilo que os homens, desta mesma cultura, faziam”.⁷⁸³

Também nesse momento, Joana Maria Pedro insere como tais problemáticas dos feminismos narradas por ela iriam adentrando o terreno da historiografia.

Foi desta forma que também nos trabalhos acadêmicos, e entre eles os da História, inicialmente a categoria de análise mais usada foi justamente “mulher”. Foi com esta categoria que as historiadoras e historiadores procuraram integrar, na narrativa que se fazia da história da humanidade, a presença das mulheres. Foi também buscando mostrar a diferença no interior da categoria “mulher” que passaram a utilizar a palavra “mulheres”.⁷⁸⁴

Assim, como já se faziam em outros lugares, a História da História das Mulheres e das Relações de Gênero caminhava lado a lado com a História dos Feminismos. Lugar garantido

⁷⁸² PEDRO, 2005, p. 82.

⁷⁸³ Ibidem, p. 82-83.

⁷⁸⁴ Ibidem, p. 83.

nessa memória desde o primeiro balanço analisado aqui, de 1987. Mesmo com Mary del Priore, que declarava não se interessar nem política nem intelectualmente pelo feminismo, o movimento social não perdia a função de pontapé inicial para o campo.

Continuando, Pedro também fazia questão de explicar didaticamente a “antiga forma de escrever a história”, aquela “costumeiramente chamada de ‘positivista’, ou às vezes ‘empirista’,” que destacava personagens masculinos. Em interlocução com Elisabeth Fox Genovese, Pedro nomeava tal “antiga história” de “história de governantes e de batalhas”, lembrando que mulheres vinham a participar de tal forma de História “quando ocupavam, eventualmente, o trono” ou eram nela incluídas por meio de estereótipos, “reforçando mitos de ora da suprema santidade, ora da grande malvadez”. Para Pedro tal prática historiográfica só fazia “engrossar as fileiras de rainhas, princesas e “donzelas guerreiras, das quais Joana D’Arc é uma espécie de arquétipo do “bem”, enquanto Lucrecia Borgia, por exemplo, é considerada um exemplo do “mal”.” E a historiadora catarinense afirmava que “Nesta forma de escrita da história, baseada principalmente em fontes narrativas oficiais, não pode haver lugar para a categoria “gênero”, mas apenas para a categoria “mulher”, pensada sob o aspecto de categoria universal”. E Pedro forneceu um exemplo dessa forma “antiga de se fazer história”, que não parecia ser tão antiga assim:

[...] algumas historiadoras e historiadores, investindo na onda do movimento feminista, tentaram “resgatar”, para a história, a narrativa da vida das “grandes mulheres”. É exemplo desta forma de abordagem um dicionário, recentemente publicado, que se intitula: *Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade, biográfico e ilustrado*. Este dicionário é fruto de um projeto, cujo título utiliza a categoria “mulher”. Chama-se “Projeto Mulher – 500 anos por trás dos panos”. Como se pode observar, novamente aparece a metáfora do poder escondido. Neste dicionário existem 900 verbetes com dados biográficos de mulheres brasileiras.⁷⁸⁵

Ora, do que se tratava, então, para Pedro e em 2005, uma “antiga forma de se praticar história das mulheres”, que “costumeiramente” poderia ser “chamada de ‘positivista’, ou às vezes ‘empirista’”? O *Dicionário Mulheres do Brasil*,⁷⁸⁶ exemplo para Pedro de tal história, foi publicado em 2000, pela Editora Zahar, sob a coordenação geral de Schuma Schumacher – nome conhecido de Maria Aparecida Schumacher. Schumacher é pedagoga, pesquisadora e educadora social, identificando-se como “ativista feminista antirracista” e já integrou a Comissão

⁷⁸⁵ PEDRO, 2005, p. 84.

⁷⁸⁶ DICIONÁRIO MULHERES DO BRASIL: de 1500 até a atualidade, biográfico e ilustrado. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

Organizadora da Conferência Nacional de Políticas para Mulheres do governo federal.⁷⁸⁷ Também é coordenadora executiva da ONG REDEH – Rede de Desenvolvimento Humano, fundada em 1990, que possui como objetivo “a promoção do desenvolvimento humano que contemple a igualdade entre os gêneros, raças/etnias, o desenvolvimento justo e sustentável, a proteção e conservação do meio ambiente e promoção da diversidade cultural”.⁷⁸⁸ Como a própria Joana Maria Pedro explicitou, O *Dicionário* é uma das ações do “Projeto Mulher 500 Anos Atrás dos Panos”, uma iniciativa da ONG REDEH, coordenada por Schumacher desde 1997, que contou com o apoio do FINEP, do Banco do Brasil, da Petrobrás, da Secretaria Especial de Política para Mulheres e da Fundação Ford.

A “história positivista ou empirista” das mulheres era caracterizada, então, por Joana Maria Pedro, por um trabalho de verbetes biográficos que “buscam resgatar” a vida de “grandes mulheres” com a consulta a documentos oficiais. Nesse sentido, a “antiga forma” de se escrever História das Mulheres não daria espaço para pensar gênero.

No entanto, consultando o *Dicionário Mulheres do Brasil*, percebe-se um trabalho de pesquisa com fontes oficiais, como consulta a documentos no Arquivo Nacional para coleta de dados e nomes em “em material documental primário”. Foram também consultadas fontes depositadas no arquivo do Núcleo de Estudos de Gênero Pagu - Unicamp, além de incorporar como fontes “periódicos femininos, coleções de jornais e revistas de época” e entrevistas realizadas “com as próprias mulheres biografadas ou membros de sua família”. Em que pese a forma de dicionário biográfico, a consulta a materiais e fontes não parecia ser tão distante daquela que se fazia em dissertações e teses. Mais que isso, o *Dicionário* esclarece a utilização da “produção acadêmica da história social brasileira recente, que nas últimas décadas abriu novas fronteiras temáticas e vasculhou novas fontes documentais para o estudo da sociedade brasileira”. Também se realizou um “levantamento de obras biográficas já publicadas”, como as de Sacramento Blake, Inês Sabino, Adalzira Bittencourt, Henrique Capitolino Pereira de Melo, Américo Lopes de Oliveira, Mário Gonçalves Viana, Joel Serrão, tendo suas informações “cruzadas com outras fontes, principalmente o material documental do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)”.⁷⁸⁹

⁷⁸⁷ KOPE. **Sobre Schuma Schumacher**. Disponível em: <https://kope.org/professores/schuma-schumacher/>. Acesso em: 27 out. 2021.

⁷⁸⁸ REDEH – REDE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO. **Sobre a REDEH**. Disponível em: <http://www.redeh.org.br/>. Acesso em 01 jun. 2022, às 17h44min.

⁷⁸⁹ DICIONÁRIO..., 2000, p. 15-16.

Do ponto de vista da consulta a documentos, o *Dicionário Mulheres do Brasil* parece se apresentar como uma obra que presou pela diversidade de fontes para reunir as informações das biografadas. Há, ainda, mais esclarecimentos em torno da pesquisa que orientou a sua criação:

No que diz respeito à pesquisa histórica que sustenta a estrutura deste Dicionário, três importantes aspectos nortearam os levantamentos biográficos: o primeiro foi a consciência de que só um pequeno número de mulheres teve seu lugar reconhecido no palco da história. O segundo é que partimos de um mosaico difuso de informações, algumas consagradas nas páginas escritas por historiadores, outras perdidas nas entrelinhas da produção histórica, outras ainda preservadas nas lembranças das pessoas. Identificar os caminhos disponíveis constituiu, por si só, uma tarefa difícil, mas representou apenas o início do processo de pesquisa. O terceiro aspecto, e o mais delicado, foi a seleção dos fragmentos da memória que fazem sentido para cumprir os propósitos desta obra. Assim, além dos pré-requisitos estabelecidos pelo projeto, contou-se com a colaboração de um comitê consultivo na definição dos nomes que iriam formar o corpo do Dicionário.⁷⁹⁰

Além da coordenação geral de Schuma Schumacher, o *Dicionário* contou com nomes bastante conhecidos da pesquisa sobre mulheres no Brasil, outros nomes consagrados na historiografia por outros temas e alguns nem tão conhecidos assim.⁷⁹¹ A maioria desses nomes estava lotada em instituições cariocas. Assim, a forma – o verbete biográfico – que saudava vidas singulares de “grandes mulheres” parecia estar distante das narrativas que podiam se apresentar nas universidades, mas a consulta a documentos e à bibliografia, além do trabalho de um comitê consultivo credenciado em instituições universitárias ou não, controlava a criação dos verbetes. Nesse sentido, o que mais poderia haver de “antigo” nessa forma de se fazer História das Mulheres, nomeada como “antiga, positivista, empírica e sem espaço para gênero” por Joana Maria Pedro?

Além de coordenado por uma pesquisadora que não estava diretamente vinculada a um programa de pós-graduação ou lotado em um dos departamentos de História, o *Dicionário* não contava com a forma de pesquisas que vinham sendo saudadas nos balanços historiográficos e

⁷⁹⁰ DICIONÁRIO..., 2000, p. 12.

⁷⁹¹ O comitê consultivo para a construção da obra foi composto, nos termos e na ordem que o próprio *Dicionário* apresenta, por: Albertina de Oliveira Costa (socióloga e pesquisadora da Fundação Carlos Chagas/SP); Bruna Franchetto (antropóloga e linguista do Museu Nacional/UFRJ); Carlos Lessa (doutor em economia e decano da UFRJ); Eliane Potiguara (coordenadora do Grupo Mulher Educação Indígena/RJ); Elizabeth Vargas (socióloga e coordenadora do Programa Universidade Solidária); Francisco Carlos Teixeira Silva (historiador e professor da UFRJ); Helena Theodoro (historiadora e professora da Universidade Gama Filho/RJ); Hildete Pereira de Melo (doutora em economia e professora da UFF); Ivete Sacramento (professora e reitora da Universidade do Estado da Bahia); Luciano Figueiredo (historiador e professor da UFF); Maria Betânia de Melo Ávila (socióloga e coordenadora do SOS Corpo/PE); Maria Cristina Vignoli (jornalista e pesquisadora do Cedoc da Rede Globo/RJ); Maria Rita Kehl (doutora em psicanálise e escritora, SP); Ronaldo Vainfas (doutor em história e professor da UFF); Solange Dacah (socióloga e coordenadora da Redeh/RJ); Sueli Carneiro (filósofa e integrante do Geledés – Instituto da Mulher Negra/SP); Thaís Corral (jornalista e coordenadora do Cemina/RJ).

demais textos que construía a memória disciplinar do campo: as teses e as dissertações defendidas nos PPG de História e, na sua maioria, depois publicadas em livro. Obras como essa, emergidas fora dos muros da historiografia profissional e acadêmica lotada nas universidades e nos programas de pós-graduação fundados pós-1970, eram mais comuns nos textos de Maria Beatriz Nizza da Silva, de Eni de Mesquita Samara e de Miriam Moreira Leite, que saudavam instituições como a Fundação Carlos Chagas e teses defendidas nos sistemas de cátedras. A operação de separação e diferenciação realizada por Pedro aqui se dá não só pela mobilização de narrativas históricas centradas em biografias femininas, mas também pelo lugar de onde partiam tais narrativas. Karla Bessa dizia, em 2000, que “não havia mais lugar para amadores”⁷⁹² quando analisava os debates e o processo de definição da formação dos historiadores via programas de pós-graduação a partir dos anos 1970. Em 2005, depois da profissionalização já realizada, depois da ampliação da pós-graduação e das próprias universidades e cursos de História, e da criação de um lugar que se pretendia nacional para abrigar encontros e trocas intelectuais (GT de Estudos de Gênero), havia ainda a necessidade de delimitar – com nome e indicação bibliográfica – as obras escritas sob a “antiga forma” de se fazer História (das Mulheres).

No entanto, Joana Maria Pedro faz ressalvas quanto à História das Mulheres praticada no *Dicionário mulheres do Brasil*:

Este dicionário, publicado em 2000, por outro lado mostra-nos que o fato de várias historiadoras passarem a usar a categoria “mulheres”, não significa que “mulher” não continue sendo usada, seja nas narrativas históricas, seja em movimentos sociais. Vale dizer: quero deixar claro que as categorias que estou historicizando não formam uma evolução na direção da categoria “mais correta”.⁷⁹³

Parece, então, não se tratar necessariamente da maneira de se narrar a trajetória do campo que se paute por termos de superação ou de ultrapassagem das categorias e dos modos de se fazer história. Contudo da crítica à “antiga forma de se fazer história”, a historiadora da UFSC passa, quase que abruptamente, a falar de “outra”; era aquela “[d]as historiadoras e [d]os historiadores que passaram a seguir a tradição da historiografia dos *Annales* – que pretendia ampliar o leque de fontes e observar a presença de pessoas comuns”. Com tais historiadoras, teria se tornado “mais fácil escrever uma história que incluísse as mulheres”. Citando o “método regressivo de Marc Bloch” e o seu “livro-testamento *‘O ofício do Historiador’*”, Pedro defendia

⁷⁹² Bessa historia esse processo por meio de entrevistas e dos anais da ANPUH no terceiro capítulo de sua tese, intitulado exatamente de “Não há mais lugar para amadores...”. Cf. BESSA, 2000, p. 65-102.

⁷⁹³ PEDRO, 2005, p. 84-85.

que historiografia praticada pelos *Annales* teria nos permitido não somente pensar o passado “pelas questões do presente”, mas, “também, observar outras fontes, além das unicamente oficiais e narrativas”. E, continuava Pedro, aos/às historiadoras que se vinculavam a tal “tradição”, “com os pés plantados no seu tempo”, não se poderia ficar alheio “aos movimentos sociais das mulheres em suas múltiplas configurações, nos múltiplos feminismos que, desde meados do século XIX, reivindicavam direitos e o fim das hierarquias baseadas no sexo”.⁷⁹⁴

É nessa senda aberta pelo “método regressivo” *annalítico*, suas “novas fontes” e seu interesse pelas “pessoas comuns” que Joana Maria Pedro lembra pela primeira vez de uma obra de historiografia brasileira, obra já praticamente incontornável para os enunciados que criavam as memórias disciplinares para a área:

Dentro desta perspectiva, um novo estoque de fontes tornou-se possível para a escrita da história. Foi neste sentido que, escrevendo na década de 80 do século XX, Maria Odila Leite da Silva Dias perguntava, *em seu livro, que se tornou base para esta nova historiografia*, se o que tornava difícil a história das mulheres era a ausência de fontes ou a invisibilidade ideológica destas. E a proposta era a de buscar as minúcias, de ler nas entrelinhas, de garimpar o metal precioso das fontes em meio a abundante cascalho. *Tem sido desta forma que inúmeras pessoas têm escrito a história das mulheres.*⁷⁹⁵

Joana Maria Pedro, assim, depois de tematizar a história do feminismo, a “antiga forma de se praticar história” e o “método *annalítico*”, apresentava a obra de sua ex-orientadora como a base para “a nova historiografia”, para a “forma” que tinha se tornado *Quotidiano e poder*. Se não afirmava mais como em 1994 que a História das Relações de Gênero teria passado pela “história de mulheres e pela história social”, a historiadora catarinense continuava afirmando a primazia do modo – “novo”, segundo ela própria – de se praticar História das Mulheres como História Social. Invocar aqui *Quotidiano e poder* como a “base para a nova historiografia” incluía, além de defender a História Social das Mulheres como origem da área, retirar – como já fizera antes – sua ex-orientadora e seu trabalho das dependências ou resultado de uma “revolução” desencadeada pela História da Família e pela Demografia histórica. Dias e *Quotidiano e poder* não eram mais “resultado”, eram “a base” sobre a qual “inúmeras pessoas têm escrito história das mulheres”.

Avançando na leitura do balanço de Joana Maria Pedro, é possível notar nessa trajetória do tema que ela realiza, à qual não gostaria de dar um tom evolutivo, uma maneira de narrar a formação do campo que enreda a “*antiga forma* de se praticar História das Mulheres” – que

⁷⁹⁴ PEDRO, 2005, p. 85.

⁷⁹⁵ Ibidem, p. 85. Grifos nossos.

aqui pode ser aquela do século XIX, nomeada de “positivista e empirista”, ou aquela produzida fora dos parâmetros universitários atuais –, à “*outra forma*” de escrever História (das Mulheres) – aquela do “método regressivo *annalítico*”, com “*novas fontes*” e “*novos sujeitos*”, as “pessoas comuns” – e à “*nova historiografia*”, representada, em destaque, por *Quotidiano e poder*, a “base” da “*nova forma*” de se escrever História das Mulheres.

Tal “*nova*” forma, que parecia não querer não ser a “*antiga*”, mostrava-se um tanto herdeira daquela “*outra*” forma, a dos *Annales*, que se abrira para “*novas fontes e novos sujeitos*”. O uso desses termos, destacados aqui em itálico, parece não ter sido aleatório, pois marca o enredo de uma narrativa que dá, mais uma vez, profundidade temporal ao campo, mostrando aos seus leitores e leitoras – que em 2005 eram o público leitor de *História* (São Paulo), mas em 2006 seriam o público de um evento – aquilo que já não se faz mais, como aquilo que há de “novo” no campo. Mais que traduzir o uso da categoria gênero, ou preenchê-la de significados outros como fizeram Rachel Soihet e Adriana Facina em 2004, Pedro traduzia a própria história da História das Mulheres e das Relações de Gênero em termos de “antiguidade” versus “novidade”, apesar de a historiadora da UFSC ter feito ressalvas no que tange ao caráter não-evolutivo de sua narrativa sobre as categorias e as formas de se praticar História das Mulheres.

É sob o signo da novidade que Joana Maria Pedro, então, pode se referir às “inúmeras pessoas” que teriam escrito essa (“nova”) história sobre a “base Maria Odila Dias e *Quotidiano e poder*”. Pedro cita nominalmente cada uma delas, levando às notas de fim de texto os leitores e leitoras curiosas para saber quais seriam tais obras. Antes, contudo, ela chama atenção para nomes internacionais:

Na trilha da História das Mulheres, muitas pesquisadoras e pesquisadores têm procurado destacar as vivências comuns, os trabalhos, as lutas, as sobrevivências, as resistências das mulheres no passado. Assim, destacam-se no plano internacional da historiografia, os nomes de Michelle Perrot, Georges Duby, Françoise Thébaud, Joan Scott, June Hanner, Natalie Zemon Davis.⁷⁹⁶

⁷⁹⁶ PEDRO, 2005, p. 85. As obras estrangeiras traduzidas foram citadas por Pedro com as datas nas quais elas foram publicadas em português. As obras citadas foram *Os excluídos da história* (de Michelle Perrot, traduzida pela Paz & Terra, em 1988) e *Mulheres públicas* (Editora UNESP, 1998); *As mulheres e a história* (Georges Duby e Michelle Perrot, Dom Quixote, 1995); *Quand nos grand-mères donnaient la vie. – La maternité en France dans l’entre-deux-guerres* (Françoise Thébaud, Presses Universitaires de Lyon, 1986); *A cidadã paradoxal. As feministas francesas e os direitos do homem* (Joan Scott, Ed. das Mulheres, 2002); *Emancipação do sexo feminino. A luta pelos direitos da mulher no Brasil. 1850-1940* (June Hanner, Ed. das Mulheres/Edunisc, 2003); *Nas margens: três mulheres do século XVII* (Natalie Zemon Davis, Cia das Letras, 1997).

E, no mesmo parágrafo em que foram citadas as estrangeiras, Pedro abre espaço para as brasileiras, citando, primeiramente e mais uma vez, Maria Odila Dias e *Quotidiano e poder*, e, depois, Margareth Rago e *Do cabaré ao lar* (1985); Miriam Moreira Leite e a coletânea de textos de viajantes que organizou e publicou sob o título *A condição feminina no Rio de Janeiro, século XIX* (1984); Rachel Soihet e *Condição feminina e formas de violência* (1989); Mary del Priore e seu *Ao sul do corpo* (1993). Eni de Mesquita Samara apareceu lembrada por *As mulheres, o poder e a família* (1989) e Leila Mezan Algranti por *Honradas e devotas* (1993); Luciano Figueiredo foi elencado com *O avesso da memória* (1993)⁷⁹⁷ e Maria Lucia de Barros Mott com *Parto, parteiras e parturientes: Mme Durecher e sua época* (1998), sua tese de doutorado; Martha Campos Abreu é lembrada por *Meninas perdidas* (1989);⁷⁹⁸ e, finalmente, Joana Maria Pedro lembra de si mesma e sua obra *Mulheres honestas e mulheres faladas* (1998), fruto de sua tese de doutorado defendida em 1992 e orientada pela autora da “obra-base” da “nova historiografia” que ela acabava de mencionar.

Nessa lista, que Pedro fez questão de explicitar que servia “para citar algumas das brasileiras”, apenas um novo nome é lembrado, o de Maria Lucia de Barros Mott,⁷⁹⁹ com sua tese defendida no PPG de História Social da USP sob orientação também de Maria Odila Dias. A exceção de tal novidade, nenhum outro nome inédito é incluído por Pedro como exemplar daquela História das Mulheres “baseada” em *Quotidiano e poder*. Nomes e obras que já tinham ocupado diferentes lugares e funções nos inúmeros textos investigados nesta pesquisa; todos acomodados, agora, no interior da “trilha da História das Mulheres” aberta por Maria Odila Dias. É flagrante também que, esta “nova forma” de História das Mulheres carregava quase que apenas obras defendidas nos programas de pós-graduação em História, como teses ou dissertações. A única exceção lembrada por Pedro foi a coletânea de Miriam Moreira Leite, que foi organizada a partir de sua experiência no Centro de Documentação da USP e na Fundação Carlos Chagas.

Depois de elencar tais nomes e obras, o balanço de Pedro inicia sua reflexão sobre a categoria gênero. Mas a historiadora catarinense sublinha a filiação direta do uso da categoria

⁷⁹⁷ No decorrer de seu balanço, Pedro cita o nome de Paula Figueiredo. No entanto, na nota de fim de texto que relaciona as obras aos nomes citados no artigo, não aparece nenhuma obra de Paula Figueiredo e, sim, a obra de Luciano Figueiredo.

⁷⁹⁸ O nome de Martha Campos Abreu não é citado por Pedro no decorrer do texto, junto ao nome das outras historiadoras, mas a obra dela aparece mencionada na nota de fim de texto que Pedro criou para citar as obras das demais.

⁷⁹⁹ Barros Mott é citada por Joana Maria Pedro como Maria Lucia de Barros Mott de Melo e Souza. Em seu currículo Lattes e no Catálogo Histórico de Teses e Dissertações da área de História, no entanto, a historiadora é apresentada apenas como Maria Lucia de Barros Mott, razão pela qual se decidiu manter tal grafia.

na pesquisa histórica como desdobramento da História das Mulheres acerca da qual ela havia arrolado algumas obras logo acima:

Assim como, no movimento feminista, foi do interior da categoria mulheres que surgiu a categoria gênero, foi também entre as historiadoras que estavam escrevendo sobre história das mulheres que a categoria de análise “gênero” passou a ser utilizada. Estas foram inspiradas, em sua maioria, pelo texto, muitas vezes citado, de Joan Wallach Scott: “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, publicado no Brasil em 1990.⁸⁰⁰

Vinculando a área de História das Relações Gênero ao feminismo e à História das Mulheres, Pedro enredava também a área naquela narrativa feita um pouco mais acima, que separava a “antiga” da “nova” forma de se praticar História das Mulheres, aproximando a “nova” dos movimentos sociais, do método dos *Annales* e das obras realizadas em programas de pós-graduação ou por seus professores.

É partir dessa vinculação que a historiadora da UFSC resumia as ideias apresentadas por Scott em “Gênero: uma categoria útil...” afirmando que, para a historiadora estadunidense, gênero se constituiria “por relações sociais” que estariam “baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos” e, estas, por seu turno, constituir-se-iam “no interior de relações de poder”. Tomando também a tradução do prefácio de *Gender and the politics of history*, publicada nos *Cadernos Pagu*, para adicionar a informação de que gênero, para Scott, seria tido como “a organização social da diferença sexual”, não refletindo ou implementando “diferenças fixas e naturais entre homens e mulheres”, mas também constituindo-se em “um saber que estabelece significados para as diferenças corporais”. É nessa esteira que Pedro dá visibilidade a uma das críticas de Joan Scott à disciplina histórica, pois esta não seria “apenas o registro, e sim a forma como os sexos se organizavam e dividiam tarefas e funções através do tempo”, ou seja, a História, como disciplina, como escrita, seria, “ela mesma, responsável pela ‘produção sobre a diferença sexual’”. A disciplina, longe de ser neutra, seria, assim, “uma narrativa sobre o sexo masculino”, colaborando com a constituição das relações de gênero no presente, já que, segundo Scott e corroborada por Pedro, a História definiria, por vezes, “que somente, ou principalmente, os homens fazem história”.⁸⁰¹

Diferentemente de Rachel Soihet e Adriana Facina, que fizeram uma “tradução” de relações de gênero como “relações sociais entre os sexos” em 2004, mas não destacaram as críticas mais duras de Scott à própria disciplina e ao modo de se fazer História Social das

⁸⁰⁰ PEDRO, 2005, p. 86.

⁸⁰¹ Ibidem, p. 86-87.

Mulheres, Joana Pedro dá visibilidade aqui a esses temas. Ainda que as “relações de gênero” ou a “categoria de análise gênero” começasse a ser utilizada “entre as historiadoras que estavam escrevendo sobre história das mulheres”, a professora da UFSC não exime seus leitores e leitoras das críticas da historiadora estadunidense. Mesmo que as críticas selecionadas por Pedro para expor no seu balanço não atingissem, por exemplo, os conceitos fundamentais da obra que ela considerava ser a base da “nova historiografia” das mulheres.

Para Pedro, as ambições de Scott ao teorizar sobre gênero seriam as mesmas que motivaram o “movimento feminista e as historiadoras feministas a escreverem a história das mulheres, ou seja, apontar e modificar as desigualdades entre homens e mulheres”. Nesse sentido, as análises propostas por Joan Scott se debruçariam sobre os processos de constituição, legitimação e contestação das hierarquias de gênero. Com isso, Pedro lembra o contato da historiadora estadunidense com as teorias pós-estruturalistas, sua aproximação com os estudos da linguagem e sua “preocupação com o significado, pois enfatizam a variedade e a natureza política destes”. Em resumo, Pedro declarava:

[...] uma história feminista torna-se uma maneira de fazer a crítica da maneira como esta história é narrada e como esta disciplina atua, tornando-se um “lugar de produção do saber de gênero”. Para quem quer escrever esta história, trata-se de observar os significados “variáveis e contraditórios” que são atribuídos à diferença sexual. [...] em quais contextos políticos os significados da diferença sexual são criados e/ou criticados [...].⁸⁰²

E adicionava, lembrando também a contribuição de Natalie Davis, em “Women’s History in Transition: the European case”:

Para as historiadoras, o uso da categoria de análise gênero significava, como lembrou a historiadora Natalie Zemon Davis em 1974, combater o determinismo biológico, focalizando a relação entre homens e mulheres, compreendendo as significações do gênero no passado.⁴⁶ Traduzindo: elas estão nos convocando para observar o que significava ser homem ou mulher no passado.⁸⁰³

Aliando Scott e Davis, Joana Maria Pedro deixava vazar as críticas às maneiras de se praticar História das Mulheres e à própria disciplina. Em apelo à “tradução”, Pedro dava o tom de como compreenderia – ou como se deveria ser traduzida, literalmente – a categoria de gênero para a historiografia brasileira. Mais que isso, chama a atenção o uso específico que a professora da UFSC fez das contribuições de Scott. Primeiro, uma reflexão emergida do feminismo e da

⁸⁰² PEDRO, 2005, p. 87.

⁸⁰³ Ibidem, p. 87-88.

História das Mulheres. Segundo, uma forma de teorizar gênero que criticava a disciplina histórica de uma forma ampla, sem evidenciar as críticas mais direcionadas de Scott ao domínio convencionalmente chamado de História Social. Não fora assim, por exemplo, que Rago mobilizara o prefácio a *Gender and the politics of history*, em 1994 e 1995. Rago, na emissão de seu enunciado, valia-se das contribuições de Scott justamente no que era concernente à História Social das Mulheres, em benefício de seu elogio à “História Cultural de Gênero”. Em terceiro, o uso de Scott por Pedro também se diferenciava daquele uso que Rachel Soihet vinha fazendo da historiadora estadunidense em seus textos, no qual a historiadora da UFF rivalizava as propostas analíticas de gênero voltada para a política e para a esfera pública aos fundamentos de uma História Social das Mulheres preocupada com o cotidiano, o privado, a sobrevivência e a resistência. Entre a crítica à História Social das Mulheres – sublinhada por Rago – e a crítica ao uso do gênero na abordagem do espaço público – evidenciada por Soihet –, Pedro prefere silenciar sobre as duas, quase que apaziguá-las para erguer a narrativa que se propunha a realizar em 2005.

Depois de definir o que entendia por gênero e fazer o seu uso próprio das reflexões de Scott, Joana Maria Pedro se voltava para a historiografia brasileira e sua interlocução com a categoria:

Os textos de Joan Scott [...] passaram a ser traduzidos e publicados no Brasil a partir de 1990, e sua influência foi muito grande na historiografia. Poucos são os trabalhos que discutem gênero que não a citam – mesmo que seja para refutá-la. Algumas historiadoras, que escreviam sobre história das mulheres, continuaram a fazê-lo, entretanto, usando a categoria gênero.⁸⁰⁴

E a historiadora da UFSC começa seu elenco de obras e historiadoras afirmando que “o uso da categoria de análise “gênero” na narrativa histórica passou a permitir que as pesquisadoras e os pesquisadores focalizassem as relações entre homens e mulheres”, bem como as “relações entre homens e entre mulheres, analisando como, em diferentes momentos do passado, as tensões, os acontecimentos foram produtores do gênero”. Exemplo disso seria a “maneira que Cleci Eulália Favaro, falando das famílias italianas que migraram para o Rio Grande do Sul” teria mostrado “o estabelecimento de hierarquias no significado do que era ser feminina entre sogras e noras”. O trabalho *Imagens femininas: contradições, ambivalências e violências*, obra publicada em 2002 – resultado da tese *Imagens femininas: contradições, ambivalências e violências. Região colonial italiana do Rio Grande do Sul (1875-1950)*,

⁸⁰⁴ PEDRO, 2005, p. 88.

defendida por Favaro em 1995 sob orientação Braz Aquino Brancato, na PUC-RS –, era o primeiro exemplo citado por Pedro de um trabalho que teria focalizado não apenas a relação entre homens e mulheres, mas também “a relação de gênero entre mulheres”.⁸⁰⁵

Depois da tese de Favaro é um artigo de Rachel Soihet publicado em 1997 na *REF* – “Violência Simbólica: saberes masculinos e representações femininas” – que foi lembrado por Pedro. O artigo de Soihet seria um exemplo de estudo de “como o antifeminismo atua na constituição do gênero”. Ao recordar o nome da colega de departamento, Maria Bernadete Ramos Flores, a historiadora da UFSC citou outro artigo da *REF* – “O Brasil dos meus sonhos: feminismo e modernismo na utopia de Adalzira Bittencourt” –, publicado em 2002, no qual sua autora teria observado, “nas décadas de 20 e 30, o reforço do gênero através dos discursos que enfatizavam a maternidade”. Para citar uma estrangeira, Pedro lembrou do capítulo “A grande guerra: o triunfo da divisão sexual”, publicado por Françoise Thébaud em *História das mulheres no Ocidente* (1992).⁸⁰⁶

Depois do trabalho da francesa, são as pesquisas e as historiadoras lotadas no sul do Brasil que retornam à cena. A primeira foi Aurea Tomatis Petersen, com a tese *Trabalho no banco: trajetórias de mulheres gaúchas desde 1920*, defendida no PPG de História da PUC/RS sob orientação de Núncia Constantino, em 1999. Para Pedro, a tese de Petersen demonstrava “como as mulheres entraram no Banco do Brasil durante a Segunda Guerra Mundial”, trabalhando no lugar de homens enviados ao combate, “mudando [...] a relação no interior do banco”. Depois Marlene de Fáveri, professora da UDESC, também é mencionada pela sua tese de doutorado concluída em 2002, *Memórias de uma (outra) guerra: cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina*, defendida no PPG da UFSC sob orientação da própria Joana Maria Pedro, que também já tinha orientado sua dissertação de mestrado defendida em 1996.⁸⁰⁷

Finalmente, no último parágrafo dedicado a arrolar a historiografia de gênero, Pedro afirmava:

Por sua vez, várias autoras, tais como Margareth Rago, Maria Izilda Matos, Cristina Scheibe Wolff, Roselane Neckel, entre outras, têm contribuído para o conhecimento da história das relações de gênero, focalizando a maneira como o gênero se constitui num ponto de apoio para constituições de subjetividades, políticas públicas e relações com a história.⁸⁰⁸

⁸⁰⁵ PEDRO, 2005, p. 88.

⁸⁰⁶ Ibidem, p. 88-89.

⁸⁰⁷ Ibidem, p. 89.

⁸⁰⁸ Ibidem, loc. cit.

Margareth Rago é lembrada por *Do cabaré ao lar* (1985) e *Entre a história e a liberdade: Luce Fabbri e o anarquismo contemporâneo* (2001), livro que veio a público por meio da defesa de sua livre-docência pela Unicamp. Ao nome de Maria Izilda Matos, a professora catarinense vinculou *Meu lar é o botequim: alcoolismo e masculinidade* (2001). Fechando com mais um retorno às pesquisadoras do sul do país, Roselane Neckel e Cristina Scheibe Wolff são lembradas, respectivamente, por suas teses de doutorado *Mulheres da Floresta* e *Pública vida íntima: a sexualidade nas revistas femininas e masculinas* (1969-1979).

O destaque, em relação ao que Joana Maria Pedro elencava como obras que se valiam da categoria gênero, ficou com as historiadoras do sul do país, em especial aquelas de Santa Catarina. Além de Margareth Rago e Maria Izilda Matos, lotadas em departamentos e programas de pós-graduação em São Paulo, e de Rachel Soihet, vinculada à UFF, Pedro parecia não arrolar obras que acompanhassem o próprio alargamento da pós-graduação brasileira na área de História. Centrava-se essencialmente naquilo que era produzido próximo à ela, já que até mesmo os artigos que lembrou estavam publicados na *Revista Estudos Feministas*, editada na UFSC desde 1999. Também é importante sublinhar que, excetuando *Do cabaré ao lar*, publicada em 1985, todas as obras mencionadas pela historiadora catarinense às quais ela atribuía o uso da categoria gênero haviam sido publicadas em fins dos anos 1990. Isso também colabora para o argumento, defendido no último capítulo, de que a inserção dos estudos de gênero na historiografia brasileira vinha sendo empurrada para fins da década de 1990 e começo dos anos 2000.

Mais uma vez, é importante ressaltar, Pedro não enumera nenhuma obra realizada fora da historiografia acadêmica e profissional, universitária. Assim como realizou quando tratara das obras sobre História das Mulheres, sobre as relações de gênero também não houve obra que pudesse ser lembrada que estivesse fora dos departamentos de história e/ou de seus programas de pós-graduação. A única exceção era as coletâneas que Miriam Moreira Leite havia editado a partir da FCC e da documentação reunida no Centro de Apoio à Pesquisa Histórica (CAPH-USP). Nesse sentido, ainda que se citasse uma historiadora que não se vinculava especificamente a um departamento ou PPG, Pedro lembrava de uma historiadoras formada e atuante na universidade.

Encerrada a citação da historiografia brasileira sobre as relações de gênero, Pedro se voltava, mais uma vez, para o exercício de reflexão teórica. Mas, desta vez, apareciam nomes e obras de autores e autoras que se dedicavam a pensar sexo e gênero para além da contribuição de Joan Scott:

Além do uso das contribuições de Joan Scott, as historiadoras e historiadores têm incorporado novas discussões do campo do gênero e participado dos debates teóricos que trouxeram o historiador Thomas Laqueur, a filósofa Judith Butler e a historiadora Linda Nicholson. É desta forma que seus trabalhos têm colocado em questão a diferença entre sexo e gênero, enfatizando ainda mais o afastamento em relação ao essencialismo. Convém destacar ainda que muitos destes questionamentos são tributários dos movimentos gays e lésbicos.⁸⁰⁹

Novamente, depois da visibilidade que Suely Gomes Costa deu a essas reflexões em 2003, elas apareciam aqui como elementos importantes no trabalho de debater conceitual e teoricamente a categoria gênero. E o artigo de Pedro fará uma espécie de pequenos resumos acerca dos trabalhos de Laqueur, Butler e Nicholson. Para o primeiro, Pedro citou *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*, publicado nos EUA em 1994 e traduzido no Brasil em 2001, afirmando que Laqueur buscou “mostrar aquilo que Foucault falava sobre o saber como elemento de poder, e o que Scott articulava como constituindo o gênero”. Teria sido “através da história da medicina” que Laqueur demonstrou “como a diferença entre os sexos era uma invenção que remontava ao século XVIII” e que, da Antiguidade Clássica até aquele século, registrava-se na literatura, na filosofia e nos tratados médicos a existência “de um único sexo”. Só nos setecentos, então, é “que se reforçou a diferença, passando ao registro de dois sexos, considerados muito diferentes”. Para Pedro, o argumento de Laqueur era de que “as relações de gênero que instituíram o sexo”.⁸¹⁰

Judith Butler aparece no texto de Pedro por meio da citação de *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*, publicado nos EUA em 1991 e traduzido pela Civilização Brasileira em 2003, como uma das autoras que, assim como Laqueur, se apoiava nas contribuições foucaultianas para “questionar a forma como o gênero estava sendo pensado em relação ao sexo, pois”, de acordo com a professora da UFSC, “apesar da afirmação de que [gênero e sexo] se tratava[m] de coisas diferentes, era sobre o sexo biológico que se estava constituindo a identidade de gênero”, e, para os “integrantes dos movimentos gays e lésbicos [...] estes termos não coincidem”. Para Joana Pedro, Butler teria também seguido “a perspectiva de Foucault sobre o caráter discursivo da sexualidade”, propondo a “teoria performativa” que informava ser a performatividade do gênero “um efeito discursivo” e o sexo ser “um efeito do gênero”. E, encerrando sua exposição sobre Butler, Pedro sublinhava:

[...] questionando a própria categoria gênero como “interpretação cultural do sexo” [Butler afirmaria] categoricamente [que] “gênero não está para a cultura

⁸⁰⁹ PEDRO, 2005, p. 89-90.

⁸¹⁰ Ibidem, p. 90.

assim como o sexo está para a natureza”. Desta forma, a autora focaliza o sexo como resultado “discursivo/cultural”, e questiona a constituição do sexo como “pré-discursivo” e, portanto, anterior à cultura.⁸¹¹

Por fim, Linda Nicholson é citada com o artigo “Interpretando o gênero”, originalmente publicado no livro *The play of reason: from the Modern to the Postmodern* no ano de 1999 e traduzido aqui no Brasil pela *Revista Estudos Feministas* em 2000. Segundo a historiadora da UFSC, Nicholson também seguiu as “as discussões de Foucault, Laqueur e Butler” para afirmar que mesmo sexo e gênero sendo categorias entendidas como diferentes, se se considerasse “o primeiro como essencial para elaboração do segundo [...] como queriam as feministas dos anos setenta”, ainda que tentando escapar ao determinismo biológico, constituir-se-ia “por sua vez, num “fundacionalismo biológico”. Ou seja, tal tentativa de separação entre sexo e gênero ainda manteria fundado “sobre o biológico aquilo que a cultura estabelece[ria] como sendo personalidade e comportamento de homens e mulheres”.⁸¹²

Ao reunir, resumir e “traduzir” as proposições de Laqueur, Butler e Nicholson, Joana Maria Pedro sublinhava como, em tais proposições, “o sexo deixa de ser pensado como o significante sobre o qual se constrói o significado”, sendo “o próprio significante [...] questionado em sua materialidade neutra”. Fazendo um exercício de “tradução” – no sentido que o esforço de Pedro é na intenção de facilitar o acesso a tais reflexões de forma curta e em linguagem mais acessível – do que se debatia nacional e internacionalmente nos anos 1990 e 2000, Pedro “traduzia” também as contribuições dos próprios pós-estruturalistas dos estudos linguísticos e literários, em especial Derrida, ainda que não os citasse diretamente, mas por meio dessas reflexões que, desde Joan Scott, travavam embates para a historiografia da mulher e, especialmente, do gênero.

Antes de encerrar sua “tradução”, Pedro ainda citaria duas acadêmicas brasileiras: Paula Sandrine Machado, professora de Psicologia na UFRGS, e Tania Navarro Swain. Os dois nomes são mobilizados como exemplos de trabalhos que seguiriam as trilhas de Foucault, Laqueur, Butler e Nicholson para debater sexo e gênero. Para Machado, Pedro elenca o artigo “O sexo dos anjos: um olhar sobre a anatomia e a produção do sexo (como se fosse) natural”, publicado nos *Cadernos Pagu* em 2005, expondo que a psicóloga da UFRGS focalizaria “a forma como a medicina lida com as crianças hermafroditas, [...] quando os médicos “decidem” qual sexo será o “verdadeiro”, tendo por base o gênero”. Segundo Joana Maria Pedro, tais reflexões mostrariam “a forma como as relações de gênero não só instituem o “verdadeiro sexo”, como

⁸¹¹ PEDRO, 2005, p. 90-91.

⁸¹² Ibidem, p. 91-92.

atuam no regime de uma heterossexualidade obrigatória”.⁸¹³ E é neste momento que a professora da UFSC cria uma nota de fim de texto para citar “Feminismos: teorias e perspectivas”, artigo publicado na revista *Textos de História* em 2000 por Tania Navarro Swain, afirmando que a historiadora da UnB seria “uma historiadora brasileira que tem trabalhado dentro [d]a perspectiva” de que as relações de gênero instituem um regime político, a heterossexualidade compulsória/obrigatória. Citado pela primeira em 1998, em um texto de reflexão teórico-conceitual de Margareth Rago, o nome de Navarro Swain parecia ter entrado para o rol de historiadoras lembradas, desde diferentes enunciados, como referência nesses textos e nos balanços historiográficos quando se tratava de debater as reflexões dos estudos *queer* ou mesmo de crítica ao conceito de gênero e algumas das suas implicações.

E, para encerrar seu texto, Pedro parecia incluir um “nós” nessa narrativa que encadeava o movimento feminista, a História das Mulheres, os estudos de gênero, os movimentos *gay* e lésbico, as propostas pós-estruturalistas e as contribuições de Foucault, Laqueur, Butler e Nicholson.

Ao observarmos, como profissionais da História, as práticas que ensejam a divisão sexual do trabalho, dos espaços, das formas de sociabilidade, bem como a maneira como a escola, os jornais, a literatura, enfim, os diferentes meios de comunicação e divulgação constituem as diferenças reforçando e instituindo os gêneros, estamos escrevendo uma história que questiona as “verdades” sedimentadas, contribuindo para uma existência menos excludente.⁸¹⁴

Esse “nós” parecia vincular discussões, realidades políticas e intelectuais, obras e nomes da historiografia brasileira e internacional, trabalhos da psicologia, da filosofia e da antropologia sob uma única tópica: as historiadoras das relações de gênero. Ou, os e as “profissionais da História”. “Traduzir” o debate era, justamente, incluir sob o manto daquelas que “escrevem história questionando verdades e contribuindo para existências menos excludentes” todo um sem-número de discussões e abordagens que, não em poucas oportunidades, discordavam entre si. Diferentemente dos textos de Rago, Soihet, Schpun e Priore, por exemplo, que operavam gestos de separação de historiografias, de obras, de autoras, de abordagens, de conceitos etc., Pedro traduzia tudo isso como parte do processo de constituição do campo de estudos sobre as relações de gênero. Exceção feita, é claro, às obras caracterizadas como inscritas nas “formas antigas” de se praticar a História das Mulheres, que não foram citadas, apenas exemplificadas pelo *Dicionário mulheres do Brasil*. Retiradas as

⁸¹³ PEDRO, 2005, p. 92.

⁸¹⁴ Ibidem, loc. cit.

obras necessárias, esquecidos os nomes, objetos e temas necessários, especialmente a maioria daqueles vinculados ao enunciado da História da Família e da Demografia histórica, sobrava uma conjunção de estudos denominados “estudos das relações de gênero”.

Essa estratégia, de fazer desses nomes, obras, reflexões e abordagens “uma coisa só” parece ter sido uma ferramenta para que se pudesse dizer do domínio historiográfico brasileiro que se dedica ao estudos das mulheres e do gênero como *um campo*: o da História das Mulheres e das Relações de Gênero. Não à toa, talvez, que Joana Maria Pedro se junta a Rachel Soihet para publicar um balanço historiográfico, em 2007, que carregou essa mesma estratégia. Vinte anos depois do balanço “História da mulher no Brasil: tendências e perspectivas” de Maria Beatriz Nizza da Silva, esse domínio da disciplina histórica aparecerá em um título de balanço carregando a longa expressão “História das Mulheres e das Relações de Gênero”. É sobre este balanço que esta tese se dedica agora.

4.2 Começo?: o “nascimento” da História das Mulheres e das Relações de Gênero

Como ficou demonstrado no capítulo anterior, Rachel Soihet e Adriana Facina fizeram um trabalho de “preenchimento” de significados da categoria gênero para que ela pudesse ser entendida desde uma perspectiva das contribuições da História Social francesa. Contribuições cujas propostas as professoras da UFF eram, literalmente, tradutora. A expressão “a história das mulheres e as relações de gênero”,⁸¹⁵ que estava anunciada no texto Soihet e Facina, parecia começar a tomar algum conteúdo no balanço que Joana Maria Pedro fizera em 2005, como um campo que admitia o conceito que desnaturalizava o sexo – gênero – e, ao mesmo tempo, o amarrava à História das Mulheres como praticada na História Social, por meio da canonização da “obra-base” de Maria Odila Dias. Um movimento que se anunciava nos textos de Pedro desde 1994, como “Relações de gênero na pesquisa histórica”. A atualização do enunciado da História Social, para que ele pudesse “domesticar” gênero dentro de seus parâmetros de reflexão, forçava a admitir a categoria não como aquela que viria a superar a História Social das Mulheres – como foi o caso de Margareth Rago (em 1994, 1995 e 1998) – ou que viesse a se constituir como algo diferente da História das Mulheres – como nas reflexões de Mary Del Priore (1998), de Monica Raisa Schpun (2004) e, de certa forma, até mesmo de Rachel Soihet (em 1997 e 1998).

⁸¹⁵ SOIHET; FACINA, 2003, p. 17.

Agora, em 2007, Joana Maria Pedro e Rachel Soihet se reuniram em torno dessa questão de reforçar o domínio do conhecimento histórico brasileiro dedicado ao estudo das mulheres e do gênero como um campo só, não separado em seus objetos e perspectivas teórico-conceituais, nem entendido como um campo que supera um objeto (as mulheres) para aderir à uma abordagem teórica (o conceito de gênero).

Esta tese, iniciada em 2017, talvez não tivesse sido possível se não encontrasse o balanço historiográfico escrito por Pedro e Soihet dez anos antes: “A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero”.⁸¹⁶ As duas historiadoras nacionalmente já reconhecidas em 2007 pelo trabalho na área, escreveram tal balanço para apresentar “a trajetória da formação do campo historiográfico intitulado ‘História das Mulheres e das Relações de Gênero’ no Brasil”.⁸¹⁷ Era esse campo historiográfico “formado” era o que se pretendia estudar e descrever em meados de 2017, quando se iniciou esta pesquisa de doutorado.

Mas o que era “esse campo”? “Como se constituiu esse campo?” pareciam ser questões que careciam de sentido a cada leitura que se fazia de um balanço historiográfico ou de um texto de reflexão teórica e conceitual. Às vezes nascido da História da Família e da Demografia histórica, outras originado na História Social das Mulheres, noutras, ainda, gestado no interior da historiografia do trabalho de inspiração marxista; por vezes, apenas História da(s) Mulher(es), em outras ocasiões, só “História das Relações de Gênero”; em algumas oportunidades, nem do mesmo campo se tratava. Primeira resposta: “o campo não existe!”. Suspendendo, então, a pergunta (mais ou menos) formulada e a resposta (intransigente) exclamativa, a pesquisa decidiu caminhar por outros lugares e questões, começando por suspender o próprio “campo historiográfico da História das Mulheres e das Relações de Gênero”.⁸¹⁸ E o resultado foram as centenas de páginas anteriores, que muitas palavras mobilizaram, para, só depois, se retornar ao balanço onde “tudo começou”.

Escrito em 20 páginas, das quais três foram dedicadas às notas de fim de texto, o balanço “A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero”, que não contou com divisões ou intertítulos, foi publicado na *Revista Brasileira de História*, em seu 54º

⁸¹⁶ PEDRO, Joana Maria; SOIHET, Rachel. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 27, nº 54. Dez. 2007.p. 281-300.

⁸¹⁷ Ibidem, p. 281.

⁸¹⁸ Sou imensamente grato à Aline Michelini Menoncello que, com seu trabalho sobre Pedro Lessa e sua proposta de criarmos um “Grupo de Estudos Foucault para apenas duas pessoas”, permitiu-me suspender o próprio campo da História das Mulheres e das Relações de Gênero. Segundo relatos, alguns dos fichamentos do “Grupo de Estudos Foucault para apenas duas pessoas” ficaram perdidos em um apartamento em Paris. Aqueles que não se perderam em Paris, deram origem à esta tese. Cf. MENONCELLO, Aline Michelini. **Pedro Lessa, um Juiz-Historiador: Nação, Patriotismo e Raça**. 133 f. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, UNESP, Assis, 2016.

número, volume 27. O texto acompanhava o dossiê *História e gênero*, que contou com 6 artigos,⁸¹⁹ e inaugurava “Estado da arte”, uma seção de vida curta naquele periódico. A seção contou apenas com três textos, publicados entre 2007 e 2008, e tinha a função de apresentar algumas discussões historiográficas que não tinham necessariamente vinculação com o tema do dossiê. Com exceção do balanço de Joana Maria Pedro e Rachel Soihet, preparado para inaugurar a seção ao lado do número especial sobre gênero, os únicos dois outros textos pareciam estar mais distantes dos dossiês publicados na *RBH*.

O dossiê *Imprensa, Impressos* (v. 28, n. 55, 2008) trouxe o balanço historiográfico “O governo João Goulart: novos rumos da produção historiográfica”, de Marcelo Badaró Mattos, apresentado e justificado como um “diálogo com o ‘aniversário’ de quarenta anos do Golpe Militar, em 2004, e com os trinta anos da morte de Goulart, completados em 2006.”⁸²⁰ Já o último número que trouxe a seção “Estado da arte” (v. 28, n. 56, 2008), contou com um “ensaio sobre as comemorações dos duzentos anos da vinda da Corte” para o Brasil, escrito por José Murilo de Carvalho, intitulado “D. João e as histórias dos Brasis”,⁸²¹ acompanhando o dossiê *Darwinismo*. Surgida para acompanhar o dossiê *História e gênero*, a seção parecia ter mais um tom de refletir sobre efemérides da história brasileira, do que necessariamente apresentar os dossiês organizados pela *RBH*.

Esse também parece não ter sido o caso de “A emergência da pesquisa em História das Mulheres e das Relações de Gênero”. O número da *RBH* que trouxe o balanço de Pedro e Soihet contava com uma apresentação à parte para o dossiê. Mesmo que ligado ao dossiê, o balanço historiográfico não cumpria ali a função de apresentá-lo, missão designada ao próprio conselho editorial que, à época, contava com Regina Horta Duarte como editora. Com Manoel Luiz Salgado Guimarães à frente da ANPUH/Nacional no biênio 2007-2009, o número que publicou o dossiê *História e Gênero* parece ter gozado do prestígio da gestão anterior (2005-2007), na qual Eni Mesquita Samara ocupou a presidência da associação e, Maria Izilda Matos, a editoria

⁸¹⁹ Participaram do dossiê, nesta ordem de publicação, Cristina Scheibe Wolff (UFSC), que colaborou com o artigo “Feminismo e configurações de gênero na guerrilha: perspectivas comparativas no Cone Sul, 1968-1985”; Suelly Costa Gomes (UFF), publicando “Sociabilidades políticas e relações de gênero: ritos domésticos e religiosos no Rio de Janeiro do século XIX”; Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti (professora da Universidade Católica de Salvador, UCSAL), com o artigo “Memórias femininas: tempo de viver, tempo de lembrar”; Elizangela Barbosa Cardoso (professora da UFPI e doutorando em História na UFF com orientação de Soihet), com a contribuição “Amor e gênero em quadrinhas”; Viviane Trindade Borges (doutoranda em História da UFRGS), que publicou o texto “Casamento, maternidade e viuvez: memórias de mulheres hansenianas ” e Victor Andrade de Melo (educador físico e professor da UFRJ), com a colaboração “Mulheres em movimento: a presença feminina nos primórdios do esporte na cidade do Rio de Janeiro (até 1910)”.

⁸²⁰ MATTOS, Marcelo Badaró. O governo João Goulart: novos rumos da produção historiográfica, **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 28, nº 55, p. 245-263, Jun. 2008. p. 245.

⁸²¹ CARVALHO, José Murilo de. D. João e as histórias dos Brasis, **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 28, nº 56, p. 245-263, Dez. 2008. p. 245.

da *Revista Brasileira de História*. Historiadoras que não só eram praticantes do campo, mas que se propunham a refletir sobre ele – como exposto nos dois últimos capítulos – e que vinham estreitando seus laços com a ANPUH/Nacional desde a gestão de Ismênia de Lima Martins (1995-1997).

Com uma boa relação das historiadoras do tema com os cargos mais altos da ANPUH/Nacional, com a emergência do GT Estudos de Gênero em 2001 dentro da mesma associação, num cenário em que teses e dissertações eram abundantes, que revistas especializadas no assunto já tinham certa tradição, além de contar com as reflexões historiográficas, teóricas e conceituais que já se faziam numerosas, parecia ser a hora certa de uma segunda publicação da *Revista Brasileira de História* que levasse em conta as produções da área. Ao menos, esse foi o tom que o conselho editorial desejou imprimir ao número na apresentação do dossiê:

A exigência da organização de um Dossiê de Gênero na *Revista Brasileira de História*, após 1[8] anos (1989-200[7]) se fez imperativa na medida em que o campo de estudos sobre as mulheres e de categorias como “gênero” adensaram os debates de natureza teórico-metodológica consolidando os conceitos e perspectivas analíticas de modo a garantir uma expressiva produção acadêmica em nosso país.⁸²²

E o balanço de Pedro e Soihet se iniciou também relatando essa trajetória do tema e do campo dentro do próprio periódico, rememorando o dossiê *A mulher no espaço público*, organizado por Stella Bresciani e publicado em 1989 na mesma *RBH*:

Em 1989, a *Revista Brasileira de História* publicou um número inteiramente dedicado ao tema da Mulher, intitulado “A mulher no espaço público” (v.9, n.18) e organizado por Maria Stella Martins Bresciani. Em sua apresentação, a organizadora dizia ser esta uma “história da exclusão”. Falar de Mulher na história significava, então, tentar reparar em parte essa exclusão, uma vez que procurar traços da presença feminina em um domínio sempre reservado aos homens era tarefa difícil. Nesse número, categorias como ‘mulher’, ‘mulheres’ e ‘condição feminina’ eram utilizadas nas análises das fontes e nas narrativas que eram tecidas. A categoria ‘gênero’ ainda era novidade na historiografia brasileira.⁸²³

Retomar o último – e único – número da *RBH* que havia se dedicado a refletir as questões historiográficas sobre mulheres logo no primeiro parágrafo do balanço parecia ser um gesto óbvio, trazendo para a seção “Estado da arte” aquilo que já havia sido produzido ali mesmo,

⁸²² CONSELHO EDITORIAL. Apresentação do dossiê, *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 27, nº 54. Dez. 2007. p. 15-16.

⁸²³ PEDRO; SOIHET, 2007, p. 281-282.

naquele periódico. Marcar as categorias “mulher”, “mulheres” e “condição feminina” como aquelas mobilizadas nos anos finais da década de 1980 parece ser uma maneira de valorizar outras categorias, que apareceriam mais à frente no balanço das historiadoras. Tal retomada, no entanto, parece configurar mais que um gesto direcionado aos leitores e às leitoras da *RBH*. Remeter ao número 18 significava, dentre outras coisas, ser um gesto de organização historiográfica e política do campo que se pretendia erigir naquelas páginas. Veja-se o segundo parágrafo, por exemplo, que já traz objetivos do artigo, bem como outros intentos de Pedro e Soihet:

Hoje, 18 anos depois daquele número, outras questões se apresentam. Tentamos, neste artigo, nomear e fornecer datas para as mudanças ocorridas. Queremos refletir sobre a historicidade de nossas categorias de análise, e, ao mesmo tempo, mostrar que já não se trata de reparar uma exclusão. O que precisamos é buscar formas mais eficientes de fornecer legitimidade ao que temos feito, ou seja, a constituição de um novo campo de estudos, intitulado “História das Mulheres e das Relações de Gênero”.⁸²⁴

Tomando 1989 e 2007 como datas privilegiadas para pensar a área e, com isso, tomando a própria *Revista Brasileira de História* como lugar privilegiado para narrar o campo, Soihet e Pedro se dedicam justamente a preencher esse espaço de tempo “com nomes e datas”. Além disso, o foco do combate parecia ter mudado. Em 2007, não se tratava mais, como em 1989, de preencher a narrativa histórica com “mulheres”, bem ao modo das obras dos anos 1980 e do próprio dossiê *A mulher no espaço público*. O objetivo seria, sim, 18 anos depois, defender o “campo novo”, que estava ali sendo afirmado pelas professoras da UFSC e da UFF, ambas empenhadas em fazer avançar a área desde suas instituições, de suas revistas especializadas (*Revista Estudos Feministas* e *Revista Gênero*) e da presidência do GT Estudos de Gênero, onde estavam se revezando naquele mesmo ano de 2007, já que, após três biênios consecutivos sob a coordenação de Rachel Soihet, a gestão nacional do GT seria chefiada por Joana Maria Pedro, que foi empossada como coordenadora no XXIV SNH “História e multidisciplinaridade: territórios e deslocamentos”, acontecido entre 15 a 20 de julho na Unisinos, em São Leopoldo (RS).

Apesar da narrativa, de Pedro e Soihet e do conselho editorial, apontar para a história da área dentro do próprio periódico, parece haver mudanças fundamentais nos dois números. Isso pode ser notado na distribuição dos artigos publicados por instituições em 1989 e em 2007. Como se mostrou no capítulo 1 deste trabalho, em 1989 eram 5 autores da Unicamp (Margareth

⁸²⁴ PEDRO; SOIHET, 2007, p. 282.

Rago, Maria Clementina Pereira da Cunha, Luiz Marques, Mariza Corrêa e Elisabeth Souza-Lobo), 1 da UFF (Rachel Soihet), 3 com formação na UFF (Magali Engel, Gladys Sabina Ribeiro e Martha Campos Abreu, que eram graduadas e mestras pela UFF e viriam a se tornar doutoras pela Unicamp nos anos 1990), 1 da USP (Esmeralda Blanco B. de Moura), 1 da UFRGS (Cláudia Fonseca), além das estrangeiras e de Stella Brescianni (Unicamp) que apresentou o número especial. Já em 2007, a geografia do dossiê *História e gênero* era outra: sem nenhuma historiadora ou cientista social da Unicamp, havia artigos de acadêmicos mais ou menos ligados à UFF em sua maioria (Suely Gomes Costa e Elizangela Barbosa Cardoso, além de Rachel Soihet), outros ligados a instituições do sul (a própria Joana Maria Pedro, mas também Cristina Scheibe Wolff da UFSC; Viviane Trindade Borges da UFRGS) e do nordeste (Elizangela Barbosa Cardoso, professora da UFPI, enquanto fazia doutorado na UFF; Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti, professora da Universidade Católica de Salvador) e 1 ligado à UFRJ (Victor Andrade de Melo).

Essa mudança nas origens institucionais dos autores acompanhava a perda da hegemonia paulista na área, essencialmente daqueles ligados à Unicamp. Especialmente, publicavam-se autores mais ligados às instituições cariocas e do Sul do Brasil, movimento que, em partes, apontava para uma mudança dentro da *RBH* que não se deu apenas em relação à área de mulheres e gênero, mas um redimensionamento que acompanha a dinâmica própria da revista que, entre 2007 e 2009, não teve as instituições paulistas hegemonizando as páginas do periódico.⁸²⁵

Mais do que isso, como até mesmo Pedro e Soihet admitem de certa maneira, a História das Mulheres praticada e exposta nas páginas da *Revista Brasileira de História* em 1989 se aproximava mais da História Social da Mulher, que visava incluir as personagens femininas nas narrativas historiográficas. Em 2007, a prática já é outra, como é possível perceber na análise de Wagner Geminiano dos Santos:

Passados quase 20 anos daquela publicação [de 1989], o dossiê publicado em 2007 terá como norte das perspectivas e interpretações dos artigos publicados, o conceito de gênero. Este passava a ser chave heurística central nas abordagens e interpretação de tais temas, à medida que uma história das mulheres, na perspectiva dos excluídos, como praticada da década de 1980 ao início da de 1990 ia perdendo espaço, notadamente nos lugares de publicação e circulação de pesquisas, como a RBH.⁸²⁶

⁸²⁵ SANTOS, 2020, p. 156-157.

⁸²⁶ Ibidem, p. 159.

Tornando a olhar o balanço historiográfico de Pedro e Soihet, percebe-se que as duas historiadoras rememoram outros momentos do campo que se deram antes de 1989 e da publicação de *A mulher no espaço público*: “Convém lembrar que antes de surgir aquele número da *Revista Brasileira de História*, Maria Odila Leite da Silva Dias já havia publicado, em 1984, o seu livro *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*, e nele a categoria ‘mulheres’ estava presente”. Iniciando, mais uma vez, um balanço com Maria Odila Dias e *Quotidiano e poder*, o balanço que Pedro agora assinava com Soihet expunha as obras que, “além dela”, “além de Maria Odila Dias”, já haviam praticado história com a “categoria mulheres” antes de 1989: *Do cabaré ao lar* (1985) e *A condição feminina no Rio de Janeiro* (1984). Apareciam, então, parelhas, as contribuições de Margareth Rago e de Miriam Moreira Leite. Os anos de 1984 e 1985 pareciam “fornecer as primeiras datas para as mudanças ocorridas” de acordo com a narrativa de Pedro e Soihet.⁸²⁷

No entanto, este tripé Dias-Rago-Leite parecia substituir outros que apareciam vez ou outra nos textos comprometidos em enunciar a memória disciplinar da área: já fora o tripé Nizza da Silva-Marcílio-Leite, em 1998, com Mary del Priore; e Dias-Soihet-Leite, com Monica Raisa Schpun, em 2004. Também já tinha sido uma díade, como no textos Margareth Rago (1994) e de Rachel Soihet (1997) em que apareciam, respectivamente, Rago-Dias e Soihet-Dias como inovadoras das abordagens da historiografia do trabalho feminino. Mais que isso, algumas obras e historiadoras pareciam estar ausentes das “primeiras datas fornecidas” por Pedro e Soihet. As mais evidentes, eram aquelas da História da Família e da Demografia histórica. Depois do tripé de pioneiras construído por Priore, em 1998, parecia não haver mais espaço para essas obras. Mas outro silenciamento flagrante, que chama bastante atenção, é o da própria dissertação de Rachel Soihet, *Bertha Lutz e a ascensão social da mulher (1919 -1937)*, defendida ainda em 1974, na UFF.

Teria Soihet esquecido de mencionar sua própria dissertação ao escrever o seu balanço com Joana Maria Pedro? Antes do dossiê da *RBH* em 1989, antes das obras de Dias (1984), Rago (1985) e Leite (1984), antes mesmo de Maria Odila Dias defender sua livre-docência (1982) e publicá-la em forma de livro, Rachel Soihet já praticava História com a “categoria mulher”. O que teria havido para tal silenciamento ser realizado agora, em 2007, se a mesma dissertação figurava em outros balanços (Nizza da Silva, 1987 e 1991; Rago, 1995; Soihet, 1997b; Schpun, 2004)? O que marcaria agora a dissertação de Rachel Soihet para não ser inclusa nas datas que ela própria e Joana Maria Pedro forneciam à memória disciplinar do

⁸²⁷ PEDRO; SOIHET, 2007, p. 282.

campo e que, conseqüentemente, construíam seus cânones?⁸²⁸ Mais à frente, tais questões serão enfrentadas.

Ainda fornecendo datas para a década de 1980, para além do tripé composto por Dias, Rago e Leite, Joana Maria Pedro e Rachel Soihet escolheram também lembrar outras obras e historiadoras que não se concentravam apenas em São Paulo, destacando especialmente o trabalho das cariocas. Afirmavam, então, Pedro e Soihet, que

[...] no mesmo ano do citado número da RBH (1989), outras autoras estavam publicando, como por exemplo Martha [Campos Abreu], em *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*; Rachel Soihet, em *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920*; Eni de Mesquita Samara, *As mulheres, o poder e a família: São Paulo século XIX*; Magali Engel, *Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro*. Portanto, o número da RBH emergiu no interior de várias pesquisas que estavam tematizando aquelas categorias.⁸²⁹

A acomodação operada por Maria Izilda Matos em 1996, replicada por Monica Raisa Schpun em 2004, retornava ao balanço de Joana Maria Pedro e Rachel Soihet: a única obra que citava diretamente o objeto e o tema da família era alocada entre o início e a atualidade da área. *As mulheres, o poder e a família* e Eni de Mesquita Samara estavam datadas de 1989 na memória disciplinar que estava sendo escrita pelo menos desde 1996, ainda que não se citasse que a tese que deu origem à obra fora defendida em 1980, antes dos trabalhos de Rago, Dias, Leite e da própria *Revista Brasileira de História* dedicada à *Mulher no espaço público*.

Fornecidas as primeiras datas dessa história, tematizando os anos que antecederam 1989 e a publicação de *A mulher no espaço público*, o balanço de Pedro e Soihet se abriu para refletir sobre outra categoria. “Foi no ano seguinte, ou seja, em 1990”, continuavam as professora da UFSC e da UFF:

⁸²⁸ Cabe mencionar ainda outros trabalhos que haviam sido defendidos antes de 1984 nos PPG de História, para além do de Soihet: *O trabalho da mulher e do menor na indústria paulistana (1890-1920)*, dissertação defendida por Esmeralda Blanco B. de Moura em 1977, na USP; *Margarida de Provença: interesses familiares e política*, dissertação orientada por Victor Deodato da Silva e defendida por Isis Garcia Salvestro (1978, USP); *A Família na Sociedade Paulista do Século XIX (1800-1860)*, tese que Eni de Mesquita Samara defendeu sob orientação de Maria Thereza Schörer Petrone (1980, USP); *A Ocupação da População Feminina Livre da Paróquia da Sé de São Paulo no Final do Século XVIII*, dissertação de Martha Maria dos Santos orientada por Suely Machado da Silva (1983, Unesp/Franca). Ainda é preciso mencionar a própria tese de Miriam Moreira Leite, *Caminhos de Maria Lacerda de Moura: contribuição para o estudo do feminismo no Brasil*, também orientada por Schörer Petrone (1983, USP) e a de Wanda Rosa Borges, primeira obra citada nesta tese, *Seminário de Minhas Orphãos e Educandas e Nossa Senhora da Glória* (1973, Unesp/Rio Claro), tese orientada por Laima Mesgravis ainda no sistema de cátedras.

⁸²⁹ PEDRO; SOIHET, 2007, p. 282.

[...] que a *Revista Educação e Realidade* publicou a tradução de um artigo da historiadora norte-americana Joan Scott: “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. Esse tem sido, certamente, um dos mais citados, nas discussões que pretendem abordar a categoria ‘gênero’ nas análises da pesquisa histórica. Evidentemente, não foi esse o único texto no Brasil a instruir as pesquisas que queriam se aventurar por esse novo campo. Historiadoras brasileiras fizeram seus ensaios que muito auxiliaram na reflexão, ao longo destes anos.⁸³⁰

Fornecendo uma terceira data (1990) e outra categoria (gênero), Pedro e Soihet lembravam as brasileiras que ajudaram a tematizar o conceito de gênero, emprestando a lista elaborada pela própria Pedro em “Traduzindo o debate”, de 2005. Além das mesmas contribuições de Dias, Samara, Soihet, Matos, Rago e Pedro já mencionadas no balanço de 2005, Pedro e Soihet elencaram o capítulo “Gênero e História” que Suely Gomes Costa publicara em 2003 em *Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia*. Continuando a silenciar as reflexões de Nizza da Silva, de Leite e de Priore, voltando a destacar a contribuição de Samara que esquecia da Demografia histórica e aderira a uma História da Família e das Mulheres por meio da categoria gênero, Pedro e Soihet faziam questão de adicionar apenas um único texto, que trazia as reflexões mais próximas àquelas que elas mesmo buscavam realizar em 2007.

Introduzidas as datas das primeiras obras que pesquisavam “mulher, mulheres e condição feminina”; lembradas as contribuições para o debate conceitual; depois de 4 parágrafos, já era hora de Soihet e Pedro criarem um extenso parágrafo para expor que a discussão da categoria gênero na historiografia brasileira já passava por uma instituição em particular:

Além de pesquisas que se aventuraram pela categoria ‘gênero’, outras continuaram a discutir a ‘mulher’, ou ainda ‘mulheres’. Houve, na constituição desse campo de conhecimento historiográfico, iniciativas que agregaram pesquisadoras interessadas no tema. A constituição de um Grupo de Trabalho de Estudos de Gênero, visando articular em âmbito nacional uma rede de contatos entre pesquisadoras, articulado à Associação Nacional de História, foi criado em 25 de julho de 2001, durante o XXI Simpósio Nacional da Anpuh, realizado em Niterói (RJ). Na ocasião, Rachel Soihet foi eleita Coordenadora Nacional do GT (Grupo de Trabalho) Estudos de Gênero. Outros GTs de Estudos de Gênero, de âmbito regional, foram criados em São Paulo, em Santa Catarina e, mais tarde, no Rio Grande do Sul, no Rio de Janeiro e em Dourados, no Mato Grosso do Sul. Essa articulação de GTs tem garantido que, nas diversas reuniões nacionais da Associação Nacional de História, os Simpósios Temáticos que discutem ‘gênero’ apresentem um número significativo de trabalhos, mostrando a vitalidade do campo em construção. Ainda convém destacar que, periodicamente, o GT Estudos de

⁸³⁰ PEDRO; SOIHET, 2007, p. 282.

Gênero tem feito reuniões de âmbito nacional, seja em Simpósios Regionais da Anpuh, como o de Santa Catarina em 2002 e o de São Paulo em 2006, seja nos Simpósios Nacionais, a cada dois anos. No último Simpósio Nacional da Anpuh, realizado em 2007 em São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, a coordenação do GT Estudos de Gênero (Nacional) foi transferida para Joana Maria Pedro. Nesse evento, o GT Estudos de Gênero da ANPUH participou da programação geral do evento com dois simpósios temáticos – “Gênero, Memória e Ditadura na América latina”, coordenado por Cristina Scheibe Wolff e Ana Maria Colling; e “Gênero, Poder e Representações Sociais”, coordenado por Rachel Soihet e Lídia Maria Vianna Possas – e, ainda, com um minicurso: “Relações de gênero no Ensino e na Pesquisa histórica”, ministrado por Joana Maria Pedro e Temis Gomes Parente.⁸³¹

Dedicadas a fornecer as datas para a constituição do campo da História das Mulheres e das Relações de Gênero, Pedro e Soihet marcavam, depois de 1984/85, de 1989, de 1990, o ano de 2001, evento inaugural segundo elas. Mais que inaugural, era um evento que mostrava a vitalidade do campo por meio das próprias comunicações alojadas em seus Simpósios Temáticos. Cheias de datas (2001, 2002, 2006, 2007), as contribuições do GT Estudos de Gênero e das historiadoras que se dedicavam a ele eram marcadas desde o texto de Suley Gomes Costa, em 2003. Preencher a memória disciplinar da área com inúmeras datas relacionadas aos acontecimentos do GT parecia ser um gesto de afirmação do campo, principalmente de como o campo era defendido pelas historiadoras envolvidas com a ANPUH/Nacional e seu GT. Lugar de sociabilidades acadêmicas, era preenchido com datas que atestavam a vitalidade da área. Lugar importante *sobre* o qual falavam Pedro e Soihet; mas também um lugar importante *desde onde* falavam Pedro e Soihet, já que foi às duas que a *RBH* franqueou a palavra para que pudessem descrever o “Estado da arte” da História das Mulheres e das Relações de Gênero.

Depois de evidenciarem a contribuição da ANPUH/Nacional e do GT de Estudos de Gênero, o balanço de Pedro e Soihet se voltava para nomear outras instituições e reuniões científicas nas quais estaria sendo “numerosa a presença de historiadoras [...], mostrando, assim, um diálogo muito fértil realizado de forma interdisciplinar”. Destacavam, então, a Associação Nacional de História Oral, “na qual um GT de gênero tem marcado presença desde 2002”; a ANPOCS (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais); e o Fazendo Gênero, Seminário internacional sediado na UFSC desde meados dos anos 1990.⁸³² Mas não seria só de eventos e associações que viveria o campo naqueles anos. Pedro e Soihet enfocavam também a função dos periódicos:

⁸³¹ PEDRO; SOIHET, 2007, p. 282-283.

⁸³² Ibidem, p. 283.

Muitos dos trabalhos historiográficos apresentados nesses eventos científicos, especialmente os da Associação Nacional de História, têm sido publicados em dossiês de revistas especializadas em História das Mulheres e Estudos de Gênero, como os periódicos *Revista Estudos Feministas*, [*Caderno*] *Espaço Feminino e Gênero*; mas, também em revistas que não são dedicadas a esses temas, como a *Revista Esboços*, a *Revista ArtCultura*, a *Revista Fronteiras* e, agora, a *Revista Brasileira de História*.⁸³³

Na introdução das revistas especializadas, uma parece fazer uma falta eloquente. O silenciamento que operam Pedro e Soihet sobre os *Cadernos Pagu* parecem dimensionar que os debates acontecidos na revista unicampista não teriam necessidade de lembrança, enquanto revistas menos especializadas no assunto (*Esboços*, da UFSC; *ArtCultura*, UFU; *Fronteiras*, UFFS) são visibilizadas.

Mas a “fertilidade dos dias atuais” – com a ANPUH e seu GT, com a ANPOCS, a ABHO, o Fazendo Gênero e as revistas especializadas ou não – contrastaria, segundo Pedro e Soihet, “com a trajetória difícil que a categoria de análise ‘gênero’ enfrentou no campo historiográfico”. Para corroborarem essa assertiva, as historiadoras fazem um retorno às reflexões que já haviam realizado em outros textos, retomando o percurso da disciplina histórica, fazendo uma crítica de que, entre as Ciências Humanas, ela seria “certamente a que mais tardiamente apropriou-se” da categoria gênero, bem como das categorias “mulher” e “mulheres”.

Iniciando a narrativa desse percurso, Pedro e Soihet passavam pela História “genericamente conhecida como positivista”, centrada na “história política e no domínio público”, predominante “no século XIX e inícios do XX” e seu privilégio dedicado às “fontes administrativas, diplomáticas e militares, nas quais as mulheres pouco apareciam”. Depois, as professoras da UFSC e da UFF narram que, em “contraposição a essa modalidade de história”, observar-se-ia, a partir “da década de 1920, a emergência do grupo dos Annales”, com Marc Bloch e Lucien Febvre, que teriam direcionado “seu interesse para a história de seres vivos, concretos, e à trama de seu cotidiano, ao invés de se ater a uma racionalidade universal”, e ampliando “o leque de fontes” para observar “a presença de pessoas comuns”. Tal grupo teria contribuído “para que as mulheres, posteriormente, fossem incorporadas à historiografia”. Essa narrativa da história da disciplina era também história do campo; narrativa repetida naqueles textos de Joana Maria Pedro e Rachel Soihet desde meados dos anos 1990.

Ao tratar do marxismo, Pedro e Soihet apontavam que, assumindo uma “posição significativa na historiografia”, teriam “seus seguidores” majoritariamente privilegiado “as

⁸³³ PEDRO; SOIHET, 2007, p. 283-284.

contradições de classe, considerando secundárias as questões étnicas, assim como a problemática que opõe homens e mulheres”. Com sua atenção maior ao conflito de classes, a “oposição homens e mulheres” “se resolveria com o fim da contradição principal: a instauração da sociedade sem classes”,⁸³⁴ parecendo se aproximar um pouco das considerações de Margareth Rago em “Descobrimos historicamente o gênero”, de 1998, em que o embate do conceito com a tradição marxista também aparecia.⁸³⁵

No entanto, para Soihet e Pedro, foi “durante a década de 1960” que teria crescido “na historiografia um movimento, crítico do racionalismo abstrato, que relativizou a importância de métodos ou de conceitos teóricos rígidos”. Apoiando-se em “Teoria e método dos estudos feministas”, de Maria Odila Dias, as historiadoras da UFSC e da UFF afirmaram “o desdobramento desse movimento em várias correntes: revisionismo neomarxista, Escola de Frankfurt, historicistas, historiadores das mentalidades e do discurso, no sentido da desconstrução de Derrida ou na linha de Foucault”. Para elas – e para Dias –, o conhecimento histórico, a partir de então, teria se tornado “relativo, tanto a uma determinada época do passado, como a uma dada situação do historiador no tempo”, sublinhando que tal panorama teria também tornado “mais factível a integração da experiência social das mulheres na história, já que sua trama é tecida basicamente a partir do cotidiano, e não de pressupostos rígidos e de grandes marcos”.

Esse movimento iniciado nos anos 1960 teria sido também influenciado pelo “vulto assumido pela história social”, repetindo o que já aparecia nos textos anteriores de Rachel

⁸³⁴ PEDRO; SOIHET, 2007, p. 284.

⁸³⁵ Apesar de serem apresentadas como conflituosas, especialmente por Rago, mas também por outras historiadoras, como Pedro e Soihet, a relação entre o conceito de gênero e de classe social ou da historiografia marxista foi dimensionada em alguns trabalhos que tentavam fazer dialogar essas duas categorias. Cf. MARTINS, Ana Paula Vosne Martins. Possibilidades de diálogo: classe e gênero. **História Social**, Campinas, n. 45, p. 135-156, 1997/1998; BESSA, Karla Adriana Martins. Linguagem, Classe e Gênero: diálogo com E.P. Thompson e J. W. Scott. III Congresso de Ciências Humanas, Letras e Artes das Universidades Federais de Minas Gerais, 1997, Juiz de Fora. **Anais do III Congresso das IFES-mineiras**, 1997. Mais comum na segunda metade dos anos 1990, quando historiadoras já estabelecidas em departamentos de História e em seus programas de pós-graduação também se voltavam para a reflexão conceitual, esses textos buscavam refletir, em termos gerais, acerca do debate entre o conceito de gênero e da História Social, especialmente no embate de Joan Scott com o pensamento thompsoniano. Apesar de ser mais perceptível na década de 1990, ainda mais recentemente a mesma discussão tem despertado interesse e publicações, como em PINSKY, Carla Bassanezi. Estudos de Gênero e História Social, **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 159-189, jan.-abr. de 2009. Cabe ainda mencionar que, ainda que não partindo da área de História, um texto do início dos anos 1990 já portava essa preocupação: o capítulo “Rearticulando gênero e classe social”, publicado por Heleieth Saffioti em *Uma questão de gênero*, em 1992, ao lado de outros textos, incluindo “Teoria e método dos estudos feministas”, de Maria Odila Dias. O texto de Saffioti, mostrando a sua habilidade em tensionar o campo conceitual, buscou dialogar a longa e diversificada produção do marxismo, desde Marx e Engels, passando também por Althusser e Thompson, bem como do lado da Sociologia de Pierre Bourdieu e Max Weber, com a categoria de gênero e uma extensa bibliografia dos estudos feministas, *queer* e de gênero, tais como Joan Scott, Simone de Beauvoir, Gayle Rubin, Sandra Harding e Judith Butler. Cf. SAFFIOTI, Heleieth. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 183-215.

Soihet, sublinhando as “correntes revisionistas marxistas” e no próprio “Teoria e método dos estudos feministas de Maria Odila Dias, cuja preocupação se debruçaria sobre “as identidades coletivas de uma ampla variedade de grupos sociais, até então excluídos do interesse da história: operários, camponeses, escravos, pessoas comuns”. E é no bojo dessa História Social, onde os “objetos de investigação histórica” teriam se multiplicado, que “as mulheres são alçadas à condição de objeto e sujeito da história”. Nesse ínterim, haveria espaço, então, para “a abordagem do cotidiano, dos papéis informais e das mediações sociais”, antes ignorados “pelos enfoques totalizantes”.⁸³⁶

Depois dessa tematização dos anos 1960, Pedro e Soihet reconhecem o papel desempenhado por “novos campos tais como a história das mentalidades e a história cultural” na tarefa de reforçar a “abordagem do feminino”. Em diálogo com “a literatura, a lingüística, a psicanálise e, principalmente, a antropologia”, esses novos campos mostrariam como a interdisciplinaridade assume importância crescente nos estudos sobre as mulheres”. Junto a essas “transformações na historiografia”, estaria articulada a “explosão do feminismo, a partir de fins da década de 1960”, tendo papel decisivo, “marcando a emergência da História das Mulheres”. História Social, em primeiro lugar, depois a História Cultural e das Mentalidades, apoiadas no feminismo, fazem emergir o campo que trata das mulheres.

Efeito desse diálogo das transformações na historiografia com os movimentos feministas, segundo Rachel Soihet e Joana Maria Pedro, seriam “as reivindicações das mulheres [que] provocaram uma forte demanda por informações, pelas estudantes, acerca de questões que estavam sendo discutidas”. É assim que teriam se criado, “nas universidades francesas, a partir de 1973, cursos, colóquios e grupos de reflexão, surgindo um boletim de expressão focalizando o novo objeto: *Penélope. Cahiers pour l’histoire des femmes*”. Da mesma forma, na Inglaterra, teriam se reunido “as historiadoras das mulheres em torno da *History Workshop*”; já nos Estados Unidos, teriam se desenvolvido “os *Women’s Studies*, surgindo as revistas *Signs* e *Feminist Studies*.” Mas o Brasil não ficou de fora do relato de Pedro e Soihet, que chamavam atenção para os anos 1970:

Também no Brasil, esses estudos se apresentaram ainda na década de 1970. Assim, em julho de 1975, o jornal alternativo *Opinião* noticiava o elevado número de pesquisas sobre as mulheres brasileiras apresentadas na XXVII Reunião da SBPC, realizada em Belo Horizonte. O mesmo jornal informa a apresentação de dez comunicações de pesquisa, dois simpósios, uma conferência e duas reuniões extras, surgidas da necessidade de se discutir mais o assunto.⁸³⁷

⁸³⁶ PEDRO; SOIHET, 2007, 284-285.

⁸³⁷ Ibidem, p. 285-286.

Mas Pedro e Soihet não citam, por exemplo, os trabalhos da própria Rachel Soihet sobre Bertha Lutz (1974) e o de Esmeralda Blanco B. de Moura, sobre mulheres e crianças no sistema fabril paulista (1977) como indicadores desses estudos que se apresentavam no Brasil ainda nos anos 1970. Ou mesmo a tese que Wanda Rosa Borges defendera em 1973. Se pelo menos Soihet e sua dissertação eram acionadas em outros textos – dela própria, inclusive –, aqui, a década de 1970 aparecia um tanto esmaecida no retrato pintado por Joana Maria Pedro e Rachel Soihet. Se forneciam datas para o campo no Brasil, era a partir dos anos 1980 que as duas historiadoras destacavam suas obras e pesquisadoras. Já os anos 1970 eram tematizados por uma notícia de jornal.

Continuando em seu relato, Pedro e Soihet esclarecem o lugar que estão construindo para a década de 1970. Em diálogo com o capítulo “História das Mulheres”, de Joan Scott, as historiadoras caracterizam melhor aqueles anos. Partindo do pressuposto de que “o descrédito das correntes historiográficas polarizadas para um sujeito humano universal” teria sido uma das “mais importantes contribuições das historiadoras feministas”, Pedro e Soihet afirmavam que a História das Mulheres – constituída nos anos 1970 com o intuito de dar às mulheres uma história – “implicava a negação de que o sujeito da história constituía-se numa figura universal” justamente por “suas compilações de dados sobre as mulheres no passado [...], suas afirmações de que as periodizações tradicionais não funcionavam quando as mulheres eram levadas em conta”, com a defesa de que “as mulheres influenciavam os acontecimentos e tomavam parte na vida pública”, bem como com “a insistência de que a vida privada tinha uma dimensão pública.” Isso teria levado, segundo Pedro e Soihet – via considerações de Scott –, a desestabilizar a disciplina histórica no sentido de que, se se precisasse incluir as mulheres na História, isso “equivale a afirmar não só o caráter incompleto daquela disciplina, mas também que o domínio que os historiadores tinham do passado era parcial.” E, em tal processo, “as contribuições recíprocas entre a história das mulheres e o movimento feminista” teriam sido fundamentais:

Os historiadores sociais, por exemplo, supuseram as ‘mulheres’ como uma categoria homogênea; eram pessoas biologicamente femininas que se moviam em papéis e contextos diferentes, mas cuja essência não se alterava. Essa leitura contribuiu para o discurso da identidade coletiva, que favoreceu o movimento das mulheres na década de 1970. Firmou-se o antagonismo ‘homem *versus* mulher’ como um foco central na política e na história, que favoreceu uma mobilização política importante e disseminada.⁸³⁸

⁸³⁸ PEDRO; SOIHET, 2007, p. 286-287.

Caracterizada, por meio de Scott, a década de 1970 como período em que feminismo e História Social reforçam a categoria “Mulheres” em sujeitos homogêneos/essencializados, Pedro e Soihet prontamente anunciam que também nos anos 1970, ao final daquele decênio, já se colocavam questionamentos a tal prática política e historiográfica: “tensões instauraram-se, quer no interior da disciplina, quer no movimento político”. Tensões de fins dos anos 1970 que faziam duvidar da “viabilidade da categoria ‘mulheres’ e para introduzir a ‘diferença’ como um problema a ser analisado”. Em tom bastante parecido com as afirmações que Joana Maria Pedro fizera em “Traduzindo o debate”, agora as historiadoras da UFSC e da UFF apontavam o problema que a categoria dos anos 1970 carregava ao “se pensar uma identidade comum” para todas as mulheres, fragmentando a própria “idéia universal de ‘mulheres’ por classe, raça, etnia, geração e sexualidade”. Mulheres “negras, índias, mestiças, pobres, trabalhadoras, muitas delas feministas” teriam começado a reivindicar, então, “uma ‘diferença’ – dentro da diferença”. Seria dessa forma, numa caracterização paralela entre feminismo e historiografia, em especial da História Social, que a década de 1970 foi fornecida como data para a narrativa de Pedro e Soihet: “de uma postura inicial em que se acreditava na possível identidade única entre as mulheres, passou-se a outra, em que se firmou a certeza na existência de múltiplas identidades”.⁸³⁹

Ao encerrar essa caracterização dos anos 1970, sem dar detalhes de nomes e obras, ou mesmo de alguma trajetória específica de historiadoras, Pedro e Soihet voltam a preencher os anos 1980 com nomes de historiadoras e historiadores internacionais e nacionais:

Na historiografia, inúmeras pesquisas, na década de 1980, partiam da categoria ‘mulheres’. Nessa trilha, muitas pesquisadoras e pesquisadores têm procurado destacar as vivências comuns, os trabalhos, as lutas, as sobrevivências, as resistências das mulheres no passado. Destacaram-se, ainda, no plano internacional da historiografia, nos anos que se seguiram, os nomes de Michelle Perrot, Georges Duby, Françoise Thébaud, Joan Scott, June Hahner, Natalie Zemon Davis, para citar as estrangeiras, e de Maria Odila da Silva Dias, Margareth Rago, Miriam Moreira Leite, Rachel Soihet, Martha [Campos Abreu] Mary Del Priore, Eni de Mesquita Samara, Leila Algranti, Maria Lucia de Barros Mott de Melo e Souza, Maria Izilda Santos de Matos, Luciano Figueiredo, Temis Parente, Lídia Viana Possas, Joana Maria Pedro, Lená Medeiros de Menezes, Magali Engel e Suely Gomes Costa, para citar algumas das brasileiras.⁸⁴⁰

O artigo de Pedro e Soihet na *Revista Brasileira de História* se lembrava praticamente das mesmas autoras e obras que Pedro recordara dois anos antes, na *Revista História* (São

⁸³⁹ PEDRO; SOIHET, 2007, p. 287.

⁸⁴⁰ Ibidem, p. 287-288.

Paulo). Algumas mudanças ocorreram, como as obras vinculadas ao nome de Priore, pois não citavam só *Ao sul do corpo*, mas também a coletânea *História das Mulheres no Brasil*, da qual as próprias Rachel Soihet e Joana Maria Pedro participaram. Apareciam também outros nomes e obras novas. Temis Gomes Parente, que havia sido lembrada mais cedo pelo minicurso “Relações de gênero no Ensino e na Pesquisa histórica”, que ministrara ao lado de Pedro no SNH da ANPUH de São Leopoldo, agora era recordada por *O avesso do silêncio: vivências cotidianas das mulheres do século XIX* (2005), livro que se desdobrou de sua pesquisa de doutorado defendida na UFPE, em 2001, sob orientação de Durval Muniz de Albuquerque Junior, sendo professora da UFT desde 2003.

Já Lídia Maria Vianna Possas, professora do Departamento de Ciências Políticas e Econômicas da Unesp/Marília desde 1995, foi recordada pelo trabalho *Mulheres, trens e trilhos: modernidade no sertão paulista* (2001), publicação de sua tese de doutorado defendida no PPG de História Social da USP, em 1999, com a orientação de Maria Inês Borges Pinto. Lídia Possas estava bastante vinculada às historiadoras Joana Maria Pedro e Rachel Soihet em virtude de sua participação, desde a fundação, no GT de Estudos de Gênero da ANPUH/Nacional. Tendo participado dos encontros que reuniram essas historiadoras para implementação do GT que, segundo a própria Lídia Possas, aconteceram na casa de Rachel Soihet em Niterói, a professora da Unesp/Marília se tornava vice-coordenadora dele, enquanto Joana Maria Pedro era alçada à posição de sua coordenadora nacional, no mesmo Seminário Nacional de História de São Leopoldo, em 2007. Lídia Possas ainda viria a se tornar coordenadora nacional do GT de Estudos de Gênero em 2009, permanecendo por duas gestões, enquanto Cristina Scheibe Wolff era sua vice-coordenadora; e retornaria à vice-coordenação no biênio de 2013 a 2015, em que Alcileide Cabral Nascimento se tornou a coordenadora.⁸⁴¹

Por seu turno, Lená Medeiros de Menezes teve o seu *Os estrangeiros e o comércio do prazer nas ruas do Rio* (1992), sendo já mestra (UFF, 1985) e doutora (USP, 1995) em História e professora da UERJ desde 1986. Finalmente, o balanço em questão mencionou a tese de Suely Gomes Costa, *Metáforas do tempo e do espaço doméstico*, defendida na UFF em 1996 sob orientação de Rachel Soihet.⁸⁴²

O destaque, aqui, ficou para historiadoras e trabalhos que estavam vinculados às instituições cariocas e paulistas. O sul do país só teve o nome de Pedro citado; já o norte do país era representado pela segunda vez nestes textos – após a citação que Schpun fez em 2004 de

⁸⁴¹ POSSAS, 2015; Idem, 2020.

⁸⁴² Apesar de citadas no excerto acima, Maria Izilda Matos e Magali Engel não tiveram nenhuma obra citada na nota que referenciou os trabalhos das outras pesquisadoras.

Pantoja – com o nome de Temis Parente. Uma geografia do campo que, se dava os sinais de extrapolar os limites paulistas, encontrava dificuldades na composição de um mapa mais diverso da produção, encantonadas em quase todas as cinco regiões brasileiras.⁸⁴³

É a partir dessas mulheres que trabalhavam a categoria “Mulheres” que Pedro e Soihet constroem a figura de uma única precursora para a área. Como se observou, em variados balanços, textos e enunciados, era comum que as precursoras fossem apresentadas em um tripé. É a partir de um argumento encontrado no texto de Monica Raisa Schpun, quando esta seleciona suas “*pionnières*”, que as duas historiadoras brasileiras introduzem o nome de Maria Odila Dias como “a” precursora da área:

Para a historiografia brasileira, de acordo com Mônica Raisa Schpun, Maria Odila Leite da Silva Dias foi uma das precursoras. Assim, além de ser autora de um dos trabalhos que mais influenciaram a História das Mulheres no Brasil, o livro *Quotidiano e poder*, essa autora tem sido a formadora de toda uma geração de historiadoras das mulheres e das relações de gênero. Evidentemente, outras historiadoras também têm sido responsáveis pela formação de profissionais nesse campo; entretanto, a autora destaca-se pelo pioneirismo.⁸⁴⁴

Selecionando a ideia de pioneirismo de Schpun, que trazia os nomes de Miriam Moreira Leite e da própria Rachel Soihet ao lado do de Maria Odila Dias como pioneiras do campo, Pedro e Soihet sublinham a atuação de Dias em detrimento da atuação das outras duas. Apesar de reconhecerem, numa nota de fim de texto, que outros nomes também compõem a função de “formadoras de profissionais do campo”, é a função de Dias que merece o maior destaque. Na sua nota de número 14, Pedro e Soihet esclarecem:

Além de Maria Odila, Mônica Schpun destaca outras historiadoras que têm sido responsáveis pela formação de novas pesquisadoras, entre elas Rachel Soihet, Mary Del Priore, Cristina Scheibe Wolff, Margareth Rago e Joana Maria Pedro. Eu acrescentaria, ainda, Maria Izilda Matos, Eni de Mesquita Samara, Ismênia de Lima Martins, Cleci Favaro, Marlene de Fáveri, Durval de Albuquerque Júnior e Tania Navarro-Swain, entre outras.⁸⁴⁵

⁸⁴³ Até o ano de 2007, já se somavam 531 teses e dissertações defendidas no Brasil em PPGs de História que trabalhavam com a temática de gênero ou das mulheres. Só em 2007, ano de publicação do balanço de Pedro e Soihet, 47 trabalhos foram defendidos: 24 no sudeste, 8 no nordeste, 8 no sul e 7 no centro-oeste, ficando apenas a região norte sem nenhuma tese ou dissertação defendida naquele ano. O norte do país entra neste quadro de produção em 2009, quando a primeira dissertação sobre o tema é defendida na UFPA. Até 2012, ano em que se encerra este levantamento, foram encontradas apenas 5 dissertações escritas em programas de pós-graduação em História da região norte: 2 na UFPA e 3 na UFAM.

⁸⁴⁴ PEDRO; SOIHET, 2007, p. 288.

⁸⁴⁵ Ibidem, p. 299.

Mesclando as três gerações de Schpun, as professoras da UFSC e da UFF reconhecem a atuação de outras formadoras: da primeira geração selecionam o nome de Soihet, excluindo o de Leite; da segunda, visibilizam os nomes de Rago, Priore e Pedro, esquecendo-se do de Leila Mezan Algranti; e da terceira são os nomes de Wolff e Albuquerque Junior que são mencionados em detrimento dos de Junia Ferreira Furtado e Ana Lúcia Nauar Pantoja. Acrescentando à lista de Schpun, Pedro e Soihet ainda se lembram dos nomes de Samara, Martins, Favaro, Fáveri e Navarro Swain; nomes os quais, excetuando o de Ismênia Martins, estavam sendo saudados no balanço historiográfico de Joana Maria Pedro escrito em 2005.

Quotidiano e poder assumia no relato de Pedro e Soihet o lugar que já possuía em outros textos, especialmente os de Pedro: era uma “obra-base”, “um dos trabalhos que mais influenciaram a História das Mulheres no Brasil”. No entanto, o que prepondera aqui não é exatamente a obra, mas sim a função de “formadora” de Maria Odila Dias. Tal função, tendo em vista o uso que Pedro e Soihet fazem do artigo de Monica Schpun, parece ser lida na chave de atuação como professora e orientadora. *Quotidiano e poder* torna-se “obra-base” para História das Mulheres, aquela que foi tematizada por Pedro e Soihet como característica dos anos 1980; já a sua autora, Maria Odila Dias, torna-se “precursora” do “campo novo”, como aquela que formava “uma geração de historiadoras das mulheres e das relações de gênero”, área que Pedro e Soihet se dedicavam a descrever no balanço historiográfico de 2007.

Obra e atuação, pesquisa e trajetória de professora/orientadora, agora, são a origem do campo. Não mais História da Família e Demografia histórica; nem História do Trabalho iniciada pelas sociólogas na tradição marxista. Também, não se trata mais de pioneiras, no plural. A trajetória profissional e a obra agora singularizam a origem da área na figura de Maria Odila Dias. Mais que isso, é a prática historiográfica de Dias, em *Quotidiano e poder*, a prática da História Social das Mulheres que vivem seus cotidianos, seus trabalhos, suas formas de resistência e sobrevivência informais, suas agências enquanto sujeitos concretos, que originaram o campo, reafirmando o enunciado de Pedro, de 1994, de que a História das Relações de Gênero havia partido da História Social; bem como repetindo as proposições de Soihet sobre uma História Social das Mulheres pobres, resistentes e seu potencial de articular, em sua existência “concreta”, as esferas pública e privada.

Todavia, permanece a questão: o que fazem Pedro e Soihet quando substituem os tripés de pioneiras antes formulados pelo pilar único de Maria Odila Dias? O que implicou, no balanço das historiadoras, a retirada dos tripés Nizza da Silva-Leite-Marcílio (Priore, 1998) e Dias-Soihet-Leite (Schpun, 2004)? Ou das díades Rago-Dias (Rago, 1995) e Soihet-Dias (Soihet, 1997). Primeiro, implicou no silenciamento do enunciado da História da Família e da

Demografia histórica. Sem Maria Beatriz Nizza da Silva e Maria Luiza Marcílio, que praticavam História da Família e Demografia histórica, respectivamente; sem Miriam Moreira Leite que, apesar de não se dedicar exclusivamente a essas áreas, participava da emissão do enunciado que as tornava origem da História das Mulheres e das Relações de Gênero, tal enunciado não fazia mais eco já em 2007. Ao menos no que toca à origem do campo.

No entanto, Leite aparecia ainda em Schpun como pioneira pela característica de ter reunido e publicado documentos e bibliografia acerca do tema. E Joana Maria Pedro e Rachel Soihet operam o gesto de silenciamento do seu pioneirismo não só por reificar o enunciado da família e da demografia, mas também porque seu trabalho, de pesquisa e organização e publicação, não se enquadra mais nas virtudes de professora e orientadora que desde Monica Schpun eram necessárias para se caracterizar uma pioneira da área. Aqui, a obra, a pesquisa num programa de pós-graduação, a dedicação ao arquivo e às longas listas de fontes e bibliografia, a coleta, a organização e a publicação de documentação, sem estar aliada ao trabalho de docência e de orientação, ou seja, sem praticar a formação de futuras gerações por aulas e supervisões de pesquisas, pode apenas caracterizar uma pesquisadora como historiadora das mulheres, mas não como precursora da área de História das Mulheres.

Mas essa própria função de docência e orientação precisa ser relativizada quando se aprofunda a análise da imagem que Joana Maria Pedro e Rachel Soihet construíram para Maria Odila Dias em seu balanço. Poderia se perguntar: por que as demais formadoras, que publicaram obras nos anos 1980, nomeadas por Soihet e Pedro em nota de fim de texto, não foram destacadas como pioneiras? Pode-se tomar, como exemplo, as trajetórias como professoras e orientadoras de Eni de Mesquita Samara e de Rachel Soihet, historiadoras que publicaram obras sobre História das Mulheres na mesma década de 1980 e que ensinavam em suas universidades desde os anos 1970 – Samara inicia sua carreira docente na USP em 1977, Soihet em 1976 na UFF. Em relação às suas atividades como professoras, Dias, apesar de se tornar professora assistente de Sérgio Buarque de Holanda em 1962, só inicia sua dedicação ao ensino de História das Mulheres a partir também dos anos 1970,⁸⁴⁶ quando Soihet e Samara também adentram os quadros docentes dos seus respectivos departamentos.

Ao se prestar atenção na função orientadora que as três professoras exerceram, percebe-se que as suas trajetórias como formadoras de novas pesquisadoras são temporalmente bastante

⁸⁴⁶ Como se notou na entrevista que Maria Odila Dias concedeu a Monica Raisa Schpun, em texto analisado no terceiro capítulo, ela teria oferecido o primeiro curso sobre mulheres na pós-graduação em 1976. Em entrevista a Joana Maria Pedro e Roesane Neckel, Dias afirmou ter iniciado seus cursos sobre História das Mulheres em 1972.

próximas: a primeira pesquisa defendida sob orientação de Samara com o tema principal sobre mulher e/ou gênero se deu em 1991;⁸⁴⁷ em relação à Soihet, a primeira defesa aconteceu também em 1991;⁸⁴⁸ sobre Dias, isso aconteceu em 1992, sendo a tese da própria Joana Maria Pedro o seu primeiro trabalho de orientação exclusivamente no tema. A orientação de teses e dissertações por parte de Maria Odila Dias esteve dedicada a diversos temas, como família, intelectuais, trabalho e política durante os anos 1980 e sua atividade de orientação na área de mulheres e gênero começa a subir consideravelmente a partir de 1998, quando se vincula ao PPG de História da PUC/SP. Nesse sentido, a imagem de Dias, tão destacada por Pedro e Soihet, perde os ares de precursora, quando se tem em vista que o trabalho de orientação de pesquisas sobre a área parece ser mais uma característica do momento da virada dos anos 1980 para os de 1990, presente em outras historiadoras, do que necessariamente uma característica singular de Maria Odila Dias que a pudesse diferenciar das demais orientadoras daquele período.

O que mais intriga nesse gesto de invenção de uma precursora para o campo de História das Mulheres e Relações de Gênero realizado por Pedro e Soihet é o fato de que a própria Soihet não assume esse protagonismo que foi sublinhado em Dias. Essa intriga faz voltar àquelas questões colocadas mais acima: por que a dissertação de Rachel Soihet, *Bertha Lutz e a ascensão social da mulher (1917-1939)*, defendida oito anos antes da livre-docência de Maria Odila Dias, *Quotidiano e poder*, não credenciou a historiadora da UFF para ser elaborada como “a” precursora do campo? Por que Soihet assinou um balanço que preteria sua própria contribuição em favor do nome de Maria Odila Dias?

Como se tem visto nesta tese, houve um empenho tanto de Pedro quanto de Soihet, nos textos que escreveram separadamente, em evidenciar as contribuições de Maria Odila Dias, dando-lhes destaque na construção da memória disciplinar da área, seja sua tese de livre-docência, seja seu texto “Teoria e método dos estudos feministas”. Como se sublinhou, esse destaque dado à obra de Dias estava relacionado à defesa de uma certa maneira de se praticar História das Mulheres, aquela vinculada ao estudo do cotidiano, do domínio privado, aos atos de resistência e desobediência, às experiências concretas e informais etc. que aproximam esses trabalhos de uma História Social de corte thompsoniano. É a categoria “mulheres”, como se percebe utilizada no próprio balanço de Pedro e Soihet, que dá a tônica da construção dessa memória disciplinar e conteúdo aos seus cânones. Uma prática historiográfica que faz sucesso

⁸⁴⁷ SOUSA, Vera Lúcia Puga. **Entre o bem e o mal:** educação e sexualidade nos Anos 60 - Triângulo Mineiro. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, 1991.

⁸⁴⁸ ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. **Um mundo ao avesso:** um ensaio sobre cultura popular e condição feminina no Rio de Janeiro da virada do Século (1880-1920). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, UFF, Niterói, 1989.

não só quando se tratava da categoria “mulheres”, mas de tantas outras, como foi característico daqueles anos 1980.⁸⁴⁹

Para lapidar o monumento que tentavam erigir, Joana Maria Pedro e Rachel Soihet inventam sua precursora justamente no bojo da História Social, em conformidade com o enunciado emitido por Pedro em 1994, de que a História das Relações de Gênero havia emergido da História Social. Um enunciado que, na década de 1990 ou já nos anos 2000, enfatizava uma prática historiográfica amplamente disseminada no Brasil pós anos 1980: dos operários, dos escravizados, dos transgressores das normalizações médicas, urbanas e jurídico-policiais, “dos seres concretos” exaltados na leitura que Dias, Pedro e Soihet fazem da Escola dos *Annales* ou na obra de Thompson; dos sujeitos com capacidade de ação e resistência aos poderes; uma história, para simplificar através do jargão, “dos de baixo” que conseguem desestabilizar a dicotomia oprimidos-opressores, a polarização vítimas-heróis, que entrecruzam, em sua agência, os espaços públicos e privados.

O necessário para se fincar o monumento História das Mulheres e das Relações de Gênero era o solo firme da História Social. Por isso, talvez, Maria Odila Dias e *Quotidiano e poder*, e não Rachel Soihet e *Bertha Lutz e a ascensão social da mulher (1917-1939)*. Saudados como origem da área, é nos anos 1980, como bem narram Pedro e Soihet, que se estabelece o movimento de privilegiar a categoria “mulheres” em detrimento da categoria “mulher”, há a busca por resquícios da atuação concreta dessas mulheres que resistiam ao poder masculino e à opressão de classe. Em vez de Bertha Lutz, letrada em escolas secundária e superior francesas, feminista sufragista, deputada federal;⁸⁵⁰ Anna, “mulher da terra”; Catarina Lopes, “uma negra que foi encontrada morta no Tamanduateí”; Francisca, “parda, costureira, 25 anos”; Anna Joaquina “de 30 anos, solteira, branca, [que] mora ao norte da Sé, é quitandeira, tem um só escravo”⁸⁵¹ ou mesmo as lavadeiras, quituteiras, brancas, negras, escravas, forras, tantas outras anônimas que habitaram a tese de livre-docência de Maria Odila Dias.

A própria Rachel Soihet, ao se dedicar à pesquisa de mulheres pobres no Rio de Janeiro em luta contra a ordem jurídico-policia, devotou sua tese de doutorado, defendida em 1986 e publicada em 1989 à tais mulheres e a tal prática historiográfica, evidenciando a vida e o cotidiano de muitas delas, incluindo Maria Cândida, portuguesa “com 35 anos, casada, analfabeta”; Madalena Augusta, “brasileira, com 26 anos, solteira, analfabeta, dona de casa”; e

⁸⁴⁹ Cf. FICO; POLITO, 1991; GOMES, 2004; RAMOS, 2014; RODOLFO, 2017; SANTOS, 2020.

⁸⁵⁰ CPDOC. Berta Lutz. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/bertha-maria-julia-lutz>. Acesso em: 08 jun. 2022.

⁸⁵¹ DIAS, 1982, p. 30; 32; 81.

Arminda Oliveira, “preta, natural da cidade do Rio de Janeiro, analfabeta, lavradora”.⁸⁵² A memória disciplinar que se construía já nos anos 2000 sobre o campo, memória disciplinar que ela também se incumbia de erigir, parecia não permitir mais que uma dissertação empenhada em “recuperar” a trajetória de uma mulher branca das elites letradas e políticas – ainda que sofrendo as consequências “de ser mulher” – viesse a ser a grande inauguradora do campo da História das Mulheres e das Relações de Gênero.

A dissertação de Soihet pudera ser aceita nos textos que elaboravam tal memória disciplinar nos anos 1980 e 1990, mas aqui ela não deixava apenas de ser uma das precursoras, ela não era nem meramente citada, em conjunto com outras obras da década de 1970. Se se leva em conta os trabalhos defendidos nos 1970 que tratavam do tema, tem-se a dissertação *O trabalho da mulher e do menor na indústria paulistana (1890-1920)*, de Esmeralda Blanco B. de Moura (defendida em 1977, na USP); *Margarida de Provença: interesses familiares e política*, dissertação de Isis Garcia Salvestro (1978, USP); e *A Família na Sociedade Paulista do Século XIX (1800-1860)*, tese Eni de Mesquita Samara (1980, USP). Se nem Berta Lutz, nem Margarida de Provença poderia ser aquela origem, também não parecia ser o caso de plantar a origem no trabalho de Esmeralda Moura, dissertação talvez um tanto vinculada aos estudos da sociologia do trabalho, aquela mesma vertente historiográfica a qual Margareth Rago atribuiu o nascimento da área. Por sua vez, se a tese de Samara pudesse ser citada pela publicação realizada em 1989, sob o título de *As mulheres, o poder e a família*, não seria também o caso de reforçar a emergência do campo por meio de uma obra que direcionasse os leitores de Pedro e Soihet para os braços da História da Família (ou da Demografia histórica). Em função da defesa da área desde a História Social das Mulheres, ambas praticadas por Rachel Soihet e Joana Maria Pedro em suas teses de doutoramento, parecia ser o mais sensato, então, forjar em Maria Odila Dias “a formadora-precursora” e em *Quotidiano e poder* “a obra-base”.

Há ainda que se mencionar que, dois anos antes, quando Joana Maria Pedro havia publicado “Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica”, uma operação de diferenciação da “nova historiografia” das mulheres havia sido feita em relação a “uma forma antiga” de se praticar história das Mulheres. A crítica de Pedro, em 2005, havia escolhido o *Dicionário Mulheres do Brasil* para diferenciar as duas formas de se fazer história, os lugares das quais ela emergiam, mas, também, a forma de narrar tal história: a biografia. Os verbetes biográficos do dicionário organizado por Schuma Schumacher eram criticados por atuar na formação de uma história de heroínas, segundo o balanço de Joana Maria Pedro, associando

⁸⁵² SOIHET, 1989, p. 251-252; 257.

tal história ao “positivismo” e ao “empirismo”. Caberia, então, a menção à dissertação de Rachel Soihet, neste contexto, em que constrangimentos se impunham à lembrança de obras que privilegiavam a trajetória de uma única mulher?

Mais que isso, a dissertação de Rachel Soihet parecia já ter enfrentado outro constrangimento: o da publicação. Não ocorreu na década de 1970, depois de sua defesa, como aconteceu, por exemplo, com sua tese, no final da década seguinte. Segundo a própria Rachel Soihet, sua dissertação fora realizada num momento e num lugar onde trilhar o tema das mulheres era um caminho difícil:

Como já afirmei em outro local, eu era a única na época, na pós-graduação da Universidade Federal Fluminense, a enveredar sobre tal temática. Meu orientador, Stanley Hilton, era especialista no período Vargas, nada conhecendo sobre História das Mulheres, feminismo e coisas similares, embora fosse sensível à relevância da temática e até me “desse força”. Dessa forma, o isolamento intelectual, as dificuldades de orientação e os subsequentes obstáculos quanto ao conhecimento da bibliografia mais recente sobre o assunto e do instrumental teórico metodológico a ser utilizado no tratamento da questão foram sérios complicadores⁸⁵³

Se na década de 1970 uma dissertação sobre o feminismo de Bertha Lutz pudesse encontrar alguma dificuldade em ser realizada e publicada, não se poderia dizer o mesmo em relação à sua tese sobre o cotidiano de mulheres pobres na *Belle Époque* carioca, defendida nos anos 1980 e publicada três anos depois. No caso da pesquisa sobre Bertha Lutz, Rachel Soihet só viria a retomá-la para publicação em livro em 2006, depois da publicação de alguns artigos sobre o mesmo tema, ainda que em outro formato e reformulada para aparecer em *O feminismo tático de Bertha Lutz*.⁸⁵⁴ O hiato de 32 anos para a emergência de sua dissertação em formato de livro pode ser explicado, talvez, pela característica que Suely Gomes Costa atribui às

⁸⁵³ SOIHET, Rachel. História das Mulheres: uma entrevista com Rachel Soihet. [Entrevista concedida a] Natália de Santanna Guerellus. **Revista de História**, v. 3, n. 1, p. 120-124, 2011. p. 121.

⁸⁵⁴ Idem. **O feminismo tático de Bertha Lutz**. Florianópolis, Editora das Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006. Para Eduarda Carvalho de Castro Alves, o fato de Rachel Soihet retornar à trajetória política e ao movimento feminista de Bertha Lutz em 2006, com a publicação de *O feminismo tático de Bertha Lutz*, está ligado à própria trajetória intelectual da professora da UFF e à sua retomada da preocupação com a história dos feminismos entre as décadas de 2000 e 2010. De acordo com Alves, teria sido quando voltou de um estágio de pós-doutorado realizado na Université Paris 8, supervisionado por Eleni Varikas, que “[...] Rachel Soihet intensifica sua atenção para estudos das mulheres, que já eram chamados, por boa parte das pesquisadoras do campo, de estudos de gênero. Trabalha então com a história de feministas da década de 1970, resgatando suas histórias, e ainda retoma o movimento sufragista liderado por Bertha Lutz, sendo produção de maior destaque desta época o livro *O feminismo tático de Bertha Lutz* (2006), que tinha como uma de suas preocupações dar respostas às críticas que esse movimento sofreu por parte de feministas e pesquisadoras, a partir dos anos 1970. Em 2013, reúne diversos artigos a partir dessa retomada dos estudos sobre a história do feminismo e publica *Feminismos e antifeminismos: mulheres e suas lutas pela conquista da cidadania plena* (2013), que traz debates inovadores acerca do antifeminismo, fenômeno que Soihet reconhece em diversos períodos da história brasileira e que tem diferentes atores envolvidos.” ALVES, Eduarda Carvalho de Castro, 2020, p. 15.

pesquisas sobre líderes feministas nos anos 1980 e 1990, nas quais haveriam se constituído “paradigmas historiográficos” que teriam reduzido manifestações como as de Lutz “por considerá-las atadas ao tradicionalismo das elites brasileiras”.⁸⁵⁵ Assim, não publicada nos anos 1970, constrangida pelo vulto da História Social das Mulheres pobres da década de 1980 e pela crítica às personagens como Lutz nas produções sobre os feminismos entre 1980 e 1990, Rachel Soihet parece ter encontrado o momento de publicá-la quando a aproximou à ideia de *táticas* elaborada por Michel de Certeau, que a permitiu visualizar a relação de Bertha Lutz com “os poderosos” como “também armas de lutas”.⁸⁵⁶ Assim, mergulhada em determinados cenários de publicação, debates e disputas pela memória do campo e de seus cânones, a dissertação de Rachel Soihet perdeu a dianteira de precursora na memória disciplinar que ela própria construía para a área.

Elementos ponderados, pode-se pensar que a assinatura de Rachel Soihet junto à de Joana Maria Pedro no balanço historiográfico “A emergência da pesquisa em História das Mulheres e das Relações de Gênero” ajudaria a assinar a certidão de nascimento da área por meio da consagração de sua origem na figura singular de Maria Odila Dias. Certidão esta que sacramentava a prática da História Social das Mulheres como origem do campo no Brasil, às custas da certidão de óbito de outros trabalhos, enunciados e historiadoras. Em que pese o tom fúnebre da afirmação, ao que parece, a estratégia que faz vencer um tipo de narrativa acerca da criação da área pode encerrar os dois lados dessa vitória: de um lado, a História Social das Mulheres reafirmada como origem da História das Relações de Gênero; de outro, o silenciamento das produções dos anos 1970 (incluindo aí Rachel Soihet e sua dissertação), o esquecimento sobre a História da Família e da Demografia histórica. Da mesma forma, é aparente a tentativa de silenciar também um tanto de obras da historiografia do trabalho, muitas vezes praticadas pelas sociólogas, saudadas no enunciado elaborado por Margareth Rago e endossado por Maria Izilda Matos; obras estas que traziam em suas capas nomes como os de Heleieth Saffioti, Maria Valéria Junho Pena, Maria Alice Rosa Ribeiro, Alice Rangel de Paiva

⁸⁵⁵ COSTA, Suely Gomes. Um estimulante encontro com Michel de Certeau: *O feminismo tático de Bertha Lutz*. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 27, p. 449-454, jul.-dez. de 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/DLV55LbBpxJfyKQqxqXy6Vg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 11 de dez. 2022, às 17h45min. p. 449.

⁸⁵⁶ Ibidem, p. 453. Ainda é preciso destacar que, em 2001, alguns anos antes da publicação de *O feminismo tático de Bertha Lutz*, Margareth Rago trazia a público sua livre-docência sobre a anarquista Luce Fabbri, que também abordava uma personagem feminina e suas movimentações políticas no cenário histórico que a cercava. Apesar de se tratar de personagens e abordagens diferentes, o fato de as duas obras terem vindo a público a partir de inícios dos anos 2000 pode sugerir um ambiente mais propício para a publicação deste tipo de obra na historiografia brasileira do que aquele encontrado por Rachel Soihet nas décadas anteriores. Cf. RAGO, Margareth. **Entre a história e a liberdade**: Luce Fabbri e o anarquismo contemporâneo. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

Abreu, Rosalina de Santa Cruz Leite e Esmeralda Blanco B. de Moura, lembrados em balanços historiográficos de Margareth Rago e de Maria Izilda Matos como os primórdios da área no Brasil.

Definida a “nova origem” da História das Mulheres, ou seja, fornecidas as “novas datas”, delineado um novo “começo”, inaugurando outro tempo para a área, o balanço de Joana Maria Pedro e Rachel Soihet se sentiu à vontade para narrar como se constituiu a segunda parte do título que elas davam ao campo: “E as relações de gênero? Qual sua importância? Como tem sido trabalhada na historiografia brasileira?”.⁸⁵⁷

Foi nas contribuições de Joan Scott que Pedro e Soihet buscaram fundamentar sua exposição sobre o conceito de gênero, especificamente em “Gênero: uma categoria útil...” e a tradução realizada pelos *Cadernos Pagu* do prefácio de *Gender and the politics of history*. O artigo em conjunto repete, no que toca ao uso do conceito de gênero em Scott, aquilo que Pedro já havia afirmado sozinha em 2005 na Revista *História (São Paulo)*. No entanto, alguns detalhes da tematização teórica de gênero realizada em 2007 por Pedro e Soihet merecem destaque aqui.

O primeiro destaque é a mobilização de duas historiadoras bastante conhecidas por Pedro e Soihet: Suely Gomes Costa e Maria Odila Dias. Para a primeira, o balanço de Pedro e Soihet se vale de sua contribuição sobre o campo de estudos de gênero como algo significativo para lidar com “os problemas” da História das Mulheres. Se esta, como defendiam Pedro e Soihet, havia emergido da “obra-base” e da “formadora-precursora”, a categoria gênero, tal como afirmava Scott, teria possibilitado superar a “naturalização das relações” entre homens e mulheres, bem como a “essencialização” de uma identidade e/ou “cultura feminina”:

[...] ‘gênero’ dá ênfase ao caráter fundamentalmente social, cultural, das distinções baseadas no sexo, afastando o fantasma da naturalização; dá precisão à idéia de assimetria e de hierarquia nas relações entre homens e mulheres, incorporando a dimensão das relações de poder; dá relevo ao aspecto relacional entre as mulheres e os homens, ou seja, de que nenhuma compreensão de qualquer um dos dois poderia existir através de um estudo que os considerasse totalmente em separado, aspecto essencial para “descobrir a amplitude dos papéis sexuais e do simbolismo sexual nas várias sociedades e épocas, achar qual o seu sentido e como funcionavam para manter a ordem social e para mudá-la”.⁸⁵⁸

Continuando em sua tematização da categoria, as professoras da UFSC e da UFF evocavam a contribuição de Suely Gomes Costa:

⁸⁵⁷ PEDRO; SOIHET, 2007, p. 288.

⁸⁵⁸ Ibidem, p. 288-289.

Acresce-se a significação, emprestada por esses estudos, à articulação do gênero com a classe e a raça/etnia. Interesse indicativo não apenas do compromisso com a inclusão da fala dos oprimidos, mas também da convicção de que as desigualdades de poder se organizam, no mínimo, conforme esses três eixos. Na realidade, como enfatiza Suely Gomes Costa, torna-se possível, com relação a tal conceito, “intuí-lo como um código-chave inventado para superar impasses a que a história das mulheres havia chegado” [...].⁸⁵⁹

Se o balanço historiográfico de Pedro e Soihet abria caminho para tornar gênero a ferramenta crítica da História das Mulheres, por meio das reflexões de Costa, também abria uma senda para fazer retornar a voz de Maria Odila Dias, especialmente naquilo que Rachel Soihet vinha mobilizando em seus textos sobre “Teoria e método dos estudos feministas”:

Joan Scott alinha-se entre as historiadoras que se propunham a ultrapassar os usos descritivos do gênero, buscando a utilização de formulações teóricas. Uma voz dissonante, nesse particular, foi a da historiadora Maria Odila Leite da Silva Dias, que discordou da necessidade da construção imediata de uma teoria feminista. A seu ver, tal reconstrução significava substituir um sistema de dominação cultural por outra versão das mesmas relações, talvez invertidas de poder, já que, segundo ela, o saber teórico implicaria, também, um sistema de dominação.

Desse modo, as duas historiadoras empenhavam-se em dar os contornos ao campo que denominavam História das Mulheres e das Relações de Gênero por meio da crítica de Joan Scott aos possíveis limites da História das Mulheres – crítica esta que levava em conta essencialmente a História Social das Mulheres –, mas tal contorno não era desenhado sem reticências. Parecendo ser uma permanente preocupação de Rachel Soihet desde 1997, a relativização dos usos analíticos e teóricos do gênero por meio da contribuição de Dias se fazia presente ainda em 2007, agora contando com o apoio e a assinatura de Joana Maria Pedro. As duas historiadoras afirmavam a contribuição dos estudos de gênero, reconheciam “os limites das abordagens descritivas que não questionam os conceitos dominantes no seio da disciplina”⁸⁶⁰ expostos por Scott, mas faziam ressoar, ainda, certa reticência ao uso “mais teórico” para a problematização pretendida por tal categoria. Ou, ao menos, era preciso deixar falar, ainda em 2007, “a voz dissonante” de Maria Odila Dias.

Esse ponto parece uma maneira de fazer caminharem juntas as proposições de Maria Odila Dias, “formadora-precursora”, escritora da “obra-base” da historiografia brasileira sobre mulheres e gênero, e a historiadora que foi mais mobilizada entre as brasileiras para tematizar teoricamente gênero, Joan Scott. Se gênero aparentava mesmo ser o conceito “da vez”, em

⁸⁵⁹ PEDRO; SOIHET, 2007, p. 289.

⁸⁶⁰ Ibidem, p. 289.

detrimento das categorias “mulher” ou “mulheres”, conciliar o “cânone historiográfico” representado por Maria Odila Dias e *Quotidiano e poder* e o “cânone teórico” traduzido por Joan Scott e suas contribuições que questionavam determinados marcos disciplinares para a área, em especial o questionamento da História Social das Mulheres, parecia ser uma estratégia sempre fadada ao fracasso se buscassem um consenso, mas adequada para as duas historiadoras que buscavam delimitar o campo sob a alcunha de História das Mulheres e das Relações de Gênero.

Desde 1992, com “Teoria e método dos estudos feministas”, Maria Odila Dias propunha os estudos feministas/das mulheres sem uma “teoria pronta” para desestabilizar os “conceitos dominantes”, especialmente por meio da abordagem dos papéis informais improvisados no cotidiano. Esse caminho, proposto por Dias e referendado por Rachel Soihet, passava também pela afirmação da categoria “mulheres” enquanto objetos/sujeitos históricos que pudessem ser tematizados dentro dos marcos de uma História Social. Já Scott, desde 1986, com “Gênero: uma categoria útil...”, mas especialmente em 1988 com *Gender and the politics of history*, combatia tal maneira de praticar História das Mulheres, caracterizada por ela como aquela que se limitava aos usos descritivos do gênero. Para o avanço a uma postura analítica, Scott apostava justamente em “uma teoria mais radical” dos estudos feministas, baseada no conceito de gênero, teoria esta que teria a função de também desestabilizar teorias e conceitos dominantes no fazer historiográfico. Outro caminho que funcionava bastante nos textos de Margareth Rago, por exemplo. Nesse sentido, “o nascimento” da História das Mulheres e das Relações de Gênero contava justamente com a afirmação da teoria, da análise de gênero como queria Scott, sem perder de vista as obras, as historiadoras e as práticas historiográficas que vinham sendo utilizadas pelas historiadoras brasileiras desde os anos 1980, muito representadas nas reflexões de Joana Maria Pedro e Rachel Soihet pelo modo com que a própria Maria Odila Dias praticou a História das Mulheres.

Se não havia consenso entre as propostas, Pedro e Soihet em 2007 forjavam um lugar seguro para Maria Odila Dias, *Quotidiano e poder* e sua prática de História Social das Mulheres, de um lado. De outro, davam bastante reconhecimento à categoria gênero e sua principal interlocutora estrangeira aqui no Brasil, Joan Scott, que por sinal já criticava justamente o modo de se fazer História das Mulheres praticado por Maria Odila Dias em *Quotidiano e poder*. Tal gesto parecia unir propostas pouco harmônicas, pelo menos do ponto de vista a ser percorrido para o questionamento dos “conceitos dominantes”, mas era o suficiente para distanciar, dos cânones e da memória disciplinar que Pedro e Soihet buscavam forjar, os “ventos das filosofias da diferença” e o protagonismo requerido por Margareth Rago e pela Unicamp, bem como da

“influência” e “dependência” da História da Família e da Demografia histórica, em seu elogio às “bases empíricas da disciplina” e à sua pretendida “revolução documental”.

Outro destaque que cabe ser feito sobre a tematização do conceito de gênero realizada por Pedro e Soihet foi a abordagem da relação do conceito com temas tidos como mais tradicionais na disciplina histórica, como por exemplo, o caso da política. Nesse sentido, as professoras da UFSC e da UFF afirmavam:

Scott ressalta, ainda, que as análises do gênero, no seu uso descritivo, têm incidido apenas nos trabalhos sobre temas em que a relação entre os sexos é mais evidente: as mulheres, as crianças e as famílias, por exemplo. Aparentemente, temas como a guerra, a diplomacia e a alta política não teriam a ver com essas relações. O gênero parece não se aplicar a esses objetivos e, portanto, continua irrelevante para a reflexão dos historiadores que trabalham sobre o político e o poder. O resultado é a adesão a uma visão funcionalista baseada na biologia, e a perpetuação da idéia das esferas separadas na escrita da história: a sexualidade ou a política, a família ou a nação, as mulheres ou os homens.⁸⁶¹

Esclarecendo a proposta de Joan Scott, Joana Maria Pedro e Rachel Soihet enfocavam também a abordagem da política; todavia, de forma diferente daquela que Soihet vinha trabalhando nos textos que havia publicado desde 1997. No lugar de criticar a tematização da política por Scott em favor da contribuição de uma História Social das Mulheres, do seu cotidiano e suas resistências – como fizera Soihet em 1997, 1998 e 2004 (aqui, ao lado de Adriana Facina), apoiada em Maria Odila Dias, Arlette Farge, Michelle Perrot e Natalie Davis –, coloca-se apenas a proposta de Scott de análise da política desde uma perspectiva de gênero e não se procura realizar a sua crítica. Nessa mescla de um texto escrito a quatro mãos, Pedro e Soihet pareciam negociar cada um de seus parágrafos, nos quais cada uma abria mão ou cedia espaço das afirmações que faziam separadamente em seus textos anteriores. Talvez não um gesto fácil, especialmente para Soihet, que já havia renunciado a seu protagonismo como pioneira da área. Mas gesto necessário, uma vez que se tratava de fazer nascer a memória disciplinar e a história do campo que as duas pretendiam erigir em “A emergência da pesquisa em História das Mulheres e das Relações de gênero”.

Encerradas as discussões acerca da proposta de Scott, Pedro e Soihet voltavam arrolar obras em seu balanço. “Na historiografia brasileira”, diziam elas, “muitas têm sido as pesquisadoras a utilizar a categoria ‘gênero’.” E tais historiadoras lembradas por Pedro e Soihet em 2007 eram quase que em sua totalidade aquelas já citadas em “Traduzindo o debate”, escrito

⁸⁶¹ PEDRO; SOIHET, 2007, p. 190.

por Pedro, em 2005: Cleci Favaro, Rachel Soihet, Maria Bernadete Ramos Flores, Aurea Tomatis Petersen, Marlene de Fáveri, Margareth Rago, Maria Izilda Matos, Cristina Scheibe Wolff e Roselane Neckel. No entanto, em 2007, eram adicionados a esta lista de 2005 mais três nomes e suas respectivas contribuições para a historiografia de gênero:

Por sua vez, várias autoras, tais como Margareth Rago, Maria Izilda Matos, Cristina Scheibe Wolff, Roselane Neckel, Tania Navarro-Swain e Mônica Schpun, entre outras, têm contribuído para o conhecimento da história das relações de gênero, focalizando a maneira como o gênero se constitui num ponto de apoio para constituições de subjetividades, políticas públicas e relações com a história. E, ainda dentro dessas mesmas discussões, Durval de Albuquerque Jr. vem dando historicidade às masculinidades no Nordeste.⁸⁶²

Mônica Raisa Schpun, que aparecia citada pelo artigo publicado em *Clio. Femmes. Genre. Histoire*, foi lembrada pela obra que publicou sua pesquisa de doutorado, realizada sob orientação de Michelle Perrot na EHEES: *Les années folles à São Paulo: hommes et femmes au temps de l'explosion urbaine (1920-1929)*, que saíra do prelo em 1997. Já Tania Navarro Swain, que vinha sendo lembrada desde a discussão teórico-conceitual de Margareth Rago (1998) e do texto de Suely Gomes Costa (2003) por sua colaboração com o debate sobre a categoria gênero, foi mencionada agora pelo artigo que publicara em 2006 na revista *Labrys – Études féministes/Estudos feministas*, sob o título de “Entre a vida e a morte, o sexo”. Por seu turno, Albuquerque Junior, que era mencionado apenas pela segunda vez nos textos que foram eleitos fontes desta pesquisa, compareceu com *Nordestino – uma invenção do falo. Uma história do gênero masculino (Nordeste – 1920-1940)*, livro que publicou em 2003.

Expostas as obras e autoras da História das Mulheres, elencadas as contribuições e os nomes da História das Relações de Gênero, Pedro e Soihet delimitavam as datas, forneciam os cânones, sublinhavam os temas e as discussões que norteariam os contornos do campo História das Mulheres e das Relações de Gênero. Ligando a origem à USP e à História praticada por Maria Odila Dias, Pedro e Soihet descreviam a expansão do campo, situando nomes deslocados do eixo sul-sudeste, mas sem deixar de garantir local de destaque à suas próprias produções e daqueles que estavam mais próximos de suas próprias instituições de ensino e pesquisa. Cabia, então, finalizar o balanço? Encerrar? Pedro e Soihet ainda possuíam mais algumas linhas para escrever e dedicaram mais duas páginas e meia para debater “uma nova mudança” que teria ocorrido “nesse panorama das relações de gênero”. Tratavam-se das contribuições de Thomas Laqueur, Judith Butler, Linda Nicholson, engrossadas pelas leituras que Tânia Navarro Swain

⁸⁶² PEDRO; SOIHET, 2007, p. 291.

fazia de tais intelectuais. Como esse trecho do artigo relaciona praticamente as mesmas informações do texto de Pedro publicado em 2005, dedica-se agora a descrever a última parte do balanço.

Para Pedro e Soihet, “no âmbito das discussões feministas, porém, as formulações desconstrutivistas”, representadas pelas reflexões de Scott, Laqueur, Butler, Nicholson e Navarro-Swain, teriam também “provocado reações negativas”. Tais reações, segundo as professoras da UFSC e da UFF, convergiriam para

[...] assinalar as incompatibilidades entre tais abordagens e a prática política feminista – “gênero sem mulheres?”. Mostram questionamentos à ‘despolitização’ da pesquisa acadêmica, e um acirramento de tensões entre produção teórica e mobilização política. Seus argumentos possibilitam a compreensão do contexto, no qual algumas autoras propõem uma nova utilização da categoria ‘mulher’.⁸⁶³

Sob o signo do refluxo da “categoria mulher”,⁸⁶⁴ Pedro e Soihet começam a se encaminhar para o fim de seu balanço, valendo-se das palavras escritas por Rachel Soihet em outros textos já aqui analisados, com o intuito de resumir a atualidade do campo que narravam:

Chegamos assim à atualidade, na qual a divergência de posições, os debates e controvérsias marcam o cenário; quadro que se nos afigura dos mais promissores, e que coincide com a diversidade de correntes presentes na historiografia atual. Diversidade que se manifesta na existência de vertentes que enxergam a teoria como ferramenta indispensável à construção do conhecimento histórico sobre as mulheres, até as que relativizam a sua presença, em nome do caráter fluido, ambíguo, do tema em foco: as mulheres como seres sociais. Ênfase na utilização da categoria ‘gênero’ na análise da esfera da política formal, em termos do exercício do voto e manejo do poder nas instituições do governo; preferência pela abordagem do cotidiano, “redescoberta de papéis informais, de situações inéditas e atípicas” que possibilitem o desvendamento de processos sociais invisíveis, ante uma perspectiva normativa.⁸⁶⁵

⁸⁶³ PEDRO; SOIHET, 2007, p. 294.

⁸⁶⁴ Neste momento, Pedro e Soihet recorrem às contribuições de Adriana Piscitelli e Cláudia de Lima Costa. O debate, como Pedro e Soihet apresentam, parece ter sido encaminhado para uma tentativa de repactuar “política e teoria”, no sentido de que as críticas que se propunham ao conceito de gênero tinham o intuito de “devolver” à reflexão feminista instrumentos de atuação política. Desse modo, na leitura que Pedro e Soihet realizam sobre Piscitelli e Costa, a categoria mulher poderia ser reativada, apresentando-se, “porém, distante das elaborações do feminismo radical da década de 1970, isto é, longe de qualquer tipo de essencialismo.” Remobilizar, então, a categoria mulher em 2007 já significava ter em conta as contribuições dos estudos das mulheres, da teorias de gênero e das propostas desconstrucionistas, e o termo “mulher” representaria para Piscitelli “uma dupla vantagem”, possibilitando “o reconhecimento de diferenças entre mulheres, mas, uma vez que também permite mapear semelhanças, não inviabilizaria a prática política”. No que concerne as contribuições de Costa, Pedro e Soihet evidenciam a sua proposta de “abandono da categoria gênero” para um retorno à categoria mulher “a partir de sua consideração explícita como categoria política”. Ibidem. p. 294-295.

⁸⁶⁵ Ibidem, 2007, p. 296.

As conclusões já vistas em outros textos e balanços continuam, reafirmando a postura de reunir sob o mesmo campo domínios do conhecimento histórico que apareciam separados em outras oportunidades, como nas reflexões de Margareth Rago (1994, 1995 e 1998) e de Mary del Priore (1998). No entanto, somavam-se agora aos temas das mulheres e dos estudos de gênero outras preocupações que já vinham se pavimentando no textos de Soihet, Pedro e de Suely Gomes Costa:

Essas são algumas das diferentes posturas no tocante aos estudos sobre as mulheres. Algumas opõem história de gênero e história das mulheres – que, na verdade, caminham para uma interpenetração que impede a abordagem isolada de cada uma destas, às quais se juntam as abordagens sobre *gays/lésbicas* e sobre masculinidades.⁸⁶⁶

Finalizando o seu balanço historiográfico, Joana Maria Pedro e Rachel Soihet apontavam o campo que acabaram de descrever e inventar de forma a fazer prevalecer certa homogeneidade na concepção do que efetivamente o compunha. Um tom que parece informar que as separações, os debates, as oposições que pareciam dividir gênero e mulheres ou política formal e cotidiano, a “diversidade de correntes presentes na historiografia atual” caminhavam para um sentido comum: “a interpenetração das abordagens”. Interpenetração esta à qual viriam ainda se juntar “as abordagens sobre *gays/lésbicas* e sobre masculinidades”. O tom que carregam os últimos parágrafos de Pedro e Soihet parecia expressar uma área que, independente das fissuras e das diferenças de proposições, englobava um domínio bem amplo do conhecimento histórico. Não mais campos diferentes, como interessava a Mary del Priore (1998), ou campos que se superavam a partir das abordagens da História Cultural e das filosofias da diferença, como defendia Margareth Rago (1994, 1995 e 1998). Mas um campo que dava conta das mulheres e do gênero; que aliava a teoria aos enfoques que “relativizam seu papel”; que tragava para si tanto a abordagem da política formal e governamental como a investigação das ações improvisadas e cotidianas. Um campo que aliava a História das Mulheres tal qual praticou Maria Odila Dias ao conceito de gênero e sua crítica aos usos descritivos como preconizara Joan Scott e às abordagens desconstrucionistas dos estudos *queer*, *gays* e *lésbicos* que provocavam a estabilidade da categoria gênero. Um campo que se nomeava, agora, História das Mulheres e das Relações de Gênero.

No cerne do campo, em seu nascimento, estão postas Maria Odila Dias e *Quotidiano e poder*. Ou melhor, a abordagem da História Social das Mulheres tal qual praticada nos anos de

⁸⁶⁶ PEDRO; SOIHET, 2007, p. 296.

1980. Eliminadas as contribuições da família e da demografia, minimizado o papel da historiografia do trabalho, esquecidas as obras dos anos 1970 – incluindo a própria dissertação de Rachel Soihet –, enfraquecida a narrativa na qual as filosofias da diferença teriam tido impacto transformador sobre o campo, depois de tudo isso, o monumento parecia estar bem erigido, bem modelado em suas arestas, emergindo aos olhos daqueles que se dedicassem a olhá-lo a partir do texto de Pedro e Soihet. O monumento coerente e bem acabado que, se apresentava alguns contrastes de cores ou de materiais, seria apenas questão de tempo até tais contrastes e materiais se misturassem e formassem uma imagem um tanto mais límpida do que era o campo da História das Mulheres e das Relações de Gênero. Talvez essa coerência se demonstre no parágrafo que encerra o balanço, criando certa linearidade entre os anos 1980 e o ano de 2007; coerência entre o dourado da origem e as cores vivas da atualidade da área; uniformidade que sustentava o caminho da mulher ao gênero, ou d’*A mulher no espaço público* e à *História e Gênero*:

Estamos, assim, preparadas para fazer frente àqueles que, na academia, ainda não nos reconhecem como parceiras plenas, tentando relegar-nos a posições periféricas em face do caráter ‘secundário’ de nossas preocupações. E é no bojo destas questões que estamos vendo ser publicada, pela segunda vez, uma *Revista Brasileira de História* dedicada à questão da História das Mulheres e das Relações de Gênero. Dezoito anos depois de 1989, muita coisa mudou. O campo ficou mais definido. Mesmo assim, ainda exige atenção e esforço na busca de legitimidade acadêmica.⁸⁶⁷

Uma chamada de atenção à disciplina, que notoriamente marginalizou o campo, mas também uma afirmação de que o campo se estabeleceu dentro da disciplina, ainda que Pedro e Soihet alertassem para a defesa de sua área. Uma denúncia do lugar periférico que habitaram, mas também a demonstração da pujança da área, que em 18 anos pôde passar por tantas e diferentes transformações e ainda assim ter duas de suas maiores representantes estampando as páginas da *Revista Brasileira de História* e os lugares institucionais e de sociabilidade da ANPUH/Nacional. Uma memória disciplinar que, efetivamente, *disciplinava* a área e se fazia ser reconhecida na sua associação mais conhecida de historiadores e historiadoras profissionais, acadêmico-universitários.

Para uma memória disciplinar que parecia tão bem acabada, monumentalizada no balanço historiográfico de Joana Maria Pedro e de Rachel Soihet, haveria ainda alguma resistência? Uma dissonância? Alguma aresta que se rebelava contra o monumento recém-criado? É sobre tais questões que se dedica a próxima seção desta tese.

⁸⁶⁷ PEDRO; SOIHET, 2007, p. 296-297.

4.3 Atualizando a bifurcação? Joana Maria Pedro e Margareth Rago

Passados três anos da publicação de “Traduzindo o debate” por Joana Maria Pedro e um ano de “A emergência da pesquisa sobre História das Mulheres e das Relações de Gênero”, artigo de Pedro e de Rachel Soihet, saiu do prelo da Editora Unesp a obra *O historiador e seu tempo*, resultado das discussões ocorridas no XVIII Encontro Regional da ANPUH/SP, acontecido entre 24 e 28 de julho de 2006, na UNESP/Assis. Resultados de uma das mesas-redondas, dois textos que compuseram *O historiador e seu tempo* finalizarão as descrições desta tese: o capítulo “Historicizando o gênero”,⁸⁶⁸ de autoria de Joana Maria Pedro, e a contribuição de Margareth Rago, “Escrever de novo a palavra Mulher: recontando a história das lutas feministas”.⁸⁶⁹

Dividida em treze capítulos, a obra *O historiador e seu tempo* – que, apesar do masculino estampado em letras garrafais em sua capa, carregava em seu miolo onze *historiadoras* como autoras dos capítulos – trouxe publicadas as duas conferências do encontro⁸⁷⁰ e as suas quatro mesas-redondas, que apresentavam, nesta ordem, uma discussão sobre a obra de Emília Viotti da Costa,⁸⁷¹ uma reflexão em torno dos impressos periódicos,⁸⁷² uma mesa sobre estudos de gênero⁸⁷³ e, finalmente, dois textos que se debruçavam sobre a problemática do ensino de história.⁸⁷⁴

Alocadas na mesa-redonda *Gênero e cultura*,⁸⁷⁵ Joana Maria Pedro e Margareth Rago contaram com a intermediação de Lídia Maria Vianna Possas, que, à época estava muito

⁸⁶⁸ PEDRO, Joana. Historicizando o gênero. In: Antonio Celso Ferreira; Holien Gonçalves Bezerra; Tania Regina de Luca. (Org.). **O historiador e seu tempo**. São Paulo: Editora UNESP, 2008, p. 163-188.

⁸⁶⁹ RAGO, M. “Escrever de novo a palavra Mulher”: recontando a história das lutas feministas. In: Antonio Celso Ferreira; Holien G. Bezerra; Tania Regina de Luca. (Org.). **O historiador e seu tempo**. São Paulo: UNESP, 2008, v. 01, p. 139-162.

⁸⁷⁰ Antônio Celso Ferreira, abrindo a edição, publicou “O historiador sem tempo” e Stella Bresciani, seguindo Ferreira, contribuiu com o texto “Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil. Convergências e discordâncias”.

⁸⁷¹ Participaram deste eixo da publicação a própria Emília Viotti da Costa, com o texto “*Da senzala à colônia*: quarenta anos depois”; Rafael Bivar Marquese e seu capítulo “Estrutura e agência na historiografia da escravidão: a obra de Emília Viotti da Costa” e Cristina Wissenbach com a contribuição ““Nunca tive vocação para turista do passado nem para colecionadora de memórias...” – um tributo a Emília Viotti da Costa e aos quarenta anos de *Da senzala à colônia*”.

⁸⁷² Trazendo os textos “Imprensa e ensino na ditadura”, “*A Revista do Brasil* (1916-1944): notas de pesquisa” e “Imprensa, história, historiografia. Algumas observações”, publicados, respectivamente, por Maria de Lourdes Mônaco Janotti, Tânia Regina de Luca e Márcia Mansor D’Alessio.

⁸⁷³ Além dos textos de Pedro e Rago já citados anteriormente, *O historiador e seu tempo* publicava também o texto de Lídia Maria Vianna Possas, “Gênero, mulher e mulheres: aprimorando ferramentas e retomando narrativas em outro tempo”, resultado de sua mediação e apreciação da mesa-redonda ocupada por Pedro e Rago.

⁸⁷⁴ Fechando a obra, foram publicados os capítulos “O professor de História e a produção dos saberes escolares: o lugar da memória”, de Helenice Ciampi, e “A produção dos saberes históricos escolares: o lugar das memórias”, de Maria Carolina Bovério Galzerani.

⁸⁷⁵ Lídia Maria Vianna Possas e Joana Maria Pedro, em seus textos, nomearam a mesa como *Gênero, feminismos e sexualidade*, enquanto que os apresentadores da coletânea se referiram a mesma mesa-redonda como *Gênero e cultura*.

próxima ao GT Estudos de Gênero da ANPUH/Nacional, tendo participado não só de sua criação, mas das propostas de Simpósios Temáticos ocorridos nos encontros nacionais da ANPUH nos anos anteriores. Já em 2008, ano da publicação dos textos de Pedro e Rago, Possas era vice-coordenadora nacional do GT de Estudos de Gênero.⁸⁷⁶ Em 2006, ao mediar as falas de Pedro e Rago no encontro regional da ANPUH/SP, Possas apresentava as colegas e suas falas, explicitando que a mesa-redonda teria objetivado

[...] refletir sobre o atual estado da arte de “gênero”, relacionado com os tempos históricos com base em trabalhos de pesquisadoras como Joana Maria Pedro (UFSC) e Margareth Rago (Unicamp), ambas historiadoras especialistas pela opção que fizeram de pensar as mulheres em vários e distintos cotidianos bem como as relações e práticas sociais construídas.⁸⁷⁷

Apresentadas as “historiadoras especialistas”, indicada a intenção de refletirem sobre “o atual estado da arte de gênero”, Lídia Possas escrevia uma breve apreciação das falas de Rago e Pedro e finalizava seu texto parecendo estar um pouco em sintonia com o fim do texto de Joana Pedro e Rachel Soihet, publicado em 2007:

[...] atualmente os estudos de *Gênero* representam uma temática consolidada no seio da Academia, evidenciando pesquisas de caráter interdisciplinar que se avolumam e se consolidam por intermédio de publicações, revistas e periódicos que cada vez mais se tornam expressivos em nosso país confirmando a presença de uma produção científica de excelência e expressão acadêmica.⁸⁷⁸

Sublinhadas as características de um campo disciplinar do conhecimento histórico brasileiro, cabe destacar que Joana Maria Pedro e Margareth Rago foram alocadas lado a lado em *O historiador e seu tempo*, convidadas pela organização do encontro e tendo a palavra franqueada como “as especialistas”. As duas tinham novamente a oportunidade de tematizar o campo que vinham praticando pelo menos nas últimas duas décadas e para o qual haviam dedicado textos – boa parte deles, balanços – que narravam sua trajetória, (re)construíam sua memória disciplinar e apresentavam e davam formato aos seus cânones. Convidadas à

⁸⁷⁶ GT DE ESTUDOS DE GÊNERO ANPUH/NACIONAL. Disponível em: <https://gtgenero.paginas.ufsc.br/>. Acesso em 22 fev. 2021; POSSAS, Lídia Maria Vianna. **Currículo do sistema de currículos Lattes**. Brasília, 2 abr. 2020. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/8407424457814716>. Acesso em: 13 abr. 2020, às 20h55min; Idem. GT Estudos de Gênero/ANPUH: uma trajetória..., 2014.

⁸⁷⁷ POSSAS, Lídia Maria Vianna. Gênero, mulher e mulheres: aprimorando ferramentas e retomando narrativas em outro tempo. In: Antonio Celso Ferreira, Holien Gonçalves Bezerra e Tania Regina de Luca. (Org.). *O historiador e seu tempo*. São Paulo: Editora da UNESP, 2008, v. 1, p. 193.

⁸⁷⁸ Ibidem, p. 200-201.

“autorreflexão” pela ANPUH/SP,⁸⁷⁹ Pedro e Rago voltariam a reafirmar os enunciados que emitiram mais de dez anos atrás, em meados dos anos 1990? Estaria agora, encaminhando-se para o final da década de 2000, a atualização de suas narrativas sobre a área? Ou buscavam consolidar outras? Inicia-se pelo texto de Joana Maria Pedro para tentar responder a tais questões.

A historiadora da UFSC escolheu, mais uma vez, escrever um balanço historiográfico. Optando por este tipo de texto, Pedro adicionava novamente ao rol de obras e autoras momentos de reflexão teórica e conceitual. “Historicizando o gênero” traz praticamente as mesmas obras, as mesmas historiadoras e reflexões que Pedro havia exposto em “Traduzindo o debate” (2005) e que havia trabalhado ao lado de Rachel Soihet em “A emergência da pesquisa sobre História das Mulheres e das Relações de Gênero” (2007). A primeira nota de rodapé que acompanha seu texto já alerta seus leitores e suas leitoras sobre isso, explicitando que parte de tal texto já havia sido publicada e que agora seriam apresentados “outra perspectiva e alguns acréscimos”.⁸⁸⁰ Como o texto “Historicizando o gênero” reitera suas reflexões de 2005 e 2007, não haverá a preocupação aqui em evidenciar a “outra perspectiva” e nem em descrever em detalhes o balanço de Pedro, mas, sim, buscar-se-á sublinhar esses “acréscimos” que, pelo que se pretende demonstrar, “acrescentam” elementos ao enunciado emitido por Pedro e reforçam alguns de seus fundamentos.

Escrito em 25 páginas, repleto de notas de rodapé explicativas e de citação bibliográfica, o capítulo da professora catarinense em *O historiador e seu tempo* não contou com subdivisões ou intertítulos. Como já havia feito em outras oportunidades, o texto se apresenta em dois movimentos: o primeiro relaciona elementos históricos, o feminismo, temas historiográficos, obras e autoras ao tema da História da Mulher; fazendo o mesmo em relação ao tema da História das Relações de Gênero em um segundo movimento de seu texto. Também como já fizera anteriormente, é o nome de Maria Odila Dias que recebe o destaque quando trata da História das Mulheres, sendo citada, mais uma vez, antes das contribuições estrangeiras e nacionais. Ao refletir sobre “a contribuição dos *Annales*” para a escrita da História das Mulheres, Pedro relaciona ao movimento iniciado por Lucien Febvre e Marc Bloch um impulso para o campo, já que, para os franceses, “o historiador não poderia ficar alheio aos movimentos sociais de

⁸⁷⁹ São os organizadores de *O historiador e seu tempo* que dão este tom para os trabalhos apresentados no encontro e publicados no livro: “[...] no momento atual de notável capacidade expansiva e rigor especializado da produção histórica, que cada vez mais requer a autorreflexão do historiador.” Cf. FERREIRA, Antonio Celso; BEZERRA, Holien G.; LUCA, Tania Regina. In: FERREIRA, Antonio Celso; BEZERRA, Holien G.; LUCA, Tania Regina (Org.). **O historiador e seu tempo**. São Paulo: UNESP, 2008, p. 9.

⁸⁸⁰ PEDRO, 2008, p. 163.

mulheres, por exigir os pés plantados no presente; além de procurar outras fontes além das narrativas e as oficiais”. É neste momento que o nome de Dias vem à tona pela primeira vez, repetindo-se praticamente a mesma caracterização que fora feita em seu balanço de 2005:

Nessa perspectiva [dos *Annales*], um novo acervo de fontes tornou-se possível para a escrita da História. Foi nesse sentido que, escrevendo na década de 1980 do século XX, Maria Odila Leite da Silva Dias perguntava, em seu livro [*Quotidiano e poder*], que se tornou base para a nova historiografia, se o que tornava difícil a história das mulheres era a ausência de fontes ou a invisibilidade ideológica destas. E a proposta era a de buscar as minúcias, de ler nas entrelinhas, de garimpar o metal precioso das fontes em a abundante cascalho. Tem sido dessa forma que inúmeras pessoas têm escrito a história das mulheres.⁸⁸¹

Retomando a tópica da “obra-base”, expondo as obras estrangeiras e brasileira que caminharam “na trilha da História das Mulheres”, Pedro decide revisitar a década de 1970 em seu balanço. Seria uma tentativa de recolocar Rachel Soihet e *Bertha Lutz e a ascensão social da mulher* no início do campo? A historiadora da UFSC, em realidade, retoma os anos 1970 para reafirmar o papel de Maria Odila Dias como a grande protagonista da área; no entanto, por outro caminho, por uma temática que nunca ficou distante dessa massa de textos analisados nesta tese, mas que agora faria parte de um dos “acréscimos” de seu texto: o feminismo.

Joana Maria Pedro, então, introduz a temática do feminismo pela discussão acerca dos grupos de consciência, retomando o tema que havia tratado em 2005, em “Traduzindo o debate”. Pedro, afirmando que “a escrita da história das mulheres no Brasil, assim como em outros países” teria tido “relação direta com os movimentos de mulheres e feministas” desenvolvidos aqui e no exterior, insere os grupos de consciência em seu texto sublinhando que emergiram no Brasil em 1972 com mulheres que tinham regressado dos Estados Unidos e da Europa Ocidental em virtude do exílio ou de estudos no exterior. Esse teria sido o caso de Célia Sampaio e Walnice Nogueira Galvão que, voltando do exterior para São Paulo em 1972,

[...] chamaram algumas pessoas para conversar sobre o novo movimento feminista com o qual tiveram contato no exterior. O grupo foi formado por professoras universitárias ligadas à militância política de esquerda, cujas idades variavam entre 30 e 38 anos. A maioria tinha militado em partidos políticos, ou, então, era parenta, filha ou esposa de gente envolvida com a luta e a resistência à ditadura.⁸⁸²

⁸⁸¹ PEDRO, 2008, p. 173.

⁸⁸² PEDRO, 2008, p. 175-176.

Nesse ínterim, Maria Odila Dias é introduzida na narrativa de Pedro sobre o feminismo brasileiro de “segunda onda”. Por meio de uma entrevista concedida a Roselane Neckel, em 2005, é que Pedro retoma o relato de sua orientadora de doutorado para relacionar o feminismo dos anos 1970 com a emergência da historiografia brasileira sobre mulheres e gênero. Entre as participantes do grupo de consciência paulistano, continuava a professora da UFSC:

[...] estava uma historiadora que mais tarde se tornou formadora de outras pesquisadoras da História das Mulheres: Maria Odila Leite da Silva Dias. Maria Odila narra que o grupo de São Paulo, do qual participava, era chamado de ‘grupo de conscientização feminina’ [...] Os livros que liam tinham vindo na bagagem de várias mulheres que haviam estado, principalmente, na França e nos Estados Unidos. Eram, assim, resultado do movimento feminista, que ganhava espaço nas ruas e na mídia em geral, em diversos países da Europa, e nos Estados Unidos. No Brasil, entretanto, tudo isso era novidade.⁸⁸³

Pedro dá continuidade à sua tematização do feminismo, atando a sua trajetória ao surgimento dos grupos de consciência no Brasil por meio da atuação e do relato de Maria Odila Dias. O contato e a identificação com o feminismo nos EUA por parte de sua ex-orientadora teria se dado depois do seu divórcio, quando se deslocou para a “célebre universidade americana” de Yale. Ainda que Dias “estivesse fazendo uma tese sobre outro assunto”,⁸⁸⁴ Pedro afirma que foi nessa viagem que a professora aposentada da USP teria passado “a se interessar pelo feminismo”, comprando livros e conhecendo editoras sobre o tema. Voltando ao Brasil, com a bagagem cheia de tal experiência, é que Maria Odila Dias teria passado “a integrar o grupo de consciência” de São Paulo. Narrando esse processo de divórcio, viagem, conhecimento do feminismo estrangeiro, volta para o Brasil e de participação no grupo de mulheres paulistano, é que Pedro enlaça toda essa trajetória ao surgimento da área de História das Mulheres e das Relações de Gênero:

Para a historiografia brasileira, a presença de Maria Odila nestes grupos representou também a escrita de um dos trabalhos que mais influenciaram a História das Mulheres no Brasil, o livro *Quotidiano e poder*. Monica Raísa Schpun [no artigo *L’histoire des femmes e du genre au Brésil*] inclui a autora entre as precursoras e formadora de toda uma geração de historiadoras das mulheres. Evidentemente, outras historiadoras também foram responsáveis pela formação de profissionais neste campo; entretanto, Maria Odila destaca-se pelo pioneirismo.⁸⁸⁵

⁸⁸³ Ibidem, p. 176.

⁸⁸⁴ A tese de Maria Odila Dias, orientada por Sérgio Buarque de Holanda e defendida em 1972, preocupava-se com a historiografia de Robert Southey.

⁸⁸⁵ PEDRO, 2008, p. 177.

Reafirmando, outra vez, o pioneirismo de Maria Odila Dias, Pedro aproveitava para destacar sua atuação também feminista, interlocutora entre o movimento social estadunidense e o brasileiro, bem como o tráfego de ideias, livros e referências que deram conta de deslanchar o feminismo de “segunda onda” no Brasil e a historiografia sobre mulheres e gênero. Historiadora-feminista, ou feminista-historiadora parecia ser agora – comprovado por meio da pesquisa que Pedro e suas colegas desenvolviam desde a UFSC – virtude epistêmica essencial para a origem da área, bem como da sua precursora. Em 2008, então, têm-se as características de professora, pesquisadora, orientadora e feminista como essenciais para a formação de uma precursora da área. E, como ficou patente nos últimos capítulos deste trabalho, formada e formadora nos programas de pós-graduação universitários. Um conjunto de virtudes que não se era tão comum ver nas décadas anteriores. Ainda que o feminismo nunca tenha perdido seu lugar de destaque nas reflexões analisadas desde o primeiro capítulo, Joana Maria Pedro utiliza aqui a trajetória de Dias dentro do movimento feminista para criar a imagem da precursora de sua área de estudos. Na esteira de Mônica Raísa Schpun, que valorizou os depoimentos e as trajetórias para reafirmar a origem do campo entre historiadoras feministas, na trilha dos percursos narrados por Margareth Rago e Rachel Soihet sobre si mesmas e suas relações com o movimento e o pensamento feminista, Joana Maria Pedro afirmava também a trajetória de Maria Odila Dias, já inseparável da própria caminhada da área, como indissociável de sua experiência como feminista.

É importante também de se sublinhar que, se era comum em alguns textos dizer de uma História das Mulheres realizada antes das historiadoras das mulheres, ou seja, se havia textos que lembravam de um história feita fora da academia, pelas feministas, antes mesmos das historiadoras profissionalizadas nas universidades e em seus programas de pós-graduação, era difícil encontrar algum nome ou obra citado para caracterizar tal tipo de História das Mulheres. Agora, Joana Maria Pedro parecia tomar o exemplo justamente de uma feminista que, discutindo as “condições femininas” fora da academia, dentro do movimento político do feminismo, traz para a academia, para a pesquisa universitária e para a disciplina histórica a História das Mulheres. Nesse sentido, se havia dificuldades para se lembrar de nomes e publicações antes dos nomes e obras universitários, agora não havia mais: o grande nome, nome precursor, era o e de uma historiadora que partia desses movimentos, mas que também era historiadora universitária.

No entanto, fica a questão: apoiada no relato de Schpun, mais uma vez teriam Rachel Soihet e Miriam Moreira Leite perdido a dianteira, o posto de pioneiras, para a confecção da precursora Maria Odila Dias? As duas historiadoras, que se engajaram na pesquisa histórica por

meio da pesquisa de figuras feministas – enquanto Soihet defendeu a dissertação sobre Bertha Lutz, Leite havia escrito uma tese sobre Maria Lacerda de Moura⁸⁸⁶ – e se identificavam com demandas e questões políticas e teóricas dos movimentos e do pensamento feminista,⁸⁸⁷ haviam também ficado de fora do panteão de fundadoras da área? A resposta vem novamente em nota de rodapé:

Além de Maria Odila, Mônica [Raísa Schpun] destaca outras historiadoras que têm sido responsáveis pela formação de novas pesquisadoras, entre elas, Rachel Soihet, Mary del Priore, Cristina Scheibe Wolff, Margareth Rago e eu [Joana Maria Pedro]. Eu acrescentaria, ainda, Maria Izilda Matos, Eni de Mesquita Samara, Cleci Favaro, entre outras.⁸⁸⁸

Reafirmando seu enunciado, Joana Maria Pedro apresentava em 2006 para a ANPUH/SP e publicava, já em 2008, seu texto que mesclava o rol de obras e algumas de suas pesquisas sobre o feminismo brasileiro.⁸⁸⁹ Num cenário já mais reduzido em suas precursoras, Pedro “Historicizava o gênero” atando seu início à História Social das Mulheres, tal como praticada na USP nos anos 1980 por Maria Odila Dias, silenciando sobre o enunciado proferido, entre fins da década de 1980 e início da de 1990, por Maria Beatriz Nizza da Silva, Eni de Mesquita Samara e Miriam Moreira Leite e reabilitado por Mary del Priore já em finais dos anos 1990. Também esquecia o enunciado de Margareth Rago, emitido em meados da década de 1990, repetido por Maria Izilda Matos em 1996, 1997 e 1998. E como, então, Rago reagiria à tal conformação da origem do campo e cânone da área elaborada por Pedro em torno de Maria Odila Dias e *Quotidiano e poder*?

Há anos lotadas em centros que puderam disputar a hegemonia uspiana sobre o campo, Margareth Rago – desde a Unicamp e os *Cadernos Pagu* – e Joana Maria Pedro – desde a UFSC, a *Revista Estudos Feministas* e o Seminário Internacional Fazendo Gênero –, encontravam-se no evento regional da ANPUH/SP para reafirmar suas narrativas de fundação da área. Duas historiadoras, forjadas nos programas de pós-graduação universitários, tinham

⁸⁸⁶ SOIHET, 1974; LEITE, 1982.

⁸⁸⁷ SOIHET, 2011; ALVES, 2020; FERREIRA, 2013; CAMINHOS da memória..., 2007.

⁸⁸⁸ PEDRO, 2008, p. 176, nota nº 52.

⁸⁸⁹ Joana Maria Pedro vinha pesquisando o tema do feminismo em entrecruzamento com a categoria gênero desde 2004, quando deu início ao projeto de pesquisa “Revoluções do Gênero: apropriações e identificações com o feminismo (1964-1985)”, financiado pelo CNPq. A partir de 2006, deu início às pesquisas sobre feminismo e gênero no Cone Sul, em seus períodos de ditadura e de abertura política, todos financiados pelo CNPq e/ou pela FAPESC. Cf. PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. A pesquisa sobre gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul: um relato de viagens e algumas reflexões. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe; VEIGA, Ana Maria. **Resistências, gênero e feminismos contra as ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2011. p. 19-46; PEDRO, Joana Maria. **Currículo da Plataforma de Currículos Lattes**. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/0818383116633579>. Acesso em 12 abr. 2020.

emitidos enunciados em meados na década de 1990 que tiveram a força de sobreviver até a segunda metade dos anos 2000, que tiveram a capacidade de superar o enunciado da História da Família e da Demografia histórica, deslocar os focos de atenção das memórias disciplinares de instituições como a USP e a Fundação Carlos Chagas e instituir outros cânones para a área.

Tentando hegemonizar a memória disciplinar da área que praticavam, atrelando-a às instituições, grupos, obras, periódicos, abordagens e práticas historiográficas das quais faziam parte, os enunciados emitidos por essas duas historiadoras pareciam disputar espaços entre si, num movimento em que nenhum deles conseguia se tornar definitivamente hegemônico. A organização do Encontro Regional da ANPUH/SP, talvez, pudesse não supor que ali se encontravam, naquele mesmo evento, naquelas mesmas salas, transitando pelos mesmos corredores e auditórios, que pusera sentadas na mesma mesa-redonda, duas narrativas em disputa pela memória disciplinar do campo, pelo conteúdo de seus cânones e pelos seus marcos fundadores. À reflexão de Joana Maria Pedro agora descrita, juntava-se outra, a de Margareth Rago.

A historiadora da Unicamp preparou um texto que ocupou 25 páginas de *O historiador e seu tempo*. A parte mais longa de contribuição foi “‘*Mujeres libres*’ na Revolução Espanhola”, seção com quase dez páginas, que apresentava ao seus leitores e leitoras a organização *Mujeres libres*, coletivo formado por mulheres que enfrentaram a Guerra Civil Espanhola e que discutia, desde o movimento anarquista, questões relacionadas à maternidade, aborto, prostituição, emancipação feminina, a “opressão da família” e o “amor livre”, dentre outras, ligadas aos movimentos feministas. Tal seção, que preenche o miolo do capítulo de Rago, é seguida por pouco mais de meia página, na qual a seção “Exílio” trata rapidamente das militantes de *Mujeres libres* que se exilaram na França depois da ascensão da ditadura franquista, e também de uma conclusão de duas páginas que foi intitulada “Ainda algumas reflexões...”.⁸⁹⁰ No entanto, o que mais interessa aqui são as duas primeiras seções do capítulo de Margareth Rago: especialmente “Deslocamentos”, seção que abria o texto da historiadora da Unicamp, contando com três páginas, e, em segundo lugar, “Estilísticas da existência”, segunda seção do capítulo, escrita em cinco páginas.

No primeiro parágrafo de “Escrever de novo a palavra mulher” Margareth Rago dividiu a historiografia sobre as mulheres em dois momentos. Um deles, seria caracterizado pelas décadas de 1970 e de 1980; o outro, relativo aos anos 1990, teria sido marcado pelos “deslocamentos” que tentava evidenciar em sua primeira seção:

⁸⁹⁰ RAGO, 2008, p. 139-168.

Com um olhar de historiadora, é inevitável perceber que, se nas décadas de 1970 e 1980, privilegiamos em nossos estudos históricos sobre as mulheres as análises do poder, percebendo e denunciando suas manifestações microscópicas, invisíveis, moleculares, sutis e sofisticadas nas relações sociais, étnicas e sexuais, na década seguinte [nos anos 1990], o foco principal foi outro. Depois de ‘politizar o cotidiano’, ao lado das conhecidas teóricas feministas, das ‘feministas históricas’ e das mais jovens, que vieram integrar o movimento de luta das mulheres, e fundamentalmente referenciadas pela analítica do poder de Michel Foucault, passamos para outras problematizações, não menos importantes.⁸⁹¹

Não fazendo mais questão de tematizar a década de 1970 como aquela da “historiografia do trabalho” de corte marxista, Rago apresentava uma temporalidade para o campo que diferia dos seus primeiros balanços, de 1994 e 1995. Agora, em 2008, o foco dos anos 1970 e 1980, em bloco, era a “a politização do cotidiano”, as “práticas microscópicas do poder”. Ao lado das “feministas históricas”, das “mais velhas”, estavam as “mais jovens”, referenciadas por Foucault, todas elas, produtoras de “estudos históricos das mulheres” nos anos 70 e 80. Diferentemente de 1994 e 1995, na qual a década de 1970 era caracterizada pela historiografia do trabalho feminino e a de 1980 pela “História das Mulheres enquanto História Social”, Rago expunha em *O historiador e seu tempo* uma temporalidade mais enxuta, menos rugosa, um tanto mais linear, sem as separações mais evidentes que havia narrado em “Relações de gênero e classe operária no Brasil” (1994) e em “A mulher na historiografia brasileira” (1995). Talvez sintoma dessa narrativa mais enxuta seja a citação de apenas duas obras como exemplares deste momento: a publicação da dissertação de Magali Engel, *Meretrizes e doutores* (1988), e o livro originado de sua própria tese de doutorado, *Os prazeres da noite* (1991).

Ora, Rago abrira mão, neste texto, de um dos fundamentos da sua narrativa sobre a origem do campo: a historiografia do trabalho. Fica, então, a questão: esta operação que Rago faz, em 2008, seria um abandono da narrativa sobre a origem da área que sustentava desde meados de 1990? Ou elas poderiam caminhar em paralelo? Ao que parece, a segunda questão colocada poderia receber um “sim” como resposta, ao menos como ela constrói seu texto depois do primeiro parágrafo.

Para tornar patentes esses “deslocamentos” da década de 1990, Rago descreve o que seriam essas outras “problematizações, não menos importantes”. Elas não seriam apenas o destaque para “as desconstruções” das redes de poder constitutivas dos saberes e das práticas, das redes microscópicas do poder que atravessavam “as relações sociais, de gênero e éticas”,

⁸⁹¹ RAGO, 2008, p. 139.

mas, também, ter-se-ia dado destaque às “criações libertárias, femininas e feministas, capazes de subverter as identidades impostas, questionar as hierarquias e revolucionar o mundo ou, pelo menos, nossos mundos.”⁸⁹²

Nesse ínterim, Rago afirmava que os conceitos foucaultianos de “estéticas da existência e de cuidado de si”, bem como o de “heterotopia”, foram sublinhados nos anos 1990 e, “naquele contexto”, intelectuais feministas foram

[...] chamadas para o aqui e agora, para um olhar crítico sobre nós mesmas/os, sobre nossas práticas cotidianas, sobre nossos modos de operar, sobre nossas crenças e valores morais, a ‘invenção de si’, como construção de um sujeito ético-político se mostrou como uma importante dimensão emancipadora, como bem haviam aprendido, na prática, as feministas.⁸⁹³

“As feministas”, no texto da historiadora da Unicamp, eram citadas: Rago lembrava *Problemas de gênero*, de Judith Butler, que vinha sendo citada nos balanços e textos de reflexão teórica dos últimos anos – com destaque para os de Joana Maria Pedro e de Rachel Soihet –, e *Sujeitos nomades*, de Rosi Braidotti, filósofa e teórica feminista que lecionava na Utrecht University, nos Países Baixos, citada pela primeira vez nas fontes selecionadas para esta tese.

Nomeadas as filósofas e o filósofo estrangeiras/o que teriam colaborado para os “deslocamentos” dos anos 1990, Margareth Rago se voltava para os historiadores e, logo após, para os brasileiros:

No terreno dos estudos históricos, o eco dessas discussões se faz sentir. Não foi tarefa fácil entender as discussões sobre a desnaturalização do sujeito, nem desfazer-se das noções de essência e ‘natureza humana’, fortemente arraigadas no imaginário social e passar a problematizar a historicidade do sujeito. No Brasil, apenas começam a surgir trabalhos que se orientam nessa direção, embora já sejam muitos os que, revelando uma atitude de estranhamento do próprio presente, perguntam pelas condições de possibilidade do que fomos e do que temos sido, seja como ‘identidade nacional’, seja em relação às identidades assumidas de gênero.⁸⁹⁴

Sem citar nenhum dos trabalhos que fariam parte de tal momento de deslocamento dos anos 1990, Rago continuava narrando que ainda seriam “poucas, contudo”, as pesquisas que se dedicavam a investigar “as experiências históricas de ‘invenção de si’, das mulheres”. Ainda sem citar nomes ou obras, Rago reafirmava o que ela entendia ser o “deslocamento” ocorrido entre os anos de 1970-80 e de 1990:

⁸⁹² RAGO, 2008, p. 139-140.

⁸⁹³ Ibidem, p. 140.

⁸⁹⁴ Ibidem, loc. cit.

Da forte incidência em nossas pesquisas [anos 1970 e 1980] da questão da normalização do corpo feminino e da domesticação dos instintos e dos sentimentos femininos, uma *nova perspectiva temática se configura* [anos 1990], portanto, com a possibilidade de conhecermos as criações éticas femininas e as linhas de fuga feministas ao longo da História.⁸⁹⁵

A “nova perspectiva temática” que Rago defendia existir pós-1990 se assemelhava às mudanças que ela já narrara entre 1994 e 1995, quando afirmava existir uma renovação da historiografia brasileira sobre a mulher que teria sido impulsionada pelas filosofias da diferença, o conceito de gênero, a História Cultural e pela sua própria tese, em contraposição à “História da Mulher enquanto História Social”, devedora dos estudos sobre o cotidiano e da historiografia inspirada em Thompson. No entanto, aqui, em 2008, “a nova perspectiva” era caracterizada pelo “tema”, pelo “deslocamento” da análise dos temas da “normalização dos corpos” para os temas das “criações femininas/feministas”. Se sua tese não aparecia como ponta de lança para “o novo” – mais relacionada, agora, com o “antigo” tema, o da repressão e normalização dos corpos das prostitutas –, Michel Foucault e as filósofas feministas ainda recebiam os holofotes das mudanças e a capacidade de abrir “novos temas” de pesquisa. O deslocamento, em 2008, era principalmente o tema e não a perspectiva teórica – filosofias da diferença, História Cultural e conceito de gênero –, como ela consagrou em seus balanços de meados dos anos 1990.

Nesse sentido, ainda restam algumas dúvidas. O deslocamento que Rago anunciava em 2008 suprimiria o enunciado que emitira em 1994/1995? A disputa dentro da área sobre a sua memória disciplinar e seus cânones havia sido atenuada quando a historiadora da Unicamp decide focar o “deslocamento temático” representado pela saída da “normalização dos corpos” para a entrada nas “criações femininas/feministas” em detrimento do “deslocamento teórico” da História Social das Mulheres para a “História Cultural do Gênero”? A resposta que Margareth Rago parece dar a esses questionamentos exige recorrer à obra e à historiadora que sempre foram necessárias nas narrativas e enunciados analisados nesta tese e que vinham, nos últimos anos e, especialmente, sob os olhares de Rachel Soihet e Joana Maria Pedro – companheira de Margareth Rago na mesa do encontro regional da ANPUH/SP de 2006 –, galgando o destaque de origem e precursora da área: *Quotidiano e poder* e Maria Odila Dias. Mais uma vez, como em 1994 e 1995, a historiadora da USP e sua tese de livre-docência são o

⁸⁹⁵ RAGO, 2008, p. 141. Grifos adicionados.

ponto de diferenciação para a maneira de escrever História das Mulheres e das Relações de Gênero que Margareth Rago praticava naqueles anos.⁸⁹⁶

Como numa defesa de seus argumentos e de seus temas de pesquisa, Margareth Rago expunha:

Aqui, não se trata apenas das novas sociabilidades diferenciadas com que as mulheres se articularam e puderam escapar às redes do poder, em várias épocas, transgredindo os códigos sociais impostos, burlando as normas e questionando a estrutura do poder patriarcal. Também não se trata apenas das inúmeras estratégias informais de sobrevivência com que driblaram as dificuldades econômicas, os impedimentos paternos, as imposições familiares do matrimônio e da maternidade, as condenações do adultério ou do aborto, como nos mostra o excelente trabalho de Maria Odila Leite da Silva Dias, *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. Trata-se, sobretudo, da maneira pela qual subverteram a ordem moral no mais íntimo do seu ser, isto é, na maneira pela qual se construíram a si mesmas, olhando-se de maneira independente do olhar masculino projetado sobre elas e, por conseguinte, de como puderam estabelecer novas relações consigo mesmas, tanto quanto com os outros. Está em jogo, nesse sentido, ao falarmos das ‘estéticas da existência’, a pergunta pelo modo como as mulheres contribuíram e contribuem para a construção de novos valores e códigos éticos, ajudando a renovar e atualizar o imaginário político e cultural de seu tempo.⁸⁹⁷

Colocada ao lado da “História das mulheres enquanto História social” em 1995, agora, Maria Odila Dias aparecia com uma prática historiográfica que tinha escolhido um objeto comum aos anos 1970 e 1980. O objetivo aqui parecia ser o mesmo de meados de 1990: Rago caracteriza uma prática específica da História das Mulheres e das Relações de Gênero, seja pelo viés teórico (1994 e 1995), seja pelo temático (2008), e, em seguida, diferencia-se dela por meio da apropriação que fez das contribuições foucaultianas – ou pelas filosofias da diferença, como afirmava em 1995. Uma década depois, Rago continuava em sua estratégia de *bifurcar* a trajetória do campo entre aquilo que teria sido praticado antes e depois de 1990. Mais especificamente, a *bifurcação* era marcada, dita, colocada em discurso através de um processo que diferenciava uma determinada origem da área e a *sua própria* prática de pesquisa historiográfica.

⁸⁹⁶ Naquele momento, diferentemente de 1994 e 1995, Rago estava dedicada a pensar trajetórias femininas e feministas que pudessem ser entendidas como pontos de subversão da ordem das subjetividades, bem como vinha ensaiando no texto que se analisa e se descreve agora. O próprio texto que publicou em *O historiador e seu tempo* trazia alguns dos resultados de sua pesquisa com tal abordagem sobre o movimento *Mujeres libres*, mas também pode-se citar o livro *A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade*, pesquisa sobre seis mulheres brasileiras que sobre as quais a professora da Unicamp investiga “a maneira pela qual [tais] mulheres se constituem discursivamente como sujeitos feministas”, que fora publicado alguns anos depois, em 2013. Cf. RAGO, 2008, Idem. **A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade**. Campinas: Editora da Unicamp, 2013, p. 30.

⁸⁹⁷ RAGO, 2008, p. 141.

Talvez passada mais de uma década, tendo o conceito de gênero adentrado as narrativas sobre a história e a origem do campo, tendo sido estabelecida uma certa memória disciplinar que fundamentava a área na História Social e, muito veementemente, na figura e obra canonizadas de Maria Odila Dias, Rago não pretendeu mais apostar em *Do cabaré ao lar* e na historiografia do trabalho como elementos constituintes dos primórdios do campo? Haveria desistido de se afirmar como figura de proa na “renovação” da historiografia brasileira e da área específica sobre mulheres e gênero? Duas republicações de balanços historiográficos naqueles anos podem ajudar a responder, em parte, tais questões.

Em 2007, um ano depois de sua participação no Encontro Regional da ANPUH/SP ao lado de Joana Maria Pedro e um ano antes da publicação de *O historiador e seu tempo*, Rago republicava, sem alterações, o artigo “Relações de gênero e classe operária no Brasil”.⁸⁹⁸ Em 1994, publicado em *Caderno Espaço Feminino*, tal artigo dava o pontapé inicial ao enunciado de Margareth. Já em 2007, o texto foi republicado em *Olhares feministas*, obra que fez parte da “Coleção Educação Para Todos”, que vinha sendo organizada, promovida e publicada desde 2004 pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação (Secad/MEC) em conjunto com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). A coleção conta com 31 volumes que debatem inúmeros temas – tais como saúde, meio-ambiente, racismo, juventude etc. – e o volume 10, *Olhares feministas*, reuniu 20 artigos que haviam sido originalmente publicados nas revistas *Estudos Feministas*, *Cadernos Pagu*, *Caderno Espaço Feminino* e *Gênero*. Segundo a apresentação que a Secad fez para o volume *Olhares feministas*, sua publicação seria importante para enfrentamento das questões de gênero dentro e a partir da escola, com o objetivo de levar aos professores, à gestão e à comunidade escolar o debate feito na academia “[...] a fim de que esses educadores possam enfrentá-las nos ambientes escolares, em diálogo com toda a comunidade e com o movimento feminista.”⁸⁹⁹

Não só “Relações de gênero e classe operária no Brasil” teve espaço para republicação em *Olhares feministas*. O artigo “História das Mulheres e Gênero: usos e perspectivas”⁹⁰⁰ que Maria Izilda Matos publicou em 1996 no mesmo *Caderno Espaço Feminino* também foi

⁸⁹⁸ RAGO, Margareth. Relações de gênero e classe operária no Brasil. In: MELO, Hildete Pereira de; PISCITELLI, Adriana; MALUF, Sônia Weidner; PUGA, Vera Lucia (org.). **Olhares Feministas**. Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2007. p. 19-37.

⁸⁹⁹ SECAD - MEC. Apresentação. In: MELO, Hildete Pereira de; PISCITELLI, Adriana; MALUF, Sônia Weidner; PUGA, Vera Lucia (org.). **Olhares Feministas**. Brasília: Ministério da Educação/UNESCO, 2007. p. 7.

⁹⁰⁰ MATOS, Maria Izilda. História das mulheres e gênero: usos e perspectivas. **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia, v3, n2, p. 35-50, 1996.

selecionado para fazer parte da obra, dentre outras cientistas sociais e historiadoras.⁹⁰¹ Assim, para públicos mais amplos do que aquele apenas acadêmico, atendendo a outros critérios de publicação e com outros objetivos de circulação, o enunciado de Rago ressoava ainda em 2007, seja pelos seus próprios textos ou por aqueles de Maria Izilda Matos. Ainda que com objetivos, públicos e suportes diferentes, ao lado de outras historiadoras, o enunciado de que a História das Mulheres e das Relações de Gênero havia se originado na historiografia do trabalho de inspiração marxista fazia voltarem à cena aquelas reflexões sobre o campo, seus cânones fundadores e a elaboração de sua memória disciplinar que havia sido operada treze anos antes.

O que se faz agora em “Escrever de novo a palavra mulher”, nessa operação delicada e nesse texto de 2008, é marcar um território teórico – os estudos inspirados em Foucault – e um espaço temporal – a década de 1990 – na qual Margareth Rago se projeta, junto a outros colegas da Unicamp, como personagem protagonista da “renovação” da historiografia brasileira. Desde 1990, pós-defesa e publicação de sua tese, lotada na Unicamp e partícipe efetiva do Núcleo de Estudos de Gênero Pagu e de seus *Cadernos*, Rago continuava a reafirmar seu papel de criadora de novos rumos na História das Mulheres e das Relações de Gênero, seja pela aposta teórica nos conceitos foucaultianos e na categoria gênero, seja pela escolha de temas de pesquisa que se diferenciavam da prática historiográfica, da memória disciplinar e dos cânones fabricados pelas historiadoras que emitiram, replicavam e defendiam o enunciado da História Social das Mulheres.

O que corrobora tais afirmações é como o texto de Rago se desenrola depois dessa operação de diferenciação que ela realiza em relação à Maria Odila Dias e *Quotidiano e poder*. Afirmando que, além dos “excelentes trabalhos realizados na área literária”, dos quais destaca “os trabalhos pioneiros” de Norma Telles e de Sueli Rolnik,⁹⁰² pouco se saberia ainda de “um rico e positivo passado em que as mulheres lutaram para escapar das redes de captura do estado

⁹⁰¹ *Olhares feministas* publicou os textos de mais três historiadoras além dos de Rago e Matos: o de Rachel Soihet, “Formas de violência, relações de gênero e feminismo” (publicado originalmente na *Revista Gênero*, em 2002); Eni de Mesquita Samara, “Feminismo, justiça social e cidadania na América Latina” (*Caderno Espaço Feminino*, 1999); Maria Lúcia de Barros Mott, “A Parteira Ignorante: um erro de diagnóstico médico?” (*Revista Estudos Feministas*, 1999). As organizadoras expuseram os critérios que as levaram a escolher tais nomes e artigos: “Decidiu-se por uma coletânea com cerca de vinte artigos. O critério da maior tradição e experiência editoriais foi o que definiu o número de seis artigos para a *Revista Estudos Feministas* e para os *Cadernos Pagu*, as mais antigas, e de quatro para as revistas *Gênero* e *Espaço Feminino*, as mais novas. Ficou acordado que os artigos escolhidos priorizariam, sempre que possível, trabalhos não publicados em outros livros e periódicos; a escolha recaiu em textos de maior ineditismo e editados nos números mais recentes das revistas. As autoras só poderiam ter um artigo selecionado. A seleção de temas dos artigos ficou a critério de cada corpo editorial”. MELO, Hildete Pereira de; PISCITELLI, Adriana; MALUF, Sônia Weidner; PUGA, Vera Lucia. Introdução. In: **Olhares Feministas**. Brasília: Ministério da Educação/UNESCO, 2007. p. 13.

⁹⁰² São lembrados, respectivamente, *Encantações: escritoras e imaginação literária no século XIX*, tese de doutorado defendida por Telles em 1986 na PUC/SP, e *Cartografia sentimental*, livro de Rolnik publicado em 2006.

e do poder masculino no terreno dos modos de subjetivação [...] de construção de sua própria subjetividade.” Em estratégia muito próxima à utilizada em “As mulheres na historiografia brasileira”, de 1995, Margareth Rago apontava para a sua prática de historiadora inovadora dos rumos da área. Do mesmo modo como em 1995, quando, depois de historiar a História das Mulheres e das Relações de Gênero, ela apresentava sua própria tese de doutorado, em 2008, ela apontava para a pesquisa que ela desenvolvia naquele momento:

É nesta direção que situo a pesquisa que realizo atualmente sobre um grupo de militantes anarquistas, especialmente ativas durante a Revolução Espanhola, ocorrida entre 1936 e 1939, intitulada “Experiência e subjetividade: as *Mujeres Libres* da Espanha”. É, portanto, uma reflexão em torno dessa pesquisa histórica e dos pressupostos teóricos que a norteiam que proponho brevemente neste texto. Viso a enunciar algumas das problematizações que orientam este trabalho de pesquisa e que, a meu ver, podem abrir novos caminhos para repensar o passado das lutas feministas, em geral, tão silenciadas pelos discursos dos vencedores, à direita ou à esquerda.⁹⁰³

Encerrando sua seção “Deslocamentos”, Rago desenvolveu o seu texto expondo os conceitos foucaultianos com os quais trabalhava naquele momento – a próxima seção foi nomeada especificamente de “Estilísticas da existência”, na qual a historiadora da Unicamp mobiliza as categorias de Michel Foucault que utilizou para a pesquisa sobre as militantes espanholas. A pesquisa desenvolvida por Margareth Rago naqueles anos, intitulada “Experiência e subjetividade: as *Mujeres Libres* da Espanha”, financiada pelo CNPq, era um projeto de pesquisa a que a professora unicampista deu corpo depois de sua livre-docência, defendida em 2000, sobre a anarquista italiana Luce Fabbri.⁹⁰⁴ A pesquisa em questão, foi seguida por outra que trabalhou com os mesmos conceitos foucaultianos, como “estética/artes da existência” e “cuidado de si”, mas dedicada ao contexto brasileiro, publicada em 2013 em forma de livro.⁹⁰⁵ Seguida por suas orientandas,⁹⁰⁶ Rago pareceu dar mais musculatura às suas pesquisas que versavam sobre o entrecruzamento dos conceitos foucaultianos, especialmente, com as questões das subjetividades e dos feminismos.

⁹⁰³ RAGO, 2008, p. 141.

⁹⁰⁴ Não foi possível encontrar a tese de livre docência de Rago. A pesquisa foi publicada em livro em 2001 pela editora Unesp. Cf. RAGO, Margareth. **Entre a história e a liberdade:** Luce Fabbri e o anarquismo contemporâneo. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

⁹⁰⁵ RAGO, Margareth. **A aventura de contar-se:** feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

⁹⁰⁶ Algumas das pós-graduandas da Unicamp sob a orientação de Margareth Rago naqueles anos também se dedicavam a pesquisar tais temas, como por exemplo Susel Oliveira da Rosa, Ana Carolina Arruda de Toledo Murgel e Luana Saturnino Tvardovskas.

4.4 Convivência? Os enunciados sobre a História das Mulheres e das Relações de Gênero no Brasil pós-2008

No encontro organizado pela ANPUH/SP em 2006 e na publicação de *O historiador e seu tempo* em 2008, parecia ainda ressoar aquela *bifurcação* na maneira de lembrar a história do campo da História das Mulheres e das Relações de Gênero no Brasil: conviviam, lado a lado, dois enunciados que mobilizavam temas, historiadoras, obras e reflexões para elaborar a memória disciplinar da área e dar contorno aos seus cânones. Área que, em 2008, somava 581 trabalhos de mestrado, doutorado e livre-docência defendidos. Em plena consolidação do campo nos programas de pós-graduação, a área ainda era fruto de disputas em sua origem, sua memória e seus cânones. Em 2008 já não se pode mais encontrar textos, ao menos naqueles levantados para esta pesquisa, que reafirmasse o enunciado da História da Família e da Demografia histórica: vencida tal memória disciplinar, acomodados os seus cânones no interior de outros enunciados, o último texto a saudá-la e que tentou reabilitá-la foi o de Mary del Priore, dez anos antes.

Entre 2009 e 2012, os anos que abrangem o recorte final desta pesquisa, pareceu mais raro encontrar a reafirmação do enunciado da História Social das Mulheres e da História Cultural do Gênero. Dois textos podem ser utilizados como exemplo dessa rarefação dos enunciados que haviam se estabelecido sobre a história da área. Em 2011, Joana Maria Pedro e Margareth Rago publicaram textos que, ao narrar a trajetória da área, deixaram de lado algumas das disputas que vinham sendo alimentadas em seus enunciados, especialmente no que tocava à origem do campo. Sobre estes dois textos, publicados por Pedro e Rago, está tese se debruça agora.

A historiadora da UFSC publicou um texto que trazia um balanço e algumas reflexões conceituais e teóricas sobre a historiografia das mulheres e do gênero em países do Cone Sul: Brasil, Argentina, Paraguai e Bolívia. Em “Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea”,⁹⁰⁷ artigo publicado na revista *Topoi*, Joana Maria Pedro se dedicou a saudar aqueles nomes e obras que se acostumou a ver em seus balanços dos anos 2000 no que concerne à historiografia brasileira, que foram as publicações que mais tomaram espaço em seu artigo. Já em relação aos outros países latino-americanos por ela investigados, o rol de autoras e obras foi um tanto mais reduzido.

⁹⁰⁷ PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. **Topoi**, v. 12, n. 22, p. 270-283, jan.-jun. 2011.

A revista *Topoi*, periódico criado em 2000 pelo Programa de Pós-graduação em História Social da UFRJ, publicou 16 artigos em seu 22º número,⁹⁰⁸ dentre eles, estava o de Joana Maria Pedro. Partindo de resultados que obtivera a partir da pesquisa “Do feminismo ao gênero: circulação de teorias e apropriações no Cone Sul (1960-2008)”, que iniciou em 2010 e contou com apoio do CNPq, Pedro publicou o artigo que já havia apresentado no Simpósio Internacional História e Margem, “promovido pelo Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), entre 18 e 20 de outubro de 2010.”⁹⁰⁹ Além disso, a historiadora catarinense já havia discutido algumas das suas reflexões publicadas na *Topoi* para um público estrangeiro quando, em “missão de estudos na Universidade de Toulouse”, na França, entre novembro e dezembro de 2010, apresentou sua pesquisa em seminário organizado por Sylvie Chaperon, professora de História Contemporânea e pesquisadora de gênero naquela universidade, sob o título de “Du féminisme au genre - circulation des théories et leur appropriation dans le Cône du Sud (1960-2008)”.⁹¹⁰

Parecendo estender sua estratégia de análise que havia utilizado sobre o Brasil nos últimos anos para a escrita do texto sobre os países do Cone-Sul, Pedro, inspirada desta vez pela historicidade dos conceitos como entendia Reinhart Koselleck e amparada pelas reflexões sobre apropriação de Roger Chartier, explicitava que seu objetivo era

[...] mostrar como as categorias “mulher”, “mulheres” e “relações de gênero” têm sido formuladas, divulgadas e apropriadas em diferentes locais. Focalizarei principalmente alguns países do Cone Sul, como o Brasil, a Argentina, o Paraguai e a Bolívia, por meio dos títulos das obras de história ou pelo fato de incorporarem em seu texto essas categorias.⁹¹¹

Se os objetivos pareciam ser os mesmos, outras coisas mudaram no balanço de 2011 em relação aos balanços anteriores. De certa maneira, Joana Maria Pedro elabora de outra forma algumas questões que vinha afirmando nos seus textos anteriores, em especial a crítica à linearidade que algumas narrativas emprestavam ao desenvolvimento da História das Mulheres e das Relações de Gênero que fez em “Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea”. Para Pedro, tal narrativa linear, especialmente criada pelas estudiosas sediadas no hemisfério norte, atribuiria a cada uma das três últimas décadas do século passado uma categoria: nos anos 70 seria a categoria “mulher” aquela privilegiada pelos

⁹⁰⁸ TOPOI. **Números anteriores**. v. 12, n. 22, jan.-jun. 2011. Disponível em: <http://revistatopoi.org/site/topoi22/>. Acesso em: 11 de dez. 2019, às 17h37min.

⁹⁰⁹ PEDRO, Op. Cit., p. 277.

⁹¹⁰ Idem, 2020.

⁹¹¹ Idem, 2011, p. 270.

estudos feministas e das mulheres; na década de 80, “mulheres” para a inserção de mulheres negras e do Terceiro Mundo na categoria – o que Pedro chamava antes de a inclusão “da diferença dentro da diferença” –; e, por fim, nos anos 90 “relações de gênero” seria a categoria utilizada em tais pesquisas, influenciada pela virada linguística, pelo pós-estruturalismo e pela crítica encabeçada por Judith Butler. Tendo em vista tal “narrativa linear”, é pela seguinte questão que a professora da UFSC guia seu balanço historiográfico: “A historiografia do Cone Sul teria acompanhado essas ondas? Em quais décadas isso teria ocorrido?”⁹¹²

Como já informado anteriormente nesta tese, Joana Maria Pedro responde negativamente a esta questão:

Podemos concluir, ainda, que as “ondas” do feminismo constituíram categorias de análise que foram se deslocando na direção dos países do Cone Sul, sempre com atraso e em diferentes momentos. Entretanto, o surgimento de uma nova categoria não eliminou as precedentes, que continuaram a existir. Em alguns países, como a Bolívia e o Paraguai, as três categorias, “mulher”, “mulheres” e “relações de gênero”, vieram juntas a partir dos anos 1980. Enquanto nos países do hemisfério norte observa-se a crítica à categoria “gênero” e o retorno da categoria “mulher”, como um essencialismo instrumental, isso não ocorre na historiografia elaborada nos países do Cone Sul. Aí, a categoria “mulher” carrega, ainda, todo o essencialismo dos anos 1970.⁹¹³

No que concerne ao Brasil, objeto de interesse deste trabalho, para as décadas de 1980 e 1990 não há uma mudança fundamental no rol de obras e autoras que Joana Maria Pedro elaborara em “Traduzindo o debate” ou em “A emergência da pesquisa de História das Mulheres e das Relações de Gênero”. No entanto, para os anos 1970, há a inclusão de 3 nomes: o de June Hahner, com o livro *A mulher no Brasil*, publicado em 1978; Charles R. Boxer e *A mulher na expansão ultramarina ibérica (1415-1815): alguns factos, ideias e personalidades*, lançado no Brasil em 1977; e o de Heleieth Saffioti, com *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade* que, ainda que tendo sido publicado pela primeira vez em 1969, Pedro citou a edição de 1979. Mesmo não citando a dissertação de Rachel Soihet sobre Bertha Lutz – ou os trabalhos de Esmeralda Blanco B. de Moura e de Wanda Borges, por exemplo –, Joana Maria Pedro dava mais atenção a trabalhos antes por ela esquecidos e para a própria década de 1970 em si.

Para os anos 1980, outra mudança parece fundamental: a caracterização de Maria Odila Dias e *Quotidiano e poder*. Ainda que ocupando o primeiro lugar nas citações que Pedro fez

⁹¹² PEDRO, 2011, p. 272.

⁹¹³ Ibidem, p. 277.

sobre aqueles anos, Dias e *Quotidiano e poder* não receberam o destaque como a “historiadora precursora” e a “obra base” que vinham recebendo em outros balanços da historiadora da UFSC. Afirmando que, no Brasil da década de 1980, já se usava a categoria “mulheres”, Pedro se reservou a simplesmente apontar que “Em 1984, por exemplo, Maria Odila Leite da Silva Dias publicava *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*”. E pareceu que a citação de sua ex-orientadora foi, literalmente, mais “um exemplo” do que se fazia naquela década, assim como foram citadas as obras de Margareth Rago, Martha Campos Abreu, Rachel Soihet, Magali Engel e de Eni de Mesquita Samara e o número *A mulher no espaço público* organizado pela *Revista Brasileira de História* em 1989. Joana Maria Pedro ainda teve que justificar o porquê de ter adicionado a obra de Maria Odila Dias entre as outras da década de 1980: segundo ela, “embora não trouxesse no título a palavra “mulheres”, foi, de fato, essa, a principal categoria utilizada.”⁹¹⁴

Com tais rearranjos na maneira de se narrar a história da área, parecia que Joana Maria Pedro não insistia mais em marcar a origem da área nos anos 1980 e na História Social das Mulheres tal qual praticou Maria Odila Dias em *Quotidiano e poder*. Na verdade, as primeiras obras citadas eram as da década de 1970, com os nomes de June Hahner e de Heleieth Saffioti, especialmente saudados por Margareth Rago, e o de Charles R. Boxer, nome lembrado por Eni de Mesquita Samara e Maria Beatriz Nizza da Silva.

Se parecia não haver mais tanto interesse na determinação de uma origem, de elaborar um nome e uma obra canônicos para a área, a atualidade dela era bem marcada, bem definida. Pouco antes de suas considerações finais, mas já encaminhando algumas conclusões, Joana Maria Pedro escrevia:

Na divisão internacional de produção teórica, costumeiramente, é no “Norte” que se constituem as teorias e no “Sul” que se fazem os estudos de caso. É o Norte quem dita qual teoria é mais importante e legítima, e qual é a menos “correta”, a mais atrasada. A abordagem pós-estruturalista, por exemplo, excluiu do vocabulário teórico legítimo a categoria “mulher”, acusando-a de ser essencialista. Entretanto, para as historiadoras do Cone Sul, as categorias “mulher” e “mulheres” continuam muito presentes. Caminhando para a conclusão, gostaria de apontar que, também no Brasil, houve, nos anos 1970, 1980 e início dos 1990, uma concentração de estudos sobre “mulher”, “mulheres” e, depois, “relações de gênero”, em regiões consideradas “centrais”, como São Paulo e Rio de Janeiro. Porém, desde meados dos anos 1990, observa-se um deslocamento em direção a outras regiões. *Atualmente, são considerados locais por excelência dos estudos de gênero, nesta ordem: Florianópolis, onde a Universidade Federal de Santa Catarina publica a Revista Estudos Feministas e desenvolve o Projeto Fazendo Gênero, vinculado ao Instituto de Estudos de Gênero da UFSC; Salvador, com o*

⁹¹⁴ PEDRO, 2011, p. 272.

Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM) e, atualmente, com o Programa de Pós-graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, ambos na Universidade Federal da Bahia; e, ainda, Campinas, com o Núcleo de Estudos de Gênero Pagu e a revista *Cadernos Pagu*, ambos no âmbito das atividades acadêmicas da UNICAMP.⁹¹⁵

A partir do longo excerto, é possível tecer duas considerações. A primeira delas é que Pedro deixa bastante explícita uma crítica “às teóricas do norte”, como já havia feito com a “linearidade de suas narrativas” e a ideia de “ondas feministas”. O que parece ser bastante interessante é que tais críticas emergem em seus textos justamente no momento em que Joana Maria Pedro se aproxima das historiografias latino-americanas, aquelas para além da brasileira, especialmente quando começa a pesquisar as questões das mulheres, dos feminismos e do gênero nas ditaduras no Cone Sul. Essa aproximação, não realizada apenas no balanço em questão, mas na sua trajetória junto a outras pesquisadoras da UFSC a partir de meados dos anos 2000, fez Pedro afirmar que no Cone Sul ainda se utilizava “o essencialismo” dos anos 1970 e que, em vez das novidades vindas do Norte, a atualidade do Sul passava por outro eixo: “A grande novidade, nos países do Cone Sul, são os estudos pós-coloniais; porém, a historiografia local ainda não os incorporou.”⁹¹⁶ Em especial, deve-se chamar atenção para o fato de que tais ideias foram apresentadas em um seminário na Universidade de Toulouse, além de ter sido publicada, também em 2011, uma versão bastante próxima do texto na revista *Matériaux pour l’histoire de notre temps*, periódico francês dedicado à história contemporânea, fundado em 1985 e atualmente editado pela La Contemporaine – Bibliothèque, Archives, Musée des mondes contemporains, sediada na Universidade de Paris - Nanterre.⁹¹⁷

Joana Maria Pedro avança nesse terreno quando lança mão de inúmeras obras e nomes da historiografia das mulheres e do gênero realizada no Chile, na Argentina e no Paraguai.⁹¹⁸

⁹¹⁵ PEDRO, 2011, p. 276. Grifos adicionados.

⁹¹⁶ Ibidem, p. 277.

⁹¹⁷ PEDRO, Joana Maria. Une chronologie spécifique? Les usages de catégorie “genre” au Brésil et dans l’historiographie du Cône Sul, **Matériaux pour l’histoire de notre temps**, n. 103, v. 3, p. 23-29, 2011. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-materiaux-pour-l-histoire-de-notretemps-2011-3-page-23.htm>. Acesso em: 13 abr. 2020, às 02h35min.

⁹¹⁸ Como aqui interessa em primeiro lugar a referenciação de nomes e obras acerca da historiografia brasileira, não se dará tanta atenção àqueles que Pedro mobilizou em relação aos outros países latino-americanos. Para que se documente aqui ao menos alguns deles, Joana Maria Pedro cita para o Chile os nomes de Lucia Santa Cruz, Assunción Lavrin, Edda Gaviola, Eliana Largo, Sandra Palestro, Sonia Montecino Aguirre, Elizabeth Jelin, Claudia Darrigrandi Navarro, Raquel Olea e Olga Grau; para o Paraguai os de Nadimy Perla Yore, Carmen Colazo, Olga Caballero Aquino e Ignacio Telesca; para a Bolívia são citadas Beatriz Rossells e Cecilia Salazar; para a Argentina Joana Maria Pedro referenciou Fernanda Lozano, Valeria Silvina Pita, María Gabriela Ini, Dora Barrancos, María Celia Bravo, Andrea Andújar, Nora Domínguez, María Inés Rodríguez, Paola Martínez e Karina Bidaseca; e, finalmente, os nomes de Norma Osorio Fuller e Marisol de la Cadena são lembrados do lado do Peru.

Mas também o faz por meio de uma reflexão teórico-conceitual. Ao problematizar as críticas que a categoria gênero receberia de autoras como Judith Butler e Cláudia Lima Costa, a historiadora da UFSC destaca também aquelas que viriam dos estudos pós-coloniais:

Paralelamente, constata-se outra discussão no interior do feminismo, muito recente na historiografia no Cone Sul: a articulação entre gênero e pós-colonialismo. O pressuposto é de que, a partir das margens, e não a partir do “centro”, é possível ler melhor o mundo e, assim, elaborar um projeto crítico e transformador, com uma nova visão de futuro. Essas pesquisadoras, nem todas historiadoras, têm sido influenciadas por intelectuais como Gayatri Chakravorty Spivak, autor[a] de importantes reflexões sobre as sociedades terceiro-mundistas. A crítica pós-colonial reconsidera a história a partir dos colonizados, e tenta recuperar as “vozes baixas” da história. Questiona os estatutos assumidos pela historiografia ocidental, suas omissões, suas perspectivas. O conhecimento ocidental, de acordo com essa abordagem, está colonizado e deveria ser descolonizado para incluir outras formas de gerar conhecimento.⁹¹⁹

É neste momento que ganha destaque o nome de Glória Anzaldúa, professora, escritora, ativista *queer* e *chicana* lésbica,⁹²⁰ sendo colocado “entre as intelectuais que adota[ria]m essa abordagem”. Reforçando sua proposta de “assumir a “consciência mestiça”, colocando-se numa posição de fronteira geográfica e sexual em vista de sua própria identidade *chicana*, lesbiana e não branca”, Joana Maria Pedro resume que as contribuições de Anzaldúa se dariam “no sentido contrário ao da noção de “ondas”, já referida anteriormente, as quais partiriam de um centro irradiador”. Glória Anzaldúa, de acordo com a historiadora catarinense,

[...] questiona as feministas brancas por se considerarem as “inventoras” do questionamento da opressão sexista. Pergunta por que elas não podem deduzir que as próprias mulheres não brancas, que vivem cada dia em situação opressiva, não possam adquirir consciência dessa política patriarcal e desenvolver estratégias de resistência por conta própria. E ela ainda provoca: se as mulheres negras de classe média tivessem começado um movimento se autotransformando como oprimidas, alguém as teria levado a sério?⁹²¹

⁹¹⁹ PEDRO, 2011, p. 275.

⁹²⁰ Cláudia de Lima Costa e Eliana Ávila resumem a atuação de Glória Anzaldúa da seguinte maneira: “[Anzaldúa] trouxe, a partir de seu lugar de escritora *chicana* às margens do cânone, intervenções das mulheres feministas de cor, lésbicas, judias e mulheres do Terceiro Mundo, entre outras, para o centro do debate feminista norte-americano, até então dominado pela miopia das feministas consideradas brancas, anglófilas, heterossexuais, protestantes e de classe média”. Lara Palmeiras é quem apresenta Anzaldúa como “professora, escritora, ativista *queer* e *chicana* lésbica”. Decidiu-se manter tal apresentação, pois acredita-se ser uma boa definição para aquela que personificou “as tensões que integram essa experiência social que é o viver entre-fronteiras.” Cf. COSTA, Cláudia Lima; ÁVILA, Eliana. Glória Anzaldúa, a consciência mestiça e o “feminismo da diferença”. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 3, p. 691-703, set.-dez. 2005. p. 692. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/R4rf3YG4z6ZMhTkLcVQqkPG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 8 jul. 2021, às 14h37min; PALMEIRAS, Lara Virgínia Saraiva. A força da escrita de Glória Anzaldúa, **Revista Entrelaces**, v. 1, n. 14, p. 189-206, out.-dez. 2018, p. 189. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/39803/1/2018_art_lvspalmeiras.pdf. Acesso em: 14 dez. 2022, às 20h43 min.

⁹²¹ PEDRO, 2011, p. 275.

Nesse sentido, Pedro sublinhava que abordagens como a de Anzaldúa nos países do Cone Sul “tem afirmado que “nas formações sociais pré-hispânicas existia igualdade de gênero”, que havia a valorização, de forma igualitária, das tarefas realizadas pelos dois sexos – promovendo a complementaridade do casal” e que, em tais trabalhos, era sublinhado o fato de divindades masculinas possuírem seus correspondentes femininos.⁹²² “Nessa perspectiva”, concluía Pedro, “teria sido a colonização europeia que promoveu as desigualdades de gênero”.⁹²³

Além da crítica ao Norte “em sua própria casa” realizada por Pedro, em uma universidade e uma revista francesas, uma segunda observação é importante. Trata-se da disputa em relação à área de História das Mulheres e das Relações de Gênero no Brasil. Como se notou, não foi o intento central marcar uma origem para o campo, estabelecer os cânones fundadores, recortar uma memória específica a partir do enunciado da História Social das Mulheres. Aqui, a disputa maior parecia ser pela delimitação de uma *geografia* do campo. Como no trecho destacado do excerto, Joana Maria Pedro “ordenava” as instituições que eram por ela consideradas aquelas de excelência. Em primeiro lugar, sua própria instituição, a UFSC, a *Revista Estudos Feministas* e o Seminário Internacional Fazendo Gênero e o IEG; depois, a UFBA, seu programa de pós-graduação e o seu núcleo de estudos; por último, a Unicamp, o Núcleo Pagu e os seus *Cadernos*. Essa ordenação espacial da área – pelo menos no que concerne à “excelência da área” – demonstra que aquele deslocamento geográfico operado por Joana Maria Pedro em 1994, em “Relações de gênero na pesquisa histórica”, ainda permanecia em suas preocupações. Explicitamente, em 2011, mostrava que, desde meados de 1990, São Paulo e Rio de Janeiro haviam perdido a hegemonia. Isso levado à publicação em um país estrangeiro, a França. Ou seja, a geografia que Joana Maria Pedro “ordenava” em 2011 também tinha interesse de criar determinada imagem do campo brasileiro para um público estrangeiro, na qual ela própria e sua instituição eram apresentadas com a ponta de lança das pesquisas de excelência sobre gênero no país.

Margareth Rago também publicou um texto no ano de 2011 que se distanciava um pouco das características dos textos que vinham publicando. Durante o XVI Seminário Nacional de História da ANPUH/Nacional, realizado na USP em 2011, a professora da Unicamp coordenou o Simpósio Temático “Como o feminismo transformou a produção do conhecimento histórico

⁹²² Aqui, Joana Maria Pedro tem em vista a obra *Perturbando el texto colonial: los estudios (pos) coloniales en América Latina*, publicada em Buenos Aires por Karina Bidaseca, em 2010.

⁹²³ PEDRO, Op. Cit., p. 275-276.

no Brasil?”, ao lado de Marilda Ionta, professora do Colégio Universitário da Universidade Federal de Viçosa desde 1992, e sua ex-orientanda de doutorado. Rago aproveitou a oportunidade para fazer uma comunicação nesse simpósio temático e apresentou o texto “Feminismos e História: um encontro com o passado”.⁹²⁴ No texto que publicou nos anais do evento, Rago afirmava:

Tendo em vista explorar a contribuição que os feminismos trouxeram para a produção do conhecimento histórico nas últimas décadas, no Brasil, sugiro começar avaliando uma questão tão simples, hoje em dia, para qualquer historiadora: os novos temas que se abriram para a pesquisa histórica contemplaram a presença feminina e inscreveram definitivamente na História as mulheres, brancas e negras, pobres e ricas, antes tão silenciadas na produção historiográfica.⁹²⁵

Com tais intuitos, Margareth Rago desenvolveu um texto que, assim como o de Joana Maria Pedro, não buscou marcar uma origem e um nome e/ou obra canônicos para a área, ou, como era mais comum nos trabalhos da historiadora unicampista, não objetivou marcar em si mesma e em suas obras e pesquisas um ponto de diferenciação na memória disciplinar do campo, a partir do qual a historiografia nacional sobre mulheres e gênero tomaria outros rumos. Mais que isso, Rago também deixa de sublinhar a separação que ela operava desde 1995 entre *Quotidiano e poder* e a sua própria forma de praticar História das Mulheres. Isso parece ser uma mudança fundamental.

Rago narrou rapidamente que, dos relatos de viajantes dos séculos XVIII e XIX, apenas aparecia “alguma figura feminina cálida, sem rosto e sem vida, apagada, sem graça alguma”, e que, nos anos 1930, apesar do “grande espaço [dado] às mulheres” em seus “famosos estudos”, Gilberto Freyre “silenciava-as ou confinava-as na figura da mulher sem autonomia, incapaz de pensamentos mais elaborados, sombras girando em torno dos senhores”.⁹²⁶ Para os relatos de viajantes, a professora da Unicamp citou o trabalho de Tania Navarro Swain, historiadora da UnB que havia entrado de vez nas narrativas sobre a área, sem citar nenhum texto. Aos estudos de Gilberto Freyre, Margareth Rago contrapôs o livro *Caetana says no: women's stories from a Brazilian slave society*, de Sandra Lauderdale Graham, publicado nos Estados Unidos em 2002 e, no Brasil, em 2005, sob o título *Caetana diz não: histórias de mulheres da sociedade*

⁹²⁴ RAGO, Margareth. Feminismos e História: um encontro com o passado. XXVI Seminário Nacional de História. **Anais...** São Paulo, jul. 2011, p. 1-8. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300631785_ARQUIVO_textoanpuh2011.pdf. Acesso em 07 de abr. 2020, às 11h26min.

⁹²⁵ Ibidem, p. 1.

⁹²⁶ RAGO, 2011, p. 1.

escravista brasileira. Graham, que comumente foi citada por Maria Beatriz Nizza da Silva e Eni de Mesquita Samara, mas também o foi por Rachel Soihet, teve seu livro saudado por Margareth Rago, pois teria sido “um grande alívio encontrar a escrava Caetana, personagem central do livro [...] que disse não a todos porque não queria casar-se”.⁹²⁷

Do pequeno mapeamento realizado sobre os anos 1930 e dos séculos XVIII e XIX, Margareth Rago passou pelo nome de Navarro Swain e pelo livro de Sandra Graham para chegar à década de 1980, em que retoma Maria Odila Dias e *Quotidiano e poder* de maneira distinta do que havia feito nos outros textos:

Também foi com grande alegria que, nos anos oitenta, o “acontecimento” *Cotidiano e Poder* ressoou entre nós, trazendo uma análise bastante sofisticada de Maria Odila Leite da Silva Dias, sobre as estratégias informais de sobrevivência criadas pelas mulheres pobres, mães independentes na São Paulo do século 19, no mesmo momento em que passávamos a conhecer a anarquista Maria Lacerda de Moura, por obra da historiadora Miriam Moreira Leite. Desfazendo o mito da passividade feminina, especialmente das mulheres pobres e sozinhas, Maria Odila não apenas desconstruiu os discursos masculinos e moralistas de historiadores consagrados, como trouxe a presença feminina nas ruas e atividades comerciais da cidade de São Paulo, a partir de múltiplas fontes documentais, enquanto Miriam produziu uma biografia que dava destaque aos pensamentos, reflexões e ativismo da oradora, professora e militante libertária nascida em Minas Gerais.⁹²⁸

Diferentemente do exemplo de “História das Mulheres enquanto História Social”, como caracterizou em 1995 para depois defini-la como superada pela “História Cultural de Gênero”; de forma também diversa do que fez em 2008, quando caracterizou Maria Odila Dias e sua obra como ponto de diferenciação de sua própria prática de História das Mulheres, aqui, em 2011, Margareth Rago apenas saúda o “acontecimento *Cotidiano e poder*”, demonstrando sua importância na superação das “figuras cálidas dos relatos dos séculos XVIII e XIX” e da “figura sem autonomia” dos estudos de Gilberto Freyre. Era, agora, com “grande alegria” que Rago lembrava-se da professora aposentada da USP e de sua livre-docência. A mesma Rago que tanto havia se dedicado a criar uma distância entre ela própria e Maria Odila Dias, ou melhor, a dar corpo a uma diferença entre seu modo de praticar História das Mulheres e aquele realizado em *Quotidiano e poder*. Não havia mais, em 2011, aquele ímpeto de diferenciar-se na memória disciplinar que vinha construindo até então para o campo.

Depois disso, Margareth Rago passa à seção “Do feminismo negro e suas histórias”, em que sublinhava que o feminismo negro teria “dado crescente visibilidade às mulheres negras e,

⁹²⁷ Ibidem, loc. cit.

⁹²⁸ Ibidem, p. 2.

além disso, criticou veementemente as negativas representações e imagens sobre as/os negras/os constitutivas do mito da democracia racial”. De acordo como a historiadora unicampista:

Se desde os trabalhos pioneiros sobre o negro no Brasil, de Arthur Ramos a Abdias do Nascimento, um elenco surpreendente de homens que se projetam na vida cultural e política do país, seja como abolicionistas a exemplo de André Rebouças e José do Patrocínio, seja como escritores, de Gonçalves Dias a Machado de Assis e Lima Barreto, as mulheres negras apenas entram em cena a partir do trabalho das próprias feministas negras, na década de 1980 em diante.⁹²⁹

É nesse momento, então, que Rago destacava que seria “apenas com a emergência do feminismo negro” que ter-se-ia passado “a conhecer figuras femininas do passado e do presente, a exemplo da ativista e intelectual Lélia Gonzalez”. Gonzalez foi lembrada junto ao nome da filósofa e fundadora do Geledés – Instituto da Mulher Negra, Sueli Carneiro, doutora pela USP com a tese *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*, defendida em 2005 e orientada por Roseli Fischmann. Foi por um texto de Carneiro, o capítulo “A Mulher Negra na Sociedade Brasileira – o papel do Movimento Feminista na luta anti-racista”,⁹³⁰ que Rago destacava o trabalho de dar a conhecer figuras e personagens negras da história brasileira. Trabalho este que teria se iniciado “pelo investimento das pesquisadoras brancas na construção de seus objetos de pesquisa e, posteriormente, pela iniciativa das intelectuais negras, formadas em número cada vez maior – embora ainda reduzido – nas universidades brasileiras”, que teriam passado “a atuar como as próprias produtoras do conhecimento histórico de suas lutas e experiências”. “Assim”, continuava Rago,

[...] as mulheres negras ganham destaque na historiografia, a exemplo de Chica da Silva ou de Benedita da Silva, autora de uma autobiografia. Vale lembrar ainda que, nos anos sessenta, Carolina Maria de Jesus aparecia no cenário cultural, graças à ajuda do jornalista Audálio Dantas, com o famoso livro *Quarto de Despejo*, traduzido para vários idiomas e muito divulgado nos Estados Unidos por obra dos *Brazilianistas*.⁹³¹

Tematizadas autoras, obras e personagens do feminismo negro, Rago passou à última seção de seu texto, intitulada “No campo teórico”, dedicando-se a enfatizar os “novos conceitos e categorias [que] tiveram de ser introduzidos a partir das perguntas levantadas pelo feminismo

⁹²⁹ RAGO, 2011, p. 3-4.

⁹³⁰ O texto de Sueli Carneiro foi publicado em MUNANGA, Kabengele (org.) **História do Negro no Brasil**. Fundação Cultural Palmares-MinC/CNPq, 2004, p.286-336.

⁹³¹ RAGO, 2011, p. 4.

e dos deslocamentos teóricos e práticos provocados.” Em tal seção, Margareth Rago tematizou a categoria gênero, principalmente pela proposta de Joan Scott, e de suas aproximações com a História Cultural, sublinhando, mais uma vez, a crítica ao marxismo e das denúncias ao que definiu como “precariedade e estreiteza do instrumental conceitual disponível para registrar as práticas sociais que passavam a ser percebidas”. No entanto, a historiadora da Unicamp fazia questão de marcar uma exceção: Edward P. Thompson, que, segundo ela, teria se tornado “extremamente famoso apenas na década de oitenta como um marxista heterodoxo”, uma vez que “grande parte dos estudos históricos de tendência marxista mantinham-se presos ao campo da política e da economia”.⁹³² Há também, ainda, o elogio das contribuições foucaultianas para pensar o corpo, a sexualidade e a “positividade do poder”, como era comum nas suas reflexões.

O texto de Margareth Rago, assim como o de Joana Maria Pedro, ambos publicados em 2011, parecia não portar parte das preocupações dos seus outros textos desde que haviam bifurcado, em meados dos anos 1990, os enunciados em relação ao domínio de conhecimento histórico dedicado ao estudo das mulheres e do gênero, que viria ser denominado História das Mulheres e das Relações de Gênero só naqueles últimos anos. Ambos denotam uma despreocupação em marcar a origem da área nas autoras e nas obras que vinham sendo consagradas como canônicas nas memórias disciplinares que respectivamente elas construíam para a área. Pareciam aqui, já em 2011, esquecer as disputas em torno da origem, da delimitação da área. Pareciam, literalmente, *conviver* com os enunciados estabelecidos. Inclusive, pareciam retornar a lembrar nomes e obras que estavam há algum tempo esquecidos: aqueles saudados no enunciado da História da Família e da Demografia histórica, mas também alguns nomes que haviam emergido antes dos programas de pós-graduação pós anos 1970 e da profissionalização da carreira via departamentos de História, como os de Heleieth Saffioti ou de Gilberto Freyre, seja para elogiá-los ou para criticar suas reflexões.

Tal *convivência* estava ainda marcada por algumas disputas, como a “ordenação geográfica” que Pedro operou no texto de 2011. Se Pedro deu dianteira à UFSC, *Revista Estudos Feministas* e ao Seminário Fazendo Gênero, não deixou de nomear a contribuição da Unicamp, dos *Cadernos Pagu* e do Núcleo de Estudos de Gênero Pagu. Ainda que a atualidade do campo pudesse gerar disputa em sua geografia, parecia não haver necessariamente um reforço das premissas que deram origem aos seus enunciados e que, conseqüentemente, elaboraram seus cânones e construíram memórias disciplinares.

⁹³² Ibidem, p. 6-7.

O texto de Margareth Rago parece ainda guardar outra proximidade com o de Joana Maria Pedro. Pode ter demorado a emergir na ampla massa de textos elencados como fontes desta pesquisa, no interior das memórias disciplinares que construíam bem como dos cânones que elaboravam, a crítica que partia dos feminismos negros e das reflexões pós-coloniais e/ou decoloniais. Mas elas surgiram. Como se apontou acima, Joana Maria Pedro passa a criticar as “ondas feministas” bem como a “linearidade das narrativas” acerca dos usos das categorias dentro do campo, reflexões elaboradas no hemisfério Norte, quando entrou em contato com outras obras de historiografia latino-americana, dando destaque ao pensamento de Glória Anzaldúa, por exemplo. Margareth Rago, por seu turno, avança em considerar, ainda que timidamente, trazer para dentro da memória disciplinar da área, ao lado dos nomes já canonizados de Maria Odila Dias e de Miriam Moreira Leite, nomes como os de Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro e Carolina Maria de Jesus quando refletiu sobre o feminismo negro.

Não se pôde avançar, durante esta pesquisa, nos desdobramentos que tais “novidades” trazidas nos textos de Joana Maria Pedro e Margareth Rago acarretaram para a construção de memórias disciplinares e dos cânones da História das Mulheres e das Relações de Gênero no Brasil. No entanto, é bastante interessante apontar que o momento em que essas outras abordagens começam a emergir nesses textos, valorizando o pensamento de mulheres negras e latino-americanas, é justamente aquele em que se percebe certa convivência entre os enunciados da História Social das Mulheres e da História Cultural de Gênero. Talvez outras preocupações emergiram para o pensamento feminista e historiográfico de tais historiadoras? Ou as memórias disciplinares e os cânones estavam já tão bem estabelecidos que os enunciados começam a perder a sua densidade nessas fontes, pois já tinham atendido aos problemas em relação aos quais eles emergiram? Só seria possível qualquer afirmação avançando a pesquisa em outras direções.

Acompanhando as publicações de Margareth Rago depois de 2008, a historiadora parece não ter insistido em publicar ou republicar textos que reforçassem seu enunciado de origem da área na historiografia do trabalho ou a diferença que ela estabelecia entre suas pesquisas e os trabalhos de outras historiadoras das mulheres e do gênero, antes ou pós-1990. Maria Izilda Matos é quem continua ressoando a narrativa de firmar o início do campo ainda na década de 1970 e nas obras tradicionalmente ligadas à historiografia do trabalho, como as de Heleieth Saffioti, de Esmeralda Blanco B. de Moura e de Maria Alice Ribeiro, dentre outras. Publicando novo balanço em 2013, com a intenção de “sistematizar em um breve apanhado a trajetória da formação do campo historiográfico intitulado *História das mulheres e das relações de gênero*”, repetindo aqui a maneira que Joana Maria Pedro e Rachel Soihet nomearam a área, é que Matos

ainda mantém vivo o enunciado que Margareth Rago emitiu em meados dos anos 1990, ao menos no que toca à origem do campo.⁹³³

Joana Maria Pedro, como se mostrou mais acima, também começa a ter outras preocupações em seus textos a partir daqueles anos: ainda que reforçasse a preponderância dos lugares institucionais aos quais estava vinculada, não reforçava a preponderância da História Social das Mulheres tal qual praticada nos anos 1980 como a origem do campo. Nesse sentido, pós-2008, passando pelos textos de Rago e Pedro de 2011 descritos nesta seção, parece ter havido uma *convivência* entre os enunciados que até então disputavam as origens, os cânones e a memória disciplinar do campo.

A convivência entre os enunciados da História Social das Mulheres e da História Cultural do Gênero aparece também em *Nova História das Mulheres no Brasil*,⁹³⁴ coletânea publicada em 2011 sob organização de Joana Maria Pedro e Carla Bassanezi Pinsky. Se se leva em consideração o perfil das autoras da coletânea, parece que os enunciados em questão não puderam se estabelecer suficientemente para excluir uma outra historiadora daquela obra que parecia “superar” ou, ao menos, vendia-se ao público como uma “nova” ou “atualizada” versão de *História das Mulheres no Brasil*,⁹³⁵ organizada quinze anos antes por Mary del Priore. *Nova História das Mulheres no Brasil*, que não conta mais com a organização – nem com capítulos – de Priore, abriu espaço para Maria Odila Dias,⁹³⁶ canonizada como precursora da área no enunciado emitido por Joana Maria Pedro, mas que não havia aparecido em *História das Mulheres no Brasil*, de 1997.

Nova História das Mulheres no Brasil também não contou com capítulo escrito por Margareth Rago, que em 1997 colaborou com o texto “Trabalho feminino e sexualidade”.⁹³⁷ Por outro lado, Joana Maria Pedro – além de organizar o volume ao lado de Carla B. Pinsky – e Rachel Soihet continuam colaborando em 2012.⁹³⁸ Já Maria Izilda Matos, que não publicou

⁹³³ MATOS, Maria Izilda. História das mulheres e das relações de gênero: campo historiográfico, trajetórias e perspectivas. **Mandrágora**, v.19. n. 19, 2013, p. 5-15.

⁹³⁴ PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

⁹³⁵ PRIORE, 2011.

⁹³⁶ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Escravas – Resistir e sobreviver. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 360-381.

⁹³⁷ RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: PRIORE, Mary del (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 578-606.

⁹³⁸ PEDRO, Joana Maria Pedro. Mulheres do Sul. In: PRIORE, Mary del (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 278-321; Idem. O feminismo de “segunda onda” – Corpo, prazer e trabalho. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 238-259; SOIHET, Rachel, 1997c; Idem. Movimento de mulheres – A conquista do espaço público. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 218-237.

no volume de 1997, apareceu com um texto escrito com Andrea Borelli, intitulado “Trabalho – Espaço feminino no mercado produtivo”,⁹³⁹ parecendo preencher a vaga sobre o tema do trabalho feminino que antes foi ocupada em 1997 por Margareth Rago. Por fim, os nomes que possuíam contato mais próximo com Mary del Priore e que participaram de *História das Mulheres no Brasil*, como Renato Pinto Venâncio, Ronaldo Vainfas e Luciano Figueiredo, não colaboraram com *Nova História das mulheres no Brasil*.

Tomadas aqui como também um sintoma pela disputa do campo, entre os anos 1997 e 2012, as edições de *História das Mulheres no Brasil* e de *Nova História das Mulheres no Brasil* pareciam expressar as disputas que aconteciam em torno dos cânones historiográficos analisados no decorrer deste trabalho e das memórias disciplinares que os acompanhavam: nomes mais ligados à família e à demografia, essencialmente próximos ao círculo de Mary del Priore, perdem espaço na publicação. É certo que a própria forma que a coletânea de 2012 foi organizada pode ter já sido uma primeira forma de selecionar quem e o que seria visibilizado nas páginas da obra: em *Nova História das Mulheres no Brasil* houve uma escolha editorial em que textos relacionados ao período colonial brasileiro não foram publicados, sendo dada a preferência aos trabalhos que trataram dos recortes a partir do século XIX. Uma vez que Priore e seu círculo mais próximo, presentes na publicação de 1997, estavam em sua maioria dedicados a pesquisar temas da história colonial brasileira, seria difícil vê-los novamente em 2012.

Se os nomes mais próximos de Mary del Priore pareciam ter perdido a vez em *Nova História das Mulheres no Brasil*, ao mesmo tempo em que o enunciado da História da Família e da Demografia histórica perdia espaço de vez, outros nomes, mais ligados a Joana Maria Pedro e à História Social das Mulheres ocupam mais capítulos, como o caso da própria Maria Odila Dias. Mesmo que Margareth Rago não estivesse presente, Maria Izilda Matos ocupava a cena em 2012. Nesse sentido, as duas publicações, direcionadas a um público amplo, reunia caracteres dos enfrentamentos desses enunciados no que eles se relacionam com elementos não discursivos, como a composição de nomes para elaboração de coletâneas que pretendiam contar a história das mulheres e do gênero em território nacional.

Ainda sobre a edição de 2012, outra observação parece ser cabível. *Nova História das Mulheres no Brasil* abria espaço para a tematização de mulheres negras e indígenas de maneira diferente daquela que foi realizada em *História das mulheres no Brasil*. Em 1997, a História de

⁹³⁹ MATOS, Maria Izilda dos Santos; BORELLI, Andrea. Trabalho – Espaço feminino e mercado produtivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 126-147.

mulheres indígenas foi narrada por Ronald Raminelli no capítulo “Eva Tupinambá”;⁹⁴⁰ em 2012, é Azelene Kaingáng, socióloga e militante indígena que recebe um capítulo para tratar de mulheres indígenas, intitulado “Indígenas – Depoimento de uma militante”,⁹⁴¹ em que destaca o cotidiano, as formas de casamento, “os papéis do homem e da mulher” e a luta de mulheres dentro dos espaços de representação indígena.

Já em relação às mulheres negras, não há na coletânea de 1997 um capítulo dedicado a elas, sendo abordadas de forma transversal e, por vezes, ligadas à escravidão ou ao trabalho.⁹⁴² Em 2012, Bebel Nepomuceno, historiadora, jornalista, mestra e doutora em História pela PUC/SP – em ambas as oportunidades orientada por Maria Antonieta Martinez Antonacci – recebe um capítulo específico para tratar das mulheres negras em *Nova História das Mulheres no Brasil*. Em “Mulheres negras – Protagonismo ignorado”,⁹⁴³ Nepomuceno sobrevoa a história de mulheres negras desde a fundação da República em 1989 até os anos 2000, tratando das desigualdades, mas também da luta por visibilidade e a conquista de espaços de poder e decisão.

Assim como nos textos de Joana Maria Pedro e Margareth Rago, de 2011, mulheres negras e latinas começam a despontar nas preocupações das historiadoras; em 2012, com *Nova História das mulheres no Brasil*, a emergência dessas preocupações parece ser irreversível. Os enunciados, que tinham suas emissoras, ao que parece, convivendo e distribuindo entre si os capítulos em *Nova História das mulheres no Brasil*, conviviam também com tal emergência de temas e as formas de abordá-los.

Além das coletâneas, esta pesquisa, que marca seu término no ano de 2012, encontrou um ambiente em que historiadoras que ressoavam o enunciado História Social das Mulheres – Joana Maria Pedro, Rachel Soihet e Suely Gomes Costa – gozavam de boas relações com a ANPUH/Nacional e seu GT de Estudos de Gênero, monopolizando a sua gestão. Assim, tendo em vista o GT, as historiadoras que proferiram e/ou ressoaram o enunciado da História Social das Mulheres apareciam hegemônicas. No entanto, quando se observa a relação mais ampla das

⁹⁴⁰ RAMINELLI, Ronald. Eva Tupinambá. In: PRIORE, Mary del (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 11-44.

⁹⁴¹ KAINGÁNG, Azelene. Indígenas – Depoimento de uma militante. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 410-422.

⁹⁴² Exemplo disso é o capítulo “Mulheres das Minas Gerais”, colaboração de Luciano Figueiredo, que caracteriza e tematiza mulheres trabalhadoras de Minas Gerais no século XVIII, abordando sobretudo o cotidiano “[d]aquelas que trabalhavam enfrentando situações adversas em que se misturavam miséria, preconceitos e dificuldades de toda ordem”. Dentre elas, enfocava-se, por exemplo, uma “verdadeira multidão de negras, mulatas, forras ou escravas”. FIGUEIREDO, Luciano. Mulheres nas Minas Gerais. In: PRIORE, Mary del (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 142; 146.

⁹⁴³ NEPOMUCENO, Bebel. Mulheres negras – Protagonismo ignorado. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 382-409.

historiadoras das mulheres e/ou do gênero com ANPUH/Nacional, essa hegemonia pode ser relativizada.

Em seu XXVI Simpósio Nacional de História – naquele mesmo em que Margareth Rago apresentou o texto “Feminismos e História: um encontro com o passado” –, a Associação Nacional de História comemorava sua própria história e (re)criava sua própria memória, realizando uma homenagem à sua fundação com o tema do evento “ANPUH: 50 anos”. Realizado na USP, entre 17 e 22 de julho de 2011, o simpósio reuniu inúmeros nomes canônicos na historiografia nacional para refletir sobre suas áreas de pesquisa. Nas conferências, abertas por Durval Muniz de Albuquerque Junior, que deixava a presidência da ANPUH/Nacional naquele ano, e encerradas por François Hartog, havia nomes como Francisco Falcon, Jorge Luiz Grespan, Francisco Carlos Teixeira da Silva, Maria Stella Bresciani, Temístocles Cezar e Maria Ligia Prado. Dentre eles, o nome de Joana Maria Pedro fora selecionado para a conferência “10 anos de GT de Gênero da ANPUH”, coordenada por Lídia Maria Vianna Possas e realizada no dia 18 de julho.⁹⁴⁴

Lugar de destaque no evento comemorativo, Pedro também comemorava a história do GT que ajudara a fundar e coordenara entre 2007 e 2009, ao lado de Lídia Possas.⁹⁴⁵ Ex-coordenadora do GT, ao lado daquela que era à época sua coordenadora, Joana Maria Pedro pôde gozar do espaço cedido pelo Simpósio e pela ANPUH/Nacional para reforçar o papel do GT de Estudos de Gênero na memória disciplinar da área frente à plateia que, em tese, tinha abrangência nacional.⁹⁴⁶ Como foi comum nos textos a partir de 2003, como os de Suely Gomes Costa, Rachel Soihet e Adriana Facina e de Joana Maria Pedro, o GT de Estudos de Gênero passava a ter lugar importante no enunciado da História Social das Mulheres.

Ainda que o lugar de destaque tenha sido concedido a Pedro, sublinha-se o local que as historiadoras das mulheres e/ou do gênero ocuparam numa mesa-redonda, realizada no dia 19 de julho, intitulada “Estudos de gênero em cena: história, historiografia e pesquisa” que, assim como a conferência de Pedro, foi conduzida pela coordenadora nacional do GT de Estudos de Gênero naqueles anos, Lídia Possas.⁹⁴⁷ A mesa contou com três participantes: Rachel Soihet, com a fala “Reflexões sobre história das mulheres e gênero: um depoimento”; Suely Gomes

⁹⁴⁴ XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. **ANPUH: 50 anos**. Conferências. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/conteudo/view?ID_CONTEUDO=620. Acesso em 27 nov. 2022, às 11h58min.

⁹⁴⁵ POSSAS, 2015, p. 16.

⁹⁴⁶ O texto da conferência de Pedro não foi publicado nos anais do simpósio.

⁹⁴⁷ XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. **ANPUH: 50 anos**. Mesas-Redondas e Diálogos Contemporâneos. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/conteudo/view?ID_CONTEUDO=619. Acesso em 27 nov. 2022, às 11h58min.

Costa, que proferiu o texto “Diga-me: o que significa gênero?”; e Margareth Rago, com a fala “Políticas do corpo e da subjetividade nos feminismos brancos e negros no Brasil”.⁹⁴⁸ As três historiadoras que, ao lado de Joana Maria Pedro e de Maria Izilda Matos, tinham se preocupado em narrar a história da área naqueles últimos anos, disputando sua memória disciplinar e elaborando seus cânones, estavam presentes na mesma mesa que debatia historiografia.

Tomados, rapidamente, os exemplos do SNH da ANPUH/Nacional em 2011 e *Nova História das Mulheres no Brasil*, de 2012, esta tese parece chegar ao fim analisando um período em que os enunciados que venceram aquele da História da Família e da Demografia histórica pareciam não ter tido a força para alijar um ao outro de espaços e publicações de referência para a área. Em um momento em que as historiadoras que emitiram o enunciado da História Social das Mulheres e da História Cultural do Gênero pareciam ter outras preocupações em seus textos além de definir origens e cânones para a área, a coletânea e os simpósios do maior evento na área ainda conseguiam ser espaços de convivência para elas e para as historiadoras que ressoaram seus enunciados.

4.5 Considerações finais

O último capítulo desta tese se dedicou à compreensão de um período em que foi destacada a volta aos balanços historiográficos para descrever a área, construir sua memória e elaborar seus cânones. Balanços esses que vieram acompanhados das já tradicionais reflexões conceituais e teóricas destacados. Com a finalidade de definir um campo específico do conhecimento histórico brasileiro, Joana Maria Pedro e Rachel Soihet, retomaram a forma balanço historiográfico para delimitar tal campo como “História das Mulheres e das Relações de Gênero”.

Esse movimento descrito pelos textos de Pedro (2005) e de Pedro e Soihet (2007) precisou esperar textos que pudessem “traduzir” gênero no Brasil como “relações de gênero”, de forma inspirada em autoras de uma tradição francesa de História das Mulheres, que levavam em conta uma prática de História Social tal qual praticada por historiadoras como Arlette Farge e Michelle Perrot. O ímpeto para esta tradução, parece ter sido o caminho incontornável do conceito de gênero que, se não pudesse ser ignorado, poderia ser preenchido com significados

⁹⁴⁸ Apenas a fala de Suely Costa foi publicada em texto, ainda que não nos anais do evento: COSTA, Suely Gomes. Diga-me: o que significa gênero? **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, Florianópolis. v.8, n. 2, p. 104-124, 2011.

específicos. Tal movimento, narrado ainda no capítulo 3, deu condições para que Rachel Soihet se juntasse a Joana Maria Pedro para descrever, em 2007, os últimos 50 anos da historiografia brasileira que se preocupou com mulheres e gênero como um campo nascido nos anos 1980, dentro de uma prática específica de História Social das Mulheres.

Para isso, foi necessário que fossem esquecidas algumas obras e nomes que tinham sido essenciais nos enunciados que vinham disputando a cena desde a segunda metade dos anos 1980. O passo mais fácil parecia ser aquele de suprimir da construção de sua memória disciplinar historiadoras e obras que tinham sido saudadas no enunciado da História da Família e da Demografia histórica. Já que desde meados da década de 1990 eles estavam sendo silenciados, não se encontraram muitos problemas.

No entanto, Joana Maria Pedro precisaram ainda esquecer obras daquela historiografia do trabalho de inspiração marxista e praticada em parte pelas cientistas sociais. Esse trabalho de esquecimento dessas obras, bem como do esfriamento das propostas das filosofias da diferença e da acomodação delas no interior de uma área supostamente nascida da História Social das Mulheres implicou em dois movimentos, distintos, mas que levaram tal enunciado a tornar possível a memória disciplinar e o cânone fundacional – agora singularizado – do campo que nomearam como História das Mulheres e das Relações de Gênero.

De um lado, Joana Maria Pedro precisou caracterizar como exemplo de História das Mulheres “à moda antiga” a história sobre as mulheres em sua forma biográfica e aquela realizada fora da universidade, dos seus departamentos e dos seus programas de pós-graduação. Ainda que a obra escolhida por Pedro – *Dicionário Mulheres do Brasil*, organizado por Schumma Schummaher em 2000 – tenha tido cuidado com análise e coleta de fontes, comparação de informações e bibliografia e contado com consultoria de historiadoras lotadas nas universidades brasileiras, ela foi mobilizada como obra diferente daquela praticada na carreira universitária, aquela que profissionalizava seus historiadores pela formação com cursos de mestrado e doutorado.

Por outro lado, Joana Maria Pedro e Rachel Soihet precisaram investir numa “historiadora precursora” e numa “obra base” para dar corpo à memória disciplinar que vinham construindo. Assim, foram canonizadas Maria Odila Dias e sua livre-docência como precursoras do campo ou, como afirmou Pedro em 2005, da “nova forma” de se fazer História das Mulheres. Esta, teria sido o pontapé para as historiadoras, tempos depois, escrever também História das Relações de Gênero no Brasil. Nessa conformação de *Quotidiano e poder* como “obra base” da historiografia brasileira sobre mulheres e gênero esteve implicada não só a escolha de uma prática específica de se realizar tal história – a História Social da década de

1980 –, mas também a criação das virtudes necessárias para a nomeação de Maria Odila Dias como “historiadora precursora”: pesquisar, lecionar, orientar, “ser” feminista e estar vinculada aos departamentos e pós-graduações universitários.

Isso custou, por exemplo, a perda da dianteira de historiadoras que iniciaram a praticar História das Mulheres ainda nos anos 1970, como a própria Rachel Soihet – que realizou uma história política da trajetória de Bertha Lutz⁹⁴⁹ – e Esmeralda Blanco B. de Moura – que realizou a pesquisa sobre mulheres e crianças e seu trabalho em fábricas paulistanas. Ou, ainda, o nome de Eni de Mesquita Samara, que praticava, no alvorecer da década de 1980, uma História das Mulheres desde a História da Família. Assim, para a construção de uma memória disciplinar e de cânones que pudessem preencher de significados necessários a nomeação do campo como História das Mulheres e das Relações de Gênero, foram exigidos movimentos de separação, diferenciação e esquecimento em relação a práticas e historiadoras que não fossem aquela da História Social das Mulheres tal como Maria Odila Dias – dotada das características “necessárias” a uma fundadora – praticou em *Quotidiano e poder*.

Nesse sentido, a História das Mulheres e das Relações de Gênero no Brasil sofreu um “estreitamento” temporal, sendo praticamente apagada a década de 1970 para que os anos 1980 fossem entronizados como os anos de origem do campo. Estreitado em sua dinâmica temporal para que coubesse na História Social das Mulheres. Às tentativas de se fazer do conceito de gênero algo que superasse ou até suprimisse a História das Mulheres, reifica-se seu nascimento como História das Relações de Gênero dentro do próprio núcleo de historiadora das mulheres. Ainda que a criação do perfil Maria Odila Dias e *Quotidiano e poder* como “precursora” e “base” do campo tenha encontrado resistência na diferenciação que Margareth Rago fez de si mesma e de seus estudos, a nomenclatura História das Mulheres e das Relações de Gênero foi encontrar terreno até mesmo entre historiadoras que ressoavam um enunciado diverso, como Maria Izilda Matos, já em 2013.

Mas, como fica mais evidente a partir da última seção deste capítulo, esse “estreitamento” temporal teria vida curta. Em textos de Joana Maria Pedro e de Margareth, datados de 2011, a década de 1970 e até mesmo anos mais distantes voltam a tomar a cena. É nesse mesmo período que tanto o enunciado da História Social das Mulheres quanto o da História Cultural do Gênero parecem perder força no que tange à reivindicação de origens para

⁹⁴⁹ É Eduarda Alves quem define a dissertação de Rachel Soihet como “um trabalho de história política, que aborda concepções feministas dando um enfoque nas ações militantes de Bertha Lutz. Soihet, ao longo da dissertação, apresenta as estratégias de Lutz em sua luta para a conquista dos direitos das mulheres.” ALVES, 2020, p. 45.

a área. Parece que, antes coexistindo em disputa, passam a habitar os espaços nos quais antes gostariam de se impor, convivendo talvez não de forma harmônica, mas, ainda assim, convivendo. Isso se desdobra em espaços de convivência em comum das historiadoras que emitiram e ressoaram tais enunciados, seja em publicações, como *Nova História das Mulheres no Brasil*, ou em encontros da ANPUH/Nacional. Momento também que historiadoras implicadas na emissão desses enunciados passam a visibilizar outros sujeitos e debates para além daqueles que vinham consagrando desde meados da década de 1990: as mulheres negras e o feminismo negro, bem como as abordagens pós-coloniais.

Nesse sentido, entende-se que depois de definido o *monumento* História das Mulheres e das Relações de Gênero no país, vencida a memória disciplinar e os cânones elaborados no interior do enunciado da História da Família e das Relações de Gênero, depois de consagradas as práticas de História das Mulheres e da História das Relações de Gênero – seja na sua vertente da História Social das Mulheres ou da História Cultural do Gênero – através dos programas de pós-graduação que formavam os pesquisadores e pesquisadoras da área nas universidades brasileiras, os seus respectivos enunciados parecem ter atendido aos problemas em relação aos quais emergiram: a legitimação da área – ou de algumas das formas de se praticar a área – na historiografia universitária e acadêmica brasileira. Que, por sinal, nos brindava já em 2012 com nada mais nada menos que 813 trabalhos de mestrado, doutorado e de livre-docência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese demonstrou que nos 25 anos passados entre a publicação de “História da mulher no Brasil: tendências e perspectivas”, de Maria Beatriz Nizza da Silva, e a publicação da coletânea *Nova História das Mulheres no Brasil*, não apenas muitos textos se dedicaram a narrar o que teria sido a História da área de História das Mulheres e das Relações de Gênero no Brasil como também muitas precursoras, fundadoras ou *pionnières* foram oferecidas à área, que foi elaborada e reelaborada dentro de diferentes limites temporais, institucionais e geográficos, e algumas vezes nasceu de uma “revolução documental” e foi batizada de História da Mulher, e em outras nascera da História Social Mulheres e da História Social do Trabalho e recebeu o nome de História das Mulheres e/ou das Relações de Gênero. Com isso, tentou-se demonstrar as discussões que fundamentaram a delimitação do campo tal qual comumente ele é nomeado atualmente, destacando-se a construção de certas identidades, determinados registros de nascimento, algumas certidões de óbito e alguns atestados de reabilitação.

O primeiro capítulo projetou a base sobre a qual os outros três capítulos puderam se desenvolver. Ao identificar e nomear três enunciados emitidos acerca do passado da área de História das Mulheres e das Relações de Gênero foi possível também mapear uma disputa pela memória disciplinar da área e pela eleição de seus cânones. Revelando também as disputas teóricas, conceituais, institucionais e geográficas, as três memórias disciplinares construídas carregaram consigo os elementos presentes na cultura histórica brasileira em seu modelo profissional, acadêmico, vinculada aos programas de pós-graduação e aos departamentos de História. Para um campo que começava a se delinear nos anos 1980 em meio a uma pós-graduação que se consolidava também naquele momento, foram criados os enunciados nomeados aqui de História da Família e da Demografia histórica, de História Social das Mulheres e de História Cultural do Gênero.

O primeiro deles buscou nas referências dos estudos da família e da demografia delimitar uma memória específica para o surgimento do tema das mulheres na historiografia brasileira: de que ela seria herdeira dos deslocamentos operados por tais estudos no que diz respeito à documentação. Emitido por Maria Beatriz Nizza da Silva, o enunciado da História da Família e da Demografia histórica ressoou nas palavras de Eni de Mesquita Samara e de Miriam Moreira Leite.

A este primeiro enunciado, que liga o surgimento da área, suas discussões, obras, temas e historiadoras ao desenvolvimento de uma “revolução documental”, Maria Odila Leite da Silva Dias impõe um desvio de olhar da referida revolução para o que nomeou-se aqui de uma

“revolução teórica”. Para pensar não só o passado da área, mas seus temas, objetos, abordagens etc., Dias operou uma inflexão que chamava atenção para a reflexão teórico-conceitual, partilhando de um cenário historiográfico que se mostrava mais propício a isso. A inflexão pareceu ser notada no anos seguintes, a partir da “bifurcação” operada por Joana Maria Pedro e Margareth Rago.

Já com destaque para a discussão teórica, na qual há um lugar especial para as discussões sobre a categoria gênero, as memórias disciplinares e os cânones que se pretendiam construir para a área nas narrativas de Pedro e Rago, em meados dos anos 1990, vão fazer emergir dois outros enunciados: o primeiro que relacionava o surgimento da área à História Social das Mulheres, o segundo que relacionava a emergência do tema na historiografia do trabalho praticada por cientistas sociais.

No segundo capítulo foram analisados textos de quatro historiadoras que precisaram se relacionar com os enunciados já descritos no primeiro capítulo desta tese. Assim, Maria Izilda Matos reafirmava o enunciado de Margareth Rago; Eni de Mesquita Samara atualizava o enunciado que ajudara a emitir; Rachel Soihet ajudava a construir o enunciado da História Social das Mulheres; e Mary del Priore, por fim, dedicava-se a reabilitar o enunciado da História da Família e da Demografia histórica.

Ao mesmo tempo, tais historiadoras se relacionavam com o conceito de gênero, que já passava por uma série de traduções e apropriações na década de 1990. Enquanto algumas apostavam na categoria para resolver problemas e questões da História das Mulheres (Matos em 1997) e da História da Família (Samara em 1996 e 1997), outras utilizam seus balanços para reafirmar (Soihet em 1997) ou reabilitar (Priore em 1998) suas práticas de História das Mulheres sem uma adesão mais profunda à categoria. Além de se valerem desse tipo de texto, o balanço, para defenderem suas posições teóricas e institucionais, também colaboraram para o debate que foi se afirmando na historiografia brasileira sobre o conceito de gênero. E, nesse sentido, a discussão vinha acompanhada de uma questão mais ampla: o embate entre as diferentes formas de se compreender a documentação, seja em relação ao campo específico de História das Mulheres e das Relações de Gênero, seja no que toca aos enfrentamentos próprios da disciplina histórica brasileira com o tema.

O terceiro capítulo pôde demonstrar um hiato na produção de balanços historiográficos no sentido mais clássico que se atribui a eles aqui: as listas de nomes e de obras – que sempre carregaram mais que “apenas” nomes e obras – começavam a dar lugar a outros tipos de textos. Uma produção de historiadoras que começaram a se ver não apenas como inauguradoras de temas e discussões, como já faziam em seus balanços; mas um tipo de texto que se aproxima

do depoimento começa a ganhar espaço no fim da década de 1990 com o objetivo de compreender a história do campo por meio da trajetória individual de historiadoras. Essa foi a estratégia de Margareth Rago e de Rachel Soihet em 1998.

No entanto, ficou evidente que não só as próprias historiadoras iam narrando a si mesmas e as suas próprias trajetórias como importantes para a formação do campo. A pesquisa historiográfica que Monica Raisa Schpun desenvolveu em 2004 expunha os testemunhos e as trajetórias das/os historiadoras/as das mulheres e do gênero divididas em gerações. Um sintoma de que, assim como já haviam feito Soihet e Rago em 1998, as historiadoras passaram a ser encaradas como as testemunhas da formação do campo, revelando efeitos de uma memória disciplinar que, se ainda estava em disputa, já conseguia lançar imagens de referência sobre a trajetória de determinadas pesquisadoras da área. Da mesma forma que o trabalho de Schpun, a tese de Karla Bessa também pode ser tematizada como um desses produtos da virada dos anos 1990 para a década de 2000 que se distanciavam da escrita de balanços historiográficos para narrar a área e apostavam na pesquisa historiográfica para contar a sua história.

Ao lado das trajetórias, que expunham também as disputas dos enunciados da História Social das Mulheres e da História Cultural de Gênero, viu-se emergirem textos que, na tentativa de justificar e propagandear a existência do GT de Estudos de Gênero da ANPUH/Nacional, acabam dando destaque a discussões conceituais e teóricas que ultrapassam a categoria de gênero para evidenciar outros estudos, como os estudos *gays*, *lésbicos* e *queer*. Tais discussões, que começam a ser incorporadas na constituição das memórias disciplinares e formulação dos seus cânones, vêm acompanhadas de um exercício de tradução realizado por Rachel Soihet e suas colegas da UFF de preencher a categoria gênero com significados da História Social das Mulheres. Esse movimento, apontando alargamento de debates no campo em meados dos anos 2000, demonstrou uma forma específica de atar o desenvolvimento dos estudos de gênero à História das Mulheres praticada no Brasil. Não dividia mais a área entre História das Mulheres e História do Gênero, como realizou Mary del Priore em 1998; não apostava na superação da História Social das Mulheres por uma História Cultural do Gênero, como fez Margareth Rago em 1994, 1995 e 1998; ou, ainda, não delineava uma transformação da História das Mulheres por meio dos estudos da História das Relações de Gênero tal qual havia praticado Durval Muniz de Albuquerque Junior, tal qual defendeu Monica Raisa Schpun em 2004.

Esse distanciamento dos balanços demonstrado no capítulo 3 serviu, assim, para que pudessem se construir as conclusões expostas no quarto capítulo desta tese. Ao mesmo tempo que a memória disciplinar do campo passa a ser narrada como um desencadeamento da História Social das Mulheres para a História das Relações de Gênero – o que teria feito emergir um

campo só, a História das Mulheres e das Relações de Gênero no balanço Joana Maria Pedro e Rachel Soihet (2007) –, o cânone fundador da área passa a ser preenchido com a trajetória política e intelectual de Maria Odila Dias e de sua prática de História Social das Mulheres realizada em *Quotidiano e poder*, como fizera Pedro em 2005 e em 2008, sozinha, e em 2007, ao lado de Rachel Soihet. Àquela primeira imagem canonizada do campo ter tido seu “começo” na “revolução documental”, entre 1987 e 1993, é contraposta a imagem do campo ter o seu “novo começo” na trajetória da professora, orientadora, feminista, teórica, atuante nos departamentos e programas de pós-graduação em História que representava Maria Odila Dias, e a imagem de uma obra – *Quotidiano e poder* – realizada nos parâmetros da História Social das Mulheres.

As historiadoras voltam a escrever (Pedro em 2005 e 2008, Soihet e Pedro em 2007) ou a republicar (Rago em 2007, Matos em 2007 e em 2013) seus balanços historiográficos no momento em que a narrativa da “revolução documental” parecia silenciada o bastante para que a narrativa da “revolução teórica” – calcada nos enunciados da História Social das Mulheres e na História Cultural de Gênero, pensada não só na relação com a categoria gênero, mas também relacionada aos embates da disciplina de forma mais ampla – pudesse impor seus cânones e suas memórias. Memórias disciplinares e cânones ainda em disputa, especialmente no que tange à diferença que Margareth Rago fazia questão de impor entre ela e as pesquisas de Maria Odila Dias, mas que conviviam. Canonizadas muitas vezes pelas suas próprias mãos, até 2012, essas historiadoras que emitiram e ecoaram os enunciados da História Social das Mulheres e da História Cultural do Gênero dividiam entre si os lugares de fala e de publicação, como os Simpósios da ANPUH/Nacional e as páginas da *Nova História das Mulheres no Brasil*. É também depois de 2008, até onde esta pesquisa conseguiu apurar, que as narrativas que venceram o enunciado da História da Família e da Demografia histórica parecem ir se diluindo, não ficando explícita a necessidade de fazer ecoar os enunciados tal qual se percebera nas últimas décadas.

Depois do tempo em que outras formas de narrar o passado da área tomou lugar, o balanço historiográfico volta à cena. A definição da área, de seus marcos fundadores e suas obras essenciais, precisou passar pelas discussões de cunho teórico-conceitual para que tivessem seus sentidos preenchidos. A discussão sobre a categoria de gênero, impulsionada por uma disciplina que passou a se pensar teoricamente de forma mais intensa no final do século e por um crescimento do interesse pela História da Historiografia, estabelece também novas formas de pensar a memória disciplinar e os cânones que se querem dar ao campo. A teoria, a conceituação, o posicionamento político, a emergência de novos trabalhos e novas instituições

de pesquisa e de encontro adentram o terreno das historiadoras das mulheres e do gênero, desestabilizando suas certezas. Só se volta a fixar as obras e as autoras depois de certa decantação dos debates teóricos e conceituais, de algumas trajetórias ficarem mais bem definidas, bem como depois de uma reflexão sobre os rumos da disciplina tomou um lugar de maior centralidade em suas reflexões.

Nesse conjunto de questões abordadas na tese, ainda é preciso salientar que, tratando-se de historiadoras lotadas em departamentos e programas de pós-graduação do eixo sul-sudeste, as autoras das fontes aqui estudadas fizeram questão de marcar os principais acontecimentos do campo – por meio da construção de sua memória disciplinar e de seus cânones – dentro das balizas geográficas das instituições localizadas também no sul e no sudeste brasileiro, com destaque especial para São Paulo, Rio de Janeiro e Santa Catarina. Talvez pesquisas que dessem conta de alargar esse escopo de investigação pudessem demonstrar outras memórias disciplinares, outros cânones e, conseqüentemente, outra geografia disciplinar do campo.

Ainda há que se apontar algumas reflexões que esta tese não conseguiu realizar e questões que não puderam ser melhor aprofundadas. A busca por uma história dos enunciados sobre a área, que foi o que se conseguiu executar aqui, deixou em segundo plano questionamentos sobre questões importantes, tal qual como os marcadores sociais de classe, gênero, raça/etnia, geração e orientação sexual podem ser indispensáveis para a compreensão da formação do campo, de maneira mais específica, mas também poderia ajudar a responder como tais marcadores atuam na construção da disciplina histórica praticada no Brasil de forma mais ampla. É também importante salientar que a pesquisa não avança na análise da capilarização dessas memórias disciplinares e cânones nas obras, artigos, teses, dissertações, anais etc.; estudo que poderia indicar se tais enunciados possuem efeito para além dos textos investigados aqui. Outros vetores dessas memórias disciplinares – como a publicação de obras, a circulação de notícias dentro e fora dos ambientes acadêmicos, as resenhas, homenagens póstumas, o acesso e a participação em outros veículos midiáticos – não puderam ser analisados neste estudo e poderiam também colaborar para o entendimento da construção do campo para fora do círculo das historiadoras estudadas aqui, bem como em círculos extra-acadêmicos. Acredita-se ser necessário também aprofundar a análise dos textos de balanço historiográfico, buscando entender como esta tipologia de texto opera não só na construção de cânones e memórias disciplinares, mas como se relaciona com as escritas de si, com o intuito de tentar responder de maneira mais clara de que modos a construção de um balanço historiográfico é também exercício de elaboração do *eu* acadêmico – algo que esteve quase sempre presente nos

balanços aqui analisados e, apesar de destacado, foi um ponto para o qual não foi possível adensar a discussão.

Historiadoras das mulheres, historiadoras das relações de gênero, historiadoras das mulheres e das relações de gênero... enfim, historiadoras mulheres que praticavam uma “curiosidade fútil”⁹⁵⁰ e uma “história sobre nada”⁹⁵¹ escreveram textos para inscrever o campo que praticavam, o objeto de suas pesquisas, as discussões que faziam, as obras que as inspiraram na história da disciplina histórica brasileira. Deram, por meio de suas contribuições, origens, marcos fundadores, voltas e reviravoltas, limites e saídas para a história que cotidianamente praticavam. Inscreveram a si mesmas, seus nomes, suas obras e as suas trajetórias numa disciplina na qual ouviam falar, provavelmente desde os tempos de suas graduações, em Francisco Adolfo Varnhagen, Capistrano de Abreu, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e tantos outros nomes masculinos canonizados pela memória disciplinar da História. Deram história e profundidade temporal ao que faziam ao mesmo tempo em que conseguiam debater, a partir da própria história que praticavam, as bases disciplinares do conhecimento histórico.

Passados vários anos depois que Wanda Rosa Borges defendeu sua tese para obter o título de “doutor” em História, Maria Beatriz Nizza da Silva, Eni de Mesquita Samara, Miriam Lifchitz Moreira Leite, Maria Odila Leite da Silva Dias, Joana Maria Pedro, Margareth Rago, Maria Izilda Matos, Rachel Soihet, Mary del Priore, Karla Adriana Martins Bessa, Monica Raisa Schpun, Suely Gomes Costa e Adriana Facina não só participaram da criação de um monumento historiográfico, descrito nesta tese como a História das Mulheres e das Relações de Gênero no Brasil, com todas as disputas, os silenciamentos, enfretamentos e gestos que tal criação exigiu. Formadas numa disciplina que as marginalizou, seja como seus sujeitos ou como seus objetos, ajudaram também identificar, dinamizar, processar, questionar, reificar, (re)definir e, ao mesmo tempo, feminizar⁹⁵² a cultura historiográfica brasileira profissional universitária entre fins dos anos 1980 e as primeiras décadas do século XXI.

⁹⁵⁰ “A História da Mulher ainda é encarada como ‘coisa de feminista’ ou então como simples curiosidade fútil num leque de disciplinas que se propõe transmitir o essencial do saber histórico.” SILVA, Maria Beatriz Nizza da, 1987, p.76.

⁹⁵¹ “Com a publicação do livro *Quotidiano e Poder* (1984), as pessoas ficaram surpresas e Fernando Novaes me perguntou como é que eu tinha escrito um livro sobre nada (risos). O nada era o informal, não entrar no Sistema Colonial do Atlântico, não tratar de economia, era considerado nada! (risos). Queria chamar atenção para a imensa maioria da população do Brasil colonial que apenas lutavam pela sobrevivência [...]. Escravas e forras estavam à margem do setor produtivo, eram multadas porque vendiam. O comércio era clandestino. Era o seu modo de alimentar os quilombos, os escravos, elas tinham essa organização de sobrevivência”. “Sobrevivência???” (risos).” DIAS, Maria Odila em entrevista a PEDRO; NECKEL, 2021. p. 8.

⁹⁵² RAGO, Margareth. Feminizar é preciso: por uma cultura filógina. **São Paulo em Perspectiva**, v. 15, n. 3, p. 58-66, 2001.

REFERÊNCIAS

- Fontes

COSTA, Suely Gomes. Gênero, biografias e história. **Gênero**, Niterói, v. 3, n. 2, p. 7-20, 2003.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Teoria e método dos estudos feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano. In: COSTA, Albertina; BRUSCHINI, Cristina (orgs.). **Uma questão de gênero**. RJ: Editora Rosa dos Tempos/SP: Fundação Carlos Chagas. 1992. p. 39-53.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Novas subjetividades na pesquisa histórica feminista: uma hermenêutica das diferenças. **Revista Estudos Feministas**, v. 2, n. 2, p. 373-382, 1994.

LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. Fontes históricas e estilo acadêmico. **Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 1, 1993. p. 83-95.

MATOS, Maria Izilda. História das mulheres e gênero: usos e perspectivas. **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia, v3, n2, p. 35-50, 1996.

MATOS, Maria Izilda. Outras histórias: as mulheres e estudos de gênero – percursos e possibilidades. In: MATOS, Maria Izilda; SOLER, Maria Angélica. **Gênero em debate: trajetórias e perspectivas na Historiografia Contemporânea**. São Paulo: EDUC, 1997. p. 85-114.

MATOS, Maria Izilda. Estudos de gênero: percursos e possibilidades na historiografia contemporânea. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 1998, p.67-75. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634463/2387>. Acesso em 04 abr. 2020, às 10h39min.

MATOS, Maria Izilda. **Por uma história da mulher**. Bauru: EDUSC, 2000.

MATOS, Maria Izilda. História das mulheres e das relações de gênero: campo historiográfico, trajetórias e perspectivas. **Mandrágora**, v.19. n. 19, 2013, p. 5-15.

PEDRO, Joana. Relações de gênero na pesquisa histórica. **Revista Catarinense de História**. n. 2, 1994, p. 35-44.

PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. **Topoi**. v. 12, n. 22. Jan-Jun. 2011. p. 270-283.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História (São Paulo)**, v.24, n.1, p.77-98, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/his/a/fhHv5BQ6tvXs9X4P3fR4rtr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 07 abr. 2020, às 10h52min.

PEDRO, Joana. Historicizando o gênero. In: Antonio Celso Ferreira; Holien Gonçalves Bezerra; Tania Regina de Luca. (Org.). **O historiador e seu tempo**. São Paulo: Editora UNESP, 2008, p. 163-188.

PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. **Topoi**. v. 12, n. 22, p. 270-283, jan.-jun. 2011.

PEDRO, Joana Maria; SOIHET, Rachel. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 27, nº 54. Dez. 2007.p. 281-300.

RAGO, Margareth. Relações de gênero e classe operária no Brasil, 1890-1930. **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 5-24, 1994.

RAGO, Margareth. As mulheres na historiografia brasileira. In. SILVA, Zélia Lopes (Org.). **Cultura Histórica em Debate**. São Paulo: UNESP, 1995. p. 81-91.

RAGO, Margareth. Descobrimos historicamente o gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 11, 1998, p.89-94. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634465/2389>. Acesso em 11 dez. 2019, às 17h39min.

RAGO, Margareth. Relações de gênero e classe operária no Brasil. In: MELO, Hildete Pereira de; PISCITELLI, Adriana; MALUF, Sônia Weidner; PUGA, Vera Lucia (org.). **Olhares Feministas**. Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2007. p. 19-37.

RAGO, Margareth. "Escrever de novo a palavra Mulher": recontando a história das lutas feministas. In: Antonio Celso Ferreira; Holien G. Bezerra; Tania Regina de Luca. (Org.). **O historiador e seu tempo**. São Paulo: UNESP, 2008, v. 01, p. 139-162.

RAGO, Margareth. Feminismos e História: um encontro com o passado. XXVI Seminário Nacional de História. **Anais...** São Paulo, jul. 2011, p. 1-8. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300631785_ARQUIVO_textoanpuh2011.pdf. Acesso em 07 de abr. 2020, às 11h26min.

SAMARA, Eni Mesquita. Mulheres das américas: um repasse pela historiografia latino-americana recente. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v 11, n 21. p. 227-240, 1991.

SAMARA, Eni de Mesquita. A mulher e a família na historiografia latino-americana recente. **Anos 90** - Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. v. 1. n. 1. 1993, p. 23-47.

SAMARA, Eni de Mesquita. Gênero e identidade na historiografia. **LPH: Revista de História**, Mariana-MG, v. 6, n. 1, p. 19-30, 1996.

SAMARA, Eni de Mesquita. O discurso e a construção da identidade de gênero na América Latina. MATOS, Maria Izilda Santos de; SOLER, Maria Angélica. **Gênero em debate: trajetória e perspectivas na historiografia contemporânea**. São Paulo: EDUC, 1997.

SCHPUN, Mônica Raisa. L’histoire des femmes et du genre au Brésil: enquête sur trois générations, **Clio. Femmes, Genre, Histoire** v. 19, p. 1-13, abr. 2004. Disponível em: <http://journals.openedition.org/clio/656>. Acesso em 19 abr. 2019, às 19h14min.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. História da mulher no Brasil: tendências e perspectivas. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, 27, p. 75-91, 1987.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Women's History in Brazil: Production and Perspectives. In: OFFEN, Karen; PIERSON, Ruth; RENDALL, Jane. **Writing Women's History: International perspectives**. London: The MacMillan Press, 1991. p. 369-380.

SOIHET, Rachel. Enfoques feministas e a história – desafios e perspectivas. In: MATOS M. Izilda S. de; SOLER, Maria Angélica. **Gênero em Debate: Trajetórias e Perspectivas na Historiografia Contemporânea**. São Paulo: EDUC, 1997a. p. 53-82.

SOIHET, Rachel. História das mulheres. Em: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (orgs.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997a. p. 275-296.

SOIHET, Rachel. História das mulheres e história de gênero: um depoimento. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 11, p. 77-83, 1998. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634464/2388>. Acesso em 11 dez. 2019, às 17h49min.

SOIHET, Rachel; FACINA, Adriana. Gênero e memória: algumas reflexões. **Gênero**, Niterói, v.5, n.1, 2, 2004. p. 9-19.

- Referências em geral

ADOLFO, Roberto Manoel Andreoni. A produção de balanços historiográficos no Brasil: entre o poder político e o poder discursivo (1990-2011). **História Unisinos**, São Leopoldo, v. 22, n. 3, p. 500-510, set/out. 2018.

ADOLFO, Roberto Manoel Andreoni. **A historiografia brasileira da escravidão nos anos 1980: do enunciado ao eclipsado**. 2019. 189 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, UNESP, Assis, 2019.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. Introdução. Da terceira margem eu so(u)rrio: sobre história e invenção. In: **História: a arte de inventar o passado** (ensaios sobre teoria da História). Curitiba: Editora Prismas, 2017, p. 19-44.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. Violar memórias e gestar a História – abordagem a uma problemática fecunda que torna a tarefa do historiador um parto profundo. In: ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **História: arte de inventar o passado** (ensaios sobre teoria da História). Curitiba: Editora Prismas, 2017, p. 227-238.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. **Nordestino: invenção do “falo”** – uma história do gênero masculino (1920-1940). 2 ed. São Paulo: Intermeios, 2013.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. Um Mestre de Rigor: Manoel Luiz Salgado Guimarães e a delimitação do campo de estudos de historiografia no Brasil. **História da Historiografia**. Ouro Preto, n. 13, dezembro, 2013. p. 144-153.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. *Experiência: uma fissura no silêncio. História: a arte de inventar o passado (ensaios sobre teoria da História)*. Curitiba: Editora Prismas, 2017, p. 49-166.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. *As hierarquias do silêncio: não-ditos significativos no momento de se realizar um estudo de história da historiografia*. 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – História e o futuro da educação no Brasil, 2019, Recife. **Anais ...** Recife: Associação Nacional de História. Disponível em: https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1552567638_ARQUIVO_Ashierarquiasdo silencio.pdf. Acesso em: 03 abr. 2022, às 19h17min.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. **Currículo do sistema de currículos Lattes**. Brasília, 8 abr. 2020. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/7585947992338412>. Acesso em: 13 abr. 2020, às 15h54min.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.

ALVES, Eduarda Carvalho de Castro. **A História das Mulheres no Brasil: configuração do campo por meio da trajetória de Rachel Soihet (1970-2010)**. 162 f. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado de Rio de Janeiro, UNIRIO, Rio de Janeiro-RJ, 2020.

AMERICAN HISTORICAL ASSOCIATION. **Joan Kelly Memorial Prize**. Disponível em: <https://www.historians.org/awards-and-grants/awards-and-prizes/joan-kelly-memorial-prize>. Acesso em 22 de mar. 2022, às 8h56min.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. **Um mundo ao avesso: um ensaio sobre cultura popular e condição feminina no Rio de Janeiro da virada do Século (1880-1920)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, UFF, Niterói, 1989

ARQUIVO EDGARD LEUENROTH. **Projeto "O Feminismo no Brasil: Utopias da Emancipação Feminina"**. Disponível em: https://www.ael.ifch.unicamp.br/pf-ael/public-files/instrumentos-pesquisa/feminismo_no_brasil.pdf. Acesso em 22 mar. 2020, às 15h17min.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA. **Grupos de trabalho**. Disponível em: <https://anpuh.org.br/index.php/quem-somos/grupos-de-trabalho/atividades>. Acesso em 6 jul. 2022, às 11h41min.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA. **Regimento Interno**. Disponível em: <https://anpuh.org.br/index.php/documentos/regimento-interno>. Acesso em 30 nov. 2022, às 22h55min.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA. **GT Estudos de Gênero**. Disponível em: <https://anpuh.org.br/index.php/quem-somos/grupos-de-trabalho/atividades/item/296-gt-estudos-de-genero>. Acesso em 19 nov. 2022, às 12h40min.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA. **Quem somos – Diretoria Nacional**. Disponível em: <https://anpuh.org.br/index.php/quem-somos/diretoria-nacional>. Acesso em 03 abr. 2022, às 17h35min.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA – Seção Santa Catarina. **Trajetória**. Disponível em https://www.sc.anpuh.org/conteudo/view?ID_CONTEUDO=1696. Acesso em 29 nov. 2020, às 22h19min.

ASSUNÇÃO, Marcello Felisberto Moraes de; TRAPP, Rafael Petry. É possível indisciplinar o cânone da história da historiografia brasileira? Pensamento afrodiaspórico e (re)escrita da história em Beatriz Nascimento e Clóvis Moura. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 41, n. 88, p. 229-252, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/twzH93CnWDDZSCCzHtKyqxx/?lang=pt>. Acesso em 02 mai. 2022, às 14h47min.

AVILA, Arthur de Lima. Joan Scott: história e crítica. In: BENTIVOGLIO, Júlio; AVELAR, Alexandre de Sá (org.). **O futuro da história: da crise à reconstrução de teorias e abordagens**. Vitória: Milfontes, 2019. p. 9-34.

AZERÊDO, Sandra. Gênero e a diferença que ele faz na pesquisa em psicologia. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 11, p. 55-61, 1998. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634462/2386>. Acesso em 12 mai. 2022, às 12h47min.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado; SCOTT, Ana Silvia Volpi; BASSANEZI, Maria Silvia Casagrande. Quarenta anos de demografia histórica. **Revista Brasileira de Estudos da População**, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 339-350, jul./dez. 2005.

BALHANA, Altiva Pilatti. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 3, n. 5, p. 11-19, 1983.

BARRETO, Francisco César de Sá; DOMINGUES, Ivan. O PNPG 2011-2020: os desafios do país e o sistema nacional de pós-graduação. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 28, n. 03, p. 17-53, set. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/fymZwZrwp8DNRcWXQbBXq6D/?lang=pt>. Acesso em: 23 jan. 2022, às 7h47min.

BELIEIRO, Thiago Granja. **A presença dos Annales no Programa de Pós-graduação em História da Universidade de São Paulo (1985-1994)**. 217 f. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, SP. 2017.

BESSA, Karla Adriana Martins. "Gender Trouble": outra perspectiva de compreensão do Gênero. **Cadernos Pagu**, n. 4, p. 261-267, 1995. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1771>.

BESSA, Karla Adriana Martins. **Jogos de sedução: práticas amorosas e práticas jurídicas**. Uberlândia, 1950- 1970. Dissertação (Mestrado em História). 201 f. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Campinas, 1996.

BESSA, Karla Adriana Martins. Linguagem, Classe e Gênero: diálogo com E.P. Thompson e J. W. Scott. III Congresso de Ciências Humanas, Letras e Artes das Universidades Federais de Minas Gerais, 1997, Juiz de Fora. **Anais do III Congresso das IFES-mineiras**, 1997

BESSA, Karla Adriana Martins. Apresentação. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 11, 1998, p. 7-8.

BESSA, Karla Adriana Martins. Carta convite da organizadora. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 11, 1998a, p. 43-44.

BESSA, Karla Adriana Martins. **(Entre)cruzando histórias: gênero e historiografia brasileira (1961-1996)**. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Unicamp, Campinas-SP, 2000.

BESSA, Karla Adriana Martins. Historiografia brasileira: interface entre a constituição de um campo profissional e dos estudos de gênero. In: MACHADO, Maria Clara Tomaz; PATRIOTA, Rosângela. (Org.). **História e historiografia: perspectivas contemporâneas de investigação**. Uberlândia: EDUFU, 2003. p. 139-158.

BESSA, Karla Adriana Martins. Três nomes, três caminhos distintos na historiografia brasileira do século XX: José Honório Rodrigues, Eurípedes Simões de Paula e Alice P. Canabrava. **História & Perspectivas**, Uberlândia, v. 1, n.27/28, p. 77-102, 2003.

BESSA, Karla Adriana Martins. Cultura e Sensibilidade Política no Discurso Historiográfico Brasileiro. XXVI Simpósio Nacional de História da ANPUH. **Anais...** São Paulo, julho 2011.

BESSA, Karla Adriana Martins. **Currículo do sistema de currículos Lattes**. Brasília, 9 abr. 2020. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/3818957885297532>. Acesso em: 12 abr. 2020, às 20h05min.

BLANKE, Horst Walter. Para uma nova história da historiografia. In: MALERBA, Jurandir (org.). **A História escrita: teoria e história da historiografia**. São Paulo: Contexto, 2006. p. 27-64.

BRASIL. **Lei nº 5.540 de 28 de novembro de 1968**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5540.htm. Acesso em 15 dez. 2020.

BRUSCHINI, Cristina; ROSEMBERG, Fúlvia. Introdução. In: BRUSCHINI, Cristina; ROSEMBERG, Fúlvia. **Vivência: História, sexualidade e imagens femininas**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas/Brasiliense, 1978. p. 9-18

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CADERNOS CERU. **Sobre a revista**. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ceru/about>. Acesso em: 08 abr. 2022, às 15h53min.

CADERNOS DE PESQUISA. **Sobre a revista**. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp>. Acesso em 28 set. 2020

CADERNOS PAGU. **Fazendo história das mulheres**. Campinas, n. 5, 1995. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/issue/view/188>. Acesso em 02 set. 2020, às 19h11min.

CADERNOS PAGU. **Trajetórias do gênero, masculinidades...**, Campinas, n. 11, 1998.

CAMINHOS da memória - Miriam Moreira Leite. Direção de Ana Lúcia Ferraz, Andréa Barbosa e Francirosy Ferreira. São Paulo: Laboratório de Imagem e Som em Antropologia (Lisa-Usp), 2007. (34 min.), son., color. Disponível em: <https://vimeo.com/35325369>. Acesso em: 05 dez. 2020.

CAPELATO, Maria Helena; GUTIERREZ, Horácio; PRADO, Maria Lígia. Eni de Mesquita Samara (1948-2011). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 31, n. 62, p. 11-12, Dez. 2011.

CAPES - PLATAFORMA SUCUPIRA. **Cursos avaliados e reconhecidos**. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativo/s/quantitativoIes.jsf?areaAvaliacao=40&areaConhecimento=70500002>. Acesso em 28 nov. 2022, às 19h17min.

CAPES. **Catálogo de Tese e Dissertações**. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/>.

CAPES. **Plano nacional de pós-graduação [PNPG] 2011-2020**. Brasília: CAPES, 2010. v. 1. CARDOSO, Ciro Flamarion. Prefácio. In: SOIHET, Rachel. **Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920**. Rio de Janeiro: Forense Universitário, 1989. p. IX-X.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. Apresentação. Em: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARNEIRO, Sueli. A Mulher Negra na Sociedade Brasileira – o papel do Movimento Feminista na luta anti-racista. MUNANGA, Kabengele (org.) **História do Negro no Brasil**. Fundação Cultural Palmares-MinC/CNPq, 2004, p.286-336.

CARVALHO, José Murilo de. D. João e as histórias dos Brasis, **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 28, nº 56, p. 245-263, Dez. 2008. p. 245.

CERTEAU, Michel. A operação historiográfica. In: CERTEAU, Michel. **A escrita da História**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. p. 65-119.

CERQUEIRA, Adriano Gama; FAVERSANI, Fábio; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Apresentação, **LPH: Revista de História**, Mariana-MG, v. 6, n. 1, p. 5-6, 1996.

CEZAR, Temístocles. Prefácio – Por uma crítica do cânone historiográfico. In: RODRIGUES, Thamara de Oliveira. **Antes do cânone: Abreu e Lima e as disputas pelo futuro e pela escrita do Brasil**. Rio de Janeiro: Ape’Ku, 2021, p. 11-21.

CHARTIER, Roger. A História das mulheres, séculos XVI-XVII: diferença entre os sexos e violência simbólica. Em: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. **As mulheres e a História**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995.

CIRANI, Cláudia Brito Silva; CAMPANARIO, Milton de Abreu; SILVA, Heloísa Helena Marques da. A evolução do ensino da pós-graduação senso estrito no Brasil: análise exploratória e proposições para pesquisa. **Avaliação: Revista de Avaliação da Educação Superior**. Campinas; Sorocaba, SP, v. 20, n. 1, p. 163-187, mar. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/8CnjZmYsCs7xkrWKn7vj9Nd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 20 nov. 2022, às 21h00min.

COLLIN, Françoise. Introduction: Sexes et savoir. **Les Cahiers du GRIF**, n. 37-38, p. 5-7, 1988. p. 5, grifos no original. Disponível em: http://www.persee.fr/doc/grif_0770-6081_1988_num_37_1_1750. Acesso em 28 mar. 2022, às 16h46min.

COMISSÃO EDITORIAL. Apresentação, **História (São Paulo)**, Assis-SP, v.24, n.1, s/p, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/his/a/x98ZYbkDNmy8mw8C6BzfwGQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 07 abr. 2020, às 10h52min.

CONSELHO EDITORIAL. Apresentação do dossiê, **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, nº 54. Dez. 2007. p. 15-16.

COOK, Joan. Joan Kelly, feminist historian and professor at City College. **The New York Times**. Nova York, 18 ago. 1982. Seção B, p. 5- Disponível em: <https://www.nytimes.com/1982/08/18/nyregion/joan-kelly-feminist-historian-and-professor-at-city-college.html>. Acesso em: 23 mar. 2022, à 11h15.

CORRÊA, Mariza. “Uma pequena voz pessoal”. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 11, p. 47-52, 1998; p. 47. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ca dpagu/article/view/8634459/2383>. Acesso em 12 mai. 2022, às 12h43min.

CORREA, Mariza. **Currículo do Sistema de Currículos Lattes**. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/1697698820602428>. Acesso em 13 mar. 2022, às 18h18min.

COSTA, Ana Alice; SARDENBERG, Cecília. A institucionalização dos estudos feministas nas universidades brasileiras. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, n. esp., 1994.

COSTA, Albertina de Oliveira. Os estudos da mulher no Brasil ou a estratégia da corda bamba? **Revista Estudos Feministas**, n. especial, p. 401-404, 1994.

COSTA, Albertina; BRUSCHINI, Cristina. Apresentação. In: **Uma questão de gênero**. RJ: Editora Rosa dos Tempos/SP: Fundação Carlos Chagas, 1992a. p. 6-8.

COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. Uma contribuição ímpar: *Cadernos de Pesquisa* e a consolidação dos estudos de gênero. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 80, p. 91-99, fev. 1992b.

COSTA, Ana Alice Alcântara; SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. Teoria e práxis feministas na academia: os núcleos de estudos sobre a mulher nas universidades brasileiras, **Revista Estudos Feministas**, n. esp. p. 387-400, 1994. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16171/14722>. Acesso em 23 ago. 2018, às 9h33min.

COSTA, Cláudia de Lima. O tráfico do gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 11, p. 127-134, 1998. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634468/2392>. Acesso em 12 mai. 2022, às 13h10min.

COSTA, Cláudia Lima; ÁVILA, Eliana. Glória Anzaldúa, a consciência mestiça e o "feminismo da diferença". **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 3, p. 691-703, set.-dez. 2005. p. 692. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/R4rf3YG4z6ZMhTkLcVQQkPG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 8 jul. 2021, às 14h37min.

COSTA, Suely Gomes. Gênero e história. In: ABREU, Martha; SCOIHET, Rachel. (Org.) **Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia**. 2 ed. Rio de Janeiro: Cada da Palavra, 2003.

COSTA, Suely Gomes. Um estimulante encontro com Michel de Certeau: *O feminismo tático de Bertha Lutz*. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 27, p. 449-454, jul.-dez. de 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/DLV55LbBpxJfyKQqxqXy6Vg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 11 de dez. 2022, às 17h45min. p. 449.

COSTA, Suely Gomes. Diga-me: o que significa gênero? **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, Florianópolis. v.8, n. 2, p. 104-124, 2011.

COSTA, Suely Gomes. **Currículo do sistema de currículos Lattes**. Brasília, 01 fev. 2015. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/4687269215330437>. Acesso em: 15 abr. 2020, às 14h10min.

CPDOC. Berta Lutz. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/bertha-maria-julia-lutz>. Acesso em: 08 jun. 2022.

DE DECCA, Edgar Salvadori. Apresentação. In: RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista**. Brasil, 1890-1930. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

DELACROIX, Christian; DOSSE, François; GARCIA, Patrick. **Correntes históricas na França: séculos XIX e XX**. Tradução de Roberto Ferreira Leal. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Anna Gertrudes de Jesus, mulher da terra (Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX)**. 1982. 354 f. Tese (Livre-docência em História do Brasil) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1982.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Nas fímbrias da escravidão urbana: negras de tabuleiro e de ganho. **Revista de Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 15, n. especial, p. 89-109, 1985.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Escravas – Resistir e sobreviver. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 360-381.

DICIONÁRIO MULHERES DO BRASIL: de 1500 até a atualidade, biográfico e ilustrado. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

DUBY, Georges; PERROT, Michelle. **As mulheres e a História**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995

ÉCOLE DES HAUTES ÉTUDES EM SCIENCES SOCIALES - CENTRE DE RECHERCHES HISTORIQUES. **Histoire du genre** – Presentation. Disponível em: <http://genre.ehess.fr/presentation/>. Acesso em 31 mar. 2022. Acesso às 10h22min.

ERBERELI JÚNIOR, Otávio. **A trajetória intelectual de Alice Piffer Canabrava**: um ofício como sacerdócio (1937-1997). 369 f. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, USP, São Paulo-SP, 2019.

ESTUDOS de gênero. In: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Estudos_de_gênero. Acesso em 20 abr. 2020.

FACINA, Adriana. **Currículo do sistema de currículos Lattes**. Brasília, 07 abr. 2022. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/1031649453998211>. Acesso em: 29 mai. 2022, às 13h47min.

FALCI, Miridan Buggy Britto. **Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico**, Currículo Lattes. Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do>. Aceso em 21 mar. 2022.

FARGE, Arlette. La história de las mujeres. Cultura y poder de las mujeres: ensayo de historiografía. In: LUNA. Lola G. **Historia, Género y Política**. Barcelona: Promociones y Publicaciones Universitarias, 1994.

FARGE, Arlette *et al.* A história das mulheres. Cultura e poder das mulheres: ensaio de historiografia. Tradução Rachel Soihet, Suely Gomes Costa e Rosana Alves Soares. **Gênero**, v. 2, n. 1, p. 7-30, 2001. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/30986/18075>. Acesso em 29 mai. 2022, às 18h28min.

FARIA, Maria Auxiliadora. A propósito do livro “Do cabaré ao lar...”, **Varia História**, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, p. 147-148, jun. 1986. Disponível em: <http://www.variahistoria.org/edies/tag/Number+02>. Acesso em 18 jun. 2021.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. Da cátedra universitária ao departamento: subsídios para uma discussão. In: XXIII REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 2000, Caxambu-MG. **Anais...** Caxambu, 2000, p. 1-15. Disponível em: <http://23reuniao.anped.org.br/textos/1118t.PDF>. Acesso em: 19 dez. 2020.

FEIJÓ, Rosemeri Nunes; TRINDADE, Helgio. A construção da política de internacionalização para a pós-graduação brasileira, **Educar em Revista**, Curitiba, v. 37, p. 1-22. 2021. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/er/v37/1984-0411-er-37-e76211.pdf>. Acesso em 23 jan. 2022, às 9h18min.

FERREIRA, Antonio Celso; BEZERRA, Holien G.; LUCA, Tania Regina. In: **O historiador e seu tempo**. São Paulo: UNESP, 2008.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **A história como ofício**: a constituição de um campo disciplinar. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

FRONTEIRAS – Revista Catarinense de História. **Sobre**. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/FRCH/about>. Acesso em 21 jul. 2020.

FICO, Carlos; POLITO, Ronald. **A história no Brasil (1980-1989)** – elementos para uma avaliação historiográfica. Ouro Preto: UFOP, 1992. v. I.

FICO, Carlos; POLITO, Ronald. A historiografia brasileira nos últimos 20 anos – tentativa de avaliação crítica. In: MALERBA, Jurandir (org.). **A velha história**: teoria, método e historiografia. Campinas-SP: Papirus, 1996.

FIGUEIREDO, Luciano. Mulheres nas Minas Gerais. In: PRIORE, Mary del (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 142; 146.

FOSTER, Thomas. History, critical theory and women's social practices: "Women's Time" and "Housekeeping". **Signs**. Journal of women in culture and society, v.14, n.1, 1988.

FRANZINI, Fábio; GONTIJO, Rebeca. Memória e história da historiografia no Brasil: a invenção de uma moderna tradição, anos 1940-1960. In: SOIHET, Rachel *et al.* **Mitos, projetos e práticas**: memória e historiografia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 141-160.

FRANZINI, Fábio; GONTIJO, Rebeca. Panorama da historiografia brasileira contemporânea (1930-1980). In: ABRÃO, Janete Silveira (org.). **Brasil**: interpretações & perspectivas. São Paulo: Marcial Pons; Instituto Universitario de Investigación em Estudios Latinoamericanos – IELAT, Universidad de Alcalá, 2016.

FREIRE, Diego José Fernandes. Memória, história e identidade: o caso da “escola uspiana de história”. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 21, n. 39, p. 139-153, jul.-dez. 2019.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. p. 8. Grifos no original.

FOUCAULT, Michel. Sobre a arqueologia das ciências. Resposta ao círculo de epistemologia. In: **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. Organização e seleção de textos: Manoel Barros da Motta; Tradução de Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. p. 93.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. **Quem somos**. Disponível em <https://www.fcc.org.br/fcc/institucional>. Acesso em 28 set. 2020.

FURTADO, Júnia Ferreira. **Currículo do sistema de currículos Lattes**. Brasília, 28 out. 2022. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/5252555113752200>. Acesso em 13 de nov. 2022, às 16h51min.

GÓIS, João Bosco Hora. Editorial. **Gênero**, Niterói, v. 3, n. 2, 2003.

GONÇALVES, Andréa Lisly. **História & Gênero**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GONÇALVES, Andréa Lisly. **Currículo do Sistema de Currículos Lattes**. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/4061086168315063>. Acesso em: 12 abr. 2020.

GOMES, Ângela de Castro. Questão social e historiografia no Brasil do pós-1980: notas para um debate. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, nº 34, jul./dez. de 2004, p. 157-186.

GONTIJO, Rebeca. A história da historiografia no Brasil, 1940-1970: apontamentos sobre sua escrita. In: XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DA ANPUH – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA. **Anais...** São Paulo, 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300912250_ARQUIVO_ANPUH2011Te xtoRebecaGontijo.pdf. Acesso em: 03 dez. 2020.

GONTIJO, Rebeca. Tal História, qual memória? Capistrano de Abreu na História da Historiografia brasileira. **Projeto História**, São Paulo, nº 41, p. 491-526, dez. de 2010.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Sobre a História da Historiografia brasileira como campo de estudos e reflexões. Em: NEVES, Lúcia M. B. Pereira das *et al.* **Estudos de historiografia brasileira**. RJ: Editora FGV, 2011. p. 19-35.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.). **História Cultural: experiências de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Historiografia e cultura histórica: notas para um debate. **Âgora**, Santa Cruz do Sul, v. 11, n. 1, p. 37-48, jan/jun/2015. p. 34.

GT DE ESTUDOS DE GÊNERO ANPUH/NACIONAL. **Histórico**. Disponível em: <https://gtgenero.paginas.ufsc.br/>. Acesso em 22 fev. 2021.

HARRISON, Robert; JONES, Aled; LAMBERT, Peter. Metodologia. História científica e o problema da objetividade. In: LAMBERT, Peter; SCHOFIELD, Phillip (Org.). **História: introdução ao ensino e à prática**. Tradução de Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Penso, 2011. p. 43-55.

HARTOG, François. **Evidência da história: o que os historiadores veem**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

HIRATA, Helena. Elisabeth Souza Lobo, 1943-1991. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, n. 31, p. 3-5, 1991. Disponível em: <http://anpocs.com/index.php/bib-pt/bib-31/419-elisabeth-souza-lobo-1943-1991/file>. Acesso em 10 mai. 2022, acesso 14h51min.

HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA. **Historiadores e historiadoras, esses desconhecidos**, Ouro Preto, v. 9, n. 22, jul.-ago. de 2016

HISTÓRIA (SÃO PAULO). **A revista**. Disponível em: <http://historiasp.franca.unesp.br/a-revista/>. Acesso em 31 mai. 2022, às 16h06min.

INÁCIO, Benedito. História das Mulheres e das Relações de Gênero: um olhar sobre a *Revista Brasileira de História*. 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – História e o futuro da educação no Brasil. **Anais ...** Recife: Associação Nacional de História - ANPUH, 2019. Disponível em: [https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1564792798_ARQUIVO_Historiadasmulheresdasrelacoesdegenero-umolharsobrearevistaBrasileiradeHistoria\(1\).pdf](https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1564792798_ARQUIVO_Historiadasmulheresdasrelacoesdegenero-umolharsobrearevistaBrasileiradeHistoria(1).pdf). Acesso em: 30 mar. 2022, às 13h54min.

INÁCIO, Benedito. Gênero e historiografia no Brasil: os debates dos anos 1990. In: III COLÓQUIO DE GÊNERO E PESQUISA HISTÓRICA, **Anais...** Guarapuava – PR, 2020, p. 1-13.

INSTITUTO DE ESTUDOS DE GÊNERO. **Estatuto**. Florianópolis, 2020. Disponível em: <https://ieg.ufsc.br/public/storage/documents/June2020/wuEJ1TjHwrdynCTe0kHU.pdf>. Acesso em 05 jun. 2020, às 15h52min.

INSTITUTO DE ESTUDOS DE GÊNERO. **Seminário Internacional Fazendo Gênero: dezoito anos de Fazendo Gênero - um pouco de história**. Disponível em: http://www.fazendogenero.eventos.dype.com.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=581. Acesso em 25 mai. 2022, às 16h33min.

INSTITUTO DE ESTUDOS DE GÊNERO. **Institucional**. Disponível em: <https://ieg.ufsc.br/>. Acesso em 25 mai. 2022, às 14h11min.

JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. Três mulheres da elite maranhense. **Revista Brasileira de História**, São Paulo. ANPUH/Contexto, v. 16, n. 31.32. p. 225-248, 1996.

JOHNS HOPKINS SCHOOL OF MEDICINE – DEPARTMENT OF THE HISTORY OF THE MEDICINE. **Gianna Pomata**. Disponível em: <https://hopkinshistoryofmedicine.org/people/gianna-pomata-phd/>. Acesso em 31 mar. 2022, às 10h35.

KAINGÁNG, Azelene. Indígenas – Depoimento de uma militante. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 410-422.

KELLY-GADOL, Joan. The Social Relation of the Sexes: Methodological Implications of Women's History, **Signs**, v. 1, n. 4, p. 809-823, Summer, 1976.

KELLY, Joan. Did Women Have a Renaissance? In: **Women, history, and theory**. Chicago: The University of Chicago Press, 1984.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. Tradução de Vivian Aranha Saboia. In: HIRATA, Helena *et al.* **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2009. p. 67-75.

KLEM, Bruna Stutz. **Historiadoras: aproximações femininas à história da historiografia brasileira**. 2019. 89 f. Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, UFOP, Mariana – MG. 2019.

KOPE. **Sobre Schuma Schumacher**. Disponível em: <https://kope.org/professores/schuma-schumacher/>. Acesso em: 27 out. 2021.

KUZNESOF, Elizabeth. The role of the Female-Headed Household in Brazilian Modernization: São Paulo 1765 to 1836. **Journal of Social History**, [S.L.], v. 13, n. 4, p. 589-613, 1 jun. 1980

LAQUEUR, Thomas Walter. **Inventando sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud**. Tradução Vera Whately. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LAVINAS, Lena. Editorial. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, n. esp, 1994, p. 7.

LES CAHIERS DU GRIF. **Le genre de l'histoire**, n. 37-38, 1988. Disponível em: https://www.persee.fr/issue/grif_0770-6081_1988_num_37_1?sectionId=grif_0770-6081_1988_num_37_1_1760. Acesso em 24 mar. 2022.

LE COMITÉ DE RÉDACTION. Ouverture, **Clio. Femmes, Genre, Histoire**, v. 1, 1995. Disponível em: <https://journals.openedition.org/clio/511>. Acesso em 20 mai. 2022, às 20h31min.

LE COMITÉ DE RÉDACTION. À nos lectrices et lecteurs, **Clio. Femmes, Genre, Histoire**, v. 37, p. 7-8, 2013, Disponível em: <http://journals.openedition.org/clio/10955>. Acesso em 23 mai. 2022, às 12h32min.

LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. **Currículo do Sistema de Currículos Lattes**. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/5181395079788133>. Acesso em: 15 abr. 2020, às 22h01min.

LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. **Retratos de família – leitura da fotografia histórica**. São Paulo: EDUSP, 1993.

LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. Mulheres e famílias. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 9, n. 17, p. 143-178, 1988/1989.

LIBLIK, Carmem Silvia da Fonseca Kummer. **Uma história toda sua: trajetórias de historiadoras brasileiras (1934-1990)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba-PR, 2017.

LUNA, Francisco Vidal & COSTA, Iraci del Nero da. A vida quotidiana em julgamento: devassas em Minas Gerais. In: LUNA, Francisco Vidal & COSTA, Iracidel Nero da. **Minas Colonial: Economia e Sociedade**, São Paulo, FIPE/PIONEIRA, p.57-77, 1982.

MACHADO, Daiane Vaiz. **Por uma “ciência histórica”**: o percurso intelectual de Cecília Westphalen, 1950-1998. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, UNESP, Assis-SP, 2016.

MACHADO, Daiane Vaiz. Texto historiográfico como “discurso de justificação”: Cecília Westphalen e a construção de um lugar para si. **Resgate - Revista Interdisciplinar de Cultura**, Campinas, v. 25, n. 1 [33], p. 295-314, jan./jun. 2017.

MACHADO, Daiane Vaiz. Maria Beatriz Marques Nizza da Silva. In: OHARA, João Rodolfo Munhoz (org.). **Catálogo Histórico de Teses e Dissertações da Área de História**. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://www.historiografia.com.br/ind/153>. Acesso em: 23 out. 2020.

MACHADO, Daiane Vaiz. Maria Beatriz Nizza da Silva (Entrevista). In: ROIZ, Diogo; GONTIJO, Rebeca; ZIMMERMANN, Tânia (Org.). **As historiadoras e o(s) gênero(s) na escrita da história I: pioneiras nos estudos históricos brasileiros**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2022. p. 395-420.

MACHADO, Lia Zanotta. Introdução. In: COSTA, Albertina; BRUSCHINI, Cristina (orgs.). **Uma questão de gênero**. RJ: Editora Rosa dos Tempos/SP: Fundação Carlos Chagas. 1992.

MACHADO, Lia Zanotta. Gênero, um novo paradigma? **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 11, p. 108-117, 1998. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634467/2391>. Acesso em 12 mai. 2022, às 12h57min.

MACHADO, Roberto. Introdução: por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015. p. 11.

MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl de; SAVAZZI, Wânia. Resenha de *Do cabaré ao lar*. **História: Questões e Debates**, Curitiba, a. 7, n. 12, p. 97-108, jun. 1986.

MALERBA, Jurandir. Notas à margem: a crítica historiográfica no Brasil dos anos 1990. **Textos de História**, v. 10, n. 1/2, p. 181-211, 2002.

MARTINS, Ana Paula Vosne Martins. Possibilidades de diálogo: classe e gênero. **História Social**, Campinas, n. 45, p. 135-156, 1997/1998.

MARTINS, Ismênia de Lima. Apresentação. Em: MATOS, Maria Izilda Santos de; SOLER, Maria Angélica. **Gênero em debate: trajetórias e perspectivas na historiografia contemporânea**. São Paulo: EDUC, 1997.

MATOS, Maria Izilda de Santos. **Currículo do sistema de currículos Lattes**. Brasília, 9 abr. 2020. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/3818957885297532>. Acesso em: 12 abr. 2020, às 22h16min.

MATOS, Maria Izilda; FARIA, Fernando. No cotidiano da boemia: o feminino, o masculino e suas relações em Lupicínio Rodrigues. **Revista Brasileira de História**, São Paulo. ANPUH/Contexto, v. 16, n. 31.32. p. 249-273, 1996.

MATOS, Maria Izilda Santos de; SOLER, Maria Angélica. **Gênero em debate: trajetórias e perspectivas na historiografia contemporânea**. São Paulo: EDUC, 1997.

MATOS, Maria Izilda dos Santos; BORELLI, Andrea. Trabalho – Espaço feminino e mercado produtivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 126-147.

MATTOS, Marcelo Badaró. O governo João Goulart: novos rumos da produção historiográfica, **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 28, nº 55, p. 245-263, Jun. 2008. p. 245.

MELO, Hildete Pereira de; PISCITELLI, Adriana; MALUF, Sônia Weidner; PUGA, Vera Lucia. Introdução. In: **Olhares Feministas**. Brasília: Ministério da Educação/UNESCO, 2007.

MENONCELLO, Aline Michelini. **Pedro Lessa, um Juiz-Historiador**: Nação, Patriotismo e Raça. 133 f. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, UNESP, Assis, 2016.

MICELI, Sérgio. A Fundação Ford e os cientistas sociais no Brasil, 1962-1972. In: MICELI, Sérgio (org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. São Paulo: Editora Sumaré; FAPESP, 1995. V. 2. p. 341-395.

MISCKOLCI, Richard. Não ao sexo-rei: da estética da existência foucaultiana à política queer. In: SOUZA, Luiz Antônio Francisco de; SABATINE, Thiago Teixeira; MAGALHÃES, Boris Ribeiro de (Org.). **Michel Foucault: sexualidade, corpo e direito**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. Usos e limites da categoria gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 11, p. 99-103, 1998. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634466/2390>. Acesso em 12 mai. 2022, às 12h52min.

MOREIRA, Maria de Fátima Salum. Gênero em Debate: trajetória e perspectivas na Historiografia Contemporânea – Resenha, **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 20, n. 39, p. 297-300, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/RmPW9yk3brx6r9YnmkCmXzy/>. Acesso em 19 set. 2020, às 16h46min.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de. **O Trabalho da Mulher e do Menor na Indústria Paulistana (1890-1920)**. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, USP, 1977.

MOURA, Esmeralda Blanco B. de. Uma historiadora entre a família, as mulheres e as crianças no século XIX: Eni de Mesquita Samara. **Revista de História**, São Paulo, n. 166, p. 333-338, jan./jun. 2012.

NEPOMUCENO, Bebel. Mulheres negras – Protagonismo ignorado. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 382-409.

NICODEMO, Thiago Lima; SANTOS, Pedro Afonso Cristovão dos; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. **Uma introdução à história da historiografia brasileira (1870-1970)**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

NICOLAZZI, Fernando. A história e seus passados: regimes de historiográficos e escrita da história. In: BENTIVOGLIO, Júlio; NASCIMENTO, Bruno César. **Escrever história: historiadores e historiografia brasileira nos séculos XIX e XX**. Serra: Milfontes, 2017. p. 7-36.

NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS DA MULHER E RELAÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO. **Quem somos**. Disponível em: <https://nemgeusp.weebly.com/>. Acesso em 17 de set. 2020, às 07h14min.

OHARA, João Rodolfo Munhoz. **Virtudes epistêmicas na historiografia brasileira (1980-1990)**. 2017. 151 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, UNESP, Assis-SP, 2017.

OHARA, João Rodolfo Munhoz (org.). **Catálogo Histórico de Teses e Dissertações da Área de História**. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em <https://www.historiografia.com.br/tese/103>. Acesso em 17 out. 2020.

OLIVEIRA, Maria da Glória. Os sons do silêncio: interpelações feministas decoloniais à história da historiografia. **História da Historiografia**, Ouro Preto, v. 11, n. 28, p. 104-140, set-dez 2018.

OLIVEIRA, Maria da Glória. O lugar das historiadoras na memória disciplinar da história. [Entrevista concedida a] Alicy de Oliveira Simas. **Revista de Teoria da História**, Goiânia, n. 24, v. 1, p. 273-285, 2021.

OLIVEIRA, Maria da Glória; GONTIJO, Rebeca. Sobre a história da historiografia brasileira: um breve panorama. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, v. 472, p. 13-37, jul./set. 2016. Disponível em: <https://ihgb.org.br/revista-eletronica/artigos-472/item/108388-sobre-a-historia-da-historiografia-brasileira-um-breve-panorama.html>. Acesso em: 18 dez. 2017, às 20h44min.

OLIVEIRA, Rodrigo Perez. O engajamento político e historiográfico no ofício dos historiadores brasileiros: uma reflexão sobre a fundação da historiografia brasileira contemporânea (1975-1979). **História da Historiografia**, Ouro Preto, n. 26, p. 197-222, jan./abr. 2018.

PALMEIRAS, Lara Virgínia Saraiva. A força da escrita de Glória Anzaldúa, **Revista Entrelaces**, v. 1, n. 14, p. 189-206, out.-dez. 2018, p. 189. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/39803/1/2018_art_lvspalmeiras.pdf. Acesso em: 14 dez. 2022, às 20h43 min.

PANTOJA, Ana Lúcia Nauar. **Currículo do sistema de currículos Lattes**. Brasília, 19 out. 2022. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/3597087400356373>. Acesso em 13 de nov. 2022, às 16h57min.

PEDRO, Joana Maria. Michelle Perrot: a grande mestra da História das Mulheres. **Revista Estudos Feministas**, v. 11, n. 2, p. 509-512, jul. - dez./2003.

PEDRO, Joana Maria. Feminismo e gênero na universidade: trajetórias e tensões da militância. **História Unisinos**, São Leopoldo, v. 9, n. 3, p. 170-176. set./dez. 2005.

PEDRO, Joana Maria. Une chronologie spécifique? Les usages de catégorie “genre” au Brésil et dans l’historiographie du Cône Sul, **Matériaux pour l’histoire de notre temps**, n. 103, v. 3, p. 23-29, 2011. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-materiaux-pour-l-histoire-de-notretemps-2011-3-page-23.htm>. Acesso em: 13 abr. 2020, às 02h35min.

PEDRO, Joana Maria Pedro. Mulheres do Sul. In. PRIORE, Mary del (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2011.p. 278-321.

PEDRO, Joana Maria. O feminismo de “segunda onda” – Corpo, prazer e trabalho. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 238-259.

PEDRO, Joana Maria. **Currículo da Plataforma de Currículos Lattes**. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/0818383116633579>. Acesso em 12 abr. 2020.

PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. A pesquisa sobre gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul: um relato de viagens e algumas reflexões. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe; VEIGA, Ana Maria. **Resistências, gênero e feminismos contra as ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2011. p. 19-46.

PEDRO, Joana Maria; NECKEL, Roselane. História das Mulheres e a Hermenêutica do Cotidiano – entrevista com Maria Odila Leite da Silva Dias. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 47, n. 1, p. 1 -12, jan.-abr. 2021.

PEREIRA, Francirosy Campos Barbosa. In memoriam, **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 209-210, jan.-abr. 2013.

PERROT, Michelle *et al.* Culture et pouvoir des femmes: essai d'historiographie. **Annales. Économies, Sociétés, Civilisations**, v. 41, n. 2, p. 271-293, mar./abr. 1986. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/ahess_0395-2649_1986_num_41_2_283275. Acesso em: 29 mai. 2022, às 17h53min.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros**. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PERROT, Michelle. Où en est en France l'histoire des femmes?, **French Politics and Society**, v. 12, n. 1, p. 39-57. Winter, 1994. Disponível em: L: <http://www.jstor.org/stable/42844384>. Acesso em: 30 mai. 2016, às 15h16min.

PERROT, Michelle. Em que ponto está a história das mulheres na França? **Revista Brasileira de História**, São Paulo, ANPUH/Marco Zero, v. 14, n. 28, p. 9-27, 1994.

PERROT, Michelle. Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência. **Cadernos Pagu**, 4, p. 9-28, 1995.

PERROT, Michelle; PAIRE, Alain (org.). **Une histoire des femmes est-elle possible?** Paris/Marseille: Rivages, 1984.

PERROT, Michelle; COLLIN, Françoise. Entretien avec Michelle Perrot. **Les Cahiers du GRIF**, n. 37-38, p. 154-163. 1988. p. 160. Tradução nossa. Disponível em:

http://www.persee.fr/doc/grif_0770-6081_1988_num_37_1_1760. Acesso em 28 mar. 2022, às 14h17min.

PERROT, Michelle; DUBY, Georges. **História das Mulheres no Ocidente**. Porto: Afrontamento; São Paulo: Ebradil, 1993-1995.

PINSKY, Carla Bassanezi. Estudos de Gênero e História Social, **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 159-189, jan.-abr. de 2009.

PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

PISCITELLI, Adriana. Ambivalência sobre os conceitos de sexo e gênero na produção de algumas teóricas feministas. In: AGUIAR, Neuma. **Gênero e ciências humanas: desafio à ciência desde a perspectiva das mulheres**. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Ventos, 1997. p. 49-66.

PISCITELLI, Adriana. Gênero em perspectiva. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 11, p. 141-151, 1998. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634469/2393>. Acesso em 12 mai. 2022, às 13h05min.

PISCITELLI, Adriana Gracia. **Currículo do sistema de currículos Lattes**. Brasília, 9 mai. 2022. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/6830890364021965>. Acesso em: 10 mai. 2022, às 15h11min.

POMATA, Gianna. História das mulheres, História do Gênero: observações sobre a Idade Média e a Época Moderna na *História das Mulheres no Ocidente*. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. **As mulheres e a História**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995.

POSSAS, Lídia Maria Vianna. Gênero, mulher e mulheres: aprimorando ferramentas e retomando narrativas em outro tempo. In: Antonio Celso Ferreira, Holien Gonçalves Bezerra e Tania Regina de Luca. (Org.). *O historiador e seu tempo*. São Paulo: Editora da UNESP, 2008.

POSSAS, Lídia Maria Vianna. GT Estudos de Gênero/ANPUH: uma trajetória. Fato, acontecimento e memórias (2001- 2014). **História Revista**, Goiânia, v. 19, n. 2, p. 7–26, 2014. DOI: 10.5216/hr.v19i2.33369. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/historia/article/view/33369>. Acesso em: 19 junho. 2017.

POSSAS, Lídia Maria Vianna. **Currículo do sistema de currículos Lattes**. Brasília, 2 abr. 2020. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/8407424457814716>. Acesso em: 13 abr. 2020, às 20h55min.

PRIORE, Mary del. O corpo feminino e o amor: um olhar. In: D'INCAO, Maria Angela (org.). **Amor e família no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1989.

PRIORE, Mary del. **A história da mulher no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1992.

PRIORE, Mary Del. Entrevista com Mary del Priore. [Entrevista concedida a] Ivana Guilherme Simili. **Pós-história**, Assis, p. 15-24, 2001.

PRIORE, Mary del. **Ao sul do corpo: condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil** Colônia. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

PRIORE, Mary Del (org.). **História das mulheres no Brasil**. 10 ed. São Paulo: Contexto, 2011.

PRIORE, Mary Del. Apresentação. In: PRIORE, Mary Del (org.). **História das mulheres no Brasil**. 10 ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 7-10.

PRIORE, Mary del. **Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico**, Currículo Lattes. Disponível em <http://lattes.cnpq.br/2135122024867878>. Acesso em 15 abr. 2020, às 13h31min.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS. **Apresentação**. Disponível em: <https://ppgich.ufsc.br/sobre-o-curso/apresentacao/>. Acesso em: 25 mai. 2022, às 16h42min.

PUPPIN, Andréa Brandão. Editorial. **Gênero**, Niterói, n. 1, v. 1, p. 5, 2000.

RAGO, Margareth. As marcas da pantera: Foucault para historiadores. **Resgate – Revista Interdisciplinar de Cultura**, Campinas, n. 4, v. 5, p. 22-32, jan./dez. 1993. p. 25.

RAGO, Margareth. As marcas da pantera: Michel Foucault na historiografia brasileira contemporânea. **Anos 90** - Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 121-143, 1993, p. 130.

RAGO, Margareth. **Sem fé, nem lei, nem rei** – Liberalismo e experiência anarquista na República. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Unicamp, Campinas, 1984.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana M; GROSSI, Miriam (Org.). **Masculino, feminino, plural**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.

RAGO, Margareth. **Entre a história e a liberdade: Luce Fabbri e o anarquismo contemporâneo**. São Paulo: Editora Unesp, 2001

RAGO, Margareth. Feminizar é preciso: por uma cultura filógina. **São Paulo em Perspectiva**, v. 15, n. 3, p. 58-66, 2001.

RAGO, Margareth. miriam lifchitz moreira leite, incansável, insubstituível..., **vervedobras**, n. 23, 244-246, 2013.

RAGO, Margareth. **A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade**. Campinas: Editora da Unicamp, 2013, p. 30.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In. PRIORE, Mary del (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 578-606.

RAGO, Margareth. **Currículo da Plataforma de Currículos Lattes**. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/3274637598730008>. Acesso em 15 abr. 2020.

RAMINELLI, Ronald. Eva Tupinambá. In: PRIORE, Mary del (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 11-44.

RAMOS, Igor Guedes. **Genealogia de uma operação historiográfica**: as apropriações dos pensamentos de Edward Palmer Thompson e de Michel Foucault pelos historiadores brasileiros na década de 1980. 2014. 541 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, UNESP, Assis, 2014.

REDEH – REDE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO. **Sobre a REDEH**. Disponível em: <http://www.redeh.org.br/>. Acesso em 01 jun. 2022, às 17h44min.

REIS, Roberto. Cânon. In: JOBIM, José Luis (Org.). **Palavras da crítica**: tendências e conceitos no estudo da literatura. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

RENDALL, Jane. Uneven developments: Women's History and Gender History in Great Britain. In: OFFEN, Karen; PIERSON, Ruth; RENDALL, Jane. **Writing Women's History: International perspectives**. London: The MacMillan Press, 1991.

REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA. **Família e grupos de convívio**. São Paulo, ANPUH/Marco Zero, v. 9, nº 17, set. de 1988/fev. de 1989; ANPUH/Marco Zero 1989.

REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA. **A mulher no espaço público**. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, v. 9, n. 18, ago./set. 1989.

REVISTA CATARINENSE DE HISTÓRIA. **Editorial**. n. 2, 1994, p. 3.

REVISTA ESTUDOS FEMINISTAS. Florianópolis, n. esp., 1994.

REVISTA GÊNERO. **Sobre a revista**. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/about>. Acesso em 19 abr. 2020, às 20h29min

ROBERTS, Michael. A escola dos *Annales* e a escrita da história. Em: LAMBERT, Peter; SCHOFIELD, Phillip (Org.). **História**: introdução ao ensino e à prática. Tradução de Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Penso, 2011. p. 101-116.

RUBIN, Gayle. The traffic in women. In: REITER, Rayna. **Towards an anthropology of women**. New York: Monthly Review Press, 1975.

RUBIN, Gayle. **O tráfico de mulheres**: notas sobre a “economia política” do sexo. Tradução de Christine Rufino Dabat, Edileusa Rocha e Sonia Corrêa. Recife: SOS Corpo, 1993. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/1919>. Acesso em 08 set. 2020, às 19h15min.

RUSSEL-WOOD, Anthony J. R. Women and Society in colonial Brazil. **Journal of Latin-American Studies**, v. 9, n. 1, p. 1-34. maio 1977. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/156605?seq=1>. Acesso em: 13 abr. 2020, às 16h12min.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. Petrópolis: Vozes, 1976.

SAFFIOTI Heleieth. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 183-215.

SAFFIOTI, Heleieth. Entrevista com Heleieth Saffioti [Entrevista concedida a] Juliana Cavilha Mendes e Simone Becker. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, n. 1, 141-165, jan-abr/2011.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Currículo do sistema de currículos Lattes**. Brasília, 11 set. 2009. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/2981286472990593>. Acesso em: 25 set. 2020, às 11h06min.

SALVESTRO, Isis Garcia. **Margarida de Provença: Interesses Familiares e Política**. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, USP, 1978.

SAMARA, Eni de Mesquita. **A Família na Sociedade Paulista do Século XIX (1800-1860)**. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, USP, 1980.

SAMARA, Eni de Mesquita. A família no Brasil. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, ANPUH/Marco Zero, v. 9, nº 17, p. 7-35, set. de 1988/fev de 1989; ANPUH/Marco Zero 1989.

SAMARA, Eni de Mesquita. **Feminismo, cidadania e trabalho: o Brasil e o contexto latino-americano nos séculos XVIII e XIX**. Tese (Livre-docência). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, USP, 1994.

SAMARA, Eni de Mesquita. Feminism, Social Justice and Citizenship in Latin America. **Journal of Women's History**, Bloomington, v. 6, n. 2, p. 135-43, 1994.

SAMARA, Eni de Mesquita. **Currículo do sistema de currículos Lattes**. Brasília, 12 ago. 2011. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/5625582802527353>. Acesso em: 12 abr. 2020.

SANTOS, Wagner Geminiano. Invenção da crítica historiográfica brasileira pós década de 1980: um campo de batalhas para modernos e pós-modernos. **Revista de Teoria da História**, Goiânia, n. 7, v. 1, p. 128-155, 2012.

SANTOS, Wagner Geminiano dos. **A invenção da historiografia brasileira profissional**. Geografia e memória disciplinar, disputas político-institucionais e debates epistemológicos acerca do saber histórico no Brasil. Vitória: Editora Milfontes, 2020.

SÁNCHEZ, Jorge Núñez (Org.). **Historia de la mujer y la familia**. Editora Nacional de Quito, Equador, 1991.

SCHPUN, Mônica Raisa. **Currículo do sistema de currículos Lattes**. Brasília, 30 jun. 2011. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/2133358195623414>. Acesso em: 15 abr. 2020, às 14h00min.

SCHPUN, Monica Raisal. Percursos de pesquisa, caminhos de mediação - Entrevista com Mônica Raisal Schpun. Entrevista [concedida a Caion Meneguello Natal e Fabiana Marchetti]. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 41, n. 86, p. 183-203, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/BwzwXFfVnc3mzWYRP3MLRLD/?format=pdf&lang=p>. Acesso em 20 fev. 2022, às 9h57min.

SCHPUN, Mônica Raisal. **Curriculum vitae**. Disponível em: <https://ehess.academia.edu/M%C3%B4nicaRaisalSchpun/CurriculumVitae>. Acesso em 18 abr. 2022, às 21h14min.

SCHWARTZMAN, Simon. O grande salto científico. In: **Um espaço para a ciência: formação da comunidade científica no Brasil**. Tradução de Sérgio Bath e Oswaldo Biato. Brasília: Ministério de Ciência e Tecnologia, 2001. Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/spacept/espaco.htm>. Acesso em 23 set. 2020.

SCOTT, Joan. Gender: a useful category of historical analysis, **The American Historical Review**, v. 91, n. 5, p. 1053-1075, dec. 1986.

SCOTT, Joan. **Gender and the politics of history**. New York: Columbia University Press, 1988a.

SCOTT, Joan. On Language, Gender, and Working-class History. In: **Gender and the politics of History**. New York: Columbia University Press, 1988b, p. 53-54.

SCOTT, Joan. Women in *The Making of the English Working Class*. In: **Gender and the politics of History**. New York: Columbia University Press, 1988c.

SCOTT, Joan. Genre: Une catégorie utile d'analyse historique, **Les Cahiers du GRIF**, v. 37-38, p. 125-153, 1988d.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Tradução de Christine Christine Rufino Dabat e Maria Bethânia Ávila. Recife: Edições SOS – Corpo, 1993.

SCOTT, Joan. Prefácio a Gender and the politics of history. **Cadernos Pagu**, Campinas, 3, p. 11-27, 1994.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, n. 20, v. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SCOTT, Joan. A invisibilidade da experiência. **Projeto História**, Tradução de Lúcia Haddad, São Paulo, n. 16, p. 297-325, 1998.

SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da História: novas perspectivas**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP, 2011. p. 65-98.

SECAD - MEC. Apresentação. In: MELO, Hildete Pereira de; PISCITELLI, Adriana; MALUF, Sônia Weidner; PUGA, Vera Lucia (org.). **Olhares Feministas**. Brasília: Ministério da Educação/UNESCO, 2007.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. A pesquisa histórica no Brasil. **Ciência e Cultura**, v. 35, n. 1, p. 45-50, jan. 1983.

SILVA, Paulo Thiago Santos Gonçalves da. **A Associação Nacional dos Professores Universitários de História**: espaço de identificação profissional e legitimação do saber histórico (1961–1977). 334 f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, UnB, Brasília-DF, 2014.

SILVA, Zélia Lopes da. Introdução. In. SILVA, Zélia Lopes (Org.). **Cultura Histórica em Debate**. São Paulo: UNESP, 1995. p. 7.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil., 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O tempo do regime militar** – Regime militar e movimentos sociais em fins do séculos XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

SMITH, Bonnie. **Gênero e história**: homens, mulheres e prática histórica. Tradução de Flávia Beatriz Rossler. Bauru: EDUSC, 2003.

SOIHET, Rachel. **Bertha Lutz e a Ascensão social da Mulher. 1919-1937**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, UFF, 1974.

SOIHET, Rachel. **Condição feminina e formas de violência**: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920. Rio de Janeiro: Forense Universitário, 1989.

SOIHET, Rachel. Mulheres ousadas e apaixonadas – uma investigação em processos criminais cariocas (1890-1930), **Revista Brasileira de História**, São Paulo, ANPUH/Marco Zero, v. 9, n. 18, p. 199-216, ago./set. 1989.

SOIHET, Rachel. História, mulheres e gênero: contribuições para um debate. AGUIAR, Neuma. **Gênero e Ciências Humanas**: desafio às ciências Desde a Perspectiva das Mulheres. 1. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997c. p. 95-114.

SOIHET, Rachel. **O feminismo tático de Bertha Lutz**. Florianópolis, Editora das Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

SOIHET, Rachel. História das Mulheres: uma entrevista com Rachel Soihet. [Entrevista concedida a] Natália de Santanna Guerellus. **Revista de História**, v. 3, n. 1, p. 120-124, 2011. p. 121.

SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In. PRIORE, Mary del. **História das Mulheres no Brasil**. 10 ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 362-400.

SOIHET, Rachel, 1997c; Idem. Movimento de mulheres – A conquista do espaço público. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 218-237.

SOIHET, Rachel. **Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico**, Currículo Lattes. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/3443783965119780>. Acesso em 15 abr. 2020, às 14h06min.

SORJ, Bila. O feminismo na encruzilhada da modernidade e da pós-modernidade. In. COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 15-23

SOUSA, Vera Lúcia Puga. **Entre o bem e o mal**: educação e sexualidade nos Anos 60 - Triângulo Mineiro. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, 1991.

SOUZA, Fábio Feltrin de; BENETTI, Fernando José. Historiografando a abjeção: uma arqueografia dos Estudos Queer no Brasil (1990-2000). **Contemporâneos – Revista de Arte e Humanidades**. N. 12, nov-abr/2012. p. 1-13. Disponível em: <https://www.revistacontemporaneos.com.br/n12/artigos/historiografandoabjecao.pdf>. Acesso em: 31 de jan. 2018, às 22h07min.

SWAIN, Tania Navarro. **Currículo do sistema de currículos Lattes**. Brasília, 17 fev. 2015. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/6591675024035483>. Acesso em: 14 mai. 2022, às 10h01min.

SWAIN, Tania Navarro. A construção imaginária da História e dos gêneros: o Brasil do século XVI. **Textos de História**. Revista do Programa de Pós-graduação em História da UnB, v. 4, n. 2, p. 130-150, 1996. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/textos/article/view/27747>. Acesso em 18 mai. 2022, às 15h55min.

SWAIN, Tania Navarro. Feminismo e lesbianismo: a identidade em questão. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 12, p. 109-120, 1999. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634809/2728>. Acesso em 18 mai. 2022, às 16h04min.

SWAIN, Tania Navarro. Para além do binário: os *queers* e o heterogênero. **Gênero**, Niterói, v. 2, n. 1, p. 87-98, 2001. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/30991/18080>. Acesso em: 22 abr. 2021, às 9h57min.

THE UNIVERSITY OF TEXAS AT AUSTIN – POPULATION RESEARCH CENTER. **About**. Disponível em: <https://liberalarts.utexas.edu/prc/about/overview.php>. Acesso em 11 mar. 2022, às 15h19min.

TILLY, Louise A. Gênero, História das mulheres e História Social, **Cadernos Pagu**, Campinas, 3, p. 29-62, 1994.

TOPOI. **Números anteriores**. v. 12, n. 22, jan.-jun. 2011. Disponível em: <http://revistatopoi.org/site/topoi22/>. Acesso em: 11 de dez. 2019, às 17h37min.

TURIN, Rodrigo. História da historiografia e memória disciplinar: reflexões sobre um gênero. **História da Historiografia**. Ouro Preto, n. 13, dezembro, 2013, p. 78-95.

VARELLA, Flávia Florentino. Limites, desafios e perspectivas: a primeira década da revista História da Historiografia (2008-2018). **História da Historiografia**, Ouro Preto, v. 11, n. 28, p. 219-265, set-dez 2018.

VARELLA, Flávia Florentino. Michelle Perrot: mulheres como sujeito e objeto da história. In: BENTIVOGLIO, Júlio; AVELAR, Alexandre Sá (org.). **O futuro da história: da crise à reconstrução de teorias e abordagens**. Vitória: Editora Milfontes, 2019. p. 63-74.

VARIKAS, Eleni. Gênero, experiência e subjetividade – a propósito do desacordo Tilly-Scott, **Cadernos Pagu**, Campinas, 3, p. 63-84, 1994.

VENTURINI, Anna Carolina. A presença das mulheres na universidade brasileira: um panorama de desigualdade. SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 11 & 13th WOMEN'S WORLDS CONGRESS. **Anais ...** Florianópolis, 2017. Disponível em: [http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1500230828_ARQUIVO_Ann aCarolinaVenturini_Texto_completo_MM_FG.pdf](http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1500230828_ARQUIVO_Ann%20aCarolinaVenturini_Texto_completo_MM_FG.pdf). Acesso em: 24 dez. 2020.

XAVIER, Mariana. **Unidades de informação sobre mulheres: reflexões sobre sua constituição e os desafios para sua consolidação**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, 2018. p. 30-31.

XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. **ANPUH: 50 anos**. Conferências. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/conteudo/view?ID_CONTEUDO=620. Acesso em 27 nov. 2022, às 11h58min.

WITTIG, Monique. **O pensamento hétero e outros ensaios**. Tradução de Maria Mendes Galvão. Editora Autêntica: Belo Horizonte, 2022.

ZILBERLEIB, Branca **A mulher como problema de pesquisa em História: emergência de estudos sobre mulheres e gênero na historiografia brasileira recente (1973-2001)**. 2022. 151 f. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2022.

ZIRBEL, Ilze. **Estudos feministas e estudos de gênero no Brasil: um debate**. 2007. 212 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, 2007.